

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ –
UNIOESTE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA

JAQUELINE FÁTIMA ROMAN

A PRESENÇA DO DIREITO EM MAQUIAVEL

TOLEDO
2021

JAQUELINE FÁTIMA ROMAN

A PRESENÇA DO DIREITO EM MAQUIAVEL

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Filosofia do Centro de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual do Oeste do Paraná para obtenção do título de Doutora em Filosofia.

Área de Concentração: Filosofia Moderna e Contemporânea.

Linha de Pesquisa: Ética e Filosofia Política.

Orientador: Prof. Dr. Rosalvo Schütz.

Coorientador: Prof. Dr. José Luiz Ames

TOLEDO
2021

Ficha de identificação da obra elaborada através do Formulário de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da Unioeste.

Roman, Jaqueline Fátima
A Presença do Direito em Maquiavel / Jaqueline Fátima Roman; orientador Rosalvo Schütz; coorientador José Luiz Ames. -- Toledo, 2021.
556 p.

Tese (Doutorado Campus de Toledo) -- Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Centro de Ciências Humanas e Sociais, Programa de Pós-Graduação em Filosofia, 2021.

1. Maquiavel. 2. Direito. 3. Direito Romano. 4. Lei. I. Schütz, Rosalvo, orient. II. Ames, José Luiz, coorient. III. Título.

JAQUELINE FÁTIMA ROMAN

A Presença do Direito em Maquiavel

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia em cumprimento parcial aos requisitos para obtenção do título de Doutora em Filosofia, área de concentração Filosofia Moderna e Contemporânea, linha de pesquisa Ética e Filosofia Política, APROVADO(A) pela seguinte banca examinadora:



José Luiz Ames

Professor Aposentado - Unioeste


Alessandro Arienzo

Faculdade Unina (UNINA)

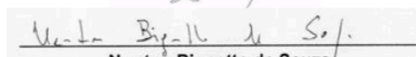

Flavia Roberta Benevenuto

Universidade Federal de Alagoas (UFAL)


Maria Isabel Limongi

Maria Isabel Limongi

Universidade Federal do Paraná (UFPR)


Newton Bignotto de Souza

Newton Bignotto de Souza

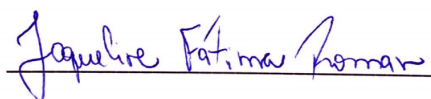
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Toledo, 26 de novembro de 2021

DECLARAÇÃO DE AUTORIA TEXTUAL E DE INEXISTÊNCIA DE PLÁGIO

Eu, JAQUELINE FÁTIMA ROMAN, aluna do Curso de Doutorado do PPGFil da Unioeste, *Campus* de Toledo, declaro que este texto final de tese é de minha autoria e não contém plágio, estando claramente indicadas e referenciadas todas as citações diretas e indiretas nele contidas. Estou ciente de que o envio de texto elaborado por outrem e também o uso de paráfrase e a reprodução conceitual sem as devidas referências constituem prática ilegal de apropriação intelectual e, como tal, estão sujeitos às penalidades previstas na Universidade e às demais sanções da legislação em vigor.

Toledo, 07 de outubro de 2021.



Jaqueline Fátima Roman

Dedico esse trabalho a todos aqueles que em algum momento a mim se dedicaram, em especial, aos meus pais, Izelinda Roman e Armelindo Roman (*in memorian*).

AGRADECIMENTOS

Ao professor **José Luiz Ames**, pelo rigor técnico, inspiração docente, orientação e coorientação seguras. Agradeço, ainda, pelas palavras de apoio nos momentos de maior dificuldade; pela confiança, paciência, incentivo e cooperação;

Ao professor **Rosalvo Schütz**, por assumir a orientação após a aposentadoria do professor José Luiz Ames, pelas partilhas e ensinamentos nas aulas e no grupo de estudos de natureza e teoria crítica. Agradeço, ainda, pela disponibilidade, pela solicitude, e pelas contribuições na banca de qualificação;

À professora a **Ester Maria Dreher Heuser** pela franqueza, pelo conhecimento que inspira, por tão bem usar o afeto como instrumento a serviço da educação, pela afabilidade com os discentes, pela amizade intelectual. Agradeço, ainda, pelos preciosos ensinamentos nas aulas sobre Rancière e pelas contribuições na qualificação;

Ao professor **Alessandro Arienzo**, por me receber na Università degli studi di Napoli, pela partilha da própria sala e da biblioteca privada naquela cidade; pelas contribuições na banca de qualificação e na banca examinadora final;

Às professoras **Flávia Roberta Benevenuto de Souza** e **Maria Isabel de Magalhães Papaterra Limongi**, e ao professor **Newton Bignotto de Souza** pela generosidade da aceitação imediata do convite para a composição da banca final e pela honra em tê-los como examinadores. Agradeço, ainda, por todas as contribuições que já deram a esse trabalho, através de seus ensinamentos e por aquelas que certamente virão;

Aos professores do PPG-Filosofia da UNIOESTE pela partilha do conhecimento, em especial à professora **Nelsi Kistemacher Welter** e **Tarcílio Ciotta**, pelas contribuições e pela suplência na banca examinadora;

À **Maria Damke**, **Marcilene Cruz** e **Anna Puebla**, pela solicitude, disponibilidade e pelo trabalho zelosamente prestado na Secretaria do PPG-Fil da UNIOESTE;

Ao **Instituto Federal do Paraná – IFPR**, pela concessão do afastamento para capacitação;

À **CAPES**, pela bolsa de estudos que permitiu a realização do Doutorado Sanduíche. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001;

Aos meus **amigos e colegas docentes do IFPR**, Campus de Palmas/PR, pelo incentivo e auxílio;

À **Célia e Patrícia**, pela amizade, incentivo, acolhida e pela partilha das angústias;

À **Fabi**, pela amizade, integridade, solicitude, paciência e contribuições, desde o projeto inicial. Agradeço, ainda, pela generosidade em comigo dividir conhecimento e amigos queridos como a **Gabi**, cujas lições de italiano foram essenciais e cuja amizade se solidificou para a vida, e aos sempre presentes PPP's: **Chris, Bruno, Marha e Paulo** – agradeçamos à Fortuna que foi generosa conosco, nos proporcionando esse encontro.

A todos os meus familiares, em especial aos meus pais, **Armelindo Roman** (*in memorian*) e **Izelinda Roman** e ao meu avô, **Pedro Saldanha** (*in memorian*), pelo exemplo de humanidade, incentivo e afeto.

À **Fran**, por me rememorar que não há “nada a temer senão o correr da luta”, pelo amor, presença, encorajamento, auxílio, paciência e afeto.

“Os principais fundamentos de todos os Estados, tanto dos novos quanto dos velhos ou dos mistos, são as boas leis [*legge*] e os bons exércitos [*arme*]” (*grifos nossos, O príncipe*, XII).

RESUMO

ROMAN, Jaqueline Fátima. *A presença do Direito em Maquiavel*. 2021. Tese (Doutorado em Filosofia) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, 2021.

As leituras da tradição clássica, fortemente influenciadas pelo antimaquiavelismo, fomentado pela igreja católica romana, associaram Maquiavel ao desrespeito e violação de qualquer lei (religiosa ou civil). Parece-nos que o fato de Maquiavel absolver Rômulo pelo assassinato de seu irmão Remo, quando este último violou os muros da cidade de Roma, fundamentou uma equivocada interpretação de que, para o pensador florentino, os conceitos vinculados ao Direito e à lei não possuíam qualquer importância. Embora Maquiavel não seja um filósofo do Direito, o Direito está fortemente presente em sua vida e em seus escritos, como verdadeira premissa. A presença do Direito pode ser constatada na educação humanista recebida por ele, voltada às questões da justiça; no acesso aos livros jurídicos da biblioteca privada de seu pai Bernardo – doutor em leis; no exercício da atividade prático-profissional junto à chancelaria florentina. A recuperação dos elementos do Direito antecedente a Maquiavel, em especial do Direito Romano - que nos ocupou no primeiro capítulo da Tese -, possibilitou-nos demonstrar textualmente que Maquiavel reproduz o Direito Romano quando afirma que todos os estados se fundamentam nas leis e nas armas – regra explícita do *Corpus Juris Civilis* de Justiniano. Esta afirmação se faz presente nas obras de chancelaria, sobretudo nas seguintes: *Palavras que devem ser ditas sobre a provisão do dinheiro com um pouco de proêmio e de desculpas*; *Discurso sobre a Ordenação do Estado de Florença para as armas* e *Provisões da República de Florença para instituir o Magistrado dos Nove oficiais da ordenança e milícia florentina*. É encontrada igualmente naquelas que escreveu para serem entregues como presentes: *O príncipe* e *Discursos sobre a primeira Década de Tito Lívio*. O Direito Romano se apresenta ainda em Maquiavel através da previsão de uma justiça militar autônoma em Florença, nos moldes da justiça militar romana. Nas obras literárias, particularmente em *Belfagor* e *Mandrágora*, e nas feitas por encomenda - como *História de Florença*; *Discurso sobre as formas de governo após a morte do jovem Lourenço de Medici* e *Alocução feita a um Magistrado* - o Direito também aparece. Evidenciamos que, quando Maquiavel absolve Rômulo, ao invés de contrariar o Direito, como apregoado pela tradição crítica, reproduz o Direito romano que condenava à pena capital quem violasse os muros da cidade. Maquiavel demonstra apreço pela observação da lei quando a coloca como tema primário e central, quando estabelece que tanto repúblicas, quanto principados, devem obedecer à lei; quando indica que a lei é uma forma de inculcar bondade cívica; quando deposita nela a máxima expressão da liberdade. Maquiavel expõe não apenas grande sofisticação em seu pensamento quando atribui ao conflito, ao dissenso entre grandes e povo, as melhores leis – aquelas que favorecem a liberdade, como demonstra a relação íntima entre liberdade e lei. As leituras contemporâneas de Maquiavel apontam para um pensador republicano. Mas o que significa ser um republicano ao tempo de Maquiavel? A resposta exige uma conjugação de requisitos, perpassando, necessariamente, pelo respeito às leis. A sustentação da leitura republicana de Maquiavel depende do reconhecimento do Direito como conceito primário, estrutural e central.

PALAVRAS-CHAVE: Maquiavel; Direito, Direito Romano, Lei.

RIASSUNTO

ROMAN, Jaqueline Fátima. *Il Diritto in Machiavelli*. 2021. Tese (Doutorado em Filosofia) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, 2021.

Le letture della tradizione classica, fortemente influenzate dall'antimachiavellismo, promosso dalla Chiesa cattolica romana, associavano Machiavelli alla mancanza di rispetto e alla violazione di qualsiasi legge (religiosa o civile). Ci sembra che il fatto che Machiavelli abbia assolto Romolo per l'omicidio del fratello Remo, quando quest'ultimo ha violato le mura della città di Roma, abbia fondato un'interpretazione erronea secondo la quale, per il pensatore fiorentino, i concetti legati al Diritto e alla Legge non avrebbero alcuna importanza. Sebbene Machiavelli non sia un filosofo del Diritto, il Diritto è fortemente presente nella sua vita e nei suoi scritti, come una vera premessa. La presenza del Diritto si riscontra nell'educazione umanistica ricevuta, incentrata sui temi della giustizia; nell'accesso ai libri giuridici della biblioteca privata del padre Bernardo – Dottore in Giurisprudenza; nell'esercizio dell'attività pratico-professionale con la Cancelleria fiorentina. Il recupero degli elementi del Diritto anteriore a Machiavelli, in particolare del Diritto romano – di cui ci abbiamo occupato nel primo capitolo della tesi - ha permesso di dimostrare testualmente che Machiavelli riproduce il Diritto romano quando afferma che tutti gli stati sono basati su leggi e armi - regola esplicita del *Corpus Iuris Civilis* di Giustiniano. Questa affermazione è presente nelle opere della Cancelleria, specialmente nelle seguenti: *Parole da dirle sopra la provvisione del danaio, facto un poco di proemio et di scusa*; *La cagione dell'ordinanza, dove la si truovi et quel che bisognni fare post res perditas* e i *Provisioni della repubblica di Firenze per istituire il magistrato de' nove ufficiali dell'Ordinanza e Milizia fiorentina*. Si trova anche in quelli che scrisse da dare in dono: *Il Principe* e *Discorsi sopra la prima deca di Tito Livio*. Il Diritto romano in Machiavelli viene presentato anche attraverso la previsione di una giustizia militare autonoma a Firenze basata sul modello della giustizia militare romana. Nelle opere letterarie, in particolare in *Belfagor arcidiavolo* e *Mandragola*, e in quelle realizzate su ordinazione - come *Istorie fiorentine*; *Discursus florentinarum rerum post mortem iunioris Laurentii Medices* e *Allocuzione fatta ad un magistrato* – il Diritto appare. Dimostriamo che, quando Machiavelli assolve Romolo, invece di contraddire il Diritto, come proclama la tradizione critica, riproduce il Diritto romano che condannava alla pena capitale chi violasse le mura della città. Machiavelli mostra apprezzamento per l'osservanza della legge quando la pone come tema primario e centrale, quando stabilisce che sia le repubbliche che i principati devono obbedire alla legge; quando indica che la legge è un modo per inculcare il bene civile; quando vi deposita la massima espressione di libertà. Machiavelli non solo presenta una grande raffinatezza nel suo pensiero quando attribuisce al conflitto, al dissenso tra i grandi e il popolo, le leggi migliori, quelle che favoriscono la libertà, ma dimostra anche l'intimo rapporto tra libertà e legge. Le letture contemporanee di Machiavelli indicano un pensatore repubblicano. Ma cosa significa essere repubblicano ai tempi di Machiavelli? La risposta richiede una combinazione di requisiti, che implicano necessariamente il rispetto della legge. Il sostegno della lettura repubblicana di Machiavelli dipende dal riconoscimento del Diritto come concetto primario, strutturale e centrale.

PAROLE CHIAVE: Machiavelli; Diritto; Diritto romano; Legge.

Sumário

INTRODUÇÃO.....	6
1 O DIREITO ANTECEDENTE A MAQUIAVEL E AQUELE DE SEU TEMPO: ASPECTOS DA CULTURA JURÍDICA EUROPEIA.....	26
1.1 A experiência jurídica antiga: a relação entre lei e religião	32
1.1.2 Maquiavel e a religião em função da lei.....	38
1.2 O Direito Romano.....	57
1.2.1 Período Antigo, Monárquico, Régio ou da Realeza Romana.....	61
1.2.2 Período Republicano	64
1.2.3 Período Imperial.....	69
1.3 Maquiavel leitor de Justiniano?.....	76
1.4 O Direito no período medieval	80
1.5 O Direito no período do renascimento italiano	95
1.5.1 Maquiavel e seu tempo: o Humanismo e o Renascimento	99
1.6 Relação entre Direito e política na Florença de Maquiavel.....	115
1.7 O Direito da Florença de Maquiavel: qual o sistema jurídico da época?.....	127
2 A PRESENÇA DO DIREITO NA ATIVIDADE PRÁTICO-PROFISSIONAL: MAQUIAVEL E A CHANCELARIA FLORENTINA	143
2.1 O conhecimento jurídico e a chancelaria florentina	147
2.2 A presença expressa do Direito nas obras de chancelaria	155
2.2.1 Discurso proferido ao magistrado dos dez sobre a situação de Pisa, de 1499	160
2.2.2 Sobre a situação de Pistoia.....	165
2.2.3 Descrição do modo adotado pelo Duque Valentino para matar Vitellozzo Vitelli, Oliverotto da Fermo, Pagolo e o Duque de Gravina Orsini (1515).....	171
2.2.4 Palavras que devem ser ditas sobre a provisão do dinheiro com um pouco de proêmio e de desculpas (1503).....	180
2.2.5 Discurso sobre a ordenação do Estado de Florença para as armas (os motivos da ordenança, onde encontrá-la e o que é necessário fazer (1506)	194
2.2.6 Provisões da República de Florença para instituir o magistrado dos nove oficiais da ordenança e milícia florentina (1506).....	212
2.3 Justiça e armas nas obras de chancelaria	224
3 A PRESENÇA DO DIREITO NAS OBRAS ENTREGUES COMO PRESENTES: O PRÍNCIPE E OS DISCURSOS.....	230
3.1 A justiça e as armas no O Príncipe e nos Discursos	234
3.2 Ordenações	253
3.3 O costume	272
3.3.1 Costumes, corrupção e a relação com a lei.....	273
4 A LEI NAS OBRAS ENTREGUES COMO PRESENTE: O PRÍNCIPE E OS DISCURSOS.....	293

4.1 A lei como produto dos julgamentos proferidos pelos antigos.....	298
4.2 A lei como instrumento artificial de criação de necessidade	305
4.3 A desobediência ou violação da lei.....	310
4.4. A lei como artificialidade para tornar os homens bons	320
4.5 Da obediência à lei	327
4.5. 1 Quem deve obediência à lei: principados ou repúblicas?.....	336
4.6 Do momento da instituição das leis.....	343
4.7 Da alteração da lei.....	346
4.8 A função da lei.....	349
4.9 A relação entre lei e violência.....	350
4.9.1 A violência da lei nos fratricídios.....	354
4.10 Lei e conflito	367
4.10.1 A lei como produto dos tumultos: o exemplo romano	371
4.10.2 Lei e Liberdade: conflito entre grandes e povo.....	393
4.10.3 A Lei como forma de destruição de uma república: A Lei agrária	402
4. 11 A lei e o republicanismo de Maquiavel	424
5 A PRESENÇA DO DIREITO NAS OBRAS LITERÁRIAS BELFAGOR E A MANDRÁGORA	429
5.1 A importância da linguagem jurídica	430
5.2 A linguagem jurídica nas obras literárias de Maquiavel	433
5.2.1 A linguagem jurídica em <i>Belfagor</i>	433
5.2.2 Relações jurídicas estabelecidas por <i>Belfagor</i> : relações jurídicas pessoais, obrigacionais e <i>in re</i> (sobre a coisa)	445
5.2.3 A linguagem jurídica na <i>Mandrágora</i>	456
6 A PRESENÇA DO DIREITO NOS ESCRITOS POLÍTICOS FEITOS POR ENCOMENDA: ALOCUÇÃO FEITA A UM MAGISTRADO; DISCURSO SOBRE AS FORMAS DE GOVERNO DE FLORENÇA APÓS A MORTE DO JOVEM LORENZO DE MEDICI E HISTÓRIA DE FLORENÇA.....	468
6.1 Alocução feita a um Magistrado.....	468
6.2 Discurso sobre as formas de governo após a morte do jovem Lourenço de Medici (Discursus florentinarum rerum post mortem iunioris laurentii Medices)	477
6.3 História de Florença – a revolta dos ciompi.....	492
CONSIDERAÇÕES FINAIS	514
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	539

INTRODUÇÃO

Maquiavel, entre os filósofos políticos, talvez seja aquele que tenha a pior fama. Julgado pela objetividade com que trata dos assuntos relacionados ao estabelecimento e manutenção do corpo político, pela maneira que aborda as ações políticas voltadas à manutenção da estabilidade desse corpo, ficou estigmatizado como um autor frio e científico¹, autoritário e até mesmo inimigo da democracia.

Em contrapartida, há quem entenda Maquiavel como um liberal². É cada vez mais crescente a interpretação republicana³. Há quem o situe entre democratas⁴. Alguns o colocam como precursor da democracia liberal moderna⁵ e outros, como precursor da ideia de democracia fundada no conflito⁶. Interpretações diametralmente opostas, sobre os mesmos escritos, apenas denotam a importância que seu pensamento teve e continua tendo - não apenas para a filosofia política, ou para a ciência política.

É importante dizer que em Maquiavel - um dos raros consensos que há entre os estudiosos - não encontramos uma sistematização sobre os temas abordados. O pensamento manifestado pelo secretário florentino exerce um movimento não linear. Como desde muito tempo já é dito, não há em seus escritos conceitos prontos, preestabelecidos, sequencialmente organizados e

¹ “Óbvio e muito necessário, é desde o início deixar claro que se Maquiavel não decide tão claramente por um regime ou outro, é porque sua perspectiva pressupõe uma leitura objetiva. Encontramos aqueles elementos que o estigmatizaram como um autor frio e científico” (BARBUTO, 1998, p. 3).

² Para um levantamento mais detalhado sugere-se a análise, por exemplo, das obras Nicola MATTEUCCI; Harvey MANSFIELD, bem como a análise do item 1 do Capítulo V da obra *Conflito e Liberdade a vida política para Maquiavel* de José Luiz AMES.

³ Para um levantamento mais detalhado sugere-se a análise, por exemplo, das obras de Quentin SKINNER, Philip PETIT, Chantal MOUFFE, bem como a análise do item 2 do Capítulo V da obra *Conflito e Liberdade a vida política para Maquiavel* de José Luiz AMES.

⁴ Nesse sentido John P. McCORMICK Na obra *Machiavellian Democracy*. New York: Cambridge University Press, 2011.

⁵ Para um levantamento mais detalhado sugere-se a análise das obras Paul A. RAHE e Markus FISHER, bem como a análise do item 1.3 do Capítulo V da obra *Conflito e Liberdade a vida política para Maquiavel* de José Luiz AMES.

⁶ Para um levantamento mais detalhado sugere-se a análise, por exemplo, das obras de John McCormick, bem como a análise do item 4 do Capítulo V da obra *Conflito e Liberdade a vida política para Maquiavel* de José Luiz AMES.

formados *a priori*. Todos aqueles que se dedicam ao estudo de temas abordados pelo pensador, testemunham a inexistência de conceitos predeterminados e acabados. Assim, parte-se - como tantos outros renomados estudiosos do pensamento de Maquiavel já partiram - da necessidade da leitura e da releitura atenta, meticulosa, comparativa e sempre reflexiva, dos seus textos - por vezes entre passagens de uma mesma obra, ou de obras entre si para então extrair-se alguma conclusão.

Além dessa confrontação entre os textos, investigar os mais variados conceitos a partir do pensamento de Maquiavel pressupõe uma constante visita a temas outros à filosofia política. O próprio pensador partia disso, visto que assiduamente utilizava-se da história como fonte para fundamentar seu pensamento, e como veremos, assim o fazia também com o Direito. Buscar o que há da ciência do Direito nos escritos de Maquiavel é o mote dessa investigação.

Todos os escritos do pensador que aqui serão analisados, apontados na sequência individualmente, o serão sob a perspectiva da investigação da presença do Direito. Esclarecemos, de antemão, que denominamos como presença do Direito em Maquiavel qualquer referência, remissão, afirmação, comentário, indicação, uso ou aplicação de termos e conceitos inerentes ou alcançados pelo vocabulário ou linguagem jurídica, realizados pelo pensador. São, portanto, tanto elementos presentes no Direito antigo que são reproduzidos por Maquiavel, quanto menções e referências feitas pelo próprio pensador sobre o tema do Direito, da lei, da justiça. Busca-se, apontar a presença consciente do uso do vocabulário jurídico por Maquiavel em seus mais diversos escritos.

Essa atividade de procura meticulosa dos elementos componentes dos conceitos, presente em qualquer estudioso do pensamento de Maquiavel, deve ser acompanhada do cuidado e a atenção das atividades que se compõem ao decorrer do caminho, daquelas que se constroem aos poucos, como um trabalho artesanal. Isso porque, os conceitos em Maquiavel precisam ser investigados a fim de que possam ser combinados às diferentes informações trazidas pelo pensador, para que a partir delas se possa formar um todo conceitual, que se apresente com forma harmônica. Esse é o processo que

será realizado aqui, sobre o tema do Direito e sobre os elementos que o compõe - que nos propomos investigar. Esse processo se dá, porque, conforme já afirmado, não há conceitos preestabelecidos em Maquiavel. Eles precisam ser construídos a partir dos elementos que o pensador fornece. Alertar o leitor de que essa fórmula genérica de estudo do pensamento de Maquiavel, não é apenas plenamente válida para essa pesquisa, como também será aqui aplicada a cada um dos conceitos, é essencial para que se compreenda o método utilizado.

Nesse sentido, as diferentes menções que Maquiavel faz a respeito de temas relacionados ao Direito serão apontadas e investigadas para que se possa constatar a hipótese dessa investigação de que, embora Maquiavel não seja um filósofo do Direito, o Direito está presente em seus escritos. Isso pode ser comprovado, tanto na educação humanista que recebeu, quanto nas atividades profissionais que desempenhou junto à chancelaria florentina – fortemente influenciada pela longa exigência de formação jurídica (como notário ou jurista) de seus integrantes – e, posteriormente, ao longo de suas obras.

Traçaremos reflexões sobre a importância da presença do Direito no pensamento de Maquiavel. Isso, no que se refere à função que o Direito exerce nos regimes de governo abordados, a partir do ordenamento jurídico, e aos efeitos potenciais ou efetivos que o tema exerce sobre a política. Objetiva-se demonstrar que a presença do Direito é forte e marcante em Maquiavel, e que por isso, perpassa várias obras do pensador e o acompanha em momentos temporais diversos, quando aborda assuntos distintos, que partem de motivos, finalidades e objetivos diferentes.

Apresentando o tema, queremos destacar a nomenclatura por nós utilizada. Essa investigação fará uso da expressão corpo político, organização política, ordenamento político ou cidade, mas não Estado. Maquiavel utiliza a expressão *stato*⁷, por várias vezes, principalmente no *O Príncipe*⁸, onde dá

⁷ “A palavra “Estado “(*stato*) é de tal forma frequente em *Il Principe* que é impossível duvidar que se trata de um termo fundamental do aparelho teórico de Maquiavel temos, no entanto, dificuldades para determinar a significação exata dela”(VRIES, 1957, p. 38). Vries afirma que a palavra *stato* é indicada como domínio, quando Maquiavel afirma em *O Príncipe* que todos os Estados e todos os domínios ou são Repúblicas ou são Principados. Afirma também que

vários sentidos à expressão: como território; reino; organização política; principado; república; fonte e força do poder, ou poder supremo. Vários autores já se dedicaram ao estudo da expressão. Isso se dá, porque Maquiavel é considerado como o primeiro a pensar o Estado em parâmetros aproximados ao que se delimitou como sendo o conceito de Estado na modernidade. Por isso, é estudado pelos que se dedicam a análise da razão de Estado e considerado como um precursor da teoria geral do Estado.

Apesar de todas as primeiras contribuições sobre o tema do Estado, é importante evidenciar que a expressão *stato* em Maquiavel possui significado diverso do que se compreende por Estado Moderno ou do que se entende por Estado na contemporaneidade. Isso porque *stato* é utilizada por Maquiavel para se referir a uma organização de poder, conceito aproximado em alguns de seus significados, ao que contemporaneamente se compreende como cidade, porque a utilizava para se referir à Florença. Por isso, a expressão *stato* empregada por Maquiavel não será utilizada ou traduzida como Estado - devido à complexidade que esse termo abarca atualmente. Dessa maneira, considerando os vários significados que a expressão *stato* comporta no pensamento de Maquiavel e a fim de evitar possíveis interpretações ambíguas, dúbias, ou até mesmo contraditórias, essa investigação utilizará expressões diversas a Estado para se referir ao *stato* (organização de poder).

Realizada a justificativa da utilização da nomenclatura, passa-se a justificar a importância do estudo do tema da presença do Direito em Maquiavel. O pensador foi associado pela tradição crítica à inobservância, à violação, ao desrespeito e ao desprestígio da lei. Isso porque, que em termos temporais, é recente a compreensão de que Maquiavel era um republicano e que nessa condição, tanto em seu tempo, como no atual, não poderia ser

Maquiavel ao abordar os principados hereditários, os denomina como Estados hereditários e que ao tratar dos Estados bem ordenados, também os denomina como reinos bem ordenados. Ainda, quando se refere à metade do estado da Lombardia, faz referência posteriormente sobre as duas terras da Lombardia, realizando a conexão entre terra e Estado. No entanto, nem as expressões Estados e domínios, Estado e Principado, Estado e Reino ou Estado e terras são termos que parecem sugerir identidade entre si (VRIES, 1957, p. 38). Todas as traduções da obra de Vries foram realizadas por José Luiz Ames.

⁸ “Antes de *O Príncipe*, não encontramos em Maquiavel nenhum uso da palavra “Estado” no sentido institucional [...]”. Na correspondência privada, como também nos informes epistolares das legações, ‘Estado’ é geralmente utilizado para se referir à república florentina (VIVANTI, 2016, p. 177).

assim considerado (um republicano) caso realmente denotasse desprezo e desconsideração ao ordenamento jurídico, mormente à lei⁹. Um republicano, não poderia desprezar a lei, visto que todas as matrizes republicanas, inclusive, por certo, a italiana – da qual Maquiavel é um representante, não consideram a lei como algo desprezível ou secundário.

Ocorre que, a tradição crítica, por longo período, considerou que o tema do Direito, da função da lei, dos princípios gerais do Direito, e a relação dos temas jurídicos com outros conceitos - tal como a relação entre lei e liberdade, lei e costumes, corrupção e lei - como sendo temas secundários, acessórios, de pouco valor, ou de menor importância, para o pensamento de Maquiavel. Para comprovar tal fato, basta realizar uma rápida pesquisa sobre as publicações em plataformas nacionais ou internacionais para verificar que a maioria das publicações relacionadas a Maquiavel se dedica à análise de conceitos igualmente importantes, como política, teoria humoral, *virtù* e fortuna, religião, liberdade, republicanismo, armas, dentre outras, mas ignora o tema da do Direito, principalmente sob a perspectiva da importância da lei.

A investigação sobre o pensamento de Maquiavel, a respeito dos conceitos citados acima - tais como liberdade e corrupção - raramente são abordados a partir de correlações com elementos jurídicos. A investigação autônoma dos elementos jurídicos, em Maquiavel, é algo que está ainda mais distante da realidade das pesquisas. Inverter essa lógica e partir da importância primária dos elementos jurídicos em Maquiavel, colocando a presença do Direito como tema central em seu pensamento, é o que se propõe essa investigação. Indicaremos a presença do Direito em Maquiavel e apresentaremos os elementos jurídicos que o compõem, tais como leis e ordenações, como centrais, com importância primária, para o pensamento político de Maquiavel.

A fim de comprovar que os elementos jurídicos, e o Direito em si, são raramente investigados em Maquiavel - o que resulta em poucas publicações que ilustram a escassez de trabalhos sobre o tema - apenas em uma busca rápida, pelo assunto no Portal de Periódicos da CAPES/MEC, constam, em

⁹ Ressaltamos que a relação entre lei e republicanismo será analisada no fim do quarto capítulo.

língua portuguesa, 520 (quinhentos e vinte) artigos envolvendo o pensamento de Maquiavel. Desses, apenas em três as expressões Direito ou lei e Maquiavel aparecem no título¹⁰. Mesmo expandindo a busca, em língua inglesa, igualmente, a busca se amplia para apenas dois artigos diversos com a expressão “law” e “Machiavelli” em seu título¹¹.

Apenas pela breve busca por assunto, no portal CAPES/MEC, percebe-se a ausência do interesse pela investigação do tema. Isso demonstra que, tradicionalmente, os estudiosos de Maquiavel preferem se dedicar às temáticas diversas daquelas que envolvam a função ou presença do Direito - deixando o tema à margem das pesquisas filosóficas, relacionadas ao pensador. Por outro lado, como Maquiavel também não é considerado um filósofo do Direito, seu pensamento sobre o tema também deixa de ser investigado pelos estudiosos dessa ciência. Nesse sentido, sob o aspecto do Direito em Maquiavel, encontramos uma espécie de lacuna - o que também nos surpreende, visto que sobre Maquiavel, parece difícil encontrar temas que não foram exaustivamente investigados.

Acreditamos que as investigações sobre o tema do Direito em Maquiavel são raras porque Maquiavel foi considerado um pensador avesso ao mundo jurídico e dos juristas. Isso se deu, devido à premissa equivocada, em nosso modo de pensar, de que para ele a violação da lei poderia ser considerada uma regra, enquanto que sua observação seria a exceção. Segundo esse entendimento, o conteúdo e a forma das leis não teriam qualquer importância para Maquiavel, visto que, de qualquer forma, seriam passíveis de violação. Essa investigação parte da dúvida sobre a validade dessa interpretação, com o objetivo de verificar se nos escritos do pensador seria possível extrair esse

¹⁰ São os artigos intitulados “Maquiavel e a República: lei, governo legal e institucionalidade política nos *Discursos sobre a Primeira Década de Tito Lívio*” de Raquel Kritsch (Revista Espaço Acadêmico, vol. 10, n. 113, 2010); “Lei e Violência ou a Legitimação Política em Maquiavel” de José Luiz Ames (Revista Trans/Form/Ação n. 34, 2011) e “Maquiavel e Hume sobre a natureza da lei e seus fundamentos sociais” de Maria Isabel Limongi (Revista Kriterion 59 (140), Mai-Ago 2018) Disponíveis em: <http://www.periodicos.capes.gov.br>. Acesso em 21 jul. 2021.

¹¹ São os artigos intitulados “On Faith in the moral force of international law Martin Wight and Hugo Groot: Four seminal thinkers in international theory. Machiavelli, Grotius, Kant, and Mazzini, Martin Wight” de Janne E. Nijman (Journal of History of International Law, volume 12, n. 2, 2010) e “Machiavelli at 500: From Cynic to Vigilant Supporter of international Law” de Andreas Follesdal (Revista Ratio Juris volume 28, pp. 242-251, 2015). Disponíveis em: <http://www.periodicos.capes.gov.br>. Acesso em 21 jul. 2021.

modo de interpretar. A hipótese aqui levantada é a de que esse modo interpretativo que historicamente associou Maquiavel ao desprezo, desrespeito e violação do Direito, considerando-o tema de pouca ou nenhuma importância, é errônea e equívoca, visto que não se valida nos escritos do pensador.

Para tanto, essa pesquisa não prescinde dos raros estudos anteriores que abordaram o tema, para se tentar traçar o que pode ser compreendido como a presença do Direito em Maquiavel. Isso se dará a fim de delimitar o contato que o pensador teve com o Direito e a influência que essa ciência teve em seu pensamento político. Sob esse aspecto, as reflexões que se propõem também são dependentes e vinculam-se àquelas anteriores a elas, principalmente aos temas que não são propriamente jurídicos. Consideramos como temas jurídicos a justiça, a lei, ordenações, costumes e julgamentos proferidos pelos antigos. Consideramos como temas não propriamente jurídicos, mas que a eles se vinculam, aqueles correlatos ao Direito, tais como a liberdade, conflito, necessidade, teoria humoral, a corrupção, dentre outros. Esclarece-se que essa investigação busca uma nova perspectiva que coloca em destaque a presença do Direito em Maquiavel e a importância e a função dele para o projeto político do pensador.

Há, assim, uma diferença de propósito dessa investigação em evidenciar o que denominamos de Direito em Maquiavel, que aparece recorrentemente. Não se trata, portanto, de se pretender atribuir uma nova identidade, ou de desvendar uma identidade secreta em Maquiavel, que teria passado despercebido por tantos outros atentos investigadores do pensamento de florentino. Ao contrário disso, como se disse, busca-se lançar luz sobre um tema ainda pouco investigado. Busca-se a coerência da interpretação de um Maquiavel republicano – que nas últimas décadas predomina entre os estudiosos de Maquiavel. Isso porque, considerando Maquiavel um republicano – interpretação da qual partimos nessa investigação – a lei e o Direito não poderiam ser relegados a uma função secundária em seu pensamento, tanto menos à ausência de importância, como a tradição por vezes sugere. A fim de se buscar uma coerência interpretativa com a corrente de um Maquiavel republicano, investiga-se a presença e a influência do Direito em Maquiavel.

A originalidade do trabalho reside no fato de que se apontará a presença expressa do Direito em Maquiavel e a partir disso, se estabelecerá uma nova direção para a importância dos temas jurídicos para o pensador. Novas percepções e perspectivas sobre o objeto de estudo, contextualizando o período vivenciado pelo pensador com os períodos históricos do Direito. Apontar-se-á a presença do Direito em Maquiavel a partir da ordem jurídica existente ao seu tempo, mas principalmente, a importância que o Direito teve em sua formação humanista, na atividade profissional como secretário da república de Florença e como pensador político, historiador e dramaturgo. Visamos demonstrar que Maquiavel conduz *pari passu* as questões políticas e jurídicas, porque a divisão entre elas inexistia em seu tempo, pois ambas referiam-se às questões relacionadas ao poder e assim fundiam-se.

Nesse sentido, confronta-se aqui o pensamento daqueles que consideram a lei como conceito secundário em Maquiavel e que acreditam que a organização política por ele pensada prescindiria de eventual segurança jurídica estabelecida pela legislação. Confronta-se o argumento de que a realidade sociológica apresentada através das modificações sociais seria suficiente para a inobservância legislativa. Para quem se filia a tal argumentação, o fundamento apontado estava na passagem dos *Discursos* em que Maquiavel analisa os atos criminosos como sendo uma das formas possíveis de um governante conquistar e manter um principado - sem abordar qualquer efeito jurídico punitivo para isso, ou praticar análises valorativas.

O exemplo mais emblemático, citado por aqueles que acreditam no total desprezo de Maquiavel pela lei, consiste na justificativa apresentada pelo pensador sobre o fratricídio cometido por Rômulo, em relação a Remo. Além disso, a fim de corroborar com a interpretação da tradição filosófica que alija o tema da ordem jurídica em Maquiavel, há ainda a possibilidade da interpretação da passagem do fratricídio como sendo um verdadeiro incentivo ao desrespeito da lei, visto que o ato criminoso de Rômulo foi valorado positivamente por Maquiavel, porque objetivava o bem comum e não atenderia a fins egoísticos. Assim, surgiu a interpretação de que em Maquiavel o que importa é o resultado que a ação proporciona e não o valor da ação em si – da

qual se popularizou a frase – que jamais fora dita por ele, de que os fins justificariam os meios.

A partir disso, surgiram interpretações de que a lei, para Maquiavel, poderia ser desrespeitada sempre que isso fosse conveniente, sem ressalvas sobre o que em seu pensamento seria capaz de motivar tal ato. Assim foi que a tradição filosófica considerou que a lei em Maquiavel possuía importância efêmera, transitória, de pouca ou nenhuma valia para fundamentar seu projeto político. Dessa forma, o tema foi considerado como desimportante pelos intérpretes do filósofo, porque eventualmente, podem ter partido do pressuposto de que era de pouca, ou nenhuma, importância para o próprio Maquiavel.

No entanto, essa posição não é a que se defende aqui. Isso porque, primeiro, ela parece ignorar que o próprio Direito romano, expresso através do Código de Justiniano, previa pena capital para os violadores dos muros da cidade, que eram considerados sagrados. Rômulo, nesse sentido, poderia estar amparado em antiquíssimas regras religiosas, que posteriormente se tornaram jurídicas, quando agiu. Outro exemplo de valoração da lei, por Maquiavel, está nos *Discursos*, visto que são permeados de momentos em que o pensador utiliza-se da linguagem jurídica para determinar o rumo do corpo político. Comprova-se com a análise do fratricídio de Remo por Rômulo; dos tumultos e da multidão delinquente na cidade; da lei como forma de tornar os homens bons; da lei como forma de ruína da cidade – como o caso da lei agrária em Roma, dentre outras. Tais passagens contribuem para conclusão sobre a existência de uma relação intrínseca entre a ordem jurídica e a ordem política, visto que se compreende, nessa pesquisa, que ambas compõem o poder na Florença de Maquiavel, pois a autoridade central do Estado não existia.

Nesse sentido, se buscará apontar que ao contrário do que a tradição crítica poderia sugerir – muito em função da interpretação trazida pelos anti-Maquiavel que o associaram à violação da lei religiosa, e, conseqüentemente, daquela civil – há em Maquiavel o respeito à lei, bem como conseqüências políticas da violação da ordem jurídica. Exemplo disso é a relação da corrupção

com o ordenamento jurídico e político; os tumultos, a forma de governo - que são afetados pelas estruturas jurídicas.

Nesse estudo, a violação da lei será abordada a partir do conceito de necessidade, ou seja, defende-se que o desrespeito à lei é excepcional em Maquiavel e que esse conceito deve ser analisado sob a perspectiva histórica na qual o pensador estava inserido (conflitos armados generalizados) e da necessidade (como conceito restrito) sendo a observância da lei a regra. Defende-se que o conceito de necessidade, no que se refere à violação da lei, não pode ser interpretado ampliativamente. Argumenta-se que a interpretação de que para a organização política fundamentada na força e na violência (manifestadas pelo próprio príncipe, de mão própria ou através de seu exército) é mais valorizada para Maquiavel do que o Direito, ou a lei em sentido amplo - e conseqüentemente do que ordem jurídica como um todo - não parece estar de acordo com o que o próprio Maquiavel defendia. Isso porque, Maquiavel relata que a violência está presente entre aqueles que governam, mas isso não significa que ele seja favorável a ela, ou que por isso, o Direito se torne acessório em seu pensar, ou ainda, que isso torne o cumprimento da lei opcional.

Entende-se que a observância do Direito através do cumprimento das normativas, tais com a lei, princípios gerais do Direito, costumes e julgamentos proferidos pelos antigos, para Maquiavel, não são atividades optativas ou desnecessárias. Nesse sentido, essa investigação, não se coaduna, portanto, com as leituras que afirmam que Maquiavel despreza a ordem jurídica e que essa exerce função secundária em seu projeto político. Isso porque, o pensador não apenas afirma que a observância do Direito é importante, como incentiva o cumprimento de seus preceitos em vários momentos, conforme se verá.

Nesse sentido, a fim de resumir o objetivo geral dessa pesquisa, apontamos que consistirá em demonstrar as transformações que o conceito de Direito sofreu através do tempo a fim de identificar a efetiva e consciente presença dele em Maquiavel, nas mais variadas obras e nas mais variadas formas. Afirmamos que o Direito está presente nas mais variadas obras porque é encontrado desde aqueles escritos de chancelaria, aos denominados escritos

políticos (aqui tratados como obras escritas para serem entregues como presentes – *O príncipe* e *Discursos*) – e nos literários. Está presente nas mais variadas formas, porque se apresenta na repetição de leis romanas – como nas obras de chancelaria, no *O príncipe* e nos *Discursos* – mas também como crítica velada à parcialidade da justiça florentina no caso de *Belfagor*; na sátira à pedância dos juristas, no caso da *Mandrágora*, e nas avaliações que traça sobre os acontecimentos que envolvem questões afetas aos Direito ocorridos em Florença na *História de Florença* e no *Discurso sobre as formas de governo de Florença*. Ressalta-se ainda, a presença do Direito, na própria formação e educação¹² que Maquiavel teve acesso.

Em relação aos objetivos específicos, evidenciar a existência de uma ordem jurídica europeia, construída muito antes de Maquiavel e possibilitar o uso dessa expressão, ao tempo de Maquiavel, estão entre eles. Ressaltar a importância, a função e o lugar central que o Direito ocupa no projeto político do pensador, também está. Buscaremos esclarecer a relação íntima entre ordem jurídica e ordem política ao tempo de Maquiavel e em Maquiavel. Objetivamos compreender e analisar que as manifestações jurídicas e as estruturas políticas, ao tempo de Maquiavel, já formavam um só conjunto, relacionado às atividades de poder – e que por isso, estavam correlacionadas. Buscaremos, ainda, demonstrar a importância central e primária do Direito para o pensamento de Maquiavel.

Visamos ainda demonstrar que a afirmação reproduzida por Maquiavel nos escritos de chancelaria (nas *Palavras*, nos *Discursos sobre a Ordenação* e nas *Provisões*), bem como no *O príncipe* e nos *Discursos*, de que todos os estados se alicerçam nas leis e nas armas, é originária do Direito romano, podendo ser encontrada no *Digesto* e nas *Institutas*, de Justiniano. Buscaremos apontar a função da ordem jurídica no sistema político, evidenciando que para Maquiavel as boas leis são aquelas que se originam dos conflitos entre grandes e povo, porque favorecem a liberdade, o bem comum e a utilidade pública, sendo a lei a máxima expressão da liberdade em seu pensamento.

¹² “apesar de, em seu tempo, não serem mais exigidos estudos notariais para ser nomeado na chancelaria florentina, a preparação jurídica fez parte da educação de Maquiavel” (VIVANTI, 2016, p. 22/23).

Como objetivos específicos, a fim de demonstrar o grau de desenvolvimento jurídico da Florença de Maquiavel, muito antes do nascimento do pensador, abordaremos o complexo modelo organizacional daquela cidade, estruturado sob um sistema de normas jurídicas que davam suporte àquele sistema político. Essas normas disciplinavam as questões relacionadas à ocupação de cargos, com processo eleitoral instituído; com números de integrantes previamente estabelecidos para cada cargo; com critério para o preenchimento dos cargos; periodicidade para ocupação; sufrágio; sorteio; quórum mínimo necessário para aprovação de leis; garantia de certa representatividade a determinados grupos, etc.

Outro objetivo específico consiste em demonstrar as relações que Direito possui com outros temas, tais como republicanismo, linguagem, tumultos, liberdade, humores, necessidade. Isso porque, a hipótese que norteou essa investigação é a de uma relação muito próxima, estreita, íntima, entre Direito, política e poder, tendo em vista que ao tempo de Maquiavel, não havia a cisão entre o que era linguagem política e o que era linguagem jurídica. Ambas referiam-se à linguagem do poder. Como se verá, chegar-se-á a essa relação entre Direito e poder analisando, não apenas o contexto histórico e social vivenciado por Maquiavel, como também a fundamentação histórico-jurídica anterior a ele, que proporcionou esse ambiente. Isso será feito no primeiro capítulo, que buscará evidenciar o Direito antecedente a Maquiavel e aquele de seu tempo, através da análise da cultura jurídica europeia.

O caminho a ser percorrido, não apenas para se identificar a presença, mas também a importância e a função do Direito e dos elementos que o compõem para Maquiavel, parte da análise do Direito na tradição jurídica europeia. Assim, o primeiro capítulo será dedicado à análise do Direito que antecede Maquiavel e aquele de seu tempo. Nele, a partir de uma visão europeia, será abordada a experiência jurídica antiga, fortemente influenciada pela religião, o Direito romano, o Direito medieval e renascentista, a influência do Humanismo Cívico e relação entre a ordem política e a ordem jurídica em Florença, ao tempo de Maquiavel.

O primeiro capítulo tem os olhos voltados para o passado, sem esquecer-se do presente vivido por Maquiavel. Não se pode querer apontar a

presença do Direito em Maquiavel sem saber o que é e como se desenvolveu o próprio Direito. Esse retorno ao conceito de Direito pressupõe o sucesso da investigação. Igualmente, não se pode preterir a forma como Maquiavel se relacionava em seus escritos com esses temas. Nesse sentido, na análise dos temas relacionados ao Direito, se buscará o confronto com o próprio pensamento de Maquiavel. Visará analisar o conceito de Direito a partir dos elementos que compõem, com a análise do ordenamento jurídico em várias épocas. Objetiva-se, com isso, fazer com que o leitor acompanhe o desenvolvimento desse conceito até o período do Renascimento italiano.

Ressalta-se que não se visará no primeiro capítulo analisar possíveis influências que o pensamento de Maquiavel teve sobre o Direito. Embora saibamos que Maquiavel não é um filósofo do Direito, isso não significa que seus pensamentos não possam ter repercussão nessa ciência¹³. Entretanto, esse não é nosso objetivo aqui. O fato do pensador não ser um filósofo do Direito, não nos impede de em sua obra encontrar os elementos jurídicos que podem ser analisados. Assim, em um movimento reverso, buscamos destacar a presença e a influência que o Direito teve em Maquiavel. Nesse sentido, o propósito contido no primeiro capítulo consiste em analisar a organização jurídica anterior a Maquiavel e aquela vigente ao seu tempo (escrita ou consuetudinária), bem como a relação dessa organização jurídica com a organização política e com a sociedade.

Analisar-se-á, ainda, no primeiro capítulo, além da cultura jurídica europeia que antecedeu Maquiavel, a realidade política e jurídica a qual ele estava submetido em Florença. Isso se dará para se compreender a importância que as estruturas do Direito possuíam na organização política vivenciada por ele. Traçar esses elementos é algo importante para os objetivos dessa investigação. Isso porque, será a partir deles que poderemos detectar e delimitar a presença da temática jurídica nos escritos do pensador florentino e

¹³ As contribuições que Maquiavel deu sobre o tema da razão de Estado, sobre o republicanismo, sobre a composição e funcionamento das instituições, sobre as questões relacionadas à guerra, sobre as relações diplomáticas - isso para citar apenas alguns pontos - poderiam ser temas de pesquisas autônomas que objetivassem investigar a influência que o pensamento de Maquiavel teve sobre o que se conhece hodiernamente como Direito Constitucional e Direito Internacional.

assim, verificar quais desses elementos jurídicos teriam atraído a atenção dele e quais são por ele repetidos.

Objetiva-se, também, com essa análise no primeiro capítulo, identificar o quanto a existência de uma ordem política previamente estabelecida e delimitada por uma ordem jurídica, pode ter influenciado Maquiavel. Tudo isso, a fim de apontar a presença do Direito e marcar a importância atribuída a ele pelo pensador. Nesse movimento, no primeiro capítulo, a importância que a religião teve para o Direito será analisando e confrontando com a importância atribuída a ela, por Maquiavel. Os elementos presentes no Direito romano, medieval e renascentista, bem como no Humanismo Cívico, serão apresentados e confrontados com o pensamento de Maquiavel. Busca-se, com isso, identificar se o secretário florentino reproduz ou rompe com a tradição jurídica, bem como em que medida faz uma, ou outra coisa.

O segundo capítulo será dedicado à análise das obras de chancelaria relacionadas à temática do Direito. É importante lembrar que Maquiavel tinha como atividade profissional a política – visto que era funcionário da república florentina e atuava como segundo secretário da chancelaria. Nessa função foi também secretário do Conselho dos Dez de Liberdade e Paz de Florença¹⁴ e, posteriormente, da Magistratura dos Nove. Ignorar o contexto histórico antecedente a Maquiavel e aquele vivenciado por ele, bem como a atividade profissional que ele desempenhava - fortemente influenciada pela tradição jurídica - significa ignorar o próprio método que o pensador utilizou. Maquiavel partia da premissa de que a história reproduz-se continuamente da mesma maneira, ou de maneira muito semelhante.

Nesse sentido, no segundo capítulo, os escritos de chancelaria, com a presença do Direito, serão apresentados obedecendo ao critério cronológico de

¹⁴ O Conselho dos Dez se tratava de uma “comissão da república encarregada dos problemas militares e da política externa [...]” (VIROLI, 2002, p. 50). Como secretário do Conselho dos Dez, as atribuições de Maquiavel consistiam em “manter informados os Senhores e o Conselho dos Dez sobre os problemas militares e políticos, de forma que pudessem ser tomadas decisões adequadas em cada caso. Mas, enquanto os políticos que ocupavam a Senhoria e o Conselho dos Dez ficavam no cargo por poucos meses, os secretários e os auxiliares permaneciam em seu posto por anos a fio, desempenhando assim um importante papel na vida institucional da república. Em suma, Maquiavel era um chefe, ou como diríamos hoje, um dirigente” (VIROLI, 2002, p. 50). “E o infatigável Secretário [...] ao Conselho dos Dez, escreveu raras e breves cartas, mais sobre mantimentos do que sobre política” (RIDOLFI, 2003, p. 116).

suas escritas. A única exceção estará reservada à *Descrição do modo adotado pelo Duque Valentino para matar Vitellozzo Vitegli, Oliverotto Pagolo e o Duque de Gravina Orsini*. Esse escrito data de 1515 – período posterior, portanto, à saída de Maquiavel da chancelaria florentina, que ocorreu em 1512. Entretanto, relata fatos ocorridos entre 1502 e 1503, vivenciados por Maquiavel, durante o exercício das atividades de chancelaria. Assim, como se refere ao período de chancelaria, está classificado por nós e por outros estudiosos¹⁵ como um escrito de chancelaria e será apresentado na ordem cronológica dos anos dos fatos aos quais se refere, a saber, 1502-1503.

Nesse sentido, o segundo capítulo será dedicado à presença do Direito na atividade prático-profissional de Maquiavel. Nele, se analisará a importância que o conhecimento jurídico teve para aqueles que pretendiam exercer atividades junto à chancelaria florentina. Abordar-se-á a presença expressa do Direito em seis obras de chancelaria, a saber: *Discurso proferido ao magistrado dos Dez sobre a situação de Pisa; Sobre a Situação de Pistoia; Descrição do modo adotado pelo Duque Valentino para matar Vitellozzo Vitegli, Oliverotto Pagolo e o Duque de Gravina Orsini; Palavras que devem ser ditas sobre a provisão do dinheiro com um pouco de proêmio e de desculpas; Discurso sobre a Ordenação do Estado de Florença para as armas* e, por fim, *Provisões da República de Florença para instituir o Magistrado dos Nove oficiais da ordenança e milícia florentina*.

A análise da reprodução por Maquiavel, da afirmação feita de maneira escrita desde o Direito romano, de que todos os Estados se fundamentam nas leis e nas armas - com variações que envolvem a justiça e prudência - será realizada tanto no segundo, quanto terceiro capítulo. No segundo capítulo, o binômio (leis e armas) será analisado a partir de três escritos de chancelaria: *Palavras que devem ser ditas sobre a provisão do dinheiro com um pouco de proêmio e de desculpas* doravante denominada apenas como *Palavras*; *Discurso sobre a Ordenação do Estado de Florença para as armas*, que passa a ser denominada apenas como *Discurso sobre a Ordenação*, e, por fim,

¹⁵ Adotamos a obra *Tutte le Opere* de Mauro Martelli como referência base para os escritos de chancelaria. Na referida obra, a *Descrição do modo adotado pelo Duque Valentino para matar Vitellozzo Vitegli, Oliverotto Pagolo e o Duque de Gravina Orsini* aparece entre os escritos de chancelaria de Maquiavel.

Provisões da República de Florença para instituir o Magistrado dos Nove oficiais da ordenança e milícia florentina, doravante denominada apenas como *Provisões*. No terceiro capítulo, a abordagem sobre o binômio se dará a partir do *O príncipe e dos Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*, doravante denominado apenas como *Discursos*.

Dada à importância do binômio e a sua reprodução em textos diversos, optamos, metodologicamente, por dividir sua análise de acordo com as obras em que ele aparece. Em nosso entendimento, o referido binômio é uma premissa para Maquiavel, retirada das *Institutas* e do *Digesto* – dois dos quatro livros que compunham o *Código Juris Civilis*, compilamento de normas jurídicas de todo o Direito romano, organizado pelo Imperador Justiniano, em 529 d. C. Assim, a reprodução do binômio por Maquiavel, é uma clara demonstração de que o pensador não apenas teve contato, como conhecia o Direito romano e dele se utilizava, reproduzindo-o, conscientemente, em seus textos.

Destacamos, ainda, que além da análise no terceiro capítulo, *O príncipe* e *Os Discursos* também serão abordados no quarto capítulo. Para essas obras serão destinados dois capítulos, eis que nelas a análise sobre a presença do Direito se demorará mais, tendo em vista que é nos *Discursos* que Maquiavel apresenta o maior número de componentes jurídicos. Nessas obras, Maquiavel se preocupa com os elementos e com a organização institucional do poder. Isso faz com que a maioria dos elementos necessários para a pesquisa desse tema, sob o viés da relação entre Direito e política, se encontre nelas. Podemos citar como exemplo, as questões relacionadas à lei e seus desdobramentos; à relação entre o conceito de lei e o de necessidade, e as abordagens do tema do Direito dentro do corpo político¹⁶.

Assim, no terceiro capítulo, serão analisadas a forma e o conteúdo das ordenações e dos costumes para Maquiavel. Qual a importância desses dois elementos para a composição do projeto político de Maquiavel e como eles se relacionam com o Direito, em especial com a lei? Nesse capítulo, tanto as

¹⁶ A utilização da expressão corpo político remete a “uma longa tradição metafórica de ‘corpo político como organismo’ tradição que como se sabe ‘insiste sobre uma imagem orgânica de corpo político, exemplificado em sua natureza paradigmática uma ordem política que se articula em diversas partes e funções que são membros ou órgãos da comunidade - já claramente delineada no pensamento antigo, mas desenvolvida, sobretudo, com grande eficácia entre a Idade Média e o Renascimento” (SARTORELLO, 2013, p. 57).

ordenações quanto os costumes, serão analisados como elementos que compõem o que denominamos como o sistema jurídico, ou ordem jurídica para Maquiavel. Por ordem jurídica, denominados o aparato jurídico necessário para que o corpo político possa operar. Quais os elementos jurídicos necessários para que um organismo político se estabeleça para Maquiavel? Demonstraremos que o pensador florentino indicava pelo menos quatro: ordenações, costumes, leis e julgamentos proferidos pelos antigos – todos serão analisados.

A corrupção também será tema de análise do terceiro capítulo, juntamente com os costumes com o qual está intimamente ligada, visto que para Maquiavel a corrupção do corpo político demonstra a própria corrupção dos costumes. Para Maquiavel há uma tenaz relação entre costumes e lei, que será evidenciada nesse capítulo, pois do mesmo modo que a corrupção dos costumes redundando na corrupção das leis, os bons costumes são produtores de boas leis. Essa relação de dependência entre costumes e leis no corpo político também será objeto de análise do terceiro capítulo.

O quarto capítulo será dedicado somente à análise da lei. Isso porque a lei é o conceito jurídico apresentado por Maquiavel como sendo central. Com ele se relacionam as ordenações, o costume e os julgamentos proferidos pelos antigos. Como ordenações e costumes serão analisados no terceiro capítulo, ao quarto restam à lei e os julgamentos proferidos pelos antigos, com os quais se encerra, em nosso entendimento, o conjunto dos quatro elementos integrantes da ordem jurídica em Maquiavel. Nesse capítulo, visa-se destacar, de maneira mais presente, a relação entre os elementos jurídicos e políticos nos *Discursos* e no *O príncipe* – aqui classificadas como obras que foram escritas para serem entregues como presente, eis que *O príncipe* foi dedicada a Lorenzo de Medici e os *Discursos* a Cosimo Rucellai¹⁷ e a Zanobi Buondelmonte, embora esses nomes não constem expressamente na dedicatória de Maquiavel.

No quarto capítulo, a lei será analisada nos diversos conceitos: como produto do julgamento proferido pelos antigos e como produto dos tumultos,

¹⁷ Neto de Bernardo Rucellai (GILBERT, 1964, p. 33).

através do conflito entre grandes e povo; a lei como função e como instrumento artificial de criação de necessidade; como artificialidade para tornar os homens bons. Além disso, também serão analisados os casos em que Maquiavel defende a possibilidade de obediência, desobediência e alteração da lei. A relação entre lei e violência e os fratricídios. Nele também será analisada como forma de destruição do corpo político, a partir do exemplo da lei agrária romana que, segundo Maquiavel, foi responsável pela queda de Roma. Por fim, a relação entre lei e republicanismo.

No quinto capítulo a presença do Direito será analisada nas obras literárias, *Belfagor* e *Mandrágora*. Nelas, constatar-se-á a presença da linguagem jurídica também nos escritos que, em tese, não teriam cunho político. Defendemos que em Maquiavel nada é alheio à política. Isso fica ainda mais evidenciado pelo fato de que, ao tempo de Maquiavel, inexistia um poder político central nos moldes como conhecemos hoje. Isso fazia com que a linguagem jurídica também fosse política, formando a linguagem do poder (conforme anteriormente já afirmava o pensador Diego Quagliani). Esse imbricamento entre política e Direito, próprio do período vivenciado por Maquiavel, aparece de maneira muito clara em seus escritos - inclusive naqueles literários.

Costumeiramente, os estudiosos do pensamento político de Maquiavel, se dedicam mais às denominadas grandes obras, deixando as obras literárias em uma espécie de segundo plano. Entretanto, aqui, visa-se demonstrar que a linguagem jurídica está tão presente em Maquiavel, que até mesmo naquelas obras em que, aparentemente, a linguagem do poder poderia ser prescindida, como no caso das denominadas como literárias, ela também aparece. Nessas obras, mesmo com sátira, por vezes misoginia e humor, as questões jurídicas, políticas e organizacionais, também se manifestam.

Assim, no quinto capítulo, a novela *Belfagor* será apresentada sob as divisões das fases processuais. Trata-se da narrativa utilizada por Maquiavel, na qual, um demônio que dá nome à obra, Belfagor, através de um processo democrático é sorteado para vir a terra e conferir presencialmente se a alegação dos maridos que chegavam ao inferno, de que para lá eram enviados porque suas mulheres os faziam pecar, era verídica. A trama contada por

Maquiavel é, como ser verás, perfeitamente reproduzível sob uma narrativa que considera as fases processuais: fase inicial, saneamento, instrução e cumprimento de sentença. Demonstrar-se-á que Maquiavel utiliza-se de vários elementos jurídicos em sua novela, evidenciados, não apenas pela forma como narra, mas também pelo conteúdo, que envolve relações jurídicas patrimoniais e pessoais estabelecidas por Belfagor.

Na *Mandrágora*, a presença do Direito também será evidenciada, mas de uma maneira ainda mais satírica. O nome que da obra é inspirado em uma poção enganosa, mádragora - que teria o condão de tornar férteis mulheres inférteis. Uma invenção de um astuto que se apaixonou por uma mulher casada e que criou a farsa para relacionar-se com ela. O marido enganado trata-se do ingênuo *messer Nícia* - um jurista, doutor em leis, que muito presava o latim, mas que de tudo era tolo – incapaz de perceber o engodo. Facilmente ludibriado, Maquiavel escancara, de maneira jocosa, o personagem *messer Nícia* – lembrado que o título de *messer* somente era atribuído aos doutores em leis. Maquiavel, ao fazer seu público rir de um jurista, reproduz, em nosso entendimento o humanismo jurídico que criticava não apenas o sistema de Direito, como a postura dos juristas.

A peça teatral *Mandrágora* trata do tema da corrupção dos costumes, eis que repleta de simulações e dissimulações, com atividades em que um frei ambicioso renunciava a qualquer orientação religiosa em troca de dinheiro. Essa peça teatral chamou a atenção de um Medici, do papa Leão X – daquela mesma família que Maquiavel não conseguiu impressionar com o seu *O príncipe*. Nesse sentido, *Mandrágora* merece ainda destaque especial porque foi através dela que Maquiavel volta a prestar serviços à república florentina, eis que o Papa Leão X, que muito gostou da obra, solicita que escrevesse a *História de Florença* – objeto de análise do sexto capítulo. Nessa investigação, a *História de Florença* será abordada sob a perspectiva restrita da denominada revolta dos *ciompi* - como eram conhecidos os trabalhadores da Arte da lã, que estava à frente da revolta ocorrida em 1378, em Florença.

No sexto e último capítulo, serão analisadas sob a perspectiva da presença do Direito, além da já mencionada revolta dos *ciompi* na *História de Florença*, também o *Discurso sobre as formas de governo após a morte do*

jovem Lourenço de Medici (Florentinarum rerum post mortem iunioris Laurentii Méidicis) doravante denominado apenas como *Discurso sobre as formas de governo*, e também a *Alocução feita a um magistrado*, que passará a ser denominada apenas como *Alocução*. Essas são obras escritas por Maquiavel mediante encomendas e esse fato dá origem ao título do capítulo. Mesmo que no caso da *Alocução*, saibamos da encomenda somente porque Maquiavel menciona que escreve aos magistrados porque lhe foi solicitado, sem informar quem teria feito.

O sexto capítulo, mantém a temática da corrupção, eis que esse é mote da obra *História de Florença*. Como se verá, a revolta dos *ciompi* – é narrada por Maquiavel como sendo um mau conflito, porque não terminava com boas leis como os romanos, mas sim com destruição e derramamento de sangue. O que se visa demonstrar é a forma como Maquiavel compreende um bom conflito, capaz de produzir boas leis e o porquê os conflitos florentinos não serviam para essa finalidade, enquanto que aqueles romanos surtiam esse efeito.

Ressaltamos, para finalizar, que classificar as obras de acordo com a cronologia dos fatos, bem como de acordo com os motivos que determinaram suas origens, importa para os objetivos dessa investigação. Isso porque, como Maquiavel desempenhou várias atividades ao longo da vida - ele mesmo assinou cartas se autointitulado como historiador, cômico e trágico. Foi prático da política, além de escritor e dramaturgo. Nesse sentido, ter consciência do contexto a partir do qual Maquiavel escreve (se por encomenda, ou para entregar a obra como presente, ou no desempenho da atividade junto à chancelaria, ou, ainda, como literato, etc) contribui para que possamos compreender a importância que o Direito tem para o pensador, nos mais diversos contextos. Assim, conseguimos perceber que o Direito não é apenas mais um tema presente em Maquiavel, mas verdadeira premissa para ele, utilizada conscientemente, independentemente do motivo anterior que o tenha levado a escrever.

1 O DIREITO ANTECEDENTE A MAQUIAVEL E AQUELE DE SEU TEMPO: ASPECTOS DA CULTURA JURÍDICA EUROPEIA

A proposta desse capítulo consiste em investigar os aspectos relacionados ao Direito, e à cultura jurídica europeia que antecederam Maquiavel e aquele de seu tempo. Isso se faz com o objetivo de fornecer elementos sobre os períodos de desenvolvimento do Direito, para que sejam nos próximos capítulos correlacionados com os escritos de Maquiavel, para se verificar se o Direito antecedente a ele e aquele de seu tempo eram reproduzidos pelo pensador, ou se com eles rompia, e em que medida fazia uma coisa ou outra.

Objetiva-se, assim, situar o leitor sobre as fases de desenvolvimento que o Direito, na tradição jurídica europeia, passou. Isso para que então se possa compreender o que há da ciência do Direito em Maquiavel, bem como se o que há pertence a um Direito antigo como o romano, ou a um Direito medieval, ou renascentista. Essa investigação sobre a forma como Maquiavel aborda as questões jurídicas é um aspecto importante nessa investigação, porque indica não apenas o modo pelo qual o pensador é influenciado pelo Direito, se o recebe ou com ele rompe, mas também possibilita que se evidencie de qual Direito Maquiavel se utiliza.

Partimos aqui do fato de que Maquiavel se utiliza da linguagem do Direito. Isso porque, conforme se verificará no decorrer dos próximos capítulos, o pensador a utilizou da linguagem jurídica tanto em sua atividade como segundo secretário da república de Florença, quanto como autor de obras literárias, políticas e históricas. De que Direito se socorre o pensador nesses momentos? Qual era o sistema jurídico de seu tempo? Ele reproduz o conhecimento jurídico vigente à sua época, ou dele não se utiliza? Há muita diferença entre o Direito antigo (Direito Romano) e aquele do tempo de Maquiavel?

Para se responder a qualquer uma dessas indagações é preciso compreender a dinâmica do Direito através do tempo. É necessário conhecer um pouco sobre a história do Direito, tendo em vista que somente assim será possível comprovar que há Direito presente em Maquiavel e qual é esse

Direito, se aquele de seu tempo, ou o anterior. Para tanto, analisamos o processo de formação da cultura jurídica europeia, tendo em vista a naturalidade (europeia) de Maquiavel. Parte-se dessa cultura jurídica e não daquela do que hoje se conhece como Itália. Isso, por dois motivos: primeiro, porque a Itália, ao tempo de Maquiavel, não era unificada – o que viria a acontecer somente no século XIX. Assim, não há como falar em um Direito italiano, porque a Itália sequer existia; segundo porque o Direito Romano esteve vigente por todas as áreas de dominação romana e com isso influenciou fortemente a Europa toda e principalmente o que hoje conhecemos por Itália. Assim, abordar o tema a partir de uma cultura jurídica europeia, nos parece fazer mais sentido, porque melhor relataria a amplitude do Direito do período.

Há ainda que se ressaltar que o fato da ausência de unificação na Itália, fazia com que o Direito também não fosse exatamente o mesmo nas diversas regiões. Assim, as regiões do que se conhece contemporaneamente como Itália, poderiam ter normas jurídicas próprias. Ocorre que analisar o Direito da cidade de Maquiavel, ou mesmo um Direito aplicado às cidades da região a qual Florença pertencia (Toscana) também não seria, em nosso entendimento, uma opção que atenderia à realidade jurídica a qual Maquiavel esteve exposto. Isso porque, frequentemente, para exercer suas atividades como segundo secretário necessitava sair de Florença e dirigir-se, não apenas para outras regiões italianas, como também, para outros territórios europeus (como França e Alemanha) e no exercício da chancelaria, por certo, precisava ter conhecimento de certas regras jurídicas referentes ao relacionamento de sua cidade com os estrangeiros. Assim, nada melhor do que analisar a cultura jurídica europeia para se acompanhar o desenvolvimento do Direito que circundou Maquiavel.

Torna-se importante mencionar que quando se inicia o estudo de determinado tema é comum que se tenha a preocupação com as questões que antecedem a pergunta principal que a hipótese se propõe a testar. E é a partir dessa preocupação que se estrutura esse capítulo. Há um brocardo latino que afirma: *ubi societas, ibi ius* (onde está a sociedade está o Direito) e o contrário também é verdadeiro: *ubi jus, ibi societas* (onde está o Direito está a

sociedade). E como a sociedade é dinâmica, é inegável que o Direito está também com ela, em constante processo de transformação.

Segundo nos ensina Miguel Reale “as formas mais rudimentares e toscas de vida social já implicam um esboço de ordem jurídica” (REALE, 2002, p.18). Há questões históricas, sociais, culturais, religiosas que interferiram, e ainda interferem, na construção do que se compreende por Direito através do tempo. Delas não nos afastamos. Assim, o relato histórico se torna importante para nossos objetivos, visto que para conhecermos o que há de Direito em Maquiavel, precisamos, antes disso, conhecer o próprio Direito, para reconhecê-lo em Maquiavel.

Esclarece-se que não se objetiva fornecer dados de uma investigação histórica aprofundada. Isso porque, mais do que prestar informações e dados, pretende-se apresentar um contexto histórico sobre o desenvolvimento do Direito presente na cultura europeia, e sobre os elementos que o compõem, a fim de que se possa percebê-lo nos escritos de Maquiavel. Assim, analisa-se a cultura jurídica antecedente e contemporânea a Maquiavel. Para tanto, traçar o campo de trabalho é essencial.

O Direito não está apartado da realidade cultural. É um fenômeno histórico: “a essência do Direito é a sua própria historicidade, ou seja, o fato de consistir na própria dimensão da vida associativa, expressão natural e inseparável da comunidade que, ao produzir o Direito, vive sua história em toda a sua plenitude” (GROSSI, 2014, p. 23). Nesse sentido, concordamos com Paolo Grossi sobre a íntima relação entre Direito e história, visto que o Direito como ciência social, se desenvolve e retira do campo da vida seus elementos. Evidenciar a relação entre Direito, sociedade e história se torna ainda mais importante quando se parte de um pensador fortemente influenciado por essa última, tal como Maquiavel.

Evidencia-se que o que se busca é apenas repassar noções elementares sobre a história e a cultura do Direito para que se forneçam subsídios que possam ser cotejados com os escritos de Maquiavel. Ocorre que a amplitude temporal é notória. Traçar a trajetória do Direito até o tempo de Maquiavel, mesmo que de maneira superficial, resumida, elementar, conforme se propõe, tem suas exigências. Dentre elas, um repasse histórico. A busca

pela fundamentação história é um exemplo deixado pelos antigos que tão atentamente Maquiavel leu, bem como pelo próprio pensador. Isso porque, assim como Maquiavel e Grossi, também compreendemos que “a história – a verdadeira história jamais é fuga, desvio ou diversão em relação aos dias atuais. É antes a busca de bases mais sólidas, de uma identidade essencial” (2014, p. 14).

Inicia-se, portanto, da análise da experiência jurídica antiga, não se podendo negligenciar a relação entre Direito e religião. Diante dessa investigação que busca encontrar a identidade essencial da cultura jurídica na qual Maquiavel se inseria, estabelece-se um limite histórico sobre o campo de trabalho, dada à extensão temporal e conceitual que se visa abarcar. Para tanto, opta-se por priorizar as questões históricas a partir do Direito Romano¹⁸, que dominou o Direito antecedente a Maquiavel, influenciou fortemente aquele de seu tempo e ainda é tão presente, contemporaneamente, no Direito ocidental. O Direito romano teve influência em toda a Europa¹⁹ não apenas nos períodos antigo, imperial e republicano romanos, mas também no período medieval e renascentista, visto que a partir do século XII, a lei romana passou a ser recepcionada, servindo como a base fundamentadora do Direito medieval.

A influência que sofremos, ainda na atualidade, do período romano é muito grande. Exemplificativamente, “se os termos ‘direita; e ‘esquerda’ têm o

¹⁸ “A expressão *Direito romano* é tomada em diferentes sentidos pelos autores. Num primeiro sentido, a referida expressão designa o conjunto de regras jurídicas que vigoraram no império romano durante cerca de 10 séculos, ou seja, desde a fundação da Cidade em 753 a. C., até a morte do imperador Justiniano, em 565 depois de Cristo (para outros de 753 a 1453). Num segundo sentido, Direito romano é a expressão que designa um ramo apenas daquele Direito, isto é, o Direito privado romano, com exclusão do Direito público, que não atingiu em Roma, o mesmo grau de desenvolvimento e perfeição que aquele outro ramo, a ponto de haver um romanista afirmado: os romanos foram *gigantes* no direito privado e *pigmeus* no Direito público. A expressão *Direito romano* é empregada ainda para designar as regras jurídicas consubstanciadas no *Corpus Juris Civilis*, conjunto ordenado de leis e princípios jurídicos, reduzidos a um corpo único, sistemático, harmônico, mas formado de várias partes, planejado e levado a efeito no VI século de nossa era por ordem do imperador JUSTINIANO, de Constantinopla, monumento jurídico da maior importância, que atravessou os séculos e que chegou até nossos dias” (CRETELLA JÚNIOR, 1998, p. 8-9).

¹⁹ “O Direito de JUSTINIANO estudado em toda a Europa, desde o século XII, e aceito oficialmente na Alemanha em fins do século XV, teve grande influência na formação do Direito atual, refletindo-se na redação dos modernos códigos e, em especial, no *Código Civil francês* de 2 de março de 1804 e no *Código Civil alemão* de 1900” CRETELLA JÚNIOR, 1998, p. 10).

conteúdo que lhes atribuímos em nossa linguagem política, é porque por ocasião das primeiras assembleias revolucionárias romanas”. Isso porque, “os moderados e os extremistas agrupavam-se em lados distintos do semicírculo” (ROULAND, 1997, p. 176). Da mesma maneira, que o modo de vida romano, as leis vigentes também foram propagadas e assimiladas na cultura europeia e posteriormente incorporadas em outras tradições. Isso faz com que conhecer o Direito romano seja importante não apenas por questões históricas, mas para se compreender o que dele há em Maquiavel e em nós.

Assim, “o jurista moderno, antes de se preocupar com o Direito romano histórico, deve sempre ter em mente o Direito romano atual” (MADEIRA, 2012, p. 163). Isso porque existe um “sistema jurídico romano enquanto conjunto de princípios, termos e normas presentes em parte do mundo contemporâneo” (MADEIRA, 2012, p. 163). Esse Direito, provavelmente, esteja ainda presente devido à perpetuação que sofreu no tempo. A forma escrita que adotou contribuiu para isso, visto que outros sistemas coexistentes eram consuetudinários, não escritos.

Entretanto, embora cientes da influência do Direito romano nos institutos jurídicos atuais, por certo, o Direito atual não é o mesmo romano. Tampouco o Direito romano pode ser considerado o Direito vigente ao tempo de Maquiavel. Nesse sentido, o Direito ao tempo de Maquiavel não era o mesmo Direito que o antecedeu, incluindo, por certo, todo o importantíssimo período do Direito romano. Dessa forma, para se compreender o que há de jurídico no pensamento de Maquiavel, se faz necessário investigar qual são as influências que retirou do período romano e quais eram do Direito de seu tempo.

Buscar encontrar elementos jurídicos no pensamento de Maquiavel a partir do Direito romano nos parece ser o caminho mais seguro a se seguir. O alcance do Direito romano é notado ainda hoje, independente do regime ou sistema político, ou da forma de governo: “o Direito romano encontra-se presente como sistema jurídico vigente, por exemplo, no Brasil colonial, imperial ou republicano; na Rússia czarista, socialista ou republicana, na República da Cuba anterior ou posterior à Revolução” (MADEIRA, 2012, p. 162). A mesma presença do Direito romano como sistema jurídico vigente ocorre no lugar de origem de Maquiavel: “na Itália, antes ou depois de seus

respectivos processos de unificação nacional ocorridos no século XIX” (MADEIRA, 2012, p. 162).

A presença ainda forte do Direito romano nos sistemas jurídicos vigentes em grande parte do mundo se deve à amplitude que a dominação romana alcançou. As conquistas romanas se espalharam pelo mundo e com elas o Direito vigente em Roma, o que criou uma tradição jurídica romana que esteve vigente antes de Maquiavel, em seu tempo, e continua presente na atualidade. Ressalta-se, que o que está vigente é a tradição jurídica dos romanos e não o Direito romano como nos moldes antigos. Isso porque, muitos dos institutos jurídicos que reconhecemos contemporaneamente já eram assim reconhecidos no período romano.

Essa linearidade temporal de vigência do sistema jurídico romano perpassou o período de Maquiavel, nos atingiu e certamente nos ultrapassará. Nesse aspecto, a análise do Direito romano, em uma medida bastante ampla, também significa a análise do Direito ao tempo de Maquiavel. Vale aqui esclarecer - para que não sejam criadas expectativas que não serão atendidas - que as reflexões traçadas sobre os períodos históricos relacionados ao Direito romano, serão feitas sob o viés jurídico e somente nesse sentido serão aprofundadas.

As questões históricas serão apresentadas, voltadas aos temas que interessarem ao Direito, sobre fatos e conceitos elementares, sem aprofundamentos, visto que esse não é o objetivo principal dessa investigação. Assim, o que se pretende é apenas a contextualização histórica do Direito para se identificar o que dele há no pensamento de Maquiavel. Visa-se, assim, investigar e evidenciar a trajetória de transformações da cultura jurídica europeia, de modo muito abreviado, apresentando a estrutura do Direito, desde a experiência antiga, perpassando pela importante civilização romana, até o período de Maquiavel, a fim de se traçar um paralelo com elementos jurídicos presentes nos escritos do pensador.

1.1 A experiência jurídica antiga: a relação entre lei e religião

Entre os romanos, assim como entre os gregos e hindus, a lei era a princípio parte da religião. Os códigos mais antigos das cidades expressavam um conjunto de ritos que envolviam desde preces, liturgias até disposições legislativas. As leis antigas de Roma, que disciplinavam a vida civil, proibiam a ingestão de certos alimentos em celebrações sagradas; a aproximação das mulheres ditas culpadas dos altares e previam a forma como as cerimônias religiosas deveriam ser celebradas (cf. COULANGES, 1961, p. 164).

Posteriormente, o Código das XII Tábuas²⁰ (450 a.C.) continuou a prescrever ritos religiosos, muitos deles vinculados à sepultura. De maneira mais recente, Cícero²¹ (eleito Cônsul em 63 a.C.) imita os legisladores antigos, inserindo regulamentos relacionados aos cultos, embora com a certeza de que ele pouco se preocupava com a velha religião, mas se via obrigado a manter as

²⁰ “As XII Tábuas, chamadas séculos depois, na época de Augusto (Século I), fonte de todo o Direito[...] nada mais foram do que codificações de regras provavelmente costumeiras, primitivas, e, às vezes, até cruéis. Aplicavam-se exclusivamente aos cidadãos romanos. Esse Direito primitivo, intimamente ligado às regras religiosas, fixado e promulgado pela publicação das XII Tábuas, já representava um avanço na sua época, mas com o passar do tempo e pela mudança de condições, tornou-se antiquado, superado e impeditivo de ulterior progresso. Mesmo assim, o tradicionalismo dos romanos fez com que esse Direito arcaico nunca fosse considerado como revogado: o próprio Justiniano, 10 séculos depois, fala dele com respeito” (MARKY, 19995, p. 6). As XII Tábuas foram “afixadas no fórum romano, feitas de bronze e de marfim e, principalmente, ao completo dispor da consulta de qualquer interessado, as tábuas originais tiveram um fim trágico. No ano de 367 os gauleses invadiram Roma e atearam fogo ao célebre prédio onde elas estavam dispostas” (PALMA, 2010, p. 50).

²¹ “Marco Túlio Cícero nasceu em 106 a.C. e era, assim, exatamente da mesma idade de Pompeu e um pouco mais velho do que César, o Ditador. Membros da última geração da República Romana, os três sofreram morte violenta na década de 40, quando a própria república agonizava com a guerra civil. [...] Diferentemente de seus contemporâneos, Cícero era um ‘homem novo’, o primeiro da sua família a ocupar um cargo público. Veio de Arpino, província que gozava da cidadania romana desde 188 a.C.,” [...]Tomou-se, assim, pretor com 40 anos de idade e cônsul com 43. Foi um feito notável para um homem de suas origens. O consulado de 63 a.C., no qual ofuscou completamente seu colega, foi o ápice de sua carreira” (CÍCERO, 1999. p. VII-IX). Sobre o pensamento de Cícero, a liberdade política, para ele, era um pressuposto necessário da legitimidade do Estado. Referindo-se ao Estado, assim se exprime: “a República coisa do povo, considerando tal, não todos os homens de qualquer modo congregados, mas a reunião que tem seu fundamento no consentimento jurídico e na utilidade comum”. O Estado é verdadeiramente assim se buscar o bem e não violar o *juris consensus*. As formas corruptas de governo minam a base da existência do organismo estatal, na razão da sua legitimidade. E esta, também quando o governo, ao invés de estar nas mãos da coletividade, está nas mãos de poucos ou de apenas um, pressupondo sempre um mínimo de liberdade em todos os membros da *res publica* que permite aos cidadãos o controle sobre as ações do governo: pressupondo de qualquer forma um consenso dos governados” (QUADRI, 1962, p.09). Há um debate importante sobre a influência que Cícero desempenhou no pensamento de Maquiavel, sobre a presença dos ideais ciceronianos de liberdade e do republicanismo voltado para o governo do povo no pensador florentino.

regras sobre o culto na legislação (cf. COULANGES, 1961, p. 164). A própria etimologia da palavra Direito “é em latim o vocábulo *jus*. O vocabulário *jus* pertence à mesma raiz do verbo *jubere*, ordenar ou prender-se a mesma raiz do verbo *jurare* jura. *Jus* é o *ordenado, o sagrado, o consagrado*” (CRETELLA, 1998, p. 22). Há, portanto, nas origens do Direito, como se verá na sequência, uma relação muito próxima com o que é considerado sagrado, o sacramento e o sacerdócio, pois eram apenas os sacerdotes considerados aptos a proclamar o Direito, porque se acreditava que havia entre eles e a divindade um canal comunicável.

As questões religiosas eram, portanto, apresentadas como questões de Direito. A religião ganhava *status* e proteção legal, porque as leis civis nada mais eram do que a transcrições de leis religiosas, dadas pelas divindades. Isso porque se acreditava que o conteúdo das leis era dado pelos deuses, sendo os legisladores meros transcritores delas, pois o “processo de geração das leis antigas é muito claro. Não foram inventadas por um homem. Sólon, Licurgo, Minos, Numa podem ter escrito as leis de suas cidades, mas não as fizeram” (COULANGES, 1961, p. 165).

Essa forma de abordagem que considerava que as leis não eram feitas pelos homens, mas apenas escritas por eles, nos leva a concordar com Fustel de Coulanges sobre a figura do legislador: “se entendermos por legislador um homem que cria um código pelo poder de seu gênio, que o impõe a outros homens, esse legislador não existiu jamais entre os antigos” (1961, p. 165). Isso nos faz concluir que ideia tão popular contemporaneamente de que a lei representa a vontade do popular através do voto, estava muito distante da realidade da antiguidade que compreendia a lei como manifestação da divindade, porque “tampouco a lei antiga originou-se do voto do povo. O pensamento segundo o qual o número dos sufrágios podia promulgar uma lei não apareceu senão muito tarde nas cidades” (COULANGES, 1961, p. 165).

Assim, os antigos não acreditavam que era um homem, um legislador quem fazia a lei, e muito distante da realidade deles estava como fonte originária da lei a vontade de um número de pessoas, através do sufrágio. A lei poderia até ser revelada, escrita e declarada por um homem, mas acreditavam que o seu verdadeiro autor era uma divindade, um deus ou deuses. Isso pode

ser constatado no caso prático da cidade de Roma, na qual os plebeus não podiam participar dos cultos da cidade e por isso também eram proibidos de praticar atos jurídicos. Sobre o tema, Norbert Rouland:

Mas é preciso atentar para um ponto: os patrícios não atribuíram aos mais antigos atos jurídicos um caráter religioso e formalista no intuito de, com isso, excluir os plebeus. Esse aspecto, na realidade, já era preexistente. O Direito é de natureza religiosa, pois a prerrogativa de distinguir o que é bom e o que é mau pressupõe uma relação com o mundo dos deuses. São exclusivamente os sacerdotes que conhecem as leis e os processos (ROULAND, 1997, p. 49).

Atribuir à lei um caráter divino, religioso fazia com que ela também ganhasse reconhecimento como coisa sagrada. Acreditava-se que somente aqueles com estreitas ligações com as divindades poderiam ser capazes de revelar aos demais a vontade divina expressa por um mandamento. O Direito nasceu sob a influência da religião, com uma ritualística que envolvia sua apresentação, certo caráter misterioso, mítico, sacerdotal. Assim, nesse período de relação estreita entre Direito e religião, a violação à lei representava um atentado à própria divindade.

Destaca-se ainda, devido ao caráter sagrado, a imutabilidade das leis. Partindo do pressuposto de que as leis eram mandamentos divinos, por esse atributo, eram consideradas perfeitas e imutáveis. As leis eram apresentadas pelos fundadores das cidades, de maneira concomitante à própria fundação – destacamos aqui a fundação de Roma²², abordada por Maquiavel nos *Discursos* – cujas leis teriam sido dadas pelo seu fundador, Rômulo.

De acordo com os cultos das religiões primitivas, “as leis apresentam-se como algo antigo, imutável, venerável. Tão velhas quanto à cidade, o fundador é que as *estabelecia*, ao mesmo tempo em que *estabelecia* o lar [...] ao mesmo tempo em que instituí a religião” (COULANGES, 1961, p. 165). Sob muitos aspectos, tratava-se de uma verdadeira simbiose entre lei religiosa e lei civil,

²² Ressaltamos que nos *Discursos* Maquiavel faz um breve comentário sobre uma eventual dúvida sobre quem teria sido o fundador de Roma, se Rômulo ou Enéias: “Quem, portanto, examinar a edificação de Roma, se considerar que foi Enéias seu verdadeiro fundador, dirá que está entre as cidades edificadas por forasteiros; se considerar que foi Rômulo, dirá que é das edificadas pelos homens nascidos no lugar” (*Discursos*, I, 1, p. 11). Entretanto, embora mencione a possibilidade de Enéias ter diso o fundador de Roma, Maquiavel não retoma essa possibilidade em outros momentos dos *Discursos* e desenvolve seus escritos tomando Rômulo como fundador.

tendo em vista que o que era considerado lei civil eram as próprias leis religiosas. Nesse sentido, o primeiro tema estabelecido como lei civil era sempre aquele relativo ao comportamento religioso, ao que era permitido ou proibido em termos religiosos.

Assim, os temas abordados pela lei eram aqueles da vida cotidiana das pessoas, relacionados aos seus cultos e crenças. Essas leis vinham se reproduzindo ao longo dos anos, regulamentando situações cotidianas das vidas das pessoas. Assim, quando analisamos com cuidado as “leis gregas ou romanas que regulamentavam a propriedade, a sucessão, o testamento, a adoção, observamos como essas leis correspondiam exatamente às crenças das gerações antigas” (COULANGES, 1961, p. 165). Isso nos faz entender que a preocupação dos antigos consistia em reproduzir nas leis civis as tradições religiosas, mesmo que isso contrariasse questões naturais, pois “se colocarmos essas leis em confronto com a equidade natural, descobriremos muitas contradições” (COULANGES, 1961, p. 165).

Entretanto, contrariar a equidade natural não parecia ser um problema para os antigos. Não estavam preocupados com questões inerentes à condição humana, ao Direito em si, ou mesmo ao cumprimento de algum ideal de justiça, ou ainda questões comportamentais ou éticas exteriores às condutas religiosas, porque “o homem não estava a estudar sua consciência dizendo: isto é justo, isto não é. Não foi assim que apareceu o Direito antigo” (COULANGES, 1961, p.166).

Ao analisar os institutos jurídicos remotos, “parece assaz evidente que os antigos não foram procurar na noção do Direito absoluto e no sentimento de justiça” (COULANGES, 1961, p. 165) Se o Direito ou a justiça não eram preocupações dos antigos, qual era a fonte primária inspiradora do conteúdo de suas leis? Era a própria prática religiosa. Coulanges indica que a fonte legislativa era a adequação da lei civil antiga ao que denomina de tradição²³. Para confirmar tal hipótese, bastaria cotejá-las: “ponhamo-las em confronto com o culto dos mortos e do lar, comparemo-las com as diversas prescrições

²³ A importância para Maquiavel do que para os antigos era denominado de tradição e que posteriormente passou a ser designado pelo vocabulário jurídico como costume, será analisada no capítulo III, item 3.3.

dessa religião primitiva, e reconheceremos que estão em perfeito acordo com tudo isso” (COULANGES, 1961, p. 165-166).

Essa relação tão íntima entre religião e Direito, fazia com que os Lacedemônios acreditassem que seu legislador não era Licurgo, mas sim Apolo. Os cretenses de que não fora Minos quem teria feito as leis, mas Júpiter. Os etruscos de que suas leis tivessem sido ditadas pelo deus Tages e os romanos diziam que Numa havia recebido o ditado das leis da poderosa deusa Egéria. Devido à crença na origem divina das leis, elas eram também consideradas sagradas. Mesmo quando passou a ser possível a participação do povo através do sufrágio, a religião continuou a ser importante para legitimá-las. Em Roma²⁴, por exemplo, mesmo que a lei fosse unanimemente aprovada pelo sufrágio, ela ainda precisava da aprovação dos pontífices, bem como os áugures precisavam ser favoráveis à lei proposta, regra que esteve vigente até o primeiro século da república romana²⁵ (cf. COULANGES, 1961, p. 166).

Dentre os antigos, era corrente a afirmação de que as leis eram ditadas pelos deuses. Essa relação entre lei e religião era tão próxima que se entendia que a interpretação das regras de Direito cabia originariamente somente aos sacerdotes, porque eles eram considerados os verdadeiros intérpretes das normas jurídicas (MARKY, 1995, p. 8). A relação entre o Direito antigo e a religião era tão próxima que os historiadores antigos relatam que os livros religiosos serviram como fonte de registro do Direito vigente no período. Nesse sentido, “o historiador grego Dionísio de Halicarnasso” atesta que “que havia

²⁴ O jurista italiano Aldo Schiavone afirma: “sobre o nascimento de Roma e as primeiras épocas de sua história, trata-se de uma das discussões historiográficas mais importantes e emocionantes do século XX, cujo eco não desapareceu até hoje” (2016, p. 3). E continua: “Roma é a cidade do antigo mediterrâneo que conservou na época de sua maturidade plena a maior quantidade de informações sobre a sua própria origem” (SCHIAVONE, 2016, p. 3). Entretanto, “no estado de nosso conhecimento, é impossível oferecer uma narrativa com um grau de precisão suficiente sobre os acontecimentos da fundação da Cidade e sobre a configuração de suas primeiras instituições públicas. Mesmo os romanos – os escritores que nos deixaram as narrativas que temos hoje – sabiam pouco sobre isso” (SCHIAVONE, 2016, p. 5). Do ponto de vista jurídico, “os romanos nunca tiveram, em toda a sua história, uma constituição no sentido atual, de um texto escrito e rígido, em que as figuras, princípios e regras que presidiam a estrutura da equipe se estabelecessem conjuntamente, de forma orgânica e exaustiva, tampouco tinham um termo capaz de expressar essa ideia, da qual a palavra *civitas* se aproxima de maneira muito imperfeita” (SCHIAVONE, 2016, p. 5). Sobre as origens de Roma: “os que mais se debruçam sobre o estudo das origens da cidade concordam certamente num ponto. Os primeiros dirigentes de Roma teriam instituído um verdadeiro Direito de asilo, resultando em que a *urbe* atraísse a si uma multidão de indivíduos das mais variadas condições” (ROULAND, 1997, p. 34).

²⁵ O Período Republicano em Roma ocorreu entre 510 a.C., a 27 a.C.

consultado os documentos originais” e “disse que em Roma, antes dos decênviros²⁶, o pouco que havia de leis escritas encontrava-se nos livros sagrados” (COULANGES, 1961, p. 168).

Outra questão relevante acerca das leis antigas, relacionada à sacralidade e a imutabilidade, é a irrevogabilidade. Ou seja, por serem consideradas de origem divina, não poderiam ser alteradas e nem mesmo revogadas por outra lei - mesmo que essa fosse completamente incompatível e contrária à primeira. O estabelecimento de uma lei nova em sentido contrário não retirava o poder e a vigência da lei sagrada. Independentemente de estarem completamente ultrapassadas e ineficazes, vazias de conteúdo aplicável, as leis permaneciam vigentes. Assim, várias leis contraditórias entre si eram consideradas válidas, o que gerava muita confusão, eis que com leis em sentido contrário, tornava-se difícil saber qual aplicar: “é por isso que o Código de Manu conserva a antiga lei que estabelece o Direito de primogenitura, e traz outra que ordena a divisão dos bens em partes iguais entre os irmãos” (cf. COULANGES, 1961, p. 166).

Muitos são os exemplos que denotam a forte ligação entre o Direito e a religião. Dentre eles: a consideração do legislador como uma espécie de “boca da divindade”; fusão entre lei religiosa e lei civil; utilização dos livros sagrados como registro do Direito vigente; atribuição de características consideradas sagradas à lei, como irrevogabilidade, o atentado à lei era considerado atentado à divindade, etc. Além disso, os primeiros grandes conhecedores das leis eram os sacerdotes: “Sabemos que somente as funções sacerdotais possibilitavam o conhecimento do Direito e do processo” (ROULAND, 1997, p. 91). Assim, os primeiros juristas também surgiram dentre os sacerdotes: “os juristas, todos eles ávidos conhecedores da jurisprudência romana eram, no princípio, oriundos da antiga e tradicional classe sacerdotal”. Entretanto, com o

²⁶ “A tradição literária assevera que se convencionou enviar à Magna Grécia uma comissão composta por dez homens, os *decênviros*, que tinham a incumbência de estudar as famosas leis de Sólon, notável legislador ateniense, não obstante o fato de diversos romanistas, dentre os quais destaco por hora Alan Watson, rejeitem firmemente tal hipótese. Assim, nasceram as primeiras e principais tábuas, as quais foram acrescidas de duas mais. Constitui, portanto, a Lei das XII Tábuas, um verdadeiro marco na trajetória histórica do Direito romano, apesar da generalidade de suas injunções” (PALMA, 2010, p. 50).

decorrer do tempo e “a intensa laicização experimentada pelo Direito no século III [...] eles se tornam verdadeiros profissionais” (PALMA, 2010, p. 51).

A relação entre Direito e religião no período antigo era extremamente próxima. Entretanto, com o passar do tempo, o Direito passou a ter certa autonomia, visto que os conceitos não se confundiam por completo. Isso porque, “desde os mais remotos tempos, é patente a distinção romana entre o *Direito* e *religião*. O *jus* – o que a *Cidade* permite que se faça – não se confunde com o *fas* – aquilo que é permitido pela *Religião*” (CRETELLA, 1998, p. 23). José Cretella Júnior afirma que entre os romanos há diferenças significativas em relação aos gregos, no que se refere aos temas do Direito e da religião.

Enquanto os gregos possuíam uma personificação dos Direitos em figuras divinas, os romanos - embora tenham criado as figuras do *Aequitas* e da *Justitia* - essas figuras não se assemelham às aquelas gregas da Têmis e Diqué. Para os romanos, a religião, ou o *fas*, é resumido como sendo “aquilo que é *Direito* conforme a vontade dos deuses”, enquanto que o *Jus* “é o que regula as relações entre os homens sob a sanção do Estado” (CRETELLA, 1998, p. 23). Nesse sentido, “o próprio Direito romano acaba por laicizar-se, mas não chega a se libertar incontinenti da ideia de que era necessário cumprir um ritual para obter efeitos jurídicos” (ROULAND, 1997, p. 49-50).

Nesse sentido, a religião funcionou para o Direito como uma espécie de campo no qual este se desenvolvia. Acreditava-se que as divindades ditavam as leis e com isso as primeiras leis civis possuíam conteúdo religioso. Os sacerdotes eram os que tinham o poder de revelar essas leis e havia uma ritualística para esse processo. O Direito, portanto, se originou através de um viés religioso. Cabe-nos, após essas considerações, investigar se em Maquiavel a relação entre Direito e religião, o que se fará na sequência.

1.1.2 Maquiavel e a religião em função da lei

O título dessa seção indica uma característica essencialmente utilitarista da religião para Maquiavel. Quando se aborda o tema sob o viés da função, se

busca apresentar a face utilitária da religião. Para Maquiavel, a religião desempenha uma função em favor da lei, e consequentemente em favor da manutenção da organização política, a saber, tornar as pessoas mais obedientes. Para Maquiavel, essa obediência é uma característica desejável tanto no que se refere à obediência à lei geral, quanto à lei em específico, no caso dos comandados em um exército, por exemplo. Isso porque, Maquiavel possui “uma marcante capacidade prática utilitarista” (GUIDI, 2009, p. 23) e com a religião não seria diferente.

Para Maquiavel, a religião exerce sim uma função em favor da lei, mas não encontra na lei uma finalidade. A religião não serve à lei com o objetivo de esgotar-se na finalidade jurídica. O que ocorre é que a religião serve à lei, porque ambas servem ao corpo político. Isso porque “Maquiavel, pelo menos nos livros, queria que a religião fosse um instrumento do Estado, quer dizer, do homem” (RIDOLFI, 2003, p. 25-26). Maquiavel entende a religião como um instrumento a serviço do desempenho das funções políticas, o que pode ser constatado tanto no *O príncipe*, quanto nos *Discursos*.

Por respeito à cronologia das obras, passaremos a analisá-las, sob o aspecto da religião, nessa mesma ordem. No *O príncipe*, o capítulo mais utilizado para se tratar sobre o tema é o XVIII, cujo título é: *De que modo devem os príncipes manter a palavra dada*. Nele, Maquiavel afirma a necessidade do Príncipe parecer religioso, sem necessariamente sê-lo, porque caberia aos príncipes serem espertos como as raposas: “deve parecer, para os que o virem e ouvirem, todo piedade, todo fé, todo integridade, todo humanidade e todo religião. Não há nada mais necessário do que parecer ter essa última qualidade” (*O príncipe*, 2008, p. 85).

Nota-se que Maquiavel afirma que há a necessidade de “parecer ter” e não “ter”. Isso porque “a um príncipe, portanto, não é necessário ter de fato todas as qualidades supracitadas, mas é indispensável parecer tê-las” (*O príncipe*, 2008, p. 84) e no caso da religião, é a mais necessária delas. Nesse sentido, a religião funciona para o príncipe, como uma qualidade que deve parecer ter a fim de que consiga fazer uso dela para governar. É o que José Luiz Ames denomina como “o uso político da religião” (AMES, 2014, p. 222).

Conforme nos ensina, o aspecto político da religião em Maquiavel deve ser analisado sob dois aspectos: o de quem governa e de quem é governado.

Partindo do *O príncipe*, sob o aspecto de quem governa (o Príncipe), parecendo religioso, terá mais facilmente a obediência dos governados, que acostumados à obediência religiosa, tornam-se mais aptos à obediência civil (obediência da lei). Sob o aspecto de quem é governado (o povo), a religião não é vista pela função que desempenha, mas sim por uma concepção dogmática, de um poder divino que deve ser antes de tudo temido, e que assim também tem sua função. Esclarece Ames as formas distintas que o Príncipe e povo enxergam a religião: “enquanto para o primeiro a religião é um instrumento político, um meio eficiente para submeter os súditos às leis e à obediência, para o povo ela contém um temor sagrado” (AMES, 2006, p. 56).

Nesse mesmo sentido, Helton Machado Adverse afirma que “de modo geral os comentadores que se debruçam sobre o tema identificaram dois aspectos interligados da visão maquiaveliana da relação entre religião e política”, sendo um desses aspectos o “*instrumentum regni*, ou seja, uma ferramenta a ser manipulada tendo em vista a consecução de fins políticos. Esta interpretação se fundamenta, sobretudo, no capítulo XVIII do *Príncipe*” (ADVERSE, 2013b, p. 273). Adverse, no mesmo sentido de Ames, ressalta os dois aspectos da religião para Maquiavel. O primeiro deles é o da religião como um instrumento em favor da organização política, como um meio utilizado por quem governa.

Outro aspecto da religião trazido por Adverse é aquele que se dá dentro do corpo político e está no fato de que, através dela, se estabelecem vínculos entre o povo e a lei. Isso porque entende que a religião “tem um poder único de estabelecer laços sociais e de conferir à lei a força suplementar sem a qual carece de validade” (ADVERSE, 2013b, p. 273). Esse aspecto está presente nos *Discursos*, e é válido tanto para uma república ou para um principado. Isso porque, sob esse outro viés político da religião, quando uma lei é apresentada, inclusive por um príncipe, o caráter divino dela a torna mais facilmente assimilada por quem deve obedecê-la.

Nota-se que o temor que o povo tem de desobedecer e violar uma lei religiosa, ressaltado por Ames, faz com que a atividade de quem governa se

torne mais assimilável pelo povo, porque reveste o regulamento normativo de caráter religioso. Assim, “a lei civil, quando é apresentada como simples vontade soberana do Estado, tem uma eficácia muito menor do que se aparece como mandamento divino” (AMES, 2006, 56). E com isso, a religião vincula as pessoas “fortemente entre si e assegurando a obediência à lei” (ADVERSE, 2013b, p. 273).

Dessa forma, se embutiria um sentido divino à lei civil o que faria com que “a politização da religião” não se desse “conforme à secularização em sentido pleno porque o político continuaria fortemente associado ao teológico. Embora o teológico não seja mais o fundamento do poder político” (ADVERSE, 2013b, p. 276). Assim, Adverse chama a atenção para o fato de que a política continua sofrendo influência da religião, porque a conservação de um elemento teológico é o responsável pela criação de vínculos com a lei. Associado ao conteúdo teológico da religião está o liame subjetivo criado entre a lei civil e o povo.

O liame subjetivo que a religião, com seus elementos teológicos, estabelece com o povo seria responsável pela incorporação e assimilação da lei dentro de um corpo político. Nota-se que sob essa perspectiva, a religião se trata de um mecanismo que possibilita a convivência social, porque torna mais fácil a assimilação das regras sociais que estão previstas pelos instrumentos normativos. A religião, dessa forma, parece exercer um papel intermediário entre a lei abstrata e a e assimilação efetiva da lei, que resulta na sua aplicação prática. Essa forma de interpretar faz com que Maquiavel seja considerado por alguns um pensador não laico. Essa é a interpretação de Marie Gaille (cf. ADVERSE, 2013b, p. 276).

Ainda sobre a religião nos *Discursos*, Luca Sartorello afirma que “os primeiros dezoito capítulos do primeiro livro dos *Discursos* trazem neles, de maneira extremamente compacta, a figura política de todo o texto, seja em linhas fundamentais”, seja em questões “substancialmente desenvolvidas” (SARTORELLO, 2013, p. 185). O autor sustenta que nesses capítulos estaria todo o conteúdo político que os demais apenas desenvolverão. Considerando como verdadeira essa afirmação, Maquiavel dedica cinco, desses dezoito

capítulos, ao tema da religião: do onze ao quinze. Isso, em nosso entendimento, demonstraria a importância que o pensador atribui ao tema.

Os cinco capítulos (do onze ao quinze) do primeiro livro dos *Discursos* são em resumo, aqueles em que Maquiavel enaltece a religião dos antigos e critica o cristianismo. Os elogios aos antigos perpassam à menção aos romanos e aos samnistas. Nesses povos a religião exercia uma função dentro da organização política social, reordenando a cidade, debelando os tumultos, tornando as pessoas obedientes aos ditames religiosos - o que poderia também fazê-las obedientes às leis, já que temia a violação das leis divinas.

A debelação dos tumultos através da crença religiosa foi feita em Roma, quando convenceram a plebe de que, para agradar aos deuses, somente nobres deveriam ser eleitos para os tribunais: “os nobres usaram essa ocasião na nova eleição dos tribunais, dizendo que os deuses estavam irados [...] e que não havia outro remédio para aplacar os deuses, senão restringir a escolha dos tribunais à classe dos nobres” (*Discursos*, I,13). Essa passagem é citada por Maquiavel como o uso da religião como forma de aplacar os tumultos políticos. Nota-se, que Maquiavel mantém-se sem realizar qualquer juízo de valor sobre essa utilização, apenas faz menção a ela.

Para além das inúmeras questões éticas que essa passagem poderia suscitar - que não consistem no objeto dessa investigação – ela denota que Maquiavel compreende a religião como um subterfúgio dentro do corpo político. Um instrumento de manipulação das pessoas que pode ser utilizado com fins políticos para, por exemplo, manter uma determinada classe (nobres) dominante na direção da cidade. Essa é a constatação. Funcionou muito bem em Roma, como o próprio Maquiavel nos noticia: “a plebe, atemorizada por aquela religião, elegeu os tribunais todos nobres” (*Discursos*, I, 13).

Nesse mesmo sentido, Newton Bignotto afirma que a religião para Maquiavel tem uma função política: “Maquiavel reflete sobre o papel da religião na consolidação da vida institucional de um povo” e que “não se pode desprezar o conteúdo cívico das religiões, se não quisermos abdicar da compreensão de uma parte importante de sua essência” (1991, p. 98). Entretanto, Maquiavel também tecia muitas críticas à religião cristã. A ela atribuía a desunião da Itália. O título do capítulo 12 do livro I dos *Discursos*

traduz um pouco disso: *Da grande importância de ter em conta a religião, e de como a Itália está arruinada por ter falhado nisso, graças à igreja romana* (*Discursos*, I, 12).

Embora tenha sido muito crítico ao desempenho da igreja cristã católica “o mínimo que se pode dizer é que Maquiavel não é gentil para com a igreja romana²⁷” (LARIVAILLE, 1988, p. 87), deposita muita confiança no papel da religião como instrumento para a manutenção das instituições, inspirado na religião antiga pagã.

pensando, portanto, nas razões de, naqueles tempos antigos, os povos serem mais amantes da liberdade do que nestes, concluo que isso se deve a mesma razão que torna os homens menos fortes agora, qual seja, a diversidade que há entre a nossa educação e a antiga, fundada na diversidade que há entre nossa religião e a antiga. Porque a nossa religião por nos mostrar a verdade e o verdadeiro caminho, leva-nos a estimar menos as honras mundanas (*Discursos*, II, 2)

Atribui, portanto, o amor à liberdade e à força à religião pagã antiga e o desprezo pela liberdade e a fraqueza à religião cristã. Mostra-se crítico da igreja católica romana, porque considerava que esta honrava menos as coisas mundanas do que a religião antiga, beatificando e santificando, não homens ferozes, mas sim homens humildes e contemplativos: “A nossa religião tem glorificado os homens mais humildes e contemplativos” (*Discursos*, II, 2). Em contrapartida, “a religião antiga, além disso, só beatificava homens que se cobrissem de glória mundana, tais como os comandantes de exércitos e príncipes de repúblicas” (*Discursos*, II, 2). Essa modificação de valores religiosos que enalteceu mais os homens “contemplativos do que os ativos” (*Discursos*, II, 2), surtiu muitos efeitos políticos negativos segundo Maquiavel, porque a honra e a glória mundanas deixaram de ser um objeto a ser

²⁷ “haja vista que os povos mais próximos da igreja romana, capital da nossa religião, são os que têm menos religião”. E ainda: “E, como muitos são de opinião que o bem-estar das cidades da Itália provém da Igreja romana, quero expor as razões que me ocorrem para contrariar tal opinião, e alegarei duas fortíssimas razões às quais, parece-me, ninguém se oporá. A primeira é que, pelos maus exemplos daquela corte, a Itália perdeu toda a devoção e toda a religião, o que acarreta infinitos inconvenientes e infinitas desordens[...] mas temos ainda outra dívida, e maior, que é a segunda razão da nossa ruína. É que a igreja manteve e mantém esta terra dividida[...] portanto, não tendo sido poderosa para ocupar a Itália nem tendo permitido que outro a ocupasse, a Igreja impediu que ela fosse governada por um só príncipe; e foi por estar submetida a vários príncipes e senhores, dos quais nasceu tanta desunião e tanta fraqueza, que a Itália se tornou presa não só dos bárbaros poderosos quanto de qualquer um que a ataque” (*Discursos*, I, 12).

perseguido pelos homens por influência da religião cristã o que impactava nos resultados políticos, porque afetavam em última, instância a *virtù*.

Sob outro aspecto, Maquiavel considerava que a religião serviria também como uma forma de escudo ou blindagem contra a corrupção. Proteger a religião protegeria o corpo político: “os príncipes e as repúblicas que queiram manter-se incorruptos devem, acima de tudo, manter incorruptas as cerimônias de religião e venerá-las sempre, porque não deve haver maior indício de ruína de um estado do que o desprezo ao culto divino” (*Discursos*, I, 12). A manutenção dos ritos dos cultos religiosos representava a manutenção do costume antigo e serviria como uma espécie de indicador da ausência de corrupção dos costumes, visto que caso estivessem os costumes corrompidos, os ritos religiosos também estariam e esse seria “o maior indício de ruína de um estado” (*Discursos*, I, 12).

Nesse sentido, para Maquiavel, a religião é uma ordenação que possui funções dentro do corpo político, tais como tornar as pessoas mais disciplinadas à obediência - o que repercutirá na obediência à lei civil; na manutenção dos ritos e na proteção das instituições da corrupção. Assim, há no pensamento de Maquiavel uma relação diretamente proporcional entre religião, obediência e proteção contra a corrupção. Não se trata de uma proteção total contra a corrupção, mas um meio de evitar seu avanço. Sobre a relação entre religião e corrupção, Bignotto afirma que “os capítulos dedicados à análise da questão da religião preparam os temas dominantes daqueles que constituirão o núcleo da doutrina maquiaveliana da corrupção” (1991, p. 197).

Assim, para Bignotto, “Maquiavel insiste no papel da religião na conservação da ‘virtù’ de uma cidade” (1991, p. 197), tendo em vista que “a religião é importante porque transfere a uma ordem transcendente o papel de guardião das leis originais que pertencera ao fundador, quando este ainda era vivo” (1991, p. 198). Para além dessas duas funções de preparar as pessoas para obediência e blindar as instituições contra a corrupção, a religião para Maquiavel possuía ainda mais uma função: a pedagógica, educativa, porque ela seria capaz de educar o povo para a liberdade.

Sartorello afirma que no “Livro 2, Capítulo II dos *Discursos*”, Maquiavel “liga a liberdade ao *vivere libero* do qual os antigos povos (e não só os

romanos) eram amantes, que se diferenciavam dos modernos na diversidade da educação fundada – [...] ‘sobre a diversidade da nossa religião da dos antigos’” (2013, p. 187). Prossegue afirmando “que essa diversidade nos interessa particularmente, porque está aqui anexa a resposta ao tema central” (2013, p. 188).

Essa educação seria, portanto, uma educação para a liberdade, que para isso seria dependente da religião. A resposta para Maquiavel sobre o porquê das diferentes formas de compreensão da liberdade entre os modernos e antigos, estaria no modo diverso como eles se manifestavam religiosamente. Para Maquiavel esses dois mundos eram tão diversos e incompatíveis devido à religião. Uma “pagã²⁸ que encontrou o sumo bem na ‘glória mundana’, e outra cristã que associava aquele mesmo sumo bem ao desprezo das coisas humanas” e para além da religião em si, “em jogo estavam valores bastante opostos e inconciliáveis, dos quais as religiões antiga e moderna eram depositárias”. Isso porque, “não é aceitável para Maquiavel uma real possibilidade politicamente praticável de interpretar a religião cristã ‘segundo a *virtù*²⁹’, ao invés de segundo o ócio” (SARTORELLO, 2013, p. 192).

As críticas que o pensador florentino tecia em relação ao cristianismo não se referiam à crença em si, mas às questões políticas: “O problema que Maquiavel vê na religião não se configura como um problema próprio do âmbito religioso. É, de fato, um problema político e que nada diz respeito à crença” (BENEVENUTO, 2003, p. 12-13). O cristianismo era criticado por Maquiavel, porque conduziria ao ócio ao invés de conduzir à *virtù*. Essa forma diversa que Maquiavel compreendia as inclinações de uma e outra religião fica muito evidente na seguinte passagem: “embora pareça que o mundo se efeminou³⁰ e o céu se desarmou, na verdade isso provém mais da covardia dos homens,

²⁸ “A vida da religião pagã fundamentava-se nas respostas dos oráculos e na seita dos adivinhos e dos áuspices: todas as outras cerimônias, sacrifícios e ritos decorriam disso, pois todos acreditavam que o mesmo Deus que podia predizer um bom ou mau futuro podia também concedê-lo” (*Discursos*, I, 12).

²⁹ Para Maquiavel, “a ‘*virtù*’ exprime uma capacidade de agir no interesse do bem público” (BIGNOTTO, 1991, p. 177).

³⁰ Não podemos deixar de constar aqui a afirmação de cunho misógino de Maquiavel, que considera pejorativamente uma suposto efeminação do mundo, contrapondo-a ao agir com *virtù* e coragem.

que interpretam nossa religião segundo o ócio e não segundo a virtù” (*Discursos*, II, 2).

Nota-se que a religião em si, não é criticada por Maquiavel. Ao contrário disso, como se viu, ele atribui funções muito importantes à religião para o bom funcionamento do corpo político. O que criticava era a forma com que os homens, através da igreja romana interpretavam a religião cristã, tornando-a prejudicial politicamente. Assim, partindo do pressuposto que a depender da forma como se interpreta a religião ela pode se tornar prejudicial, nem todas as religiões teriam a capacidade de desenvolver uma função favorável ao corpo político e nesse sentido, “definitivamente é difícil não reconhecer que aos olhos de Maquiavel, os tempos modernos se apresentavam fortemente enfraquecidos em relação aos antigos porque informados por duas diferentes e incompatíveis concepções de mundo” (SARTORELLO, 2013, p. 192).

Tecendo críticas ao cristianismo, Maquiavel afirma: “porque nossa religião [...], leva-nos a estimar menos as honras mundanas” enquanto que “os *gentios*, que as estimavam mais e viam nelas o sumo bem, eram mais ferozes em suas ações” (*Discursos*, II, 2). Assim, “delicadeza”, “humildade”, “homens contemplativos”, “abjeção”, “desprezo pelas coisas humanas”, são expressões utilizadas por Maquiavel para designar a religião cristã, enquanto que “feroz”, “vigorosa”, “magnificência”, “homens ativos”, “grandeza de ânimo”, “força”, são utilizados para qualificar a religião pagã.

Ressalta-se que as características acima apontadas como relacionadas à religião cristã são consideradas negativas em função do que considera como um bom desempenho ou desempenho desejável do corpo político, porque o enfraqueceriam. Em contrapartida, as características atribuídas à religião pagã seriam desejáveis porque fortaleceriam a organização política. Assim, Maquiavel conclui sobre seu tempo: “esse modo de viver, portanto, parece que enfraqueceu o mundo, que se tornou presa dos homens celerados e estes podem manejá-lo com segurança” (*Discursos*, II, 2).

Por essas expressões, Maquiavel parece deixar claro que os dois modelos religiosos são diametralmente opostos, sem esconder que considera nocivo ao corpo político os efeitos da religião cristã. Esse processo que Maquiavel traz como um enfraquecimento da *virtù* evidencia uma mudança nos

costumes, que gera reflexos também nas instituições, na política e nas leis, conforme visto. E é justamente essa relação entre lei, religião e política que aqui nos interessa. Parece-nos que a lei é o elo mais visível entre política e religião, tanto na questão da preparação para a obediência civil que a religião cria para a lei, quanto no próprio liame subjetivo que a religião é capaz de criar na lei.

Há ainda outra função desempenhada pela religião: ela pode ser usada para fins militares. Isso porque torna os soldados mais obedientes – e o que resta evidenciado da análise das obras de chancelaria. Destaca-se que no segundo capítulo algumas dessas obras serão analisadas. Nelas, Maquiavel aborda, dentre outros temas, a organização de um exército para Florença, formado por cidadãos florentinos e não por soldados mercenários. Nessas obras, Maquiavel atribui grande importância à função pedagógica da religião para manter a hierarquia e a organização dos exércitos.

A obediência hierárquica desejada nas estruturas militares, que redunde em obediência às ordens recebidas, pode se assemelhar àquela devotada aos mandamentos religiosos. Há um fim pedagógico na religião que serve tanto à obediência à lei civil, quanto das leis militares. Sobre o tema, Ames aponta as semelhanças entre a fé religiosa – que possui regras normativas que vinculam o cumprimento por aqueles que compõem o ambiente religioso – e o corpo político. A religião desempenharia uma função antecedente, de ensinar seus seguidores a obedecer, a seguir as regras da religião e as regras políticas que muitas vezes estão inseridas em mandamentos religiosos. A religiosidade considera a obediência como uma virtude moral e nesse sentido predispõe seus seguidores obediência, facilitando a obediência da lei civil:

a grandeza de uma religião decorre da função e importância que ela exerce em relação à vida coletiva. Ambas, função e importância, são de caráter normativo: a religião ensina a reconhecer e a respeitar as regras políticas a partir do mandamento religioso. Essas normas coletivas podem assumir tanto o aspecto coercitivo exterior da disciplina militar ou da autoridade política quanto o caráter persuasivo interior da educação moral e cívica para a produção do consenso coletivo [...] A religião, compreendida como *instrumentum regni*, requer do príncipe a capacidade de servir-se de modo sagaz da fé do povo para levá-lo à obediência da lei civil (AMES, 2006, p. 53).

Assim, a religião funciona no ordenamento político como uma forma de fazer com que os homens, temendo a Deus, passem a obedecer às leis civis. Essas, por sua vez, se disfarçam de mandamentos divinos, dispensando o uso da força para obrigá-los ao cumprimento. Além da obediência, nos *Discursos*, Maquiavel menciona que a religião teria ainda mais uma função nos exércitos: funciona como forma de “infundir obstinação nos ânimos dos soldados” (*Discursos*, I, 15). É um agente motivador.

Entende Maquiavel que os soldados quando conclamados a combater sob o pretexto de defender elementos divinos e religiosos que lhes são caros, se tornam mais corajosos, mais destemidos e ousados. Quando são convencidos que combatem por algo maior do que eles mesmos, maior que os supostos interesses privados; maior que as corporações que compõem, maior do que a cidade que representam, o fazem com maior obstinação.

Combater sob o pretexto de defender algo divino, teológico, inculca nos soldados um motivo transcendente que os anima colocar todas as forças na batalha. Isso é ainda mais verdadeiro, quando convencidos de que a divindade está do lado deles e que a batalha estará garantida pelos deuses, como nos exemplos trazidos por Maquiavel das batalhas vencidas pelos generais romanos, que assim convenciam seus exércitos e acabaram realmente por vencer.

Sobre essa relação entre lei, religião e disciplina militar, Giovanni Battista Baldelli afirma que Maquiavel: “com agudo olhar filosófico, considerou que o engrandecimento de Roma devia-se a ela ser regulada pelas melhores leis, porque tinha mais disciplina militar e mais religião que os outros povos” (2014, p. 133). A religião romana exercia grande poder disciplinador, funcionando também como norma militar: “e quem considerar bem as histórias romanas, verá como a religião servia para comandar os exércitos e infundir ânimo na plebe, para manter os homens bons” (*Discurso*, I, 11). Nesse sentido, a religião, por servir também aos objetivos militares, era um grande instrumento. Isso porque “nenhuma comunidade política antiga ou moderna pode permitir-se negligenciar, ou pior, suprimir o culto religioso, e não simplesmente, ou ao menos, não apenas por isso, a religião é para Maquiavel ‘como um instrumento de governo’” (SARTORELLO, 2013, p. 198).

Sobre as leis e a religião é possível se afirmar a relação de dependência porque “as leis daquelas instituições, as boas leis, como chama Maquiavel, se apoiam e se firmam juntos ao irrenunciável elemento religioso” ou “no elemento teológico” (SARTORELLO, 2013, p. 197). Essa visão de Maquiavel que percebe nas boas leis um fundamento religioso sob o qual se estruturam as instituições está de acordo com a experiência antiga da relação entre lei e religião, anteriormente analisada.

Revisitando a relação entre Direito e religião na antiguidade, é possível se afirmar que a estrutura relacional desse binômio se mantém em Maquiavel, embora não nos mesmos moldes. Como se verá, o Direito no período medieval, que antecedeu Maquiavel, ainda era fortemente influenciado pela religião. No período renascentista, vivido por Maquiavel, essa influência diminuiu, mas não desaparece. Entretanto, Maquiavel considerava o tanto o Direito, quanto a própria religião como produtos humanos e não divinos. Sua visão realista e utilitarista, conforme destacou Andrea Guidi (2009, p. 23) fizeram-no observar que aquele que governava aparentando ser religioso, teria mais facilidade em se fazer obedecer, e assim em governar, do que aquele que assim não agia. Além disso, percebeu que os governados temendo violar os mandamentos divinos, se tornavam mais obedientes às leis religiosas, o que os tornava também mais suscetíveis às obediências das leis civis.

Nota-se, portanto, que Maquiavel não reproduz a mesma relação entre Direito e religião presente no Direito antigo que atribuía um caráter divino às leis, considerando-as sagradas, imutáveis e irrevogáveis. As leis civis para Maquiavel eram produto humano com uso político. O que Maquiavel constatava era o fato de que essas leis civis eram recepcionadas de maneira melhor quando aqueles que deveriam exigir seu cumprimento aparentavam ser religiosos e que o povo, acostumado a obedecer às leis religiosas, se tornava mais apto à obediência das leis civis.

Ao tempo de Maquiavel, embora não completamente livre de elementos divinos, já não mais se acreditava que o conteúdo das leis chegava à terra através de sacerdotes que as revelavam. A lei, nesse período, possuía seu processo de elaboração próprio, através de representantes escolhidos para tal

finalidade³¹. Entretanto, embora ultrapassado o conteúdo místico do processo legislativo, a influência que a religião exercia para a assimilação e internalização do conteúdo das leis - o que consequentemente refletia na maior obediência, exercia função política importante.

Assim, enquanto no período antigo a lei era fortemente influenciada pelos elementos divinos (acreditava-se que a lei era ditada pelos deuses), portanto imutável, irrevogável, Maquiavel retira a importância da divindade e a deposita na religião. É a religião que importa para a lei e não qualquer outra questão sacralizada ou mitológica que se possa atribuir a uma suposta origem divina. Já sobre o conteúdo da religião, ele somente importa para Maquiavel pelo fim que produz e não pela crença religiosa. O que importa são os efeitos produzidos pela religião e nisso a pagã é muito superior à cristã, porque capaz de garantir a *virtù*.

Na relação entre lei e religião, a “religião se torna essencial porque, a partir do momento em que funda uma moral [...] pode interferir no comportamento dos homens em relação às leis” (BENEVENUTO, 2003, p. 14-15) Flávia Benevenuto afirma ainda que “Em outras palavras, a moral, advinda da religião, deveria fortalecer as leis humanas e não enfraquecê-las” (2003, p. 15). É do reflexo que a religião causa na organização política que Maquiavel se ocupa. E isso nos interessa porque perpassa a relação entre religião e Direito.

Para Maquiavel a relação se dá entre lei e religião e não entre lei e divindade. Isso porque considera que a religião desempenha “função” de “caráter normativo: ela ensina a reconhecer e a respeitar as regras políticas a partir do mandamento religioso” (AMES, 2014, p. 222-223). Não há para Maquiavel aquela preocupação dos antigos de entender a lei como um mandamento divino, mesmo porque “para Maquiavel o problema fundamental não é o da comunicação da vontade divina aos homens”, porque “a possibilidade de uma revelação divina é uma questão teórica da qual Maquiavel não se ocupa explicitamente” (AMES, 2014, p. 230).

Sartorello afirma que a política e o Direito para Maquiavel, não poderiam ser separados das “notícias das coisas divinas”, porque elas representam seus

³¹As fases de desenvolvimento da lei – que deixa de ser vista como divina e passa a ser um produto humano, foram analisadas no item anterior.

elementos constitutivos: “A política pareceria precisamente em Maquiavel não poder prescindir da *divinarum rerum notitia*. Em outras palavras, o político, como o jurídico, não pode permitir ser separado daquilo que concorre para determiná-la” (2013, p. 202).

Em nosso entendimento, Maquiavel não se refere às coisas divinas, mas à religião em si como construção humana. Entendemos que quando Sartorello afirma que o Direito e a política não se separam das coisas divinas, o faz porque entende, ou pelo menos assim classifica, a religião como uma coisa divina. Essa nos parece uma interpretação ampliativa do que seja divino: a religião estaria dentro das coisas divinas. Entretanto, com fundamento no próprio Maquiavel, esse não parece ser o melhor entendimento. Isso porque para Maquiavel a relação entre o divino e o religioso não interessa.

Entendemos que o que lhe interessa é função política que a religião desempenha, e nesse mesmo sentido, nos filiamos ao entendimento de Ames que segue: “para Maquiavel a origem da religião é puramente humana e possui, como toda instituição, fundadores e chefes. Aliás, é no ato fundador de uma religião que se revela de modo mais elevado a *virtù* de um singular” (2014, p. 229). Por oportuno, ao se tratar dos atos de fundação de uma religião, trazemos a fundação da religião em Roma – como já dito, cidade modelo para Maquiavel.

Embora o exemplo do momento da fundação de Roma seja emblemático, remetendo Maquiavel por várias vezes o seu leitor para essa ocasião, Roma não teve sua religião ordenada por seu fundador. A religião que é compreendida por Maquiavel como um instrumento político, foi preterida pelo primeiro rei de Roma. Isso porque foi Numa, sucessor de Rômulo, quem ordenou a religião naquela cidade. Sobre isso, Maquiavel: “para que as coisas que Rômulo deixara sem fazer fossem ordenadas por Numa; e este encontrando um povo indômito (*ferocissimo*) e desejando conduzi-lo à obediência civil com as artes da paz, voltou-se para a religião, como coisa de todo necessária” (*Discursos*, I, 11).

Maquiavel afirma que Numa Pompílio, após eleito pelo Senado romano, fez em Roma o que Rômulo deixou por fazer. Dentre as coisas deixadas por Rômulo, cita a instituição da religião, que denomina como “coisa necessária”.

Eis aí a forma como Maquiavel compreende a religião. Trata-se de uma necessidade. Classifica a religião como coisa necessária para tornar obediente um “povo indômito”. A razão da necessidade da religião está na necessidade debelar, refrear, conter o povo alvorotado, insurgente, rebelado. Mas a religião, sozinha, não é a responsável por isso, mas sim o efeito que ela produz. A religião é necessária, porque seu efeito é necessário. E qual é seu efeito? Tornar ao povo obediente às leis, ou seja, civilmente obediente.

Por que a obediência civil é algo necessário para o corpo político maquiaveliano? A resposta segundo Sartorello estaria no *vivere civile*, porque “Maquiavel demonstra claramente que qualquer *vivere civile* precisa se fundamentar e reconectar ‘com uma força maior’ representada pela religião, pagã ou cristã, qualquer que seja, e nesse sentido não se vê diferença” (SARTORELLO, 2013, p. 200). Essa afirmação é feita como uma espécie de resposta, ou contraposição, ao pensamento de John Greville Agard Pocock, que afirmava que a religião pagã para Maquiavel o *vivere civile* existiria de uma maneira melhor, nas localidades em que não houvesse uma religião “como o cristianismo”, que possuísse valores transcendentais (2013, p. 200).

Como se percebe, Sartorello não concorda com as colocações de Pocock, classificando-o como “um de seus estudos mais importantes (e muito controversos)” (2013, p. 200), porque Pocock defende que somente a religião pagã cumpriria esse efeito de possibilitar o *vivere civile*. Assim, na opinião de Sartorello, para Maquiavel, qualquer religião enquanto função cumpriria a atividade de facilitar o *vivere civile*, por meio da obediência às leis.

Em nosso entendimento, Maquiavel não deixa dúvidas sobre sua preferência pela religião pagã, que fortalece a *virtù*. Assim, quando analisamos a religião sob o viés da *virtù*, tendemos a concordar com Pocock. Isso porque não encontramos possibilidade teórica de sustentar que em Maquiavel a religião cristã corroboraria com o aperfeiçoamento da *virtù*, visto que o pensador afirma que a religião cristã é danosa, e enfraquece a *virtù*. Entretanto, quando analisamos a religião sob o viés da obediência – que é a religião como função que estamos tratando nesse item – concordamos com Sartorello. Isso porque no preparo para a assimilação, na aceitação e na interiorização das leis, a religião cristã parece servir.

Assim, sob o aspecto pedagógico da obediência às leis, ou do liame subjetivo, qualquer religião – até mesmo a cristã – duramente criticada por Maquiavel, seria capaz de desempenhar esse papel. Isso porque, a religião é vista pela função que desempenha, como instrumento de atuação política. Fundamentamos nosso entendimento na afirmação de Maquiavel de que “de fato nunca houve ordenador de leis extraordinárias, em povo nenhum, que não recorresse a Deus; porque de outra maneira elas não seriam aceitas” (*Discursos*, I, 11). Nesse sentido, qualquer religião serviria de socorro ao seu ordenador para fazer com que as leis civis fossem mais bem aceitas e assimiladas pelo povo.

Segundo o secretário florentino, os ordenadores de leis, de todos os tempos, socorreram-se da religião para que a obediência fosse alcançada. Não há restrições nessa afirmação feita por Maquiavel de que essa obediência somente seria conquistada na religião pagã. Ao contrário disso, ele menciona todos os ordenadores recorrem a Deus. Maquiavel “admitia que o temor a Deus traz efeitos benéficos sobre os hábitos dos homens, sendo um poderoso instrumento para reforçar leis e a autoridade do príncipe ou de uma república” (VIROLI, 2002, p. 239). Cita Maquiavel um exemplo de seu tempo, o do frei Jerônimo Savonarola que aos florentinos “persuadiu de que falava com Deus” (*Discurso*, I, 11).

Assim, retornando à Roma antiga, obediência que Numa trouxe através da religião e que é entendida como necessária é a obediência das leis, a obediência civil. Maquiavel em nenhum momento afirma que a obediência visada era a religiosa. Nesse sentido, não é a religião que é necessária, mas seu efeito. Assim, parte-se da premissa de que obediência à lei é necessária para o bom desempenho da organização política e nessa condição, a própria lei não pode ser relegada a um papel secundário para o projeto político maquiaveliano.

A necessidade da religião reside na necessidade de obediência à lei civil. Maquiavel além de dar uma ideia de complementariedade de atividades entre os dois primeiros reis romanos - tendo em vista que as coisas negligenciadas por Rômulo fossem executadas por Numa - também evidencia ao seu leitor que aquele que deseja a obediência do povo, de modo pacífico

(*con le arti della pace*) precisa contar com a religião para tanto. Rômulo, sem a religião, não foi capaz disso.

Em nosso entendimento, quando Maquiavel aborda a religião inserida por Numa, afirma que este fez coisas que Rômulo deixou sem fazer, nos parece que tece uma crítica velada a Rômulo, que teria negligenciado algo necessário, pois deixou para trás coisas sem fazer, coisas que parece insinuar que deveriam ter sido feitas, que foram deixadas para trás (*quelle cose che da lui fossero state lasciate indietro*). Maquiavel critica implicitamente a não instituição de uma religião por Rômulo, justamente por entendê-la necessária.

Maquiavel nos diz que a religião é importante porque seria o instrumento para domar o povo impetuoso, indomável (*ferocíssimo*). Assim, temos de um lado a fundação de Roma feita por Rômulo – entendendo Maquiavel a que cidade guarda a *virtù* de seu fundador: “conhecem-se a *virtù* do edificador e a fortuna³² do edificado, que é mais ou menos maravilhosa conforme seja mais ou menos virtuoso aquele que lhe constituiu o princípio” (*Discursos*, I, 1), e de outro lado a fundação da religião romana feita por Numa Pompílio. Com relação a Rômulo, Maquiavel afirma uma espécie de hereditariedade entre as características do fundador com as da cidade fundada.

Entretanto, essa mesma hereditariedade não é mencionada por Maquiavel quando trata da relação entre instituidor da religião e os

³² Patrícia Fontoura Aranovich, ao analisar o conceito de fortuna no poema “*Di Fortuna*”, escrito por Maquiavel e dedicado a Gioavan Battista, e também no *O príncipe*, afirma “que a maneira como Maquiavel caracteriza a Fortuna, neste poema, é quase sempre negativa; existe certa incompatibilidade entre a forma de ação humana e a da Fortuna. A ação humana tem uma direção constante e busca a estabilidade, a Fortuna é volúvel e inconstante” (ARANOVICH, 2011, p. 221-222). Para poder exercer algum poder sobre a fortuna “é preciso ser como ela, imprevisível, saber mudar, transformar-se: ‘saltar de roda em roda’, permanecendo sempre o mesmo e, mudando a Fortuna, quando esta lhe for propícia, obterá sucesso, quando não for mais, cairá” (ARANOVICH, 2011, p. 226). Assim, “conclusão a que Maquiavel chega, ao final do poema, é de que a Fortuna não proporciona a felicidade e de que é muito grande a dificuldade para completar o ciclo: à elevação segue-se a ruína e desta não se volta a encontrar elevação, mas sim a morte, que seria o destino dos que foram aprisionados pela Fortuna” (2011, p. 228). E Conclui Aranovich: “Mais algumas observações se fazem necessárias para precisar o sentido da Fortuna. É preciso distinguir dois sentidos que a Fortuna parece assumir; existem duas Fortunas, ou melhor, duas formas de ação da Fortuna, uma universal e outra particular. Universalmente ela atua sobre as “coisas do mundo” e, desta forma, altera as circunstâncias que estão envolvidas na ação dos homens. Assim, uma ação terá sucesso ou não de acordo com a adequação desta à série de ‘variáveis’ que a Fortuna imprime nos tempos, suas mudanças. Na ação particular, a Fortuna atua diretamente sobre o sujeito, elevando-o ou derrubando-o, porque seu propósito, no momento, é este. Assim, no primeiro caso, a Fortuna aproxima-se do Acaso ou da Sorte, no segundo é uma força específica” (2011, p. 228).

mandamentos instituídos. A cidade carregaria a *virtù* de seu instituidor, mas sobre as normas religiosas, nada é mencionado sobre a virtude de quem as instituiu. Isso poderia levar a equivocada interpretação de que aquele que ordena a religião não teria grande importância, eis que sua *virtù* não possuiria ligação com o que foi instituído. Esse não é o pensamento de Maquiavel, que afirma que “entre todos os homens louvados, os mais louvados foram os cabeças e ordenadores de religiões. Logo depois destes, os que fundaram repúblicas ou reinos. Depois destes, são célebres os que, comandando exércitos” (Discursos, I, 10).

Ordenar uma religião é colocado por Maquiavel como a mais alta honra, acima daquela de fundar uma república ou comandar um exército. Em Roma, Numa (que ordenou a religião), seria, mais honrado do que Rômulo (que fundou a cidade). E o apreço por Numa é deixado evidente quando Maquiavel afirma que “caso houvesse uma disputa para saber a que príncipe Roma devia mais, se a Rômulo ou a Numa, creio que Numa ficaria em primeiro lugar” (Discurso, I, 10).

Essa preferência por Numa em detrimento de Rômulo, pode evidenciar um aspecto muito controvertido sobre uma eventual hierarquia entre leis e armas em Maquiavel, que trataremos posteriormente. Isso porque, Rômulo poderia representar a força (armas) enquanto Numa poderia representar o Direito (através da lei religiosa). Nesse sentido, sobrepor em importância Numa a Rômulo, poderia significar uma eventual hierarquia do Direito e da lei sobre a força e sobre as armas. Retomaremos esse debate no terceiro capítulo³³. Por ora, vale ressaltar que Maquiavel afirmou preferir Numa a Rômulo porque “onde há religião, facilmente se podem introduzir armas; e onde houver armas, mas não houver religião, está com dificuldade pode ser introduzida” (Discurso, I, 10)

Em Roma, Numa Pompílio não apenas instituiu a religião como também, através dela, formalizou as leis, evidenciando a relação direta e de dependência entre lei e religião em Roma. Somente após a instituição da religião é que as leis foram instituídas. Afirma Maquiavel que em Roma

³³ Item 3.1

“considerando tudo, portanto, concluo que a religião introduzida por Numa foi uma das principais razões da felicidade daquela cidade, pois ensejou boas ordenações; as boas ordenações trazem boa fortuna, e da boa fortuna nascem os bons êxitos” (*Discursos*, I, 11).

Ao comentar a obra de Tito Lívio, que serviu de inspiração para os *Discursos*, Rodrigo Freitas Palma afirma: “se o famoso autor romano estiver certo, então, a cidade de Roma somente começaria a levar em consideração a necessidade da observância de ‘leis’ e ‘costumes’ após o governo de Numa Pompílio (715-673 a. C.)” (2010, p. 45-46).

Extraí-se, portanto, que a relação entre a religião e as virtudes do fundador de Roma não são apresentadas por Maquiavel, porque a religião não foi instituída pelo fundador. Não é possível, em Maquiavel, portanto, se estabelecer relação de dependência entre a religião e a *virtù* de quem a fundou, porque segundo nos ensina Ames “o valor propriamente dito de uma religião, para Maquiavel, não é derivada da fama de um fundador, do conteúdo dos ensinamentos, da verdade dos dogmas ou da significação dos mistérios e ritos” ao contrário disso, “decorre da função e importância que ela exerce em relação à vida coletiva: a religião ensina a reconhecer e a respeitar as regras políticas a partir do mandamento religioso” (2014, p. 229).

Assim, Maquiavel chama a atenção para o fato de que dissimular a lei civil de conteúdo divino faz com que a obediência e a aceitação a ela se tornem maiores. E com isso, “passa também a mostrar como o sacrossanto respeito pela religião e pelo juramento impediu os funestos efeitos das discórdias populares e como longamente manteve-se aquele equilíbrio entre as ordens do estado” (BALDELLI, 2014, p. 134). O referido equilíbrio entre a religião e as ordens do estado, segundo Baldelli, se encontra em Maquiavel com “a obediência à lei e o respeito pelos magistrados” (2004, p. 134).

Se nos prolongamos quanto à análise do tema da religião e sua relação com o Direito em Maquiavel, o fizemos de maneira consciente porque entendemos, assim como Adverse, que não há como analisar a religião em Maquiavel sem considerar todo o seu projeto político: “minha sugestão, portanto, é a de que para avaliar a relação de Maquiavel com a teologia política

é preciso ir ao núcleo de seu pensamento político, e não ater-se apenas as suas considerações sobre religião” (ADVERSE, 2013b, p. 277).

1.2 O Direito Romano

Embora o Direito romano ocupe um lugar de extraordinária importância na história do Direito, este não nasceu daquele. Até mesmo a etimologia da palavra Direito não existia no período romano. Isso porque “não conheciam os antigos romanos a palavra *Direito* [...] o vocábulo que traduz o nosso atual Direito é, em latim, o vocábulo *jus*. O vocábulo *jus* pertence a mesma raiz do verbo *jubere*, ordenar” (CRETELLA JÚNIOR, 2004, p. 17). É importante ressaltar também que o Direito não nasceu com os primeiros códigos escritos que temos notícias. Ele é muito mais antigo do que a curta história do Código de Hamurabi³⁴ que “é de dois mil anos antes de Cristo”. Há registros históricos que em períodos remotos como o neolítico existiam cavernas em que grupos de pessoas trabalhavam na fabricação de ferramentas, como machados, para que fossem vendidos em locais distantes. A existência desses locais evidencia, mesmo que de forma muito tosca e rudimentar, uma espécie de relação de trabalho (cf. REALE, 2002, p. 111).

Apesar do Direito não ter se originado no Direito romano, é inegável que este corresponde a um período de muita evolução para aquele. Investigar o Direito romano corresponde a estudar a própria história do Direito no ocidente. Foi no período romano que apareceram os primeiros órgãos encarregados de

³⁴ Trata-se da mais antiga compilação de normas escritas que o Direito tem notícia. “Khammurabi, rei da Babilônia no 18º século A. C., estendeu grandemente o seu império e governou uma confederação de cidades-estado. Ergueu, no fim do seu reinado, uma enorme ‘estela’ em diorito, na qual ele é retratado recebendo a insígnia do reinado e da justiça do rei Marduk. Abaixo mandou escreverem 21 colunas, 282 cláusulas que ficaram conhecidas como Código de Hamurabi (embora abrangesse também, leis antigas). Muitas das provisões do código referem-se às três classes sociais: a do ‘awelum’ (filho do homem, ou seja, a classe mais alta dos homens livres, que era merecedora de maiores compensações por injúrias – retaliações – mas que por outro lado arcava com as multas mais pesadas por ofensas); no estágio imediatamente inferior, a classe do ‘mushkenum’, cidadão livre, mas de menor *status* e obrigações mais leves; por último, a classe ‘wardum’, escravo marcado que, no entanto, podia ter propriedade. O Código referia-se também ao comércio (no qual o caixeiro viajante ocupava lugar importante), à família, (inclusive o divórcio, o pátrio poder, a adoção, o adultério, o incesto), ao trabalho (precursor do salário mínimo das categorias profissionais, das leis trabalhistas), à propriedade” (Código de Hamurabi, 2019, p.09).

conhecer e declarar o Direito – os órgãos com jurisdição (*jurisdicere* – dizer o Direito). Essa era a função dos Pretores romanos - vinculadas à estrutura da magistratura romana. Isso porque “é em Roma que a consciência da jurisdição aparece de maneira clara e concreta, por estar vinculada cada vez mais a um sistema objetivo de regras de competência e de conduta. Foi nesse momento que a ciência do Direito lançou sua base mais sólida” (REALE, 2002, p. 112).

No que se refere ao objeto principal dessa investigação, a saber, a presença do Direito em Maquiavel, a análise do Direito romano ganha ainda mais importância. Isso, pelo menos, por três motivos: *i*) porque o Direito romano se originou em Roma - modelo de república para Maquiavel e para os estudiosos do republicanismo; *ii*) porque o Direito romano influenciou toda a cultura jurídica europeia, na qual Maquiavel estava inserido; *iii*) porque Maquiavel utilizou-se de dispositivos legais previstos no Direito romano em seus escritos do período que exerceu sua atividade profissional junto à chancelaria florentina – que antes de Maquiavel exigia a formação como jurista ou notário.

A civilização romana nos deixou além do Direito, muitos outros legados. Sérgio Cardoso cita “o regime de liberdade do povo romano”, as suas leis, práticas e instituições: “suas diversas instituições – as leis, as práticas de Direito civil, a cidadania militar, a participação popular na aprovação das leis e na eleição dos magistrados, o Senado e a defensoria da plebe” (2013, p. 14). Todo esse arcabouço político, legal, militar deu origem às instituições romanas que se “tornaram-se referências fundamentais para a tradição que chamamos republicana” (CARDOSO, 2013, p. 14).

Toda essa estrutura institucional política romana era regulamentada por normas antecedentes que disciplinavam seus usos, a forma de acesso aos cargos, os quóruns para participação. Os exércitos eram disciplinados por regras específicas aplicadas aos integrantes; as relações privadas eram reguladas pelo Direito. Todas essas questões compunham o modo de vida e organização de Roma – tão admirada por Maquiavel. Não há como ser profundo admirador de Roma - como era Maquiavel - e não ser afetado pelo Direito romano. Defendemos que Maquiavel foi fortemente influenciado por ele, diretamente em sua atividade profissional e indiretamente pela leitura dos

historiadores antigos (gregos e romanos) que relatavam o modo de vida romano – regulamentado pelo Direito.

Entretanto, a *contrario sensu*, há quem defenda que embora tenha Maquiavel sido, dentre os filósofos modernos “o mais ardente admirador de Roma” (RILEY, 2000, p. 1), teria dado pouca importância ao Direito romano, porque “Maquiavel raramente se refere ao Direito romano” (RILEY, 2000, p. 1), enquanto que “a grande maioria dos amantes de Roma, principalmente Dante, Leibniz e Rousseau dão enorme peso para o Direito romano [...] Maquiavel em contraste dá prioridade ao gênio criativo de Rômulo e Numa, dos bons imperadores” (RILEY, 2000, p. 1).

O fato de Maquiavel enaltecer as virtudes individuais dos reis romanos, o afastaria, segundo esse entendimento, do Direito. Isso porque exaltar “a brilhante criatividade individual estaria longe da generalidade sóbria e da impessoalidade deliberada da lei” (RILEY, 2000, p. 1). Nesse sentido, considera George Riley Scott que o fato de Maquiavel mencionar poucas vezes o Direito romano e por ser ele um aficionado em Roma, teria muito a dizer sobre a importância e o lugar do Direito no pensamento do florentino, porque “raramente um romanista deu tão pouco peso à lei romana, ou de fato à lei como um todo, como Nicolau Maquiavel” (RILEY, 2000, p. 1).

Ao contrário do que entende Riley, compreendemos que o fato de Maquiavel mencionar poucas vezes o Direito romano, não significa que o desconheça, ou que não seja por ele influenciado. Até mesmo porque o pensador cita passagens do Direito romano, sem mencionar que se trata de questões jurídicas. Por isso é importante conhecer o Direito romano – pelo menos em parte – a fim de se investigar o que dele está presente em Maquiavel. Compreendemos que o fato de Maquiavel não referenciar suas fontes, não significa que elas não possam ser conhecidas e identificadas, inclusive por atividades investigativas como essa. Assim, nos próximos capítulos, através da análise das obras do pensador, demonstraremos a presença do Direito romano em seus escritos, mesmo que sobre esse fato, Maquiavel não faça referência.

Assim, o fato de Maquiavel não mencionar suas influências não significa que elas inexistem. O Direito romano nasce juntamente com a fundação de

Roma. A relação de Maquiavel com o Direito romano já chamava a atenção de Antônio Gramsci e de Diego Quagliani quanto ao tema da presença do Direito ou da linguagem do Direito. Quagliani afirmava que “para fazer uso de uma fórmula gramsciana, a leitura de Maquiavel contribuiu para a renovação das categorias de Direito público” (2016, p. 16). Assim, retorna-se ao Direito romano para buscar a influência que ele teve sobre Maquiavel.

Passaremos assim, à análise do Direito romano, que possuía divisões em Direito público - que regulamentava as relações com os deuses e a organização da comunidade, estabelecia as regras do processo perante a autoridade - e Direito privado, que estabelecia regras que disciplinavam a relação dos membros da comunidade (cf. LACERDA NETO, 2013, p. 15). Há um esforço teórico para se reunir os fragmentos do que foi o Direito romano, principalmente quando se passa a considerar o período histórico em que a civilização romana foi dividida: a) período antigo, também denominado de monarquia, realeza, ou período régio (754 a.C. a 510 a. C); b) período republicano (510 a. c a 27 a. C); e c) período imperial (27 a. C., a 476 d. C. do Ocidente e 1453 d.C., do Oriente³⁵).

O Direito romano leva em consideração esses períodos históricos, mas a fim de delimitar o campo de estudo destaca-se que “entende-se por Direito romano o conjunto de regras jurídicas que vigoram no Império desde a fundação da cidade, em 754 a. C, até a morte do Imperador Justiniano em 565 d. C” (PESSÔA, 2001, p. 19). Diante da extensa duração histórica e temporal da civilização romana, não é possível se falar em um único Direito romano, visto que diversos períodos históricos acabaram por demandar sociedades diversas e com isso transformações ocorreram também no Direito. Nesse

³⁵ As datas variam de acordo com a adoção das referências históricas. Se se considerar a conquista de Roma pelos germânicos e a queda do Império Romano do Ocidente, a data é em 476 d. C. Se se considerar a queda de Constantinopla em 1453, e o fim do Império Romano do Oriente (Império Bizantino), a data é 1453. Mesmo após o marco histórico da conquista de Roma em 476 d. C, o Direito romano perdurou ao Império do Ocidente. O marco histórico do fim do Direito romano no ocidente é a morte de Justiniano em 565 d. C. No império romano do Oriente, o Direito romano também perdura e por tempo muito maior. As normas jurídicas de Justiniano continuaram vigentes até 29 de maio de 1453, data em que houve a tomada de Constantinopla, capital do império romano do oriente, pelos turcos (cf. PESSÔA, 2001, p. 85-86). O nome Império Bizantino adveio, porque Constantinopla era originariamente conhecida como Bizâncio “cidade grega construída no Bósforo, no século VII a. C. e transferida para Constantinopla no século IV; hoje é a atual Istambul na Turquia” (PESSÔA, 2001, p. 83- nota de rodapé n. 9). Assim, o Direito romano, no império bizantino, perdurou até o século XV.

sentido, a análise do Direito romano se dará em função de seus períodos históricos, a fim de que se possa facilitar a compreensão sobre qual Direito romano estamos tratando.

1.2.1 Período Antigo, Monárquico, Régio ou da Realeza Romana

No período romano antigo, monárquico, régio ou da realeza (753³⁶ a. C a 510 a. C.) Roma foi governada por sete reis: Rômulo; Numa Pompílio³⁷; Tulo Hostílio; Anco Márcio; Tarquínio (o Antigo), Prisco; Sêrvio Túlio e Tarquínio (o Soberbo). No período monárquico a organização política continha três poderes: executivo; *senatus*; *comitia* ou poder legislativo (cf. PESSÔA, 2001, p. 26-27). Nesse período a organização social era composta pelos habitantes da cidade que eram divididos em três categorias: a) plebeus³⁸ (de origem discutida, não faziam parte da organização política e constituem a plebe, separada dos patrícios, em posição de inferioridade); b) patrícios³⁹ (homens livres

³⁶ Embora o ano de 753 a. C. seja amplamente aceito como sendo a data de fundação de Roma, há controvérsias arqueológicas sobre ela. Nesse sentido Rodrigo Freitas Palma: “A data anunciada pelo historiador Marco Terêncio Varrão (116 a. C. – 27 a. C.) como sendo aquela propícia para assinalar a fundação de Roma, qual seja, o ano de 753 a. C., não passa hodiernamente de mera convenção formal destituída de quaisquer créditos arqueológicos, uma vez que as pesquisas levadas a cabo na região demonstram que o Lácio já era habitado, pelo menos, desde o século IX a. C.” (2010, p. 41-42). Nesse mesmo sentido, José Cretella Júnior: “escavações feitas em Roma, recentemente, revelam que havia povoações sobre o Palatino bem antes da metade do século oitavo antes de Cristo” (1998, p. 33).

³⁷ A tradição atribui a Numa a organização da plebe romana em corporações de ofício (cf. ROULAND, 1997, p. 35).

³⁸ “a plebe é a parte da população como que estranha à cidade romana. Não tem *Direitos*, mas também não tem *deveres*. O penúltimo rei de Roma, nesse período, Sêrvio Túlio, introduz profundas mudanças na situação do *populus romanus*, medidas essas a favor da plebe. Sêrvio Túlio luta para incorporar a plebe à cidade. Para isso, ordena o primeiro recenseamento de que se tem notícia na história. Deixando de lado as origens, toma a *riqueza* de cada um como base para a distinção entre as pessoas. Desse modo, formam as *classis* todos os que têm meios para pagar impostos e que, agora, têm o Direito de prestar o serviço militar, honra máxima para o povo romano. Em compensação, ao dever de pagar impostos, adquirem ainda o Direito de praticar o comércio. É uma reforma militar e financeira” (CRETELLA JÚNIOR, 1998, p. 35). Sobre as honras das armas em Roma: “contrariamente ao que em geral se pensa, os romanos estão longe de considerar o ofício das armas somente como uma honra moral: se aceitam o risco da vida é também para proteger os seus bens” (ROULAND, 1997, p. 38). Também chama a atenção para o fato de que a impossibilidade de certas pessoas prestarem serviços militares na Roma antiga estava relacionada ao medo que os romanos possuíam de entregar armas àqueles que pudessem ameaçá-los: “o medo inconsciente que os romanos tinham dos seus escravos os levava a não autorizar de forma alguma a portar armas. Três séculos mais tarde, Apiano ainda dá provas desse medo quando define os escravos como ‘uma raça infiel, constantemente inimiga, e por isso excluída dos deveres militares’ (ROULAND, 1997, p. 105).

³⁹ Os patrícios e os clientes eram parte do povo. A plebe ficava de fora. Há vários relatos de confrontos entre patrícios e plebeus. Roma possuía duas populações. Os patrícios e seus

descendentes de homens livres que eram privilegiados, com clãs familiares, denominados de *gentes* – os *Gens*⁴⁰; c) Clientes⁴¹ que eram grupos protegidos dos patrícios – estrangeiros, escravos, refugiados (cf. CRETELLA, 2004, p. 26).

A organização política era composta pelo executivo, que era confiado ao rei que detinha atribuições jurídicas e religiosas; pelo poder consultivo atribuído ao *senatus* que era composto por 100 (cem) e depois por 300 (trezentos) patrícios. Os senadores, ao mesmo tempo em que eram nomeados pelo rei, também possuíam a atribuição de nomeá-lo, em caso de *interregnum*⁴². Outra importante atribuição do senado era a aprovação das declarações de guerra. Por fim, pelo poder legislativo à *comitia ou populos romanos* votavam as leis, mas apenas tinham o poder de aprovar ou não uma proposição. Não detinham o poder de iniciativa de uma lei. Na *comitia* também somente se admitia patrícios (cf. PESSÔA, 2001, p. 26-27).

Durante o período monárquico, as fontes⁴³ do Direito romano eram apenas duas, o costume e a lei. “O costume (*consuetudo, mos maiorum*) é o uso repetido e prolongado de norma jurídica tradicional, jamais proclamada

clientes ficavam sobre o planalto dos paliativos - lugar no qual Rômulo teria fundado a cidade. O lugar da plebe era o asilo “espécie de recinto fechado situado na encosta do monte Capitolino, onde o primeiro rei admitia as pessoas sem lar, que não podia permitir que entrassem na cidade” (COULAGENS, 1961, p. 211). A diferença entre patrícios e clientes está na estrutura das famílias romanas que agregavam muitas pessoas, incluindo os empregados. Patrícios eram chamados aqueles descendentes de um *pater*. O primogênito sucedia ao pai e tomava em suas mãos a propriedade, a autoridade, o sacerdócio o que se repetia de geração em geração. Sempre havia um *pater*, um chefe na família, cujos descendentes chamam-se, em latim, *patricius*. Os irmãos mais jovens também eram patrícios, embora não detivessem a mesma autoridade do mais velho, suas genealogias sempre chegariam a um *pater*. Em contrapartida, clientes são aqueles nascidos de uma classe então considerada inferior, filhos de criados, de escravos, estrangeiros, que também eram partes da família romana porque estavam sob a proteção do *pater*. Retomando sua genealogia, um cliente jamais encontrará como ascendente um *pater*, o que faz com que seja considerado inferior (cf. COULANGES, 1961, p. 205-206).

⁴⁰ “*Gens* é o conjunto de pessoas que pela linha masculina descendem de um antepassado comum” (CRETELLA JÚNIOR, 1998, P. 33).

⁴¹ “trata-se de homens juridicamente livres; contudo, a falta de qualificação cívica que os agrava os leva a se colocarem sob a proteção de alguém mais poderoso, o patrono, que lhes retribuirá múltiplas vantagens em troca de algumas prestações” (ROULAND, 1997, p. 47).

⁴² Período de transição. Intervalo de tempo sem reis nomeados.

⁴³ “‘Fonte do Direito’ é todo modo de formação do Direito, é todo documento, monumento, pessoa, órgão ou fato donde provém a norma jurídica. Fonte do Direito romano é todo órgão revelador do Direito romano” (CRETELLA JÚNIOR, 1998 p. 36) E ainda: “forma-se o *Direito* a partir de determinadas *fontes*, que o revelam, fontes que variam conforme a época e conforme os agrupamentos que lhe dão nascimento. No Direito romano, classificam-se as fontes em *escritas* (*‘Jus scriptum’*) e *não escritas* (*‘jus non scriptum’*)” (CRETELLA JUNIOR, 1998, p. 28).

solenemente [...]. Nas palavras de Ulpiano, *costumes são o consentimento tácito do povo, envelhecido por longo hábito*” (CRETELLA, 2004, p. 28). O costume era composto por dois elementos: a) elemento externo: consistente na observância e no cumprimento da norma consuetudinária; b) elemento interno: a *opinio necessitatis*, que é um elemento psicológico, consistente na crença de que a norma costumeira ou consuetudinária tem força de lei, vale como a lei, funciona como a lei. O costume é um Direito não escrito (*jus non scriptum*) (cf. CRETELLA, 2004, p. 28).

A lei, nesse período, ao contrário do costume, é resultante de uma declaração feita pelo poder competente, com autoridade constituída para tanto. O modo de confecção da lei durante o período régio consistia no seguinte procedimento escalonado: “o rei propõe a *lex* ao povo, reunido em *comícios curiatos* ou curiais (dos patrícios) ou *centuriatos*⁴⁴ (dos plebeus). O povo ou aceita ou rejeita a iniciativa real. Se o povo aceita a iniciativa do rei, a regra de Direito torna-se obrigatória, depois de ratificada pelo senado” (cf. CRETELLA, 2004, p. 28).

Abrimos um parêntesis sobre os comícios curiais. Esses comícios, até os anos 150, eram realizados nos *comitium* - um espaço destinado à votação dos cidadãos romanos, no qual continha uma escadaria que conduzia à Curia. Em contrapartida, a cúria, era o espaço em que se reunia o Senado. Essa proximidade física entre o local em que aconteciam os comícios do povo e o lugar onde o Senado se reunia visava demonstrar simbolicamente a união entre povo e Senado, que representava o *senatus populusque romanus* (cf. ROULAND, 1997, p. 176-177).

Nos anos 145, a votação passou a ocorrer no Fórum romano. Isso porque depois do século I, houve com a ampliação do número de eleitores. Somente “no ano 28 a. C., o recenseamento cadastrou 4.063.000 indivíduos! Sabe-se, por outro lado, que a Roma de Augusto conta com pelo menos um milhão de habitantes, mas provavelmente muito mais” (ROULAND, 1997, p.

⁴⁴ Com as reformas do rei Sêrvio Túlio, e com ela a inserção da plebe na cidade (pagando impostos, prestando serviço militar, podendo praticar o comércio), a plebe também pode participar da vida política: “participam agora os plebeus da feitura das leis, em novas assembleias, reunidas no *Campo de Marte*, as *centúrias*. Votam os plebeus contribuintes nos comícios centuriatos. A unidade de voto é a *centúria*, isto é, votam por *centúria*” (CRETELLA JÚNIOR, 1998, p. 35).

178). Assim, devido à necessidade de espaço para que as pessoas pudessem participar dos comícios - eis que a cidade de Roma já era muito populosa no século I - eles passaram a ser realizadas no Campo de Marte⁴⁵. Entretanto, mesmo com a ampliação do espaço, não houve lugar para a plebe que “já penalizada no Direito de sufrágio, por sua circunscrição nas tribos urbanas, a maior parte da plebe cidadina vê-se barrada na entrada dos comícios” (ROULAND, 1997, p. 178), o que demonstra que o problema da participação da plebe romana nos assuntos da cidade estava relacionado ao espaço político e não ao espaço físico. Encerramos aqui nosso parêntesis.

Assim, nesse período monárquico, as leis romanas eram de aplicação particular, por exemplo, o *pater*, pretendia deixar bens a pessoas diversas dos seus herdeiros, contrariando o costume. Para tal fato concreto nascia a lei. A lei era feita de maneira pessoal, regendo interesses privados. O costume era o que trazia as regras de aplicação coletiva, próximas às leis impessoais e gerais da atualidade (cf. CRETELLA, 2004, p. 28).

1.2.2 Período Republicano

O período republicano é aquele “compreendido entre a expulsão de Tarquínio, o Soberbo, que se tem ocorrida em 509 a. C., e a inauguração do principado de Augusto, a partir de 30, ou mesmo 27 a. C” (CARDOSO, 2013, p. 13). Nele aconteceram vários fatos históricos e jurídicos, muitos deles mencionados por Maquiavel em suas obras, mormente nos *Discursos*: substituição do rei por dois Cônsules (510 a. C); consagração do templo de Júpiter (509 a. C); a plebe retira-se para o monte sagrado (494 a. C); criação do tribuno da plebe (493⁴⁶ a. C); Lei Agrária de Espúrio Cássio (486 a. C); Lei

⁴⁵ “optou-se pela votação simultânea das 35 tribos. Surgiu então a necessidade de encontrar um local adequado para reunir os eleitores. Foi escolhido o campo de Marte, onde desde o princípio se realizaram os comícios centuriais” (ROULAND, 1997, p. 177).

⁴⁶ “estamos lembrados de que, quando a plebe romana fez a secessão, em 493, ela ergue aos pés do Aventino um templo às suas divindades (Ceres, Liber e Libera), cujas funções são mais adequadas as suas necessidades do que dos deuses invocados no Capitólio. Em 449, uma lei religiosa virá sacramentar essa situação: todo indivíduo que vier agredir um tribuno da plebe será entregue a Júpiter, o Deus capitolino e patrício, responsável pela função da justiça; mas os bens do agressor caberão às divindades do Aventino, zeladoras do destino econômico da cidade” (ROULAND, 1997, p. 284). Assim, Júpiter era o Deus da justiça adorado no Capitólio

das XII Tábuas (450 a. C); Abuso e expulsão dos Decênviros⁴⁷ (449 a. C); Lei Canuléia que permite o casamento com plebeus (445 a. C); Gauleses destroem Roma (367 a. C); Um dos Cônsules pode ser plebeu⁴⁸ (366 a. C), dentre outros que marcaram o período (cf. CRETELLA, 2004, p. 03).

De modo violento, Tarquínio, o Soberbo, foi destituído em 510 a. C., e isso fez com que o período monárquico chegasse ao fim e se iniciasse o período republicano. Ao rei, sucederam dois magistrados⁴⁹ ou Cônsules anualmente eleitos, que se revezavam mensalmente no poder, até completar um ano. Eles eram denominados de *Judices*, quando em tempo de paz e *Praetores*, quando em tempo de guerra. Nesse período o senado mantinha 300 *patres* nomeados pelos cônsules (cf. PESSÔA, 2001, p. 33-35).

e considerado um Deus patrício, enquanto que as divindades Ceres, Libera e Liber adoradas pelos plebeus zelavam pelas questões econômicas (cf. ROULAND, 1997, p. 284).

⁴⁷ Sobre a expulsão dos decênviros, o Digesto: “e como foi consenso que fossem estabelecidas também as leis, foi proposto ao povo que todos se abdicassem da magistratura; por isso os decênviros, constituídos por um só ano, como prorrogassem para si a magistratura e como se comportassem injuriosamente e não quisessem em seguida se submeter aos demais magistrados, de modo que sua facção (e eles próprios) mantivessem perpetuamente dominada a *res publica*, conduziram as coisas por uma excessiva áspera dominação até o ponto que o exército se rebelasse contra a *res publica*. O início da secessão se atribui a certo Vergínio” (JUSTINIANO, D. 1.2.2.24). Vergínio matou a própria filha a facadas, com uma faca que “arrebatoou do estabelecimento de um açougueiro”. O fez, porque entendia que Ápio Cláudio - contrariando o Direito da época, recusou o pedido de Vergínio, de posse provisória da própria filha. A filha de Vergínio, como um bem, era objeto de disputa judicial. Ápio Cláudio, preterindo Vergínio, concedeu a posse da mulher a um preposto seu. Isso, porque “capturado pelo amor da virgem, confundira o permitido com o proibido”. Percebendo as intenções de estupro da própria filha, Vergínio “indignado porque faltasse a observância do antigo Direito para com a filha” como também “reputasse que a castidade da filha ser preferível à vida dela”, matou-a a golpes de faca, “para que naturalmente com isso afastasse o ultraje do estupro com a morte da virgem”. Posteriormente “logo que se afasta do corte letal e ainda molhado pelo sangue da filha, vai refugiar-se junto aos seus companheiros de armas. Todos eles, abandonados os seus antigos chefes, transferiram as suas tropas para o monte Álgido, onde ao tempo estavam as legiões por causa de uma guerra a ser iniciada, ao Aventino, e toda a plebe urbana rapidamente para o mesmo se ajuntou e pelo consenso do povo os decênviros em parte foram mortos. Assim a *res publica* retomou novamente ao seu estado” (JUSTINIANO, D. 1.2.2.24).

⁴⁸ “Em seguida, apesar da oposição da nobreza. Houve eleições consulares em que Lúcio Séxtio foi nomeado o primeiro cônsul plebeu” (LÍVIO, VI, 42). “[...]Depois e alguns anos a contar da legislação das doze tábuas, como a plebe não só contendesse com os patrícios, mas também quisesse eleger cônsules provenientes também do seu próprio corpo e os patrícios recusassem, determinou-se então que os tribunos militares com poder consular fossem eleitos em parte pela plebe, em parte pelos patrícios. E estes foram constituídos em número variado: por vezes vinte, por vezes mais, algumas vezes em menor número” (JUSTINIANO, D. 1.2.2.25).

⁴⁹ O termo magistrado no período de Maquiavel era utilizado para designar “qualquer função pública” (PANCERA, p. 93, nota número 18, *in* MAQUIAVEL, 2010).

Vários cargos foram criados, com repercussão no Direito, tais como: *questores*⁵⁰ (guarda dos tesouros e administração financeira); *censores*⁵¹ (responsáveis pela fiscalização dos costumes e escolha dos senadores); *Pretores*⁵² (foram criados dois cargos. Um dito urbano, com responsável pelo julgamento das causas entre romanos e outro dito peregrino para julgar as causas entre romanos e estrangeiros). Havia um grau de hierarquia entre as decisões, sendo que o mais elevado era atribuído para as decisões do pretor urbano. Com o tempo, essas decisões que eram apenas orais, passaram a ser escritas. Havia ainda os *governantes das províncias* (eram pessoas encarregadas de distribuir a justiça) e *delegados do pretor na Itália (praefecti Juri Dicundo)*, responsáveis por difundir o Direito (cf. PESSÔA, 2001, p. 33-35).

É importante ressaltar, que essas pessoas com poder dirigente em Roma, exerciam influência na política da cidade por longos períodos de tempo. Isso porque “a renovação dos círculos dirigentes era muito lenta (já foi dito que as eleições nunca chegavam a renovar mais do que 3% do corpo senatorial)”, além do fato de que “sabemos que, no século II a. C.; eram apenas vinte as famílias que dominavam o mundo político romano” (ROULAND, 1997, p. 403).

⁵⁰ “Depois, quando o erário do povo começou a crescer, para que houvesse quem por este guardasse, foram constituídos os questores para que protegessem a pecúnia, assim chamados pelo fato de serem eleitos por causa de pecúnia que devem *perquirir* e conservar” (JUSTINIANO, D. 1.2.2.22). E ainda: “A origem da eleição dos questores é antiquíssima e quase anterior a todas as magistraturas. Em suma, Júnio da família dos Gracos, no livro sétimo ‘Sobre as *potestates*’ conta que até o próprio Rômulo e Numa Pompílio tiveram um par de questores os quais eles mesmos não escolheram segundo a sua própria voz, mas pelo sufrágio do povo. Mas assim como é duvidoso que tenha existido algum questor ao tempo de Rômulo e Numa reinaram, assim também é certo que sendo Tulo Hostílio rei, existiram questores. E certamente entre os antigos é mais frequente a opinião de que Tulo Hostílio primeiramente introduziu os questores na coisa pública” (JUSTINIANO, D. 1.13.1pr.).

⁵¹ “Depois então, como o censo se devesse fazer em tempo mais espaçado e os cônsules não fossem capazes de empreender também esse ofício, foram constituídos os censores” (JUSTINIANO, D. 1.2.2.17).

⁵² “E como os cônsules fossem chamados às guerras de fronteira não houvesse quem pudesse distribuir o Direito nas *civitas*, fez-se com que também um pretor fosse eleito, o qual foi chamado pretor urbano, porque na cidade distribuiria o Direito” (JUSTINIANO, D. 1.2.2.27). O Pretor tinha como função as questões relacionadas à Administração da Justiça, porque o pretor cuidava da parte inicial do processo, analisando as alegações das partes e fixando os limites da demanda, para então encaminhá-lo a um juiz particular, que analisaria as provas e daria a decisão. Os pretores tinham “amplo poder de mando, denominado de *imperium*” podendo admitir ou não ações, corrigindo e complementando regras (cf. MARKY, 1995, p. 7).

Nesse período a grande novidade jurídica foi a ampliação das fontes do Direito. Além do costume e da lei, surgiram também o plebiscito⁵³, a interpretação dos prudentes⁵⁴ e o edito dos Magistrados⁵⁵, que se tratava de decisões promulgadas pelos magistrados com força de lei. Os magistrados romanos exerciam grande poder na república, o que se pode chamar de um poder dirigente. No período, sobre os magistrados, os “seus poderes são muito importantes: participam ao mesmo tempo do Legislativo (somente eles possuem a iniciativa das leis), do Executivo e do Judiciário. Mesmo após exercido o cargo [...] passam a integrar o Senado” (ROULAND, 1997, p. 403).

As decisões importantes da cidade poderiam ser proferidas pelos magistrados, pelos *pretore*s, *censores*, *cônsules* e *governadores das províncias* (cf. PESSÔA, 2001, p. 33-35). A esse Direito emanado dos pretores, era dada a designação de Direito honorário (*jus honorarium*) ou Direito pretoriano (*jus praetorium*)⁵⁶.

A lei também sofreu modificações que passou a ser classificada em duas formas: *i) lex rogata*: aprovada pelos comícios, desde que proposta por um magistrado ou aprovada pelo *concilia plebis*, desde que proposta por um tribuno da plebe⁵⁷ e aqui nascem os plebiscitos. Neles, as deliberações da plebe propostas por um magistrado plebeu passaram a ter a mesma força que as leis; *ii) lex data*: oriunda de um magistrado que passou a ter poderes para isso que lhes foram concedidos pelos comícios (cf. PESSÔA, 2001, p. 33-35).

⁵³ “plebiscito é aquilo que a plebe deliberava por proposta de um magistrado plebeu” (CRETELLA, 2004, p. 34).

⁵⁴ “os *jurisprudentes* ou *prudentes* são jurisconsultos encarregados de preencher as lacunas deixadas pelas leis, adaptando continuamente os textos legais às mudanças sucessivas do Direito vivo. O trabalho de interpretação ou acomodação do texto ao caso concreto constitui a *interpretatio*” (CRETELLA, 2004, p. 34).

⁵⁵ “as diretrizes que o pretor deveria observar eram publicadas no seu Edito, ao entrar no exercício de suas funções. Como o cargo de pretor era anual, os editos se sucediam um ao outro[...] o resultado dessa experiência foi um corpo estratificado de regras, aceitas e copiadas pelos pretores que sucediam, e que, finalmente, por volta de 130 d. C., foram codificadas pelo jurista Sálvio Juliano, por ordem do Imperador Adriano” (MARKY, 1995, p. 7).

⁵⁶ “ao lado do *Direito Civil*, mais antigo, mais conservador, estrito e formalista, vai-se construindo aos poucos outro Direito, mais novo, menos formalista, adaptado às circunstâncias do momento: é o *Direito honorário*, porque emana dos magistrados investidos de funções públicas, *honores* (pretore, edis curius, governadores). É também denominado, mais especificamente de *Direito pretoriano* ou do *pretor*” (CRETELLA, 1998, p. 29).

⁵⁷ “No período republicano a plebe tem uma destacada conquista com a criação do ‘tribuno da plebe’ em número de 2 (dois) e elevada mais tarde à 10 (dez). Os tribunos eram magistrados plebeus invioláveis, sagrados, com Direito de veto e com imunidades parlamentares” (PESSÔA, 2001, p. 37).

Embora o período republicano tenha trazido à ampliação significativa das fontes do Direito, sendo a mais significativa historicamente delas a Lei das XII Tábuas, pode-se afirmar que fora delas pouco se sabe sobre esse período. Isso porque, “o antigo Direito romano pra nós ainda é muito obscuro, como já era para Cícero, o que conhecemos não vai além das XII Tábuas que não são certamente o Direito primitivo de Roma, dos quais, aliás, não nos restam senão alguns fragmentos” (COULANGES, 1961, p. 69). A lei das XII Tábuas ou *Lex Duodecim Tabularum* (450 a. C), que pertence à classificação das *lex data*, é considerada a maior conquista da plebe durante o período da república romana, tendo em vista que unificou o Direito civil que passou, a partir dela, a ter aplicação para todos (cf. PESSÔA, 2001, p. 37).

Rouland nos dá notícias sobre o funcionamento da justiça romana no período republicano. Afirma que muitos juízes romanos se dirigiam até os locais de julgamento após consumirem muito vinho, o que fazia com que julgassem os casos completamente embriagados. Estavam sempre com a bexiga cheia devido à grande ingestão de álcool e por vezes, determinavam a apresentação das testemunhas e saiam para urinar, sem paralisar a audiência. No retorno, com uma rápida olhadela acreditavam poder julgar, sem conseguir manter as próprias pálpebras abertas (cf. ROULAND, 1997, p. 201).

Prossegue Rouland a pitoresca narrativa sobre o desdém da justiça romana: “esse quadro assaz desolador da justiça romana deixará cético ou consternado o leitor que se habituou ao conceito do Direito romano como um modelo por assim dizer inimitável” (1997, p. 201). Assim, os estudiosos do Direito que são apresentados à precariedade da justiça romana dos primeiros tempos se assombram, mormente porque essa não é a versão mais divulgada.

A versão mais divulgada é a do famoso Direito romano, sem informações sobre o sistema de justiça, tanto mais, de uma justiça romana embriagada, composto por juízes que desdenham das causas e das partes envolvidas. Assim, completa o historiador, que o Direito romano que se difundiu como referência somente surgiu posteriormente: “os primeiros grandes juristas (Manílio, Júnio, Bruto, Múcio Cévola) só entram em cena nos últimos decênios do século II. E somente nos anos 100 a. C. é que nasce o primeiro grande tratado de Direito civil” (ROULAND, 1997, p. 202).

Já o que se denomina de “os nomes verdadeiramente eminentes”, que eram professores de Direito, “autores de normas profundamente sábias” como Papiniano, Paulo, Modestino, Ulpiano, Gaio, Pomponiano “surgiram na metade do século II e início do século III *após Cristo*”, embora “pareça que Roma sempre teve uma justiça amplamente abaixo do nível do seu Direito⁵⁸, e isso particularmente no período republicano” (ROULAND, 1997, p. 202). Nesse sentido, o período republicano do direito romano, embora tenha trazido avanços com a ampliação das fontes do direito, ainda está distante do que passou a ser divulgado e conhecido como direito romano, que parece estar mais atrelado ao período imperial. É o que veremos.

1.2.3 Período Imperial

No que se refere ao Direito, o período imperial pode ser dividido em dois momentos: a) período do alto império (27 a. C a 285 d. C); b) período do baixo império (285 d.C a 565 d. C). Ressalta-se que o período bizantino (565 d. C a 1453 – data na qual Constantinopla é invadida pelos Turcos) não será aqui objeto de estudos, levando-se em consideração que o Direito romano se encerra com a morte do imperador Justiniano⁵⁹ em 565 d. C.

⁵⁸ “na prática aplica-se um Direito mais simples, qualificado como ‘vulgar’ (ainda nos dias de hoje, basta entrar em qualquer tribunal para constatar que o Direito em pauta não é de forma alguma o que se ocupam as controvérsias doutrinárias contidas nas revistas e obras especializadas, ou que se demonstra nos auditórios das faculdades)” (ROULAND, 1997, p. 202).

⁵⁹ “após tentativas parciais de codificação de partes restritas do Direito vigente (*códex Gregorianus, Codex Hermogenianus, Codex Theodosianus*), foi Justiniano (527 a 565 d. C) quem empreendeu a grandiosa obra legislativa, mandando colecionar oficialmente as regras de Direito em vigor na época. Encarregou uma comissão de juristas de organizar uma coleção completa das constituições imperiais (leis emanadas dos imperadores), que foi completada em 529 e publicada sob a denominação de *Codex* (de que não temos texto nenhum). No ano seguinte, em 530 determinou Justiniano que se fizesse a coleção das obras dos jurisconsultos clássicos [...] a comissão conseguiu no prazo surpreendente de três anos confeccionar o *Digesto* (ou *Pandectas*) composto de 50 livros, no qual foram escolhidos trechos de 2.000 livros (com três milhões de linhas) de jurisconsultos clássicos[...] em 534 foi publicado[...] o código revisado” (MARKY, 1995, p. 9).

1.2.3.1 Direito romano no alto império (27 a. C a 285 d. C)

É nesse período que a figura do imperador aparece. Ele, além de ser o primeiro magistrado é também considerado uma figura sagrada, com poderes praticamente ilimitados. Pode declarar a guerra e celebrar a paz, cumulando a chefia das forças armadas, cabendo ao Senado a parcela do poder referente à Administração das províncias senatoriais. Nesse período, sob o viés jurídico, as fontes do Direito já se ampliaram muito em relação ao antecedente. São fontes do Direito: a) Costume; b) Lei; c) Editto dos Magistrados⁶⁰; d) *Senatus Consultus*⁶¹; e) Constituições imperiais⁶²; f) Respostas dos Prudentes ou Jurisconsultos (cf. PESSÔA, 2001, p. 71-72).

O costume desempenha nesse período função muito importante e se destacam também as denominadas *leges rogatae* - espécies de regulamentos administrativos, através dos quais medidas são tomadas pelo imperador em prol do povo, das pessoas, das cidades, das províncias. A lei ganha uma estrutura diversa, em que se indica o nome daquele que teve a iniciativa da proposta (*index*); o nome do lugar em que foi votada (*praescripto*); a finalidade (*rogatio*) e as penas aos infratores (*sanctio*) (cf. CRETELLA, 2004, p. 40).

⁶⁰ “os editos dos magistrados são fontes importantíssimas na República (510- 27 a. C.). A determinação da regra jurídica a ser aplicada pelo juiz na decisão de uma questão controvertida cabia ao magistrado, especialmente ao pretor. Essa função se chamava de jurisdição (*juris dicere*) e, no desempenho dela, os pretores tiveram bastante poder de mando, denominado *imperium*” (MARKY, 1995, p. 19).

⁶¹ “os *senatus-consultus* (*senatusconsulta*) eram deliberações do senado, cuja função legiferante foi somente reconhecida no início do Principado (27 a. C. – 284 d. C.) Na República os *senatus-consultos* eram deliberações do senado, dirigidas, mormente aos magistrados. No Principado, eram propostos pelos imperadores e, no início consistiam também em instruções aos magistrados sobre o exercício de suas funções. Mais tarde, a partir do imperador Adriano (117-138 d. C.), passou-se a aprovar simplesmente por aclamação a proposta do imperador (*oratio principis*), transformando-se, destarte, o *senatus-consulto* numa forma indireta de legislação imperial” (MARKY, 1995, p. 18).

⁶² “as constituições imperiais eram disposições do imperador que não só interpretavam a lei, mas também, a estendiam ou inovavam. As denominações variavam, conforme o conteúdo ou natureza delas: *edicta*- ordenações de caráter geral[...]; *decreta* – decisões do imperador, proferidas num processo; *rescripta* – respostas dadas pelo imperador a questões jurídicas a ele propostas[...]*mandata* - instruções dadas pelo imperador, na qualidade de chefe supremo, aos funcionários subalternos” (MARKY, 1995, p. 18-19).

1.2.3.2 Direito romano no baixo império (285 d.C a 565 d. C)

Esse talvez tenha sido o período romano com maior repercussão para a história do Direito, devido à codificação proposta pelo imperador Justiniano no ano 529. Durante o baixo império muitas transformações ocorreram. Dioclesiano dividiu o império romano em Ocidental e Oriental. Com Constantino ocorre a fusão do Império, cuja capital foi Bizâncio. O império do Ocidente terminou com o ingresso dos povos germânicos em 476 d. C e o do Oriente perdurou até 565 d. C com a morte de Justiniano⁶³. Nesse período o Direito passou a ter como fonte única as constituições imperiais⁶⁴, denominadas *leges* (cf. PESSÔA, 2001, p. 77-81), posteriormente ampliadas. Assim, as *edictas* – que são as constituições imperiais que restaram a ser aplicadas. São na verdade, as ordens do imperador.

Nesse sentido, dada à concentração do Direito no imperador e devido às ações pró compilamento e codificação de todo o Direito romano vigente, executadas pelo imperador Justiniano, se atribui a esse período a maior sistematização de todo o Direito romano. Os efeitos da codificação de Justiniano ainda repercutem na atualidade, visto que “os códigos modernos, quase todos, trazem a marca da obra de Justiniano” (MARKY, 1995, p. 5). Justiniano consolidou o Direito em uma obra, o *Corpus Juris Civilis*, fortemente influenciado pelo cristianismo. O *Corpus Juris Civilis* é composto por quatro partes: Digesto⁶⁵; Institutas⁶⁶; Código Novo⁶⁷; e pelas Novelas ou autênticas⁶⁸

⁶³ “Como que por ironia do destino, Justiniano, o homem que deu o mais alto valor aos estudos e à sistematização do Direito romano, não era culto, não nascera em Roma, nem tinha nome latino. Natural de Taurésio, aquele que foi o grande imperador, em 527, sucedendo a seu tio Justino, que o adotara, mudando-lhe o nome eslavo Upranda para o de Justiniano, estava destinado a desempenhar extraordinário trabalho em prol das letras jurídicas, ele que, segundo alguns, mal sabia enunciar as primeiras letras. Com o auxílio dos generais Belisário e Narsés combate os vândalos e os persas, conquista a África e a Itália, dedicando-se ainda às artes, às ciências e ao Direito[...] o Direito de Justiniano, agrupado numa única obra – O *Corpus Juris Civilis* – constitui por assim dizer, o Direito romano propriamente dito, que Savigny denominou de Direito romano atual, quando em vigor no império germânico. A denominação de *Corpus Juris Civilis* foi dada pelos glosadores da Escola de Bolonha, no século XII, para distinguir esse conjunto de outro, denominado *Corpus Juris Canonici*” (CRETELLA, 2004, p. 50-51).

⁶⁴ “Das várias modalidades de *constituições imperiais* do período anterior (*edicta, mandata, decreta, rescripta*) desapareceram as três últimas, restando apenas os *edicta*, mas com uma ressalva: os *edicta* ou *leges edictales*, de agora, são ordens expedidas pelo *imperador* ao *senado* ou a *qualquer funcionário*” (CRETELLA, 1998, p. 65).

⁶⁵ “o Digesto – *Digestus*, a mais famosa compilação dos escritos dos jurisconsultos, foi organizado por uma comissão composta de 16 (dezesseis) juristas. A obra foi concluída em três anos e meio e compreende 50 (cinquenta) livros, divididos em 7 (sete) títulos. Versa sobre

(cf. PESSÔA, 2001, p. 77-81). Vale ressaltar que o *Corpus Juris Civilis* também foi denominado durante a Idade Média como “Compilação Justiniana”, ou como “*ius scriptum* (Direito escrito)” e ainda pela abreviação “CJC” (GAUDEMET, 2012, p. 334).

O Digesto de Justiniano é o livro que concentra a maior parte do Direito antigo compilado e por isso, muitas vezes, é a parte mais conhecida ou referenciada do *Corpus Juris Civilis* e do próprio Direito romano. No Digesto encontramos a descrição das fontes do Direito utilizadas nas cidades romanas: “Assim em nossa *civitas* se instituiu algo: ou por Direito, isto é, pela lei, ou há o próprio *iuris civile*, o qual, não escrito, consiste na interpretação única dos prudentes, ou há as ‘ações da lei’ que definem a forma de se agir, ou o plebiscito” (JUSTINIANO, D. 1. 2.2.12). Para os objetivos desse trabalho será analisado o livro primeiro (*Liber primus*) do Digesto.

A lei é conceituada no Digesto⁶⁹, em dois momentos. Em um primeiro momento, como uma regra comum: “a lei é um preceito comum, o ditame dos homens prudentes, a repreensão dos delitos que se cometem voluntariamente ou por ignorância, o compromisso comum de toda a *res publica*” (JUSTINIANO, D. 1.3.1).

regas do Direito Civil, decisão dos jurisconsultos sobre questões que lhes eram propostas, generalização de certos institutos” (PESSÔA, 2001, p. 79-80).

⁶⁶As *Institutas* foram idealizadas por Justiniano e confeccionadas por Triboniano, Teófilo e Doroteu, que eram professores das escolas de Berito e Constantinopla, como uma espécie de manual de Direito que seria fornecido aos estudantes, que foi modelado no século II a.C. por Gaio (cf. MARKY, 1995, p. 10). E ainda: “As *Institutas* são uma obra didática do Direito privado romano, composta por 4 (quatro) livros, pautadas nas *Institutas* de Gaius” (PESSÔA, 2001, p. 80). E mais: “As *Institutas* são um verdadeiro *manual de Direito romano* elaborado para o uso dos estudantes de Direito de Constantinopla. Serviram-lhe de modelo as *Institutiones* de Gaio, e são divididas em quatro livros, cada livro com um título, dividindo este, por sua vez, em *parágrafos* e um *principium*, o *proêmio*. Os títulos indicam os vários assuntos abordados. Assim, uma parte do *Corpus Iuris* é formada por estas *Institutas*, nas quais se encontram os *prima elementa totius legitimae scientiae*” (CRETELLA, 2005, p. 6-7).

⁶⁷ “O Código Novo ou *Codex* é o código antigo atualizado com novas leis que surgiram” (PESSÔA, 2001, p. 80).

⁶⁸ “compreende as novas constituições imperiais ou leis publicadas por Justiniano (*Novellae Constitutiones*). Essas constituições foram escritas em latim e grego” (PESSÔA, 2001, p. 80).

⁶⁹ “[...] o livro primeiro do Digesto [...] assume papel fundamental no conhecimento dos princípios do *ius Romanum*, assim como os mais expressivos e universais conceitos jurídicos (*persona homo, ius, iurisprudencia, lex*, etc). É uma oportunidade única, ao mesmo tempo didática e científica, de se introduzir seriamente no estudo das fontes do Direito, da história da jurisprudência, do *status* dos homens, dentre outros essenciais temas jurídicos atuais” (MADEIRA, 2012, p. 164).

Na sequência, a lei é associada a Deus e a divindade, em referência ao orador Demóstenes e ao filósofo Crisipo: “pois também o orador Demóstenes assim define: ‘lei é aquilo que convém a todos os homens obedecer, se por causa de várias outras coisas, então principalmente porque toda a lei é uma descoberta de um Dom de Deus’” e continua: “[...] um pacto, pois, comum da *polis*, conforme o que convém a todos que nela vivam” (JUSTINIANO, D. 1.3.2).

Ainda citando Crisipo, no Digesto há a seguinte referência: “Crisipo, assim começa no livro que fez ‘sobre as normas’: ‘a lei é a rainha de todas as coisas divinas e humanas. É preciso, pois, que seja superior tanto aos bons quanto aos maus’” (JUSTINIANO, D. 1.3.2). Além das referências filosóficas de Crisipo, o Digesto conceitua a lei como sendo “a condutora mestra dos animais que a natureza quis que convivessem civilmente, daí então que seja a norma do justo e do injusto, que obriga a serem feitas as coisas que devem ser feitas, que proíba as que não devem ser feitas” (JUSTINIANO, D. 1.3.2). Nota-se, portanto, que nesse período, a justiça passa a fazer parte do próprio conceito de lei.

Além do conceito da lei, o Digesto ainda apresenta as atribuições da lei, como sendo um mérito: “o mérito da lei é este: mandar, proibir, permitir, punir” (JUSTINIANO, D. 1.3.7), além de que a generalidade da lei no que se refere à aplicação para todos, também está presente: “os Direitos não se estabelecem em razão de pessoas específicas, mas genericamente” (JUSTINIANO, D. 1.3.8).

Entretanto, “o príncipe não está sujeito às leis. Embora sua esposa Augusta não esteja livre das leis, os príncipes, todavia, atribuem a ela os mesmos privilégios que eles próprios possuem” (JUSTINIANO, D. 1.3.31). Além disso, a vontade do príncipe era considerada lei: “o que agrada ao príncipe tem força de lei. Isso porque o povo, por uma lei régia que foi promulgada sobre o *imperium* dele, confere a ele todo o seu *imperium* e sua *potestas*” (JUSTINIANO, D. 1.4.1pr.).

Sobre os plebiscitos como fonte do Direito, eram entendidas as deliberações da plebe “que foi constituído sem autoridade dos patrícios”. Assim, lei, julgamento dos prudentes e do plebiscito eram as fontes jurídicas.

Além delas, há também: “o edito dos magistrados, de onde nasce o Direito honorário, ou o senátus-consulta, o qual somente pelo fato de se constituir pelo senado é introduzido sem lei, ou há a constituição do príncipe, isto é, que aquilo que o príncipe determinou seja observado como lei” (JUSTINIANO, D. 1. 2.2.12). Essas são as fontes originárias do Direito, reconhecidas pelo Código de Justiniano. Após enunciá-las, conclui-se o Digesto que com elas demonstra a origem do Direito e o seu conteúdo: “depois de conhecida a origem do Direito e seu desenvolvimento” (JUSTINIANO, D. 1. 2.2.13).

O Digesto de Justiniano preceitua sobre a aplicação do costume como fonte do Direito: “O costume (*consuetudo*) inveterado não é guardado despropositadamente, e este é o Direito que se diz constituído pelos *mores*. Pois, uma vez que as próprias leis não nos obrigam senão pelo fato de que foram admitidas pelo juízo do povo” (JUSTINIANO, D. 1.3.32.1).

O costume é tão valorizado juridicamente quanto a lei escrita, pois o Digesto prevê que “aquelas coisas que foram comprovadas por um longo costume e observadas por inúmeros anos são respeitadas como uma convenção tácita dos cidadãos, não menos do que aqueles Direitos que foram escritos” (JUSTINIANO, D. 1.3.35). Isso porque o Direito consuetudinário é altamente valorizado devido ao seu cumprimento, mesmo que não escrito, pois “[...] este Direito é tido de grande autoridade porque foi em tal medida aprovado que não foi necessário compreendê-lo por escrito” (JUSTINIANO, D. 1.3.36).

Entretanto, nesse período, há certa confusão sobre o tema do costume como fonte jurídica e a lei escrita. Isso porque, ao mesmo tempo em que o Digesto preceitua que o Direito costumeiro somente deve ser observado, caso não haja lei escrita: “O costume diuturno só observa-se como Direito e como lei em relação àquelas coisas que não decorrem do Direito escrito: (JUSTINIANO, D. 1.3.33),

O Digesto, também estabelece que o costume, através do desuso, pode revogar as leis escritas: “por isso também foi corretíssimo admitir que as leis sejam ab-rogadas não só pelo sufrágio do legislador, mas também pelo tácito consenso de todos por meio do desuso” (JUSTINIANO, D. 1.3. 32.1). É como se o Digesto passasse, ao mesmo tempo a mensagem de que o costume

somente é válido se não existir lei, mas que também vale se ela existir (porque pode revogá-la).

Assim, as normas advindas do costume foram não apenas escritas e codificadas por Justiniano no *Corpus Juris Civilis*, como também o próprio costume ganhou cláusulas que o reconheceram como uma fonte muito respeitável do Direito. Isso porque, conforme consta no próprio *Digesto*, a repetição do que é considerado como Direito não escrito, expressa a aprovação que possui. Equipara-se, portanto, em grau de importância e hierarquia ao Direito escrito. Sobre a presença e a importância do costume para Maquiavel, o pensador florentino cita o costume dos antigos como sendo uma das fontes do Direito, o que será desenvolvido no terceiro capítulo.⁷⁰

Outro ponto importante a ser ressaltado é o tema da coercibilidade. O *Digesto* preceitua que a autoridade do Direito, se origina da coercibilidade. O *Digesto* de Justiniano reconhece, ao tratar da jurisdição delegada, que “não há jurisdição sem uma módica coerção” (JUSTINIANO, D.1.21.5.1). Por fim, vale ressaltar que embora o Direito tenha avançado muito no período romano, somente quando houve a decadência do império romano⁷¹ que o processo legislativo e a lei passaram a ter autonomia em face das decisões judiciais (cf. REALE, 2002, p. 112). E aqui, por oportuno, mencionamos que os julgamos proferidos pelos antigos também são citados por Maquiavel como fontes jurídicas, o que será abordado no quarto capítulo⁷²

Cabe-nos, para encerrar a análise das fases do Direito romano, reafirmar a importância dessa explanação para se compreender a amplitude e a importância que esse Direito teve na cultura jurídica europeia e que ainda tem. Os conceitos aqui inseridos serão recuperados ao decorrer dos capítulos, na medida em que interessarem ao desenvolvimento do tema dessa

⁷⁰ Vide Item 3.3

⁷¹ “pode-se efetivamente situar o nascimento do imperialismo no século III” (ROULAND, 1997, p. 106). Rouland se refere ao século III a. C. Nesse período, “Roma, segura de sua superioridade na Itália, se lança em operações distantes. O movimento é inicialmente militar. Roma deseja neutralizar os seus inimigos potenciais de maneira preventiva, mesmo que se localizem em áreas afastadas. É o caso das campanhas da Macedônia. Logo mais, porém, os negociantes seguem os passos dos soldados: no século II a. C., esse imperialismo torna-se também econômico” (ROULAND, 1997, p. 106).

⁷² Vide item 4.1

investigação, ressaltando que nosso principal objetivo nesse item era expô-los para que possam ser reconhecidos posteriormente nos escritos de Maquiavel.

Nesse sentido, essa exposição sobre o processo de desenvolvimento do Direito romano, e do Direito em si – ao menos em partes – possibilita iniciar a análise sobre a influência – que se defende – que ele exerceu sobre o pensamento de Maquiavel. Isso porque, considerando que o Direito romano passou por diversas fases e períodos, nas quais as fontes foram modificando-se, restringindo-se e ampliando-se, é notório que ele não pode ser resumido ao importante trabalho realizado pelo imperador Justiniano com seu *Corpus Juris Civilis*, cujo maior mérito foi organizar e compilar o Direito já existente. Entretanto reconhece-se que o trabalho de Justiniano é de importância singular para ciência jurídica. Assim, o próximo item será especificamente dedicado à investigação sobre a atividade desempenhada por Justiniano na compilação do Direito romano e ao conhecimento de Maquiavel sobre esse Direito compilado.

1.3 Maquiavel leitor de Justiniano?

O imperador Justiniano foi o responsável pelo *Corpus Iuris Civilis*. Por essa expressão se designa a “reunião, num conjunto factício, de fontes do Direito romano que só tem como elemento comum a época em que foram compostas (na maioria o reinado de Justiniano, 527-65) bem como sua utilização nas escolas medievais⁷³” (GAUDEMET, 2012, p. 334). O Código de Justiniano “era um resumo de toda a massa da literatura do Direito romano, compilada e anotada sob o comando de Justiniano, sob a supervisão do grande advogado Triboniano” (NOGUEIRA, 2020, p. 30). Justiniano “reduziu a massa caótica” que era o Direito romano de sua época “a um sistema lógico que continha a essência da Lei romana” (NOGUEIRA 2020, p. 30).

O Código tratava-se de “um corpo jurídico completo, dado às faculdades de Direito em Constantinopla, Roma, Alexandria, Berytus e Ceasarea, para uso

⁷³ “O ensino jurídico nessas escolas versava sobre ‘os dois Direitos’, o romano e o canônico e baseava-se em dois ‘corpus’ de Direito que eram simétricos, mas profundamente diferentes no espírito e na composição, o *Corpus Iuris Civilis* e o *Corpus Iuris Canonici*” (GAUDEMET, 2012, p. 334).

em seu curso de graduação” (NOGUEIRA 2020, p. 30). Nesse período o Código Hermogeniano, que foi compilado por Hermogenio, provavelmente um dos juristas que ajudou a elaborar o *Digesto*⁷⁴, prevê que toda a ordem jurídica é estabelecida por causa dos homens (“Omne jus constitutum est causa hominum D, I, 5, 2”) (cf. CRETELLA, 2004, p. 49; 61). Assim, a compilação do Direito por Justiniano visava adequar mais de um milênio de civilização romana e de normas que a regulamentavam, em um compêndio que contivesse somente as normas jurídicas que estavam sendo aplicadas.

O grande mérito do imperador Justiniano foi depositar no Direito as expectativas de que com isso regulamentaria a vida política e social do império, pois “Justiniano deu ao Direito uma posição de primeiro plano [...] quis devolver ao Direito romano o brilho que de alguma forma perdera a partir dos últimos anos do século III” (GAUDEMET, 2012, p. 334). Dentre os livros do *Corpus Juris Civilis*, dois são especialmente importantes para esse trabalho. O *Digesto* e as *Institutas*, porque podem ser relacionados com o pensamento de

⁷⁴ “O Digesto de Justiniano é uma obra composta por cinquenta livros, que reúne diversos textos dos juristas romanos clássicos. É, portanto, uma compilação dos chamados *iura* (correspondente ao que hoje denominamos doutrina), em oposição às *leges*, as; leis imperiais’, também denominadas constituições imperiais. O Trabalho da confecção do Digesto iniciou-se com a constituição imperial *Deo auctore* de 15 de dezembro de 530, com a qual Justiniano se dirige a Triboniano, *quaestor sacri palatii* (questor do sacro palácio), máximo conselheiro jurídico do imperador, que já havia sido responsável por uma compilação anterior, o *Codex*, que sistematizou as constituições imperiais vigentes (as *leges*). O objetivo da nova obra foi claramente determinado pelo imperador: recolher *totum ius antiquum*. Triboniano foi autorizado, para desincumbir-se da tarefa, a escolher seus colaboradores, preferencialmente dentre os professores e, também, dentre os advogados da capital imperial. Havia quase um século que as compilações das *leges*, os *Codices*, vinham sendo editados (como o *Codex Theodosianus*, o *Codex Gregorianus* e o próprio *Codex Justiniano*). Faltava, todavia, uma compilação dos textos dos grandes autores do Direito, que formavam a clássica *iurisprudentia* e que estavam se perdendo. Juizes, advogados e patrícios tinham dificuldade de encontrar versões fidedignas dos antigos autores, seja em razão da raridade, seja em razão das alterações sofridas pela ação do tempo ou pelo manuseio indevido, até mesmo fraudulento dos manuscritos. Recuperar os textos antigos (do período modernamente denominado como ‘período clássico, em oposição ao período ‘pós-clássico’ em que viveu Justiniano) era também uma oportunidade do imperador ver o seu império e poder ainda mais centralizado e organizado. Por período clássico do Direito romano entende-se a faixa temporal iniciada no segundo século antes de Cristo, desde a promulgação da lei *Aebutia*, até o início do século IV d. C., data do término no império Dioclesiano, em 305 d. C. Trata-se de uma fase intermediária do Direito romano, posterior ao período pré-clássico e considerada como a de maior desenvolvimento do Direito, especialmente devido à atuação criativa do pretor e à vasta produção científica dos juristas. Do ponto de vista da organização política, o período clássico iniciou-se em meados da República e perdurou por todo o Principado (ou Alto Império)” (MADEIRA, 2012, p. 159). E ainda: “São principalmente as obras dos juristas da República e do Alto Império que comportam a maior parte dos textos selecionados (digestos) pela comissão Triboniano nos *Digesta Iustiniani* (ou seja, Digestos ou selecionados de Justiniano, livro que ficou mais conhecido simplesmente como Digesto de Justiniano)” (MADEIRA, 2012, p. 160).

Maquiavel. O *Digesto*, “antes designado com o nome grego de ‘Pandectas’” (GAUDEMET, 2012, p. 336) trata-se de um livro muito importante na estrutura do *Corpus Juris Civilis* (CJC). O “Digesto é a peça mestra do CJC em termos de amplitude, dificuldades de preparação, interesse histórico e valor jurídico. Trata-se de 9.142 fragmentos de obras dos juristas clássicos, desde o século I a. C até meados do século III d. C” (GAUDEMET, 2012, p. 335-336).

Citando o *Digesto*, Quaglioni afirma: “está aqui todo o sentido da expressão ‘Maquiavel e a linguagem da jurisprudência’ da linguagem dos pressupostos de toda ordem jurídica e política: “*divinarum atque humanarum rerum notitia, iusti atque iniusti scientia*, segundo a vulga definição de Ulpiano” (D.1, 1, 10, § 2)” (QUAGLIONI, 2016, p. 17). A tradução do brocardo jurídico descrito acima, componente do *Digesto*, é a seguinte: “jurisprudência ‘é o conhecimento das coisas divinas e humanas, a ciência do justo e do injusto” (JUSTINIANO, D.1, 1, 10, § 2, p. 24). Essa definição de jurisprudência contida nas *Institutas* é considerada pelos estudiosos do Direito romano, como “uma definição da ciência do Direito - *Jurisprudentia*” (CRETELLA, 1998, p. 24). Isso porque no *Corpus Juris Civilis* a palavra jurisprudência era utilizada como sinônimo de Direito.

Entretanto, é nas *Institutas* que está a frase, muitas vezes repetidas por Maquiavel em obras diferentes, de que os estados se fundamentam nas leis e nas armas.

As *Institutas* foram “publicadas em 21 de novembro de 533, um mês antes do *Digesto*, pela Constituição *Imperatoriam Majestatem*” e podem ser consideradas como “uma espécie de pequeno manual [...] redigidas paralelamente à preparação do *Digesto* por uma comissão de três membros, três professores de Direito, também membros da comissão de redação do *Digesto*: Triboniano, Doroteu e Teófilo” (GAUDEMET, 2012, p. 335).

No proêmio das *Institutas* – tal qual Maquiavel iniciava também as obras de chancelaria com essa afirmação – consta: “A *majestade Imperial* deve ser ordenada, não só com as armas, mas também com as leis” (*Institutas*, proêmio). Comentando essa passagem das *Institutas* Viroli afirma que a *Imperatoriam Maiestatem*, possuía a seguinte afirmação em seu início: “*“non solum armis decoratam, sed etiam legibus oportet esse armatam”* [‘não

somente é ordenada pelas armas, mas também convém ser armada pelas leis”]” (VIVANTI, 2016, p. 189). Quaglioni é uma referência quando se trata de evidenciar a presença do Direito romano do compilamento de Justiniano em Maquiavel. Segundo Vivanti, Quaglioni descobre o que denomina de “motivo justiniano: “Quaglioni, afirmando ser impensável ‘um Maquiavel estranho à cultura jus-política de seu tempo’, chamou a atenção sobre o ‘verdadeiro motivo justiniano’ recorrente em sua obra: a junção justiça-armas” (VIVANTI, 2016, p. 189).

Essa relação tão próxima, íntima e visceral entre justiça e armas presente de maneira muito evidente no Direito romano é reproduzida por Maquiavel em suas obras. Por isso o Direito romano se torna importante para buscar o antecedente teórico que permitiu Maquiavel iniciar algumas das primeiras linhas de seus escritos (no caso dos escritos de chancelaria), com a afirmação de que os estados se fundamentam nas leis e nas armas.

Chamamos a atenção, assim, não apenas para o fato de que o Direito romano, através das *Institutas* e o *Digesto* de Justiniano, se encontra presente em Maquiavel, como também para a posição tipográfica das afirmações. As *Institutas* possuem em suas primeiras linhas (no proêmio) a afirmação de que a autoridade dos estados se estrutura na justiça e nas armas. Da mesma forma, como se verá no segundo capítulo, pelo menos três escritos de chancelaria iniciam-se com a mesma afirmação, ocupando as primeiras linhas, reproduzindo assim Maquiavel, não apenas a mesma afirmação, como também a mesma posição tipográfica da afirmação que era utilizada nas leis romanas. Assim, *Digesto* e *Institutas* nos interessam porque é por influência delas que Maquiavel repete, em obras variadas, como um verdadeiro princípio, a afirmação de que todos os estados se fundamentam nas leis e nas armas.

Além disso, Maquiavel, na *História de Florença*, menciona expressamente o imperador Justiniano ao falar sobre Teodato. Eis a passagem: Teodato “passou a ser odiado pelos ostrogodos, o que fez o imperador Justiniano acreditar que podia expulsá-lo da Itália”. Também menciona Justiniano ao falar sobre Belisário: “e como Belisário não tivesse conseguido vitória total foi destituído por Justiniano” (*História de Florença*, livro I, 6, p. 21). Menciona, ainda, quando aborda a vitória sobre os eslavos:

“Justiniano, depois de vencer os eslavos, mandou para a Itália o eunuco Narses, militar excelente” (*História de Florença*, livro I, 6, p. 22). Além de eventos da vida do Imperador, Maquiavel menciona também a morte dele: “mas assim que a Itália ficou livre dos godos, Justiniano morreu e seu sucessor foi Justino, seu filho” (*História de Florença*, livro I, 7, p. 22). Conhecia, portanto, Maquiavel as atividades do imperador Justiniano.

Esclarece-se que a comprovação textual da existência de um vínculo entre os escritos de Maquiavel com as antigas normas romanas, em especial ao *Corpus Juris Civilis* se dará no decorrer dessa investigação, em especial no segundo e terceiro capítulos, nos quais se analisará o binômio leis e armas nas obras de chancelaria, no *O príncipe* e nos *Discursos*. Sobre a resposta a ao questionamento inicial, conforme se verá no segundo capítulo, acreditamos que Maquiavel tinha consciência de que o binômio leis e armas originava-se do Direito romano, do *Corpus Juris Civilis*. O que não conseguimos afirmar é se Maquiavel teve contato com essa afirmação de Justiniano através do período em que exerceu atividades na chancelaria florentina, ou já a conhecia anteriormente, como fruto da educação humanista, ou ainda se teve acesso às obras de Justiniano que existiam na biblioteca de seu pai Bernardo⁷⁵.

1.4 O Direito no período medieval

Considera-se que o período medieval foi inaugurado com a conquista de Roma pelos germânicos em 476 d. C.⁷⁶ (data considerada como marco histórico do fim do império romano do Oriente) e se encerrou no século XV (precisamente, em 1453, com a queda de Constantinopla, que colocou fim ao Império Bizantino). O início da idade média não significou o abandono do Direito romano. Mesmo após a entrada dos povos germânicos, o Direito romano continuou ainda vigente por quase um século no período medieval. Foi

⁷⁵ Bernardo Maquiavel relatou – documentalmente relatadas por este em uma espécie de diário; *libri di ricordi*.

⁷⁶ Muito antes disso, os povos germânicos já estavam conquistando outras regiões comandadas pelo Império romano: “em 406 verificou-se a invasão da Península Ibérica pelos povos germânicos, a saber, alanos vândalos e suevos; em 417 ingressaram nela os visigodos, que exterminaram os vândalos e os alanos” (LACERDA NETO, 2012, p. 117).

no ano de falecimento do imperador Justiniano (565 d. C) que se considera que o Direito romano chegou ao fim no ocidente. Assim, o início do período medieval foi balizado pelo Direito romano que perdurou ao próprio fim do império, no Ocidente.

Entretanto, é errôneo afirmar que o Direito romano recuperado no período medieval é o mesmo dos séculos anteriores. Trata-se de um Direito modificado em relação ao antigo Direito romano, tendo em vista que “O Direito medieval não é apenas o Direito aplicado no período que vai dos séculos V a XV d. C, é um conjunto de escolhas inconfundíveis daquele *unicum* histórico que é a civilização jurídica medieval” (GROSSI, 2014, p. 33). Foi no final do século V e início dos séculos seguintes, que os povos germânicos ingressaram no Império Romano do Ocidente: o que historicamente foi pejorativamente denominado de “invasões bárbaras”.

A França foi ocupada pelos francos e ao sul pelos visigodos; os ostrogodos e os lombardos na atual Itália. Os romanos e os germânicos eram povos diferentes entre si: “Duas populações e duas ordens jurídicas passaram a existir”. Essas populações, aos poucos passam a incorporar o Direito germânico ao Direito romano. Os povos germânicos, apenas de maneira ocasional, possuíam algum Direito escrito. Regulamentava-se, quase que exclusivamente, pelos costumes imemoriais repassados oralmente, enquanto que a tradição jurídica romana era vasta em Direito escrito (cf. LACERDA NETO, 2012, p. 101-102).

Sobre a influência da cultura germânica na Itália, pode-se afirmar com certeza que Maquiavel não a via com bons olhos. Isso pode ser facilmente comprovado no *O Príncipe*, que para muitos, como se verá na sequência, foi apenas um opúsculo escrito por Maquiavel a Lorenzo de Médici com a única finalidade de libertar a Itália dos pejorativamente denominados “povos bárbaros”, visando unificá-la. O Capítulo XXVI do *O Príncipe* intitulado *Exortação a tomar a Itália e libertá-la das mãos dos bárbaros [barbari]* é compreendida como um verdadeiro apelo a Lorenzo de Medici.

No referido capítulo, Maquiavel afirma que a Itália se encontrava reduzida devido às invasões que os povos germânicos constantemente impunham e às instabilidades que delas decorriam, com pilhamentos,

destruições, e combates, afirmou: “foi necessário que a Itália se reduzisse ao ponto que se encontra atualmente, e fosse mais escrava que os hebreus, mais serva que os persas, mais dispersa que os atenienses, sem chefe, sem ordem, derrotada, espoliada, dilacerada, devastada” (*O Príncipe*, XXVI). E Essa passagem é emblemática, constantemente repetida e muito importante para se avaliar o posicionamento e a compreensão que Maquiavel tinha sobre os povos germânicos [*barbari*].

Nota-se que Maquiavel detestava a influência que esses povos exerciam sobre a Itália. Que a adjetivação aplicada por ele, de maneira bastante redundante, enfatiza toda a sua preocupação e o seu sentimento em relação à forma como compreendia a Itália exposta, afirmando que seu povo estava mais prejudicado do que qualquer outro e que por isso estava entregue a toda sorte de abusos. Por fim, exalta: “vê-se que a Itália roga a Deus que lhe envie alguém para redimi-la da crueldade e insolência dos bárbaros” (*O Príncipe*, XXVI). Assim, portanto, com essa gama de adjetivos negativos associados aos povos germânicos e aos efeitos que eles provocaram na Itália, Maquiavel deixa evidente todo o seu despreço por eles.

As modificações culturais e legislativas trazidas pelos povos germânicos são também comentadas por Maquiavel no *O príncipe* (escrito em 1513) e no Livro I da *História de Florença* (encomendada em 1520 e entregue em 1525). Nessa obra Maquiavel afirma que “houve um tempo infeliz para a Itália e para as províncias invadidas pelos bárbaros, esses foram os tempos que correram desde Arcádio e Honório” até ele. Ressalta que foram tempos em que “podemos imaginar facilmente o que a Itália e outras províncias romanas sofreram”. Isso porque “nelas não só variavam o governo e o príncipe, mas também as leis, os costumes, o modo de viver, a religião, a língua, os trajes, os nomes” (*História de Florença*, livro I, 5, p. 19).

Maquiavel, portanto, expressou seu conhecimento sobre as alterações das leis e costumes introduzidas pelos povos germânicos na estrutura do Império Romano e na Itália não unificada. Sobre o período medieval, e sobre a influência dos povos germânicos sobre o Direito desse período, Santo Quadri afirma que “até o século IX as teorias políticas se reduzem fundamentalmente a desenvolver” a ideia de que “todo poder vem de Deus e, portanto é proibida

toda resistência [...] O século IX apresenta uma originalidade” (QUADRI, 1962, p. 11).

A originalidade trazida pelo século IX consistiu em pela primeira vez admitir uma espécie de separação entre poder político do rei, o de administrar a justiça e o religioso: “O rei administra a justiça, não apenas frente a Deus, mas também, pelo menos dentro de certos limites, frente ao povo; em geral, a ideia da origem divina do poder não é intensa a ponto de excluir qualquer controle ou participação do povo (QUADRI, 1962, p. 11).

No século IX, o povo passa ter influência sobre o exercício e a aquisição do poder do governante, que não é mais exclusivamente atribuído à origem divina. Passou-se a afirmar que “O tirano, o rei que governa contra a justiça, que não se propõe como escopo supremo o bem coletivo, mas subordina esse ao seu próprio interesse ou ao próprio arbítrio individual, não é verdadeiramente vigário de Deus” (QUADRI, 1962, p. 11-12). A possibilidade de influência do povo no que se refere ao poder faz com que o governante não seja mais visto como um “representante da vontade de Deus na terra” Isso faz com que haja, “portanto, a resistência ao abuso de poder”. E essa resistência à vontade do governante “não é verdadeira resistência à vontade divina” (QUADRI, 1962, p. 12).

Ainda segundo Quadri, essa nova forma de enxergar o poder político, inserindo nele a possibilidade de resistência - devido à retirada do caráter sagrado, é influência direta dos povos germânicos: “Essas novas ordens são devidas mais a influência bárbara do que a influência romana” (1962, p. 12). Isso porque os povos germânicos possuíam princípios diversos daqueles dos romanos, “apesar da frequente influência romanística”. Esses “princípios que dominam o Direito público e a consciência política dos estados decorrentes das invasões bárbaras se reduzem substancialmente a três” (1962, p. 11) que em tudo se relacionam com a lei.

Quadri elenca os três princípios dos povos germânicos como sendo *i)* a necessária participação do povo ou dos elementos representativos dele, ao lado do rei, na formação da lei, que não são leis do rei, mas da nação; *ii)* a supremacia da lei e do costume popular ou nacional sobre todos os membros da comunidade, do mais humilde dos homens livres ao rei; *iii)* a imediata

origem popular da soberania para a qual não se pode haver sucessão no governo sem eleição ou reconhecimento pelo povo ou pelos elementos que o representam. O poder vem de Deus, mas mediatemente, através da eleição e do reconhecimento popular. Para os juristas e imperadores romanos o poder deriva de um ato originário de vontade e de transmissão da parte do povo romano (cf. QUADRI, 1962, p. 12).

As diferenças entre o Direito romano e o germânico eram estruturais. Duas tradições culturais e jurídicas muito diversas⁷⁷, que se regiam por leis próprias, entraram em contato: de um lado os germânicos cujo Direito fundamentava-se nos costumes (consuetudinário), raramente escrito e carente de princípios norteadores⁷⁸. De outro lado, o Direito romano, escrito, ordenado principiologicamente e culturalmente estruturado. Para além dessas grandes diferenças estruturais ainda restava outra, tão grande quanto: o idioma. O latim, língua na qual o Direito romano estava escrito era estranha aos povos germânicos. Como o Direito germânico se propagava, tanto oralmente, quanto por escrito, ele era difundido em vernáculo⁷⁹ diverso do latim.

Assim, a barreira do idioma se apresentava como dificuldade para a continuidade do Direito romano – história semelhante que se repetiria em Constantinopla, quase dez séculos mais tarde⁸⁰, o que contribui para que o Direito romano fosse esquecido no período entre o fim do século V até o século XI (ano 1100) – como se verá posteriormente, ano em que o Direito medieval sofreu uma transição com o retorno do Direito romano.

⁷⁷ “de um lado as sociedades germânicas guardavam em si, mesmo após a transposição mediterrânea, um patrimônio ideal de realeza negociada, decorrente do princípio fundamental que identifica a organização política como uma escolha oportuna para a melhor direção da ‘nação’ e, portanto, apta a não sufocar autonomias específicas de grupos e famílias; de outro lado a Igreja Romana – estrutura centralizada e extremamente orgânica na própria ordem” (GROSSI, 2014, p. 55).

⁷⁸ “ocasionalmente, os redigissem sob a forma de compilações, as *leges nationum Germanicarum*, em que, em latim tosco, tentava-se com inabilidade, expressar um ordenamento que não se cultivava intelectualmente que não se regia por nenhum princípio geral que lhe orientasse a formação. As compilações germânicas ocupavam-se, principalmente de Direito penal” (LACERDA NETO, 2012, p.102-103).

⁷⁹ “Na Inglaterra, os reis anglo-saxões promulgaram vários estatutos, a partir do século VII, em vernáculo que não o latim” (LACERDA NETO, 2012, p. 102).

⁸⁰ “Apesar da influência romana, a aplicação da obra de Justiniano tornou-se difícil em função do idioma, que deixou de ser falado no Oriente, passando a ser o grego, e da dificuldade de absorção do *Corpus Juris Civilis* aos novos nomes jurídicos em vigor” (PESSÔA, 2001, p. 85).

Por toda essa conjuntura, pela influência dos povos germânicos, pelas modificações culturais que passaram a compor a vida cotidiana, pode-se afirmar que o período do Direito medieval é distinto do Direito romano, e também não se aproxima do Direito moderno. Grossi alerta para o fato de que ao se traçar comparações entre essas duas experiências jurídicas distintas, deve-se, ter muito cuidado para não simplificá-las. O risco da simplificação consistiria em entender o Direito medieval como apenas uma continuação do Direito romano, ou então transportando para o período da Idade Média, sem os cuidados necessários, linguagem e conceitos que são próprios do tempo atual. O que há é verdadeira descontinuidade do Direito medieval em relação ao romano ao contemporâneo (cf. GROSSI, 2014, p. 11-13).

Embora o cotidiano no período medieval fosse muito instável e mutável, o Direito estava organizado: “as desordens da superfície extremamente caótica se contrapõem à ordem da secreta, mas presente, constituição jurídica” (GROSSI, 2014, p.16). A existência de uma ordem social no período medieval nos permite afirmar que a “sociedade medieval é jurídica, porque se realiza e se salvaguarda no Direito; jurídica é sua constituição mais profunda e nela está seu caráter essencial, seu elemento último” (GROSSI, 2014, p.16). Assim, no período Medieval é plenamente possível se falar em ordem jurídica⁸¹. Sobre a escolha do título de sua obra *Ordem Jurídica Medieval*, Grossi comenta: “nossa escolha foi consciente; a inserção da palavra ‘ordem’, obstinadamente intencional. De fato, parece-nos que jamais como na Idade Média o Direito representou ou constituiu a dimensão profunda e essencial da sociedade, uma base estável” (2014, p. 16).

Defende Grossi, que o Direito medieval se apresenta através de uma ordem jurídica medieval, realizando duas observações: a primeira é que tanto os textos agostinianos quanto os tomistas traziam a expressão *ordo* – ordem; a segunda é que havia no período medieval uma incontestável reflexão sobre a

⁸¹ “Eis como devemos abordar o Direito medieval: [...] antes de ser norma e comando – é ordem, ordem do social, movimento espontâneo, isto é, que nasce das bases, de uma civilização que protege a si mesma da rebeldia da incandescência cotidiana” (GROSSI, 2014, p. 39).

natureza, considerando-a como fenômenos ordenados⁸² pela sabedoria divina, conforme pode se verificar desde Santo Agostinho⁸³ (354-430 d. C) na *Cidade de Deus*⁸⁴, bem como na *Suma Teológica* de Santo Tomás⁸⁵ (1225-1274) como em tantas outras obras do período. Termos como *ordinare*, *ordinatio*, *ordo* são repetidos monotonamente por filósofos, teólogos, místicos, e nesse caso, a teologia significa antropologia (cf. GROSSI, p. 100-101).

Nesse sentido, constatada a existência de uma ordem social medieval que era estabelecida pelo Direito, Grossi intitulou sua obra que trata do Direito medieval como *L'ordine Giuridico Medievale*, em tradução para o português, *A ordem Jurídica Medieval*. Não nos parece equivocado defender a existência de uma ordem jurídica no período medieval e ao contrário disso, nos parece perfeitamente possível e adequado utilizar a expressão ordem jurídica para tal período. Isso porque, a expressão designa um sistema de Direito em determinada época. A crítica que se faz à utilização da expressão ordem jurídica se dá pelo fato de que a primeira utilização desse termo foi posterior ao período “apareceu tardiamente na teoria do Direito. A noção de *Rechtsordnung* surgiu na Alemanha na virada do século XVIII para o XIX e depois se generalizou na doutrina” (LEBEN, 2012, p. 1286).

Embora a expressão “ordem jurídica” tenha se originado posteriormente ao período medieval, não significa que a ausência dela no período antecedente implicasse na inexistência do que ela passou a designar. A ordem jurídica não

⁸² “os fatos naturais ou sociais, agora protagonistas, não são uma enxurrada de fenômenos amontoados desordenadamente uns sobre os outros, mas encontrando a própria fonte na sabedoria divina” (GROSSI, 2014, p. 100).

⁸³ “O agustinianismo jurídico traduz-se precisamente num voluntarismo. Na verdade, para o bispo de Hipnoia, a única fonte do Direito é a vontade de Deus; vontade em geral *insondável* e imperativa, mas revelada parcialmente pelas Escrituras e manifestada em cada momento pela ordenação providencial da história” (HESPANHA, 2012, p. 209).

⁸⁴ Capítulo XVIII, Livro XI da *Cidade de Deus (De Civitate Dei)* cujo título é: *A oposição dos contrários torna mais patente a beleza do Mundo na Ordem que Deus lhe conferiu* (AGOSTINHO, 2000, p. 219).

⁸⁵ A expressão ordem aparece muitas vezes na *Suma Teológica* de Santo Tomás, o que é percebido apenas acessando o vasto índice da obra. Exemplificativamente citam-se aqui alguns títulos: *Se a noção de bem implica o modo, a espécie e a ordem*; *Se nas pessoas divinas há a ordem da natureza*; *Se nas criaturas há uma ordem dos agentes*; *Da ordem da criação quanto à distinção*; *Se há alguma ordem entre as potências da alma*; *Do modo e da ordem de inteligir*; *Se podem acontecer as coisas fora da ordem do governo divino*; *Se Deus pode fazer alguma coisa fora da ordem estabelecida para as coisas*; *Se tudo o que Deus faz fora da ordem natural das coisas é milagre*; *Da ordem das paixões entre si*; dentre outros (cf. AQUINO, 1936, p. 3-115).

é originária de um ato performativo, no sentido de que não constitui o que designa pela simples denominação. A denominação “ordem jurídica” não passa a constitui-la a partir dessa declaração. A existência é prévia, anterior e o que se faz é apenas declarar que o sistema jurídico que existia no período medieval funcionava como ordenador social. Isso porque o que passou a ser denominado como ordem jurídica já existia antes de assim ser chamado, visto que se trata do “conjunto, estruturado como sistema, de todos os elementos integrantes da constituição de um Direito que rege a existência e o funcionamento de uma comunidade humana” (LEBEN, 2012, p. 1286).

Exemplificativamente, os próprios períodos históricos são denominados com expressões que os classificam e que surgiram posteriormente a eles. Assim, quando utilizamos as expressões que designam períodos como Direito antigo e filosofia antiga, Direito medieval e filosofia medieval, Direito moderno e filosofia moderna são todas classificações posteriores aos períodos que designam. É inimaginável que os pensadores antigos, medievais e modernos se autoproclamassem assim. Entretanto, isso não nos impede de que, em nosso tempo, utilizemos essas classificações para designá-los a fim de facilitar a compreensão sobre ao que fazemos referência.

Dessa forma, mesmo diante da ausência dessa classificação e dessas expressões no período que designam nada impede que se classifiquem os períodos históricos, filosóficos, jurídicos com expressões posteriores à existência deles sem que isso seja considerado anacronismo. Assim, a filosofia antiga já existia e era o que era antes de ser assim chamada. A utilização da expressão não cria a filosofia antiga, apenas a declara, analogicamente é assim também com todas as outras classificações temporais. Essa mesma comparação analógica com os períodos históricos da filosofia e do Direito pode ser feita com a expressão ordem jurídica.

Defendemos, portanto, que o que passou a ser denominado como ordem jurídica já existia antes dessa nomenclatura, mesmo que assim não fosse denominada. E assim, “a ausência da expressão, porém, não implica que as questões tratadas acerca da ordem jurídica tivessem necessariamente escapado aos autores que não usam esse termo” (LEBEN, 2012, p. 1286). Não é, portanto, do uso da expressão “ordem jurídica” que se origina o sistema

de Direito por ela denominado. Não se trata do uso da linguagem como forma de constituição, de criação de algo, mas sim apenas como denominação de algo preexistente. Isso fica evidente, conforme se viu, quando Grossi menciona o uso das expressões *ordo*, *ordinato*, *ordinare* durante o período medieval.

A afirmação de Grossi, sobre a existência de uma ordem jurídica medieval se fundamenta no fato de que o período possuía um sistema jurídico próprio, por isso afirma que a escolha da expressão “ordem jurídica” foi consciente. Eventualmente, poderia ser questionado sobre a possibilidade de, no período medieval, produzir e fazer cumprir o Direito estável, ordenado, seguro, sem o que conhecemos hoje como Estado: “Se o Estado se nos apresenta como uma presença irrenunciável não tanto do alicerce histórico quanto da nossa consciência de modernos é porque somos filhos de uma época – a época moderna” (GROSSI, 2014, p. 52). Isso porque o período do Direito medieval parece confirmar a hipótese romana de que o Direito não é um monopólio de poder central, mas é, inclusive, anterior a ele.

A historicidade do Direito é não estatal. No período medieval há uma indiferença relativa daqueles que possuem o poder pela confecção do Direito. Nesse período, o Direito é a voz da sociedade, de forças profundas que estão dos diversos grupos sociais que produziam ordenamentos jurídicos autônomos (autonomia relativa, no sentido de que o Direito está desvinculado de um regime político único). Prova disso é que no primeiro período medieval se aplicava o princípio da personalidade⁸⁶ do agente: germânicos eram julgados pelas leis germânicas e romanos pelas romanas (cf. GROSSI, 2014, p. 62; 66; 73; 163). Não havia um Direito estatal único, porque o conceito de Estado inexistia no período.

O Direito medieval se mostrava autônomo em relação às desordens sociais que aconteciam no período. Tratava-se de uma ordem que não se afetava pelos pequenos ou grandes episódios da história, pois ultrapassava tanto o poder político, quanto seus detentores, desvinculada do cotidiano de

⁸⁶ O princípio da personalidade significa a aplicação do Direito levando em consideração o pertencimento a um grupo étnico. Como por exemplo, a aplicação do Direito romano para os romanos e a aplicação do Direito germânico aos germânicos. Significa permitir que cada grupo social aja de acordo com suas próprias regras culturais e jurídicas, respeitando suas fontes de produção do Direito. Esse princípio mostra alguns inconvenientes do denominado fracionismo jurídico (cf. GROSSI, 2014, p. 66-67;73).

misérias, inserida em terreno seguro e profundo. Um Direito que se manifesta sem censuras, livre das regras contingentes e transitórias do cotidiano, em continuidade espontânea e simples, com riqueza de princípios normativos. Por tudo isso, a expressão *ordem jurídica medieval* não é apenas um ornamento, um recurso retórico, mas sim o cerne do que foi a experiência jurídica medieval. Isso se dá, porque a sociedade medieval não possuía Estado⁸⁷, e nesse vazio político, o Direito vê seu papel elevado, colocando-se no centro do social. O vazio ou incompletude do poder político medieval significa a “carência de toda a vocação totalizante do poder político, sua incapacidade de se apresentar como fator global assimilador de todas as manifestações sociais” (cf. GROSSI, 2014, p. 16-17; 39; 50).

No período medieval a lei⁸⁸ e os costumes eram fontes do Direito, assim como a *jurisdictio* ou *ius dicere* – o poder de dizer o Direito – que nesse período é uma realidade que antecede o próprio poder político - que não o cria, não o quer criar, não se sente apto ou capaz de criá-lo - mas que o declara. O poder político medieval é apenas responsável pela declaração do Direito. Sobre a lei no período medieval, é necessário esclarecer que seu significado é oposto ao das concepções jurídicas modernas, que consideram a lei extremamente formal, escrita e por isso rígida, como expressão da manifestação de vontade de quem tem poder político para tanto. No período medieval, ao contrário, a

⁸⁷ “a palavra ‘Estado’ é inevitavelmente um termo-conceito que se se sedimentou de determinada forma em nossa consciência atual, imbuindo-se de especificidade e de intensidade. A noção de ‘Estado’ é inevitavelmente consolidada no decorrer da era moderna e introjetada pelo historiador como patrimônio de seu presente, ou seja, caracterizada como uma realidade político-jurídica rigorosamente unitária, na qual unidade significa, no plano material, efetividade de poder em toda projeção territorial, garantida para um aparelho centrípeto de organização e de coação, e, no plano psicológico, uma vontade ‘totalitária’ que tende a absorver e a assumir toda a manifestação, ao menos intersubjetiva realizada naquela projeção territorial. Em outras palavras, um macrocosmo unitário que tende a se estabelecer como estrutura global dotada de uma vontade englobante. ‘Estado’ é um sujeito político forte” (GROSSI, 2014, p. 51).

⁸⁸ No primeiro período medieval, “a ordem jurídica possui dois níveis concêntricos, o do Direito divino e o do Direito humano, aos quais correspondem a *lex divina* e a *lex humana*; a *lex humana*, toda *lex humana*, é a expressão de uma profunda plataforma de costumes (*mores*), pode ser escrita ou não escrita, ou seja, pode se apresentar como *consuetudo* ou como *constitutivo*, mas sua qualidade permanece unitária e não sofre influência dessa diversidade de manifestações; de fato, a substância comum e indefectível de toda *lex* é sua racionalidade, a assunção do próprio conteúdo tão somente de um conjunto de regras objetivas inscritas na natureza das coisas, por isso a *lex* não pode deixar de ser justa, coerente com a natureza e com o costume da comunidade, adequada aos lugares e épocas diferentes, necessária, útil, voltada à utilidade comum e não a um interesse privado, por isso representa as exigências da comunidade, da qual é a voz normativa” (GROSSI, 2014, p. 169-170).

fonte produtora da lei pouco importava, pois o que importava era o conteúdo, independente de ser ou não escrito (cf. GROSSI, 2014, p. 168).

Nesse período, por exemplo, “as *leges* podem ser produzidas por uma pluralidade de sujeitos políticos: o *populus*, a *plebe*, o *senatus*, o *príncipes*, a *civitas*, qualquer comunidade dotada de autonomia” (GROSSI, 2014, p. 168). Entretanto, essas fontes autônomas, no momento de produção da lei, deveriam, obrigatoriamente, levar em consideração a ordem jurídica preexistente, que consiste “no conjunto de regras racionais e, por essa razão, conformes e adequadas à natureza e, portanto, à vontade de Deus, único e verdadeiro criador do Direito, único autêntico legislador” (cf. GROSSI, 2014, p. 168).

O Direito medieval, assim como o romano, também possuía período de transição, embora optemos aqui por tratá-lo de maneira unificada. Considera-se que o Direito medieval passa por um período de transição no século XI - no qual ocorreu a recepção de leis romanas. Esse segundo período medieval é caracterizado pela redescoberta do Direito romano. “Sobretudo, não muda a ideia principal de uma ordem jurídica na qual se encarna o fundamento estável de toda uma sociedade, de autonomia do jurídico, do primado do Direito. Autonomia e primado são garantias de centralidade” (GROSSI, 2014, p. 192). Entende-se que por volta do ano 1100⁸⁹ houve o início do denominado Direito ocidental moderno, justamente com a redescoberta do Direito romano, que reingressou na mentalidade jurídica daquela época. Os juristas medievos despertaram para o *Corpus Juris Civilis*, ou Corpo do Direito Civil, promulgado por Justiniano e oficializado em 529 d. C. para ter vigência em todo o Império.

As justificativas para o retorno do Direito romano eram quatro: *i*) tratava-se de um Direito já completo, contemplando vários ramos jurídicos; *ii*) a qualificação técnica era alta, porque derivava do esforço de vários juristas; *iii*) o desenvolvimento cultural do império romano era maior do que o daquele do período medieval, o que trazia respeito e admiração ao Direito romano; *iiii*) a estrutura jurídico-administrativa que o Direito romano proporcionava funcionava

⁸⁹ “os historiadores do Direito apontam, com ênfase, uma data e uma circunstância como relevantes, o ano de 1076 e o chamado Plácito de Márturi, uma assembleia judicial realizada na Toscana, no mosteiro-castelo de Márturi, em cujas datas e circunstâncias o *Digesto* é reapresentado como material utilizável e utilizado na prática jurídica” (GROSSI, 2014, p. 193).

como um instrumento para organização das cidades. Assim, o resgate do Direito romano, fez com que passasse a ser aplicado em vários lugares da Europa, como um Direito que não era nem vigente, nem autóctone. Esse movimento pode ser denominado de romanização do Direito europeu (cf. LACERDA NETO, 2012, p. 41-43).

Há alguns indícios na literatura estritamente jurídica de que a partir do século XI se desenvolve a denominada renascença romanística. O ressurgimento dos estudos sobre o Direito romano estabeleceu-se, sobretudo, mediante a tradição da escola de Bolonha, dos denominados glosadores. A escola dos glosadores trouxe alguns elementos desfavoráveis ao progresso político, porque alguns juristas desde a Glosa⁹⁰ em diante, acreditavam que o povo havia renunciado a sua liberdade em favor do príncipe, atribuindo, então, a ele uma autoridade ilimitada (cf. QUADRI, 1962, p. 13/14).

Entretanto, essa tese não foi aceita de maneira generalizada, pois não faltaram importantes juristas da época que acreditavam que o poder de legislar do povo jamais poderia ser transferido ao príncipe, sob pena do povo estar para sempre e completamente despojado de tudo. Assim, o povo, querendo, poderia reassumir sempre o poder que foi simplesmente concedido ao príncipe. Essa segunda visão é certamente aquela que mais se aproxima do espírito do Direito público e da consciência política que vai se moldando a partir do século X em diante (cf. QUADRI, 1962, p. 13/14).

Houve, portanto, no século XII o resgate das leis romanas vigentes seis séculos antes. Com isso, o Direito romano de maneira súbita, passa a ser novamente a base do Direito vigente na Europa, principalmente no que hoje se entende por Itália. Isso porque esse movimento se iniciou na cidade italiana de Bolonha, na região da Emília Romanha (vizinha à Toscana de Maquiavel),

⁹⁰ Glosa é um método de interpretação que depois passou a significar uma escola de interpretação do Direito – escola dos glosadores. Foi adotado em Bolonha na Itália, a partir do Século XII, inserindo comentários e anotações a textos jurídicos antigos, pertencentes ao Direito romano, como por exemplo, o *Digesto*: “No início do século XII, um professor de letras humanas da Universidade de Bolonha, chamado Irnérius, utilizava o *Digesto* para o ensino da gramática que está a seu cargo. Lê esse livro de Direito, e acrescenta-lhe um comentário das palavras importantes que os estudantes inserem entre as linhas do texto. Esse comentário é uma glosa (de uma palavra grega que significa ao mesmo tempo ‘língua’ e ‘palavra’). O sucesso do ensino de Irnérius foi imenso, e deixou discípulos que ele formara na explicação do Direito romano: Martinus, Bulgarus, Hugo e Jacobus. São os ‘quatro doutores’ de Bolonha cujo ensino atraiu a cidade alunos de toda a Europa” (BOULET-SAUTEL *et al*, 2012, p.844).

onde o método da Glosa foi recepcionado e passou a ser reaplicado desde então. Com isso houve o que pode ser considerado como uma espécie de ressurreição ou de ressurgência do Direito romano, que se expandiu ainda mais: “ele era Direito morto; tornou-se Direito ressurecto e importado, vale dizer, outra vez em vigor, e em vigor nos lugares em que não se formou e que, ao contrário, adotaram-no já pronto, tal como os romanos haviam constituído” (LACERDA NETO, 2012, p. 42).

A recepção não se deu inteiramente ao Direito romano clássico de Justiniano, mas a doutrina que foi criada e difundida com base no que Justiniano codificou. Assim, os glosadores (que foram professores nas universidades⁹¹ de Bolonha e Perusa) e comentadores, eram aqueles responsáveis por empregar o Direito profissionalmente foram os responsáveis por essa recepção e difusão, que a depender do lugar⁹² foi diversa (cf. LACERDA NETO, 41-42). A recepção nas regiões da Itália foi ainda mais fácil, devido à difusão que já possuía: “na Itália, a romanização ocorreu naturalmente, devido à presença do Direito romano em Bolonha e em outras cidades, o que levou os juristas a preferirem-no aos Direitos locais e subdesenvolvidos” (LACERDA NETO, 41-42).

Nota-se que o Direito romano anteriormente fundamentado na presença militar e na dominação política, que pressupunha um povo dominado (receptor do Direito) e outro dominante (emissor do Direito), em seu ressurgimento passa a ser recebido voluntariamente pelos juristas italianos, franceses e de outras nacionalidades (cf. LACERDA NETO, 41-42). Assim, para o resgate do Direito

⁹¹ “ninguém poderia seriamente negar a existência de escolas de Direito nesses séculos. O importante é não deturpá-las, como muitas vezes se fez, movidos por entusiasmos reconstitutivos. Não temos a presença de espaços de apurada reflexão científica, mas simplesmente escolas de formação profissional, onde, com recursos intelectuais rudimentares, os aspirantes a juízes e notários recebem as noções jurídicas indispensáveis para melhor exercer suas funções. Nessas escolas os instrutores preparam para o exercício de uma profissão, mas são alheios a qualquer instância de caráter autenticamente cultural[...] o período que vai do século V ao século XI se apresenta aos nossos olhos como oficina da práxis” (GROSSI, 2014, p. 78). Entretanto, essa práxis está toda direcionada em um único sentido: a formação, dia após dia, de uma ordem fundamental (cf. GROSSI, 2014, p. 79).

⁹² “na Inglaterra, por exemplo, assimilou-se certa mentalidade jurídica, um modo de pensar determinado pelo Direito romano; na Espanha, redigiram-se leis próprias, que combinavam regras autóctones com as romanas; na Alemanha, aceitaram-se muitas regras concretas e toda a construção dos conceitos jurídicos romanos: forma mental romana, combinação de normas com as normas romanas, normas romanas na sua pureza” (LACERDA NETO, 2012, p. 43).

romano, não houve qualquer imposição. A ação foi de recepção gradual e voluntária, de maneira diferente em cada lugar.

Nesse período do ressurgimento do Direito romano, ainda nos séculos XI e XII, a atuação jurídica com a supremacia da lei equivale de maneira geral à própria atuação política. Nesse sentido, “o rei agora é quem governa de acordo com as formas e normas de um Direito que não emana mais dele, mas que decorre da colaboração do povo e de elementos representativos do povo e que ele não pode mudar” (QUADRI, 1962, p. 14/15). Da mesma forma que qualquer súdito, o rei está sujeito à obediência da lei e isso faz toda a diferença para distinção entre um rei e um tirano: a tirania consiste para a maioria, no governo contra o Direito nacional ou popular e contra a justiça natural (cf. QUADRI, 1962, p. 14/15).

Nesse período há um grande conflito entre papado e Império⁹³. Os historiadores imperiais afirmavam a irresponsabilidade do rei diante do povo – tese que não prevalece na época. Em contrapartida, os historiadores eclesiásticos sustentavam que a autoridade civil, embora derivada de Deus, deveria responder pelos seus atos frente ao povo. Nesse sentido o povo teria o Direito de não obedecer a comandos injustos, sejam ilegais ou ilegítimos, vindos do tirano ou até mesmo de resistir e rebelar-se contra eles, porque o tirano não seria um vigário de Deus, mas sim um usurpador (cf. QUADRI, 1962, p. 15).

No século XIII, Santo Tomás⁹⁴, por exemplo, definia a lei como um ordenamento produzido pela razão, voltada ao bem comum, redigido por quem

⁹³ “Os escritores favoráveis ao Império insistem que o poder régio deriva apenas de Deus. Os favoráveis a igreja, mais aderentes à razão, ao estado de fato e as tendências do Direito público feudal, afirmam que vem de Deus, mas através da designação expressa ou tácita da vontade popular que se exprime nas assembleias dos livres e dos grandes do reino” (QUADRI, 1962, p. 16).

⁹⁴ Em 1225 Tomás de Aquino que nasceu em “castelo Rocassecia, perto de Aquino, Reino de Nápoles”. Em 1239 foi morar em Nápoles, estudando na Universidade de Nápoles, que carrega o nome de quem a fundou em 1224, Federicco II. (cf. COSTA, 2009, p. 824). “Embora Tomás de Aquino fosse, antes de tudo um teólogo, a importância da sua obra teológica depende diretamente do alto nível de fundamentação filosófica, de cunho aristotélico, que lhe dá suporte, unidade e coerência, o que se aplica também ao tratamento dado à questão do Direito [...] foi como filósofo e não como teólogo que Tomás de Aquino elaborou e desenvolveu a sua Teoria do Direito, na qual o Direito Natural aparece como fundamento de todas as modalidades do Direito Positivo, na mesma linha de Aristóteles, Cícero, Gaio, Graciano e Santo Alberto Magno. Por isso, em nenhum momento apela para a Revelação, mas unicamente para a razão” (COSTA, 2009, p. 824). Ainda, conforme COSTA, “Encontramos em Santo Tomás de Aquino

governa a comunidade. Nesse período, o príncipe possui poderes limitados sobre a lei, visto que lhe cabe apenas declará-la. Esse papel de mero declarador da lei atribuído ao príncipe fica evidenciado por um mestre de Santo Tomás, Alberto Magno, que afirmava, em meados do século XIII: “a lei é norma que se origina de três sujeitos: o povo, a quem a utilidade se destina [...] o mestre de Direito que a identifica e a redige [...] o príncipe que lhe imprime a marca de sua autoridade” (GROSSI, 2014, p. 175). Entendia-se que o príncipe não detinha poder criador sobre a lei, mas mero poder de revelá-la pela sua autoridade, dizendo o Direito.

Santo Tomás “afirma que a autoridade do Estado, perseguindo o bem comum, integra o individuo que por si só perderia a noção da tarefa que tem na terra; a autoridade torna-se assim a explicação das próprias necessidades do homem” (de regimine principum 1. 1. C. 1) . E ainda: “Essa autoridade pertence à multidão ou aquele que em nome dela governa, porque o poder de dirigir-se a um fim pertence a quem se dirige a esse fim - suma teológica, I-II, q. 90, a. 3” (QUADRI, 1962, p. 18).

Nos séculos XII e XIII, o pensamento medieval, e de modo específico o pensamento jurídico medieval, busca a investigação intelectual e adquire tom dialogante. Confrontando várias opiniões, o Direito medieval, sem excluir de antemão qualquer uma, busca o debate mais do que propriamente o encontro de uma solução, porque compreende que a verdade que se busca somente poderia ser alcançada coletivamente, através da colaboração de todos, na discussão e no confronto das opiniões. Nesse sentido, o pensamento jurídico medieval é *problemático*, não *sistemático*⁹⁵ ou *dogmático*, não propondo solução única, estando aberto para as diversas soluções que podem ser testadas (cf. HESPANHA, 2014, p. 211).

uma síntese doutrinária do Direito tendo como enfoque central a ideia de um Direito Natural, a respeito do qual encontramos referências em várias de suas obras” (COSTA, 2009, p. 825). GROSSI afirma que “Santo Tomás é conhecedor do *corpus iuris* de Justiniano”. O Deus de Santo Tomás é uma entidade ordenadora, diferente do Deus percebido como amor do período franciscano do século XIV (cf. GROSSI, 2014, p. 173-173).

⁹⁵ O pensamento político de Maquiavel também era assistemático, assim como o Direito medieval. Nos Cadernos do Cárcere, volume III, Antonio Gramsci, inicia suas ‘breves notas’ sobre Maquiavel afirmando: “O caráter fundamental do *Príncipe* é o de não ser um tratado sistemático, mas um livro ‘vivo’” (GRAMSCI, 2007, p. 13).

Sobre as possíveis influências que o Direito medieval exerceu em Maquiavel, não podemos ignorar as grandes alterações inseridas pelos povos germânicos quando em contato com outros povos. A entrada dos povos germânicos no que conhecemos por Itália difundiu a cultura e o modo de vida que possuíam e gerou efeitos bastante notórios no Direito. Embora Maquiavel exortasse a expulsão dos povos germânicos, ironicamente, sofreu influência deles - mormente no que se refere à forma que aborda os elementos jurídicos. Isso porque os povos germânicos inseriam a necessária participação do povo na criação das leis – exatamente o que Maquiavel defendia com a participação de grandes e povo na confecção das melhores leis, renunciando a qualquer elemento divino. Outro exemplo está na defendida subordinação de todos à lei, inclusive dos governantes – o que também é defendido por Maquiavel, como se verá.

1.5 O Direito no período do renascimento italiano

O renascimento é uma invenção entre duas idades: “inventaram um intervalo entre duas idades, o que mudaria inteiramente o significado e a compreensão do surgimento do nosso tempo e as fronteiras do passado” (BIGNOTTO, 2021, p. 13). Foi assim que o renascimento passou a ser compreendido como o período de avanços da humanidade, ocorrido entre o fim do século XIII até o início do século XVII, embora muitos sejam os problemas de periodização.

Certo é que o renascimento surgiu como uma resposta, uma reação ao período entre 1320 e 1450, no qual a Europa passou por uma série de acontecimentos negativos, tanto do ponto de vista humanitário - como privações, guerras, epidemias, aumento da mortalidade, quanto do ponto de vista econômico - como a diminuição da produção de metais. A resposta a esse conjunto de desafios constitui a história do renascimento, marcada pela recuperação demográfica, avanços marítimos, destaques nas artes⁹⁶ (literatura,

⁹⁶ “A partir do século XVI identificou-se em Miguel Ângelo o maior artista de todos os tempos” (DELUMEAU, 1994, p. 21-22).

pintura, música, arquitetura) progresso da técnica⁹⁷, crítica ao pensamento clerical do período antecedente, bem como a reelaboração do cristianismo⁹⁸ (cf. DELUMEAU, 1994, p.20-21).

Em contrapartida, o período do renascimento não foi marcado apenas por avanços e acontecimentos positivos. “Os séculos XV e XVI viram, de certo modo, um aumento do obscurantismo dos alquimistas, dos astrólogos, das feiticeiras e dos caçadores de feiticeiras” (DELUMEAU, 1994, p. 21). Foi um tempo de ódio, lutas, insensatez, “massacre dos povos americanos”, de “deportação de negros para o Novo Mundo”, de alargamento das desigualdades sociais na Europa, em que os pobres ficaram mais pobres e os ricos mais ricos. Assim, “o renascimento surge aos nossos olhos como um oceano de contradições, um concerto, por vezes estridente de aspirações divergentes” (cf. DELUMEAU, 1994, p. 21-22).

Diante de todas essas contradições intrínsecas ao renascimento, muitas modificações ocorrem na estrutura social europeia no século XIV, que já não conseguia apenas utilizar o Direito divino para resolver questões. Assim, sob o aspecto do Direito, “o Renascimento é um período esquecido entre as duas grandes formas de reconhecimento tradicional da autoridade que o delimitam: o Direito natural antigo e o moderno” (AZAR FILHO, 2009, p. 570). Juridicamente falando, o Direito no período do renascimento não é profundamente estudado. A abordagem desse período muitas vezes é realizada dentro da análise do Direito medieval, sem que as ressalvas necessárias às modificações na sociedade do Renascimento sejam feitas. Até mesmo o Direito medieval é abordado de maneira bastante superficial pelos historiadores do Direito, por o considerarem um mero período de transição entre o Direito antigo e o moderno.

Se o Direito medieval é pouco analisado, ou a ele é dada pouca importância em termos históricos, o Direito no período do Renascimento acaba

⁹⁷ “Nunca no passado da humanidade tinham surgido tantas Invenções em tão pouco tempo. Renascimento foi, especialmente, progresso técnico, deu ao homem do Ocidente maior domínio sobre um mundo mais bem conhecido. Ensinou-lhe a atravessar oceanos, a fabricar ferro fundido, a servir-se das armas de fogo, a contar as horas com um motor, a imprimir, a utilizar dia a dia a letra de câmbio e o seguro marítimo” (DELUMEAU, 1994, p. 23).

⁹⁸ “o cristianismo viu-se nessa altura perante uma nova mentalidade, uma mentalidade complexa, feita do receio da danação, da necessidade de devoção pessoal, da aspiração a uma cultura mais laica e do desejo de integração da vida e da beleza na religião” (DELUMEAU, 1994, p. 23).

passando despercebido. O Direito medieval e o Direito no período do Renascimento possuem diferenças originárias das modificações sociais que, por certo, exigem modificações jurídicas. Assim, diversos entre si, não podem ser reduzidos a um mesmo Direito e nem a uma mera fase intermediária entre o Direito antigo e o moderno, sob pena de se realizar um duplo reducionismo do Direito renascentista: reduzi-lo ao Direito medieval e depois reduzi-lo novamente a apenas uma fase intermediária.

As modificações na dinâmica social trazidas pelo Renascimento, em relação ao período que o antecedeu, causaram impactos que exigiram alterações e incrementos no sistema jurídico então vigente. Isso porque “o surto urbanista e mercantil dos séculos XIII e XIV, começa por se traduzir, no plano jurídico, por uma valorização dos Direitos locais (especialmente dos “estatutos” das comunas italianas) frente à tradição romanística” (HESPANHA, 2012, p. 198). Há um novo tipo de vida, voltado para o comércio, para a vida social e econômica das cidades, tendo em vista os laços comerciais estabelecidos entre os cidadãos.

Houve necessidade de princípios de um Direito novo que fosse introduzido, principalmente nas cidades italianas, abrangendo também o saber jurídico local. Assim, um processo de integração de princípios jurídicos novos, com as leis romanas, principalmente as fontes justinianeias⁹⁹ e também com o Direito canônico, se deu no período buscando um ideal jurídico de concórdia. Houve então um processo de referência contínua ao Direito antigo, com os olhos voltados ao Direito novo - que precisava atender aquelas demandas - visando às relações que se estabeleciam entre eles (cf. HESPANHA, 2012, p. 198). Na Florença de Maquiavel, cidade com vocação para o comércio, a necessidade de um Direito novo que contemplasse essas transformações sociais e econômicas resultantes do modelo mercantil era proeminente.

O desenvolvimento do comércio, das cidades, fez surgir a exaltação das leis positivas. Segundo Villey, o século XIV foi marcado pelo positivismo dos

⁹⁹ “O Direito justinianeus é o que decorre do *Corpus Juris Civilis*, representando a fase final do Direito de Roma, à qual se prendem as transformações posteriores. Alguns autores, tomando por base o Direito de JUSTINIANO, encontram três períodos: *pré-justinianeus*, *justinianeus* e *pós-justinianeus*” (CRETELLA R, 1998, p. 15).

juristas, principalmente com Guilherme de Ockham (1285-90)- 1347)¹⁰⁰, que tem como base para seu pensamento somente fontes positivas. Indicar o século XIV como origem do positivismo jurídico contraria a tradição cultural que indica suas origens no século XIX, junto com o positivismo científico de Auguste Comte. A expressão positivismo jurídico é a exaltação do Direito positivado, que tem suas origens na escolástica humanista: “Em Chartres, depois em Abelardo¹⁰¹, em seguida entre os glosadores e na linguagem de São Tomás¹⁰²” (VILLEY, 2005, p. 235-236). Assim, “Ockham sente a diferença que separa o mundo medieval da antiga sociedade romana: o espírito dos homens da Idade Média, cuja fé profunda não está depositada no Direito natural objetivo, mas no contrato, criador das relações pessoais” (VILLEY, 2005, p. 291).

No século XIV, a sociedade está direcionada para o indivíduo¹⁰³, muito mais do que estava no período medieval antecedente. Busca-se fazer do

¹⁰⁰ “Frade franciscano inglês, nasceu em Ockham, próximo a Londres. [...] Ockham se mantém dentro dos quadros teóricos medievais, para os quais há Direitos invioláveis dos indivíduos que antecedem ao Estado. Mas não deixa de ser interessante que o defensor da pobreza absoluta dos frades seja também defensor de um quase sagrado Direito de propriedade para as pessoas em geral” (BONI, 2009, p. 616). Acreditava que “a autoridade se faz sempre necessária- e as exceções confirmam a regra-, de tal modo que se um grupo humano não escolhesse para si alguém que o dirigisse, este deveria ser-lhe imposto de fora. O titular do poder é o povo, pois o ‘império pertence àquele que confere ao imperador o poder de emanar as leis’ (*Dialogus*). Após eleito, porém, o imperador (ou o rei, ou o príncipe) está acima dos que o elegeram, dependendo de Deus o seu poder [...] contudo, casualmente (*casualiter*), isto é, em casos de exceção, o poder constitutivo volta ao povo e, assim, quem elegeu a autoridade pode depô-la e eleger outra em seu lugar” (BONI, 2009, p. 617). Segundo VILLEY, “Guilherme de Ockham, cujas origens são obscuras, aparece no primeiro terço do século XIV como estudante e como professor de Oxford. Essas duas ocupações distinguem-se de maneira bem menos rígida na universidade medieval que nos dias atuais [...] apresenta-se como grande aficcionado de Aristóteles [...] Ockham levou ao extremo o movimento apenas esboçado por Aristóteles contra Platão, desprezando o geral em benefício do singular” (VILLEY, 2005, p.222; 229).

¹⁰¹ “Abelardo (século XII), um dos expoentes do pensamento escolástico, na sua célebre obra *Sic et non* [...] partindo do princípio de que ‘a primeira chave da sapiência é uma assídua ou frequente interrogação [...] pois pela dúvida chegamos à interrogação e, pela interrogação, aprendemos a verdade’ (HESPANHA, 2012, p. 211- nota de rodapé n. 399).

¹⁰² Vide nota de rodapé número 94.

¹⁰³ “Na Idade Média, os dois lados da consciência humana– aquele voltado para o interior e outro, para o exterior – jaziam ou semiadormecidos ou semidespertos, sob um véu comum. Véu tecido de fé, ilusão e preconceitos infantis, através do qual o mundo e a história eram vistos com tonalidades estranhas. O homem só estava consciente de si próprio como membro de raça, de um povo, de um partido, de uma família ou corporação – somente através de alguma categoria geral. Foi na Itália que esse véu se desfez primeiro; um tratamento *objetivo* do Estado e de todas as coisas deste mundo se tornou possível. Ao mesmo tempo, o lado *subjetivo* se afirmava com ênfase correspondente; o homem se tornava um *indivíduo* espiritual, e se reconhecia como tal” (BURCKHARDT, 1991, p. 81). Sobre a importância dos estudos de Burckhardt: “o fato do renascimento, com suas forças espirituais e produtivas, estar voltado

indivíduo, liberto de condicionamentos, a base da nova ordem, sendo que é no século XIV que se edifica o processo da modernidade, que se consolidará nos séculos XV e XVI, em uma virada humanista e individualista¹⁰⁴ (cf. GROSSI, 2012, p. 19- 20). Grossi afirma que nos séculos XV e XVI se fala em humanismo, o que para ele significa uma “qualificação genérica” que trata substancialmente “de um conjunto de escolhas e de soluções que têm – todas – uma plataforma acentuadamente individualista: é humanista e individualista a mais genuína reforma religiosa, que pretende liberar o sujeito da opressão da sociedade sacra” (GROSSI, 2012, p. 20). Assim, quando se passou a querer “instaurar um diálogo Direito do sujeito com a divindade e com os textos revelados” (GROSSI, 2012, p. 20), centralizando no indivíduo e não mais na divindade, passa-se ao humanismo.

1.5.1 Maquiavel e seu tempo: o Humanismo e o Renascimento

Muito se tem escrito e pesquisado sobre a influência que as épocas históricas antecedentes tiveram sobre o pensamento de Maquiavel¹⁰⁵. Isso porque é importante estabelecer um contexto do tempo vivido pelo pensador, principalmente sobre as questões culturais, sociais e políticas e a influência que elas tiveram em seu pensamento e obra. Há dedicação de muitos estudiosos a esse tema, objetivando contextualizar a influência, não apenas daquela cultura do tempo de Maquiavel, mas também da cultura antiga sobre aquele tempo e o que isso repercute em seu pensamento.

para um aprofundamento da questão do *indivíduo* não carece de mais uma demonstração. O trabalho fundamental de Burckhardt permanece inabalável quanto a esse aspecto. Por outro lado, também é verdade que Burckhardt retratou apenas um lado desse monumental processo de libertação, no interior do qual o homem moderno amadurece no sentido de uma consciência de si mesmo[...] o homem se transforma em um *indivíduo espiritual* e se reconhece como tal” (CASSIRER, 2001, p. 59-60).

¹⁰⁴ “No plano da história do Direito, esta virada individualista, própria das matrizes humanistas da modernidade, ganhará valor e também se desgastará dentro de duas grandes correntes do pensamento e da ação dominantes quase que em toda a Europa nos séculos seguintes, jusnaturalismo e iluminismo jurídico” (GROSSI, 2012, . 20).

¹⁰⁵ “A estreita dependência da cultura maquiaveliana da tradição toscana está a algum tempo amplamente provada, com pontuais referimentos aos nomes de Leonardo Bruni, Francesco Patrizi, Cristoforo Landino, Benedetto Accolti, Bartolomeo Scala e Angelo Poliziano, para citar somente os mais notáveis” (SARTORELLO, 2013, p. 18).

Un Segretario Militante de Andrea Guidi tem especial relevância para essa investigação, no que se refere à questão documental. A referida obra traz informações sobre o “ambiente de chancelaria”, sobre “uma ampla documentação inédita”, “missões diplomáticas” e sobre a “linguagem da classe dirigente¹⁰⁶” (2009, p. 10) principalmente no que se refere às atividades de chancelaria praticadas por Maquiavel no período em foi Secretário da República de Florença entre os anos 1498¹⁰⁷-1512. Lembrando que os componentes das Magistraturas, a quem Maquiavel se reportava em muitos dos seus escritos de chancelaria, foram educados segundo a tradição humanista. Por isso, “se deve, portanto, tentar entender melhor em que medida e segundo quais modalidades o seu projeto de *Ordinanza* devesse respeito à tradição humanista assim difundida na classe dirigente dos cidadãos que sentavam nas Magistraturas” (GUIDI, 2009, p. 173).

Conhecer o contexto no qual o pensador estava inserido contribui, em grande medida, para uma interpretação mais ampla do seu pensamento. Faz Guidi uma retomada do contexto de vida de Maquiavel e trata, também, da influência humanística sobre seu pensamento, isso porque “a Florença do final do século XV (*tardo quattrocento*) significou para Maquiavel realizar seus estudos em um momento histórico no qual a cultura humanística estava amplamente espalhada na classe média” (GUIDI, 2009, p. 21).

Sobre o tema do humanismo, Adverse faz importante distinção entre humanismo e Humanismo Cívico, quando aborda a matriz italiana do republicanismo: “Que fique clara, então, a distinção entre ‘humanismo’ e ‘Humanismo Cívico’. O primeiro termo recobre um fenômeno cultural muito mais amplo do que o segundo, seja no espaço, seja no tempo. O humanismo transcende à esfera política” (ADVERSE, 2013, p. 113 – nota número 7).

O humanismo, portanto, como nos ensina Adverse, abarca aspectos outros para além das questões políticas, tais como as artes, a cultura, o direito, os valores: “trata-se de uma verdadeira reformulação dos métodos de ensino e

¹⁰⁶ Por classe dirigente florentina à época, Guidi elenca exemplificativamente os notários, advogados, médicos, chanceleres, secretários, etc. (cf. GUIDI, 2009, p. 78).

¹⁰⁷ “sem dúvida a queda de Savonarola impôs candidatos estimados ao novo governo: essa é invés, certamente a motivação da base de escolha a favor de Maquiavel em junho de 1498” (GUIDI, 2009, p. 85).

de seu conteúdo (os chamados *studia humanistas*), da atividade artística e dos valores que orientam a ação do homem no mundo” (ADVERSE, 2013, p. 113 – nota número 7). Por sua vez, o Humanismo Cívico estava vinculado somente à esfera política e não das artes, ou da cultura em geral.

Entretanto, embora o humanismo e o Humanismo Cívico tivessem campos de atuação diversos, o humanismo como um todo possuía um traço em comum nas áreas que atingiu, a saber, uma inclinação à apreciação dos valores do mundo antigo e um desejo vivo em vê-los ressurgir. Assim, tanto nas artes, quanto na história, na filosofia, na cultura, na literatura, no Direito, na política, etc, a abordagem humanista estava voltada às questões da antiguidade, mas não meramente para contemplá-las, mas sim para que servissem como exemplo a ser retomando.

A antiguidade era vista como uma espécie de gabarito como o qual se confrontavam desejos e ações a fim de saber se seria adequado, seguro ou recomendado executá-las. Segundo Bignotto, o poeta Francesco Petrarca¹⁰⁸ (1304-1374) ocupa notório espaço no Humanismo Cívico italiano, porque “Petrarca foi provavelmente um dos primeiros florentinos a ter pensado a Antiguidade clássica como uma fonte da qual seria possível fazer emergir uma nova visão de sua época” (1991, p. 10). Assim, guiados por esse vínculo com o passado, há uma reformulação do modo de se relacionar com o presente.

Essa “reformulação é orientada por uma nova abordagem da cultura antiga, uma apropriação na qual a Antiguidade se converte em passado e, por isso mesmo, pode oferecer-se como modelo” (ADVERSE, 2013, p. 113 – nota número 7). Esse movimento de retorno à antiguidade clássica, às questões voltadas à tradição, é chamado de classicismo. Assim, segue Adverse: “Nesse sentido, o humanismo renascentista é a primeira forma de *classicismo*. Vale ressaltar que essa ‘reavaliação’ da herança clássica é acompanhada do trabalho de descoberta e divulgação dos textos antigos” (ADVERSE, 2013, p. 113 – nota número 7).

¹⁰⁸ “É uma tese aceita por um grande número de estudiosos que Petrarca foi um marco fundamental na transição da Idade Média para uma época que viu nascer uma nova forma de abordar a significação da vida política [...] Formado em Bolonha na tradição dos *dictatores*, ele desenvolveu muito cedo o gosto pelo passado romano e pela poesia, a tal ponto que em 1330 já possuía uma coleção invejável de manuscritos da obra de Lívio” (BIGNOTTO, 2021, p. 48-49).

Assim, “foi o humanismo que difundiu [...] a crença de que a Antiguidade, tão brilhante no campo do Direito, da filosofia e das artes, foi substituída por uma idade média decadente e bárbara. Por isso atribui-se o objetivo de recobrar em sua plenitude a herança antiga” (THIREAU, 2012, p. 883). Já o Humanismo Cívico “é um fenômeno muito mais restrito, concernente à reformulação de um novo ideário político que tem sua sede, se seguirmos Baron, em Florença” (ADVERSE, 2013, p. 113 – nota número 7). Assim, embora sejam humanismo e Humanismo Cívico fenômenos com temas diversos, pois o primeiro possui uma esfera mais ampla e o segundo restringir-se somente às questões políticas, ambos recorrem à antiguidade como modelo.

O Humanismo Cívico nos interessa de maneira muito peculiar. Isso porque se defende – e nisso destaca-se Hans Baron¹⁰⁹ – que sua origem tenha se dado na cidade de Maquiavel. Por essa interpretação, Florença teria sido não apenas o local de origem do denominado Humanismo Cívico, como através dele teria se preparado a cidade para o que se conhece como republicanismo moderno. Nesse sentido, “o republicanismo moderno se formou na Itália a partir do século XIV com o nascimento do chamado Humanismo Cívico” (BIGNOTTO, 2009, p. 717).

Saindo do campo político do Humanismo Cívico e passando para o campo do humanismo e sua repercussão sobre o Direito, chega-se à conclusão de que o “humanismo esteve na origem de uma profunda renovação do pensamento jurídico e contribuiu muito para a formação do Direito moderno. O movimento apareceu na Itália no século XV, em particular com Lorenzo Valla¹¹⁰” (THIREAU, 2012, p.882). Dessa forma, “no século XVI o Humanismo jurídico tornou-se um fenômeno europeu” (THIREAU, 2012, p.882). O século XVI traz as marcas mais características da modernidade jurídica, consistentes

¹⁰⁹ A obra que nos referimos é *The crisis of the Early Italian Renaissance*, Princenton Univarsity Press, 1955. Sobre Baron e a importância dessa obra: “Desde a publicação dos trabalhos de Hans Baron, os estudos sobre o humanism Italiano tiveram um grande desenvolvimento. O fato de que se passou a dar uma importância capital a seus aspectos cívicos provocou uma viva polêmica entre os especialistas do período[...]” (BIGNOTTO, 1991, p.9). A obra de Baron “iria concentrar sua atenção sobre a crise pela qual passou Florença no começo do século XV e que coincidiu com o aparecimento de uma série de textos sobre a liberdade comunal” (BIGNOTTO, 1991, p.9).

¹¹⁰ “primeiro literário e filólogo, ele se interessou rapidamente pelo Direito, aplicando-lhe os mesmos métodos que às outras disciplinas” (THIREAU, 2012, p.882).

na abstração, racionalidade, generalidade, centralização do poder, aplicação de um Direito geral e limitado territorialmente. O que houve foi uma renovação do ordenamento jurídico durante os séculos XV e XVI, com a “substituição do Direito comum pelos Direitos nacionais” ¹¹¹ (cf. HESPANHA, 2012, p. 231; 239).

Nesse período, o Direito se apresenta de modo sistematizado, com axiomas fundamentais organizados logicamente, em um sistema sintético e coerente, com tudo pronto para funcionar, sem necessidade do retorno aos textos do Direito romanístico. O Humanismo Jurídico, no século XVI é “arrancado da oposição” entre a escolástica medieval realista (atenta à realidade), mas submissa ao valor das autoridades, “e o neoplatonismo renascentista” que acreditava no poder ilimitado da razão “atraído pelas formas ideais puras”. O Humanismo Jurídico possuía uma “antipatia social pela figura do jurista letrado, pedante e hermético” e buscava uma “construção sistemática do Direito, inspirada filosoficamente no idealismo platônico”, rendendo tributos à antiguidade clássica – típico do período renascentista (séculos XV – XVI) (cf. HESPANHA, 2012, p. 242; 246-247).

Nesse sentido, o Humanismo Jurídico é produto de dois fatores: de um lado o Direito medieval profundamente realístico, concreto e voltado às questões práticas. De outro o Direito do período do renascimento, com profundas influências de valores abstratos, voltados ao mundo das ideias, resultante do denominado idealismo platônico. Dessa confluência, originou-se o Humanismo Jurídico que visava equacionar essas duas realidades jurídicas distintas, que buscava estabelecer um novo sistema, permeado pela inspiração na antiguidade.

O desprezo pelo jurista pedante é assim citado por HESPANHA como algo presente nesse Humanismo Jurídico. Esse movimento é percebido e reproduzido por Maquiavel de maneira muito clara, como se verá, na *Mandrágora*. Maquiavel fundamentou a obra literária que posteriormente foi

¹¹¹ “a construção de sistemas jurídicos progressivamente mais gerais, estruturados a partir de princípios ‘locais’ que iam obtendo. A reunião e confrontação destes princípios de curto alcance iam permitindo o lançamento de um movimento de síntese, pelo qual todo o Direito fosse reunido num sistema teórico orgânico, submetido a axiomas e regras de largo alcance. Ao modelo do *Digesto* [...] tende a substituir-se o modelo das *Institutiones*, um tratado de caráter mais sistemático, em que todo o Direito aparecia exposto de forma ordenada, segundo afinidades temáticas e parentescos conceptuais” (HESPANHA, 2012, p. 241-242).

encenada nos teatros italianos em uma sátira que zomba de um doutor em leis. O tal doutor tolo – que se pensava muito esperto – é chamado de *messer Nícia*. Facilmente enganado pelos que estão a sua volta, ele é traído por quem considerava amigo, pela esposa e pelo padre.

Essa abordagem zombeteira, que apresenta um doutor em leis extremamente ingênuo, crédulo, que se deixa impressionar por algumas palavras ditas em latim, facilmente ludibriado, é apresentada por Maquiavel na *Mandrágora*. A presença desse personagem pode ser considerada como um sinal da influência que o pensador sofreu pelo Humanismo Jurídico. Como se verá durante a análise da *Mandrágora*, não há na obra qualquer apreço pela figura do jurista *messer Nícia*. Não aparece o dito doutor em leis como uma pessoa sábia, perspicaz. Ao contrário disso, é um personagem tolo, que tenta transparecer um conhecimento que não possui, e que se deixa impressionar pela forma mais do que pelo conteúdo - como, por exemplo, pelas palavras ditas em latim por um falso médico.

A trama da *Mandrágora* se desenvolve toda para fazer com que o leitor/espectador perceba a ingenuidade do personagem e ria do jurista. Nesse sentido, é possível afirmar que Maquiavel se alia ao Humanismo Jurídico, porque expõe a figura do jurista como alguém pedante, com uma tendência acentuada em acreditar na retórica sem qualquer preocupação com o conteúdo. Isso é visto na cena em que o jurista acredita em um falso médico que, interessado em sua esposa, profere algumas palavras incompreensíveis em latim. Ao ouvi-las, o jurista passa a admirar o suposto conhecimento do falso médico, somente porque eram palavras em latim, tendo em vista que o que seu conteúdo era incompreensível. Assim, a figura que Maquiavel expõe, de um jurista pedante, que valoriza mais a erudição do que o conteúdo é exatamente isso que é criticado pelo Humanismo Jurídico.

Vale lembrar que *Mandrágora* foi escrita em 1518, posteriormente ao período que Maquiavel atuou profissionalmente junto à chancelaria, e ao *O príncipe* e aos *Discursos*. Essa observação se torna importante na medida em que contribui para a busca do contato antecedente que Maquiavel teve com o Humanismo - como um fenômeno geral, como também com o cívico e o jurídico. As chancelarias em Florença eram fortemente influenciadas pelo

pensamento humanista. Os Secretários¹¹² que o antecederam junto à Segunda Chancelaria possuíam forte formação humanista, pois “na época em que Maquiavel entrou na chancelaria, existia um método estabelecido para recrutar ocupantes para seus principais cargos” sendo exigido dos “aspirantes” a esses cargos “um alto grau de competência nas chamadas disciplinas humanistas” (SKINNER, 2012, p. 11).

Por diversos momentos em suas obras e escritos, Maquiavel faz ressurgir os ensinamentos da antiguidade e utilizando os acontecimentos históricos antigos como exemplos para o presente, demonstrando a influência humanista que recebeu. Exemplo disso são os *Discursos* como obra em si, visto que se propõe a trabalhar os dez primeiros livros da *História de Roma* escrita por Tito Lívio. Esse resgate que Maquiavel faz de um historiador antigo para abordar temáticas de seu próprio tempo é, por si só, um grande testemunho da influência que o período humanista teve em seu pensamento.

Maquiavel, influenciado pelo Humanismo como fenômeno, realiza o resgate da antiguidade clássica, trazendo-a para resolver questões e problemas de seu tempo. Parece-nos alcançado tanto pelo Humanismo Cívico, quanto pelo jurídico. Os *Discursos* são permeados pelo resgate histórico e pelas citações de filósofos romanos e gregos, além das próprias observações de Maquiavel que enaltecem os tempos antigos. Em uma dessas passagens que exemplificam bem a utilização dos acontecimentos antigos como base para se entender o seu próprio tempo, Maquiavel afirma que “os homens prudentes costumam dizer, não por acaso, nem indevidamente, que quem quiser saber o que haverá de acontecer deverá considerar o que já aconteceu” (*Discursos*, III, 43). A história é fonte de conhecimento de resolução de questões, “porque todas as coisas do mundo, em todos os tempos, encontram correspondência nos tempos antigos” (*Discursos*, III, 43).

Ainda segundo Skinner, “os humanistas, se distinguiram, acima de tudo, por abraçar uma teoria muito específica sobre qual seria o conteúdo adequado de uma educação ‘verdadeiramente humana’” (2012, p. 13). Essa educação,

¹¹² Leonardo Bruni (1415-1444); Niccolò di Michele di Feo di Dino, Secretário Florentino em 1448; Antonio di Mariano Muzi que ocupou a Segunda Chancelaria de 1457-1475, retornando em 1483; Bartolomeo Scala, são todos exemplos de Secretários que antecederam Maquiavel junto à chancelaria florentina e que são considerados humanistas.

para ser considerada verdadeiramente humanista, deveria ser composta “pelo domínio do latim”, pela “aplicação prática da retórica e a imitação dos melhores estilistas clássicos”, além de “estudos com uma leitura aprofundada da história e da filosofia moral dos antigos” (SKINNER, 2012, p. 13). Esses elementos em uma educação eram importantes, porque no período, “popularizaram a crença de que esse tipo de formação oferecia o melhor preparo para a vida política” (SKINNER, 2012, p. 13), porque “como Cícero repetia constantemente, tais disciplinas alimentavam os valores que mais precisamos adquirir para bem servir nosso país” (SKINNER, 2012, p. 13).

Esses valores humanistas já citados por Cícero seriam o combate à tirania e à corrupção; a intenção de submeter os interesses particulares e privados ao interesse e bem públicos, além da busca pela honra e glória de um país, e não apenas pela honra e glória pessoais (cf. SKINNER, 2012, p. 13). Os valores humanistas são aqueles mesmos considerados como valores republicanos. A República de Florença se fundou sobre esses valores humanistas. Embora Maquiavel apresente em suas obras muitos pontos de convergência com o Humanismo, não significa que com ele não possua divergências.

As divergências de Maquiavel com o Humanismo são muito perceptíveis, porque foi ele um pensador que mais rompeu do que concordou com seu tempo. Isso, sob todos os aspectos, principalmente sob os vieses político, moral e religioso. Sobre a influência que Maquiavel recebeu do período renascentista humanista, desde o final do século XX (*Novecento*), até a atualidade, Maquiavel é considerado por alguns estudiosos anglo-saxões como “uma figura fora de série do renascimento que escancarou as portas da modernidade, rompendo com toda uma tendência de pensamento moral, filosófico, político” (GUIDI, 2009, p. 9).

Alguns estudiosos do pensamento de Maquiavel optam apenas por classificá-lo como um humanista, sem as ressalvas dos pontos de distanciamento que possui do Humanismo: “escrito por um humanista, O *príncipe* mostra todas as marcas do período: a busca pela verdade, [...] a aprendizagem humana que combina valores e habilidades sociais práticas cruciais para o avanço social. A ênfase no clássico, na história [...]” (ROGERS,

2016, p. 41). Entretanto, encontramos vários pontos de aproximação e distanciamento do pensamento de Maquiavel com o Humanismo.

Pode-se dizer que em comum com o período humanista, sob o aspecto político, Maquiavel possui a concepção de que o príncipe é um cidadão diferenciado em face ao cidadão privado. Além disso, a consideração do soberano como uma força política criativa característica do Humanismo, também está presente em Maquiavel. Ademais, Maquiavel utiliza-se de uma forma de narrativa que contempla a história, a antiguidade clássica, principalmente aquela relacionada à Roma antiga. Para Maquiavel, Roma é o modelo a ser utilizado para o presente, principalmente para suas atividades profissionais cotidianas junto à chancelaria florentina.

Nessa admiração devotada por Maquiavel à antiguidade, o pensador compara seu tempo com aquele antigo e conclui que “quem nasce na Itália e na Grécia tem razão para reprovar os tempos em que vive e louvar os passados” (*Discursos*, II, introdução). Isso porque “muitas coisas tornaram aqueles tempos admiráveis, e nestes não há coisa alguma que compense a extrema miséria, a infâmia e o vitupério: pois não há observância de religião, das leis, nem da milícia” (*Discursos*, II, introdução). Para Maquiavel, influenciado pelo pensamento humanista, não faltavam motivos pelos quais os tempos antigos eram melhores que o seu tempo, dentre eles, os valores antigos da religião pagã, a busca pela honra e glória da pátria, e o respeito às leis.

Além de se utilizar dos conhecimentos da antiguidade clássica na atividade profissional prática da chancelaria, Maquiavel fez uso deles em suas obras. Os *Discursos* teriam sido inspirados nos dez primeiros livros da obra *História de Roma* escrita por Tito Lívio. O acesso às obras dos antigos gerou reflexos tão fortes e perceptíveis em Maquiavel, que ele foi considerado como “um espírito genial que transferiu a antiguidade para a modernidade, à luz de uma visão realística do presente” (GUIDI, 2009, p. 7). Essa constante recuperação da antiguidade clássica, a busca pelos valores daquele período, a utilização dos exemplos de sucesso ou fracasso ocorridos àquele tempo como modelos que poderiam ser transpostos e aplicados ao tempo presente, são, dentre outras, características do período humanista, presentes em Maquiavel.

A presença do Humanismo em Maquiavel é forte, embora com ele rompa em muitos aspectos. Isso ocorre porque Maquiavel recebeu uma educação humanista e a esse fato é atribuída sua indicação para ocupar um cargo na chancelaria florentina. “Essa formação humanista talvez seja a chave para explicar por que Maquiavel recebeu inesperadamente seu cargo no governo no verão de 1498” (SKINNER, 2012, p. 14). Isso porque “sua família, embora não fosse rica nem altamente aristocrática, mantinha íntimas ligações com alguns dos círculos humanistas mais destacados da cidade” (SKINNER, 2012, p. 14).

O pai de Maquiavel, Bernardo, através de um diário, relatou dados sobre a educação humanista de seu filho. “O *Diário* que Bernardo manteve entre 1474 e 1487 mostra que, durante os anos de crescimento de seu filho Nicolau, estava entregue ao estudo de vários dos principais textos clássicos sobre os quais se fundava o conceito renascentista de ‘as humanidades’” (SKINNER, 2012, p. 14). Nesse diário, há registros de que Maquiavel iniciou com sete anos de idade o estudo do latim. Em 5 de novembro de 1481 (Maquiavel estava com doze anos), Bernardo escreveu: “Niccolò agora escreve sozinho suas composições em latim” (SKINNER, 2012, p. 15).

As narrativas de Maquiavel nas cartas privadas que escreveu são consideradas como “uma história tipicamente humanística” porque “os temas e os personagens evocados ou são recentes e em geral contemporâneos a Maquiavel, ou então antigos, pertencentes aos tempos da Grécia e de Roma” (VIVANTI, 2016, p. 84). A tradição humanista está presente em Maquiavel, porque “as suas páginas exprimem claramente uma nova fé civil, que alimentava com extraordinário vigor a sua visão política. A sua reflexão nos parece, portanto, influenciada pela mais alta tradição do humanismo” (VIVANTI, 2016, p. 97). Isso porque “foi verdadeiramente renovada à confiança do homem em suas possibilidades” (VIVANTI, 2016, p. 97). No mesmo sentido, Guidi afirma que “parece, portanto, legítimo levantar a hipótese de que o jovem Maquiavel tinha pelo menos os rudimentos de uma educação humanística, em um nível certamente superior ao básico” (2009, p. 80).

Muitas das ideias do Humanismo estavam relacionadas às questões militares. Por exemplo, “a concepção dos bons cidadãos como amantes da

Pátria, a ideia da prevalência do bem comum (bem como da utilidade) sobre os interesses privados, como se viu foram a base do renascimento humanista da ideia de um exército cidadãos antigo” (GUIDI, 2009, p.173). Deparamo-nos, portanto, com mais uma característica do Humanismo presente em Maquiavel. A defesa da necessidade de um exército próprio, formando por cidadãos florentinos, era uma verdadeira obsessão. Dedicou muito de sua carreira profissional na chancelaria a convencer a classe dirigente florentina sobre a importância da destinação de dinheiro para um exército próprio, da manutenção e uma magistratura militar própria. Não foi diferente com seus escritos. Neles retoma constantemente a importância das armas e dedica-se a uma obra, a saber, *A arte da guerra*, que trata especificamente o tema.

Para além da questão militar, como das demais anteriormente citadas, percebe-se que Maquiavel se utilizava de muitas ideias humanistas relacionadas à virtude dos cidadãos e o bem da pátria. Há em seus escritos de chancelaria “um eco dessas temáticas humanísticas” (GUIDI, 2009, p.173). Guidi denomina os escritos de chancelaria como escritos de governo e afirma que essas temáticas humanísticas “se apresentam também nos escritos de governo de Maquiavel” (GUIDI, 2009, p.173), porque “o cidadão, sobretudo se titular de um ofício público deve demonstrar a própria afeição à pátria” (GUIDI, 2009, p.175).

Essa afeição à pátria e a submissão dos interesses privados aqueles coletivos, são também características do período humanista. Nesse sentido, o desenvolvimento do conceito de bem comum estava diretamente ligado ao Humanismo Cívico. Sobre o bem comum, Guidi afirma que se “trata-se de um conceito que perpassa toda a história da República florentina e que está amplamente desenvolvido durante o <Humanismo Cívico>” (2009, p. 175). Esse, não era o tema apenas de Maquiavel “mas difundido entre todos os chanceleres”, porque “o tema da pátria, do bom cidadão, de fato é recorrente, em uma fórmula estereotipada, também nos despachos de outros colegas seus, como exemplo de Buonaccorsi” (GUIDI, 2009, p. 176).

Para Maquiavel, o bom cidadão era aquele com bondade cívica. Bondade cívica para Maquiavel poderia ser resumida como aquela em que as ações e comportamentos dos cidadãos se pautassem na busca do bem

comum, da utilidade pública e coletiva, pela honra e glórias da pátria e não pessoais e na obediência à lei. A bondade cívica não possui qualquer função moral ou moralizante em Maquiavel. Tratava-se apenas uma função política e prática, externada muitas vezes pela finalidade do bem comum, “creditado à tradição”. Isso porque “o raciocínio de Maquiavel sobre os cidadãos-soldados, era essa liberação do *topos* dos cidadãos amantes e defensores da pátria e portanto dedicados aos exercícios das artes militares para o bem comum” (GUIDI, 2009, p. 180).

Maquiavel também incorporou no *O príncipe* certas correntes intelectuais desenvolvidas pelos humanistas, por exemplo, a forma literária adotada, quando trouxe capítulos do *O príncipe* em latim e não em toscano (recuperando assim a linguagem antiga); bem como quando o dedicou a Lorenzo di Medici - adotando como modelo o *Discorso a Nicocle di Isocrate*¹¹³, obra conhecida como o “*speculum principis*” da antiguidade e muito citada pelos humanistas. Pode-se, assim afirmar que os humanistas abriram caminho para Maquiavel, e este o aprofundou esses caminhos, com a ressalva de que o Humanismo em nada influenciou Maquiavel em seu elemento mais decisivo: o realismo político (cf. GILBERT, 1964, p. 192/193). É que Maquiavel faz o “uso combinado dos elementos tradicionais com os novos instrumentos, revela ao final uma capacidade de conciliar as antigas instâncias com um fermento realístico inovador” (GUIDI, 2009, p. 24).

Ao mesmo tempo em que era influenciado pelo Humanismo, principalmente porque recebeu uma educação humanista, Maquiavel também rompe com ele. Isso se dá principalmente sob o viés moral. “Assim, a crítica de Maquiavel ao Humanismo clássico contemporâneo é simples e devastadora. Ele sustenta que o governante, desejando alcançar seus fins mais altos, verá que nem sempre o racional é moral” (SKINNER, 2012, p. 55). Assim, ao contrário do Humanismo que enaltecia as virtudes cardeais (temperança, justiça, fortaleza e prudência) e aquelas denominadas principescas (honestidade, magnanimidade e liberalidade) em um governante, Maquiavel

¹¹³ O primeiro a notar isso foi Triantafilis, *Niccolò Machiavelli e gli scrittori greci*, Venezia, 1895. Argumentava-se, anteriormente, que Machiavel não conhecia o grego, mas a obra possuía tradução de Erasmo para o latim que foi publicada em 1515 - e não se acredita que a introdução do *Príncipe* tenha sido escrita antes disso (GILBERT, 1964, p. 207- nota de rodapé número 82).

acreditava que embora fosse louvável que um Príncipe as tivesse – não necessariamente precisava tê-las. O que seria necessário ao príncipe era parecer tê-las, a fim de não ser odiado.

Para Maquiavel a maior *virtù* que um governante poderia ter, não seria possuir as virtudes cardeais ou as principescas, mas sim saber agir diante da necessidade. A adaptação com flexibilidade aos acontecimentos é a maior *virtù* de quem governa. Modificar o modo de proceder, adequando-o à diversidade dos tempos, é importante para se evitar a ruína: “porque o homem que está habituado a proceder de um modo nunca muda, como se disse; e necessariamente, quando os tempos mudam deixam de conformar-se a seu modo, advém-lhes a ruína” (*Discursos*, III, 9).

A *virtù* de saber agir de acordo com a diversidade dos tempos, não é fácil de ser encontrada. Segundo Maquiavel, há dois motivos pelos quais é difícil saber adaptar-se às exigências dos tempos. O primeiro motivo está na natureza, porque cada pessoa possui uma índole, alguns mais pacientes e bondosos, outros mais impetuosos e furiosos e “não podemos opor-nos àquilo que a natureza nos inclina” (*Discursos*, III, 9). O segundo motivo está no fato de que “quando alguém prospera muito com um modo de proceder, não é possível convencê-lo de que fará bem em proceder de outra maneira” (*Discursos*, III, 9).

Maquiavel nos diz que além das inclinações naturais, as pessoas se convencem de que o seu modo de proceder é o adequado, principalmente quando com ele conseguem alcançar seus objetivos, o que torna mais difícil acreditar que a diversidade dos tempos tornaria necessária a adaptação do modo de proceder. E conclui Maquiavel então que “é por isso que no homem a fortuna varia, porque variam os tempos, e ele não varia os modos” (*Discursos*, III, 9).

Seria necessária, portanto, a adequação dos modos aos tempos, ou seja, possuir a *virtù* de agir de acordo com a necessidade, para ter a fortuna favorável. Nesse sentido, os parâmetros morais do Humanismo, para Maquiavel, eram desnecessários, inoportunos e equivocados. Eles poderiam impedir que o governante agisse conforme a necessidade, e se assim fizesse, deixaria de ter a maior das *virtù*, aquela realmente necessária para governar.

Por isso, há entre Maquiavel e a tradição político humanista, segundo Quentin Skinner, “um fosso intransponível” (2012, p. 57).

Para além de romper com alguns paradigmas do Humanismo, Maquiavel também rompeu com os princípios platônicos e aristotélicos e com a doutrina cristã que influenciaram fortemente o pensamento humanista, pois “seus escritos contrastam, não raro, com a própria reflexão humanística” (VIVANT, 2016, XI). Esse afastamento do pensamento dos antigos filósofos gregos, e até mesmo dos romanos¹¹⁴, e dos princípios do cristianismo, possui reflexos na forma como Maquiavel pensa as virtudes de quem governa. No que se refere ao pensamento dos filósofos gregos, também esse afastamento é relativo, tendo em vista que sob o aspecto moral se deles se afasta, deles se aproxima no conceito da fortuna, eis que parece ser influenciado, por exemplo, por Aristóteles, Homero, Plutarco¹¹⁵ e Políbio¹¹⁶.

Sobre o viés moral, para Maquiavel - ao contrário da corrente humanista - as virtudes morais de um governante não interferem na qualidade de seu bom governo. As esferas da política e da moral para Maquiavel podem se comunicar, mas não necessariamente se comunicam e como vimos, caso se comuniquem, podem atrapalhar o agir com *virtù*. Em contrapartida para o Humanismo, não há separação entre política e moral. Borghesi dá destaque para essa divergência entre o Humanismo que recupera a ideia antiga de que

¹¹⁴ Maquiavel recusa a “filosofia política tradicional. Seja esta a de Platão, de Aristóteles, de Cícero, ou a que encontramos nos pensadores medievais, ela cai, com todas as inspirações mescladas, na esparrela de um idealismo tão inútil quanto falacioso. O florentino, rico de sua experiência, opõe-lhe uma busca *realista*, que leva essencialmente em conta, no universo em que vivem os homens, não tanto as situações cotidianas, afinal banais e pouco significativas, mas ‘os casos extremos’. Essas situações limites funcionam como reveladoras daquilo que numa humanidade em que rugem as paixões, é gerador de medo e morte. Não tendo examinado os medos e os males que atormentam os homens, as filosofias clássicas se equivocam ao associar a ideia de ‘lei natural’ à perfeição humana. Por causa desse erro de postulação, as filosofias clássicas se extraviaram, pensa Maquiavel em caminhos que não levam a lugar algum e que, de todo modo, só indicaram aos homens o senso dos deveres ou, ou que vem a dar no mesmo, só lhes falaram dos Direitos derivados desses deveres” (GOYARD-FABRE, 2002, p. 60).

¹¹⁵ Maquiavel cita expressamente Plutarco nos *Discursos*: “foi opinião de muitos – e, entre estes, Plutarco, seríssimo escritor – que o povo romano, na conquista do império, foi mais favorecido pela fortuna que pela *virtù*” (*Discursos*, II, 1).

¹¹⁶ Sobre a influência que os antigos tiveram sobre o conceito de fortuna em Maquiavel, em especial Políbio, indica-se o artigo de Flávia Benevenuto: “*Maquiavel: do cosmos medieval ao renascentista, a fortuna e as circunstâncias da liberdade*” Revista Veritas de Filosofia da PUC RS. v. 59, n. 1, 2014. jan.-abr. p. 59-85.

aquele que se dedica à política deve ser moralmente irrepreensível, enquanto que para Maquiavel política e moral pertencem a esferas distintas:

O problema que os humanistas querem abordar é como incentivar um comportamento virtuoso e prudente na classe política. Portanto, a ênfase está na virtude ética individual em um nível geral e no pensamento de Maquiavel na rejeição de qualquer conexão entre bondade e eficácia política. Assim, Maquiavel rejeita o paradigma humanista (BORGHESI, 2014, p. 81).

Nesse jogo de aproximação e distanciamento entre Maquiavel e o Humanismo, entra o último capítulo do *Príncipe*. Trata-se do capítulo intitulado *Exortação a tomar a Itália e libertá-la das mãos dos Bárbaros*. Esse capítulo “foi considerado pelos escritos do *ottocento* como uma exortação à unificação da Itália: Maquiavel era visto em primeiro lugar como um patriota italiano” o que fez com que o tema fosse discutido “por todo o *ottocento*” (GILBERT, 1964, p. 211). Isso porque existe uma corrente interpretativa que indica que Maquiavel teria se utilizado diretamente do Humanismo Cívico no último capítulo do *O príncipe*.

O referido capítulo é polêmico porque houve quem o interpretasse como sendo exemplo do realismo de Maquiavel, que demonstrava uma exortação à unificação da Itália, muito antes dos primeiros debates oficiais sobre o tema. Essa unificação “conduzia a realização da aspiração nacional e o escritor foi assim considerado como o profeta do moderno estado nacional” (GILBERT, 1964, p. 210).

Entretanto, conforme nos alerta Felix Gilbert, “no século XX, a historiografia passou a ver essa ideia”, que interpretava que a unificação da Itália já estaria presente no último capítulo do *O príncipe*, “de uma maneira mais cética” (1964, p. 211). Passou-se a entender que a “ideia da unificação da Itália não estava assim tão clara no último capítulo do *O príncipe*, porque em outros lugares, Maquiavel dizia não acreditar que os italianos lutariam pela liberdade do país” (GILBERT, 1964, p. 211). Aqui está a possibilidade humanista: se o último capítulo do *O príncipe* não for exatamente uma exortação à unificação da Itália, e sim apenas um discurso eloquente sobre o tema, isso faz dele um capítulo humanista. Isso porque se “essa última interpretação puder ser considerada, significa que o capítulo final do *O príncipe*

é simplesmente retórico, um discurso humanista¹¹⁷ (GILBERT, 1964, p. 211). Gilbert afirma, ainda, que não se tem uma conclusão definitiva sobre essa tese (cf. GILBERT, 1964, p. 211).

Suspensas a divergência sobre ser ou não humanista o último capítulo do *O príncipe* - enigma que não nos cabe aqui decifrar, mas tão-somente mencionar - voltemos à influência que o período humanista teve sobre Maquiavel. Essa influência fica clara, conforme afirma Guidi, nos escritos de chancelaria. Isso porque os “despachos de chancelaria eram amplamente importados de um modelo de pensamento político e sobre elementos de reflexão fortemente entrelaçados próprios de uma cultura humanista-chanceleresca” (2009, p. 23). Inclusive a escolha dos membros da chancelaria florentina se baseava entre aqueles que haviam recebido uma educação humanística: “por uma antiga tradição, além disso, na cidade toscana para se ascender ao cargo de chanceler era solicitado uma educação humanística. Entretanto, no fim do *quattrocento* a formação cultural dos vários oficiais e funcionários não parecia mais homogênea” (GUIDI, 2009, p. 41), sendo que como se viu, Maquiavel estava dentre aqueles que recebeu tal educação.

Assim, o fato de Maquiavel ter recebido uma educação humanista não apenas teria sido responsável por seu ingresso na chancelaria florentina, como também explica muito do resgate que o pensador faz dos temas antigos, trazendo-os para resolver questões de seu tempo. Isso, além do uso da história – que o pensador faz expressamente, também pode se transportado para o tema do Direito. Como se verificou, durante o Direito medieval houve um resgate do Direito romano. Defendemos que Maquiavel conhecia o Direito romano de Justiniano, pois, reproduziu partes das *Institutas* e do *Digesto* em seus textos de chancelaria e no *O príncipe* e nos *Discursos*. Assim, esse resgate do Direito romano antigo nos escritos de Maquiavel, encontra fundamento tanto no período em que viveu – influenciado pelo Humanismo, quanto na educação humanista recebida pelo pensador.

¹¹⁷ “o humanismo não deu à Itália nada mais do que aumentar seu senso separação do resto da Europa. É uma razão recorrente na literatura humanística de que a Itália possuía uma posição especial no mundo, visto que as suas fronteiras foram dadas pela natureza. A afirmação de que a Itália representava uma unidade geográfica bem distinta, sobre a qual os bárbaros estrangeiros não possuíam o Direito de residir, é um ponto fundamental no pensamento político humanístico” (GILBERT, 1964, p. 213).

1.6 Relação entre Direito e política na Florença de Maquiavel

Nesse item e no que seguirá, a abordagem será destinada ao estudo da correlação entre o Direito, através, principalmente, da lei, e a política. Ambos possuem um elo: o poder. Quaglioni¹¹⁸ nos alerta que a linguagem jurídica equivale à linguagem do poder em Maquiavel. O tema do poder é uma constante no pensamento do florentino, porque manter o poder da cidade significava de maneira literal manter a vida e a liberdade dos cidadãos. Claude Lefort assinala, sobre Maquiavel, que lhe interessava saber sobre as questões relacionadas ao poder: sobre a natureza do poder, sobre o comportamento daqueles que detêm o poder, sobre a ausência de apoio popular e a fraqueza que isso resulta para o regime (cf. LEFORT, 2019, p. 282).

Para além da análise das estruturas de poder, para o estudo dessa relação se faz necessário conhecer um pouco da história no que se refere à análise que ele realizou da Roma antiga e de seus acontecimentos como parâmetro para o tempo em que viveu. Para Maquiavel, como “os homens trilham quase sempre caminhos abertos por outros e pautam suas ações pelas imitações [...] um homem prudente deve sempre seguir os caminhos abertos por grandes homens e espelhar-se nos que foram excelentes” (*O príncipe*, VI).

Utilizando do método que propõe, Maquiavel foi um profundo conhecedor da história. Ele mesmo se autodenominou como historiador: “Nicolau Maquiavel, historiador¹¹⁹, cômico e trágico”, é assim que ele assina o nome em uma carta de outubro de 1525. Escrevera histórias e também comédias, mas jamais escrevera uma tragédia. Sua própria vida era a tragédia” (VIROLI, 2002, p. 249). Benevenuto lembra que Giovanni Battista Baldelli, no *Elogio a Maquiavel*, escrito em 1782, denominou o pensador florentino como

¹¹⁸ QUAGLIONI, Diego *Machiavelli e la lingua della giurisprudenza Una Letteratura della crisi*. Bolonha: Il Mulino, 2011. Bem como a obra: QUAGLIONI, Diego. *Ancora Su Machiavelli e la Lingua dela giurisprudenza*. In: LABRIOLA, Giulia Maria; ROMEO, Francesco (Org). *Niccolò Machiavelli e la tradizione Giruridica Europea*. Napoli: Editoriale Scientifica, 2016, p. 15-33.

¹¹⁹ Para além de enaltecer Maquiavel como filósofo da História, Baldelli chega a afirmar que o pensador teria criado a política: “Eis, pois, na Itália, o criador da Política, o escritor filósofo da História, o grande homem que fez renascer o gênio de cultivar a própria língua, que propôs modelos de um estilo robusto, preciso e muito ameno, emulador de Tácito, mimetizador de Terêncio e comentador de Tito Lívio; e Florença teve a glória de dá-lo à Itália na figura de Nicolau Maquiavel” (BALDELLI, 2004, p. 132).

“filósofo da história”. Isso porque para Maquiavel a história “é parte constitutiva de seu método investigativo” (BENEVENUTTO, 2004, p.128).

A investigação histórica tão amplamente difundida por Maquiavel nos auxiliará com a compreensão do sistema jurídico da Florença. É importante analisarmos como era a Florença de Maquiavel, porque embora a Europa toda tenha sido fortemente influenciada pela retomada de princípios e de leis do período romano a partir da Idade Média, como a Itália ainda não era unificada,¹²⁰ as cidades possuíam regramentos próprios, que como se viu, quando da análise do Direito no período do Renascimento, passaram a ser mais comuns nos séculos XVI e XVII. A Itália fragmentada que Maquiavel testemunhou, possuía muitas divisões territoriais com poderes autônomos, o que possibilitava às cidades se auto-regularem.

Nesse sentido, “a primeira dificuldade é que as cidades italianas não possuíam constituições escritas (GILBERT, 1964, p. 115). Esclarece Gilbert que “o que chamamos de constituição eram uma série de leis e de regras, que estabeleciam a função e a composição dos conselhos e que qualificava os deveres dos magistrados” (1964, p. 115). Para, além disso, “a maior parte daquelas leis e daquelas regras, promulgadas ao longo dos séculos, já estavam sepultadas nos lençóis (*nei fogli*) da chancelaria” (GILBERT, 1964, p. 116). Tudo isso dificultava muito o precioso e detalhado conhecimento sobre como um governo funcionava (cf. GILBERT, 1964, p. 116).

Cientes das dificuldades, investigaremos uma parte muito específica da história de Florença – a análise da relação da estrutura jurídico-política da cidade de Florença ao tempo de Maquiavel. Aquela que Maquiavel teve acesso, aqueles regramentos que disciplinaram também a vida dele. Para tanto, dividiremos em dois períodos: um cerca de cem anos antes de 1494 e outro posterior a esta data. O ano de 1494 foi escolhido como marco temporal porque especialmente importante. Nele a cidade de Florença passou por uma reforma política e constitucional. Houve a queda dos Medici e o frade Jerônimo Savonarola assumiu a função de árbitro de Florença.

¹²⁰ “Dada à fragmentação territorial da península nessa época, falar de uma vida política italiana do Renascimento justificava-se apenas no nível das relações entre Estados. Abaixo desse nível, se é mais correto falar em vidas políticas” (LARIVAILLE, 1988, p. 15).

A Florença anterior ao ano de 1494 já possuía uma estrutura política fundamentada sob uma ordem jurídica. Pode ser citado como exemplo disso, o fato de que “com a publicação dos *ordenamenti di Giustizia*, Florença tornou-se, a partir de 1293, uma república que se pretendia popular e democrática. Essa ‘constituição’, resultado de uma longa luta entre os diversos grupos políticos” (BIGNOTTO, 1991, p. 13). Em 1360, a fim de buscar ampliar a participação popular no poder da cidade, houve grande manifestação dos trabalhadores da lã, os *ciompi*, que em 1378 ficou conhecida como a revolta dos *ciompi*, da qual trataremos em item próprio, no capítulo VI. Isso redundou em um período que compreende os anos de “1378 a 1382” em “um regime mais aberto às camadas mais pobres da população” (BIGNOTTO, 1991, p. 13).

Os anos de 1375-1378 “foram marcados pelo conflito agudo entre Florença e o Papado, e terminaram com a ruptura aberta entre as classes dirigentes florentinas e a corte pontifical” (BIGNOTTO, 1991, p. 52). Sendo que, menos de vinte anos após as manifestações populares dos *ciompi*, Florença mudou seu destino: “em 1382, Florença evoluiu para uma república aristocrática, governada por uma elite extremamente estável” (BIGNOTTO, 1991, p. 13). Em 1434, os Médicis ascendem ao poder da cidade: “Cosimo de Médicis exerceu o poder de maneira a dar a impressão de que todas as modificações eram apenas superficiais e respeitavam o mais rigoroso espírito de continuidade” (BIGNOTTO, 1991, p. 36).

Entretanto, “na verdade, há muito tempo Florença já não era uma república” (BIGNOTTO, 1991, p. 36), pois “o acesso aos postos públicos tornou-se impossível, assim como o sonho de uma maior participação popular no governo, numa cidade onde os mecanismos de controle dominaram a vida dos habitantes” (BIGNOTTO, 1991, p. 38).

Em 1494, “ocorreu a queda dos Médicis [...] provocada pela invasão de Carlos VIII e pela política inconsistente de Piero di Lorenzo de Médici” (BIGNOTTO, 1991, p. 57). A tradição florentina indicava que os vencidos deveriam ser exilados, o que culminou com a expulsão de Piero da cidade e na criação de do Conselho Maior (*Consiglio Maggiore*) provocando profundas alterações na constituição da cidade (cf. BIGNOTTO, 1991, p. 57). Após a queda dos Médicis, se destaca a figura do padre Savonarola, “que não fazia

mais do que seguir Santo Tomás em um ponto em que ele mesmo não fazia mais do que seguir Aristóteles” (BIGNOTTO, 1991, p. 59). O padre teve um fim trágico – foi condenado à morte e executado na praça da *Signoria*.

Lembramos que no ano 1498 Maquiavel ingressou na chancelaria florentina. Após a queda dos Médicis, “durante o período republicano do ‘cinquecento’ (1494-1512) Florença foi palco de lutas internas ferozes, que terminaram por enfraquecer a já frágil estrutura institucional” (BIGNOTTO, 1991, p. 67). Em 1512 houve a queda da República florentina, com o retorno dos Médicis ao poder da cidade.

Essas mudanças na forma de governo da cidade, não impediram que ela desenvolvesse uma estrutura de governo. Cerca de cem anos antes do falecimento de Maquiavel (faleceu em 1527), a cidade já tinha de maneira muito bem disciplinada o acesso aos cargos públicos, inclusive aqueles relacionados ao sistema de justiça. O próprio sistema eleitoral da cidade evidenciava uma refinada e densa ordem política que protegia as liberdades republicanas, com um sistema eleitoral no qual o poder era rotativo, visto que os cargos eram ocupados e desocupados em um período breve de tempo¹²¹ (cf. LARIVAILLE, 1988, p. 15-18).

Os órgãos responsáveis pela administração da cidade possuíam uma hierarquia administrativa composta por três organismos com funções essenciais, que podem ser chamados de governo da república “*i tre maggiori*” as três primeiras magistraturas: senhoria¹²², o colégio dos dezesseis gonfaloneiros¹²³ e o colégio dos doze anciãos¹²⁴. Além deles, a administração

¹²¹ “os nove membros da senhoria permanecem no posto durante dois meses, os dezesseis gonfaloneiros, quatro meses, e os doze anciãos, três meses, o que implica que pelo menos cento e cinquenta pessoas são convocadas anualmente para fazer funcionar a máquina do executivo. Mais ainda: esses cento e cinquenta cargos não são os únicos submetidos a uma renovação frequente” (LARIVAILLE, 1988, p. 16).

¹²² “A senhoria, que constitui a suprema magistratura, é composta de nove priores: dois representantes de cada uma das quatro divisões da cidade mais um nono, fornecido alternadamente por cada uma das divisões, que ostenta o título de gonfaloneiro de justiça, preside o conselho dos priores e é também o chefe supremo das milícias” (LARIVAILLE, 1988, p. 16).

¹²³ “O colégio dos dezesseis gonfaloneiros (ordinariamente chamado “colégio dos dezesseis”), que reunia os porta-estandartes das dezesseis companhias armadas ou gonfalões (quatro por divisão) das quais se compõe a milícia cidadina” (LARIVAILLE, 1988, p. 16).

¹²⁴ “O colégio dos doze anciãos (etimologicamente, dos doze sábios), para o qual cada divisão envia três representantes” (LARIVAILLE, 1988, p. 16).

da justiça era confiada ao *podestà*, normalmente um forasteiro. O legislativo, em tempo normal, funcionava com duas assembleias que eram eleitas a cada quatro meses, e em tempo de guerra ou outro período extraordinário, poderia ser composto também por conselhos ordinários, pelo *Parlamento*: uma assembleia popular excepcional (cf. LARIVAILLE, 1988, p. 16-18).

Nada simples, ou desorganizado era o sistema eleitoral que remonta ao ano de 1328, mas que foi reordenado em 1415. Esse sistema previa uma fase de sorteio dos candidatos aos cargos com período de cinco anos, e outra fase em que os eleitores votavam, mas sem a participação efetiva do povo¹²⁵. Os eleitores eram uma parte muito restrita da população da época, normalmente votavam apenas aqueles inscritos nos registros das corporações (cf. LARIVAILLE, 1988, p. 16-18).

A fim de partirmos para a Florença dos anos 1494 e seguintes, se faz necessário reafirmar que a cidade viveu um período de efervescência política. Com a queda dos Medici, Florença instituiu, mediante lei, o Conselho Maior (*Consiglio Maggiore*). Segundo Gilbert “possuímos escassas informações dos eventos que precederam a aceitação da lei de 23 de dezembro que instituiu o Conselho Maior” (1964, p. 134). O Conselho foi instituído “segundo o modelo veneziano. A sala na qual os encontros eram realizados foi construída seguindo as mesmas medidas da sala do Conselho Maior veneziano” (GILBERT, 1964, p. 130).

Entretanto, enquanto o Conselho veneziano tinha nesse período função democrática (porque posteriormente passaria a ser aristocrático), o florentino tinha função diversa: com a queda de Piero di Medici, a função do conselho era a de colocar o poder nas mãos de uma pequena oligarquia (cf. GILBERT, 1964, p. 130/131). Savonarola¹²⁶ foi o maior defensor do modelo de Veneza em

¹²⁵ “o eleitorado só representa uma fração restrita da população, o próprio sistema eleitoral é dos mais seletivos. Ele opera, com efeito, uma filtragem draconiana dos indivíduos chamados a ocupar os cargos importantes [...] estamos, portanto, diante de um sistema do qual a plebe (o que nós chamaríamos de povo hoje) está irremediavelmente excluída; de um Estado em que o povo – *il popolo*, que, na terminologia da época, designa os artesãos e a pequena e média burguesia – se encontra cuidadosamente reduzido a uma participação mínima; em resumo, de uma república oligárquica cuja máquina administrativa está nas mãos dos representantes da alta burguesia e das grandes famílias aliadas a ela” (LARIVAILLE, 1988, p. 20).

¹²⁶ “Girolamo Savonarola (1452-1498), superior do convento dominicano de São Marcos, tem importante papel na vida de Florença depois da expulsão dos Medici (1494- 1498). A pregação contra a corrupção na Igreja acarreta-lhe a excomunhão por parte de Alexandre VI. Savonarola

Florença, embora para ele pouco importasse se Veneza fosse um governo misto, uma democracia ou uma aristocracia, embora os venezianos não fossem melhores do que os florentinos, suas instituições políticas eram e, por isso, deveriam ser imitadas. Aceitou, assim, Savonarola o mito da estabilidade do governo de Veneza, inclusive de seus sermões, mas deles não se extraia que o frei possuísse ideias claras sobre a constituição de Veneza e das mudanças que precisavam ser feitas em Florença, considerando apenas os melhoramentos morais que visava¹²⁷ (cf. GILBERT, 1964, p. 133).

Savonarola representa o imbricamento entre a política e a religião em Florença. As questões políticas e religiosas estavam ainda mais entrelaçadas na cidade. Conforme nos ensina Gilbert, “em Florença não se via uma clara linha divisória entre o reino da fortuna e aquele de Deus” (1964, p. 97). Havia uma fé muito grande no poder divino, na onipotência divina, na capacidade de Deus mudar a fortuna, porque a própria fortuna era considerada como divindade, que embora tenha conservado alguns traços pagãos, deveria ser adaptada ao sistema cristão. Assim, não existia uma clara fronteira entre o que era o reino da fortuna e o que era o reino de Deus, porque nas mãos de Deus estava a atuação da fortuna, e assim, Deus poderia mudar a fortuna (cf. GILBERT, 1964, p. (97-98)

Acreditava-se que quando uma causa era justa, Deus favoreceria. Os florentinos eram crentes de que a cidade de Florença possuía uma relação

foi queimado por heresia em 23 de maio de 1498” (nota de rodapé número 22 *in* GRAMSCI, 2007, p. 364). “Savonarola não foi um pensador sistemático, foi um poderoso pregador e seus sermões, passados quase cinco séculos, quando são lidos, mas não ouvidos, ainda tem uma força irresistível e cativante. Quando as suas pregações possuíam um efeito prático, ele se sentia capaz e ansioso para sustentar seu ponto de vista com argumentos da filosofia, da teologia, da história. Mas suas argumentações permaneciam subordinadas aos objetivos da pregação. Poderia empregar argumentos diferentes e até contraditórios, cada vez que o objetivo mudava. Savonarola não hesitou em empregar uma grande variedade de razões, porque era um visionário, para o qual as ideias vinham por inspiração. Com uma implicação sempre muito acentuada na vida política florentina, sua aproximação aos problemas políticos se deu de uma maneira muito sofisticada. [...]” (GILBERT, 1964, p. 131).

¹²⁷ Para Savonarola, se o governo republicano de Florença não funcionava bem, “isso poderia ser imputado ao egoísmo e dos vícios dos indivíduos singulares, que se inclinavam à tirania”. Entre os dias 14 a 21 de dezembro de 1494, com exceção do dia 20, Savonarola pregou diariamente que os cidadãos florentinos deveriam colocar o bem público acima do privado, tratando-se com amor e caridade, sendo que a reforma moral deveria ser estendida para as questões políticas, afirmando a necessidade de que novas instituições fossem inseridas. Isso contribuiu para o surgimento das reformas constitucionais de Florença, já que nos dias 22 e 23 de dezembro de 1494, o Conselho florentino adotou uma reforma constitucional (GILBERT, 1964, p. 131/132).

especial com Deus, que era a cidade favorita dele, porque era a cidade de San Giovanni, o que fazia com que as atividades políticas estivessem vinculadas à religião, acreditando que Deus era o guia e protetor da cidade (cf. GILBERT, 1964, p. 96/98; 100/102). Nesse sentido o *Consiglio Maggiore* instituído por Savonarola em 1494 era chamado de a “alma e a vida da nossa cidade” (GILBERT, 1964, p. 102). Entendia-se que o Conselho era munido praticamente de poder religioso, devendo ser conservado e defendido, porque “era um dom divino” (GILBERT, 1964, p. 102).

Essa crença de que o poder político de Florença era originário de Deus e por isso sagrado, não era compartilhada por todos os cidadãos florentinos. Os que assim não acreditavam, afrontavam a questão de maneira racional, estudando a história antiga e para esses Roma parecia ser o exemplo ideal de política eficiente. Dentre eles estava Maquiavel. Os exemplos do mundo antigo serviam para justificar ações políticas no presente.

Exemplo disso foi a solução encontrada quando Cesar Bórgia¹²⁸ estava prestes a invadir Florença: “o conselho de constituir um pequeno comando com plenos poderes e autoridade foi justificado com a proposição: os antigos nos tempos perigosos davam autoridade a apenas um” (GILBERT, 1964, p. 102). Para aqueles que desconfiavam das relações divinas com a cidade de Florença, a constituição de Veneza era utilizada como exemplo a ser imitado e com ela confrontavam a ideia de que Florença poderia ser a única cidade perfeita e favorita de Deus (cf. GILBERT, 1964, p. 103).

Por outro lado, Savonarola que afirmava conversar com Deus, embora não estivesse preocupado com a instituição de um regime democrático em Florença, porque sequer considerava a democracia como uma forma de

¹²⁸“César Bórgia (1476-1507), filho do Papa Alexandre VI, também é conhecido como Valentino, por ter recebido do monarca francês Luís XII, em 1498, o Ducado de Valentinois. Entre 1499 e 1503, depois da entrada dos franceses em Milão, Valentino consegue unificar toda a Romanha, derrotando vários potentados senhoriais. Morto Alexandre VI (agosto de 1503), e já sob o papado de Júlio II, um rival dos Bórgia, Valentino é derrotado pelos inimigos reunidos da liga, passando em seguida, definitivamente à Espanha e à França. Tido habitualmente como modelo do político sagaz e cruel, Valentino tem sua breve ação na Romanha valorizada por Maquiavel como exemplo de bom governo, capaz de combinar a força e a astúcia. No *Príncipe*, Valentino é apresentado de modo quase mítico como ‘exemplo a todos que ascendem ao poder graças à fortuna e às armas de outrem’. Para Maquiavel, Bórgia prepara com rara competência os fundamentos de seu futuro poder, que não frutificaria ‘não por sua culpa, mas por extraordinária e extrema maldade da fortuna’” (GRAMSCI, 2007, p. 362-363- nota número 18).

governo,¹²⁹ ao instituir o *Gran Consiglio*¹³⁰ - composto por aristocratas e por homens da classe média - passou a considerá-la¹³¹. Entretanto, a aristocracia florentina estava a cada dia mais descontente com o *Gran Consiglio*, acreditando que ele era o responsável pela diminuição de sua autoridade, enquanto que a classe média o defendia.

Dentre os aristocratas que visavam recuperar o poder político estava Bernardo Rucellai¹³², proprietário do *Orto Oricellari* – lugar que ficou conhecido por ter sido o posto no qual Maquiavel expôs suas ideias dos *Discorsi*. Bernardo¹³³ era um dos defensores de uma revisão antidemocrática da constituição florentina, que defendida que o sucesso de Veneza se devia à formação de um governo misto, composto apenas pelo Doge e a aristocracia, no qual a maioria das pessoas não encontrava lugar. Tal opinião era

¹²⁹ “No inverno de 1494, Savonarola fez sua intervenção política mais ingênua. Para Savonarola existiam apenas dois tipos de governo: monarquias e repúblicas. A forma republicana era a mais apropriada para a Itália; Savonarola parecia inconsciente da distinção feita pelos humanistas entre repúblicas aristocráticas e democráticas” (GILBERT, 1964, p. 131/132).

¹³⁰ Pouco se sabe sobre os eventos que antecederam a criação dos *Gran Consiglio*, mas se sabe que no dia 23 de dezembro de 1494 foi instituído sendo denominado de *Consiglio del popolo* e del Comune. Tratava-se de um conselho com conflitos e divergências entre seus membros, que não eram homogêneos. O *Gran Consiglio* ficou conhecido como o baluarte da democracia florentina (cf. GILBERT, 1964, p.132; 134/136). Nas referências de Savonarola sobre a política florentina, a defesa do *Gran Consiglio* se torna tema principal e sua argumentação sobre o senso e significado dessa instituição mudaram, passando a considerá-lo como o centro da democracia florentina: porque Florença é para ele uma democracia, um *vivere popolare* (cf. GILBERT, 1964, p. 136).

¹³¹ “Savonarola na pregação de 11 de outubro de 1495 menciona a existência de três formas de governo: monarquia, aristocracia e democracia” (GILBERT, 1964, nota de rodapé número 57, p.163).

¹³² A carreira de Bernardo Rucellai merece ser estudada, nem suas tentativas como escritor e humanista, nem sua carreira política, mereciam ter caído no esquecimento. Embora não tenha sido um dos personagens de primeiro plano da política florentina, tal como os Soderini, Medici ou Strozzi, não sendo um dos grandes expoentes ao tempo da grandeza de Florença, mas à época seu nome era posto pelos seus contemporâneos em primeiro plano. Participou de maneira ativa das atividades humanísticas e filosóficas da Florença de Lorenzo o Magnífico, tendo a confiança deste. Da morte de Lorenzo em 1492, a eleição de Soderini em 1502, Bernardo foi um dos maiores protagonistas dos eventos em Florença. Embora tenha apoiado Pietro de' Medici, passou a fazer oposição a ele quando este deixou de ouvir seus conselhos. Há cartas escritas por Bernardo Rucellai (Arquivos da cidade de Florença, Correspondência *dei Signori. Lettere Esterne alla Signoria del 1508 da Gennaio a Dicembre ff. 55-56*), destacando suas atitudes políticas aos tempos de Lorenzo o Magnífico, Piero de' Medici e Savonarola, procurando demonstrar que seu maior objetivo político sempre foi a manutenção da liberdade e da paz em Florença (cf. GILBERT, 1964, p. 15/16; 20/22; nota de rodapé número 03, p. 54).

¹³³ Viroli nos lembra de que “Bernardo Rucellai já estava morto quando Maquiavel começa a fazer parte do grupo” sendo que as reuniões eram comandadas pelo “sobrinho de Bernardo, Cosimo Rucellai”. Nessa época, Maquiavel “tinha cinquenta anos e já abandonara a esperança de retornar à política” (VIROLI, 2002, p. 217).

compartilhada pela maior parte dos aristocratas florentinos (cf. GILBERT, 1964, p. 136/138).

À época, afirmava-se que a constituição florentina de 1494 era fundada sobre o princípio da soberania popular e que nesse regime estavam os conceitos de república, liberdade, igualdade. Esses são termos que fazem sentido quando comparados ao seu oposto: a tirania. “Os elementos distintivos da tirania eram a ausência de legalidade e a falta de justiça, para ter liberdade ou igualdade, para ter uma república, eram suficientes lei e justiça” (GILBERT, 1964, p. 104/105). Gilbert relata, portanto, que os elementos diferenciadores de uma república estavam na legalidade e na da justiça, que distingam uma república livre e uma tirania- o que denota a importância política que os elementos jurídicos possuíam já na época.

Muitas frases utilizadas no período, em especial no ano de 1497, que contam nos arquivos históricos da cidade de Florença, descritos na *Pratiche*¹³⁴ podem comprovar a importância do Direito, através da lei e da justiça, para a manutenção de uma república. Exemplificativamente Gilbert destaca algumas: “a justiça está em todas as coisas”; “se vocês não fizerem a lei dominar a cada um, não verei nenhum remédio”; “uma república não pode existir ou durar sem a administração da justiça” “a justiça faz a união e a união faz a justiça”; “porque uma constituição que garantisse o reino da lei e uma eficiente administração da justiça seria perfeita” (cf. GILBERT, 1964, p. 105 e notas de rodapé números 140/144, p. 114).

Gilbert evidencia que quando analisamos o sistema político e jurídico do tempo de Maquiavel, percebemos que eles estão intrinsecamente entrelaçados. No que se refere a essa ligação entre os sistemas, a Florença de Maquiavel conjugava elementos medievais e modernos. Segundo Gilbert, isso demonstra que “uma das características principais do pensamento político do tempo” era a

¹³⁴ “local de expressão dos desejos populares” (BIGNOTTO, 1991, p. 36). Elas, “as ‘pratiche’ não eram na verdade uma instituição no sentido formal. Convocadas pelo governo com o intuito de se conhecer a opinião de uma parcela da população sobre um determinado assunto, variavam não somente segundo o número de participantes, mas sobretudo segundo sua origem. *A priori*, eram constituídas pelos principais ‘magistrati’ dos principais órgãos governamentais (Collegi, Dieci, Ufficiali di monti, Otto di Guardia e Ballia) e por alguns cidadãos, que por um motivo ou outro eram convidados a dar sua opinião sobre um problema qualquer. De acordo com o número de convidados, elas eram chamadas de ‘pratica stretta’ ou ‘pratica larga’” (BIGNOTTO, 1991, p. 67).

de que “os elementos medievais e modernos estavam lado a lado e eram inextricavelmente interligados” (1964, p. 107).

Aponta como sendo “Os fatores medievais [...] a insistência na autoridade como um guia para as decisões; a concepção moral e cristã da política; o conceito de uma sociedade estática na qual a justiça era a única função do governo, a refutação dos partidos e das facções” (GILBERT, 1964, p.106). No que se refere à outra parte, aquela moderna, Gilbert continua: “a consideração da experiência e da razão no reconhecimento da importância da força e dos interesses materiais” (1964, p.106) são a marca da modernidade.

Nos chama muito a atenção a menção que Gilbert faz sobre a justiça florentina e a forma como ela estava relacionada com a política. Afirma que a justiça representava toda a função do governo e que na Florença de Maquiavel a lei e a justiça eram a possibilidade de existência do próprio republicanismo florentino. Isso porque ele estava fundamentado na lei que garantia a liberdade e a igualdade. Essa era a importância do sistema jurídico para a cidade de Maquiavel: garantir a possibilidade de uma vida republicana. A organização política (república) estava estruturada sob uma base jurídica que ditava suas regras, evidenciando o emaranhamento entre ordem jurídica e ordem política.

A partir de 1498 começou a circular em Florença “com certa frequência” a ideia de “conceder o governo a cerca de trezentos eminentes cidadãos” (GILBERT, 1964, p. 138). Entretanto, essa ideia não foi aceita. O ano de 1498 foi aquele em que Maquiavel passou a fazer parte da Administração Pública florentina. A inovação constitucional ocorreu em 1502, tornando o cargo de Gonfaloneiro de Justiça vitalício, cargo então ocupado por Piero Soderini (cf. GILBERT, 1964, p. 138). O objetivo político de Soderini, de tornar-se gonfaloneiro de justiça vitalício e a relação desse fato com a chancelaria florentina - e consequentemente com Maquiavel - é destacado por Guidi: “Com a instituição do gonfaloneiro vitalício, em particular, eles recriaram condições pelas quais o chanceler pode instaurar uma relação de confiança com o Soderini” (2009, p. 40), sendo que essa nova relação estabelecida “se configura, sobretudo, nos termos de uma marcante ampliação do papel do Secretário”, atribuindo-lhe “o cargo de segundo chanceler” (2009, p. 40).

A aristocracia aceitou a indicação de Soderini como gonfaloneiro vitalício pensando ser um passo em direção à instituição do Senado – que pensavam que ocupariam, mas o Senado não foi instituído. Passou então a aristocracia a se opor a Soderini, atribuindo a ele a ausência da instituição do Senado, afirmando que ele pretendia ter um poder ilimitado, não desejando restrições por um conselho de aristocratas. Isso contribuiu para a queda do regime de Soderini em 1512, e o retorno dos Medici ao poder. Depois desse ano (1512), nenhuma alteração legislativa constitucional florentina foi inspirada em Veneza, embora continuasse a crença de que o modelo constitucional veneziano fosse exemplar (cf. GILBERT, 1964, p. 138/139).

Assim, as cidades republicanas de Florença e Veneza, embora contrastantes entre si, ocupavam o centro dos interesses e da atenção no período do renascimento italiano. Florença era considerada a cidade das mudanças enquanto Veneza¹³⁵ a da estabilidade. Afora isso, florentinos e venezianos possuíam uma relação intelectual, alimentada continuamente. Dessa relação, nos interessa saber, o quanto Veneza pode ter influenciado a constituição de Florença, tendo em vista que devido à estabilidade e a influência do pensamento humanístico, Veneza passou a ser uma referência como República perfeita para a aristocracia florentina (cf. GILBERT, 1964, p. 116/118). Da relação próxima entre Veneza e Florença, para além de um modo semelhante de tratar os negócios, estava a proximidade que os Medici¹³⁶ tinham com as duas cidades (cf. GILBERT, 1964, p. 116).

A criação do cargo vitalício de gonfaloneiro de justiça foi uma significativa mudança realizada em Florença, com inspiração veneziana (cf. GILBERT, 1964, p. 130). Embora Veneza fosse utilizada como exemplo para Florença pela aristocracia, modelo de república para Maquiavel, como sabemos, não era a sua contemporânea Veneza e sim a Roma antiga. Veneza

¹³⁵ “a mais importante nação desenvolvida dos humanistas do *quattrocento* foi aquela constituição veneziana como realização da ideia clássica do governo misto: o Doge representava o elemento monárquico; o senado o elemento aristocrático e o *Consiglio Maggiore* o elemento democrático” (GILBERT, 1964, p. 121). Sobre a constituição veneziana, era basicamente isso que se sabia. Descreviam o sorteio utilizado para preencher os cargos vagos da magistratura, o cerimonial da morte do Doge e a eleição de seu sucessor e a combinação das eleições (GILBERT, 1964, p. 129).

¹³⁶ “Cosimo di Medici se estabeleceu em Veneza, quando juntamente com sua família foi caçado em Florença em 1433” (GILBERT, 1964, p. 127). Os Medici continuaram a manter relações com os membros da nobreza veneziana (cf. GILBERT, 1964, p. 126/127).

era popularizada como uma república de concórdia. Maquiavel, por inspiração romana, não estava interessado na concórdia, mas sim no dissenso. Roma é seu exemplo, porque nela a liberdade perdurou por mais tempo graças aos tumultos entre a plebe e o senado (*Discursos*, I, 4).

Assim, Maquiavel não compartilhava dessa crença de Veneza como república ideal. Talvez fosse, segundo Gilbert, o único pensador florentino que não admirava Veneza, refutando a cidade como modelo ideal, sem negar os méritos da Constituição veneziana, elogiando a capacidade de enfrentar situações emergenciais, a administração da Justiça e a continuidade do governo, mas criticando sua constituição deficiente e negligente quanto à organização militar. Para Maquiavel, isso tornou o povo veneziano covarde e sem a coragem que os pudesse salvar (cf. GILBERT, 1964, p. 144/145). Isso porque “era natural que Maquiavel, democrático, estivesse ansioso por destruir a aristocracia veneziana como imagem de uma república ideal” (GILBERT, 1964, p. 144/145).

Em 1512 a república de Florença é desfeita e o poder da cidade volta às mãos dos Medici. Maquiavel foi expulso da chancelaria, preso, exilado e proibido de entrar no palácio. O poder voltando para os Médici fez com que “o comportamento político e as ações fossem determinadas por esse fato” (GILBERT, 1964, p. 141), sendo que em 1513, “com a vinda do jovem Lorenzo di Medici à Florença se revelou uma possibilidade inteiramente nova: a instituição de um governo absoluto” o que “horrorizou a maior parte da aristocracia” (GILBERT, 1964, p. 142). Novamente, em 1519, com a morte do jovem Lorenzo, novas modificações ocorreram em Florença, “e desse período existe pouco registros dos projetos de elaboração para uma constituição florentina” (GILBERT, 1964, p. 142).

No ano da morte de Maquiavel, 1527, Florença teve outras modificações políticas. Novamente, os Medici foram expulsos da cidade e novas discussões sobre a adoção do modelo veneziano reiniciaram, mas agora com um conhecimento mais detalhado sobre as instituições forma de governo, principalmente devido à obra *Il dialogo Della Repubblica de' Veneziani* de Donato Giannotti, que circulava pela cidade de Florença, embora tivesse sido impressa somente em 1540. Sobre a referida obra, Gilbert afirma que “O

diálogo de Giannotti representa o ordenamento do pensamento político florentino sobre Veneza no período do Renascimento” (GILBERT, 1964, p. 145). Lembrando que Giannotti foi amigo e admirador de Maquiavel (cf. GILBERT, 1964, p. 150).

Assim, encerramos o nosso breve panorama sobre a relação entre o sistema político e jurídico da Florença de Maquiavel, tomando o ano de 1494 como marco temporal. As modificações anteriores a esse ano, já demonstravam a instabilidade da vida política florentina, que possuía uma aristocracia bastante interessada em tornar a cidade uma república aristocrática como era Veneza. Essa aristocracia recebia pouca resistência, porque esse era o pensamento mais difundido à época. Os Medicis ascenderam ao poder com o auxílio dessa aristocracia, mas não corresponderam as expectativas dela e a instabilidade maior se instaurou. Maquiavel, que não era nem nobre e nem aristocrata, defendia um governo misto com a participação do povo – Roma aquela que se tornou grande a partir do momento que não tentou suprimir os conflitos entre grandes e povo e deu lugar à participação da plebe na vida política e no exército – era seu grande exemplo a ser perseguido.

1.7 O Direito da Florença de Maquiavel: qual o sistema jurídico da época?

Sobre a atualidade do pensamento de Maquiavel, Sartorello afirma que “Maquiavel readquire vitalidade cada vez que uma sociedade se interroga sobre as razões e os modos de sua própria convivência” (2013, p. 183). Por outro lado, Gramsci chama a atenção sobre Maquiavel – o que acreditamos ser válido para o estudo de qualquer pensador – de que o Secretário Florentino é produto de seu tempo. Entretanto Gramsci alerta que “Criou-se o hábito de considerar Maquiavel, de modo excessivo, como o ‘político em geral’, como o ‘cientista da política’, atual em todos os tempos. É necessário considerar Maquiavel, em grau maior, como expressão necessária de seu tempo” (2007, p. 29). E continua: “Maquiavel é um homem inteiramente de seu tempo e sua ciência política representa a filosofia da época que tende à organização das

monarquias nacionais absolutas, a forma política que permite e facilita um novo desenvolvimento das forças” (GRAMSCI, 2007, p. 30).

Entretanto, a afirmação de que Maquiavel é produto de seu tempo, não diz nada se não se informar como era esse tempo. O tempo de Maquiavel envolvia pelo menos três disputas distintas, que precisavam ser equacionadas por Florença i) uma interna, dentro da cidade – que envolvia disputas sobre o poder de comandá-la e dirigir seu destino; ii) outra interna, dentro do que viria a ser a Itália – com cidades vizinhas e comunas sendo as piores inimigas umas das outras; iii) uma externa, em que algumas cidades se solidarizavam em alguma medida umas com as outras, buscando interesses em comum, para se apresentarem diante de outros territórios europeus de uma forma mais forte e coesa. Assim, vivia Maquiavel “entre as necessidades de um equilíbrio interno italiano e as exigências dos Estados europeus em luta pela hegemonia” ¹³⁷ (GRAMSCI, 2007, p.29).

Como é de conhecimento histórico, a Itália somente foi unificada em 1848 – três séculos após o falecimento de Maquiavel. Antes disso, portanto, não existiam governo e lei única. Existiam apenas divisões sem poder central: “não havia governo ou lei nacional (e não haveria no horizonte até meados do século 19), o que se conhece como Itália estava dividido entre cinco poderes principais: Papado, Veneza, Florença, França e Espanha” (RIPLEY, 2009, p. 3). Esse era o cenário geopolítico no qual Maquiavel estava inserido.

Entretanto, além das características geopolíticas, há ainda que se considerar os desafios práticos que a atividade de secretário exigiam. Guidi, por exemplo, denomina o período em que Maquiavel esteve atuando como secretário florentino como sendo “Maquiavel a cavalo” ou “o secretário da república florentina a cavalo entre os séculos XV e XVI” (2009, p. 105). Isso porque era justamente esse o meio de deslocamento que ele utilizava para se locomover a fim de cumprir suas missões à frente da segunda secretaria ou como secretário da Magistratura dos Dez e posteriormente dos Nove - que exigiam dele habilidades de embaixador e de político e colocavam-no em contato com os temas jurídicos.

¹³⁷ “Influi em Maquiavel o exemplo de França e da Espanha que alcançaram uma poderosa unidade estatal territorial” (GRAMSCI, 2007, p.29).

Nesse contexto, acreditamos que além da própria atividade profissional, o contato de Maquiavel com o Direito se deu na biblioteca particular que seu pai, o jurista Bernardo, mantinha em casa. Assim, “na biblioteca da família de Maquiavel se poderia certamente dispor de uma cópia manuscrita do código de Justiniano e do *Digesto*”. Além disso, se encontra no *Libri di Ricordi* (caderno de recordações – uma espécie de diário¹³⁸) de Bernardo Maquiavel que a biblioteca também continha “um volume de razão civil com todas as *Institutas*, três livros do Código autêntico, usos de feudos [...]”. Isso nos leva a crer, na verdade isso nos “confirma, de fato, que no célebre lugar maquiaveliano a referência à finalidade dos juristas somente poderia ser precisa, pontual e nada genérica” (SARTORELLO, 2013, p. 56).

Inserido nesse contexto geopolítico, profissional e privado, permeado pelo Direito, estava Maquiavel. Como se analisou até aqui, o Direito no período do renascimento italiano está classificado dentro do Direito medieval – que em muito reproduzia o Direito romano – pode-se afirmar que o Direito medieval, permeado pelo germânicos – eram aqueles vigentes no período. E nesse sentido, o período temporal vivido por Maquiavel, e a própria forma de pensar dele, podem ser vistos “como uma via de passagem entre a Idade Média tardia e o início da modernidade” (SARTORELLO, 2013, p. 53). Trata-se, portanto de uma modalidade de pensamento que está no espaço entre esses períodos e que por isso traz características de ambos. Assim, é possível perceber em suas obras e “traçar com clareza todo o legado problemático da Idade Média tardia e vê-lo coexistir, mesmo quase sobrepor-se, mas mantendo-se afastado das novas instâncias das quais será a modernidade portadora” (SARTORELLO, 2013, p. 54).

Entretanto, falta em Maquiavel uma narrativa sobre o período da Idade Média, com exceção dos *Discursos*, pois “os séculos que se passam durante aquela que foi chamada de *Media Aetas*, a Idade Média, não existem, a não ser excepcionalmente, como nos *Discursos* (I, 12), remetendo à ação da Igreja para manter a Itália dividida” (VIVANTI, 2016, p. 84). Essa ausência de manifestação de Maquiavel sobre o período que o antecedeu faz parecer que

¹³⁸ “Publicado com o nome de *Ricordanze* de Bernardo Maquiavel, abarca um período de treze anos, de 30 de setembro de 1474 a 19 de agosto de 1487, vale dizer, entre os seis e os dezoito anos de vida do filho Nicolau Maquiavel” (SARTORELLO, 2013, p. 126).

compartilha da “maneira de pensar dos literatos do seu tempo: os séculos dominados pelos ‘bárbaros’ não mereciam ser levados em consideração” e se entendia que “da Idade Média não havia nenhuma herança positiva” (VIVANTI, 2016, p. 84).

Maquiavel não se preocupa em contextualizar os elementos que aponta em suas obras com aqueles de seu período. Quem quiser fazer isso, tem que se propor à investigação. Isso porque entender a Florença do tempo de Maquiavel e a importância que ela dava ao Direito e a lei fazem com que se possa, de certa forma, compreender o ambiente jurídico no qual Maquiavel estava inserido e a partir daí confrontar com os elementos que ele apresenta em seus escritos. Isso pode ser feito para se compreender a qual conteúdo jurídico estava Maquiavel exposto, e se a ele reagiu ou não em seus escritos, e se o fez, em que medida.

A Florença que antecedeu Maquiavel, e aquela de seu tempo, é uma cidade que “está à altura do legado romano porque dissemina em seu interior o *éthos* da liberdade e mantém os cidadãos sob o abrigo da lei. O governo arbitrário, identificado com a tirania, é abominado pelos florentinos não menos do que o nome do rei o era entre os romanos” (ADVERSE, 2013, p. 75). A Florença de Maquiavel, conforme nos ensina Adverse, era uma República e estava sob a égide da lei. A liberdade era uma obstinação para ele, porque a considerava uma das responsáveis pela grandeza de Roma: “a experiência mostra que as cidades nunca crescem em domínio nem em riqueza, a não ser quando são livres¹³⁹” (*Discursos*, II, 2).

A liberdade era valorizada não apenas pela cidade de Florença, mas também pela Toscana¹⁴⁰. Conforme lembra Adverse, citando o texto “*Laudatio*

¹³⁹Sobre o tema, Skinner afirma que “o argumento de que a chave para preservar a liberdade consiste em manter a qualidade da *virtù* no corpo dos cidadãos como um todo” faz com que se questione como isso poderia ser feito: “como esperar instilar essa qualidade em extensão suficiente e mantê-la por um tempo suficiente para garantir que se alcance a glória cívica? Aqui Maquiavel admite que há sempre um elemento de boa Fortuna envolvido” (SKINNER, 2012, p. 77).

¹⁴⁰ Maquiavel relembra que “nos tempos em que os romanos lutaram contra os Veios, a Toscana era livre, e lá se estimava tanto a liberdade e se odiava tanto o título de príncipe que, havendo os veienses constituído um rei para sua defesa, ao pedirem ajuda aos toscanos contra os romanos, aqueles, depois de muitas consultas, deliberaram não dar ajuda aos veienses enquanto eles estivessem submetidos a um rei, por julgarem que não convinha defender a pátria deles, se já a haviam submetido a outrem” (*Discursos*, II, 2).

florentinae urbis [Elogio da cidade de Florença] do historiador italiano do período do renascentista, Leonardo Bruni (1370-1444), a cidade de Florença é “o lugar em que o Direito é respeitado e onde é preservada a liberdade sem a qual o povo florentino ‘não está disposto a viver’” (ADVERSE, 2013, p. 74). Portanto, a relação entre o respeito à lei e ao Direito e a preservação da liberdade é direta. Pois, “a esses dois elementos ‘tendem todas as instituições de provimentos de coisa pública, como a um sinal e um porto’” (ADVERSE, 2013, p. 74). Assim, o período renascentista no qual Maquiavel viveu em Florença é aquele do império da lei

podemos ver que Bruni reata aqui com a tradição republicana romana do *vinculum iuris*, estreitamente associada à ideia de governo das leis[...]. Com efeito, a liberdade e a igualdade são valores abertamente reivindicados pela tradição republicana, assim como o governo das leis: todos os elementos que encontramos no republicanismo clássico (especialmente em sua orientação romana) aqui se fazem presentes (ADVERSE, 2013, p. 74).

É verdade, conforme nos alerta Bignotto, que não se deve interpretar a *laudatio* - que se trata de um elogio à cidade de Florença como um relato histórico, porque “o retrato traçado pelo humanista não corresponde à realidade da época” (2021, p. 102). Entretanto, trata-se inegavelmente de um discurso republicano e para os nossos objetivos, “parece-nos mais proveitoso prestar a atenção à maneira como Bruni organiza seu pensamento em torno de temas que vinham sendo gestados ao longo de muitas discussões” (2021, p. 103).

No escrito, há sem dúvida grande importância atribuída à lei e ao Direito, visto que “a *Laudatio* consolida uma virada, que foi preparada desde o século anterior e que diz respeito à consolidação de uma temática republicana” (BIGNOTTO, 2021, p. 103). Ela “não deixa de visar a um objetivo claro e não deixa de produzir efeitos nos homens de seu tempo” (BIGNOTTO, 2021, p. 105), evidenciando que a República de Florença não estava disposta a se subjugar a qualquer outra autoridade que não fosse através da lei, mesmo que isso não se tratasse, exatamente, de uma realidade.

Entretanto, antes de abordarmos a forma como Maquiavel se comportava diante dos dispositivos legais, nos cabe esclarecer o que era essa lei para aquele tempo. Para tanto, precisamos dar um passo para trás e

relembrarmos o que foi abordado no item sobre o Humanismo Cívico, pois era corrente o entendimento de que as leis eram perfeitas, porque possuíam origem divina – entendimento compartilhado por Bernardo Maquiavel, pai do nosso pensador.

Nesse sentido, Coluccio Salutati¹⁴¹ (1331-1406), que fora chanceler da República de Florença¹⁴², pode ser citado como um exemplo desse pensamento do caráter divino da lei durante o século XIV, os anos *trecento*. Como lembra Bignotto, “Salutati restaurou a confiança nas leis humanas, conferindo-lhes o estatuto de ‘verdade’[...]”, pois “para ele a eternidade das leis não advinha do fato de haviam sido promulgadas pelo Papa ou pelo Imperador, mas sim de sua origem divina” (1991, p. 18).

Dessa forma, Salutati embora rompa com o período medieval de diversas formas¹⁴³, porque “a concepção republicana, própria dos humanistas, punha o homem no centro do universo, exigindo dele aquilo que, aos olhos de um pensador medieval, só a graça poderia dar” (BIGNOTTO, 1991, p. 32), demonstra continuidade com a tradição medieval que atribuía à lei elementos divinos. No século seguinte, nos anos *quattrocento*, Leonardo Bruni (1370-1444)¹⁴⁴, sucedeu Salutati junto à chancelaria da República Florentina. Bruni se destaca na atribuição de centralidade ao Direito, ao afirmar que Florença é “fundada, segundo ele, sobre dois princípios: ‘ius’ e ‘libertas’” (BIGNOTTO, 1991, p. 28).

Entretanto, Bruni afirma que “Dos dois, a liberdade é o mais importante, pois incorpora em si a justiça” (BIGNOTTO, 1991, p. 28). Assim, para Bruni, “o caráter livre da constituição florentina significava de um lado, uma proteção

¹⁴¹ “Salutati nasceu em 1331, no pequeno burgo de Stignano, em uma família ligada aos Guelfos, tradicionais aliados políticos do papado. Enviado pelo pai para Bolonha, onde estudaria, com Pietro da Moglio, retórica e *ars dictamis*, Salutati adquiriria nesses anos uma das características mais marcantes de sua personalidade: a profunda dedicação às coisas do passado, em particular aos autores romanos e à poesia. Entre 1348 e 1350, ele seguiria o curso de *ars notarie*, o que iria permitir-lhe transformar-se em notário em pequenas cidades italianas nos anos seguintes” (BIGNOTTO, 2021, p. 59).

¹⁴² “Eleito chanceler em 1375, cargo que conservou até 1406, teve uma participação decisiva em quase todos os movimentos políticos da República Florentina” (BIGNOTTO, 1991, p. 18).

¹⁴³ Nesse sentido vide: PINTO, Fabrina Magalhães; Falção, Luís. *História, república e fundação da cidade de Florença em Coluccio Salutati, Leonardo Bruni e Maquiavel*. História da Historiografia. Ouro Preto, v. 14, n. 35, p. 53-82, Jan-abr. 2021.

¹⁴⁴ “Leonardo Bruni, chanceler da república florentina entre 1410 e 1411 e depois de 1427 a 1444” (PINTO; MORETTI, 2021, p. 576).

contra as tiranias, de outro, um sistema legal capaz de impedir que as grandes famílias tomassem o poder” (BIGNOTTO, 1991, p. 46). Ocorre que, “para que isso fosse possível, era necessário um sistema de leis quem além de impedir os mais ricos de ocupar o poder, garantisse uma efetiva igualdade entre os cidadãos” (BIGNOTTO, 1991, p. 46).

E como Maquiavel se comportava diante disso? Maquiavel apresentou uma nova forma de se pensar a política. Sua principal contribuição foi a ruptura com o sistema político existente ao seu tempo. E com o sistema jurídico vigente à sua época, como reagiu? Seu pensamento também representou uma ruptura nesse tema? Para responder a essas questões, não nos separemos da premissa de que Maquiavel era um republicano. A interpretação de Maquiavel como republicano é uma das que mais se sobressaíram nas últimas décadas, pelo debate que gerou. No Brasil, destaca-se a obra *Maquiavel Republicano* de Newton Bignotto, pois “uma leitura republicana de Maquiavel faz parte da tradição interpretativa” (BIGNOTTO, 1991, p. 75).

A defesa do respeito à lei e crítica da sua inobservância é um forte traço do pensamento republicano que está presente também em Maquiavel. Enaltecendo o respeito à lei no tempo passado e criticando o desrespeito de seu próprio tempo, afirma: “muitas coisas tornam aqueles tempos admiráveis, e neste não há coisa alguma que compense a extrema miséria, a infâmia e o vitupério: pois não há observância da religião, das leis, nem da milícia” (*Discursos*, II parte inicial). A interpretação vai além de Maquiavel como um republicano, ela exige ainda que se diga de qual república o pensador trata. No período de Maquiavel, como se viu, havia quem defendesse as repúblicas aristocráticas, como muito dos frequentadores dos *orti oricellari*. Em contrapartida, outros defendiam as repúblicas democráticas.

Sobre as diferenças entre elas (república aristocrática e democrática) está na possibilidade de ser alargada a participação política no poder. Entretanto, na prática essa distinção poderia gerar certa confusão, visto que era possível que uma mesma república, como no caso de Veneza, fosse vista por uns como aristocrática e por outros como democrática. Nesse sentido, Bignotto: “otimmati, por exemplo, viam em Veneza a figura perfeita de uma república aristocrática, que garantia o poder aos membros mais preparados da cidade”.

Entretanto, “de outro lado do espectro político, uma parcela significativa das ‘classes médias’ pensava em Veneza como o exemplo de uma república democrática, que alargava a base do poder” (1991, p. 61).

Além das diferenças na participação política, as repúblicas aristocráticas e democráticas se diferenciavam por atribuírem a função de guardiões das liberdades aos nobres ou ao povo. Há entre elas as “repúblicas aristocráticas – Esparta e Veneza –, que confiam a guarda da liberdade à nobreza, ou das democráticas – Roma –, que confiam ao povo” (BIGNOTTO, 1991, p. 90). Lembra Bignotto, sobre Esparta, Veneza e Roma “que os três Estados analisados eram considerados repúblicas mistas” (1991, p. 90), ou seja, possuíam as três cidades formas boas de constituição, como já mencionado. A diferença entre essas formas republicanas residia justamente na amplitude de participação no poder e na guarda da liberdade. Nas repúblicas aristocráticas o poder era mantido entre alguns cidadãos e a liberdade confiada aos nobres, enquanto que nas democráticas, o povo partilhava do poder e era o guardião da liberdade.

A qual republicanismo se filiava Maquiavel? A resposta está bastante evidente, apenas considerando que Roma, o grande exemplo de república para o Secretário Florentino, era uma República democrática. Entretanto, Maquiavel é ainda mais claro e explícito nos *Discursos* quando afirma que o melhor guardião da liberdade é o povo (*Discursos*, I, 5). Assim, “o longo caminho percorrido serve finalmente para o secretário florentino manifestar sua preferência no quadro das repúblicas mistas, pela forma democrática” (BIGNOTTO, 1991, p. 91). Assim, “não há dúvida de que Maquiavel procura demonstrar que o único elemento capaz de construir uma república potente é o elemento popular, mas nunca cede à tentação de fazer um elogio ingênuo das ações populares” (BIGNOTTO, 1991, p. 108).

Embora Maquiavel enalteça em muitos momentos a observância da lei e do Direito, Sabe-se que ele é fortemente influenciado pela realidade, pelo movimento das coisas humanas “as coisas humanas estão em movimento e não podem ficar paradas” (*Discursos*, I, 6). Dessa forma, compreendendo o movimento que se realiza, pode-se defender que para Maquiavel, o Direito, como todas as coisas humanas, também deve ser adequado ao seu tempo, à

sua época, às exigências necessárias a determinado modo de vida, de acordo com a visão realista do pensador. Isso porque, “os homens, nos seus procedimentos e sobretudo nas grandes ações, devem considerar os tempos e a eles se adaptar” (*Discursos*, III, 8). É principalmente por isso, que a visão da lei como algo divino e imutável – corrente no período humanista – é incompatível com o pensamento do florentino.

O Secretário Florentino valorizava a capacidade de adaptação das pessoas ao tempo em que viviam. Essa afirmação está presente no em vários momentos nos *Discursos* “já considerei várias vezes que a razão da má e da boa fortuna dos homens vem do ajuste [*riscontro*] de seu modo de proceder com os tempos” (*Discursos*, III, 9). E assim “erra menos e tem fortuna próspera quem, como já disse, ajusta seu modo aos tempos e sempre procede conforme o força a natureza” (*Discursos*, III, 9), mas também no *O príncipe*: “Creio ainda que é feliz aquele que combina seu modo de proceder com as exigências do seu tempo e, similarmente, são infelizes, aqueles que por seu modo de agir, estão em desacordo com os tempos” (*O príncipe*, XXV, p.120).

A adequação aos tempos pode ser um meio seguro de se enfrentar a má fortuna. Essa capacidade de adaptar-se às mudanças, adequando o próprio comportamento aos tempos vividos, é uma forma de evitar a ruína de um príncipe, porque “se mudarem os tempos e as coisas e ele não mudar o seu modo de proceder, então se arruinará” (*Príncipe*, XXV). Essa aptidão para a adequação do comportamento às mudanças da fortuna é uma forma de preservar-se antevendo possíveis danos e problemas, condicionando a própria fortuna. Assim, podemos pressupor que para ele, o Direito deveria ser dinâmico e atender e contemplar o tempo presente, com suas modificações e necessidades, porque essa adaptação é consequência da mudança.

Assim, passa-se à pergunta que dá título a esse tópico, a qual se poderia contrapor outra: é possível classificar Maquiavel de acordo com um sistema jurídico? Partindo-se do que até agora foi exposto, considerando o Direito na antiguidade, as várias fases do Direito romano (período monárquico, república, período imperial), o Direito medieval e o Direito renascentista, as influências jurídicas trazidas pelos povos germânicos, as considerações a

respeito das questões jurídicas em Maquiavel se aproximariam mais de algum deles?

De acordo com o que foi traçado se extrai que o Direito percorre um determinado caminho balizado pelo estágio de desenvolvimento da vida social de cada povo. Os sistemas jurídicos se estabelecem, de maneira mais ou menos uniformes de acordo com o estágio de evolução da sociedade. Assim, não se pode afastar do fato de que o Direito em Florença, no período do renascimento italiano, não sofria influências muito diversas daquelas que as demais cidades europeias sofriam. O que se destaca em Florença é a opção republicana pela defesa da lei - e disso Maquiavel não se afastava, porque embora tenha rompido com seu tempo sob muitos aspectos, também era um produto dele, como nos lembrou de Gramsci.

De qualquer maneira, Maquiavel não pode ser filiado a qualquer tese do Direito natural, e nem mesmo poderia ser considerado uma espécie de pré-contratualista. Thomas Berns se esforça em demonstrar que a essas duas formas (natural e contratualista - essa última surgiu posteriormente à Maquiavel) de análise sobre a origem do Direito não podem ser aplicadas para o pensador: “da mesma forma que os defensores do Direito natural pretendiam fazer dele a gênese graças à ideia do bem, ou graças ao princípio do contrato, meu único objetivo é demonstrar sua impossibilidade” (BERNS, 2000, p. 136).

Nesse sentido, sendo permitido apontar pistas sobre a qual sistema jurídico Maquiavel estava filiado, a mais lógica identificaria o pensamento jurídico de Maquiavel com o tempo renascentista em que viveu. Isso porque conforme afirma Antonio Panella, sobre o período do Renascimento, no que hoje pode ser considerado como Itália, ninguém percebeu que nas obras de Maquiavel estava o resumo do Renascimento italiano, irreligioso e amoral, definição de homem e pátria terrena. Maquiavel foi a expressão mais completa do período histórico sob o nome de Renascimento. Absorveu todos os elementos positivos e negativos de reação à idade média e a partir deles elaborou os seus, deduziu consequências extremas que ficaram até então escondidas e dissimuladas (cf. PANELLA, 1943, p. 33/34).

Embora Maquiavel e Guicciardini tenham sido os mais profundos e brilhantes expoentes do pensamento da ciência política do Renascimento, não

podem ser considerados como fenômenos isolados, porque desenvolveram conceitos políticos e históricos pensados de maneira comum por um grupo de escritores florentinos. Nesse período a razão é a palavra-chave sendo que nele, conforme observou Burckhardt, “todos os fenômenos da vida se submetidos ao exame da razão” (GILBERT, 1964, p. 7; 79).

Na Florença renascentista, a razão era vista como uma vela, como uma luz, e o sentimento da necessidade da razão era muito insistente e apaixonado. Não estamos falando, por certo, do sol iluminista do *settecento*, mas possuía muita importância. A razão era valorizada também porque revelava os limites dela mesma, porque através dela ficava demonstrado a visão irracional que os florentinos possuíam sobre o mundo histórico, que podem ser chamadas de contra-forças ao mundo da razão, com nomes diversos: “Necessidade, Fortuna e Deus” (cf. GILBERT, 1964, p. 95- 96). Nesse mesmo sentido, Bignotto: “os florentinos, para nomear essa força invisível, recorriam aos termos da tradição: fortuna, necessidade, providência” (1991, p. 71).

Embora Maquiavel estivesse inserido no período renascentista italiano, dominado pelo Direito medieval em grande medida, é de conhecimento notório que ele possuía grande admiração pela cultura romana antiga. Isso faria dele também um admirador do Direito romano? Maquiavel reproduz o Direito romano em seus escritos, adotando suas premissas, portanto a resposta é positiva. Prova disso está na constante utilização por ele de que as armas e as leis fundamentam os estados - Direito escrito e codificado no *Corpus Juris Civilis* de Justiniano. Ao fazê-lo sustenta uma alegação originária do Direito romano.

Questiona-se: se o fim do império romano não acabou com o Direito romano, o fim da Idade Média teria acabado com o Direito medieval? Poderia estar Maquiavel filiado ao Direito do período medieval? Seus escritos relacionados ao Direito estariam sob a influência desse Direito? Mesmo historicamente sendo determinado o fim da idade média em 1453¹⁴⁵, o Direito medieval continuou produzindo efeitos e sendo aceito, considerado vigente e

¹⁴⁵ Ressalta-se que a periodização da história é um marco posterior a Maquiavel. “A periodização foi elaborada no século XIX para atender aos interesses da escola burguesa e moldar o pensamento dos jovens estudantes, para quem aquela História era produzida” (ABUD, 2011, p. 170).

efetivo para além desse período. Isso se dá, porque o Direito é um elemento cultural, e como tal, não se altera de maneira abrupta, repentina, obedecendo a marcos históricos. É preciso tempo para que as modificações possam ocorrer e nesse movimento histórico e cultural, avanços e retrocessos podem não ficar tão claros quanto se supõe.

Afirma-se assim, que o Direito no período do medievo retomou muitos conceitos e princípios romanos, inclusive reproduzindo-os em Bolonha na Glosa. Pode-se afirmar assim, que Maquiavel sofreu triplamente a influência do Direito romano: a primeira através da educação humanista que recebeu em casa, que colocava na justiça certa centralidade. Além do que, essa educação colocou Maquiavel contato com os antigos, que tratavam sobre a civilização romana, mencionavam o direito romano, porque este disciplinava o modo de vida romano; a segunda através das atividades de secretário junto à chancelaria florentina, com forte tradição jurídica, e por fim do próprio Direito medieval, presente no renascimento italiano, que resgatou o Direito romano.

Não há como se ignorar toda a tradição jurídica que antecedeu Maquiavel, porque ela se reproduzia e se apresentava no tempo dele ainda como uma tradição viva. Estudiosos¹⁴⁶ defendem que “o entendimento de Maquiavel só pode ser subordinado ao conhecimento de toda a tradição jurídico-político anterior” (SARTORELLO, p. 139). Segundo Sartorello, são importantes os estudos de Pasquale Stanislao Mancini¹⁴⁷, porque este “toca no coração da controversa questão maquiaveliana, vale dizer, as complexas relações entre moral, política e Direito” (SARTORELLO, 2013, p. 136). “Mancini extraiu que a principal questão posta pelo florentino era toda compreendida e explicável na problemática relação entre política e Direito” (SARTORELLO, 2013, p. 139).

O entrelaçamento dos temas da política e do Direito em Maquiavel é ressaltado também por Maria Isabel Limongi que lembra que a separação entre eles inexistia tanto para Maquiavel, quanto para seus contemporâneos. A análise era feita de maneira conjunta e não contrastante: “esse contraste

¹⁴⁶ Dentre eles, Pasquale Mancini em *Maquiavel a sua doutrina Política* (cf. SARTORELLO, 2013, p. 139 - nota de rodapé número 155).

¹⁴⁷ “O ensaio Mancini [...] merece ser lembrado como uma das mais penetrantes interpretações que o pensamento de Maquiavel formulou no Renascimento” (SARTORELLO, 2013, p. 136).

justamente não está no horizonte da ciência civil de Maquiavel, que a pensa, como seus contemporâneos, como uma norma ao mesmo tempo política e jurídica” (LIMONGI, 2018, p. 573).

Defendemos que a presença do Direito, ao tempo de Maquiavel, não se dava apenas quando o tema abordado era a política. Isso acontece tanto nas obras literárias do próprio Maquiavel¹⁴⁸, como também com outros pensadores, como no caso de Dante¹⁴⁹. Isso porque “a cultura dos primeiros séculos da literatura italiana é essencialmente uma cultura jurídica, como pode ser constatado não apenas na obra de Dante Alighieri, patrono da língua italiana, como também em outros pensadores”¹⁵⁰ (SARTORELLO, 2013, p. 23).

Assim, Dante se “refere em alguns lugares ao *Corpus Iuris Civilis*”, porque não dá para pressupor que “Dante permaneceria estranho àquele grandioso fenômeno cultural, espiritual e político constituídos pelo florescer dos estudos romanísticos que começa com os ensinamentos de Irnerio na escola de Bolonha” (CANCELLI, *apud* SARTORELLO, 2013, p. 23). Assim, “na Itália de Dante a tradição teológica, jurídica e política estão intimamente entrelaçadas umas as outras” (SARTORELLO, 2013, p. 23).

Seria impróprio designar que Maquiavel é apenas influenciado pelo Direito romano ou pelo medieval, quando o próprio Direito não possuía bordas limitantes precisas que pudessem classificá-lo hermeticamente em um determinado tempo. Para comprovar tal afirmação, basta a constatação da retomada do Direito romano no medievo, e a continuidade do Direito medieval no renascimento. O Direito é produto humano que sofre as influências das eras, que se contrai e se expande, sem preocupações com marcos temporais.

Embora não seja esse o objeto dessa investigação, fazemos questão de ressaltar que Maquiavel teria muito a contribuir para a compreensão do Direito. As contribuições que o pensador fez sobre a relação tênue entre política e Direito são muito notórias e perpassam suas obras. Quagliani afirma essa relação próxima de Maquiavel com a linguagem do Direito: “a língua da

¹⁴⁸ Como se verá no capítulo V

¹⁴⁹ Maquiavel era leitor de Dante.

¹⁵⁰ Dentre esses pensadores, SARTORELLO cita: “Bonaggiunta Orbicciani, Guido Guinizelli, Lapo Gianni, Iacopone da Todi, Cino da Pistoia e Brunetto Latini” (2013, p.23).

jurisprudência, em relação à Maquiavel, é a língua na qual o Direito fala à Maquiavel, tanto quanto a língua na qual Maquiavel fala ao Direito” (2016, p.17).

Tanto as obras de chancelaria, quanto àquelas escritas por encomenda, quanto às literárias, envolvem política e Direito – relação que muitas vezes se confundia, tendo em vista que o Direito regulamentava a política (regras eleitorais; quóruns de votações; vagas representativas reservadas para determinadas artes; tempo de permanência nos cargos públicos, rotatividade do poder; etc), mas também era por ela afetado. Isso porque a instabilidade política do período (invasões, dominações, conspirações, pilhamentos, assassinatos, etc) repercutiam no Direito. A qualquer momento cidade poderia ser invadida e dominada, e com isso, todas as suas leis poderiam ser aniquiladas, com a subjugação do povo. Isso sem contar que as estruturas políticas pensavam e organizavam aquelas jurídicas.

Essa relação dialética entre política e Direito constitui todo o núcleo do pensamento de Maquiavel. Nesse sentido, os esforços daqueles que se dedicam ao estudo do Direito em Maquiavel se voltam para a relação íntima que o tema possui com a política. Entretanto, o estudo do pensamento de Maquiavel, sob o âmbito da relação entre política e Direito, é negligenciado na própria filosofia política e muito mais no Direito.

Exemplificativamente, segundo David Roth-Isigkeit *et al*, “os advogados internacionalistas podem aprender muito lendo Maquiavel”, embora “eles, aparentemente, não tenham visto muitos motivos para se envolver com seu pensamento”. Um dos motivos pelos quais há esse desprezo em relação ao pensamento do florentino acerca do Direito deve-se ao fato de que se ignora a unidade de seu pensamento. Isso porque, quando há “interpretação baseada na unidade de seu pensamento, Maquiavel não se revela o pensador imperial da guerra e da violência sem escrúpulos” (2017, p. 1). De maneira contrária, “o foco progressivo de Maquiavel na unificação de diversas comunidades políticas por meio da lei permite uma reconceituação de seu pensamento” (ROTH-ISIGKEIT *et al*, 2017. p.1).

A associação feita ao longo dos séculos, de Maquiavel como defensor da força, da violência e do desrespeito às normas, o afastou dos estudos

jurídicos. Merleau-Ponty afirmou que Maquiavel era contra a violência (cf. MERLEAU-PONTY, 1991, p. 237), embora tenha sido o pensador associado ao uso da violência. Sabemos que em sua atividade profissional, como secretário, teria muito mais a ensinar sobre relações diplomáticas aos estudiosos do Direito internacional, do que sobre o uso da violência. Se considerarmos o fato de que era um republicano, e como tal, a lei e o Direito ocupavam posição central, sua importância ganha ainda mais dimensão. Ocorre que essa visão conjunta do pensamento de Maquiavel é pouco difundida entre os estudiosos do Direito, muitos dos quais o conhecem apenas pelo adjetivo pejorativo (maquiavélico) ou por ser o autor do *O príncipe*.

Ocorre que, na medida em que se compreende o pensamento de Maquiavel de um modo unitário e a ele se dá certa sistematicidade, verifica-se que pode ser lido também sob o aspecto “da lei como construção política” (ROTH-ISIGKEIT *et al*, 2017. p.2). Isso porque, ao abordar o tema do Direito, Maquiavel consequentemente o fazia de maneira prática e paralela às questões relacionadas ao governo, às questões administrativas e ao controle político. Segundo o entendimento de Roth-Isigkeit *et al*, Maquiavel trata constantemente das “técnicas de governança”, que seriam “meios disponíveis para servirem à duração de um estado, para estabelecerem conexões entre as raízes populares e a estabilidade através da produção de uma unidade muito concreta” (2017. p.7).

A lei funcionaria para Maquiavel como uma dessas “técnicas de governança”, na verdade, “ao conjunto de técnicas de governança pertencem às leis” (ROTH-ISIGKEIT *et al*, 2017. p. 7). Assim, além das leis, pertencem também às técnicas de governança a religião, a força, a até mesmo a violência, quando isso for necessário (caso de guerra, por exemplo) e todas têm como objetivo manter a estabilidade do corpo político a fim de garantirem a liberdade. Isso porque, para se garantir a estabilidade, se faz necessário um “conjunto de técnicas”, dentre as quais “lei e religião constituem as ferramentas técnicas mais importantes” (cf. ROTH-ISIGKEIT *et al*, 2017, p. 7).

Como faz Roth-Isigkeit *et al*, ao analisar a presença do Direito em Maquiavel, classificando a lei como uma técnica de governança, coloca-se o Direito dentro da política, como um instrumento primário de trabalho do

pensador. Em contrapartida, a política também está dentro do Direito, quando este último estabelece normas regulamentares sobre a atividade política, como, por exemplo, as regras eleitorais.

2 A PRESENÇA DO DIREITO NA ATIVIDADE PRÁTICO-PROFISSIONAL: MAQUIAVEL E A CHANCELARIA FLORENTINA

Conhecer os escritos de chancelaria de Maquiavel se torna importante na medida em que nos apresenta o pensador em suas atividades habituais, laborativas, em sua ocupação diária, resolvendo questões relacionadas à vida política de sua cidade. Isso contribui para a compreensão de seu pensamento sob outro viés, porque mostra um Maquiavel despreocupado com outras questões, exceto aquelas relacionadas às funções que desempenhava em sua atividade prática-profissional, com a qual visava em última instância, à liberdade de Florença.

Os escritos denominados como de chancelaria são aqueles produzidos por Maquiavel em razão da atividade profissional que desempenhou junto à chancelaria florentina, atuando como segundo secretário, como secretário das Magistraturas dos Nove e dos Dez – funções ocupadas por ele de maneira cumulativa. Nessas condições, escrevia documentos oficiais com os mais diversos conteúdos, endereçados aos seus dirigentes de Florença, ou a quem lhe fosse determinado fazê-lo. Destaca-se que são escritos sem outros objetivos, exceto aquele de bem desempenhar seu ofício. Não há dedicatórias ou encomendas. Pode-se dizer que neles estava somente um prático da política, um funcionário república florentina no exercício das funções.

A segunda chancelaria florentina foi criada em 1437 – com tradição história de pouco mais de sessenta anos, antes de Maquiavel ocupá-la em 1498. Nela, desempenhava duas funções: “a posição oficial de Maquiavel lhe trazia dois tipos de deveres”. O primeiro deles referente às “correspondências relacionadas à administração dos territórios de Florença”. Nessa atividade dedicava-se à ‘responder essas correspondências e também atuar como “um dos seis secretários do primeiro chanceler” (SKINNER, 2012, p. 16). Ocorre que ao desempenhar essa função acabou por receber a segunda: “em breve recebeu a tarefa adicional de atender ao conselho dos Dez” (SKINNER, 2012, p. 16).

Foi a partir de “15 de junho de 1498¹⁵¹, quando aos 29 anos” (VIVANTI, 2016, p. 19) Maquiavel iniciou suas atividades como Secretário da república florentina. Nos escritos de chancelaria, como se verá¹⁵², conjuga as experiências que teve com a leitura dos antigos e aquelas práticas, resultantes de seu trabalho. As funções desempenhadas por Maquiavel junto à segunda chancelaria de Florença, “não eram bem definidas”, ou não poderiam ser chamadas exatamente de bem delimitadas. Isso porque, muitas vezes, as funções de primeiro secretário (chamado de chanceler) e de segundo secretário (chamado de secretário) se confundiam. Em relação às atividades atribuídas à primeira chancelaria, ocupada à época pelo seu titular “Marcello Virgilio di Adriano Berti”, este era “seguramente”, conforme Corrado Vivanti, “mais importante o titular”, quando comparada ao Segundo Secretário (VIVANTI, 2016, p. 26).

Em tese, as duas chancelarias de Florença possuíam atribuições específicas. O trabalho era dividido: “enquanto a primeira chancelaria se ocupava dos negócios externos, a segunda estava, sobretudo, encarregada dos negócios internos e da condução da guerra”. Entretanto, essa “divisão do trabalho” e as funções desempenhadas por cada uma, na prática, “não eram bem definidas”, assim como “as funções de Maquiavel” (VIVANTI, 2016, p. 26/27).

Essa divisão de tarefas, em nosso pensar, fez com que Maquiavel dedicasse muito de sua atividade profissional às questões militares, da guerra e da importância das armas - eis que caberia à secretaria em que atuava tratar desses temas. Em contrapartida, essa permeabilidade entre os assuntos da primeira e segunda chancelaria, fez com que Maquiavel se ocupasse também da temática externa, atuando em missões diplomáticas e em temas que seriam da primeira chancelaria.

A divisão um pouco confusa do trabalho dentro das chancelarias florentinas, somada aos temas variados que foram abordados nos escritos do período, levaram alguns estudiosos ora a classificá-los como de chancelaria,

¹⁵¹ Maquiavel teve uma candidatura fracassada meses antes de se tornar Secretário (cf. GUIDI, 2009, p. 124-125).

¹⁵² Falo especificamente do binômio leis e armas que estava presente no Direito romano, compilado no *Corpus Iuris Civilis* de Justiniano.

ora como de diplomacia, sem mencionar muitas vezes a diferença entre eles. Essas expressões, não raramente, são utilizadas como sinônimas para designar os escritos do período que Maquiavel atuou na chancelaria. Defendemos que seria intuitivo afirmar - obedecendo à divisão do trabalho - que os escritos de chancelaria seriam aquelas atinentes ao desempenho das atividades de guerra e aos assuntos internos da república de Florença (pertencentes à segunda chancelaria). Já os escritos de diplomacia seriam aqueles relacionados à participação de Maquiavel nas missões diplomáticas da República, às missões externas (aquelas atinentes à primeira chancelaria).

Entretanto, essa diferenciação não é mencionada pelos estudiosos e assim, até mesmo essa classificação, que poderia esclarecer, poderia acabar por confundir. Dessa forma, como se trata de uma questão de categorização, não nos parece que seja essencial – para se compreender seu conteúdo – estabelecer diferenças entre o que seriam “escritos de chancelaria” e o que seriam “escritos de diplomacia”. Interessa-nos apenas mencionar a existência dessas duas designações, a fim de esclarecer sobre o que trataremos.

Como todos os escritos aqui são do tempo em que o pensador esteve à frente da segunda chancelaria os designaremos como escritos chancelaria, independente do conteúdo deles - se tratam de assuntos internos ou externos. Essa forma de classificar nos parece ser mais adequada para esta investigação, visto que nesse momento é indiferente e pouco construtivo para o trabalho, debater se os escritos são resultantes das missões diplomáticas ou não.

Assim, como nosso objetivo consiste em encontrar a presença do Direito em Maquiavel, através dos temas e da linguagem jurídica, pouco ou nada, importaria se são textos escritos durante o desempenho de atividades internas ou externas. Com isso, quando denominamos escritos de chancelaria, nos referimos a todos os escritos do período que Maquiavel atuou junto à segunda chancelaria florentina.

Os afazeres como segundo secretário (a atribuição de chanceler para Maquiavel não é adequada, visto que somente seria destinada à primeira chancelaria) fizeram com que Maquiavel não apenas aparecesse como homem público (porque desempenhava função pública) através das cartas e demais

documentos administrativos que escreveu, como também que se tornasse conhecido. Isso porque “pode parecer curioso que, de Maquiavel, saibamos muito pouco até 15 de junho de 1498¹⁵³” (VIVANTI, 2016, p. 19).

A entrada de Maquiavel para o serviço público florentino fez com o pensador se ocupasse dos problemas da gestão da cidade, com “os problemas corriqueiros da república”. Isso resta evidenciado nas correspondências denominadas de “escritos políticos de ocasião”. Neles, expunha seu modo de pensar e arguir e “desenvolia considerações de caráter geral” (VIVANTI, 2016, p. 28). Maquiavel “dedicou-se intensamente a essa atividade, e os resultados, na verdade foram notáveis” (VIVANTI, 2016, p. 55). Inegavelmente, a chancelaria contribui para a formação de Maquiavel. O pensador não cursou universidade, não possuía títulos acadêmicos¹⁵⁴ “nem o pai se preocupou com a formação do filho, nem o filho quis se tornar um doutor: além disso, o dinheiro talvez tenha faltado”. O próprio Maquiavel reconheceu sua origem humilde: “nasci pobre¹⁵⁵ e primeiro conheci dificuldades em vez de amenidades” (RIDOLFI, 2003, p. 20). Como não teve condições¹⁵⁶ de cursar uma universidade, Maquiavel teve na prática de chancelaria uma formação.

¹⁵³ Data que foi nomeado para a Segunda Chancelaria de Florença

¹⁵⁴ “Maquiavel, com uma educação recebida, sobretudo, privativamente, sem títulos acadêmicos” (GUIDI, 2009, p. 103).

¹⁵⁵ A origem pobre de Maquiavel fez com que sua atividade profissional na chancelaria fosse de certa maneira ameaçada. Em 28 de dezembro de 1509, o amigo e subordinado de Maquiavel junto à Chancelaria de Florença, Biagio Buonaccorsi, escreveu alertando-o de que “oito dias antes, um homem com rosto coberto apresentara-se aos magistrados para denunciar que ‘por seres nascido de pai etc., não poderias de modo algum exercitar o ofício que ocupas. É provável que o acusador anônimo se referisse ao fato de Bernardo, pai de Nicolau, ser considerado devedor insolvente do município, o que vetava a seus filhos o exercício de cargos públicos” (VIROLI, 2002, 131). Entretanto, “como o próprio Biagio se apressou a enfatizar, as leis e os precedentes estavam ao lado de Maquiavel” (VIROLI, 2002, p. 132).

¹⁵⁶ “de fato, não pode completar seu ciclo de estudos, indo à Universidade, devido ao fato de que sua família era incapaz de pagar os elevados custos que isso comportava” (GUIDI, 2009, p. 120). Lembra Guidi, que “o estudo era muito caro. Francesco Guicciardini, por exemplo, dispendeu 26 ducados de ouro pelo seu doutorado em Direito civil” (2009, p. 120, nota de rodapé número 200).

2.1 O conhecimento jurídico e a chancelaria florentina

Ingressamos em um ponto fundamental para a compreensão da importância que o Direito tinha para aqueles que desejavam ocupar os cargos de chancelaria na república florentina. Como visto no capítulo anterior, no item sobre o Humanismo,¹⁵⁷ as regras chanceleresca exigiam que os pretendentes aos cargos recebessem educação humanista. Para isso, a escolha também se pautava na valorização do conhecimento jurídico pelo candidato. Antes de Maquiavel, as profissões de jurista ou notário eram exigidas para se ocupar os postos junto à chancelaria. Isso porque em Florença, através dos tempos, para efetivamente se exercer as atividades de poder, deveria dominar “a arte dos juízes e notários”, que, como o próprio nome sugere, “compreendia apenas dois e bem distintos grupos profissionais, aquele dos juristas e dos notários” (SARTORELLO, 2013, p. 155).

A distinção entre as categorias de juristas e notários estava no fato de que “somente aos primeiros cabia os importantes títulos de *messer* ou *dominus*, enquanto que para o outro competia aquele menos socialmente elevado de *ser* com o qual, às vezes, eram nominados também os sacerdotes” (SARTORELLO, 2013, p. 155). Ter formação jurídica tratava-se de uma exigência para ocupar a chancelaria “a primazia para o efetivo exercício do poder possuído no curso da história da república florentina ‘a arte dos juízes e dos notários’” (SARTORELLO, 2013, p. 21).

Ser juiz ou notário em Florença aumentava significativamente as chances de pertencer à “corporação da qual a administração daquela república retirava com certa frequência os seus chanceleres” (SARTORELLO, 2013, p. 21). Assim, aqueles que atuavam junto às secretarias florentinas “eram sempre notários especialistas nas ciências jurídicas e na retórica, cujos mandatos eram frequentemente renovados automaticamente” (SARTORELLO, 2013, p. 110).

A valorização dessa corporação dos juízes e notários “sofreu uma enorme influência durante todo o período da senhoria dos Medici”, porque enaltece-la e dela retirar seus chanceleres, se tratava de um desejo da classe

¹⁵⁷ Vide item 1.5.1

aristocrática da época. Pertencer à corporação dos juizes e notários “representava uma passagem obrigatória para as famílias emergentes que após enriquecerem depois de duas ou três gerações com o comércio da lã e da seda, ambicionavam ‘buscar um nome na política’” (SARTORELLO, 2013, p. 21). No período em que Maquiavel se candidatou para ocupar o posto de secretário junto à Segunda Secretaria, não era mais exigida a formação de notário – que assim como a de jurista, Maquiavel não possuía.

Acredita-se que desde o primeiro mandato de Leonardo Bruni¹⁵⁸ (1370-1444), a norma que exigia tais formalidades já havia sido derogada, porque o próprio Bruni era jurista, mas não era notário: “se acreditava que mesmo antes do primeiro mandato de Bruni (precisamente de 29 de dezembro de 1410 a 7 de abril de 1411) já havia sido derogada a norma estatutária, sendo Bruni jurista, mas não notário” (SARTORELLO, 2013, p. 111,- nota de rodapé número 36).

Entretanto, somente no ano 1483, é que formalmente, se deixou de exigir a obrigatoriedade da inscrição na corporação dos juristas e notários daqueles que se candidatavam à chancelaria, através de uma “importante provisão de 28 de novembro de 1483” que “delineava em poucas linhas os contornos e características essenciais” para ocupar a chancelaria, na qual constava que a “inscrição na Arte” dos juristas e notários “não constituía mais um pressuposto inderrogável” (SARTORELLO, 2013, p. 111-112).

Muitas dessas reformas na Chancelaria se devem a Bartolomeu Scala¹⁵⁹, chanceler no ano de 1483 e amigo¹⁶⁰ do pai de Maquiavel, Bernardo. Embora Scala tenha realizado apenas as mudanças legislativas formais que

¹⁵⁸ “sua obra foi fundamental na consolidação do discurso republicano do século XV. Seus escritos foram variados e muitas vezes ambiciosos, como em particular *História de Florença*, que fixou novos parâmetros para a historiografia da época. Nem sempre, é verdade, suas obras foram originais ou conseguiram um nível de formulação teórica comparável, por exemplo, aos trabalhos de Maquiavel” (BIGNOTTO, 2021, p. 115).

¹⁵⁹ Sobre Scala: “possuía uma sólida cultura jurídica. Scala estudou Direito (*legge*) em Florença [...] a data que recebeu o grau de doutor não é conhecida”, mas já era qualificado como jurista em 1454, em que já era conhecido como um perito em Direito (*iusperitus*), sendo que em todos os documentos oficiais a ele é atribuído o título de *Messer* o que confirma o reconhecimento de seus conhecimentos acadêmicos como jurista (cf. SARTORELLO, 2013, p. 114-115).

¹⁶⁰ “Foi Felix Gilbert e Sergio Bertelli que prestaram atenção nessa familiaridade declarada por Scala a Bernardo Maquiavel, pai do futuro Secretário Florentino” (SARTORELLO, 2013, p. 115).

dispensavam a formação como notário e jurista para ocupar o posto junto à chancelaria, tendo em vista que desde Leonardo Bruni, de fato, não se exigia isso, muito da eleição de Maquiavel ao posto de Secretário é atribuído à Scala (cf. SARTORELLO, 2013, p. 112; 115; 117). Sendo que “Scala era um político de sólida formação jurídica” e Bernardo Maquiavel “era um jurista de profissão” (SARTORELLO, 2013, p. 117).

Para além dessas diferenças, Bernardo Maquiavel e Bartolomeu Scala, possuíam ainda outra: o modo de ver interpretar a lei, tendo em vista que possuíam teses opostas. É o que nos indica Sartorello: “teses dependentes de uma diversidade profunda no modo de interpretar a natureza da lei”. Isso porque, “para o jurista de profissão, Bernardo”, a lei “possuía sempre um princípio divino e por isso imutável”, enquanto que “o especialista chanceler sustentava ser perfeitamente atribuível à dimensão humana e, conseqüentemente, sujeita a continuas adaptações” (2013, p. 118).

Abrimos aqui um parêntesis sobre o conceito de lei em Maquiavel. Ele se aproxima do de Scala ou do seu pai Bernardo? Para nós não resta dúvidas de que com o de Scala. Por tudo o que foi visto até aqui, Maquiavel via a lei como um produto humano, sem qualquer influência divina. O mais próximo dos elementos teológicos que ele chegava, era da religião, como instrumento que tornava a obediência civil à lei possível, em uma análise completamente desvinculada de elementos divinos.

Além disso, Maquiavel que reconhecia a mutabilidade das coisas humanas, não enxergava na lei um caráter divino perene, imutável. Isso porque as perturbações que a acometiam a república de Florença, ao seu tempo, talvez tenham sido o grande incentivo para que o pensador refletisse sobre o tema das leis, e o imperativo delas se modificarem de acordo com a necessidade. Isso porque “foi a República a qual ele pertencia o primeiro objeto de seus cuidados. Deplorando vê-la aviltada por leis fracas e ineficazes” (BALDELLI, 2014, p. 132). As leis da Florença de Maquiavel eram ineficazes porque não conseguiam contemplar toda a instabilidade política daquele tempo. Para Bignotto, as leis “só podem ser eficazes quando se mostram capazes de traduzir no plano jurídico as mutações constantes que afetam as sociedades humanas” (1991, p. 99).

Maquiavel sabia que as leis precisavam acompanhar as transformações sociais e políticas de Florença de seu tempo, para serem eficazes. Nesse sentido, compreendemos que Maquiavel compartilha do pensamento de Scala sobre o tema da lei – percebendo-a como fenômeno humano mutável – e não como algo com algum conteúdo divino imutável – como pensava seu pai Bernardo. A lei deveria ser eficaz e contemplar as transformações que a cidade passava para ter eficácia. Isso porque “Para Maquiavel, a ‘boa lei’ não é a que foi enunciada nos tempos imemoriais, mas aquela que restitui o sentido do que os homens acreditam ser a fundação primeira de uma cidade” (BIGNOTTO, 1991, p. 113).

Destaca-se que embora Maquiavel deposite muita relevância na função da lei para se manter uma república livre, ele “querendo prosseguir a inteira reforma do sistema político da sua República, verificou o quanto as boas leis são inúteis se não são defendidas das agressões externas e internas (BALDELLI, 2014, p. 135).

Fechando o parêntesis aberto, retomamos aos requisitos para ocupação dos cargos na chancelaria de Florença. As modificações das exigências retratam uma alteração da sociedade a qual pertencia Maquiavel. As transformações sociais pelas quais Florença passava, refletiram na ausência de exigência da formação como notário para aqueles que desejavam atuar nas Chancelarias. Isso porque “daquele momento em diante, de fato, somente o próprio autônomo Direito de legislar teria caracterizado as cidades-estados italianas e não mais a concessão de uma autoridade particular concedida por quem governa ao notário” (GUIDI, 2009, p. 49).

Guidi indica que o ocupante da chancelaria por não mais possuir autoridade discricionária dada pelo governante, nada poderia decidir por si e por isso, os conhecimentos jurídicos não seriam mais indispensáveis. Os ocupantes dos cargos passaram a estar vinculados e subordinados às decisões legislativas de sua cidade ou comuna. Assim, dispensava-se a exigência de ser notário ou jurista, eis que sua atividade passaria a ser vinculado apenas ao cumprimento da lei – previamente determinada, sem autonomia decisória (cf. GUIDI, 2009, p. 49).

Sartorello chama a atenção para o fato de que para ocupar o posto dos “ofícios políticos” em Florença, não era preciso a formação “escolástica universitária” que era “tradição mais comum das instituições e da sociedade” e nisso a chancelaria florentina “se distanciava” (cf. SARTORELLO, 2013, p. 21). O que se exigia, principalmente daquele que ocupava a segunda secretaria, era que fosse “um homem prático e um representante direto do governo” porque ele deveria gerir a “política externa e as tarefas do exército”. Àquele que ocupasse a primeira secretaria seria reservado certo “prestígio cultural e literário” porque ele deveria redigir a correspondência (cf. GUIDI, 2009, p.48).

Não havia, portanto, ao tempo de Maquiavel, exigências de que aquele que ocupasse as secretarias possuísse conhecimentos jurídicos-notariais. Entretanto, havia outra “importante competência” que também era requisitada para aquele trabalho: “ser especialista na arte ditar” (SARTORELLO, 2013, p. 106), visto que a atividade junto à Chancelaria exigia que “ditassem cartas da embaixada” (SARTORELLO, 2013, p. 107). No caso da segunda secretaria ocupada por Maquiavel, a ausência da exigência da atividade como notário ou jurista, não se deu porque esses conhecimentos não fossem importantes¹⁶¹ para o desempenho da atividade, ou porque a lei seria relegada. Ao contrário, esses conhecimentos foram dispensados porque já não se dava mais uma autoridade jurídica privada ao Secretário, que anteriormente era recebida do imperador para que tomasse decisões.

Passaram os secretários a se utilizar de uma autoridade legislativa pública, ampla e geral, a qual deveriam apenas cumprir. Isso faz com que o ocupante do cargo devesse, ele mesmo, ser submetido a essa autoridade legislativa, oriunda da vontade do povo florentino. Isso porque o segundo chanceler, de acordo com Guidi, era “um verdadeiro e próprio Secretário, para o qual a competência de notário não era de fato necessária” e referindo-se a Bartolomeo Scala antes de Maquiavel havia sido Secretário, afirma que “também Scala apelou ao Direito do povo florentino de emanar suas próprias

¹⁶¹ Tratando sobre o tema dos conhecimentos notariais dos chanceleres florentinos, Guidi: “os estudos notariais práticos de alguns deles, como é sugerido, eram uma condição necessária ao desenvolvimento de algumas das tarefas técnicas indispensáveis a uma chancelaria, mas ao mesmo tempo, não garantiam, de algum modo o acesso aos papéis executivos e diretivos da chancelaria florentina, que caracterizavam aquele ofício e que portanto, não poderia jamais ser dados a um candidato privado desse tipo de requisitos” (2009, p. 85).

leis” (2009, p. 50). E assim, dispensou-se, portanto, a exigência de formação jurídica para ocupação do cargo de secretário.

Durante o período em que atuou como secretário da Segunda Secretaria, Maquiavel também exercia a atividade de secretário da Magistratura dos Dez¹⁶². Isso porque, incumbia ao segundo secretário exercer também a secretaria dos magistrados dos Dez: “as missões mais delicadas a partir do final do *quattrocento* eram confiadas ao Secretário dos Dez e também, por tal motivo, o chefe da segunda chancelaria costumava se tornar o Secretário daquela Magistratura ou vice-versa” e que isso já era feito desde o tempo do “Gonfaloneiro Savonaroliano” (GUIDI, 2009, p. 90, 102), referindo-se ao governo do frade Jerônimo Savonarola.

Entretanto, com essa vinculação direta do Secretário às normas, se poderia crer que pouco espaço restaria para atitudes práticas, autônomas. Isso pareceu não valer para a atuação de Maquiavel. Guidi destaca que Maquiavel, enquanto Secretário deveria estar vinculado ao que decidia o Conselho da Magistratura dos Dez, mas que nem sempre agia assim. Em muitos casos agia por conta, desvinculado das decisões daquele conselho, apresentando-se não como mero executor de ordens.

Para exemplificar isso, Guidi cita a *Legazione al Duca Valentino* (*Legação ao Duque Valentino*¹⁶³) cuja releitura faz “com que se compreenda rapidamente, de fato, a propensão do Secretário por uma clara exposição de suas próprias teses” (2009, p. 150), em detrimento das decisões do Conselho. Na *Legação ao Duque Valentino*, Maquiavel afirma, ao escrever para os Magistrados dos Dez, que se comprometeu perante o Duque, contrariando os Dez que haviam emitido ordem para não se comprometer com nada.

Maquiavel atribuía-se uma capacidade ativa, segundo Guidi: “Maquiavel se expunha, em primeira pessoa e tomava decisões sem remorso, declarando

¹⁶² Os Dez, principalmente no biênico 1498-1500, os primeiros anos em que Maquiavel esteve na segunda Secretaria, praticamente monopolizaram a política externa florentina, condicionando o governo da República “utilizando o recente costume do uso do secretário deles como trâmite para as relações diplomáticas” (GUIDI, 2009, p. 90). O que os Magistrados dos Dez precisavam era que alguém que representasse “uma categoria no meio termo (*metà strada*) entre embaixador e funcionário interno: um agente político” (*grifo nosso*, GUIDI, 2009, p. 96). Essa função de funcionário “meio termo” entre embaixador e política era justamente aquela desempenhada por Maquiavel.

¹⁶³ Cesar Borgia.

explicitamente os seus juízos pessoais” (2009, p. 155). Isso porque “demonstrava uma autonomia de juízo e uma capacidade analítica muito além dos padrões gerais” (2009, p. 153). Guidi afirma que quando Maquiavel escreveu ao Conselho dos Dez, dizia como os magistrados deveriam proceder, mas como não poderia fazê-lo abertamente, porque estaria de certa maneira sendo presunçoso, disfarçava-se. Inclusive, Maquiavel solicita que os Magistrados não recebam a *Legazione* “nem como conselho, nem como presunção” (2009, p. 151).

Maquiavel, portanto, segundo Guidi, para evitar acusações de que estaria invertendo a hierarquia e dando ordens ao Conselho, ao invés de apenas executá-las, resolveu “mascarar-se atrás da retórica da afeição à pátria, mas na realidade se tratava de uma sugestão, de como conduzir as tratativas e sobre quais procedimentos adotarem” (2009, p. 150). Essa atitude ousada do Secretário pegou de surpresa os membros da Magistratura dos Dez, porque “talvez alguns membros dos Dez não esperavam que o Secretário deles tomasse atitudes pessoais como essa” (GUIDI, 2009, p. 151). Essa insubordinação de Maquiavel às decisões dos Dez resultou em uma manifestação do Conselho, no sentido de que Maquiavel atendesse somente ao que fosse determinado.

Devido a esse espaço para atuação discricionária, verifica-se que embora tenha sido dispensada a exigência outrora necessária da atividade como notário ou jurista para atuar na chancelaria, por se compreender que não haveria margem decisória, não é exatamente isso que ocorre – ao menos com Maquiavel. O pensador não teria demonstrado qualquer pudor em ele mesmo dar ordens disfarçadas de sugestão ao Conselho dos Dez – Conselho cujas decisões legalmente deveria apenas obedecer. Esse modo de agir indica que Maquiavel não estava muito preocupado com as questões hierárquicas.

Ele deveria seguir as decisões de sua cidade e não por ela decidir. Entretanto, essa ação parece estar de acordo com as teses que defende – dentre elas a de que ter flexibilidade e agir conforme a necessidade é a maior *virtù*. Nesse sentido, acredita-se que Maquiavel agindo de acordo com seus desígnios e decidindo diversamente do que determinava o Conselho dos Dez, muito provavelmente guiava-se pelo que acreditava ser a maior *virtù*. Além

disso, na prática era ele quem estava próximo às situações emergenciais e tinha conhecimento de informações privilegiadas, que o Conselho não tinha e por isso, deveria se sentir autorizado a agir de acordo com a necessidade.

Ressalta-se que, muitas vezes, os secretários em missão não conseguiam consultar o Conselho para decidir. Isso porque a comunicação se dava por cartas, que transportadas a cavalo por mensageiros da república, a depender da distância, levavam dias ou semanas para chegarem. Ocorre que as decisões não poderiam esperar o mesmo prazo de tempo. Muitas respostas eram exigidas no decorrer dos acontecimentos. Isso fazia com que sempre restasse uma margem decisória, por mais diligentes que fossem os conselhos nas previsões de atuação dos Secretários. Não haveria como se prever todas as situações as quais os representantes de Florença estariam submetidos e para cada uma delas determinar um modo de atuação. Certa discricionariedade era inerente à própria função do secretário que saía em missão e se dirigia a outros reinos, principados ou repúblicas, a fim de representar o interesse de sua cidade.

Os Dez da magistratura tratavam de questões políticas, mas a forma como elas eram exteriorizadas e a força de seu cumprimento era dada pelo Direito. Assim, Maquiavel desenvolvia uma atividade política, mas que estava vinculada juridicamente. Isso pode ser comprovado pelo conteúdo das correspondências oficiais que enviava. Nelas há muitas referências à disciplina, ao Direito e à justiça. Trata-se de elementos que estavam presentes na chancelaria antes mesmo de Maquiavel fazer parte dela, como parte da tradição da exigência de notários e juristas para o cargo.

Essa tradição jurídica era reproduzida por Maquiavel que a mantinha em suas correspondências de chancelaria, na linguagem utilizada nas cartas, na forma estrutural dos documentos e no conteúdo. A exigência por longos anos de que os chanceleres e secretários tivessem formação jurídica deixou uma tradição marcante na chancelaria florentina, tanto na forma quanto no conteúdo dos documentos oficiais. Isso porque, “desde os primeiros tempos passados na chancelaria o trabalho de redação dos Escritos de governo permitiam que Maquiavel se confrontasse constantemente com as problemáticas legais e administrativas do domínio e de seus habitantes” (GUIDI, 2009, p. 333). Assim,

a linguagem das correspondências oficiais utilizava o vocabulário jurídico e foi adotada como uma linguagem padrão na chancelaria muito antes de Maquiavel e também por ele.

Quando Maquiavel se tornou Secretário, passou a fazer uso daquela forma padrão de comunicação e assim reproduzia não apenas a forma das correspondências que possuíam um padrão jurídico de escrita, mas também o conteúdo presente em outras cartas escritas por outros secretários e chanceleres antes dele. Esses conteúdos possuíam temas afetos ao Direito, ao que era valorizado pelo Humanismo – tendo em vista a educação humanista exigida para ocupar os cargos junto à chancelaria, visto que se a formação jurídica era dispensável, a humanista se mantinha. Dentre os elementos jurídicos reproduzidos nos documentos de chancelaria, está a crença de que as leis e as armas são os fundamentos de todos os estados.

Segundo Guidi, a proximidade de Maquiavel com esse pensamento jurídico humanista, considerado “uma matriz cultural” das chancelarias “contribui para explicar a familiaridade do Secretário com certos componentes teóricos, típicos precisamente do Humanismo, que se encontram também em seus textos” (2009, p. 23). Dentre esses componentes, exemplificativamente está “a insistência sobre a questão da justiça e sua conexão com as armas” (2009, p. 23). Interessa a esse estudo, particularmente, essa afirmação que retoma as leis e as armas como fundamento dos estados e que é considerada como um componente típico da doutrina humanista. Nesse sentido, os escritos de chancelaria de Maquiavel constituem material investigativo sobre o que Maquiavel conhecia e o que reproduzia do Direito. É o que se passa a investigar.

2.2 A presença expressa do Direito nas obras de chancelaria

Maquiavel deixou muito material escrito no período em que esteve na chancelaria, eis que representar os interesses da cidade fora dela fazia com que tivesse que se comunicar com governo de Florença. Isso faz com que os escritos de chancelaria sejam muito numerosos e a vastidão de documentos

exija, por certo, limitação de acordo com o objeto que se visa investigar. Assim, essa pesquisa será restrita a somente alguns textos do período, aqueles em que compreendemos que as questões relacionadas ao Direito tiverem maior relevância, ou que apareceram mais claramente.

Visando investigar como eram as chancelarias em Florença ao tempo de Maquiavel, conduzidos por comentadores como Guidi, concluímos que a “chancelaria florentina entre a metade e o final do século XV (*quattrocento*) parece envolvida em um processo geral de modificação, que leva a uma transformação da forma de administração” (GUIDI, 2009, p. 37). Assim, afastava-se a chancelaria florentina de modelos “tipicamente medievais” e passava “a novos métodos de gestão impressos em um maior e mais eficaz controle dos aparatos de governo” (GUIDI, 2009, p. 37). E é dessa chancelaria em processo de transformação que Maquiavel, atuando publicamente, escreveu os textos que passaremos a abordar sob o viés jurídico.

Guidi leu mais de seis mil cartas de chancelaria, despachos, escritos por Maquiavel em nome dos Magistrados dos Dez¹⁶⁴ e a outras magistraturas, para escrever *Un Segretario Militante* (cf. MARCHAND, *in* GUIDI, 2009, p. 13). O trabalho de análise das cartas de chancelaria realizado por Guidi é hercúleo: Um trabalho de excelência que não pode jamais ser negligenciado quando se propõe a estudar os escritos de chancelaria. Entretanto, os objetivos investigativos dessa pesquisa são bem mais modestos, limitados e restritos. Nosso olhar está voltado apenas para a questão da presença do Direito nesses escritos.

Assim, caberia descobrir o objeto de pesquisa e delimitá-lo para somente então iniciar a investigação. Para tanto, partiu-se da análise de todos os vinte e três¹⁶⁵ escritos de chancelaria constantes em *Tutte le opere* –

¹⁶⁴ “Detinham competência estritamente militar” (MARCHAND *in* GUIDI, 2009, p. 13) e possuía grande influência na política externa florentina.

¹⁶⁵ As obras são: - 1- *Discorso fatto al magistrato dei dieci sopra le cose di Pisa*; 2- *De rebus pistoriensibus*; 3- *Descrizione del modo tenuto dal duca Valentino nello ammazzare Vitellozzo Vitelli, Oliverotto da Fermo, il signor Pagolo e il duca di Gravina Orsini*; 4- *Parole da dirle sopra la provvisione del danaio, facto un poco di proemio et di scusa*; 5- *Del modo di trattare i popoli della Valdichiana ribellati*; 6- *Ai Palleschi*; 7- *Sommario delle cose della città di Lucca*; 8- *Minuta di provvisione per la Riforma dello Stato di Firenze l'anno 1522*; 9 - *[Frammento sulla riforma dello stato in Firenze]*; 10 - *Discursus florentinarum rerum post mortem iunioris Laurentii Medices*; 11- *Relazione di una visita fatta per fortificare Firenze*; 12 - *Provvisione per la istituzione dell'ufficio de' Cinque Provveditori delle mura della città di Firenze*; 13- *Allocuzione*

compilação que contempla de maneira organizada por Mario Martelli todas as obras de Maquiavel. Nessa obra, os escritos de chancelaria são denominados de *scritti politici minori* (escritos políticos menores) e abrem o sumário. Entretanto, embora nos compreendamos como devedores do trabalho de Martelli, pela brilhante compilação que realizou, não adotaremos a designação “menores” adotada por ele.

Isso porque, embora possa se referir ao volume das obras, entendemos que o uso da expressão “menor” pode dar margem a uma interpretação pejorativa ou equivocada de hierarquia com outros os escritos denominados de “maiores” - que não se pretende atribuir. Em contrapartida, por questão metodológica, utilizaremos a expressão “escritos de chancelaria” para designar os textos produzidos por Maquiavel no período em que atuou como secretário da república de Florença, entre 1498-1512.

Após a leitura atenta das vinte e três obras com o significativo auxílio da tradução realizada por Renato Ambrosio¹⁶⁶, encontramos nosso objeto de estudo, consistente em seis delas. A escolha se deu por critério objetivo: nelas há informações textuais expressas que nos remetem ao Direito. Desses seis escritos de chancelaria, três resgatam a fórmula escrita e codificada pelo Direito romano de que os estados se fundamentam nas leis e nas armas. São eles: *Palavras que devem ser ditas sobre a Provisão do Dinheiro com um pouco de proêmio e de Desculpas*¹⁶⁷; *Discurso sobre a Ordenação do Estado*

fatta ad un magistrato; 14 - *Giribizzi d'ordinanza*; 15- 1512 *La cagione dell'ordinanza, dove la si truovi, et quel che bisogni fare. Post Res Perditas*; 16 - *Provvisioni della repubblica di Firenze per istituire il magistrato de' nove ufficiali dell'Ordinanza e Milizia fiorentina, dettate da Niccolò Machiavelli*; 17 - *Consulto per l'elezione del capitano delle fanterie di ordinanza fiorentina*; 18- *[Sul modo di ricostituire l'ordinanza]*; 19 - *De natura Gallorum*; 20 - *Notula per uno che va ambasciadore in Francia*; 21- *Ritratto di cose di Francia*; 22- *Rapporto delle cose della Magna Fatto questo di 17 giugno 1508*; 22- *Discorso sopra le cose della Magna e sopra l'Imperatore*; 23 - *Ritratto delle cose della Magna* (cf. Sumário *Tutte le Opere*, 1971).

¹⁶⁶ Maquiavel. *Política e Gestão Florentina*. (Serie Ciências Sociais na Administração, Departamento de

Fundamentos Sociais e Jurídicos da Administração, FGV-EAESP). São Paulo: FSJ, 2010. Tradução e notas, Renato Ambrosio.

¹⁶⁷ Título original: *Parole da dirle sopra la provisione del danaio, facto um poco di proemio et di scusa*;

de Florença para as Armas¹⁶⁸ e Provisões da República de Florença para Instituir o Magistrado dos Nove oficiais da Ordenança e Milícia Florentina.¹⁶⁹

Esses três escritos de chancelaria supramencionados, além de trazerem expressamente o binômio leis e armas - princípio escrito e codificado desde a lei romana de Justiniano, nos mostram ainda um Maquiavel preocupado com muitas outras questões afetas ao tema do Direito. Por exemplo, nas *Palavras*, nota-se um Maquiavel preocupado com as questões tributárias, arrecadatórias da república Florença – tema que em tudo se relaciona com o Direito tributário¹⁷⁰ e com o cumprimento dos pactos entre governantes estrangeiros. Isso porque, diz respeito às relações internacionais do *jus gentium* Direito¹⁷¹, o Direito internacional, oriundo do Direito romano¹⁷².

¹⁶⁸ Título original: *La cagione dell'ordinanza, dove la si truovi et quel che bisognni fare post res perditas*

¹⁶⁹ Título original: *Provisioni della repubblica di Firenze per istituire il magistrato de' nove ufficiali dell'Ordinanza e Milizia fiorentina, dettate da Niccolò Machiavelli.*

¹⁷⁰ Lembrando que o Direito tributário é fortemente influenciado pelo Direito romano. “Curiosamente, o ‘fisco’, no Império Romano, era um cesto de junco, utilizado pelos soldados romanos para a arrecadação de tributos” (SABBAG, 2017, p. 36). Outro exemplo envolve o que se se denomina do princípio tributário do *non olet* (não cheira), que teve origem com o Imperador Tito Flávio Vespasiano (9-79 d.C.) Vespasiano é lembrado pelo diálogo que teve com seu filho Tito que questionou o pai sobre a tributação que instituiu sobre do uso dos banheiros públicos de Roma. Tito ouviu de Vespasiano que a pecúnia, o dinheiro, *non olet* (não cheira). Tito “indagando o pai sobre o porquê da tributação dos usuários de banheiros ou mictórios públicos na Roma Antiga, foi levado a crer pelo genitor que a moeda não exalava odor como as cloacas públicas, e, portanto, dever-se-ia releva todos os aspectos extrínsecos ao fato gerador, aceitando-se, assim, a tributação sobre aqueles que utilizavam tais recintos” (SABBAG, 2017, p. 176).

¹⁷¹ *Jus gentium*, ou Direito das gentes, se apresenta como um “Direito mais elástico e informal, com convém a uma sociedade que tende cada vez mais a tornar-se cosmopolita comercial”. Surgiu no denominado período do Direito Republicano em Roma “que se estende até os últimos tempos da República” (CRETELLA, 1998, p. 13). O “*jus gentium* tem um âmbito mais amplo, aparecendo quando Roma estende suas conquistas e entra em contato com outros povos. É um Direito comum a todos os povos – *gentes* – do vastíssimo mundo romano - *orbis romanus*” (CRETELLA, 1998, p. 26). O Direito romano das gentes era aplicado para todos os povos dominados pelos romanos, já o direito civil – o *Juris Civile*, também denominado de Direito quiritário (*Jus Quiritum*) era aplicado somente aos nativos de Roma, como uma espécie de estatuto peculiar do cidadão romano, “principalmente nas regras que derivam da religião” (cf. CRETELLA, 1998, p. 26).

¹⁷² Há disposições tanto no *Digesto*, quanto nas *Institutas* sobre o Direito das gentes, o que contemporaneamente pode ser entendido como o Direito internacional. As *Institutas* trazem vários dispositivos sobre as pessoas escravizadas, atribuindo o tema ao Direito das gentes, tendo em vista que a conduta era repetida em locais diversos de todo o mundo romano. No Título VIII *Dos que são sui juris* ou *alieni juris*, que trata das pessoas que estão “submetidas ao poder alheio”, dispõe: “§ 1º - sob o poder do senhor, acham-se os escravos e esse poder é do *Direito das gentes*, pois podemos observar igualmente em todas as nações que os senhores têm Direitos de vida e morte sobre seus escravos; e tudo aquilo que o escravo adquire é adquirido para seu senhor” (JUSTINIANO, *Institutas*, VIII, § 1º, grifou-se).

No *Discurso sobre a Ordenação* há preocupações de Maquiavel com a ordenação de um exército próprio para a cidade, prevendo punições para os soldados indisciplinados, além da necessidade de um magistrado designado para fazer cumprir as regras militares. Preocupa-se com as leis militares, que em tudo se relaciona com o Direito militar, também de origem romana. Conforme alerta Guidi, “há uma proximidade de alguns elementos da teoria política militar maquiaveliana com a *práxis* político-administrativa de escrivaninha da Chancelaria florentina” (2009, p. 20).

Nas *Provisões*, Maquiavel apresenta a proposta de criação de uma nova justiça em Florença, a magistratura dos Nove. Nele há todo o procedimento de escolha dos cidadãos para comporem essa magistratura, com competência para julgamento das questões militares. Nas *Provisões* encontramos um Maquiavel legislador que se ocupa dos requisitos mínimos para que alguém possa ocupar o cargo de magistrado; da forma de eleição, do período de ocupação dos cargos. Nessa obra, ainda, Maquiavel se preocupa com as questões do Direito político e de seus desdobramentos, como o Direito de participação, quóruns e as regras eleitorais.

Maquiavel em várias passagens dos escritos de chancelaria faz referência ao Direito. A forma como essas referências são realizadas não era, por certo, como um teórico ou filósofo do Direito. Vale repetir, Maquiavel não é um filósofo do Direito e não se tem aqui a pretensão de falsear a verdade e apresentá-lo como tal. Ele nunca se dedicou à análise de temas que envolvessem, por exemplo, o Direito natural, mas justamente ao contrário disso, sequer considerava essa possibilidade: “O pensamento político de Maquiavel implica, desde o princípio, a rejeição da ideia do Direito natural e, mais amplamente a recusa da filosofia política tradicional” (GOYARD-FABRE, 2002, p. 60).

Entretanto, embora não tenha Maquiavel se preocupado com questões sobre os fundamentos do Direito, ou da teoria do Direito, isso não pode constituir um impedimento para que se investigue e analise o tema da presença, ou do modo como o Direito se apresenta em seu pensamento. Isso porque a forma como Maquiavel aborda a temática jurídica nos escritos de chancelaria se dá através do cotejamento com as questões políticas, visto que

nos escritos de Maquiavel há muito sobre as relações de poder – tema que em tudo diz respeito ao Direito. Há outros textos de Maquiavel, do período de chancelaria, que embora não tragam o binômio leis e armas como fundamento de todos os Estados, acabam por trazer, em alguma medida, a presença do Direito. Tratam-se dos escritos políticos intitulados *Discurso proferido ao magistrado dos dez sobre a situação de Pisa*, de 1499; *Sobre a situação de Pistoia*¹⁷³ e *Descrição do modo adotado pelo Duque Valentino para matar Vitellozzo Vitegli, Oliverotto Pagolo e o Duque de Gravina Orsini*¹⁷⁴.

No *Discurso proferido ao magistrado dos dez sobre a situação de Pisa*, de 1499, que é considerado o seu primeiro escrito político, como se verá na sequência, Maquiavel trata da forma como Florença poderia retomar o domínio de Pisa e como isso seria importante para manter a cidade livre. Em *Sobre a situação de Pistoia*, Maquiavel traz regras escritas em uma espécie de regulamento contendo determinações sobre como as relações deveriam se dar em Pistoia, que estava sob uma espécie de intervenção florentina.

Na *Descrição do modo adotado pelo Duque Valentino para matar Vitellozzo Vitegli, Oliverotto Pagolo e o Duque de Gravina Orsini*, o próprio título traz a informação de que aborda circunstâncias que envolvem um crime de homicídio. Obedeceremos a ordem cronológica dos acontecimentos e iniciaremos à análise pelo *Discurso proferido ao magistrado dos dez sobre a situação de Pisa*, de 1499.

2.2.1 Discurso proferido ao magistrado dos dez sobre a situação de Pisa, de 1499

Nesse escrito, Maquiavel discorreu sobre como Florença poderia recuperar a cidade de Pisa, sua vizinha na Toscana, como condição para manter-se livre: “Visto que ninguém duvida que a retomada de Pisa é necessária, se quisermos manter a liberdade” (MAQUIAVEL, 2010, p. 31). Esse é considerado “o primeiro escrito político de Maquiavel”. No caso de Pisa,

¹⁷³ Título original: *De rebus pistoriensibus – Sommario de Pistoiesi 1502 Sommario della città*.

¹⁷⁴ Título original: *descrizione del modo tenuto dal duca Valentino nello ammazzare Vitellozzo Vitelli, Oliverotto da Fermo il signor Pagolo e il duca di Gravina Orsini*

Maquiavel discorre sobre como “o uso da força” poderia “trazê-la de volta para o domínio de Florença” (VIVANTI, 2016, p. 26). Isso porque, segundo se propõe Maquiavel existiriam apenas dois modos de se recuperar Pisa: ou entrega voluntária, ou o uso da força: “Examinarei então somente os meios que conduzem, ou possam conduzir a essa retomada, os quais me parecem ser ou pela força ou o pela vontade dos pisanos” (MAQUIAVEL, 2010, p. 31).

Embora afirme que a entrega voluntária de Pisa fosse o melhor meio, esse “modo seria o mais seguro e, portanto, o mais desejável, nós examinaremos se ele é viável”, não acreditava que a entrega voluntária poderia acontecer. Isso porque a entrega voluntária poderia ocorrer somente se os pisanos a entregassem, ou se algum senhor colocasse Pisa nas mãos de Florença. Conclui que por vontade própria, os pisanos não fariam: “Assim, se em tão calamitoso presente eles não flectiram o ânimo, não se pode, nem se deve, de jeito nenhum acreditar que por si mesmos venham voluntariamente para o vosso jugo” (MAQUIAVEL, 2010, p. 31). A entrega de Pisa por algum senhor que a detenha também não seria plausível, eis que se quem a ocupa o faz pela força, é capaz de assim mantê-la, e se quem a ocupa o faz pela entrega voluntária dos pisanos, não trairia a confiança deles:

devemos considerar que quem vier a possuí-la ou terá entrado na cidade chamado pelos pisanos ou pela força. Se ele aí tiver entrado pela força, não há nenhuma razão para que a conceda a nós, pois se ele foi capaz de ocupá-la pela força, será ainda mais capaz de mantê-la para si e preservá-la, pois quem quer que seja senhor de Pisa, não a deixará a outros com prazer. Se quem a possuir a tiver nela entrado pela vontade e chamado dos pisanos, baseando-me no recente exemplo dos venezianos¹, não me parece crível que houvesse alguém que traísse a confiança deles e, sob o pretexto de querer defendê-los, os atraísse e lhes desse a servidão (MAQUIAVEL, 2010, p. 31)

Dessa forma, restaria, portanto, somente a força como meio: “Assim, por essas razões, não se vê como Pisa, sem o uso da força, possa ser reconquistada” (MAQUIAVEL, 2010, p. 31). A dominação de Pisa por Florença interessava muito aos florentinos, porque significa ter acesso ao mar. O comércio marítimo ganhava no período ainda mais importância econômica para Florença, que demonstrava uma vocação comercial notória. Obter o domínio de Pisa por Florença foi algo tão importante para a cidade, e para o próprio

Maquiavel, que ele “considerou sua maior conquista quando suas forças retomaram Pisa de Veneza em 1509” (ROTH-ISIGKEIT *et al*, 2017, p. 3).

Nesse mesmo período do primeiro escrito político, Maquiavel também respondeu várias cartas, que continham acusações aos florentinos, esclarecendo situações e circunstâncias relacionadas à política da cidade. Pisa foi a primeira cidade que se rebelou contra Florença, mas depois dela “Maquiavel testemunhou a revolta de Pistoia, e sobretudo, de Arezzo e de toda a região ao redor do Val di Chiana” (VIVANTI, 2016, p. 37). A relação com Pisa ocupava o centro do pensamento político de Florença quando Maquiavel esteve na segunda chancelaria: “naquela época, quando Maquiavel assumiu o cargo, a maior preocupação que tinham os florentinos era a reaquisição de Pisa” (RIDOLFI, 2003, p. 39). Isso porque, desde que Pisa “se rebelou, com Carlos VIII” a chancelaria endereçava seus esforços “para reavê-la do Rei” (RIDOLFI, 2003, p. 39).

O desenrolar da batalha de Pisa tem bastante importância para se estudar o tema da presença do Direito em Maquiavel, porque ao analisar a forma como a batalha se deu, Maquiavel irá abordar o tema da aplicação da lei contra um suposto traidor. Em apertada síntese, com a ajuda de Viroli, podemos resumir os acontecimentos da seguinte forma: As tropas de Florença, comandadas por Paolo Vitelli, após decidirem atacar Pisa, recuam, quando estavam em posição favorável. A decisão foi tomada depois de muita hesitação por parte de Vitelli.

Quando boa parte do muro de Pisa estava destruída, e Florença estava prestes a vencer a batalha, Vitelli determinou o recuo das tropas, afastando-se da vitória: “a vitória parecia ser uma questão de dias ou talvez de horas, mas em vez disso, inexplicavelmente, Vitelli não ordena o assalto das infantarias, permitindo aos pisanos recobrar suas forças e sua confiança” (VIROLI, 2002, p. 60). Essa decisão de Vitelli custou-lhe a vida. Em Florença “toda a raiva foi canalizada contra Paolo Vitelli, que é acusado de ter sido corrompido pelo Duque de Milão para renunciar o ataque. Vitelli é preso, interrogado e torturado, mas não fala” (VIROLI, 2002, p. 60). A ausência de provas concretas contra ele - tendo em vista que não confessou a ação e que nenhuma outra

fora encontrada - não impediu que fosse condenado à morte “e decapitado em 1º de outubro de 1499” (VIROLI, 2002, p. 60).

Essa espécie de execução sumária (sem provas) de Paolo Vitelli foi muito discutida em Florença. O *Palazzo Vecchio* abrigou os debates sobre a aplicação ou não da pena de morte a ele. De um lado, suas ações que levantaram desconfiança de que havia se corrompido e traído Florença. De outro lado, a ausência de provas de que teria retirado as tropas do campo de batalha por esse motivo. Na dúvida sobre as provas do suposto crime praticado por Vitelli, sugeriram “acaloradas discussões” que se dividiam se “Vitelli deveria ser julgado segundo as leis ordinárias ou se a gravidade de seu crime merecia um castigo exemplar” (VIROLI, 2002, p. 61).

O que se sabe é que Maquiavel acompanhou a batalha de Pisa nas funções de secretário (havia ingressado na chancelaria um ano antes) e, segundo Maurizio Viroli, “Nicolau certamente participou dessas acaloradas discussões” (2002, p. 61). Nessa condição acompanhou de dentro da estrutura organizacional da cidade o caso e por certo, “ouve tanto aqueles que defendiam o respeito à justiça antes de tudo, como aqueles que justificam o abandono das leis e regras válidas nos casos comuns visando o interesse do Estado” (VIROLI, 2002, p. 61). No fim do julgamento, Vitelli foi condenado à morte, mesmo sem provas de sua suposta corrupção.

E Maquiavel, o que pensou sobre essa condenação sem provas da traição de Vitelli? Em “um caso semelhante ocorrido quatro anos antes, quando cinco ilustres cidadãos florentinos foram condenados à morte, acusados de conspirar contra a república[...] Maquiavel condenou essa decisão como um grave erro político” (VIROLI, 2002, p. 61). Entretanto, sobre o caso de Vitelli, Maquiavel dirigiu “palavras ferinas” para “um chanceler de Luca”, que criticara “a condenação de Paolo Vitelli pelos florentinos”, afirmando: “se quereis nos ofender, fazei-o de forma a não vos tornardes ridículo: Vitelli causou males infinitos à Florença, não importa por ser corrupto ou incapaz, e merece, portanto, o ‘infinito castigo’” (VIROLI, 2002, p. 61).

Posteriormente, em 1504, Maquiavel escreveu versos sobre o julgamento de Vitelli em que fala sobre vingança contra quem cometeu dano: “pouco depois do recebido engano/vos vingastes assaz, dando morte/àquele

que foi razão de tanto dano” (VIROLI, 2002, p. 61). Observa-se que Maquiavel aborda o julgamento de Vitelli como vingança: “fala de vingança contra um engano sofrido, mas não o trata como um julgamento de justiça. Disso bem o sabe, como também seus leitores florentinos, que uma coisa é a vingança e outra a justiça” (VIROLI, 2002, p. 62).

Assim, devido ao fracasso de Florença na retomada de Pisa em 1499, mesmo com o apoio dos franceses, Maquiavel recebeu sua primeira importante missão diplomática, que “foi-lhe confiada em bem pouco tempo”. Foi “em julho de 1500” quando Maquiavel foi encarregado de dirigir-se à França, com o objetivo de conseguir apoio do rei Luís XII, “por ter estado pessoalmente no campo florentino” (VIVANTI, 2016, p. 40). A informação era de que o fracasso de Florença, na tentativa de restabelecer o domínio sobre Pisa, se deu porque houve “motim das tropas abastecidas de modo inadequado por Florença” (VIVANTI, 2016, p. 40) e Maquiavel tinha como tarefa desfazer, perante o rei da França, a imagem de que Florença teria perdido a batalha contra Pisa por incompetência.

Mesmo com uma situação muito desfavorável contra si, Maquiavel obteve sucesso na missão, pois conseguiu convencer o rei a “manter a ajuda, sem exigir o pagamento imediato das despesas já feitas” (VIVANTI, 2016, p. 41). Isso demonstra sua enorme capacidade argumentativa e de persuasão, o que fez com que outras atividades, tanto relacionadas à política interna, quanto à externa, lhe fossem confiadas. Essa primeira missão de Maquiavel teria lhe ensinado muito sobre como Florença estava exposta e vulnerável, porque lhe evidenciou que “para qualquer pessoa escolada no exercício do poder monárquico moderno, a máquina governamental de Florença se afigurava absurdamente frágil e vacilante” (SKINNER, 2012, p. 17).

Essa perceptível vulnerabilidade estava também presente no juízo que os franceses faziam sobre Florença. Nas palavras de Skinner, isso foi “ainda mais humilhante” para Maquiavel, que “descobriu que o sentimento de sua cidade natal sobre a própria importância parecia aos franceses ridiculamente defasado em relação à realidade de sua riqueza e posição militar” (SKINNER, 2012, p. 17). Isso fez com que “escrevesse à *Signoria* afirmando que os franceses ‘valorizam apenas os que estão bem armados ou dispostos a pagar’

e acreditavam que ‘faltam essas duas qualidades no caso de vossa senhoria’” (SKINNER, 2012, p. 17-18).

A forma como essa humilhação pelos franceses pode ter influenciado Maquiavel, em todo o seu pensamento político e em sua forma de atuação junto à chancelaria, não podemos mensurar. Em especial, no que se refere às questões das armas, da necessidade da defesa militar e da importância da força para o corpo político. Entretanto, posteriormente a essa ocasião, Maquiavel dedicou muitas de suas reflexões à guerra, as armas, e a organização militar florentina. O que se sabe é que essa humilhação pela qual Maquiavel foi submetido refletiu posteriormente: “essa primeira lição calou fundo em Maquiavel. Seus escritos políticos maduros trazem inúmeras advertências sobre a loucura de procrastinar, o perigo de parecer indeciso, e a necessidade de ação rápida” (SKINNER, 2012, p. 18). Skinner destaca que para Maquiavel a ação rápida e “arrojada” deve se dar “tanto na guerra, quanto na política” (2012, p. 18).

2.2.2 Sobre a situação de Pistoia¹⁷⁵

Inicialmente é importante destacar que não é pacífico o entendimento de que *Sobre a situação de Pistoia* seja um texto escrito por Maquiavel. Nesse sentido, Mettenheim destaca que há quem inclusive duvide que teria sido realmente Maquiavel o seu autor. É o caso de Jean-Jacques Marchand¹⁷⁶, que argumenta que não haveria provas da autoria por Maquiavel desse escrito. Em contrapartida, Mettenheim cita o entendimento de Alessandro Montevecchi¹⁷⁷, ao qual se filia, que considera que *Sobre a Situação de Pistoia* é um texto complementar importante às *Notícias das Medidas Adotadas pela República Florentina para Pacificar as facções de Pistoia* (cf. METTENHEIM, 2013, p. 106-107).

¹⁷⁵ “Uma antiga regra dos florentinos era manter Pisa sob seu domínio com as fortalezas, ou seja, com a força, e Pistóia com os partidos. Mas já tinham chegado ao ponto em que a força não bastava para manter Pisa, e os partidos chegados ao ponto de perder Pistóia” (RIDOLFI, 2003, p. 61).

¹⁷⁶ Na obra *Niccolò Machiavelli: I primi scritti politico (1499-1512); nascita di un pensiero e di uno stile*. Padua: Antenore

¹⁷⁷ Na obra *Nota Storica em Machiavelli, Niccolò*. Opere 3 vols. Turmi: UTET.

Mário Martelli inclui em *Tutte le opere* o texto *Sobre a Situação de Pistoia* entre as obras de chancelaria de Maquiavel. Nesse sentido, embora possa existir alguma divergência sobre a ausência de comprovação da autoria, como nos baseamos na obra de Mário Martelli, passaremos a analisá-la dentre os escritos de Maquiavel. Feito esse esclarecimento, nos cabe ressaltar que *Sobre a situação de Pistoia* é um escrito muito breve, de cerca de uma página e meia, datado de 1502. Nele, o Secretário Florentino traça várias determinações jurídicas que deveriam ser adotadas por Florença em relação à cidade de Pistoia, também pertencente à região da Toscana.

Kurt Mettenheim considera esse escrito como um adendo de outro de chancelaria: “*Notícias das Medidas Adotadas pela República Florentina para Pacificar as facções de Pistoia* – que relata os conflitos entre oligarquias depois da participação de Maquiavel como comissário de Florença em missão diplomática junto a Pistoia, em 1501” (2013, p. 105). *Notícias das Medidas Adotadas pela República Florentina para Pacificar as facções em Pistoia* visa “aproveitar o fato de estarem no exílio 150 líderes das duas facções para introduzir reformas internas que legitimariam e consolidariam o controle florentino sobre a cidade” (METTENHEIM, 2013, p. 105). Assim, o *Sobre a situação de Pistoia* é considerado como uma continuação daquele escrito.

Sobre a situação de Pistoia foi escrita por Maquiavel como uma espécie de recomendação de procedimentos sobre como Florença, através de uma reforma institucional, poderiam colocar fim as facções em Pistoia que resistiam ao domínio florentino. Para realizar essa reforma, Maquiavel prescreve uma série de ações. Utiliza-se de verbos como proibir, extinguir, anular, reintroduzir, reparar; criar, dentre outros. São todos verbos que indicam ações.

Trata-se, portanto, de um texto prescritivo que indica atuações, separando-as entre ações que devem ser tomadas na cidade e ações que devem ser tomadas no campo – que Maquiavel denomina como Sumário da cidade e Sumário do Campo. Tanto para o campo, quanto para a cidade, indica uma série de regras normativas, de ações que estão vinculadas ao mundo jurídico. E é nesse ponto em específico que o *Sobre a Situação de Pistoia* interessa a essa investigação.

Na parte que prescreve ações para a cidade, fornece um parecer que adentra em vários aspectos jurídicos. Embora não se trata de um parecer jurídico, as sugestões dadas por Maquiavel, para resolver o problema das facções em Pistoia, envolvem medidas jurídicas. Separamos o texto de acordo com a área do Direito que a prescrição de Maquiavel se refere. A fim de ilustrar essa permeabilidade jurídica que o texto tem, dividiremos a abordagem sob o aspecto do regramento do que denominamos de Direito político; repressivo/punitivo, tributário e civil.

No que se refere ao aspecto do que denominamos como Direito político, Maquiavel prescreve que “todas as Comunas do Campo, Distrito e Montanha de Pistoia criem um administrador comunal com autoridade de vir a jurar fidelidade e obediência à excelsa Senhoria de Florença pelas mãos dos comissários existentes na cidade de Pistoia” (MAQUIAVEL, 2010, p. 39). Destaca-se que Maquiavel exerceu essa função de comissário de Florença junto à Pistoia em 1501 (cf. METTENHEIM, 2013, p. 105). Assim, um ano antes de escrever o *Sobre a situação de Pistoia*, era o próprio Maquiavel quem representava os interesses de Florença, como comissário, naquela cidade.

Ainda sobre o tema Direito político, prescreve regras atinentes à ocupação dos cargos, por um governo popular. Sugere que seja criado um governo e com cargos eletivos rotativos: “um governo e um costume político dominado pela parte popular da seguinte maneira: que por ora fossem eleitos pelos comissários os Priores, os Colégios e o conselho, que no total são 111 homens; os quais seriam eleitos por quatro meses” (MAQUIAVEL, 2010, p. 39). Nota-se que Maquiavel se preocupa com a ocupação dos cargos públicos por uma base popular e não aristocrata, bem como que essa ocupação seja temporalmente limitada – estabelece o poder rotativo em um curto espaço, por apenas quatro meses.

Além disso, durante esses quatro meses o sistema eleitoral da cidade deveria estar funcionando de maneira tal que as reformas eleitorais fossem possíveis: “nesse período tivessem de reformar a cidade e realizar os escrutínios dos homens populares, nomeando expressamente aqueles que de nenhuma maneira deveriam participar das eleições” (MAQUIAVEL, 2010, p. 39).

No que se refere ao que denominamos de Direito punitivo, Maquiavel sugere que sejam proibidos, extintos e anulados os nomes das facções existentes na cidade – a cidade estava dividida entre os Panciatici (que foram exilados) e os Cancellieri. Tratava-se de duas oligarquias poderosas de Pistoia. Assim prescreve Maquiavel:

proibir, extinguir e anular as duas partes e que devem mudar insígnias e nomes, sob as penas que fossem julgadas apropriadas a esse propósito. Que se confine, por certo tempo, dos que não pertencem à parte Panciatica, o número de homens que julgar necessário para se conservar a paz e a união da cidade[...] reintroduzir em Pistoia todos os populares que estão fora da cidade com a parte Panciatica, isto é, aqueles que desejam a tranquilidade; aqueles que tivessem, sem a sua culpa, recebido algum dano e estão em estado de miséria, que se pense em recompensá-los de algum modo (MAQUIAVEL, 2010, p. 39).

Nota-se que sob um aspecto repressivo, Maquiavel prescreve medidas punitivas para apaziguar os ânimos das duas facções. Essas medidas deveriam se preocupar em pôr fim aos nomes e aos símbolos das facções, prender temporariamente alguns homens da facção dos Cancellieri para que aos Panciatici fosse possível o retorno à cidade, visto que estavam exilados. Maquiavel prevê, portanto, medidas que importam em restrição temporária da liberdade de parcela da população da cidade, a fim de que fosse possibilitado aos exilados o retorno.

Chama a atenção o fato de que ao mesmo tempo sugere restrição temporária da liberdade, se preocupa com questões humanitárias das punições, o que destaca ao sugerir os confinamentos: “cremos que em vez de confinamentos, e para usar mais humanidade em relação a eles, àqueles que se quisesse confinar e que fossem homens de bem e não infames, deveriam ser reinseridos na cidade” (MAQUIAVEL, 2010, p. 39). Maquiavel, além na humanização das penas, também se preocupa com a equidade delas: “com aqueles cidadãos da parte Cancelliera que, para a paz e tranquilidade da cidade, fosse considerado que ficassem fora da cidade, que se aja como se agiu com os cidadãos da outra parte” (MAQUIAVEL, 2010, p. 39). Assim, tanto para a facção dos Panciatici, quanto para a dos Cancellieri o tratamento dispensado deveria ser o mesmo.

Ainda sob o aspecto punitivo, destinado aos moradores da Cidade, Maquiavel prevê que “se penalize qualquer um que, em qualquer rumor ou tumulto, pegue em armas por qualquer uma das partes, ou se subleve de qualquer maneira” (MAQUIAVEL, 2010. p. 39). Na parte em que prevê regras para aqueles que residem no campo, denominada Sumário do Campo, prevê que “se penalize qualquer um que acolher algum banido, confinado ou rebelde da Cidade, do Campo da Montanha e Distrito de Pistóia, e quanto a isso que se obrigue a Comuna punir quem os acolha” (MAQUIAVEL, 2010, p. 40).

Sob o aspecto do que podemos denominar de regras tributárias, afirma que aqueles que estavam confinados e que fossem reinseridos na cidade, deveriam ficar “por um período de dez anos isentos de impostos pesados e gabelas, para que mais facilmente serenassem os ânimos” (MAQUIAVEL, 2010. p. 39). A isenção tributária é sugerida por Maquiavel como uma espécie de recompensa para aqueles que sofreram o confinamento. Deixar de pagar os tributos devidos seria uma forma pensada por Maquiavel de ressarcimento daqueles que tiveram os dissabores de serem afastados da cidade involuntariamente. Se a comuna de Pistoia deixaria de arrecadar tributos, também seria responsável por indenizar aqueles que tiveram prejuízos.

Atinente aos ressarcimentos, Maquiavel atribui à comuna de Pistoia, para aqueles que residem na cidade, a obrigação de ressarcir as pessoas que tiveram o patrimônio vilipendiado pelas ações decorrentes das facções, exceto se aqueles que cometeram tais fatos fossem entregues ao governo ou comissários:

para reparar os incêndios, roubos e saques públicos que muitas vezes se cometeram, que se determine que a comuna de Pistóia seja obrigada ao completo ressarcimento de quem tivesse sofrido dano nos modos acima referidos: exceto no caso em que os delinquentes que os cometeram vieram a cair nas mãos dos governantes ou comissários, então a Comuna ficará totalmente isenta de ressarcimento (MAQUIAVEL, 2010, p. 39).

Há também previsão semelhante para indenização daqueles que residem no campo, por qualquer incêndio, destruição, furtos ou roubos do próprio campo.

e como se viu pela experiência que os furtos, roubos e incêndios que se cometeram no Campo foram, em boa parte, causados pela destruição do próprio Campo para impedi-los se deve prever que qualquer incêndio, saque ou roubo que se cometesse no Campo, a Comuna na qual teria ocorrido tal excesso seria obrigada a indenizar daquele que tiver sofrido o dano. E que os governantes e comissários que fizessem cumprir tal reparação tenham Direito a dois soldos por lira de tudo aquilo que fizessem restituir. E se aquele que tiver cometido tais crimes cair nas mãos de algum governante da cidade de Pistóia, neste caso a Comuna fica livre da reparação (MAQUIAVEL, 2010, p. 40).

Por fim, Maquiavel, quando se refere ao sumário das coisas do Campo, recomenda a restituição dos bens que foram deles retirados no ano de 1499. Isso para “aplacar a suspeita aos habitantes do campo em relação à possibilidade que lhes sejam retiradas as posses que têm sobre as instituições de caridade e para apaziguar os ressentimentos daqueles que foram cassados desde 1499” (MAQUIAVEL, 2010, p. 40). Maquiavel sugere que seja realizada uma restituição de bens que haviam sido retirados dos moradores do campo, três anos antes, visto que o *Sobre a situação de Pistoia* foi escrito em 1502. Isso para que fosse dada segurança aos camponeses de que os bens que lhes pertenciam não lhes seriam retirados. Nesse sentido, o que Maquiavel sugeriu foi que “todas as posses e bens de San Jacopo del Ceppo, da Sapienza e San Gregório, que desde 1499 foram apreendidas de quem as possuía e dadas a outros, sejam devolvidas” (MAQUIAVEL, 2010, p. 39).

Essa restituição se dará “se assim o quiserem, àquelas que antes de 1499 as possuíam, por aqueles alugueis que as tinham naquele tempo” (MAQUIAVEL, 2010, p. 39). Trata-se, portanto, de bens alugados, que decorrido um tempo certo, passariam a ter preferência nesse aluguel, com direito à ausência de reajustes, pois, “e que depois, por alguns anos, não possam ser retiradas deles e nem terem seu aluguel aumentado sem a permissão do Capitão e da Potestade que estarão em Pistoia” (MAQUIAVEL, 2010, p. 40).

Maquiavel no *Sobre a situação de Pistoia* apresenta um verdadeiro rol de normativas para uma situação de exceção. As facções oligárquicas de Pistoia estavam em um conflito disfuncional. Com o objetivo de apaziguar os ânimos das duas facções rivais, visando o retorno da facção exilada, Maquiavel

escreve um texto muito breve, mas que traz as medidas que julga necessárias para o restabelecimento da normalidade em Pistoia. Esse escrito nos chama a atenção pelo conteúdo prescritivo normativo. Maquiavel atua como um legislador e utiliza-se de vários institutos jurídicos para restabelecer a paz à Pistoia, dentre eles prevê regras eleitorais, penas, ressarcimentos, indenizações, isenções tributárias. Ainda se preocupa com a humanidade e a equidade das penas.

Esclarece-se, que o objetivo dessa investigação limitou-se a detectar no texto maquiaveliano quais seriam os pontos relativos às normas ou regras com conteúdo jurídico, a fim de evidenciar que se trata de um texto com forte presença do Direito. Seria interessante realizar o cotejamento dessas regras previstas por Maquiavel para Pistoia com as normas jurídicas vigentes em Florença, ou em outras cidades com facções, a fim de se investigar se elas serviram como fonte inspiradora para o pensador escrever as regras que sugeriu para Pistoia. Ocorre que, dados os limites desse trabalho, esse poderia ser objetivo de uma investigação futura, tendo em vista que realizá-lo agora ultrapassaria os objetivos da atual investigação, que visou apenas apontar a presença do Direito nesse escrito.

2.2.3 Descrição do modo adotado pelo Duque Valentino para matar Vitellozzo Vitegli, Oliverotto da Fermo, Pagolo e o Duque de Gravina Orsini (1515)

Embora esse escrito seja datado de 1515 - período posterior à saída de Maquiavel da chancelaria florentina, que ocorreu em 1512, trataremos dele, logo após *Sobre a Situação de Pistoia* porque se refere a um fato que Maquiavel presenciou entre 1502 e 1503, a saber, os homicídios cometidos por Cesar Borgia. Matar alguém, desde tempos imemoriais, é um ato contrário às determinações religiosas e posteriormente, jurídicas. Entretanto, não é disso que Maquiavel trata quando aborda o quádruplo homicídio cometido por César Borgia, o Duque Valentino.

O pensador florentino, apenas descreve como foi que o Duque matou, mediante emboscada, e por meio cruel (estrangulamento) entre dezembro de

1502 e janeiro de 1503, quatro pessoas: “Oliverotto da Fermo¹⁷⁸; Vitellozo Vitegli; o Cardeal Pagolo e o Duque de Gravina Orsini”. Também denominados por Maquiavel de “conjurados”. A motivação para os crimes estava no fato de que meses antes, todos se reuniram em Magione, região da Perúgia, para discutirem “a respeito do poder do duque, de sua determinação e de como era necessário frear seu apetite, pois de outra forma todos correriam perigo de serem destruídos” (MAQUIAVEL, 2010, p. 41). Assim, organizaram-se contra ele, e por certo, ele soube.

Na perspectiva dos quatro executados, o Duque estava se tornando muito perigoso. Sua atual intenção era a de submeter Giovanni Bentivoglio, tirano de Bolonha, e conquistar aquela cidade. Como possuía antecedentes de sucesso em suas conquistas anteriores, os conjurados temiam que se o Duque alcançasse seu objetivo e “se poderia tornar demasiadamente poderoso”. O temor era de que com isso, seria possível que o Duque tentasse também “eliminá-los para permanecer o único senhor em armas na Itália”. Acreditaram então, que o melhor seria ajudar Bolonha a resistir às investidas do Duque: “decidiram não abandonar os Bentivoglio e mandaram seus homens, prometendo àqueles ajuda e a estes convidando a unirem-se a eles contra o inimigo comum” (MAQUIAVEL, 2010, p. 41).

Essa reunião em Perúgia não ficou em segredo, nem para o Duque, nem para os descontentes com ele. Assim, “logo, em toda a Itália se soube” e isso repercutiu no fato de que “aqueles povos que estavam descontentes sob o domínio do duque, entre os quais se encontravam os habitantes de Urbino, tiveram a esperança de poder mudar a situação”. Encorajados por essa reunião, os descontentes invadiram o Forte de São Leão em Urbino, “que estava sob o poder do duque”. Os rebelados “estando em compasso de espera” ocuparam o forte, “armados, saltaram para a ponte e daí para o forte”. Aproveitaram a “ocasião” enquanto uma carga de lenha, solicitada para abastecer o local, estava sendo descarregada e pesava sobre a ponte: “os conjurados esperaram que alguns troncos que estavam sendo arrastados estivessem sobre a ponte, para que assim ela não pudesse ser levantada pelos que estavam do lado de dentro” (MAQUIAVEL, 2010, p. 41).

¹⁷⁸ Ou Liverotto da Ferma, como também é denominado por Maquiavel no texto original.

Foi assim que o Duque foi perdendo poder, porque “os conjurados, assim que ficaram sabendo da rebelião em Urbino consideraram que não deviam perder aquela ocasião e, tendo reunido seus homens avançaram para tomar as terras daquele Estado” (MAQUIAVEL, 2010, p. 41). Os conjurados convidaram os florentinos para se unirem a eles contra o Duque, “Mas os florentinos, pelo ódio que tinham dos Vitegli e dos Orsini por diversos motivos, não só não aderiram à causa dos conjurados, mas mandaram Nicolau Maquiavel, seu secretário, para oferecer ao Duque proteção e ajuda” (MAQUIAVEL, 2010, p. 42).

É interessante a passagem em que Maquiavel se relata como um personagem da história. Falando sobre si, é um narrador personagem. Aqui se dá a simbiose entre o Maquiavel narrador e historiador, com o Maquiavel prático da política, secretário da chancelaria florentina. Maquiavel estava, portanto, junto com o Duque Valentino quando este tomou Urbino e na condição de secretário, representava o auxílio ao Duque, enviado por Florença. Diante dos conjurados e das sucessões de ataques e perdas que vinha sofrendo, “o avanço dos seus inimigos”, fez com que o duque “se empenhasse inteiramente na tentativa de deter essa disposição de conjurados com acordos” (MAQUIAVEL, 2010, p. 42).

O acordo realizado entre o Duque e os conjurados não significava que o primeiro cumpriria. Servira apenas para o último ganhasse tempo para fortalecer um exército para poder revidar aos ataques. E nisso, usou os acordos como uma estratégia. Estabelecer “acordos, para assim, ir preparando reforços”. Isso porque “o duque se encontrava desarmado diante de uma guerra iminente” e precisava colocar em prática toda a sua dissimulação. “E como era um grande dissimulador não deixou de fazer, de todas as maneiras, com que os conjurados acreditassem” que não tentaria retomar tudo o que perdeu. Chegou a firmar até um tratado para suspender as hostilidades, “mas o duque não interrompeu suas providências e, com todo o esforço aumentava sua cavalaria e infantaria” (MAQUIAVEL, 2010, p. 42).

Entretanto, os conjurados, enganados, não sabiam dessas intenções ocultas do Duque. Confiando nele, o convidaram para atacar a Toscana e Sinigaglia. O Duque respondeu que “não queria levar guerra à Toscana porque

os florentinos lhe eram amigos, mas que ficaria muito contente em atacar Sinigaglia” (MAQUIAVEL, 2010, p. 43). Entretanto, posteriormente “chegou a notícia de que a cidade se lhes tinha rendido”, mas que restava ainda uma fortaleza cujo castelão se recusava a entregá-la afirmando que “a queria entregar ao duque em pessoa e a ninguém mais, e por isso o exortavam para que lá se apresentasse” (MAQUIAVEL, 2010, p. 43).

Essa história de dissimulação de intenções, de acordos firmados com intenções veladas de não cumpri-los, de abuso de confiança, de confronto de estratégias políticas, dentre outros elementos que tornam toda a trama complexa, ganha ainda um incremento especial: o Duque a convite daqueles que iria executar, se dirigiu à cidade de Sinigaglia: “Ao duque pareceu uma boa ocasião, que não suscitaria desconfianças”, e assim, “com toda a astúcia e sagacidade pôde persuadir os Vitegli e os Orsini que os esperassem em Sinigaglia” (MAQUIAVEL, 2010, p. 43). O Duque conseguiu convencê-los, embora “Vitellozo estivesse muito renitente, e que a morte de seu irmão lhe tivesse ensinado que não se deve ofender um príncipe e depois confiar nele” (MAQUIAVEL, 2010, p. 43).

Foi ocasião perfeita para o Duque. Sob a desculpa de levar suas tropas para atacar Sinigaglia, dissimilou suas intenções e com toda essa estratégia pronta, partiu. Chegou no “último dia de dezembro” com seus homens que eram “mais de dois mil cavaleiros e de dez mil infantes”. Os quatro conjurados confiaram tanto no Duque, que chegaram a recolher “seus homens em alguns castelos distantes seis milhas de Sinigaglia” “para dar lugar” aos homens do Duque (MAQUIAVEL, 2010, p. 43). Essa passagem é lembrada anteriormente no *O príncipe* como sendo um momento em que o Duque “recorreu à astúcia. E tão bem soube dissimular seu ânimo, que os próprios Orsini, por intermédio do senhor Paolo, reconciliaram-se com ele” (*O príncipe*, VII).

A astúcia do Duque teria feito Paolo Orsini acreditar em sua dissimulação e para tranquilizar os Orsini, o Duque “cumulou-os de favores, dando-lhes dinheiro, roupas e cavalos, tanto assim que a ingenuidade dos Orsini os levou a se colocarem à sua mercê” (*O príncipe*, VII). O mais difícil estava feito. O Duque colocou em prática sua estratégia e encontrou três, dos quatro conjurados, a saber, Vitellozo, Pagolo e duque de Gravina. Estavam

“montados em suas mulas” e “foram ao encontro do duque, acompanhados de poucos cavaleiros” e desarmados. Logo foram “cercados e presos”, o mesmo destino de Liverotto que estava “com suas tropas e esperava diante da praça”, pois quando “chegaram ao alojamento do duque desmontaram, entraram com ele em uma sala secreta e foram feitos prisioneiros”. Assim, na noite do dia 31 de dezembro, dando sequência ao seu plano, “pareceu ao duque que era hora de mandar matar Vitellozo e Liverotto e tendo-os conduzidos juntos a um lugar, mandou estrangulá-los”. O duque de Gravina e Pagolo “foram mantidos vivos” por questões estratégicas, mas “no dia 18 de janeiro, em Castel della Pieve, foram também eles igualmente estrangulados” (MAQUIAVEL 2010, p. 44).

Essa é praticamente toda a narrativa de Maquiavel. Não faz qualquer juízo sobre o fato praticado: se as ações dos conjurados contra o Duque tinham ou não fundamento, se as ações em Urbino, da tomada da fortaleza, tinham ou não sido motivadas justamente, se o repreende ou aprova ação do Duque, silêncio total. Sobre o Duque, Maquiavel afirma sua capacidade de “dissimulação”, “astúcia” e “sagacidade”. Não profere qualquer juízo sobre o abuso de confiança cometido por ele, sobre a emboscada que planejou, nem sobre os quatro homicídios que cometeu. Palavras não traduziram tudo o que Maquiavel retirou desse acontecimento, mas sim as ações práticas que dele resultaram posteriormente.

Embora os primeiros escritos que a humanidade tem notícia já previam o homicídio como um delito, passível inclusive de pena de morte¹⁷⁹, Maquiavel deixa de analisar o crime praticado por César Borgia sob o aspecto penal. Tampouco o analisará sob o moral. No que se refere às questões morais, não há surpresas. Maquiavel é conhecido como sendo aquele que rompendo com a tradição humanista que o antecedeu, separa a moral da esfera política. Entretanto, em alguns casos, ele justifica ações violentas, quando elas não estão carregadas de objetivos egoístas. É o caso do assassinato de Remo por Rômulo (*Discursos*, I, 9)

¹⁷⁹ “Se, por um lado, o Código de Hamurabi (de cerca de 1.700 a.C.) punia o crime de homicídio com pena de morte, por outro, também estabelecia a mesma pena para inúmeras outras situações, como, v.g., o adultério, parecendo demonstrar, simultaneamente, alguma importância e grande falta de importância pela vida humana” (SOUZA, 2019, p. 17).

Contudo, sobre o homicídio cometido pelo Duque Valentino, essa escusa não foi dada por Maquiavel. Ele apenas menciona que em conversa sobre o Duque, seus adversários concluíram que “era necessário frear seu apetite, pois de outra forma todos correriam perigo de serem destruídos” e que os povos que estavam sob o domínio do Duque “tiveram a esperança de poder mudar a situação” (MAQUIAVEL, 2010, p. 41).

Essas passagens parecem sugerir que aqueles que tramaram o homicídio do Duque Valentino, o fizeram em uma espécie de “defesa antecipada” devido ao perigo que corriam. No entanto, isso não é mencionado por Maquiavel, mas sim como uma afirmação dos adversários do Duque. Em contrapartida, afirmou Maquiavel, em tom de constatação, que o Duque não era estimado pelo povo que dominava. Posteriormente, no *O príncipe*, Maquiavel não citará o Duque Valentino como um exemplo de alguém que alcançou o poder pela *virtù*, mas sim pela fortuna, embora reconheça a *virtù* nele. Quando o compara a Francesco Sforza, afirma que este, em Milão, tornou-se príncipe pela *virtù*, enquanto que o Duque, “conquistou o Estado com a fortuna do pai¹⁸⁰ e com ela o perdeu [...] Se o seu regime não frutificou, não foi por sua culpa, mas por uma extraordinária e extrema maldade da fortuna” (*O príncipe*, VII).

Ressalta-se, que Maquiavel acredita que o Duque era homem que possuía “ânimo forte e intenção elevada” (*O príncipe*, VII). Segundo Bignotto, a figura de “Cesar Borgia interessa a Maquiavel porque foi o paradigma do príncipe que, partindo de condições favoráveis, teve de enfrentar os reveses da ‘fortuna’. Sua função é paradigmática porque concentra os extremos da ‘fortuna’ e os da ‘virtù’” (1991, p. 143). Entretanto, a forma como obteve o poder, não se deu pela *virtù*, mas pela fortuna. Sobre Cesar Borgia: “todas as ações do duque eu não saberia em que censurá-lo. Pelo contrário, parece-me – como, aliás, o fiz – devo propô-lo como exemplo a todos àqueles que, com a fortuna e as armas de outrem ascendem ao poder” (*O príncipe*, VII).

Embora Maquiavel, no final do Capítulo VII do *O príncipe* apenas elogie o Duque Valentino, no capítulo seguinte, ao tratar sobre os atos criminosos de

¹⁸⁰ Papa Alexandre VI.

Agátocles Siciliano (tirano de Siracusa – 316 a. C.- 289 a. C.) sobre a virtù afirma: “não se pode propriamente chamar de virtù, o fato de assassinar seus concidadãos, trair os amigos, não ter fé, piedade nem religião. Desse modo pode se adquirir o poder, mas não glória” (*O príncipe*, VIII). Na sequência, afirma que “sua feroz crueldade e desumanidade, mais a sua infinita malvadeza, não permitem que seja celebrado entre os homens excelentes” (*O príncipe*, VIII). Assim, embora não realize juízo moral sobre a ação do Duque, com a interpretação conjunta do que descreve no *O príncipe*, Maquiavel desaprova atos semelhantes àqueles praticados por Borgia.

No que se refere à ausência de análise sobre o crime de homicídio sob o aspecto penal, tal ação é considerada como crime desde as civilizações mais antigas¹⁸¹, assim como o era na Florença de Maquiavel. Entretanto, Maquiavel silenciou sob o aspecto jurídico. Por quê? Talvez, para cumprir com os objetivos que se propôs, ou seja, apenas descrever o modo como o Duque assassinou seus inimigos. Talvez, porque ele mesmo, na função de Secretário, amparava o Duque eis que foi enviado para protegê-lo na ocasião e por isso não poderia acusá-lo. Talvez, Maquiavel tenha silenciado sobre as questões jurídicas do homicídio, porque se tratavam de uma questão relacionada ao Direito *das gentes* daquele período – lembrando que as cidades italianas eram independentes e que o Duque abusou da confiança das vítimas, traindo-as, pois havia celebrando um acordo de paz que deixou de cumprir.

O próprio Maquiavel afirmou, posteriormente, que os pactos e as leis serviam apenas para relações privadas e que no âmbito dos governos, não teriam validade. Não faltam, ao longo do tempo, exemplos de violações de pactos celebrados entre governantes. Isso não significa que para Maquiavel sanções não devam ser aplicadas quando ocorrer qualquer violação a esses pactos pelos *jus gentium*. Maquiavel não autoriza que as relações entre governos fiquem alheias ao Direito, apenas relata que elas são, muitas vezes, violadas – o que não significa que concorde com isso. Exemplo disso é o episódio romano dos três Fábios citados por Maquiavel.

¹⁸¹ O Código de Hamurabi no século XVIII a. C. já punia o crime de Homicídio com a pena de morte. Exemplos dessa punição estão nos artigos 229º, 230º. Quando a morte era de um escravo a pena aplicada era a de restituir o escravo morto por outro ou indenização, conforme artigos 231º, 252º (cf. CÓDIGO DE HAMURABI, 2019, p.42).

Façamos aqui um parêntesis para o caso dos três Fábios, narrado nos *Discursos*, porque ele é importante para nós, pois confirma a importância do respeito ao *jus gentium* para Maquiavel. Quando os franceses atacaram a Toscana, Florença solicitou auxílio de Roma. Os romanos “mandaram os três Fábios como embaixadores aos franceses” (*Discursos*, II, 28). A missão deles consistia em intimar os franceses “em nome do povo, a abster-se de guerrear com os toscanos” (*Discursos*, II, 28).

Ocorre que, “tais embaixadores que estavam mais acostumados a agir do que a falar, chegando ao lugar e vendo que os franceses e toscanos travavam batalha, puseram-se entre os primeiros” (*Discursos*, II, 28). Assim, “ao serem reconhecidos toda a indignação que os franceses tinham contra os toscanos voltou-se contra os romanos” (*Discursos*, II, 28). Os franceses apresentaram “queixa de tal injúria ao senado romano, pedindo que, como reparação do dano lhes fossem entregues” os já citados Fábios. Entretanto, “estes não só não lhes foram entregues nem de outro modo castigados” e além disso “ao chegarem aos comícios foram nomeados tribunos com poder consular” (*Discursos*, II, 28).

Com isso, “os franceses ao verem honrados aqueles que deveriam ser punidos[...] inflamados pela indignação e ira, vieram atacar Roma e a tomaram, com a exceção do Capitólio” (*Discursos*, II, 28). Conclui Maquiavel que Roma somente sofreu o ataque porque desrespeitou o *jus gentium* que indicava que os embaixadores deveriam ser punidos: “ruína que os romanos deviam somente à inobservância da justiça, porque seus embaixadores, que haviam atentado contra o *jus gentium*, deveriam ser castigados, mas foram, ao contrário, honrados” (*Discursos*, II, 28).

Assim, embora narre Maquiavel que as regras do *jus gentium*, não são observadas ao seu tempo, traz um exemplo dos antigos em que afirma a necessidade de punição pela violação desse mesmo Direito. Afirma que quem violou as regras do *jus gentium* (no caso os Fábios) deveriam ter sido castigados por Roma, que negligenciando essas punições, sofreu as consequências da violação. O fato de Maquiavel relatar que o *jus gentium* de seu tempo vinha sendo violado, não significa que concorde com essa violação. No episódio dos três Fábios afirma que eles deveriam ter sido punidos e não

foram – ou seja, se coloca do lado do respeito à lei. Esclarecido tal fato, podemos fechar nosso parêntesis.

Os efeitos práticos dos crimes cometidos pelo Duque e do encontro que Maquiavel teve com ele, repercutiram em Florença, alterando muito a vida política da cidade. Maquiavel voltou desse encontro após ver no Duque “tudo aquilo que faltava à República florentina e a tornava tão débil que o mínimo sobressalto pudesse arruiná-la” disposto a modificar essa situação. E assim, chegando à Florença, “apenas apeou de seu cavalo” em 23 de janeiro de 1503, “e pôs mãos à obra”. Florença teria escapado por pouco “das garras do Valentino”, mas estava muito vulnerável aos ataques: “a debilidade política e militar florentina permanecia, entretanto, sem solução, colocando em perigo sua liberdade” (VIROLI, 2002, p. 87-89).

O assassinato confluiu com um período anterior em que a cidade de Florença já tomava algumas medidas para proteger-se e passava por um processo de reestruturação política – muito criticado por Maquiavel, por ser lento e com isso deixar a cidade vulnerável. A cidade optou, para garantir sua liberdade e melhorar sua capacidade militar, pela alteração imediata de sua forma de constituição política de suas instituições, para somente posteriormente realizar modificações no exército e nas armas:

logo após a rebelião de Arezzo, quando haviam sentido o hálito do duque em sua nuca, os florentinos aprovaram uma importante reforma institucional que corrigia umas deficiências mais sérias de sua constituição, isto é, a falta de continuidade e de competência do governo da cidade, sobretudo em sua política externa. Os mais importantes cargos da república eram conferidos por meio de sorteio, e os cidadãos escolhidos ocupavam seus cargos por um tempo muito curto. Em consequência, era frequente que tais cargos fossem ocupados por homens totalmente incapazes de tratar os difíceis e perigosos problemas de política interna e externa. Quando começavam a adquirir alguma prática, já era hora de deixar o Palazzo, e os novos eleitos recomeçavam do zero (VIROLI, 2002, p.89).

Nesse sentido, a saída encontrada pelos florentinos em 10 de setembro de 1502, para fortalecer a república de Florença, foi a “instituição do

gonfaloneiro perpétuo, e elegeram para o novo cargo Piero Soderini¹⁸², irmão de Francesco Soderini, que acompanhara Maquiavel em sua primeira visita a César Bórgia, em Urbino. A república ganhava em sabedoria política e melhorava sua capacidade de enfrentar situações de crise. Restava, porém, o problema da carência de forças militares e também uma grande crise financeira, gerada pelas grandes despesas que a cidade fizera para conseguir o auxílio do rei da França” (VIROLI, 2002, p.89-90).

Maquiavel estava em Ímola, em 14 de novembro de 1502, quando o novo gonfaloneiro lhe escreve informando sobre a necessidade de Florença conseguir mais dinheiro para manter-se. Esse foi um período em que os florentinos se julgavam seguros por estarem sob a proteção do rei da França, e acreditavam que não havia mais a necessidade de investimentos para que Florença possuísse um exército. Maquiavel, então, escreve as *Palavras que devem ser ditas sobre a provisão de Dinheiro com um pouco de proêmio e de desculpas* (que serão analisadas na sequência) e que seriam lidas pelo gonfaloneiro, lembrando os florentinos sobre a necessidade de dinheiro para manter o exército próprio.

2.2.4 Palavras que devem ser ditas sobre a provisão do dinheiro com um pouco de proêmio e de desculpas (1503)

As *Palavras* foram escritas sob a forma de um discurso que tenta convencer a aristocracia florentina sobre a necessidade de se fortalecer as

¹⁸² Maquiavel apoiava Piero Soderini: “a presença de uma intensa troca de cartas do tipo semioficiais nos últimos anos de sua atuação na chancelaria confirma uma substancial aderência do Secretário ao governo <popular> de Soderini” (GUIDI, 2009, p. 25). Inclusive, a percepção dos adversários do governo de Soderini, tais como Alamanno Salviati, era a de que Maquiavel ocupava a segunda secretária de Florença, não com interesses oficiais a serviço da República de Florença, mas como um homem ligado a Soderini, sendo que Salviati “taxava Nicolau como sendo um patife” (cf. GUIDI, 2009, p. 45-46). Alamanno Salviati era membro da Magistratura dos Dez no ano de 1505, compondo a oposição aristocrática (*ottimatzia*) que acusava o cardeal Francesco Soderini, irmão de Piero Soderini, de intrometer-se nos assuntos da cidade de Florença, beneficiando-se de sua posição de cardeal em Roma (cf. GUIDI, 2009, p. 216). “No governo do gonfaloneiro Soderini, em época mais próspera, Florença havia voltado a florescer, desfrutando daquela felicidade que aos povos os bons governantes trazem. Tendo encontrado a cidade predada, procurou, sobretudo administrar as finanças com muita diligência, como bom caseiro, manejando-as com aquela extrema parcimônia com que se conduzia na vida privada, e ao fim de quatro anos teve as finanças sanadas, o crédito público reabilitado, diminuídos os impostos. O povo confiava nele que confiava sem restrições no povo, aumentava porém o ódio que lhe devotavam os magnatas” (RIDOLFI, 2003, p. 119).

armas, através da destinação de dinheiro, para a formação de exército de cidadãos. Seu título é autoexplicativo e traz a consciência de toda a dificuldade para convencer a avara e ambiciosa aristocracia florentina a destinar contribuição financeira para a provisão de um exército para a cidade. Isso porque, Maquiavel era contrário à contratação de militares e acreditava que um exército composto pelos cidadãos seria a melhor opção. Fundamentando-se na experiência histórica da cidade de Florença, e na sua atividade prático-profissional, julgava completamente equivocada a opção florentina pela contratação de exército, quando poderia ter seu próprio.

Assim, escreveu as *Palavras* para o Conselho Maior, órgão legislativo de Florença, a fim de convencê-lo a instituir, por lei, novos impostos para poder financiar a composição de um exército forte. O escrito deveria ser “lido no Conselho Maior, provavelmente pelo Gonfaloneiro, com os quais, em nome do governo, se pedia um esforço econômico aos cidadãos florentinos para incrementar a potência militar da República” (GUIDI, 2009, p. 210-211). Isso porque, para formar um exército próprio “era preciso dinheiro, e para conseguir o único modo era convencer o Conselho Maior, órgão legislativo máximo da república, a cobrar novos impostos”. (VIROLI, 2002, p. 90).

As *Palavras* iniciam-se com uma afirmação sobre todas as formas de governo possíveis e existentes e como elas se sustentam: “todas as cidades que foram por algum tempo governadas por um príncipe absoluto, pelos *optimates* ou pelo povo, como está é governada, empregaram na sua defesa as suas forças [*forze*] misturadas com a prudência [*prudentia*]” (grifo nosso, MAQUIAVEL, 2010, p. 51). Nesse primeiro parágrafo, com essas breves linhas, Maquiavel indica de antemão e, com clareza, a leitura que faz sobre todas as formas de governo que já existiram e indica que as armas e a prudência são os alicerces de sustentabilidade delas, porque a prudência “sozinha não bastava” e as forças “não levam a termo a ação política ou, se a levam, não mantém os resultados obtidos” (MAQUIAVEL, 2010, p. 51).

Essa afirmação se assemelha muito aquela das *Institutas* do Direito romano, de que todos os estados estão alicerçados sobre as leis e as armas¹⁸³.

¹⁸³ Vide item 1.2

Maquiavel marca assim, o viés de seu discurso. Ele não fez uma alusão pura, única e exclusiva para as armas. Se tivesse começado seu escrito socorrendo-se diretamente dos exemplos e analogias que trouxe posteriormente, persuadiria da mesma forma, ou talvez até de maneira mais imediata.

Entretanto, escolheu o pensador destinar uma boa parte de suas *Palavras* para tratar, também, da importância da prudência. Embora para essa não estivesse solicitando materialmente nada. Ele escolhe tratar também da prudência, porque visa destacar – e o faz expressamente – que a força, sozinha, não leva a termo a ação política. Essa afirmação é de extrema importância para essa investigação, porque Maquiavel já foi, e infelizmente ainda o é, reduzido por alguns intérpretes como apenas um teórico da força política. É justamente com o intuito de se contribuir para se desfazer esse equívoco interpretativo, que se torna importante a investigação sobre as questões relacionadas à presença do Direito em seu pensamento.

Não é a força que leva a termo, que conclui o processo político, porque é necessário um liame subjetivo estabelecido pelo Direito, através da lei. Se a força for a responsável pela aquisição do poder, essa função de concluir o processo político não será cumprida por ela, visto que a força não manterá o que foi conquistado. Eis aí a necessidade da existência de algo que finalize essa ação política, que cumpra a função de coesão, do liame subjetivo dentro do corpo político, que é feito pela lei. Nesse sentido, para Maquiavel, “as leis [...] servem para educar o povo. As leis contribuem para a unidade específica[...] somente as próprias leis, oriundas da unidade política podem promover a estabilidade” (ROTH-ISIGKEIT *et al*, 2017, p. 7). Assim, “a relação do governante com a lei, é, portanto, mais complexa do que meramente instrumental” (ROTH-ISIGKEIT *et al*, 2017, p. 12).

Nesse sentido, em nossa interpretação, a expressão prudência utilizada por Maquiavel para iniciar as *Palavras* significa o próprio sistema jurídico, o próprio Direito - como restará evidente na sequência do texto. Isso porque “no fim do século XIV (*trecento*)” a “*giurisprudenza* (Direito) era agora a *iuris prudentia*” (SARTORELLO, 2013, p. 126). Essa afirmação se justifica no fato de que Maquiavel posteriormente substituirá em outros escritos, referindo-se a mesma passagem que cita sobre o Direito romano, a expressão prudência, por

Justiça¹⁸⁴ e lei¹⁸⁵. No final do *trecento* (século XIV), os julgamentos do Direito (*ius*) eram realizados pelos Prudentes. A ciência do Direito é conhecida desde o Direito romano como *giurisprudenza*¹⁸⁶: “a *giurisprudenza* é a *iurus prudentia*, isto é ‘rerum divinarum humanarumque scientia’¹⁸⁷ e enquanto tal, os juristas (literalmente os *iuris* prudentes) devem ser conhecedores tanto das coisas humanas, quanto das divinas” (SARTORELLO, 2013. p. 39).

Sartorello afirma que isso já estava nas primeiras páginas das *Institutas* de Justiniano (2013. p. 40). De fato, as *Institutas* trazem no título I, *de justitia et de jure* a afirmação: “§ 1.º - Jurisprudência é o conhecimento das coisas divinas e humanas, a ciência do justo e do injusto” (INSTITUTAS, 2005, p.21). Tratar-se-ia, portanto, a atividade dos *iuris prudentes* “uma atividade nobre e sagrada” (SARTORELLO, 2013. p. 40). A Expressão prudência é também esclarecida pelos antigos, como sinônimo de sabedoria: “como, por exemplo, Santo Ambrosio e Cícero, o substantivo ‘prudenza’ é empregado amplamente vale dizer, seja para o conhecimento teórico ou prático, mas acima de tudo significa sabedoria” (SARTORELLO, 2013, p. 42).

Nesse sentido, embora o objetivo de Maquiavel seja chamar a atenção para a articulação de um exército florentino, não faz essa exortação negligenciando a importância da prudência. Ao contrário disso, trata o tema como um binômio indissociável, de igual importância e após afirmar que elas (força e prudência) são responsáveis pela defesa das cidades, menciona: “São, portanto, duas coisas o nervo de todas as Senhorias que já existiram ou ainda existirão no mundo” (MAQUIAVEL, 2010, p. 51).

Nota-se que as duas coisas (como são chamadas a prudência e as armas) compõem uma única coisa, o “nervo”. Esse nervo único, composto por prudência e armas pode ser apontado como elemento central do pensamento político de Maquiavel, eis que segundo o próprio pensador constitui em elemento presente em todo e qualquer governo (dos passados e dos

¹⁸⁴ Tanto no *Discurso sobre a ordenação do Estado de Florença para as armas (os motivos da ordenança, onde encontrá-la e o que é necessário fazer)*, quanto na *Provisão da República de Florença para instituir magistrado dos nove oficiais da ordenança e milícia florentina*.

¹⁸⁵ Tanto no *O Príncipe*, quanto nos *Discursos*.

¹⁸⁶ Mantendo a tradição latina, na língua italiana, o Curso de Direito é denominado como “Giurisprudenza”. Assim, um graduado em Direito é um *laureato in Giurisprudenza*.

¹⁸⁷ “a ciência humana das coisas divinas”

vindouros). Utilizando a mesma analogia de Maquiavel, pensemos sobre os compostos dos nervos. Os nervos são estruturas formadas por tecidos diversos. A composição não é formada por uma única substância, mas pela conjugação delas. Maquiavel, em analogia com o funcionamento de um organismo, afirma que prudência e armas, conjugadas, compõem um único nervo. Isso torna possível pensar em uma simbiose entre armas e prudência. Ambas, no momento em que se fundem, dão origem a um único elemento – a organização política.

Se pensarmos em uma estrutura pluricelular, como por exemplo, o corpo dos animais vertebrados, os nervos estão presentes ao longo da composição (cabeça, tronco e membros). Um nervo central, estrutural, quando comprometido pode acometer o funcionamento e o desempenho dos vários membros e órgãos a ele vinculados, fazendo com que alguns percam suas funções. Nessa analogia com o funcionamento dos corpos físicos vertebrados, esse “nervo” central - capaz de acometer todo o corpo político - é composto, segundo Maquiavel, por prudência e armas.

Assim, quando acometido ou comprometido, afetaria todo o desenvolvimento do organismo político ao qual se vincula, - a ponto de fazê-lo ruir. Isso porque, segundo o pensador “quem observou as mudanças dos reinos, as ruínas das províncias e das cidades, não as viu terem como causa outra coisa senão a falta de armas ou de prudência” (MAQUIAVEL, 2010, p. 51).

Maquiavel, afirma como verdadeira a relação estrutural: “e dado que vossas excelências me concedem que isso seja verdade, como o é, necessariamente se segue que vós quereis que na vossa cidade haja uma e outra dessas duas coisas” (MAQUIAVEL, 2010, p. 51). Para evitar a ruína da cidade indica prudência e armas: “e que vós procurais bem, se elas existirem, conservá-las; e se não existirem, providenciá-las” (MAQUIAVEL, 2010, p. 51). Passa assim, a analisar se prudência e armas existem ou não dentro de Florença, com o objetivo de saber se seria o caso de conservá-las ou providenciá-las.

Sobre a prudência, afirma que a cidade, com a criação do cargo de gonfaloneiro de justiça “tinha dado algum lugar para a prudência”, tendo em

vista que “perdida Arezzo e outras terras e depois recuperadas, vós impusestes ordem na cidade” (MAQUIAVEL, 2010, p. 51). Eis aqui a comprovação dita anteriormente de que a sequência do texto de Maquiavel indicaria que a prudência, é utilizada pelo pensador como sinônimo de Direito, da mesma forma que o era pela tradição jurídica antiga. Assim, a expressão prudência nas *Palavras* remete ao sistema jurídico de uma cidade, ao Direito praticado e aplicado.

Nesse sentido, quando Maquiavel afirma que a prudência fundamenta, ao lado das armas, qualquer governo, é ao Direito como sistema de justiça que ele se referindo. E encontrar essa afirmação em Maquiavel e vê-la repetida várias vezes (como se verá) em textos diversos, escritos em épocas distintas, constitui-se na confirmação de uma das hipóteses dessa investigação, a saber, o Direito para Maquiavel ocupa posição central em seu projeto político.

Embora em um primeiro momento Maquiavel enalteça as armas, afirmando que somente elas são capazes de garantir os pactos externos, é através das mudanças legislativas que novos impostos podem ser cobrados para que possam custear as despesas militares. “Não sabemos se Soderini chegou a usar o discurso para ser autorizado a criar mais impostos, embora tenha conseguido instituir uma lei que impunha um dízimo sobre os bens imóveis, inclusive sobre as propriedades do clero” (VIROLI, 2002, p. 93).

A proposta de Maquiavel, de um exército próprio para Florença, não apenas não agradou, como “foi recebida com hostilidade” pela aristocracia. Florença “tivera outrora milícia”, cerca de duzentos anos antes, mas “o povo florentino, composto por artesãos, comerciantes e banqueiros, haviam esquecido complementarmente as artes militares e perdido qualquer espírito bélico” (VIROLI, 2002, p. 105). Resgatar esses preceitos seria necessário e Maquiavel era o encarregado disso. A milícia – como eram muitas vezes denominados os exércitos – deveria “ser forte e numerosa e ao mesmo tempo, disciplinada e fiel à república e as leis” (VIROLI, 2002, p. 105). Para tanto, Maquiavel insiste que, o novo exército, ou nova milícia como era chamado, deveria ser constituída sob a obediência dos preceitos legais:

instituída dentro da mais estrita obediência às normas constitucionais republicanas. Em outras palavras, deveria ser instituída por meio de uma lei votada pelos Conselhos soberanos e governada por uma magistratura criada para esse fim, dotada da faculdade de punir ou premiar segundo a lei (VIROLI, 2002, p. 106).

Nesse sentido, as *Palavras* foram escritas com o objetivo de fundamentar uma lei que instituísse tributos um exército próprio, visto que Florença, por não possuir forças militares, deveria se socorrer à época da contratação de exércitos mercenários, o que desagradava muito Maquiavel. “Florença contou com um exército de cidadãos até 1260, data da guerra de Siena; a partir de então o serviço público obrigatório foi abolido e a defesa da cidade passou a ser feita por tropas comandadas pelos ‘condottieri’” (BIGNOTTO, 1991, p. 41).

Interessa-nos destacar que a lei era duplamente fundamental para cumprir com esses objetivos de Maquiavel: primeiro, era fundamental porque os tributos que seriam implementados para providenciar o dinheiro para o exército o seriam por meio de lei – a lei faria com que as *Palavras* tivessem eficácia (providenciando o dinheiro). Depois, a lei seria novamente fundamental, porque disciplinaria o novo exército instituído. Essa dupla importância não pode ser negligenciada, porque sem o instrumento normativo, sem a presença do Direito através da lei, as *Palavras* perderiam o próprio objeto, porque sua finalidade não seria alcançada. Corroborando com a importância do Direito nas *Palavras*, a formação do novo exército deveria em tudo obedecer aos preceitos republicanos florentinos e ser realizada sob o manto da proteção constitucional.

O Gonfaloneiro para quem Maquiavel escreveu o texto para ser lido é Pier Soderini. Ninguém sabe, ao certo, se esse texto foi ou não lido na íntegra por ele. Nesse sentido: “não se tem prova que o discurso maquiaveliano tenha sido verdadeiramente recitado por Soderini na forma em que nós lemos[...] e é possível então que o Secretário tenha fornecido ao Gonfaloneiro não mais que apontamentos” (INGLESE, *apud* GUIDI, 2009, p. 210).

A fim de persuadir os florentinos, Maquiavel como “mestre da retórica” (VIROLI, 2002, p. 93) e profundo conhecedor da história, os lembrou da queda de Constantinopla em 1453, e as ameaças constantes do Duque Valentino. A

capacidade retórica de Maquiavel era notória. Assim, faz uso de seu conhecimento e fundamenta seu escrito em dois exemplos: na tomada de Constantinopla pelos turcos e no próprio perigo de invasão que o Duque Valentino representava à Florença. Sobre a tomada de Constantinopla, em 1453, cita a situação em que o Imperador Constantino XI também solicitou dinheiro para tentar conter os turcos, mas foi ignorado:

O imperador previu a sua ruína, chamou seus súditos, e, como não podia prover-se com suas entradas ordinárias, expôs-lhes o perigo e mostrou a eles os remédios. E eles zombaram de seu imperador. Chegou o assédio. E aqueles que pouco antes haviam desconsiderado as advertências de seu senhor, assim que ouviram ressoar as artilharias em suas muralhas e o freir do exército dos inimigos, correram chorando ao imperador com os braços cheios de dinheiros, e o imperador os expulsou dizendo: “Ide morrer com vosso dinheiro, pois que não soubestes viver sem ele” (MAQUIAVEL, 2010, 51).

Assim, segundo Maquiavel, aqueles que se recusaram a contribuir com o Imperador romano e negaram ajuda para prover o armamento de Constantinopla, foram os mesmos que vieram chorando oferecer-lhe dinheiro para que os defendessem do ataque. Ocorre que, como os turcos já estavam invadindo a cidade, o dinheiro, naquele momento, já não os ajudaria a impedir os abusos. E assim, aqueles que recusaram prover a entrada de recursos para a defesa da cidade, nem com “os braços cheios de dinheiro” conseguiriam impedir o ataque. Eles perderiam além de todo o dinheiro - inclusive aquela parcela que negaram para constituírem um exército próprio - a liberdade, o restante dos bens patrimoniais e a própria vida, e assistiram isso ocorrer também aos demais. (cf. MAQUIAVEL, 2010, p. 51).

Ao afirmar que aqueles que negaram dinheiro ao imperador Constantino depois voltaram chorando oferecendo-lhe o que negaram, Maquiavel expõe os perigos da avareza. O que é dito nas entrelinhas é que para a provisão de um exército é necessário tempo e por isso o dinheiro deve ser entregue no momento em que é solicitado. Posteriormente, “nem com os braços cheios de dinheiro”, se poderia garantir uma defesa armada. O dinheiro somente seria útil em momento antecedente. Maquiavel afirma também, nas entrelinhas, que a negativa do dinheiro para o estabelecimento de um exército, não protege o

dinheiro – como em um primeiro momento pode parecer, mas ao contrário disso, o expõe.

É como se dissesse: quereis manter o seu dinheiro? Entregue parcela dela para protegê-lo. Isso porque, sem uma força armada para proteção do patrimônio, tudo pode ser perdido, inclusive bens de valores imensamente maiores, para além das questões patrimoniais, como a integridade física, a vida e liberdade. O pensador utiliza-se desse argumento poderoso através de um fato histórico objetivando a provisão do dinheiro. O exemplo histórico funcionaria como uma espécie de ameaça velada feita, não por Maquiavel, mas pela própria história.

Destaca Maquiavel, através do exemplo do Imperador Constantino, que em um eventual ataque sofrido pela cidade, tudo poderá se perder. Faz isso, expondo o constrangimento daqueles que, em suas palavras, antes “zombaram de seu imperador” e posteriormente, de maneira voluntária “correram chorando ao imperador” (MAQUIAVEL, 2010, 51). Nessa passagem, Maquiavel como excelente estrategista, antecipava-se a uma possível reação irônica dos florentinos ao pedido de destinação pecuniária e parece querer alertá-los que se assim o fizessem, se arrependeriam em lágrimas.

O segundo exemplo citado por Maquiavel envolve o Duque Valentino. “Em setembro de 1500” havia a previsão de que o Duque pudesse passar pela Toscana “nem se sabia se deveria passar pela Toscana ou pela Romanha”. O Duque “dirigiu-se para Pésaro” e a tomou. Devido ao fato de Florença ter se livrado da passagem do Duque Valentino – grande conquistador de terras estrangeiras – nos meses finais ao ano de 1500, fez com que a cidade, ao se julgar segura, deixasse de se prevenir contra o que ocorreu em abril de 1501, quando perdeu Faenza. Afirma Maquiavel em suas *Palavras*, que isso se deu porque “não se percebiam mais os perigos [...] e não foi possível persuadir-vos a aprovar por maioria nenhuma providência” (MAQUIAVEL, 2010, p. 53).

Ridolfi relembra que na ocasião em que o Duque Valentino poderia atacar Florença, Maquiavel estava em Nantes. No dia 04 de novembro partiram cartas do rei da França, ao Duque Valentino, com ordens de que não atacasse os florentinos. Maquiavel aconselhava nas cartas que escrevia aos Magistrados dos Dez, referindo-se ao rei da França, de que seria “sábio esquecer os

ressentimentos, as boas razões e bom Direito diante da força do rei, que só essa prudência podia garantir-lhes segurança em meio à tomada de necessidade” (RIDOLFI, 2003, p. 58).

A iminência de um ataque pelo Duque fez com que Maquiavel trouxesse para os escritos de chancelaria a importância de se agir em casos extremos conforme a necessidade – uma máxima para ele, que se repetiria posteriormente em outras obras, que será analisada no próximo Capítulo, sendo que nesses casos, o Direito não seria prioridade. Assim, conclui Maquiavel, que em “26 de abril de 1501”, pouco mais de seis meses do primeiro acontecimento, “ouvistes sobre a perda de Faenza e vistes as lágrimas de vosso gonfaloneiro [Pier Soderini]”. Se alguma medida tivesse sido adotada quando o perigo estava próximo, poderia ter evitado o que ocorreu “no dia 4 de maio de 1501”, data na qual “vistes arderem vossas casas, depredarem vossas coisas, matarem e aprisionarem vossos súditos, violarem vossas mulheres, destruírem vossas propriedades sem pudésseis a isso dar remédio”. E conclui: “e daqueles que seis meses antes, não quiseram participar para pagar 20 ducados, foram arrancados 220, e os vinte os pagaram de qualquer forma” (MAQUIAVEL, 2010, p. 53).

Maquiavel ao tratar do ataque à Faenza traz um exemplo recente, cujos personagens são os próprios florentinos. Com ele, demonstra preocupação com a ameaça de violação dos Direitos dos cidadãos florentinos – por isso, que a provisão do dinheiro para um exército é, para ele, importante. Cita a violação das mulheres, os homicídios, a perda da liberdade, a depredação patrimonial, a destruição das propriedades como sendo violações de Direitos dos florentinos pelos invasores. Chamamos a atenção para esse fato, porque é um momento em que Maquiavel dedica-se aos riscos que a instabilidade política traz para os Direitos das pessoas. Aqui não trata o pensador florentino do Direito como um instrumento de governo, mas sim do direito das pessoas sob a ameaça de violação.

Por meio desses exemplos tão parecidos entre si, Maquiavel diz ao povo florentino que a história se repete e é preciso aprender com ela, para que os erros não se repitam – outra máxima que aparecerá nas obras que escreveu posteriormente. O mesmo erro cometido pelos cidadãos de Constantinopla foi

também cometido pelos florentinos, que assim como os primeiros, perderam o dinheiro que negaram para financiar um exército, sem contar os bens imensuráveis como vida e a liberdade.

Os relatos dos abusos sofridos por Faenza, da violação das mulheres, do vilipêndio, do incêndio das casas, da depredação do patrimônio, das mortes e prisões, evidenciam que a ausência de uma força armada própria da cidade trazia uma insegurança absurda às pessoas. Isso devido às ameaças de constantes ataques que Florença, e as demais cidades, sofriam - tanto de forças vizinhas, como aquelas do Duque Valentino, quanto de outros lugares mais distantes.

Maquiavel não teoriza com hipóteses, apresenta fatos reais, recentes e assustadores, sobre as vulnerabilidades e as exposições a toda a sorte de abusos e ataques que Florença poderia sofrer. Escancara a insegurança jurídica e política de seu tempo. Implicitamente, afirma que a perda de Faenza – e todos os sofrimentos e violações decorrentes – poderiam ter sido evitados com um exército. Mas isso somente seria possível, assim como no caso de Constantinopla, com a diligência da provisão de recursos financeiros, previamente, destinados.

Nota-se que Maquiavel parece querer demonstrar com suas *Palavras* que manter um exército próprio tinha como objetivos a garantia da vida, da liberdade e patrimônio dos florentinos, protegendo-os da violência e da servidão impostas por aqueles que pretendiam tomar a cidade. Em última instância, visava assegurar direitos. As forças armadas eram a própria garantia de existência das cidades e da liberdade de seu povo, eis que a perda da liberdade na cidade era equivalente a seu fim. Isso se evidencia pela afirmação: “e de novo vos replico que sem a força as cidades não se mantêm, mas chegam a seu fim. E o fim ou é pelo seu abandono por parte da sua população, ou pela servidão” (MAQUIAVEL, 2010, p. 51).

Estar sob o jugo de um comandante, tornar o povo servo, acabar com a liberdade significava o aniquilamento da cidade. Perde-se a cidade quando se perde a liberdade. Garantir a liberdade é o mesmo que garantir a existência, viabilidade e permanência da própria cidade. Para Maquiavel, a liberdade e a cidade (como modo de vida livre) estão intimamente ligadas, de maneira que

uma não poderia existir sem a outra. Há uma relação de dependência vital entre elas e protegendo uma, protege-se a outra. A perda da liberdade representava a perda da possibilidade de existência da cidade e por isso, proteger a liberdade do povo era um valor tão caro a Maquiavel.

E quando o texto está quase em seu final, provoca com uma analogia: não prover as armas seria agir “como aqueles” que “quando veem o sol nunca acreditam que possa chover” (MAQUIAVEL, 2010, p. 53). Maquiavel compara a credulidade e a inocência daqueles que não se convenceram sobre a necessidade de um exército próprio, porque não se sentem ameaçados naquele momento, com aqueles que pensam que não choverá porque o sol brilha.

Esse sol brilhante poderia ser uma metáfora para representar o rei da França, pois no período os florentinos estavam sob a proteção dele e acreditam que o Duque Valentino não tentaria contra Florença. Maquiavel critica essa forma de julgamento, apresentando a pergunta e a resposta: “e se me replicardes: ‘que necessidade há de forças militares? Estamos sob a proteção do rei e nossos inimigos estão liquidados! O Duque Valentino não tem motivo para nos atacar’ (MAQUIAVEL, 2010, p. 51), responde: “encontrar-vos-eis entre duas ou três cidades que desejam mais a vossa morte que a vossa vida” (MAQUIAVEL, 2010, p. 52).

Sobre o rei da França afirma que “todo Estado, toda cidade deve reputar inimigo todos aqueles que podem ter esperanças em poder ocupar o que é seu”. Em relação ao Duque Valentino afirma que “todos conhecem sua natureza, qual é seu apetite” e que nenhum pacto foi firmado com o papa ou com o Duque de não atacariam a cidade: “não se conclui ainda nenhum pacto com eles” e na sequência afirma, que mesmo que se tivesse concluído um acordo nesses termos, não seria respeitado, porque “entre os homens particulares as leis, as escrituras, os pactos mantêm os compromissos assumidos, e entre os senhores governantes somente as armas os mantêm” (MAQUIAVEL, 2010, p. 52).

Nessa passagem, Maquiavel afirma que entre particulares as leis são suficientes e os acordos estabelecidos são cumpridos, mas entre governantes, a segurança da cidade não estaria no cumprimento de acordos e pactos, sendo

que a resistência pelas armas seria capaz de manter a cidade em segurança. É importante lembrar que o texto é escrito por Maquiavel em 1503, portanto posteriormente ao assassinato pelo Duque Valentino daqueles com quem havia firmado acordo, o que acreditamos ser determinante para a descrença de Maquiavel no cumprimento dos pactos entre governantes.

A experiência que testemunhou do descumprimento do pacto firmado por Cesar Bórgia, certamente influenciou Maquiavel nas suas considerações sobre a inobservância dos pactos por aqueles que governam. Como ser viu, em 1515, Maquiavel narra os homicídios cometidos pelo Duque¹⁸⁸. Viroli destaca que “Florença não havia assinado nenhum acordo com o Valentino” (2002, p. 91-92) e que “mesmo que tivesse poderia ser descumprido”. Nesse caso, somente as armas poderiam garantir a segurança e liberdade do povo – armas que Florença não possuía.

O período de Maquiavel, com a presença sempre ameaçadora do Duque Valentino – que a qualquer momento poderia invadir e dominar as cidades italianas, dentre elas Florença, sem observar qualquer Direito, lei ou pacto – contribuía sobremaneira para essa visão. Entretanto, cabe-nos ressaltar que ao mesmo tempo em que Maquiavel afirma a violação dos pactos e leis entre governos estrangeiros, afirma também que esses mesmos pactos e leis valem entre cidadãos privados.

Florença tinha que se preocupar constantemente com as ameaças da França, do papado, do Duque Valentino e de Veneza. Assim, além do Duque Valentino, chama a atenção para outros inimigos internos como os vênetsos¹⁸⁹ e o papa (cf. MAQUIAVEL, 2010, p. 52), lembrando que para enfrentar os inimigos, “nem sempre se pode lançar mão à espada de outrem” (MAQUIAVEL, 2010, p. 52).

¹⁸⁸ Vide item anterior: *Descrição do modo adotado pelo Duque Valentino para Matar Vitellozzo Vitelli, Oliverotto Pagolo e o Duque de Gravina Orsini*. César Bórgia

¹⁸⁹ “Em novembro de 1503, Maquiavel debatia com Francesco Soderini, cardeal de Volterra sobre os planos expansionistas de Veneza “em 24 de novembro, relata ao Conselho dos Dez uma longa discussão com o amigo Francesco”. Maquiavel não acreditava que Veneza conseguisse se expandir-se e dominar toda a Itália. Isso porque “para expandir-se com segurança sobre a terra firme, eram necessários um exército poderoso, não-mercenário, e a disponibilidade de conceder aos povos submetidos os Direitos de cidadania. Veneza não tinha nem uma nem outra coisa” (VIROLI, 2002, p. 101).

Maquiavel expressa, assim, todas as suas reservas à contratação de exércitos mercenários. Para o pensador florentino, os exércitos próprios, formados por cidadãos, eram os mais adequados. Acreditamos que Maquiavel fazia essa análise, com fundamento nas experiências que teve durante o período em que foi secretário da chancelaria, lembrando que a primeira missão que atuou em 1500, teve como objetivo justificar ao rei da França as deserções de mercenários contratados pelo governo de Florença, financiados pelo governo francês, na guerra contra Pisa.

Essas mesmas afirmações sobre a necessidade de exércitos próprios, para além das *Palavras*, aparecem, posteriormente, com veemência tanto no *O Príncipe* (Capítulo XIII), quanto nos *Discursos* (Livro, Capítulo). A insistência de Maquiavel em contraindicar exércitos mercenários e sobre a concentração de todos seus esforços em convencer a aristocracia florentina a investir dinheiro nisso, deve ser investigada à luz da experiência que Maquiavel teve durante sua atividade na chancelaria. Isso porque, conforme lembra Skinner, “a maioria dos historiadores chegou à conclusão de que o sistema mercenário geralmente funcionava com grande eficiência” (2012, p. 47). Ou seja, Skinner afirma que Maquiavel desacredita dos exércitos mercenários, não por questões históricas. Isso porque, os relatos históricos, sugeririam que a contratação de mercenários era uma forma eficaz para a proteção das cidades.

Entretanto, essa não era a opinião de Maquiavel, que deixa muito claro seu descontentamento com os exércitos mercenários tanto nos escritos de chancelaria, quanto posteriormente no *O príncipe* e nos *Discursos*. Exemplificativamente, no *O príncipe*, afirma que: “quem tem o seu poder alicerçado em exércitos mercenários, jamais estará seguro e tranquilo, porque eles são desunidos, ambiciosos, indisciplinados, infiéis, valente entre os amigos e covardes entre os inimigos, sem temor a Deus nem probidade” (*O príncipe*, XII).

Se o sistema mercenário funcionava, por que Maquiavel era fortemente contrário a ele? Skinner levanta uma hipótese, para refutá-la na sequência, de que isso poderia se dar porque Maquiavel estaria “apenas seguindo uma tradição literária” dos antigos romanos (SKINNER, 2012, p. 47). A refutação é feita no sentido de que “para Maquiavel, seria muito difícil seguir servilmente

mesmo seus autores mais diletos” (SKINNER, 2012, p. 48). Assim, a descrença de Maquiavel nos exércitos mercenários estaria fundamentada na própria experiência que teve na chancelaria da cidade de Florença, na sua vivência como secretário. É muito provável “que ele esteja pensando especificamente nos infortúnios de sua cidade natal, que sem dúvidas sofreu uma série de humilhações nas mãos de seus comandantes mercenários durante a longa guerra contra Pisa” (SKINNER, 2012, p. 48).

2.2.5 Discurso sobre a ordenação do Estado de Florença para as armas (os motivos da ordenança, onde encontrá-la e o que é necessário fazer (1506)

Nesse escrito Maquiavel retoma o discurso sobre ordenação (e da renovação da ordenação) de armas próprias para Florença – tema corrente no Humanismo florentino, embora “esse retorno cultural humanístico não seja retomado de modo explícito” nos escritos sobre a *Ordenação* (cf. GUIDI, 2009, p. 162). Dessa vez, Maquiavel não tenta persuadir os florentinos sobre a necessidade de angariar recursos para montar um exército próprio, mas sim, dispõe sobre a melhor maneira de ordenar as armas na cidade. Maquiavel propõe um novo sistema organizacional para o exército de Florença que contempla uma justiça militar própria, com um magistrado responsável.

Mais uma vez, assim como nas *Palavras*, inicia seu escrito pedindo paciência àqueles que para quem se destina, porque se socorrerá dos recursos histórico-jurídicos: “vós me pediste que vos escrevesse sobre a base dessa ordenança e onde se pode encontrar [soldados para ela]. Fá-lo-ei, e para vosso maior conhecimento, recuarei um pouco; e vós tereis a paciência de me ler” (MAQUIAVEL, 2010, p. 55). Na sequência utiliza o binômio justiça e armas como sinônimo de sistema de governo. Maquiavel não vai direto ao tema da reformulação da ordenança florentina. Antes disso, retoma, de maneira consciente, o argumento da necessidade invariável - temporal e espacialmente - das leis e das armas para se fundamentar qualquer organização política.

Precisamos esclarecer que quando afirmamos que Maquiavel utiliza-se desse binômio conscientemente, o fazemos porque é certo que a linguagem da chancelaria florentina – formalmente influenciada pela obrigatória formação

jurídica exigida daqueles que a ocuparam em um período antecedente muito recente a Maquiavel – possuía uma linguagem própria para seus documentos, praticamente padronizada. Assim, caso Maquiavel iniciasse o *Discurso sobre a Ordenação* apenas reproduzindo o binômio leis e armas, ou prudência e armas, ou justiça e armas, sem justificar o porquê o fazia, ou sem mencionar a importância de fazê-lo, a imputação de que se tratava da utilização de uma linguagem padronizada, automática, poderia lhe pesar. Entretanto, como age de maneira muito diversa, afirma que recuará a fim de justificar seu escrito, e para tanto, solicita paciência daqueles a quem se dirige.

Outro importante esclarecimento, sobre nosso posicionamento, ocorre quando afirmamos que Maquiavel defende a necessidade da justiça e armas como possibilidade de existência de toda e qualquer organização política. Dizemos “necessariamente” porque é assim que Maquiavel fundamenta. Ele reafirma que todos os estados (os que existiram e os que existirão) são sinônimos de justiça e armas – “quem diz império, reino, principado ou república [...] diz justiça e armas”¹⁹⁰ (MAQUIAVEL, 2010, p. 55). Caso a referência ao binômio fosse desnecessária, o pensador poderia ter iniciado seu texto de modo direto, tratando exatamente do assunto ao qual se propõe, mas repete o modo de proceder das *Palavras* e reafirma o binômio também no *Discurso sobre a Ordenação*.

O recuo que Maquiavel afirma fazer é aquele de não abordar diretamente o tema das armas, sem relacioná-lo com o tema do Direito. Se nas *Palavras* ele também recua, mas não diz, aqui ele menciona expressamente. Entretanto, a motivação desse recuo continua a mesma: evidenciar a importância individual do sistema jurídico e do sistema de defesa para a cidade, bem como a importância da relação entre eles para a estrutura política. Como se viu, de maneira diversa do escrito anterior, neste não mais designa esses sistemas de “prudência e armas”, mas sim de “justiça e armas”. Embora prudência tenha sido substituída por justiça, no binômio, o sentido empregado para as palavras é o mesmo – tendo em vista que, prudência, se referia ao sistema de justiça – o que ficou esclarecido quando mencionou Pier Soderini, conforme analisamos. Além disso, o contexto em que é utilizado não se alterou.

¹⁹⁰ Retomaremos essa citação na sequência.

Se nas *Palavras* Maquiavel afirma que a prudência e as armas eram “o nervo de todas as Senhorias”, aqui ele afirma que “todos sabem que quem diz império, reino, principado, república, quem diz homens que comandam, começando do primeiro grau de descendo até o comandante de um bergantim, diz justiça e armas¹⁹¹” (MAQUIAVEL, 2010, p. 55). Se nas *Palavras* o binômio constituía o nervo que mantinha os governos, eis que sem um ou outro ele “ruiriam”, no escrito que analisamos agora Maquiavel aborda o binômio como sinônimo do próprio governo, independentemente de sua forma. Nota-se que formas de governo, com modos muito diversos entre si – Maquiavel cita impérios, principados reinos e repúblicas – possuem o mesmo fundamento estrutural a ponto de serem designados pelo mesmo binômio: justiça e armas.

Retomando o Direito romano para se buscar entender o uso da expressão justiça, têm-se, desde a compilação de leis realizada pelo Imperador Justiniano no *Corpus Iuris Civilis*, a sua vinculação com o Direito. O título do Primeiro Livro¹⁹² do *Digesto* trata *Da justiça do Direito (da iustitia et iure)*. Trata-se, portanto, as primeiras linhas do *Digesto* do esclarecimento de que Direito e justiça são conceitos conectados: “é preciso que aquele que há de se dedicar ao Direito primeiramente saiba de onde descende o nome ‘Direito’ (*ius*). Vem, pois, de ‘justiça’. De fato, como Celso elegantemente define, Direito é a arte do bom e do justo” (JUSTINIANO, D. 1.1.1, 2012, p. 19).

As palavras justiça (*iustitia*) e Direito (*ius*) possuem o mesmo radical. Entretanto, esclarece o *Digesto*, que a justiça é anterior ao Direito, visto que segundo preceitua, o Direito deriva da justiça. O Direito, segundo o *Digesto*, contém três preceitos que o definem: “os preceitos do Direito são estes: viver honestamente, não lesar a outrem e dar a cada um o que é seu” (JUSTINIANO, d. 1.1. 10. 1, 2012, p. 24). Após apresentar os preceitos do Direito, o *Digesto* conceitua a justiça: “justiça é a vontade constante e perpétua de dar a cada um o seu Direito” (JUSTINIANO, D. 1. 1. 10, 2012, p. 24).

¹⁹¹ As palavras utilizadas no texto original são *iustitia* e *armi* (cf. Machiavelli, Tutte le opere, p. 38, 1971).

¹⁹² A abertura do Primeiro livro do *Digesto* traz a seguinte inscrição: “Primeiro livro dos ‘Digestos’ ou ‘Pandectas’ do Direito enucleado selecionado de todo o Direito antigo, do sacratíssimo príncipe Justiniano nosso Senhor” (JUSTINIANO, 2012, p. 18).

Há, portanto, no Direito romano uma dependência cíclica entre os conceitos de Direito e justiça, porque tanto no Direito, quanto na justiça o *telos* é o mesmo: a disposição de fazer o justo. Assim, trata-se de um raciocínio tautológico, porque fazer justiça é entregar o Direito e entregar o Direito é fazer justiça. Destacamos que nessa relação com o Direito, o *Discurso sobre a Ordenação* tem especial afinidade com o tema do Direito militar. O Direito militar, embora pouco estudado nas disciplinas dos cursos de Direito como matéria autônoma, é um ramo do Direito muito antigo. Apresentou-se historicamente pela primeira vez com o Direito romano “a iniciativa de tratar da *res militari* é devida, pela primeira vez na História, de uma forma clara e inequívoca, à engenhosidade demonstrada neste campo pelos romanos” (PALMA, 2010, p.21).

O Baixo Império (284-565) é considerado “o período histórico em que a dita consolidação de leis se tornou possível” (PALMA, 2010, p.21), isso, grande parte “em virtude da obsessiva preocupação dos romanos em afirmar leis da forma escrita” (PALMA, 2010, p.22). Há “evidências históricas de que outras civilizações da Antiguidade (Índia, Pérsia, Atenas, Macedônia e Cartago) ‘conheciam a existência de certos delitos militares, e seus agentes eram julgados pelos próprios militares’” (NEVES; STREIFINGER, 2012, p. 29). Entretanto, “somente em Roma adquiriu autonomia” (NEVES; STREIFINGER, 2012, p. 29).

Roma se destacou como primeira cidade que atribuiu ao Direito Militar autonomia, atribuindo a ele um sistema de julgamento próprio, com leis previamente determinadas. O que torna os romanos diferenciados sob o aspecto do Direito militar, em relação às outras civilizações, não é o ineditismo do tema – porque muitas civilizações antigas previam punições para delitos militares – mas sim o ineditismo da forma como o tema era abordado por eles. Os romanos estabeleceram um verdadeiro sistema jurídico para as questões militares, com regras escritas e meios próprios de fiscalização.

Por certo, O Direito militar romano, não pode prescindir da análise de “uma característica cultural própria a modelar o espírito do homem romano, qual seja, o seu arraigado compromisso cívico com o militarismo e uma inegável inclinação à beligerância” (PALMA, 2010, p. 83). Entretanto, a

autonomia do Direito militar romano se deve menos à “impressionante vocação militar do homem romano”, visto que “outros povos listados também foram notadamente inclinados ao expansionismo” e muito mais à “apurada técnica dos jurisconsultos no processo de elaboração, sistematização, ordenação lógica e criação do Direito. Em síntese, a maneira com a qual os romanos trataram e conceberam o fenômeno jurídico, dado à cientificidade” (PALMA, 2010, p. 99).

Palma atribui, portanto, ao sistema jurídico romano o sucesso com as questões militares de Roma e não à força dos exércitos, visto que no período outros povos também possuíam fortes estruturas militares, porém mais rudimentares do ponto de vista jurídico. Entretanto, embora sejam “abundantes as leis escritas datadas da Idade do Bronze durante o final do II milênio antes de Cristo, são raras as alusões jurídicas ao militarismo” (PALMA, 2010, p. 56). Assim como as primeiras leis romanas, as normas relacionadas ao Direito militar tiveram origem sob o comando do rei Sêrvio Túlio: “é notório que as mais representativas reformas no modo de organização da cidade e de seu efetivo militar foram levadas a cabo por Sêrvio Túlio (578-535 a. C.): penúltimo rei a governar Roma” (PALMA, 2010, p. 70-71).

Embora leis militares tenham sido criadas no período de Sêrvio Túlio, nos cabe ressaltar que elas ainda não eram escritas. Isso porque, “ao que tudo indica, Roma não chegou a possuir leis escritas até a produção da célebre ‘Lei das Doze Tábuas’ compostas entre os anos 451 e 450 a. C” (PALMA, 2010, p. 75). Ainda assim, nas XII Tábuas, que foram as “primeiras regras de Direito escritas da cidade” também “não traziam nenhuma norma de cunho militar” (PALMA, 2010, p. 76).

Muito posteriormente àquelas normas de Sêrvio Túlio, foi somente sob o comando de Cícero, que os romanos tiveram um grande avanço no Direito militar: “os romanos, à época de Cícero (século I) já possuíam uma clara noção de Direito Militar, ainda que a terminologia (*ius militari*) não fosse utilizada a todo o momento” (PALMA, 2010, p. 87). Entretanto, foi bastante posteriormente à Sêrvio Túlio (cerca de mil anos) e a Cícero (cerca de 500 anos), que o Código de Justiniano contemplou as questões relacionadas ao Direito militar, no *Corpus Juris Civilis*, cujo objetivo era compilar o Direito existente, incluindo,

por certo, todas as normativas sobre o Direito Militar. Nesse sentido, “o Direito Militar Romano se consolida formalmente através de uma compilação – o *Corpus Iuris Civilis*. Vale notar que nenhuma outra fonte do Direito romano fornece uma síntese tão confiável e bem construída do Direito Castrense” (PALMA, 2010, p. 80).

Muito antes do código de Justiniano, no que se refere à autonomia dos julgamentos dos militares, a justiça romana já estava muito avançada quando em comparação às outras. Os soldados romanos eram julgados por uma justiça penal própria, diversa daquela que julgava os civis. Isso ocorria porque a lei que visava punir os crimes praticados por militares atribuía autonomia à justiça, prevendo o que se poderia denominar como “delito próprio militar” - aquele que somente poderia ser praticados por soldados.

Essa previsão de uma justiça própria para julgar apenas os crimes praticados por militares consta desde o século I a.C., ganhando primazia com o Imperador Adriano¹⁹³, consolidando-se no século III d. C. O que estava definido nessa época como crime militar, não é pacífico entre os estudiosos, visto que não existia uma “codificação criminal nos moldes das atuais, com tipificação do crime descrita de uma forma clara e precisa e a pena correspondente” (cf. PALMA, 2010, p., 90).

Entretanto, alguns autores descrevem oito crimes militares¹⁹⁴ nesse período: “deserção; sedição; desobediência contra as decisões dos magistrados; a evasão do campo de batalha; o abandono de posto; a injúria e o furto” (PALMA, 2010, p. 91) somados ao crime de “delitos sexuais”, cuja pena não é mencionada (cf. PALMA, 2010, p. 91). Outros autores citam crimes¹⁹⁵ diversos desses primeiros, consistentes em: “incitação à violência; insubordinação; a agressão física a um oficial; a deserção; o abandono dos baluartes; de fingir-se doente para evitar a luta; a traição e repassarem informação ao inimigo (espionagem)” (PALMA, 2010, p. 91).

¹⁹³ Adriano reinou de 117 a 138 (cf. CRETELLA, 1998, p. 56).

¹⁹⁴ Rodrigo Freitas Palma cita como exemplo o autor alemão Teodoro Mommsen na obra *Derecho Penal Romano* Santa Fé de Bogotá, Colombia: Editorial Temis, 1999 (cf. PALMA, 2010).

¹⁹⁵ Rodrigo Freitas Palma cita como exemplo o autor Pat Southern em *The Roman Army A social and Institutional History*. S/1: ABC- CLIO, 2006 (cf. PALMA, 2010).

Além desses crimes, ainda eram passíveis de punição por pena de morte (através da entrega do condenado às feras, ou por enforcamento) - “não antes de padecer de tormentos” (PALMA, 2010, p. 91) - aquele que entregasse as armas para outra pessoa ou as perdessem; ou que solicitasse ao inimigo refúgio, e o superior que abandonasse a batalha (cf. PALMA, 2010, p. 91). Para além do *Digesto*, aqui já mencionado como uma fonte muito completa do Direito militar romano, há ainda outras, tais como a *Setentiae Pauli*; o Código de Teodosiano (Livro VII) e as obras de Rufus e Vegetius (cf. PALMA, 2010, p. 81).

Como Roma buscava a expansão, para os soldados havia uma preparação especial e não apenas para o combate, começando por severas regras disciplinares: “os caminhos para as conquistas territoriais se iniciavam com o estabelecimento de uma rígida disciplina militar” (PALMA, 2010, p. 84), que buscava prepará-los não apenas para o combate, mas também “para serem exímios construtores: eram capazes de fazer, com a devida celeridade, pontes, fortificações e máquinas utilizadas na guerra” (PALMA, 2010, p. 85).

Além disso, “durante boa parte do Principado (27 a. C. -284 d. C), exigia do soldado solteiro, ainda que temporariamente, a observância do celibato” (PALMA, 2010, p. 88). Em contrapartida a essas duras exigências, os militares romanos possuíam como benesse, “enterros dignos, ou seja, a organização de funerais em plena consonância com os preceitos da religião. Isso não ocorria somente em virtude da lei, mas também em função de um costume romano” (PALMA, 2010, p. 88).

Destacamos o Direito Militar Romano, porque o *Discurso sobre a Ordenação* possui muitas semelhanças com a forma como o Direito penal militar foi pensado e aplicado no período romano. Nas *Palavras*, escritas três anos antes do que o *Discurso sobre a ordenação*, Maquiavel parece sinalizar que a cidade de Florença cedeu um pouco de espaço para o Direito, através da ordenação da cidade com o cargo de gonfaloneiro. Ceder um pouco de espaço não significa que as questões relacionadas ao Direito ou a justiça estivessem plenamente contempladas. O mesmo não parece ocorrer em 1506, quando afirma que há pouca justiça em Florença. Maquiavel, assim, retoma a ideia de uma justiça própria para os militares florentinos – assim como aquela praticada

no período romano. Para tanto, resgata o binômio apresentado anteriormente (justiça e armas).

Constituir um exército próprio (armas próprias) e colocar a justiça como um mecanismo ou instrumento para as modificações necessárias para tanto, era uma forma de pensar e agir inerente ao período do Humanismo florentino. Isso fazia com que “a proposta de Maquiavel se inserisse nas coordenadas culturais da época” (GUIDI, 2009, p. 163). Nesse sentido Guidi: “a justiça e as armas eram unidas em Maquiavel em uma empírica doutrina da construção civil e política do estado”, sendo que com o *Discurso sobre a Ordenação* “Maquiavel deu início a uma efetiva reforma da administração da justiça” (GUIDI, 2009, p. 168). Afirma Guidi que Maquiavel agiu como alguns de seus antecessores¹⁹⁶ humanistas porque “também colocou a justiça no centro de um projeto civil” tendo em vista que “a justiça como fonte de boas ordenações era um tema muito valorizado pelos humanistas” (GUIDI, 2009, p. 169).

Assim, segundo sugere Guidi, a estruturação de um projeto civil que possui o tema da justiça como sendo central e nela se fundamenta para solidificar boas ordenações, é uma característica presente nos humanistas e também em Maquiavel. Sobre a justiça, o período humanista era marcado pelo entendimento de que ela e as armas mercenárias não se relacionavam. É assim que Guidi descreve: “a justiça e as armas mercenárias eram de fato dois elementos inconciliáveis”, isso porque, “tudo que dizia respeito à vida militar era alheio à justiça”, enquanto que “Maquiavel atrelava o tema da justiça ao problema militar” (2009, p. 164).

Acreditamos que muito dessa centralidade compartilhada entre os temas da justiça e das armas no pensamento de Maquiavel, se deve à da educação humanista que recebeu que coloca os temas no centro dos projetos de estruturação política das cidades. As armas funcionando como um duplo mecanismo – atuando tanto na preservação da liberdade, como na educação para a honra e glórias cívicas – e a justiça responsável pela ordem da cidade, através das instituições e das leis, formavam uma só base para o corpo político. A função pedagógica do exército consistiria em disciplinar para a

¹⁹⁶ Cita Mateo Palmieri que também colocou a justiça como tema central.

obediência das leis. A questão da disciplina militar dos conscritos era algo muito importante “não apenas para deixar os soldados ordenados e obedientes aos comandos, mas tinha também e, sobretudo, a precípua função de formar mentalmente os camponeses recrutados” (GUIDI, 2009, p. 260).

Guidi afirma, sobre Maquiavel, que “o seu pensamento em matéria de justiça é em tudo radicado em uma dimensão empírica, mas se desenvolve através de um léxico e formas tipicamente humanistas” (GUIDI, 2009, p. 172). Guidi afirma ainda que: “também Maquiavel *na Cagione dell’Ordinanza* não superou completamente a dimensão moral quando tratou do binômio justiça e armas” (GUIDI, 2009, p. 169). Nesse mesmo sentido, que na referida obra a terminologia utilizada por Maquiavel “se conecta mais a conceitos morais que políticos” (GUIDI, 2009, p. 169, nota de rodapé número 25).

Ao abordar o tema da justiça no Humanismo e em Maquiavel, Guidi afirma que “O Secretário florentino não exauriu seu pensamento naquela imagem convencional do homem armado ímpio e degenerado e em vez de uma busca vaga pelo genérico progresso moral [...] indicava uma concreta justiça para os recrutas do exército” (2009, p. 164-165). Maquiavel via nisso “uma solução prática ao problema da degradação civil e moral dos exércitos” (2009, p. 164-165). Afirma GUIDI que isso pode ser verificado no texto do projeto *d’Ordinanza*, que trouxe muitas modificações no sistema da justiça dos exércitos, e que isso é uma prova de que a justiça seria capaz de trazer efetivamente um novo arranjo moral para “cidadão-soldado” e consequentemente para a cidade: “provam isso as mudanças institucionais, das quais são testemunhas também as referências ao novo sistema jurisdicional estabelecido para os soldados do exército citados nos seus escritos de governo daqueles mesmos anos” (GUIDI, 2009, p. 165).

Sobre a aplicação prática da justiça, no *Discurso sobre a Ordenação* critica a justiça florentina: “vós, de justiça tendes pouca e de armas nada e o modo para reaver uma e outra é um só: organizar-se para as armas por deliberação pública, ordenadamente, e manter essa ordem” (MAQUIAVEL, 2010, p. 55). Essa afirmação é muito parecida com aquela feita nas *Palavras* de que acreditava que Florença havia dado algum lugar à prudência, com a criação do cargo de gonfaloneiro: “supus que como tínheis dado algum lugar

para a prudência em razão da criação do cargo de gonfaloneiro” (MAQUIAVEL, 2010, p. 55).

Guidi nos ajuda também a compreender não apenas a forma de divisão do trabalho dentro das duas chancelarias de Florença, e as atividades desempenhadas por Maquiavel, como principalmente a forma de atuação dele dentro da chancelaria. Afirma Guidi que é importante “sublinhar a diferença existente entre o primeiro período de Maquiavel na Chancelaria, antecedente ao gonfaloneiro vitalício, e o período sucessivo a 1502” (2009, p. 141). Isso porque se antes dessa data Maquiavel até poderia ser considerado imparcial, neutro “acima das partes”, depois dela “aderiu a uma parte política[...] a facção popular que sustentava o gonfaloneiro” (GUIDI, 2009, p. 141-142). Guidi se refere ao Gonfaloneiro de Justiça Pier Soderini. Assim, avalia que a proposta sobre a Ordenação das armas (*sull'Ordinanza*) é o lugar em que a “aderência de Maquiavel a campanha governamental soderiniana aparece de maneira mais evidente na proposta das leis como aquela sobre a Ordenança: uma reforma militar, mas de clara relevância política” (GUIDI, 2009, p. 146).

A aderência de Maquiavel a Soderini teria se dado porque a oposição aristocrática¹⁹⁷ (*ottimati*¹⁹⁸) de Soderini que estava assentada nas magistraturas florentinas, não desejava a criação de uma Ordenação de armas na cidade, porque temia que o exército “pudesse ser tornar uma espécie de guarda pessoal” de Soderini “e com isso pudesse ser utilizado contra os rivais políticos”, bem como que com um exército estabelecido, o poder do Gonfaloneiro “não pudesse mais ser contido” (GUIDI, 2009, p. 219). Um argumento favorável à criação do exército foi o péssimo desempenho dos soldados mercenários em Pisa (cf. GUIDI, 2009, p. 219).

No *Discurso sobre a Ordenação* há indicações de Maquiavel sobre a limitação do poder do exército, que de certa maneira visam tranquilizar a

¹⁹⁷ Como por exemplo, Alamanno Salviati, Bernardo Rucellai e Giovan Battista Ridolfi (cf. GUIDI 2009, p. 218).

¹⁹⁸ Após a queda dos Médicis em Florença, no ano de 1494, “os aristocratas estavam, na verdade, divididos em três grupos distintos: os ‘Bigi’, que haviam servido aos Médicis e permaneceram fiéis aos antigos senhores; os ‘Bianchi’, que, apesar de um passado comprometido com os Médicis, defendiam o novo regime; e os ‘ottimati’, constituídos por aristocratas que não haviam abandonado o projeto de fazer Florença uma república aristocrática, contrária a toda a dominação de uma só família” (BIGNOTTO, 1991, p. 58).

aristocracia florentina. Dentre elas, a preocupação com o fato de que os comandantes das bandeiras “não adquiram mais autoridade do que lhes convém” (MAQUIAVEL, 2010, p. 57). Para tanto, deve-se cuidar para que os que comandam as bandeiras não o façam nos lugares em que tenham vínculos: “é necessário providenciar para que ninguém que tenha nascido no lugar onde há uma bandeira, ou que aí tenha casas ou posses, possa comandá-la” (MAQUIAVEL, 2010, p. 57). Outra precaução é que os comandantes das bandeiras sejam trocados dos lugares frequentemente, para evitar a criação de vínculos: “e porque a autoridade com o tempo se adquire, é bom fazer, todos os anos a troca dos condestáveis e dar a eles novos comandos, e proibir por alguns anos que voltem a comandar as milícias que já comandaram antes” (MAQUIAVEL, 2010, p. 57).

Além disso, A nova Ordenação proposta por Maquiavel se fundamentava em uma nova justiça através de uma lei. Essa lei deveria atribuir funções a um novo magistrado que comandaria esse exército – uma justiça militar autônoma, assim como era no período romano. Assim, o mecanismo de instituição dessa justiça é uma lei, que limitasse a atuação do próprio magistrado, que teria a atribuição de cumpri-la: “O comando que se lhes deve dar é fazer uma lei que deles disponha e um magistrado que a observe” (MAQUIAVEL, 2010, p. 57). Assim, a saída que Maquiavel encontra para constituir uma nova Ordenação para as armas em Florença é a legal, através do Direito. A lei seria a forma indicada por ele de se constituir essa Ordenação para as armas e essa nova justiça.

Quando Maquiavel menciona a exigência de magistrado, refere-se a alguém com função pública – como se verá nas *Provisões da República de Florença para instituir o magistrado dos nove oficiais da ordenança e milícia florentina* - esse magistrado será o magistrado nos nove. Ele terá função de supervisão e aplicação de sanções aos soldados: “Para mantê-los em ordem é necessário que esse magistrado tenha autoridade para puni-los e faculdade para fazê-lo”. Quando menciona a expressão “faculdade” para punir, Maquiavel parece entender que caberia ao magistrado a análise da punição. Maquiavel dá ao magistrado um poder discricionário: ele quem vai analisar a necessidade, utilidade de razoabilidade da punição, porque terá a “faculdade” de aplicá-la, ou

não. Para que o magistrado tivesse essa autoridade, ela também deveria advir de lei: “e que a lei o lhe possibilite fazer tudo aquilo que for necessário” (MAQUIAVEL, 2010, p. 57).

Maquiavel indica assim quais seriam as determinações dessa lei. Dessa forma, atua nas funções de um verdadeiro legislador, ou no mínimo, como uma espécie de redator de um projeto de lei, fornecendo seu conteúdo - o aspecto material dela: “é necessário obrigá-lo a manter armado ao menos um número de homens suficiente para manter as bandeiras e aos condestáveis, obrigá-los a providenciar as armas, treinar os homens e alimentá-los” (MAQUIAVEL, 2010, p. 57). Sob o aspecto do treinamento dos homens, indica que o magistrado deve ser obrigado a “reaver a cada ano” o número de homens e “desmobilizá-los, em certos dias e por certo tempo, e reuni-los e incluir alguma coisa de religião¹⁹⁹, para torná-los mais obedientes” (MAQUIAVEL, 2010, p. 57).

Maquiavel se preocupava com o poder dado ao magistrado e a forma como ele atuaria junto ao exército. Não bastava apenas designar um magistrado próprio para as questões militares, instituindo uma nova justiça em Florença. Era necessário limitar esse poder e dar funções obrigatórias a esse magistrado, a fim de garantir o que julgava ser o adequado funcionamento dessa nova justiça. A lei obrigava o magistrado a agir de determinadas formas retirando dele a discricionariedade de algumas ações e vinculando-o obrigatoriamente ao cumprimento das determinações, tais como reunir e desmobilizar os soldados, cuidar para que se mantivessem armados e alimentados.

Maquiavel também se preocupa com os possíveis danos que os membros desse exército poderiam causar, categorizando-os de acordo com as vítimas deles. “Quanto ao modo de organizá-los para que não possam causar danos, deve-se considerar que podem fazê-lo de dois modos: ou entre eles, ou contra a cidade”. No caso dos atos danosos cometidos por um soldado contra outro “se pode duplicar a pena, sobretudo para aqueles que ferissem outros

¹⁹⁹ A utilização da religião como forma de tornar os homens mais obedientes e a relação dela com a lei é analisada no item 1.1 sobre a experiência jurídica antiga

durante os exercícios, mas para os que ferissem em outra situação se poderiam observar as leis já existentes” (MAQUIAVEL, 2010, p. 57).

Assim, de acordo com as vítimas (se civis ou militares), seria a lei aplicada. Caso os soldados cometessem atos danosos contra outro membro do exército, eles seriam punidos pela lei própria. Caso a vítima fosse uma pessoa civil, aplicavam-se as leis já existentes. Nota-se, portanto, que Maquiavel traz para seu escrito a menção à necessidade de respeito e obediência pelos soldados às leis já existentes. A observância das demais leis também é destacada por Maquiavel, reconhecendo sua função na organização do exército. Maquiavel separa, portanto, a justiça civil daquela militar.

Em caso de atos danosos cometidos contra cidade, afirma que os soldados “podem agir de dois modos: ou revoltando-se e unindo-se a um forasteiro, ou serem usados contra a lei por um magistrado ou por uma pessoa privada”. No primeiro caso, “não podem fazê-lo, e disso não se deve duvidar”. Em relação ao segundo caso “é necessário ordenar as coisas de modo que reconheçam mais de um superior”, porque “seria perigoso que reconhecessem todas as autoridades em um só superior” (MAQUIAVEL, 2010, p. 57). Assim, embora haja previsão de um magistrado para fazer cumprir as normas internas, os soldados deveriam se reportar a teriam três superiores: “quem os mantem em casa organizados, quem os comanda na guerra e quem os remunera” (MAQUIAVEL, 2010, p. 57).

Os três superiores teriam as funções assim divididas: “esse novo magistrado os mantivesse ordenados em casa; os Dez, por sua vez, os comandassem na guerra; os Senhores, os Colégios, os Dez e o novo magistrado os premiasse e os remunerasse. E assim estariam sempre sob vários superiores” (MAQUIAVEL, 2010, p. 57). Maquiavel fornece, portanto, elementos práticos e um método para a organização de um exército armado. Por força de lei, trazia também a “rotatividade periódica dos soldados”, que deveriam, em todos os anos, no mês de novembro, mudar de bandeira e de governo de Província (cf. GUIDI, 2009, p. 337; 339).

Essas exigências se davam para que os comandantes dos batalhões “não estreitassem uma confiança excessiva com seus subordinados” (GUIDI, 2009, p. 337), embora haja previsão *no Discurso sobre a Ordenação* “em uma

de suas breves cláusulas que os chefes dos coronéis do exército, em casos extraordinários, poderiam ser isentos da rotação periódica” (GUIDI, 2009, p. 341). Ressalta-se que a limitação dos poderes do exército se dava por meio de lei, que funciona como uma blindagem às determinações ilegais das autoridades, visando bloquear possível instrumentalização da tropa armada. Assim, visava-se distribuir o poder entre vários comandantes, porque segundo Maquiavel “Uma multidão sem um chefe nunca provoca dano” (MAQUIAVEL, 2010, p. 57).

E com isso, “no caso deles reunirem-se [para cometer abusos], seria necessário agir com todo o rigor contra o chefe dessas reuniões; e um exemplo permanece por um bom tempo na memória dos homens” (MAQUIAVEL, 2010, p. 57). A questão disciplinar da lei tem previsão com a aplicação de sanção ao chefe do grupo que causou os abusos. Essa punição dever ser exemplar – a fim de servir como coibição aos demais (mecanismo pedagógico da punição).

Maquiavel, visando também à disciplina, indica que o recrutamento dos soldados deveria ocorrer primeiro no campo e depois “alargado” para a cidade (GUIDI, 2009, p. 275). A disciplina “deveria em resumo torná-los virtuosos como aqueles soldados romanos que o Secretário Florentino conhecia e admirava as qualidades e as ações”. Assim, não é por acaso que a proposta da Ordenação trazia punições aos “desobedientes e reincidentes [...] no esboço da própria lei que instituía a Ordenação” (GUIDI, 2009, p. 260). Vários, portanto, são os dispositivos dedicados por Maquiavel ao controle e limitação do poder dessa nova força armada, bem como do magistrado por ela responsável. A vinculação à lei se mostra como um desses mecanismos - e não apenas à vinculação à lei relacionada à ordenação para as armas, mas a todas as leis, visto que Maquiavel menciona a necessidade do respeito às demais leis civis existentes.

Ao passo que Maquiavel demonstra preocupação com a disciplina dos soldados, também se mostra preocupado com o reconhecimento deles. Isso porque a “indisciplina, desordem, deserção etc, eram a ordem do dia entre os homens do exército no primeiro ano” (GUIDI, 2009, p. 261). Nesse sentido, existem despachos escritos por Maquiavel que determinavam “aos oficiais das quatro *podesterie* e *vicariati* mais importantes do campo de tomar “severas

providências” com os desobedientes” (GUIDI, 2009, p. 261), mas também que tivessem com eles “um tratamento humano” no confronto com aqueles que tivessem “motivos razoáveis” e não tivessem demonstrado “maldade e descaso”. Sendo que “os mecanismos de punição foram institucionalizados com a criação da Magistratura dos Nove em dezembro de 1506” (GUIDI, 2009, p. 265).

Maquiavel pedia para que os soldados fossem premiados em um despacho de 1507: “os homens fossem tratados com humanidade e discrição, contanto lhes possa dar prêmio e remuneração” (GUIDI, 2009, p. 335). Embora recomendasse tratamento mais humano aos soldados, em contrapartida admitia métodos de tortura, amplamente aceitos em seu tempo, como forma de discipliná-los.

A disciplina dentro do exército era controlada por um “superintendente” sendo que “seu papel era precisado com os maiores detalhes”. Assim, “para quem descumpria as ordens, as <instruções> indicavam a punição oportuna, na prisão ou na corda”. Essa corda era um método de tortura²⁰⁰: “o condenado tinha suas mãos amarradas nas costas e era suspenso por uma corda amarrada no teto” (GUIDI, 2009, p. 286). Assim, Maquiavel “tinha a intenção de utilizar as inescrupulosas atitudes de Dom Micheletto²⁰¹ no comando militar - sobretudo para a repressão brutal dos insubordinados para dar a eles aquele senso de hierarquia militar vital para qualquer exército” e com isso “afastar o perigo de alguma rebelião contra a cidade” (GUIDI, 2009, p. 290).

²⁰⁰ “O próprio Maquiavel, depois do retorno dos Medici em Florença teria sido submetido a esse tipo de tortura, porque era suspeito de ter apoiado uma conjuração” (GUIDI, 2009, p. 286- nota de rodapé número 294).

²⁰¹ “havia atuado a serviço de Cesar Borgia [...] por esse motivo era o homem mais adequado a disciplinar os soldados camponeses do novo exército, utilizando-se da própria experiência prática nessa tarefa” (GUIDI, 2009, p. 288). Assim, em Florença, no ano de 1506, foi “Capitão da guarda[...] o que indicava de modo explícito as suas atribuições como policial militar da milícia. A sua conduta era rica de detalhes (GUIDI, 2009, p. 281-282). “Ele era convidado a visitar todos os lugares do campo em que estavam presentes bandeiras da milícia e ao final vigiar as condutas dos soldados e reprimir eventuais tumultos, deserções ou desordens de qualquer gênero. Em particular deveria punir duramente os desacordos entre os soldados do exército e os habitantes dos vilarejos” (GUIDI, 2009, p. 285). Seria necessário que a função de *bargello*, uma forma de “policial” de “oficial de segurança pública”, que tivesse autoridade tanto no campo quanto na cidade. No caso de Florença, Maquiavel entendia que deveria ser um homem que fosse conhecido por seus meios cruéis: “um homem mal, de péssima fama, de modo similar se sabe que isso teria sido feito com Dom Micheletto” (GUIDI, 2009, p. 302), embora esse não fosse denominado como *bargello*, mas sim de capitão da guarda (GUIDI, 2009, p. 310). Devido “a violência e brutalidade” teve seu mandato revogado (GUIDI, 2009, p. 319).

Sobre a mencionada utilização da tortura por Maquiavel, nos cabe esclarecer sobre a utilização da tortura no período. O tema retornará quando abordarmos as obras literárias (*Belfagor*). Entretanto, sob o aspecto histórico, é importante mencionar que embora fosse considerado um meio bastante inescrupuloso e repugnante já à época, não era proibido legalmente – o que somente ocorreu séculos mais tarde com o iluminismo²⁰². A tortura foi um método muito utilizado na antiguidade e o Direito romano o previa como uma forma de prova – o que foi retomado na Idade Média, inclusive pela igreja: “a igreja cristã adotou com extrema frequência a lei romana relativa à tortura nos casos de traição, aplicando-a a heresia – que era explicada como uma traição contra Deus” (SCOTT, 2009, p. 75). Exemplo da adoção dos métodos de tortura largamente empregados pela igreja está nos relatos da inquisição.²⁰³

Segundo SCOTT, esse fenômeno da utilização da tortura como um meio legal de prova na Europa se iniciou na Itália no século XIII: “aproximadamente no século XIII a tortura legal floresceu na Itália com um vigor similar aquele dos tempos dos Césares. Gradualmente se difundiu para outros países” (2009, p. 84). Isso fez com que aos poucos se espalhasse por toda a Europa como um método válido e legal de obtenção de provas “resultando que no início do século XVII era difícil encontrar um estado europeu (parece que a Escandinávia era a única exceção) que não considerasse a tortura como parte necessária do processo criminal” (SCOTT, 2009, p. 84).

Assim, “em todos os estados europeus, a tortura era de fato praticada com o objetivo de extrair confissões de culpa em todos os processos penais”

²⁰² Scott nos apresenta fragmentos históricos que indicam o uso dos métodos de tortura através dos séculos: “na França do século XIV a tortura praticamente se tornou a regra e nela os tribunais confiavam muito [...] e a admissão da culpa não assegurava a exceção ao suplício, porque se o crime não era suficientemente grave para garantir a pena capital, frequentemente se torturava o passível de culpa para fazê-lo confessar crime pior [...] Assim, em 04 de janeiro de 1390, Fleurant de Saint-Leu acusado de ter roubado uma fivela de prata, depois de ter admitido durante a tortura a própria culpa, foi torturado novamente até admitir outros crimes e embora não conseguiram extorquir-lhe nenhum outro, foi igualmente justificado. Marguerite de la Pinele foi queimada viva por ter roubado um anel depois de ter sido colocada sob tortura e de não conseguirem fazê-la confessar outros crimes. O fato de Beccaria denunciar ainda em 1764 esse método de repetição dos suplícios, indica por quanto tempo ele foi cometido” (SCOTT, 2009, p. 85).

²⁰³ “a inquisição era uma corte de justiça, um tribunal fundado pela igreja católica romana com a intenção declarada de suprimir e erradicar a heresia. [...] Foi fundada na primeira metade do século XIII, a Santa Inquisição, com Domenico di Caleruega investido como primeiro inquisidor geral” (SCOTT, 2009, P. 86-87).

(SCOTT, 2009, p. 84). Dessa maneira, embora reprovável como meio de obtenção de prova – inclusive pelo próprio Maquiavel que anos mais tarde, precisamente em 1512, foi vítima de tortura e repudiou o método por ser extremamente abominável – à época era um meio juridicamente legal de obtenção de provas e Maquiavel indicou seu uso .

Não podemos nos afastar da premissa de que no *Discurso sobre a Ordenação*, Maquiavel está tratando sobre a ordenação do exército de Florença, de uma forma muito concreta, “o Secretário fazia-se iniciar um concreto projeto de reforma [...] um concreto paradigma de renovação” (GUIDI, 2009, p. 163). Isso porque desacreditava nas qualidades dos soldados daquela época. Assim, deveriam ser recrutados cidadãos escolhidos “e não os homens mais inadequados e corruptos como tendes no presente. Pois se alguém não quer obedecer ao pai, criando-se pelos bordeis, tornar-se-á soldado” (MAQUIAVEL, 2010, p. 57).

Maquiavel trouxe um novo modelo para o exército que passaria a ter uma justiça que coibisse os crimes praticados pelos soldados. Esse é um elemento novo em sua obra. Guidi chama a atenção sobre a aplicação que Maquiavel faz do conceito da justiça ao exército, o que “representa um elemento essencialmente novo” (GUIDI, 2009, p. 165- nota de rodapé número 17). Com a nova Ordenação “[...] estabelecia-se uma relação entre a cidade e seu domínio fundado, não mais sobre o medo, mas sobre a justiça e a fidelidade” (GUIDI, 2009, p. 334).

Para Maquiavel “o exército aspirava também uma representação autêntica de uma escola de boa cidadania, um instrumento mediante o qual se instrui os cidadãos, não apenas para a guerra, mas também sobre as leis e a boa ordem” (GUIDI, 2009, p. 328). Assim, o pensador florentino visava com seu *Discurso sobre a Ordenação* ter um exército forte, e uma nova ordenação da justiça militar que ocupasse a centralidade dessa força. Essa justiça não apenas tornaria os soldados mais aptos para as ações militares, como também mais virtuosos, porque para Maquiavel, o exército também cumpriria uma função cívico-pedagógica.

2.2.5.1 A concretização da Ordenação por meio de lei

A lei que deu origem a Ordenação em Florença, também passou pelo Conselho dos Oitenta²⁰⁴. Além dos oitenta, nesse conselho, também participavam “os senhores e os colégios”, perfazendo um total naquela votação de “90 votantes”. Desses, a lei obteve “62 votos favoráveis e 28 contrários”, sendo que “para a aprovação da lei era necessário que no conselho dos oitenta estivessem presentes dois terços dos membros e desses, votassem favoráveis dois terços”(GUIDI, 2009, p. 233). Guidi chama a atenção ao fato de que no Conselho dos oitenta a média de comparecimento para votações à época era de aproximadamente 101 pessoas - portanto, os 90 votantes representam um número menor do que a média (cf. GUIDI, 2009, p. 236).

Esse dado é importante, porque se no Conselho dos Oitenta a participação é menor, quando a votação é ampliada para o Conselho Maior, nele a média do comparecimento é maior. Isso porque após passar pelo Conselho dos Oitenta a lei foi submetida ao Conselho Maior, cujo *quorum* necessário para que uma determinada aprovação fosse considerada válida “deveria ser de cerca de mil membros”, sendo que a votação sobre a Ordenação obteve um *quorum* ainda maior, porque foram 841 favoráveis e 317 contrários. Houve assim um “sucesso político amplo da lei” (cf. GUIDI, 2009, p. 235). Assim, no Conselho Maior a média de comparecimento que era de cerca de mil pessoas, para a votação da *Ordenação* teve, somando-se os votos favoráveis e contrários, mil cento e cinquenta e oito participantes.

Nesses termos, “Com a provisão de 6 de dezembro de 1506, o Conselho Maior aprova a nova ordenação para o exército florentino o resultado da votação é registrado nos livros *fabarum*” (GUIDI, 2009, p. 233). Assim, o texto aprovado “é uma lei relatada sobre a base de um esboço feito por Maquiavel”, sendo que a redação definitiva dessa lei, também “provavelmente” tenha sido “escrita pelo Secretário da Segunda chancelaria”, porque o “texto segue o caminho anteriormente traçado por Maquiavel” (GUIDI, 2009, p. 233).

²⁰⁴ Formado em sua maioria por homens de menores posses. Quando Ridolfi trata do relacionamento do gonfaloneiro Pier Soderini, afirma que este preferia tratar com a Senhoria e os Colégios e o Conselho dos Oitenta, a ter que tratar com o que denomina de “magnatas”. Isso porque esses Conselhos em sua maioria, estavam “mais propensos a ceder à autoridade de seu cargo e à sua maior prática de administração, e que eram continuamente frequentados por ele” (RIDOLFI, 2003, p. 119).

A aprovação da lei representa também o sucesso político de Soderini, que obteve no Conselho Maior, grande apoio. Essas observações trazidas por Guidi revelam um Maquiavel que se ocupa de todo o processo legislativo para a aprovação da Ordenação das Armas em Florença. A informação de Guidi de que a redação definitiva da lei provavelmente tenha sido feita por Maquiavel revela a imensa proximidade do pensador com os temas jurídicos, em especial com a lei, eis que nessa condição Maquiavel atua como legislador.

Além de ter sido provável redator da lei, o fato dela ter sido estabelecida com grande expressão da vontade popular em apoio ao gonfaloneiro Pier Soderini – também representou uma vitória para Maquiavel, que apoiava seu governo. Essa grande aprovação da lei foi expressa através do comparecimento acima da média do Conselho Maior - composto pelas classes mais populares de Florença, e pelo comparecimento abaixo da média no Conselho dos Oitenta – composto pela aristocracia florentina, os *ottimati*.

Com a aprovação da lei sobre a Ordenação, Maquiavel obteve prestígio e reconhecimento. Guidi analisou as correspondências pessoais do pensador e avalia a forma como ele passou a ser visto em Florença após o *Discurso sobre a Ordenação*. Isso se deu “através de suas correspondências privadas” (2009, p.24). Maquiavel age “como se tivesse criado um tecido de intensa troca de cartas semioficiais [...] com membros relevantes do aparato militar florentino e com alguns expoentes da classe dirigente” (2009, p. 24). E assim, comprova, segundo Guidi, “com novos argumentos como aquela trama autônoma de contatos privados fazia dele, sobretudo depois da *Istitutione dell’ordinanza*, o coordenador de fato de todos os afazeres militares da República” (2009, p. 24).

2.2.6 Provisões da República de Florença para instituir o magistrado dos nove oficiais da ordenança e milícia florentina (1506)

Como o próprio nome sugere, nas *Provisões da República de Florença para instituir o magistrado dos nove oficiais da ordenança e milícia florentina* Maquiavel trata da implementação de uma Magistratura composta por Nove pessoas sob a qual se atrelariam as questões militares florentinas – trata-se da instituição de uma justiça militar em Florença, com autonomia e competências

judiciais. Prevê Maquiavel que “os Nove oficiais tenham plena autoridade de colocar bandeiras nas terras e lugares do campo e do distrito de Florença e sob elas alistar homens para combater a pé, a qualquer momento que lhes parecer necessário e conveniente e de punir os conscritos” (MAQUIAVEL, 2010, p. 61).

Roberto Ridolfi define a Magistratura dos Nove como sendo “os *Nove ufficiali dell’ordinanza e milizia fiorentina* [Nove funcionários do recrutamento e da Guarda Florentina], o primeiro corpo de funcionários instituídos naquela época para administrar estavelmente os assuntos militares de um governo” (2003, p. 117). E completa indicando que foi Maquiavel o secretário dos Nove: esse “novo corpo de funcionários não podia deixar de ter um chanceler, e este não podia deixar de ser Maquiavel²⁰⁵, permanecendo ainda, entende-se, chanceler da Segunda Chancelaria e Secretário dos Dez” (RIDOLFI, 2003, p. 117).

Sob os soldados florentinos passaria a ter competência a Magistratura dos Nove. A proposta dessa nova justiça é apresentada por Maquiavel que repete no início do texto o binômio da justiça e das armas: “Tendo considerado os magníficos e eminentes Senhores como todas as repúblicas que nos tempos passados se mantiveram e cresceram tiveram sempre como seu principal fundamento duas coisas, isto é, a justiça [*giustizia*] e as armas [*l’arme*]” (grifo nosso, MAQUIAVEL, 2010, p. 59). Nesse texto, Maquiavel aponta a finalidade desses dois princípios: “para poder refrear e governar os súditos e para poder defender-se dos inimigos” (MAQUIAVEL, 2010, p. 59).

Maquiavel ao fazer ressurgir o binômio não traz nenhum ineditismo. A novidade desse escrito reside no fato de que apresenta, de maneira expressa, a finalidade do binômio. O que antes estava implícito aparece de maneira expressa. Maquiavel indica que a justiça teria como objetivo “refrear e governar os súditos” e as armas oferecerem a possibilidade de “defender-se dos inimigos”. Segundo essa forma de estruturar o binômio, parece que as armas garantiriam mais a liberdade – tendo em vista que evitariam a dominação dos

²⁰⁵ “Deliberação de 12 de janeiro de 1506/7” (RIDOLFI, 2003, p. 117 – nota de rodapé número 40, p. 360). Maquiavel era, portanto, Secretário da Senhoria, na Segunda Chancelaria, Secretário do Conselho dos Dez e do Conselho dos Nove.

inimigos, em detrimento da própria justiça. Nota-se que nesse contexto, o sistema jurídico seria apenas mecanismo de coerção e controle.

Entretanto, as próprias *Provisões* contrariam essa hipótese, primeiro, porque a justiça também é necessária para estruturar as armas; e segundo, porque quando Maquiavel afirma a justiça como mecanismo de controle e repressão dos súditos, o faz pensando nos desejos da aristocracia – o que garantiria liberdade à cidade. Ao afirmar a justiça com um mecanismo de controle, Maquiavel deixa um recado à aristocracia florentina. A justiça dominada pela aristocracia já não conseguia realizar essa função – pelo menos para a própria aristocracia.

Ao afirmar que a justiça serve para refrear e governar os súditos, Maquiavel também traz nas entrelinhas o tema da liberdade. Com uma aristocracia dominante, os camponeses, por exemplo – aqueles que Maquiavel tinha a intenção de primeiro recrutar – não se sentiam livres e seguros para servir ao exército, porque não acreditavam que poderiam ser julgados de maneira justa e imparcial por uma justiça viciada, que visava atender aos interesses da aristocracia. Assim, defendemos que quando Maquiavel traz a justiça como mecanismo de governo e refreamento dos súditos, tem como objetivo garantir a liberdade do corpo político, que na ocasião estava sendo oprimido pela aristocracia.

Chama ainda a atenção o fato de que Maquiavel, nos outros escritos do período da chancelaria, inclusive do mesmo ano (como no caso do *Discurso sobre a Ordenação*), afirmar que a justiça era praticamente inexistente em Florença e nesse afirma que a justiça em Florença está bem ordenada e que faltava na cidade somente a instituição de um exército próprio: “considerando que a vossa república é de boas e santas leis bem instituídas e ordenadas em relação à administração da justiça, e que lhe falta apenas prover-se bem as armas” (MAQUIAVEL, 2010, p. 59).

Sobre a afirmação de Maquiavel de que a justiça de Florença é bem ordenada, a nossa hipótese é que Maquiavel utilizou-se da retórica para elogiar a justiça florentina, disfarçando sua real opinião. Isso porque como ele era também Secretário da Magistratura dos Dez, não poderia dizer abertamente, em um documento público, que acreditava que a justiça de Florença estava

totalmente corrompida e por isso precisava de uma nova. Como estrategista que era, sabia que esse não era o caminho mais inteligente para surtir o efeito esperado. Além do que, o uso da retórica, devido à educação humanista que recebeu, não lhe seria estranho.

Florença, com a instituição da Magistratura dos Nove, passava a ter em seu sistema de justiça composto, portanto, pela Magistratura dos Dez e a Magistratura dos Oito, sobre as quais trataremos brevemente. Vale lembrar – como se verá no item dedicado às ordenações – que Maquiavel continuará nos *Discursos* (1517) criticando, mesmo que implicitamente, a forma de composição e a inclinação ao favorecimento de alguns pela magistratura dos oito: “porque não basta acusar um poderoso diante de oito juízes numa república: é preciso que os juízes sejam muitos, porque os poucos sempre agem em favor de poucos” (*Discursos*, I, 7).

Sobre a Magistratura dos Dez, Guidi afirma que “todas as diversas categorias de oficiais do domínio florentino, de fato, eram controladas pelos Dez” (2009, p. 356). Essa Magistratura era “qualificada ao longo do século XV como órgão privilegiado do regime, adquirindo pouco a pouco um papel sempre maior dentro do governo” (GUIDI, 2009, p. 353). O motivo desse aumento era devido “ao controle da justiça que esses magistrados de fato reservavam-se através da gestão dos funcionários da República”, porque “a administração da justiça no território controlado por Florença, de fato, na maior parte dos casos, era confiada a esses oficiais” (GUIDI, 2009, p. 354).

Entretanto, embora a magistratura dos Dez realizasse o efetivo julgamento, lembra Guidi que “teoricamente” quem detinha “competência” para o julgamento “nos juízos penais”, bem como “prerrogativa” para prolatar “sentença final” era a Magistratura dos Oito (2009, p. 354). Guidi menciona que teoricamente quem deveria decidir eram os Oito, porque na prática, efetivamente, quem decidia eram os Dez: “embora os Dez, institucionalmente e em teoria não fossem um órgão judicial, na prática, é notório que: ‘[...] procura quem viola a norma, estabelece as sanções a serem aplicadas e frequentemente é órgão de recurso de apelação’” (GUIDI, 2009, p. 359).

Nesse sentido, “nos escritos de governo de Maquiavel não faltam exemplos desse controle dos Dez sobre a Administração da Justiça” (GUIDI,

2009, p. 362). Assim, “os Dez se interessavam em geral pelo controle da justiça criminal e tendiam a confiar essas prerrogativas apenas aos oficiais florentinos, recorrendo aos Oito somente nos casos em que a competência deles estivesse estabelecida” (GUIDI, 2009, p. 364).

O que havia em Florença, portanto, era uma prática de monopólio judicial da Magistratura dos Dez – embora, em tese, essa magistratura não possuísse competência jurisdicional. Isso fazia com que acabasse ficando com uma espécie de competência residual muito ampliada, pois tudo o que não era expressamente de competência da Magistratura dos Oito, acabava por ser apreciado pela Magistratura dos Dez.

Com o objetivo de retirar à competência dos assuntos militares de ambas as magistraturas, Maquiavel propôs a criação da Magistratura dos Nove – o que foi aceito e aprovado. Assim, o pensador deu origem a um novo sistema de justiça em Florença. Guidi afirma: “que o controle da justiça como um ponto importante de todo o sistema administrativo e do aparato militar florentino foi considerado como importante pelo próprio Maquiavel” (GUIDI, 2009, p. 366). A fim de explicitar melhor como se dava a relação entre sistema administrativo e jurisdicional em Florença, Guidi esclarece:

O controle da justiça era o instrumento mediante o qual a República assegurava sua autoridade sobre o território, e era de importância fundamental para o funcionamento de todo o aparato estatal da República: por estas razões, nesse período se tinha uma notável ingerência dos setores do governo na gestão da justiça, que se configurou no domínio florentino em uma atividade de ligação e coordenação das funções jurisdicionais dos oficiais da parte, sobretudo, dos Dez de Baila. Não se tratava, portanto, de uma atribuição institucional de prerrogativas jurisdicionais, que diziam respeito plenamente aos Magistrados dos Oito [...] mas de uma função de supervisão e controle dos oficiais que controlavam diretamente a justiça no território [...]. Não era em resumo uma moderna função de administração da justiça, mas uma prática jurisdicional útil à tutela da ordem pública como fundamento do ordenamento político e compreendida, portanto, como um terreno de exercício político do domínio (GUIDI, 2009, p. 355).

O que Guidi informa é que a república florentina utilizava-se da justiça com um instrumento para que todo o corpo político funcionasse. Devido à importância que a justiça ocupava, contribuindo de maneira central para o fluxo de atividades de gestão na cidade, havia muita interferência do governo. Trata-

se, portanto, de um verdadeiro emaranhamento entre os órgãos de gestão e os de justiça. Havia assim, principalmente na Magistratura dos Dez, forte influência nos assuntos jurisdicionais, visto que a ligação entre órgãos de gestão do governo e aqueles da justiça se dava através de uma coordenação ditada pela Magistratura dos Dez – com atribuições administrativas de fiscalização daqueles que controlavam a justiça. Assim, a justiça florentina se via dominada pelo mundo político, pelos órgãos administrativos com função de fiscalização e controle.

No período do século XV em Florença, existiam acordos assinados pelos cidadãos do distrito, pelo prefeito e procuradores que aceitavam duas ordens de autoridade. Aceitavam-se, de um lado, as ordens do capitão ou do vigário, nomeados pelos Dez da Bailia e de outro lado, a autoridade dos órgãos políticos locais (prior ou prefeito). Isso porque, no século XV “o ordenamento florentino previa que as comunidades rurais se governassem segundo suas próprias leis” e os denominados capítulos, ou estatutos, como eram chamados os modelos que registravam essas disposições, “serviam para codificar esse tipo de modelo administrativo” (GUIDI, 2009, p. 357).

A proposta de criação da Magistratura dos Nove objetivava, em última análise, garantir uma justiça imparcial para a força armada. Guidi lembra que o principal objetivo do Secretário florentino com a *Ordinanza* era “criar um exército motivado e eficiente. Garantir aos camponeses uma justiça mais igualitária e protegê-los dos abusos era fundamental, pois sobretudo para fazê-los sentirem-se envolvidos no projeto de defesa militar” (2009, p. 168, nota de rodapé número 15), mas ao mesmo tempo alerta para o fato de que Maquiavel, de maneira consciente, planejou uma nova Justiça para que o poder da atual fosse mitigado: “essa tentativa da parte de Maquiavel de confiar o poder sobre os soldados do exército aos Nove, subtraindo dos Dez, não parece casual” (2009, p. 369).

Para tanto, precisava, previamente retirar da competência das magistraturas já existentes para julgamento dos militares. A justiça florentina, devido às ingerências externas – eis que dominada pela aristocracia da cidade – não era considerada confiável. Guidi evidencia esse fato com uma nota de rodapé esclarecedora: Em Florença “perto do final do Século XV (*quattrocento*)

os Oito, aos quais competia a jurisdição penal, eram considerados uma magistratura odiosa a grande parte da população” (*grifo nosso*, GUIDI, 2009, p. 167, nota de rodapé número 15). Os motivos pelos quais os Oito eram odiados são dois: “pela dureza das ações repressivas, mas, sobretudo porque elas se desenvolviam segundo o arbítrio da oligarquia dominante” (GUIDI, 2009, p. 167, nota de rodapé número 15).

Maquiavel teria lembrado a Francesco Soderini, em carta escrita em 04 de março de 1506 que tinha a “vontade de estabelecer uma nova justiça, tanto na cidade quanto no campo” (GUIDI, 2009, p. 167, nota de rodapé número 15), sendo que no mesmo ano escreve as *Provisões*. Guidi evidencia que “a Ordenação Maquiaveliana tentou romper o equilíbrio preexistente, operando as mudanças que ao menos em parte, subtraíam o poder consolidado da oligarquia” (2009, p. 167, nota de rodapé número 15).

Entretanto, nas *Provisões* Maquiavel qualifica as leis florentinas como santas e boas. Não nos parece que essa opinião condizia com o que o pensador realmente acreditava sobre as leis e a justiça florentinas. Quando afirma que as leis são boas e à cidade falta apenas prover armas, parece querer demonstrar que as *Provisões* têm como conteúdo as armas, quando na verdade seu conteúdo é a justiça. Maquiavel elogia a justiça florentina para ocultar suas intenções de reformá-la, travestindo-as de preocupação com as armas. E utiliza-se de toda a espécie de argumento retórico para tanto.

Nas *Provisões*, invoca aos Magistrados dos Nove a proteção de São João Batista²⁰⁶ “advogado, protetor e patrono desta República Florentina” (MAQUIAVEL, 2010, p. 59). No *quattrocento* era difundida a ideia de que os santos protetores das cidades italianas possuíam influência sobre as características da constituição da própria cidade. As virtudes do santo escolhido caracterizando as virtudes da cidade²⁰⁷, persistindo a ideia de que

²⁰⁶ Pocock nos alerta que da mesma forma que Maquiavel atribui as virtudes de uma cidade aquela de seu fundador, a crença do período era que os habitantes das cidades mantinham as virtudes dos respectivos santos padroeiros do local: “Maquiavel está preocupado com as repúblicas modernas, tanto quanto com as antigas e cidades como Veneza, cuja fundação ocorreu na era cristã, não se voltando para um único legislador, mas na melhor das hipóteses para os santos padroeiros que não foram verdadeiramente fundadores (POCOCK, 2003, p. 187).

²⁰⁷ Por exemplo, Florença era a cidade de San Giovanni, Veneza estava sobre a proteção de São Marcos e Milão por santo Ambrósio (GILBERT, 1964, p. 116).

cada cidade era única. A figura do santo protetor, também poderia estar relacionada com aquela do próprio legislador da cidade, reafirmando aquela opinião do mundo clássico de que o “retorno ao princípio” fazia as instituições da cidade estáveis, como sendo a única forma verdadeira de implementar reformas políticas. Isso fazia com que houvesse certa dificuldade em uma cidade aceitar a influência das instituições políticas de outra (cf. GILBERT, 1964, p. 116/117).

Essa invocação que Maquiavel faz do santo protetor de Florença é retoricamente importante, não porque Maquiavel fosse exatamente um devoto, mas porque São João Batista era advogado e se a cidade herda as virtudes do patrono, Florença estaria vocacionada às questões relacionadas à justiça. Assim, a justiça florentina era boa porque o patrono da cidade era um advogado. Maquiavel era um florentino o que o colocava sob a égide e influência desse patrono. Maquiavel também propõe uma nova justiça. As premissas estão estabelecidas: florentinos são vocacionados à justiça, produzindo santas e boas leis. Maquiavel era um florentino, logo a justiça por ele proposta trazia leis santas e boas, era o que dizia nas entrelinhas.

A relação entre a justiça e as armas também se manifesta na escolha do símbolo dos “Nove oficiais da ordenança e milícia florentina” que “tenham por símbolo e seu sigilo a imagem de São João Batista” (MAQUIAVEL, 2010, p. 60). A designação por Maquiavel da imagem de São João Batista, como sendo símbolo de uma ordenação com fins militares, nos faz acreditar que Maquiavel quer reforçar duas visões: *i) relação das armas com a justiça* – o patrono da cidade era advogado e *ii) a relação entre a religião e as armas* – principalmente sobre questão da obediência. Maquiavel já havia mencionado nas *Palavras* que o magistrado responsável pelo exército deveria dar alguma religião aos soldados para torná-los mais obedientes.

Chama a atenção o fato de que Maquiavel nas *Provisões* demonstrar certo cuidado com o procedimento eleitoral. Com ele, visa proteger a forma de ascensão à Magistratura dos Nove, procurando, em nosso entendimento, evitar o domínio pela aristocracia florentina. Atribui ao Conselho Maior a escolha de nove cidadãos. Defendeu a ausência de salário para esses nove: “que os Nove oficiais não tenham salário algum, mas somente tenham uma gratificação” bem

como que o prazo de atuação deles fosse limitado. Que a atuação dos nove “dure, continuamente, pelos oito meses subsequentes, salvo nos casos que se dirão a seguir. A fim de que sempre na magistratura permaneça uma parte dos membros já no cargo” (MAQUIAVEL, 2010, p. 60).

A representação das Artes também foi pensada por Maquiavel para compor a ordenança dos Nove Oficiais. Dois dos nove cidadãos deveriam ser Artes Menores e sete deles, das Artes Maiores. Além disso, estabeleceu requisitos para a ocupação do cargo, a saber, ausência de débitos com a Comuna e idade superior a quarenta anos (cf. MAQUIAVEL, 2010, p. 59-62). Como um dos critérios eleitorais adotou um duplo sorteio, com bolsas separadas para as Artes: “e por toda a cidade serão sorteados dez eleitores para cada um dos cidadãos representantes das artes: setenta para as Artes maiores e vinte para as Artes menores” (MAQUIAVEL, 2010, p. 59).

Cada um dos sorteados, por sua vez, teria a prerrogativa de indicar outro membro cujo nome deveria ser aprovado pelo Conselho Superior e submetido a um novo sorteio e “aqueles que forem assim sorteados serão tidos, e que assim sejam de fato, eleitos para o citado ofício” (MAQUIAVEL, 2010, p. 59). Vedou a participação na eleição de integrantes de outros cargos relacionados à Administração da cidade: “dessa eleição estão proibidos de participar os Senhores, os Colégios, os Dez da liberdade e paz os Oito” (MAQUIAVEL, 2010, p. 59). Estabeleceu ainda, regras subsidiárias utilizando-se como normativa para a ordenança dos Nove o que já estava disposto para o magistrado dos Dez: “sobre as outras proibições e o poder de renunciar e aceitar este ou aquele cargo se observe o que vale em relação ao magistrado dos Dez” (MAQUIAVEL, 2010, p. 59).

Sobre o sistema de punição disciplinar dos militares, Maquiavel trata do regime de punições aplicado aos conscritos atribuindo autoridade também aos Nove para puni-los: “dos feitos e causas criminais que nascerão entre os ditos conscritos, ou entre eles e os não conscritos, quando eles não estiverem em ação de guerra, podem conhecer e punir os Nove oficiais” (MAQUIAVEL, 2010, p. 65). Assim, estabeleceu uma justiça subsidiária àquela militar dos Nove. Isso porque, em tempo de paz, na ausência da guerra, os conscritos poderiam ser julgados por “qualquer outra autoridade, governante ou oficial que para tanto

tiver autoridade”, entretanto “quando os conscritos estiverem em ação de guerra, e se também durante tal ação do seu excesso, malefício ou delito não tiverem conhecimento, e não o punirem, poderão por esses atos serem punidos pelos Nove” (MAQUIAVEL, 2010, p. 65).

A pena reservada ao desertor e àquele que utilizasse da bandeira para fins privados, era a máxima – pena de morte: “dever-se-á punir com pena capital e de morte qualquer conscrito que abandonar a bandeira, e qualquer capitão de bandeira que a levasse para alguma ação privada, em benefício de algum privado”. Além do desertor e daquele que desse finalidade privada ao exército, através do uso de sua bandeira, também havia previsão para pena de morte quando três ou mais de três militares participassem dessas reuniões privadas: “devendo-se também, com a mesma pena capital, punir três ou mais conscritos que se encontrarem em tais reuniões” (MAQUIAVEL, 2010, p. 65).

Entretanto, a punição severa embora fosse pedagogicamente importante para o projeto de Maquiavel, não era o objetivo principal da magistratura dos Nove. Isso porque “não facilitou tanto a punição dos insubordinados e dos desertores, quanto, precisamente, contribuiu em larga medida para criar um novo quadro de referência institucional e judiciário estável e definitivo” (GUIDI, 2009, p. 265).

A estabilidade de uma justiça com atribuição para tratar dos assuntos militares era o verdadeiro objetivo. Passa, portanto, a existir um procedimento a ser seguido. Exemplo disso é a previsão de o processamento das denúncias que envolvessem crimes militares deveriam ser registradas obrigatoriamente pelo Secretário dos Nove – encarregando-o de recebê-las: “o secretario dos Nove será obrigado a registrar a queixa no dia em que lhe tiverem sido feita, com julgamento no prazo de vinte dias” (MAQUIAVEL, 2010, p. 65).

Caso o prazo de julgamento não seja respeitado “a causa” deverá ser submetida “à quarantia²⁰⁸, conforme o que já observa nas causas criminais dos Oito e dos Conservadores das Leis em seguida se deve seguir o que a lei da quarantia já dispõe” (MAQUIAVEL, 2010, p. 65). Estabelece ainda que “o secretário que não observar o que foi acima exposto, estará também sujeito às

²⁰⁸ Trata-se de um órgão constitucional instituído, pelo que se tem notícia, pela primeira vez na república de Veneza em 1179 que transformou a Monarquia em estado comunal.

mesmas penas às quais estão sujeitos, conforme lei, os Oito e os Conservadores das Leis²⁰⁹ que não cumprirem suas obrigações” (MAQUIAVEL, 2010, p. 65), e finaliza: “porque fazer justiça severa para os supracitados e semelhantes excessos é a vida e a alma dessa provisão” (MAQUIAVEL, 2010, p. 65).

Quando Maquiavel menciona a justiça severa se refere à pena de morte e além dela, há também penas mais brandas, como por exemplo, a de multa aplicada a “todo e qualquer conscrito que não comparecer aos desfiles convocados[...] sem motivo legítimo, condenado a multa de vinte soldos” (MAQUIAVEL, 2010, p. 66). A pena de multa é também aplicada para “aquele que faltar a seis desfiles durante um ano [...] sua falta se tornará crime e ele será castigado” (MAQUIAVEL, 2010, p. 66).

A criação da Magistratura dos Nove, segundo Guidi foi “fundamental para a sucessiva codificação dos procedimentos de punição e julgamento” e assim houve “a definitiva institucionalização dos mecanismos de controle com a criação do novo magistrado dos Nove em dezembro de 1506” (2009, p. 265). Viroli também dá notícias sobre a criação da magistratura do nove: “em 6 de dezembro de 1506” foram “instituídos os ‘nove oficiais da ordenança e milícia florentina; uma nova magistratura, encarregada exclusivamente do governo da milícia e de outros afazeres militares[...]o chanceler da nova magistratura era, obviamente, Nicolau Maquiavel” (VIROLI, 2002, p. 119).

Entretanto, não foi sem resistência que a Magistratura dos Nove foi aprovada. O ataque por parte da aristocracia, sofrido pelo projeto de uma nova justiça, evidencia para Guidi a importância central que a justiça ocupava no projeto político da aristocracia. Para desarticulá-lo, Maquiavel também iniciou suas reformulações políticas pela justiça, através de um projeto, que posteriormente se tornou a lei que institui a Magistratura dos Nove. Nesse sentido, Guidi:

O Secretário precisava, portanto que a jurisdição sobre os crimes cometidos pelos soldados da *Ordinaza* pudessem agora ser confiados aos Nove, e quando quisesse tratar o caso autonomamente apelaria ao oficial florentino para que

²⁰⁹ As atribuições dos conservadores das leis – eram uma espécie de fiscais dos que ocupavam funções públicas.

aplicasse uma justiça serena e equilibrada. Em resumo, Maquiavel estabeleceu uma concreta realização de um sistema jurisdicional para julgar os conscritos, que indicava a vontade de encontrar a modalidade institucional mais adequada (GUIDI, 2009, p. 165).

Assim, a fim de garantir aos militares um julgamento autônomo, imparcial e justo, Maquiavel não apenas propôs a criação de uma nova Magistratura, como teria, provavelmente, redigido o texto de lei que a instituiu. Sobre a criação da Magistratura dos Nove em Florença, retiramos, pelo menos, duas conclusões que conturbem para a nossa hipótese da importância central do Direito em Maquiavel:

i) para garantir a força das armas, Maquiavel se socorre previamente do Direito. Com isso, Maquiavel nos diz, nas entrelinhas, que a força das armas não se garante por ela mesma. Precisa de um sistema jurídico imparcial antes do que tudo. O Direito, através de seu sistema, é primeira importância para garantir a eficácia das armas e com isso uma cidade forte. E mais, não é de qualquer Direito: precisa de uma regulamentação legal pormenorizada e de uma justiça imparcial que atue quando acionada;

ii) Maquiavel, ao propor a Magistratura dos Nove e ser provável redator da lei, demonstra que o Direito era uma ferramenta de seu trabalho. Redigir uma proposta de lei exige de quem o faz certos conhecimentos jurídicos. Acreditamos que essa tarefa não teria sido confiada a Maquiavel se ele não tivesse o conhecimento necessário para tanto. Para, além disso, a tarefa foi bem desempenhada, visto a lei foi aprovada quando submetida à aprovação dos dois conselhos florentinos.

Foi, portanto, através da justiça – de uma nova justiça – pensada e proposta pelo próprio Maquiavel – que ele tentou romper com a oligarquia florentina que dominava a justiça naquela cidade. Maquiavel, portanto, utilizou-se do Direito para diminuir o poder da classe dirigente na sua cidade. Ele subverteu o Direito: se pela Magistratura dos Dez o Direito era utilizado como um instrumento de dominação da aristocracia, foi pelo Secretário utilizado como um instrumento de resistência à essa dominação na Magistratura dos Nove. Uma justiça livre, autônoma e imparcial – esse era seu método de resistência. Se a dominação se dava pelo Direito, a resistência também se

daria por ele. Diante dessa saída encontrada pelo pensador florentino, como sustentar que o Direito não era importante para ele? Maquiavel, através da justiça, tenta proteger a liberdade, a vida dos florentinos, as armas e todo o poder político da cidade.

2.3 Justiça e armas nas obras de chancelaria

Como se pôde observar no capítulo anterior sobre a relação do Direito romano com Maquiavel²¹⁰, estava expressamente escrito nas *Institutas* do *Corpus Juris Civilis* do Imperador romano Justiniano, quase mil anos antes de Maquiavel, a fórmula de que as armas e as leis sustentam todas as formas de governo. Entretanto, nos três escritos de chancelaria analisados no item anterior, a saber, *Palavras*; *Discurso sobre a Ordenação e Provisões*, nota-se que Maquiavel parte de tal afirmação, sem discuti-la, aceitando-a como sua, sem fazer qualquer menção ou referência ao documento jurídico antigo.

Quando se diz que Maquiavel parte dessa afirmação, o fazemos não apenas em um sentido argumentativo, mas também em um sentido estrutural de seus escritos. Nas *Palavras* e nas *Provisões* essa afirmação aparece nas três primeiras linhas dos textos. Nos *Discursos sobre a Ordenação*, a partir da quinta linha (cf. MAQUIAVEL, 2010, p. 51; 55 e 59). A disposição da afirmação no texto, em nosso entendimento, não é uma coincidência. Antes disso, indica não apenas uma estratégia argumentativa do Secretário Florentino, como também forte inspiração na topografia em que essa afirmação aparecia nas *Institutas* de Justiniano, visto que nelas localizava-se ainda no Proêmio da obra.

Quando se abordam os escritos de chancelaria, denominar Maquiavel de Secretário Florentino é mais do que um hábito ou recurso para evitar repetições. Trata-se de uma verdadeira adequação técnica, visto que foi nessa condição que escreveu os três textos. Isso também é de todo relevante para esse trabalho, porque não se tratam de textos escritos para serem entregues

²¹⁰ A partir do item 1.1 que trata da experiência jurídica antiga e especificamente no item 1.2 que aborda os períodos do Direito romano.

de presente, ou sob encomenda, ou para tentar demonstrar conhecimento histórico e habilidades políticas, mas apenas textos escritos por um Secretário da república que desempenhava sua atividade profissional.

Os textos de chancelaria nos mostram um Maquiavel em puro exercício como Secretário. É neles que se pode buscar o que pode ser chamado de um pensamento livre de influência e objetivos diversos da manutenção da liberdade da cidade. Isso porque Maquiavel, ao escrevê-los, preocupava-se tão somente com o bom desempenho de suas funções para que a cidade que amava mais do que tudo, mais do que sua própria vida - como posteriormente viria a declarar - obtivesse sucesso em permanecer livre. O fato do binômio justiça e armas - ou sua variação prudência e armas - constar em pelo menos três textos do período de chancelaria evidencia a importância que Maquiavel atribuía a ele.

O referido binômio é uma premissa para Maquiavel. Todo o arcabouço argumentativo – tanto para justificar a necessidade de armas próprias para Florença, quanto de um projeto de reformulação da justiça florentina – é fundamentado nesse binômio, que conforme já analisamos anteriormente constava expressamente desde o Direito romano. Sob esse binômio, todos os governos se estruturam ou se estruturarão – afirma Maquiavel. Para Virolí, justiça e armas são um princípio geral em Maquiavel: “também se inspirou, como já havia feito ao escrever *Palavras que devem ser ditas sobre a provisão do dinheiro*, num princípio geral[...]Segundo esse princípio, a justiça e as armas eram o alicerce de toda e qualquer forma de governo” (VIROLI, 2002, p. 107).

Entretanto, Florença não exercia “a justiça de forma satisfatória, sobretudo em relação aos seus súditos, além de não possuir um exército próprio. Para alcançá-los, escreve Maquiavel, era preciso ‘organizar e manter as armas, por deliberação pública, em boa ordem’” (VIROLI, 2002, p. 107). O cardeal Francesco Soderini escreveu uma carta, datada de março de 1506, onde “nos dá a entender que Maquiavel insiste com seu irmão”, por certo se trata do gonfaloneiro Soderini, na importância da justiça, no fato de que “a república esteja mais atenta à questão da justiça”. Na carta, o cardeal concorda com Maquiavel e afirma: “sabidamente escrevestes que, para que seja possível

instituir a milícia, sobretudo, é necessária a justiça, assim na cidade como no condado” (VIROLI, 2002, p. 114).

Diego Quaglioni foi um dos primeiros a chamar a atenção para a presença do binômio justiça e armas, bem como a destacar que o uso da justiça e das armas como fundamento dos Estados, aparece em Maquiavel, desde o período em que era Secretário da Segunda Chancelaria de Florença. No prefácio do Dossiê publicado no *Laboratoire italien* que dedicado a *Justice et armes au XVI siècle* [justiça e armas no século XVI] Quaglioni *et al* (2010) afirmam que “nossa referência aos vínculos entre justiça e armas decorre voluntariamente do uso desta fórmula por Maquiavel que, como sabemos, vem das primeiras linhas do Prefácio às Instituições de Justiniano”²¹¹. Exatamente da forma como Quaglioni descreve, como visto anteriormente, ainda no próêmio das Instituições ou *Institutas* do Imperador Justiniano consta: “A *Majestade Imperial* deve ser ornada não só com as armas, mas também com as leis, para que possa reger com justiça nos tempos de paz e nos tempos de guerra e para que o príncipe romano fique vitorioso” (*Institutas*, Justiniano, próêmio).

Conforme Quaglioni *et al* (2010) “Maquiavel usa a expressão desde 1506, no *Cagione dell’ordinanza*”. O fato de Maquiavel retomar essa afirmação em sua época sobre “a necessidade de articulação entre justiça e armas, boas leis e boas armas” no entendimento de Quaglioni é “um indício seguro de que se leva em conta uma novidade [...] indica a análise da qualidade do tempo corrente”.²¹² Da mesma maneira, Vivanti, ao comentar a reprodução do binômio justiça e armas por Maquiavel, afirma que “está na base de toda soberania, o que já havia sido lembrado em de 1506” (VIVANTI, 2016, p. 92). Refere-se Vivanti à obra *La cagione dell’Ordinanza*, publicada naquele ano. Nela Maquiavel afirma:

Deixarei de lado a disputa seria bom ou não ordenador o vosso Estado para as armas, porque todos sabem que quem diz império, reino, principado ou república, que diz homens que comandam, começando do primeiro grau e descendo até o

²¹¹ Disponível em <https://journals.openedition.org/laboratoireitalien/497>. Acesso em 31 ago. 2020.

²¹² Disponível em <https://journals.openedition.org/laboratoireitalien/497>. Acesso em 31 ago. 2020.

comandante de um bergantim²¹³, diz justiça e armas (MAQUIAVEL, 2010, p. 55).

Embora Quaglioni e Vivanti refiram-se ao ano de 1506 como sendo aquele que Maquiavel inicia o uso do binômio justiça e armas, ressaltamos que em 1503, nas *Palavras*, ele utilizou o binômio prudência e armas, que conforme afirmado anteriormente no item dedicado à análise daquele escrito, a expressão prudência assume o sentido de justiça, pelos próprios fundamentos apresentados por Maquiavel. Nesse sentido, defendemos que o binômio já aparecia desde 1503.

Cabe-nos destacar que quando Maquiavel retoma o binômio presente desde o Direito romano, não o faz como uma referência histórica, mas sim o adota como uma referência para o seu período, e mais – afirma que também fundamentará os períodos vindouros, pois afirma que o binômio fundamenta não apenas todos os governos que existiram, mas os que existirão. Em Maquiavel, o binômio não pertence apenas a um conjunto de leis e princípios escritos há mais de mil anos de seu tempo. Ao contrário disso, trata de uma atualidade do seu próprio período, o que era típico do Humanismo.

Fato notório é que Maquiavel fez uso da expressão contida nas *Institutas* de Justiniano para analisar os acontecimentos de seu tempo. Nesse sentido, não pode ser ignorado a influência humanista que Maquiavel recebeu, principalmente em sua educação. Isso porque, o Humanismo tinha como um método o resgate dos ensinamentos dos antigos e a aplicação prática deles – e isso Maquiavel fez tanto com as armas, quanto com a justiça. Além disso, o foco de Maquiavel na questão das armas se dava muito devido à repartição de atribuições entre as Chancelarias, visto que Maquiavel trabalhava naquela responsável pelos assuntos de guerra e também pelo período de guerras e constantes invasões que a Itália se encontrava. Isso segundo Quaglioni é fundamental: “A nossa hipótese de trabalho consiste no fato de considerar que todo esse período é marcado por uma ‘qualidade dos tempos’ definida pela guerra”²¹⁴ (QUAGLIONI, *et al* 2010, s/p).

²¹³ “Bergantinm, ou bragantim, aqui é um pequeno veleiro de dois mastros e vela quadrada usado para escolta” (MAQUIAVEL, 2010, p. 55 – nota de rodapé número 1).

²¹⁴ Disponível em <https://journals.openedition.org/laboratoireitalien/497>. Acesso em 31 ago. 2020.

Sobre a influência da tradição e dos antigos sobre Maquiavel, Zancarini (2010) afirma que “essa abordagem pragmática não significa, porém, que abandonem o conhecimento que vem da tradição e de sua formação. A ligação necessária entre a experiência do presente e a leitura dos antigos é repetidamente afirmada por Maquiavel”. Assim, há, portanto, duas questões relacionadas à leitura dos antigos, a primeira é que “ler os antigos tem o efeito de relacionar a experiência da história dos tempos atuais com as experiências dos antigos” e a segunda é que no que se refere à revisitação aos antigos, “permite acessar suas vivências e se inspirar em seus exemplos” o que se dá “em uma dialética permanente que consiste em fazer perguntas do presente aos antigos [...] perguntar-lhes a razão de seus atos e tirar lições para o presente”²¹⁵.

Há, portanto, em Maquiavel um constante retorno aos antigos, uma busca pela experiência deles e pelo que elas podem contribuir para resolver, ou dar pistas de resoluções, das questões presentes. O período humanista pelo qual Maquiavel foi afetado se fundamentava na análise dos erros e acertos dos antigos e do por que erraram ou acertaram constitui uma forma de evitar o erro presente, ou pelo menos, retardá-lo ou quiçá, amenizar seus efeitos negativos. Dentre essas experiências históricas dos antigos estão “os livros de história dos romanos e os livros da tradição jurídica” (cf. QUAGLIONI, *et al* 2010, s/p). Maquiavel foi fortemente influenciado por essa tradição humanista e utilizava-se não apenas dos escritos dos antigos como fonte de experiência, mas também do método humanista de neles buscá-la.

Entretanto, Viroli não atribui à origem do binômio lei e armas, que passa a denominar de “princípio geral”, ao estudo e análise que Maquiavel teria feito dos antigos, mas sim como sendo “fruto de seus estudos e reflexões durante suas viagens” (VIROLI, 2002, p. 107). Segundo esse autor, Maquiavel teria aprendido isso na prática, no exercício da atividade de Secretário Florentino e por isso, menciona o binômio. Defendemos que quando Maquiavel menciona o binômio justiça e armas o faz de maneira consciente e refletida, e que tinha conhecimento de que se tratava de uma premissa do antigo Direito romano. Isso porque, mesmo que se considere que Maquiavel não tenha tido contato

²¹⁵ <https://journals.openedition.org/laboratoireitalien/500#text>

diretamente com os livros jurídicos de Justiniano – o que acreditamos ser muito improvável, dado o acesso a esses livros na biblioteca privada de seu pai Bernardo, Maquiavel leu os antigos historiadores romanos. O Código de Justiniano foi apenas uma compilação do Direito vigente, sendo que as premissas que nele foram escritas são muito anteriores a ele e poderiam estar nos antigos historiadores. Cristalina, em nosso entendimento, é a influência do Direito romano. Ressaltamos que para os objetivos dessa investigação é indiferente a fonte na qual Maquiavel buscou o binômio justiça e armas. O que não nos parece plausível é defender que esse binômio é uma originalidade de seu pensamento. Acreditamos que Maquiavel confirmou na prática a validade do binômio, como indicou Viroli, mas não o criou. Pra nossos objetivos, importa o fato de Maquiavel reproduziu o binômio escrito desde o Direito romano, como premissa inicial em seus escritos.

De qualquer maneira, concordamos com Quaglioni que o binômio justiça e armas apareça em Maquiavel pelo contato que ele teve com o Direito romano. Para isso, não faltam fundamentos²¹⁶. A concordância com Viroli fica restrita ao fato de que como ele, pensamos que Maquiavel comprovou na prática o binômio como fundamento da soberania dos governos no período que esteve na chancelaria. Parece-nos que Quaglioni teria razão, porque leva em consideração as influências que Maquiavel teve antes de ocupar a chancelaria e Viroli parece considerar Maquiavel somente a partir do período chanceleresco. Além do mais, o binômio é milenarmente antecedente a Maquiavel e embora ele possa ter confirmado o binômio na prática, isso não o constitui.

²¹⁶ Já foram mencionados os argumentos quando analisado nos itens anteriores. Em apertada síntese, pode-se citar o acesso de Maquiavel à biblioteca do pai Bernardo que era jurista. Esse argumento embora pareça tênue, ganha força na medida em que no período os livros eram artigos de luxo e o próprio Bernardo teve que prestar serviços (fazer o sumário do Livro da História de Roma de Tito Lívio) durante sete meses para conseguir ganhar um exemplar. O segundo fundamento é a educação humanista que Maquiavel recebeu (os humanistas devotavam enorme admiração ao passado, ao estudo da história e Direito antigos e aplicavam suas experiências no presente). O terceiro é o próprio ambiente da chancelaria florentina, que antes de Maquiavel era obrigatoriamente ocupada por juristas e notários que utilizavam nos documentos de chancelaria a linguagem do Direito, fundamentada no Direito romano. Maquiavel teve contato com essa linguagem e com a experiência romana também naquele ambiente.

3 A PRESENÇA DO DIREITO NAS OBRAS ENTREGUES COMO PRESENTES: *O PRÍNCIPE* E OS *DISCURSOS*

Nesse capítulo objetiva-se investigar a presença do Direito nos tradicionalmente denominados escritos políticos maiores de Maquiavel, a saber, os *Discursos* e *O príncipe*. Conforme afirmamos na introdução desse trabalho, preferimos não utilizar a denominação tradicional que classifica as obras *O príncipe* e os *Discursos* como escritos políticos maiores e as obras de chancelaria como escritos político menores. Optamos por classificá-las de acordo com destinação. Nesse sentido, tanto *O príncipe*, quanto os *Discursos* possuem dedicatória e foram entregues por Maquiavel como presentes.

Poderiam, então, ser denominadas como escritos políticos para serem entregues como presentes. Entretanto, denominá-las como escritos políticos, também acreditamos que esclareceria pouco. Isso porque, em Maquiavel, como já defendeu Gramsci e tantos outros, tudo é política, o que faria com que uma classificação que levasse em consideração o conteúdo político acabasse por não classificar, visto que a política está presente em todos eles. Por isso, optamos por outra denominação: obras entregues como presentes.

Enquanto *O príncipe* é dedicado ao jovem Lorenzo di Medici, os *Discursos* são dedicados “a dois jovens republicanos que frequentam os ‘orticellari’, onde, sob as sombras do jardim Rucellai, se reunia a elite literária florentina para discutir política e literatura” (BIGNOTTO, 1991, p. 75). Embora na dedicatória dos *Discursos* Maquiavel escreva: “mando-vos um presente, que, se não corresponde aos benefícios que vos devo, é sem dúvida o maior que Nicolau Maquiavel vos pôde mandar. Porque nele expressei tudo o que sei e aprendi em longa prática e contínuas lições das coisas do mundo” (*Discursos*, dedicatória, p. 3), sem mencionar os nomes, pesquisas históricas indicam a quem dedicou à obra. Sabe-se, portanto, que foram dedicados aos integrantes do grupo que frequentava os jardins Oricellari: “Maquiavel dedicou os seus *Discorsi* a Cosimo Rucellai²¹⁷ e a Zanobi Buondelmonte²¹⁸, o que indica como ele também pertencia a esse grupo” (GILBERT, 1964, p. 33).

²¹⁷ Neto de Bernardo Rucellai (GILBERT, 1964, p. 33).

Esclarecer que *O príncipe* e os *Discursos* são obras escritas e dedicadas para alguém, nos parece importante quando elas são comparadas com aqueles escritos de chancelaria que sem qualquer dedicatória, que refletem um Maquiavel em sua prática profissional. Os escritos feitos para serem entregues como presentes possuem uma lógica diversa. Neles Maquiavel não estava submetido a situações práticas urgentes que exigiam dele decisões rápidas e eficazes e estratégias que garantissem a curto e longo prazo a liberdade. Neles, suas ações impactavam na segurança e na vida dos florentinos (inclusive na própria) e na da cidade de Florença. As obras que analisaremos nesse capítulo foram escritas por um Maquiavel diferente daquele da chancelaria. Enquanto as escrevia, não se ocupava de afazeres na república florentina. Aliás, a república florentina já não mais existia – ao menos, não nos moldes anteriores. Nesse período, os Medici dominaram a cidade, prenderam e expulsaram muitos integrantes do governo – inclusive Maquiavel que foi preso e torturado e na condição de exiliado político escreveu essas obras.

Ou seja, o autor do *O príncipe* e dos *Discursos* não é mais um funcionário público do alto escalão da república florentina, no exercício das funções, como nas obras de chancelaria. Aqui temos um ex-secretário²¹⁹, vítima de tortura, exilado e refugiado na propriedade seu pai, em Santa Andrea – cidadezinha vizinha a Florença. Nessas obras, encontramos um Maquiavel com amplo conhecimento teórico sobre a história e sobre os antigos e com muita experiência prática sobre a política, proporcionada pelos quase quinze anos que atuou junto à segunda secretaria florentina. Um pensador que tenta demonstrar todo o seu amplo conhecimento político (teórico e prático) em duas obras aparentemente muito diversas entre si, mas que se complementam e se comunicam.

É verdade que *O príncipe* (1513) e os *Discursos* (1517) são obras com conteúdos diversos, embora a diferença temporal entre elas seja pequena. Elas

²¹⁸ “Zanobi Buondelmonte, amigo de Maquiavel, a quem são dedicados os *Discorsi* e la *Vita di Castruccio Castracani*, ele foi para o exílio na França depois de 1522” (GILBERT, 1964, p. 60, nota de rodapé número 65).

²¹⁹ No ano de 1512, no dia “7 de novembro, uma deliberação o destituiu de seu cargo de secretário, no dia 10 foi intimado a permanecer confinado por um ano dentro do domínio florentino e pagar um penhor de mil florins; e no dia 17 foi proibido de entrar no Palazzo por um ano” (VIROLI, 2002, p. 163).

foram escritas com motivações diametralmente opostas. A primeira dedicada a Lorenzo de Medici, Duque de Urbino – trata-se de uma tentativa esperançosa, porém frustrada, de retomar um cargo na Administração Pública florentina. Para isso, demonstrou na obra que seu conhecimento poderia ser útil e ainda teria muito a servir à Florença e aos Medici. A segunda, foi escrita por um Maquiavel sem esperanças de retornar à prática política enquanto os Medicis ocupassem o poder na cidade. Dividiu as reflexões dos *Discursos* com uma plateia de republicanos jovens que frequentavam a casa de os *Orti Oricellari* (os Jardins Oricellari) pertencentes à ao aristocrata florentino Bernardo Rucellai.

Diante desse contexto passaremos a investigar a presença, função e importância que o Direito possui nesses escritos. Entendemos que embora sejam obras diferentes, principalmente sob o aspecto da análise dos modos de se governar, nelas Maquiavel parte de uma dinâmica estrutural de funcionamento para a cidade que está sob o comando de cada modelo e a partir disso, busca a liberdade possível. Nesse sentido, Raymond Aron defende o diálogo entre as obras: “Não há contradição entre *O príncipe* e os *Discursos*. Maquiavel amava a liberdade e nem mesmo disfarçava o seu amor. Mas para fundar um principado novo ou livrar a Itália dos bárbaros, a liberdade de um povo corrompido teria sido impotente” (*O príncipe*, prefácio, p. X).

Corroborando com essa interpretação da ausência de contradição entre as obras de Maquiavel, defendido por Aron, Há ainda elementos textuais que aparecem no *O príncipe* e nos *Discursos* que já apareciam anteriormente, nas obras de chancelaria. Exemplo disso está na repetição da premissa de que todos os estados são fundados nas leis e nas armas. Nesse sentido, nos parece que nessa estrutura de funcionamento apresentada por Maquiavel, alguns elementos se repetem nas obras, e dentre eles há aqueles jurídicos. Esses elementos que são afetos ao Direito compõem o que podemos denominar como sistema jurídico. Ou seja, tanto no *O príncipe*, quanto nos *Discursos*, Maquiavel menciona elementos jurídicos que são necessários para o funcionamento político. Apontar esses elementos e investigá-los, a fim de enaltecer a presença do Direito nessas obras, é o que se objetiva aqui.

Defendemos que Maquiavel se preocupou com as questões jurídicas necessárias para o bom funcionamento do corpo político. Sobre o tema em Maquiavel, Aron afirma que “sem ilusões e preconceitos, ele observa os diversos tipos de Estados, classifica-os por gêneros, estabelece as leis – leis científicas e não morais – segundo a qual cada principado deve ser conquistado ou governado” (*O príncipe*, prefácio, p. X). O estabelecimento de leis científicas foi uma preocupação de Maquiavel em seus escritos e partimos disso, dessa importância que o esse conjunto de elementos jurídicos possuía para o corpo político.

Os conceitos jurídicos apresentados por Maquiavel formam, em nosso entendimento, um sistema de Direito para o pensador. Quando Maquiavel menciona elementos jurídicos presentes nas organizações políticas, reconhece-os como parte daquele corpo organizado. Esse agrupamento de elementos jurídicos, integrantes do corpo político, apontados por Maquiavel, denominamos de ordem jurídica *em* Maquiavel. Entendemos que quando Maquiavel menciona os elementos jurídicos, tais como leis, costumes, julgamentos proferidos pelos antigos, dentre outros que veremos, está indicando a sua própria percepção de quais seriam os elementos essenciais que compõem o sistema de Direito de um corpo político. Ressalta-se que Maquiavel jamais utilizou a expressão ordem jurídica. O uso dessa expressão é uma opção nossa.

Defende-se, assim, que a ordem jurídica *em* Maquiavel, ou para Maquiavel, é o conjunto dos elementos que formam o aparato jurídico que o corpo político deve possuir para se estabelecer e se manter, mencionados pelo próprio pensador. A ordem jurídica, através de seus elementos, tem como função manter a sua própria estabilidade política. O conceito do que pode ser denominado como ordem jurídica, ou sistema de Direito em Maquiavel, perpassa, necessariamente, por pelo menos quatro outros conceitos ligados a esse sistema, a saber, lei, ordenações, costumes e julgamentos proferidos pelos antigos – presentes nos *Discursos*. Ressalta-se que os *Discursos* são a obra com maior presença de elementos jurídicos, visto que revelam um Maquiavel fortemente republicano - forma de governo essencialmente vinculada ao sistema jurídico, através do regulamento e obediência às leis.

Assim, os quatro elementos acima destacados são afetos ao Direito e estruturantes do corpo político. Quando agrupados, formam o sistema jurídico ou ordem jurídica em Maquiavel. Destaca-se que são elementos jurídicos trazidos pelo próprio pensador. Analisá-los, separadamente, contribuirá para esclarecer a função que ele atribuía a cada elemento. Ou seja, investigar-se-á qual é o conceito de lei, costumes, ordenação, julgamento proferido pelos antigos para Maquiavel, a fim de se compreender de qual Direito tratava o pensador. Iniciaremos a abordagem da presença do Direito nessas obras, apresentando a relação entre justiça e armas. Posteriormente, passaremos à análise dos elementos componentes da ordem jurídica. A lei é o elemento mais referenciado por Maquiavel, nesse sentido, o quarto capítulo será dedicado somente a ela e ao julgamento proferido pelos antigos. Os demais elementos, a saber, ordenações e costumes serão analisados na sequência, logo após o binômio justiça e armas.

3.1 A justiça e as armas no *O Príncipe* e nos *Discursos*

Se nas obras de chancelaria o binômio justiça e armas aparecia com variações, como prudência e armas, no *O príncipe* e nos *Discursos* também aparecerá como lei e armas. Embora esses sejam textos diferentes entre si, que originam duas espécies diversas de governo, o binômio nelas se repete. Sobre as diferenças das obras, Berns parece ter conseguido, em poucas palavras, entregar a essência delas: enquanto os *Discursos* “apresentam um ponto de vista institucional” e legalista, *O príncipe* “apresenta um ponto de vista puramente pragmático”, realista (2000, p. 134; 149). Entretanto, existem muitos pontos de aproximação entre as obras, dentre eles, uma afirmação que se repete em ambas: de que as leis e as armas fundamentam os sistemas de governos, tais como repúblicas e impérios.

Segundo Berns, a repetição do binômio leis e armas no *O príncipe* e nos *Discursos* testemunha uma relação entre elas: “pelo estudo dessa passagem podemos compreender a conveniência já mencionada acima, que existe segundo Maquiavel entre as boas armas e as boas leis, e assim também seria

justificada a relação ambígua que entrelaça os textos” (2000, p. 42). Isso porque, continua Berns, *O príncipe* se trata “de um texto absolutamente não legalista quando confrontado com a análise das instituições propostas nos *Discursos*” (2000, p. 42).

Entretanto, conforme nos alerta Berns, o fato de serem textos muito diferentes entre si, não os torna inconciliáveis, e o que realiza essa conciliação entre eles, defendemos, é justamente essa repetição de que as leis e as armas são os fundamentos dos Estados. E é justamente nesse ponto, segundo Berns, que muitos intérpretes de Maquiavel tropeçam, porque acreditam que os textos são inconciliáveis: “essa relação ambígua é uma das pedras de tropeço de toda pesquisa filológica e histórica maquiaveliana, para a qual, muitas vezes, esses dois textos não podem concordar” (2000, p. 42).

Berns afirma que embora seu objetivo não seja o de resolver essa questão, é possível encontrarmos claras evidências que nesse aspecto da lei e das armas, os textos são plenamente conciliáveis: “não pretendo aqui resolver estes problemas filológicos, mas antes reduzir o seu alcance reconciliando os dois textos sem os confundir, tornando apropriado o discurso sobre a violência das armas e das leis” (2000, p. 43).

Nesse sentido, Berns chama a atenção para o fato de que são as leis e as armas o ponto de convergência entre *O príncipe* e os *Discursos* e que aqueles que não se atentam para isso, costumam “tropeçar” ao acreditarem que os textos são inconciliáveis. *O príncipe* e os *Discursos* apresentam duas visões distintas sobre a mesma relação com o poder. O primeiro apresenta uma visão de curto prazo, do ponto de vista militar, enquanto que o segundo apresenta uma visão de longo prazo, do ponto de vista legislativo. Os *Discursos* possuem uma intenção mais pedagógica, mais preocupada com o conteúdo que é imposto, com uma necessidade de ligação do Direito com suas origens, que retorna sempre nos mostrando que o legislador faz referência ao *Condottiere* (cf. BERNs, 2000, p. 43).

No *O príncipe* escrito em 1513, portanto, dez anos depois do primeiro registro ocorrido em 1503 nas *Palavras*, o binômio aparece como leis e armas e não mais como prudência e armas, ou justiça e armas. Vejamos: “Os principais fundamentos de todos os Estados, tanto dos novos quanto dos

velhos ou dos mistos, são as boas leis [*legge*] e os bons exércitos [*arme*]” (grifos nossos, *O príncipe*, XII) e que “devemos, pois, saber que existem dois gêneros de combates: um com as leis [*leggi*] e outro com a força [*forza*]. O primeiro é próprio do homem, o segundo é dos animais” (grifos nossos, *O príncipe*, XVIII).

Nos *Discursos* o tema aparece: “embora doutra vez já tenha dito que o fundamento de todos os estados é a boa milícia [*milizia*], e que onde ela não existe não pode haver boas leis [*leggi*] nem coisa alguma que seja boa” (grifo nosso, *Discursos*, III, 31). Segundo Bignotto, “a descoberta de Maquiavel não é, portanto, a da importância e uma boa milícia, mas sim de que uma boa milícia exige uma forma democrática de governo” (1991, p. 161). Entendemos que a forma democrática sugerida por Bignotto envolve, também, a influência do Direito, através das leis ou da justiça, sobre as armas.

Como se viu, em algumas vezes, Maquiavel utiliza as expressões *iustitia*; *giustizia* e *legge* como sinônimas. O mesmo ocorre com as expressões *arme*, *forza* e *milizia*. Todas essas expressões são utilizadas como variações de uma mesma afirmação, qual seja, de que os estados nelas se fundamentam. Quando nos encaminhamos para as traduções para o português, há traduções que indicam ao invés de “boas armas” a expressão “bom exército”, como no caso do trecho²²⁰ extraído do *O príncipe* que inicia esse item. No entanto, considerando o texto original que menciona “buone arme”, nos parece mais acertada a tradução “boas armas” que passamos a empregar.

A primeira ressalva que cabe aqui fazer, e que já vem sendo feita pelos pesquisadores, é de que o adjetivo “buone” não se trata de boas no sentido moral: “nessa passagem definitivamente *buono* não envolve nenhum julgamento ético”, (WHITFIELD, 1969, 18), e deve ser compreendido na medida em que permite ao Príncipe manter as rédeas do poder político (WHITFIELD, 1969, 18).

²²⁰ “os principais fundamentos de todos os Estados, tanto dos novos quanto dos velhos ou dos mistos, são as boas leis e o bom exército. Como não se pode ter boas leis onde não existe bom exército e onde é bom o exército costumam ser boas as leis” (*Príncipe*, XII).

Como se verificou nos itens antecedentes que tratam dos escritos de chancelaria, o próprio Maquiavel atribuiu importância primária aos conceitos de armas e leis. Juntos constituem os principais fundamentos de todos os ordenamentos políticos, sendo irrelevante o tempo de instituição – se novos ou velhos – e a forma de constituição – se mistos ou não. Entretanto, nas cidades, seria mais importante manter essa relação entre leis e armas: “a relação entre o ordenamento dos Estados e a sua defesa, ou, como também disse, entre as boas leis e as boas armas, deveria estar particularmente presente em uma república erguida com base na comuna urbana” (VIVANTI, 2016, p. 54). Isso porque, nessas comunas urbanas “existia uma disparidade profunda entre os habitantes. Em um Estado desse tipo, era bastante restrito o círculo de cidadãos com plenos Direitos, aptos a desempenhar funções oficiais e a participar do governo” (VIVANTI, 2016, p. 54).

Florença que nos interessa por ser a cidade de Maquiavel estava entre essas comunas urbanas e embora em período de ampla participação popular, muitos ainda eram excluídos da vida pública: “naqueles anos, que, apesar de tudo, testemunharam a instituição do mais ‘amplo’ governo de Florença jamais vira, eles não chegaram a quatro mil. Todos os outros, que viviam na própria cidade ou nos campos ao redor, nos condados, eram excluídos da vida política ativa” (VIVANTI, 2016, p. 54).

Como se constata, o Direito é tão presente em Maquiavel, que é utilizado como premissa, visto que a afirmação de que os estados se alicerçam nas leis e nas armas, está registrada nas *institutas* do *Corpus Juris Civilis* do Imperador Justiniano. O que faz Maquiavel é revisitar essa antiga premissa jurídica e trazê-la para aplicação prática em seu tempo: “Maquiavel evocou os dois elementos essenciais da soberania, que segundo a constituição de Justiniano, *Imperatoriam maiestatem* [majestade do império], deveria ser *armis decorata* [ornada pelas armas] e *legibus armata* [armada pelas leis]” (VIVANTI, 2016, p. 54).

Encontrar a reafirmação do binômio justiça e armas, ou leis e armas, nos escritos do *O príncipe* (1513) e nos *Discursos* (1517) após tê-los encontrados nos escritos de chancelaria - a saber, nas *Palavras* (1503) no *Discurso sobre a Ordenação* (1506) e nas *Provisões* (1506) - evidencia não apenas que ele

perdura e se reproduz no tempo, mas sobretudo que ele está presente no próprio Maquiavel e perpassa escritos muito diversos entre si. Isso indica que se trata de uma premissa atemporal para o pensador.

O fato de Maquiavel afirmar a importância das leis e das armas para o corpo político, quando ainda era Secretário, evidencia que o binômio foi utilizado para fundamentar assuntos relacionados às atividades profissionais, à prática política. No *O príncipe* e nos *Discursos* - obras com conteúdos muito diversificados entre si - encontrá-lo, significa que também em sua atividade como pensador político, o binômio não perde a validade e também serve para fundamentar os projetos políticos. Assim, a repetição do binômio em atividades diversas esclarece, em nosso pensar, o seu uso consciente por Maquiavel, como verdadeira premissa.

Cabe-nos ressaltar que escassos são os estudos dedicados ao tema. A importância do Direito, da lei, ou o que pode ser contemporaneamente denominado de aparato, sistema ou ordem jurídica em Maquiavel é pouco investigado. Conceitos presente nos *Discursos*, como lei, costumes, ordenações e julgamentos proferidos pelos antigos, quando abordados, o são de maneira incidental, perpendicularmente a algum outro tema. As questões relacionadas ao Direito em Maquiavel são muitas vezes negligenciadas. Talvez isso tenha se dado porque Maquiavel não era um filósofo do Direito – o que por certo não impede a análise da presença e importância das questões jurídicas em sua obra.

Fato é que Maquiavel não apenas estabelece as leis e armas como sendo o suporte do corpo político, como traça relações entre elas: “e porque não podem existir boas leis onde não existem boas armas, e onde existem boas armas têm de existir boas leis” (*Discursos*, I, 57). O tema se repete da mesma forma como vinha sendo apresentado nos escritos de chancelaria e como era no Direito romano, ou seja, Maquiavel trata os conceitos de armas e leis estabelecendo uma relação de dependência entre eles. No *O príncipe* sobre o príncipe novo, afirma: “Assim, terá o príncipe glória dobrada: a de ter fundado um principado novo e a de tê-lo tornado e consolidado com boas leis, boas armas e bons exemplos” (*O príncipe*, XXIV).

Nota-se, ainda, que para além dessa relação de dependência, extrai-se, em nosso entendimento, uma relação de mera probabilidade e não de certeza entre eles. Nem sempre um bom exército será suficiente para garantir boas leis, visto que Maquiavel afirma também que as leis *costumam* ser boas, onde é bom o exército (*O príncipe*, XII) e *têm de existir boas leis* (*Discursos*, I, 57) onde é bom o exército. Portanto, não se trata de uma garantia. Os bons exércitos são necessários para boas leis, mas isso não parece suficiente para garanti-las. Isso porque as expressões *costumam ser*, ou *têm de ser*, não indicam certeza. Não trazem em si um imperativo de que sempre o são ou que serão, elas apenas *costumam ou devem*.

Nesse sentido, ao negar a existência boas leis onde não existem boas armas, afirma, a *contrario sensu*, que somente podem ser boas as leis onde existirem boas armas. Mas qual seria o sentido dessa afirmação? Maquiavel não condiciona a existência de qualquer lei à existência de quaisquer armas. Tanto as leis, quanto as armas são adjetivadas: “boas armas” e “boas leis”. Reafirmamos que não se trata de “boas” no sentido moral. Questiona Jean-Jacques Chevallier “Mas a que chama Maquiavel boas armas? [...] Por certo, não os mercenários [...] boas armas, boas tropas são apenas as que são próprias ao príncipe, compostas de seus cidadãos [...] são apenas as tropas *nacionais*” (CHEVALLIER, 1999, p. 26-27).

Por boas leis, Maquiavel entende aquelas que estão em conformidade com a vida livre (*Discursos*, I, 2). Nesse sentido: “As ‘boas leis’ às quais Maquiavel alude são precisamente aquelas que estão dotadas da capacidade de provocar esse retorno à origem” (AMES, 2017, p. 113). Para Maquiavel, o retorno à origem é uma constante, devido aos benefícios que traz. Isso porque “colocar a questão da origem – seja da lei, da autoridade, ou do Estado – é perceber sua indeterminação constitutiva: toda justificação apareceria como injustificável se não conseguisse dobrar a realidade se impondo por si mesma” (AMES, 2017, p. 113).

Berns afirma que “a duplicidade da origem da lei, ou até mesmo a relação ambígua de sua origem, permanece sempre presente na lei, a ideia maquiaveliana [...] do contínuo retorno à origem do Estado para evitar a corrupção” (2000, p. 155). Essa ideia que está presente nos *Discursos* – “quem

quiser que uma seita ou república viva por muito tempo, precisará fazê-la voltar frequentemente ao seu princípio” (*Discursos*, III, 1), traz em si a ideia “de que por um lado confirma a importância do momento originário, mas por outro lado nos relembra que a autoridade nunca está definitivamente estabelecida e por isso reclama um retorno contínuo à origem” (BERNS, 2000. p. 155). Esse constante retorno à origem presente em Maquiavel, segundo Berns traz em si um “contínuo brilho, o da contingência, que nós tendemos a esquecer devido ao nosso olhar retrospectivo que tornou a imposição original, logicamente e historicamente necessária” (2000, p. 155).

Para Roth-Isigkeit *et al*, a duplicidade da origem da lei em Maquiavel não seria uma contradição. Isso porque, entende que o pensador reproduz o entendimento da duplicidade de fonte originária da lei no *O Príncipe* e nos *Discursos*, e isso tornaria as obras complementares e não são obras incompatíveis entre si. Para o referido autor, no *O príncipe*, está contido um momento fundador, aquele em que de maneira muito solitária o fundador institui o Direito, através de uma ordem jurídica por um ato isolado, e unitário. Essa seria a função da obra *O príncipe*, que estabelece essa ordem em favor do todo comum e esse é a primeira fonte originária da lei (cf. ROTH- ISIGKEIT *et al*, 2017. p. 7-8).

Entretanto, a essa primeira lei instituída pelo governante deve ser dada uma unidade política, unidade que somente será obtida através do povo que se constitui juntamente com o ato de fundação. Esse povo dará um funcionamento republicano a essa fundação, através do dissenso e da desunião entre plebe e senado, que assim passa a criar as suas próprias leis. Essa seria a função dos *Discursos*, o próprio povo assumiria a função legislativa de criação da lei e esse seria o segundo momento criativo. Nesse sentido interpretativo, as duas obras funcionariam como chaves explicativas para duplicidade de fonte da lei, e ao invés de serem obras completamente independentes e contraditórias, seriam complementares e dialogariam sobre o tema da duplicidade originária da lei (cf. ROTH- ISIGKEIT *et al*, 2017. p. 7-8).

Segundo Roth-Isigkeit *et al*, *O Príncipe* e os *Discursos*, são obras que “simplesmente abordam diferentes momentos da fundação e da manutenção de um Estado. É necessário que as leis se enraízem fora do Príncipe, no povo.

As leis são uma ferramenta para a luta social moderada” (2017. p. 8). Essa afirmação está, em nosso entendimento, de acordo com o pensamento de Maquiavel. Isso porque, para o florentino, as leis que passam a ser criadas pelo conflito entre grandes e povo e, a partir disso, geram um sentimento de que são produtos daquele meio. Isso ocorre porque decorrem as leis desse movimento interno em que os julgamentos proferidos pelos antigos, fortemente influenciados pelos costumes, e pelas tradições daquele meio social, são balizados e transformados em leis, depois de passarem pelo confronto de humores dos grandes e do povo.

Assim, essa “luta”, denominada por Roth-Isigkeit *et al*, é “algo como um caldeirão”, e nesse sentido “as leis são o melhor meio para superar a desordem interna” (2017, p. 8). Esse entendimento é fundamentado no fato de que segundo Maquiavel, “nada há que torne mais estável e firme uma república do que ordená-la de tal modo que a alteração de humores que a agitam encontre a via de desafogo ordenada pelas leis” (*Discursos*, I, 7). As leis são, portanto, essa fonte segura de desafogo. As leis operam de maneira a institucionalizar os humores ao invés de negá-los ou de tentar suprimi-los. Isso faz com que a dinâmica dos conflitos de humores ganhe um resultado institucional e um meio próprio de manifestar-se, que é a própria lei.

Não se trata da institucionalização do conflito – tendo em vista que esse tem sua dinâmica própria de funcionamento que não se pode, nem se deixa, institucionalizar, mas sim do produto dos conflitos que se dá a partir do confronto de humores. Essa institucionalização faz com que as repúblicas sejam viáveis, porque as tornam estáveis e ordenadas, capazes de absorver o conflito de humores e canalizá-lo, garantindo a estabilidade da própria república que significa, em última instância, garantir a própria liberdade em uma forma de governo republicano.

Tanto o retorno ao momento fundador, quanto a constante confecção de leis pelo povo, possui um eixo em comum: a liberdade. Ambos os momentos estão fortemente relacionados com a lei, porque é a lei que garante a liberdade. O momento de fundação é o momento de maior liberdade política para Maquiavel, no qual as instituições funcionam de maneira correta, sem degeneração ou corrupção. Assim, “o momento da fundação, o

estabelecimento da ordem jurídica é um momento de solidão do Príncipe. Ele desenha a ordem e para aquele momento específico representa o todo comum, a unidade política” (ROTH-ISIGKEIT *et al*, 2017. p. 7). Após esse momento de liberdade inicial da fundação das cidades, a vida livre está necessariamente atrelada aos tumultos da plebe, ao dissenso, ao conflito entre grandes e povo, que produzem as melhores leis, favoráveis à liberdade:

os bons exemplos nascem da boa educação; a boa educação, das boas leis; e as boas leis, dos tumultos que muitos condenam sem ponderar: porque quem examinar bem o resultado deles não descobrirá que eles deram origem à exílios ou violência em desfavor do bem comum, mas sim a leis e ordenações benéficas à liberdade pública (*Discursos*, I, 4).

Segundo Bignotto, o grande mérito de Maquiavel, que o diferencia dos humanistas cívicos, “não é o fato de ter descoberto o papel e a importância das leis, mas o de saber compreender que as leis são fruto do conflito infinito de desejos opostos” (1991, p. 96). Segundo Filippo Del Lucchese, Maquiavel louva o conflito e a lei, ou em sua denominação, “os momentos jurídicos, não como um exercício retórico, mas como um exercício de influência recíproca sem se estabelecer primazia de um sobre outro” (2017, p. 3). Afirmar que “o pensamento de Maquiavel nos permite superar o problema da prioridade do factual ou do jurídico fornecendo uma visão que enfatiza a sua coexistência imanente” (DEL LUCCHESI, 2017, p. 3).

Assim, Del Lucchese, afirma que em Maquiavel há uma relação de dependência entre lei e conflitos: “Maquiavel afirma a necessidade da ligação entre conflito e lei, entre o factual e os momentos jurídicos. Em um Estado estável e forte, um não ultrapassa o outro. Poder constituinte e poder constituído permeiam-se” (2017, p. 9). Para Del Lucchese, não haveria, portanto que falar em eventual primazia do jurídico ou do político em Maquiavel, porque há o que denomina de “influência recíproca” ou “coexistência imanente” de ambos, o que se dá através do conflito.

A expressão conflito permite ampla interpretação, dentre as possibilidades estão a guerra ou conflitos armados. Afirmar-se que a guerra é um dos sentidos possíveis de conflito, porque a expressão conflito não pode ser resumida tão-só a ela, mas segundo nos ensina Fabio Frosini, a guerra em

Maquiavel tem uma atividade política, porque “em Maquiavel não é possível se pensar a guerra separada da política e vice-versa” (FROSINI, 2013, p. 9). Há ainda de se ressaltar, conforme afirma Del Lucchese, que embora, em Maquiavel, seja o conflito a alma da política e que o pensador reafirma constantemente a importância de se manter um exército próprio, a guerra não pode ser considerada como o objetivo a ser atingido pelo conflito (2004b, p.259).

Ressaltamos que a lei não vai institucionalizar os conflitos – esses têm vida própria no corpo político, e estão fora das instituições. A relação da lei com os conflitos é de regulação e de produto. De regulação, porque “o governo por meio das leis potencialmente modera o conflito social na medida em que nunca chega à situação de necessidade política” (ROTH-ISIGKEIT *et al*, 2017, p. 13). O conceito de necessidade política pode ser compreendido como aquele que rompe com o sistema. As leis funcionariam como um mecanismo para evitar esse rompimento. E de produto, porque as leis – as boas leis, as melhores – são produto dos conflitos.

Nesse mesmo viés interpretativo, compreendemos que a política ocupa o centro do pensamento de Maquiavel e o binômio leis e armas aparece no centro da política. Assim, defendemos a ausência de preponderância ou sobreposição de um conceito sobre outro. A explicação para o fato de esse binômio ser utilizado repetidas vezes, talvez esteja na necessária associação entre força e lei que o pensador traz. Del Lucchese defende que nos *Discursos* fica evidenciado que em Maquiavel há uma união que não pode ser dissolvida entre o que denomina de justiça e armas e que isso se dá devido ao fato de que “a política externa e a política interna devem ser pensadas em um mesmo plano, assim como a própria guerra e a justiça, o Direito e a violência, demonstrando com isso uma visão conflitual do próprio Direito” (DEL LUCCHESI, 2004b, p. 242).

Segundo Del Lucchese, Maquiavel vivifica um escândalo jamais resolvido da relação entre conflito e Direito, entre a lei e a violência, expressos pela morte de Rômulo (2004b, p. 252) e que nesse escândalo ainda reside outro, o da origem violenta e conflitual da própria justiça (cf. DEL LUCCHESI, 2004b, p. 255). Essas relações duais entre conflito e lei, força e Direito, armas

e justiça seriam indissolúveis, justamente porque para conservar-se o corpo político necessita do diálogo entre elas, sem hierarquias. Dessa forma, a conservação puramente pela força não seria sustentável, e sua conservação puramente pela lei também não, ou seja, desassociadas não produzem a sustentação à organização política que depende do bom funcionamento das duas.

Para aqueles que acreditam na supremacia da lei, se pode dizer que as leis (sem qualquer força coercitivo-punitiva que os obriguem a cumpri-las) não são capazes de tornar os homens bons – bondade cívica como obediência à lei, e assim, dada a inobservância legislativa, há sempre a necessidade de se fazer obedecer de forma coercitiva - forçá-los a obedecer. É o que se extrai da seguinte passagem do Capítulo VI do *O príncipe*: “segue-se que todos os profetas armados vencem, enquanto os desarmados se arruínam [...]. por isso convém estar organizado de modo que, quando não acreditarem mais, seja possível fazê-los crer à força” (*O príncipe*, VI).

O uso da força tem importância fundamental para Maquiavel, que resta evidente quando o pensador aborda a diferença entre os profetas armados e os desarmados. Essa passagem é muito conhecida e denota que a facilidade para governar; de fazer cumprir as constituições; de manter um ordenamento vigente por longo período de tempo; dependiam, sobretudo, da força para se aqueles que governassem pudessem manter o poder. Ressaltando que manter o poder significava manter a cidade livre. Isso porque as cidades dominadas perdiam além da liberdade a possibilidade de administrarem a justiça, de darem-se leis e de se autogovernarem: “Ainda pior era a situação das cidades submetidas, que perdiam, junto com a liberdade, também o Direito de autogoverno: da organização fiscal às leis de racionamento, das normas de circulação e de mercados à administração da justiça” (VIVANTI, 2016, p. 55).

Nesse sentido, “o bom governo requer um exército poderoso. Sem um exército eficiente para defender o estado, é quase impossível criar boas leis. Homens não podem escolher um bom governo quando suas vidas estão ameaçadas” (ROGERS, 2016, p. 46). Assim, para Maquiavel, através da força se pode fazer crer quando as leis não bastam para tanto. É o que se extrai também do Capítulo XVIII do *Príncipe*: “Devemos, pois saber que existem dois

gêneros de combate; um com as leis e outro com a força. O primeiro é próprio dos homens, o segundo é o dos animais. Porém, como frequentemente o primeiro não basta, convém recorrer ao segundo” (*Príncipe*, XVIII). Inegável que a força das armas é necessária a fim de se manter o poder para o príncipe nos principado, ou assegurar a estabilidade do corpo político através de leis que garantam a liberdade e a participação política - *vivere libero politico* - nas repúblicas.

De outro lado, para aqueles que acreditam na superioridade das armas em relação às leis, é possível dizer que não somente as boas leis dependem das armas, mas também para que haja boas armas, se fazem necessárias as boas leis. Maquiavel parece afirmar que são as boas armas mais dependentes das boas leis do que o contrário:

[...] não posso negar que a fortuna e a milícia foram razões do império romano, mas também me parece que quem diz tais coisas não se apercebe de que onde há boa milícia é preciso que haja boa ordem e raras são das vezes que deixa de haver também boa fortuna (*Discursos*, I, 4)

Maquiavel parece indicar que aqueles que voltam seus olhares para Roma, enxergariam em um primeiro momento, como figuras de maior destaque, a fortuna e o poderio militar. Quem assim acredita “não se apercebe” (*Discursos*, I, 4) do fato de que para ter boas milícias e boa fortuna, precisa-se de boas leis. As cidades precisam ser ordenadas pelas leis que, inclusive, regulamentam os próprios exércitos (armas) que para que tenham condições de existência precisam que o corpo político esteja ordenado de uma maneira tal que possa disciplinar também as questões militares – e são as leis que cumprem essa tarefa de ordenação.

Um excelente exemplo da necessidade prévia de boas leis para as boas ordenações é obtido dos próprios escritos de chancelaria de Maquiavel. Diante da necessidade da instituição de um uma força armada própria para Florença, Maquiavel na condição de Secretário, de maneira prévia escreveu um o *Discurso sobre a Ordenação*, indicando a necessidade de uma lei com critérios de recrutamento para o exército e inclusive disciplinando a forma de comando e as punições disciplinares (tipificando o modo de agir do magistrado que fiscalizaria os soldados).

Após a aprovação do seu projeto de lei para a Ordenação, Maquiavel escreveu as *Provisões*, buscando uma nova justiça para julgar os militares. Maquiavel não começou instituindo o exército em Florença, sem qualquer preocupação com as questões jurídicas, mas o fez dentro da legalidade, começando-o através de uma lei²²¹. E é a partir dessa lei que dá origem a toda a autoridade daquele que disciplinará os soldados.

Assim, as leis também contribuem para êxito dos exércitos e o sucesso militar de Roma, pode ser um exemplo disso, conforme anteriormente afirmado. Além dos exemplos trazidos por Maquiavel no projeto de lei que elaborou para a Ordenação, pode-se citar outro trazido pelo pensador nos *Discursos* - uma lei que disponha sobre a boa formação dos soldados que preveja exercícios físicos quando esses não são preparados suficientemente pelas suas próprias atividades laborativas, conforme será abordado nesse capítulo²²². Está, portanto, na conjugação entre leis e armas a fundamentação dos Estados, e não em um ou em outro elemento separado. Isso porque “Maquiavel considera dois pilares da sociedade de imensa utilidade para os estados: as boas leis e as boas armas. À parte, elas são de pouca utilidade. Juntas elas tem uma força imensa, contribuindo para manter o estado ordenado e protegido dos inimigos” (ROGERS, 2016. p. 41).

Além dessa relação mais direta do binômio leis e armas há ainda aquela da preparação cívica do soldado. Tornar o soldado preparado também para ser um bom cidadão, aquele obediente às leis. Nesse sentido, Pocock, afirma a relação de dependência entre armas e lei, e que Guicciardini tentou provar que ela é vital para a teoria de Maquiavel, pois os cidadãos lutarão bem apenas se a cidade estiver bem ordenada e que comprometer-se com um exército cidadão é comprometer-se com as boas leis e com a boa justiça, algo que é mais fácil de obter do que se manter (cf. POCOCK, 2003, p. 124).

No mesmo sentido, Bignotto afirma que tanto as leis quanto as armas, essa última mencionada como força, dão sustentação ao corpo político: “De

²²¹ Maquiavel no escrito que trata sobre a formação de um exército próprio em Florença (*Discurso sobre a Ordenação*) prevê: “O comando que se lhes deve dar é fazer uma lei que deles disponha e um magistrado que a observe. Para mantê-los em ordem é necessário que o magistrado tenha autoridade para puni-los e faculdade para fazê-lo e que a lei o possibilite fazer tudo aquilo que for necessário” (MAQUIAVEL, 2010, p. 57).

²²² Vide Item 4.2 *A Lei como instrumento artificial de criação da necessidade*.

maneira geral, devemos considerar que o jogo político se faz com duas armas principais: as leis e a força [...] Dessa forma, o campo no qual a política se desenrola não é nunca governado por apenas um gênero de ação” (2003, p.19). Assim, continua Bignotto, para Maquiavel, aquele que governa “terá de recorrer à força, quando os mecanismos de persuasão derivados da aplicação da lei não se mostrarem suficientes” (2003, p.19).

Em nossa interpretação, para Maquiavel, não se poderia prescindir nem da força, nem da lei. Ambas ocupam a centralidade do seu projeto político, sem hierarquias. Para aqueles que pensam de maneira diferente, estabelecendo qualquer sobreposição, embora se respeitando tal posicionamento, não nos parece que essa seja a posição mais acertada, pois Maquiavel parece não fazer tal opção. Dessa forma, defende-se a impossibilidade de hierarquia entre armas e leis no projeto político de Maquiavel, porque se entende que há uma relação de dependência e equivalência entre esses institutos.

Nesse mesmo viés, Del Lucchese afirma que “Maquiavel começa a reflexão sobre lei e Direito ainda quando estava no serviço diplomático, em um texto de 1506 *“La cagione della ordinanza, dove la si truovi, e quel che bisogna fare Post Res Perditas*²²³” no contexto da organização da milícia florentina” (DEL LUCCHESI, 2004b, p. 242) e que nesse trabalho “Maquiavel ‘resume numa fórmula o que poderia ser considerado um dos baluartes de seu pensamento, a união indissolúvel do Direito e da potência das leis e da força’” (DEL LUCCHESI, 2004b, p. 243). É assim, nessa união indissolúvel e igualitária entre Direito/leis e força/armas que se estabelece o projeto político de Maquiavel.

Nesse sentido, a importância primária da lei também se manifesta na relação com as armas. As leis, nos mostra Maquiavel, são importantes também para a formação de bons exércitos, para discipliná-los, para estabelecer a forma de recrutamento, para dispor sobre a necessidade dos soldados portarem armas, de estarem adequadamente alimentados, etc. Assim, para o bom funcionamento dos exércitos, são necessárias as boas leis. Se aplicarmos isso ao *O príncipe* e considerarmos como verdadeira a premissa de que

²²³ Em tradução livre: “No Discurso sobre a Ordenação, aonde se encontra, o que precisa ser feito depois que as coisas estão perdidas”.

Maquiavel se preocupou com as formas de conquista, manutenção e perda de um principado podemos afirmar, com segurança, que as armas realmente são muito importantes para a conquista de um novo principado, e somente elas podem ser suficientes para isso.

Entretanto, uma vez conquistado um principado, ele não se mantém somente com as armas que - embora possam garantir o alcance do príncipe ao poder, não podem garantir as condições de governabilidade. Lefort, citando o exemplo de Sforza, afirma que um chefe militar que chega ao poder somente pela força das armas, não se mantém se se não estabelecer com o povo um liame subjetivo através das leis:

Desse modo, Sforza, modelo de um chefe militar ambicioso, alçado ao principado unicamente pela força das armas, e que supera como tal a seus descendentes, é degradado tão logo se mostra incapaz de estabelecer uma ligação com seus súditos e de instituir as *ordini nuovi*, quer dizer, de criar uma potência que lhe sobreviva. Sua conquista é apreciada então no contexto medíocre da política contemporânea (LEFORT, 2019, p.358).

Aquele que conquista pela força, não se mantém por ela – isso foi dito e repetido pelo próprio Maquiavel desde o *Discurso sobre a Ordenação*²²⁴. Uma vez conquistado um principado, o mais importante não é que o Príncipe se mantenha no poder, porque Maquiavel não está preocupado com a manutenção de qualquer poder, ou do poder pelo poder, mas sim naquele poder capaz de dar suporte para uma organização política, porque isso significa segurança e liberdade ao povo. No caso de um principado conquistado pela força das armas, o poder conquistado não é duradouro sem as leis.

O exemplo de Sforza é negativo na visão de Maquiavel que o cita como o Príncipe que alcançou o poder somente através força das armas, e quando se mostrou incapaz de estabelecer laços com os súditos, perde o poder conquistado. A inovação do pensamento de Maquiavel reside justamente nesse

²²⁴ “Todas as cidades que por algum tempo foram governadas por um príncipe absoluto, pelos optimates ou pelo povo, como esta é governada, empregaram na sua defesa as suas forças misturadas com a prudência: porque esta sozinha não bastava, e aquelas ou não levam a termo a ação política ou, se a levam, não mantêm os resultados obtidos” (MAQUIAVEL, 2010, p. 51).

rompimento com a tradição. Não apenas ele rompeu com a relação que atribuía o poder do Príncipe à religião, como sustentou a importância dos acontecimentos históricos para a compreensão de seu tempo e investigou o que havia, para além das armas, que fosse capaz de manter, não o poder, mas o poder político do Príncipe. Apresentou uma crítica à atribuição dos créditos somente à força das armas para a conquista e manutenção do poder.

A força somente poderá manter o poder pessoal do Príncipe – um poder pelo poder, mas não poderá garantir-lhe a possibilidade de cumprir suas funções na organização política, através de um poder político. Maquiavel não se preocupa, portanto, com o poder pelo poder. O modo de aquisição do poder pode até se dar pela força, mas os meios e as condições em que a manutenção desse poder ocorrem importam. O poder pode ser conquistado pelo Príncipe através das armas, mas necessita de outro fundamento para se sustentar - de um fundamento político que as armas não fornecem. E aqui reside uma das sofisticações do pensamento de Maquiavel: atribuir à lei, e não à força das armas, a função de criar o liame subjetivo com o povo para a manutenção do corpo político.

As armas não conseguem estabelecer um meio seguro para que o príncipe desempenhe sua função. Para isso, é necessário que se estabeleça vínculos, laços entre o príncipe e os súditos. Há a necessidade da criação de laços, que exista identificação entre aquele que governa e aqueles que são por ele governados. Esse vínculo não precisa ser afetivo – melhor para o príncipe e para a conservação de seu principado que seja – mas precisa ser capaz de estabelecer uma relação de confiança e pertencimento entre súditos e Príncipe. Nesse sentido, Lefort afirma que “as considerações de ordem política dominam de longe sobre as considerações de ordem militar, dado que seu principal argumento estabelece que a melhor defesa do príncipe é não ser odiado pelo povo” (LEFORT, 2019, p. 302).

Mesmo demonstradas às evidências de que Maquiavel utilizava-se de premissas e princípios do Direito romano antigo como princípio geral em seus escritos e a importância que o sistema jurídico exerce para o projeto político de Maquiavel, segundo alguns intérpretes, não há em Maquiavel a linguagem do Direito. É o caso de Skinner que afirma que “Maquiavel, por exemplo, nunca

emprega a linguagem de direitos ele sempre se limitou a escrever o gozo da liberdade individual como uma das vantagens ou como benefício de se viver sob um governo bem ordenado” (SKINNER, 1998, p. 18).

Entretanto, há pensadores que atestam a presença do Direito para Maquiavel. É o caso de Gramsci que rebatendo um texto escrito por Azzalini, reafirma essa importância: “Não é verdade, como parece acreditar Azzalini²²⁵, que Maquiavel não tenha levado em conta ‘Direito constitucional’, já que em toda a obra Maquiavel encontra-se disseminados princípios gerais de Direito constitucional” (Gramsci, 2007, p. 218). Gramsci, ainda reforça que para Maquiavel a lei é segurança contra o arbítrio, porque Maquiavel “afirma, com bastante clareza, a necessidade de que no Estado domine a lei, princípios fixos segundo os quais os cidadãos virtuosos possam operar seguros de que não cairão sob os golpes do arbítrio” (2007, p. 218).

Mas a passagem que mais parece desagradar Gramsci é aquela em que Azzalini analisa as definições de Ulpiano²²⁶ no *Digesto* e afirma que elas são suficientes para fundamentar a ausência de relação substancial entre a “a ordem política” e “ordem jurídica”. Segundo Gramsci, Azzalini afirma que o “Direito público cabe ao Estado da república romana” enquanto que “o Direito político se sustenta nas coisas sagradas, nos sacerdotes, nos magistrados”. E ainda que “os critérios que uma e outra ciência observam a mesma matéria são inteiramente diversos” sendo que, no raciocínio de Azzalini, em Maquiavel, são “efetivamente diversas as esferas da ordem jurídica e da ordem política” (GRAMSCI, 2007, p. 219).

Para Gramsci essa ideia de independência entre ordem jurídica e ordem política em Maquiavel não é aceitável. Quando Azzalini afirma a diversidade entre “ordem política” e “ordem jurídica” e que “a ordem jurídica é ontológica e analítica” porque se dedica a análise dos “institutos públicos em seu ser real” e

²²⁵ Aqui, Gramsci faz referência à obra “La política scienza ed arte di Stato” de M. Azzalini, publicada pela *Nuova Antologia* em 16 de dezembro de 1929. Gramsci, em desacordo com as ideias de Azzalini, ao referir-se à obra e ao autor, afirma que foram publicadas “breves notas de certo Azzalini” e que “Azzalini é bastante leviano e superficial”. Ao comentar uma das afirmações de Azzalini sobre Maquiavel profere: “O que quer dizer tudo isto em relação a Maquiavel? Menos do que nada: confusão mental” (GRAMSCI, 2007, p. 217-218).

²²⁶ Muitos itens presentes no *Digesto* foram retirados da obra *Institutas* e de manuais didáticos escritos pelo Jurista romano Ulpiano.

que “a ordem política é deontológica e crítica”, porque estuda os organismos públicos “não como são, mas como deveriam ser”, utilizando-se de “critérios de avaliação e julgamento de oportunidade que não são e nem podem ser jurídicos” (p. 219), a crítica de Gramsci se sobressai. Isso porque no entendimento de Gramsci, em Maquiavel tudo é política: “justamente, Maquiavel remete tudo à política, isto é, à arte de governar os homens, de buscar seu consenso permanente, de fundar, portanto, os ‘grandes Estados’” (Gramsci, 2007, p. 219).

Essa divergência de interpretação sobre a relação de interligação entre ordem política e jurídica em Maquiavel (posicionamento de Gramsci) e da independência entre elas (posicionamento de Azzalini) faz com que Gramsci pareça bastante irritado com Azzalini, chamando-o de “sabichão” dando a entender que Azzalini possui falsa imagem de si, por pensar conhecer e admirar Maquiavel: “E tal sabichão pensa que é admirador, discípulo e até aperfeiçoador de Maquiavel!” (GRAMSCI, 2007, p. 219). E ainda: “Azzalini não sabe orientar-se nem na filosofia nem na ciência da política” (GRAMSCI, 2007, p. 221). Gramsci dedica quase cinco páginas de sua obra, trazendo as citações de Azzalini, esclarecendo-as e rebatendo-as uma a uma sobre essa questão.

O tema da presença do Direito, ou da importância dele, para Maquiavel é controvertido. Em contrapartida, as abordagens sobre o tema das armas, ou da guerra, por exemplo, são mais populares e menos polêmicas. Talvez devido ao fato de que Maquiavel se popularizou como teórico da guerra. Ocorre que, segundo Gramsci, “também na *Arte da guerra* Maquiavel deve ser considerado como um político que precisa se ocupar da arte militar” (2007, p. 30).

Assim, embora tenha escrito uma espécie de ordenamento sobre a guerra, Maquiavel teve certo fracasso prático ao tentar organizar uma tropa militar. É o que nos indica Gramsci, afirmando que isso pode ser comprovado com a leitura da “dedicatória de Bandello a Giovanni delle Bande Nere, onde se fala de Maquiavel e de suas tentativas inúteis de organizar, segundo suas teorias da arte da guerra, uma multidão de soldados no campo de batalha”. Isso porque enquanto Maquiavel não obteve sucesso com os soldados, “Giovanni delle Bande Nere, ‘num piscar de olhos, com o auxílio dos tambores’,

organizou ‘aquela gente de variados modos e formas, com grandíssima admiração de quem ali se encontrava’” (GRAMSCI, 2007, p. 304).

Isso se deu, conforme afirma Gramsci, porque “Maquiavel não era um militar de profissão, eis tudo; isto é, não conhecia a ‘linguagem’ das ordens e dos sinais militares (cornetas, tambores, etc.)” (GRAMSCI, 2007, p. 305), pois, “um ordenamento teórico das tropas pode ser ótimo em tudo, mas, para ser aplicado, deve se tornar ‘regulamento’, disposições de exercício, etc., ‘linguagem’ compreendida imediatamente e aplicada quase automaticamente” (GRAMSCI, 2007, p. 305). Gramsci afirma que para Maquiavel “a questão técnico-militar não constitui o centro de seu interesse e de seu pensamento: ele a trata somente na medida em que isso é necessário para sua construção política” (GRAMSCI, 2007, p. 30). Gramsci indica que embora Maquiavel tivesse construído um ordenamento, não tinha experiência em sua atividade profissional em transformá-lo em um regulamento, com aplicação prática. Na visão de Gramsci, Maquiavel estava mais para um legislador que para um militar.

Essa é a analogia traçada por Gramsci: “Sabe-se que muitos legisladores de primeira ordem não sabem fazer ‘regulamentos’ burocráticos, organizar funções e selecionar o pessoal para aplicar as leis, etc” (2007, p. 305). O que Gramsci defende é que chama de “questão importante” referente à Maquiavel é que “não se pode separar o administrador-funcionário do legislador, o organizador do dirigente, etc” (GRAMSCI, 2007, p. 305). Gramsci afirma que as questões da prática militar não eram as questões principais para Maquiavel, porque ele não é um militar de profissão. Entende da mesma forma Ames: “a maneira como Maquiavel se aproxima dos problemas militares, não é a de um técnico que descreve as particularidades das organizações táticas militares”, porque a atividade militar somente interessaria a Maquiavel, sob o aspecto que serve à política: “Ele observou o papel decisivo que a atividade militar exerce na política” (AMES, 2005, p. 1)

Isso porque “a direção da milícia”, para Maquiavel, “pertence ao poder político, e a esse somente. Quando o poder militar está desvinculado do político, a consequência inevitável é a ruína” (AMES, 2005, p. 7). Assim, “a guerra, para Maquiavel, ‘é um acessório da política’” (AMES, 2005, p. 11).

Ousamos acrescentar que o Direito também é um instrumento da política, mas de primeira grandeza, porque com a mesma importância que a força, representada pelas armas.

3.2 Ordenações

Assim como com outros temas, Maquiavel não conceitua as ordenações. Apenas parte do pressuposto que elas existem dentro do corpo político, e que este pode ordenar-se de dois modos: “ordenar-se para conquistar e ordenar-se para manter” (*Discursos*, II, 19), e que tanto em um, quanto em outro modelo “é impossível uma república, permanecer quieta, gozando sua liberdade e seus poucos territórios, porque mesmo que não moleste ninguém, será molestada” (*Discursos*, II, 19). Maquiavel ainda menciona que as ordenações podem ser as militares e as civis (*Discursos*, I, 10), como trataremos na sequência.

Ao tratar sobre o tema das ordenações, Maquiavel recupera aquelas da Roma antiga – aquela que é por ele considerada a cidade melhor ordenada de todos os tempos. É importante ressaltar que as ordenações romanas não se confundem com a constituição romana: “e enquanto viveu livre, observando suas ordenações e suas virtuosas constituições, Roma nunca edificou fortalezas para cercar cidades e províncias” (*Discursos*, II, 24). Assim, Maquiavel evidencia que ordenações e a constituição romana são conceitos diversos. As ordenações são o aparato do corpo político, são as instituições que conjuntamente são responsáveis pelo seu funcionamento.

O mais próximo que se chega, contemporaneamente, ao conceito de ordenações, é através do conceito de instituições. Isso porque “a continuidade e a coesão no tempo de cada comunidade política (‘de uma república ou reino’- escreve Maquiavel) depende da capacidade de seus governantes de criarem instituições duráveis” (SARTORELLO, 2013, p. 197) e Maquiavel era ciente de que essa capacidade dependia muito da consistência do sistema jurídico que garante que essas instituições possam desempenhar suas funções. Assim, a constituição romana é o regulamento que prevê o funcionamento jurídico e

político da cidade de Roma e dos territórios conquistados. Está na constituição romana o regulamento das instituições (ordenações).

Maquiavel não enumera quais ordenações acredita que sejam aquelas necessárias para o bom funcionamento de um determinado corpo, mas indica quais eram importantes para os antigos. Como Roma era seu modelo de cidade bem ordenada: “se nunca houve república que tenha conquistado o que Roma conquistou, é porque nunca se encontrou república que fosse ordenada de tal modo que pudesse conquistar como Roma” (*Discursos*, II, 1), sua preferência pela república romana é uma declaração de que as cidades bem ordenadas são aquelas que possuem Roma como modelo.

Assim, as ordenações romanas são citadas e explicitadas por Maquiavel quando, mencionado aquelas dos cônsules (ordenados em Roma para ficarem no lugar dos reis), do Senado romano e dos tribunos da plebe²²⁷ (*Discursos*, I, 2). Além delas cita ordenação da acusação pública (*Discursos*, I, 7 e 8), da religião e do exército (milícia) (*Discursos*, I, 9), da ditadura romana (*Discursos*, I, 34) e o decenvirato (*Discursos*, I, 35).

Sobre a forma como o poder era distribuído entre as ordenações romanas, Maquiavel ressalta que “a autoridade que os cônsules, ditadores e outros comandantes dos exércitos eram enviados para fora de Roma” era uma autoridade muito grande, quando comparada ao senado, visto que o “senado reservava apenas a autoridade de declarar novas guerras e confirmar as pazes pactuadas; todas as outras coisas incumbiam ao árbitro e ao poder do cônsul” (*Discursos*, II, 33). Isso porque “decidida uma guerra pelo povo e pelo senado – por exemplo, contra os latinos –, todas as outras decisões cabiam ao cônsul” (*Discursos*, II, 33). Com isso, indica que o poder em Roma era muito centralizado na figura daquele que governava, ou que detinha poder de comando, como no caso dos comandantes militares.

Sobre os tribunos, afirma que “o poder dos tribunos da plebe na cidade de Roma foi grande; e foi necessário, como muitas vezes discutimos, porque de outro modo não se poderia ter refreado a ambição da nobreza, que teria

²²⁷ “É de nota em primeiro lugar a utilidade do tribunato, que não servia apenas para refrear a ambição dos poderosos contra a plebe, mas também a ambição dos poderosos contra si mesmos” (*Discursos*, I, 50).

corrompido aquela república” (*Discursos*, III, 11). Entretanto, afirma que os tribunos poderiam ter ensejado algum mal à liberdade de Roma, devido à ambição que demonstraram. Isso porque com o tempo “a autoridade tribúncia se tornou insolente e temível para nobreza e para Roma, teria surgido algum inconveniente danoso à liberdade romana se Ápio Cláudio não tivesse mostrado o modo como deviam defender-se da ambição dos tribunos” (*Discursos*, III, 11). O modo como Maquiavel abordou a ambição da plebe romana será retomando na sequência, quando trataremos das leis agrárias romanas.

Para Maquiavel, as cidades devem utilizar mecanismos ordinários (aqueles que estão previstos de maneira antecedente ao fato) que permitam “desafogar os humores”. Nesse sentido, as ordenações e as leis constituem o modo ordinário de desafogo de humores. Adverse questiona: “o que é uma cidade livre do ponto de vista de Maquiavel?” A Resposta é: “livre é aquela república que a exemplo de Roma, é capaz de dar uma solução institucional para os conflitos originados da diversidade dos desejos. Mas em que consistem essas instituições? Em leis e ordenações” (2013, p. 100).

Sobre as leis: “a respeito da utilidade e da necessidade de as repúblicas, com suas leis, permitirem o desafogo da ira que o povo vota a um cidadão: porque quando não há esses modos ordinários, recorre-se aos extraordinários” (*Discursos*, I, 7). O recurso aos modos extraordinários é visto de maneira negativa por Maquiavel quando comparado ao modo ordinário, porque “produzem efeitos muito piores” (*Discursos*, I, 7). As ordenações, portanto, cumprem a função de, como o próprio nome sugere, ordenar o corpo político através de instituições e até mesmo de um sistema cultural, como no caso da religião, a fim de permitir o seu bom funcionamento e manutenção.

Maquiavel manifesta-se favoravelmente aos meios ordinários, “porque um cidadão que é punido ordinariamente, ainda que de modo injusto, segue-se pouca ou nenhuma desordem na república” (*Discursos*, I, 7). Depositava especial atenção à apreciação das acusações, especialmente pela quantidade de juízes que devem analisa-las. As cidades devem estar bem ordenadas de modo que não se recorra aos estrangeiros para que problemas sejam resolvidos. A cidade deve prever tudo para ser bem ordenada, sendo que a

interferência externa, que denomina como forças estrangeiras, quando solicitada por uma facção, é consequência da ordenação falha da cidade: “sempre que forem chamadas forças estrangeiras por uma facção de homens que vivam naquela cidade, pode-se acreditar que isso advém das más ordenações dessa cidade” (*Discursos*, I, 7).

Além das ordenações romanas da plebe, senado, tribunos, cônsules, citadas exemplificativamente acima, Maquiavel indicava outra: a acusação pública. Essa ordenação parece estar vinculada ao povo e não aos grandes, visto que quando trata de Florença afirma que a cidade não possuía qualquer meio de acusação pública e indicava como efeito dessa ausência, a destituição de Piero Soderini, “coisa afinal que se deu por não haver naquela república modo nenhum de acusações contra a ambição dos cidadãos poderosos” (*Discursos*, I, 7). Nota-se que Maquiavel associa a existência de uma ordenação que preveja ordinariamente a instituição de uma acusação pública a uma maneira de controlar a “ambição dos cidadãos poderosos” (*Discursos*, I, 7). A acusação pública seria assim um meio de desafogo dos humores da plebe.

Os cidadãos poderosos, como se sabe, são os grandes, eis que eles são, segundo Maquiavel, aqueles que possuem ambição de dominação, de poder - pois o povo apenas deseja não ser dominado. Prever a acusação pública como uma ordenação, fornece ao povo um mecanismo, ou instrumento, capaz de frear a ambição dos grandes. Funciona também como um mecanismo de desafogo do desejo do povo de não ser dominado. Através do instituto da acusação pública, o povo é capaz de opor-se ao desejo de dominação dos grandes. Entretanto, isso somente é possível se aqueles a quem o povo denuncia (que são os juízes) forem em número significativo, a fim de se garantir a imparcialidade na apreciação, porque “poucos sempre agem em favor de poucos” (*Discursos*, I, 7).

Maquiavel, não indica quantos juízes seriam necessários, ou qual seria o número ideal desses juízes, para apreciar as acusações públicas. Isso não significa que nada indique sobre o tema. Afirma que oito juízes (o número dos

Oito Guarda – magistratura florentina²²⁸) são insuficientes, porque “não basta acusar um poderoso diante de oito juízes numa república: é preciso que os juízes sejam muitos” (*Discursos*, I, 7). Oito juízes, portanto, não configurariam “muitos” para Maquiavel. Pelo que sugere Maquiavel, ter muitos juízes para ouvir as acusações públicas e apreciá-las se torna importante na república, porque o acusador não teria motivos para duvidar da imparcialidade do julgamento deles. Ao contrário disso, quando são poucos os que julgam, Maquiavel indica que os favorecimentos poderiam ocorrer.

Nesse sentido, quando se submete uma acusação pública contra cidadãos poderosos, que é julgada por muitos juízes, pelo que sugere Maquiavel, não existiria a inclinação aos favorecimentos. Isso, por consequência, faria com que quem acusa aceitasse o resultado do julgamento com facilidade e com ele se conformasse. Esse acatamento do resultado do julgamento faria com que o acusador não procurasse em forças externas a resolução desses julgamentos por inconformidade com o resultado. Ou seja, poucos juízes que favorecessem a poucas pessoas, gerariam insatisfação com o resultado do julgamento e isso poderia levar os insatisfeitos a procurarem por auxílios de forças externas no intuito de obter outro julgamento.

Nesse contexto da busca pelas forças estrangeiras, em nenhum momento Maquiavel utiliza-se de termos como justiça e injustiça. Quando afirma que poucos agirão em favor de poucos e perante eles não adiantaria acusar cidadãos poderosos, deixa muito clara a parcialidade que esse julgamento poderia ter que é o motivo pelo qual as forças externas poderiam ser procuradas. Isso ocorreria na ausência de ordenações que prevejam os modos ordinários de resolver essa questão, de maneira eficaz.

Maquiavel associa as “decisões que favorecem a poucos” a “cidadãos poderosos”. Com isso, ele nos dá pistas de quem seriam os poucos favorecidos pelas decisões. Entretanto, ele não questiona a justiça ou injustiça desse julgamento. Ao invés disso, ocupa-se da argumentação de que as ordenações devem prever meios para resolver internamente a parcialidade não desejada dos juízes. Esse meio ordinário indicado por Maquiavel é a ampliação

²²⁸ No capítulo anterior, em especial na parte dedicada à análise das *Provisões* são destacadas as críticas feitas por Maquiavel à justiça da Florença de seu tempo.

do número de juízes responsáveis pela apreciação das acusações públicas. A solução interna, portanto, aquela que impediria a busca por forças estrangeiras, estaria na ordenação que preveja um quórum amplo de juízes para julgar as acusações públicas e não apenas oito membros – como era a Magistratura dos Oito em Florença.

Assim, para evitar a busca pelas forças externas que gerariam interferência interna, Maquiavel sugere que não apenas haja uma ordenação prevendo o instituto da acusação pública, ou seja, que a acusação pública componha as ordenações da cidade, como também se preocupa que essa ordenação também preveja um número grande de juízes. Isso para que ao apreciar as questões os juízes possam ser mais imparciais no julgamento dos poderosos, o que resolveria as desconfianças e inconformidades com relação às decisões.

A parcialidade, pelo que sugere Maquiavel, seria oriunda da dificuldade de que um número pequeno de juízes teria em julgar cidadãos poderosos. Essa parcialidade leva à inconformidade com o resultado, que por sua vez conduziria à busca de forças externas. Isso é tudo o que Maquiavel acredita ser prejudicial ao corpo político. Utilizando-se do exemplo de Roma e de uma analogia médica, Maquiavel afirma que estando bem ordenado o corpo político com as previsões adequadas (remédios) não haveria motivos para se buscar a solução em outro local. É o que afirma:

se provê ao ordenar tudo de tal modo que as acusações sejam feitas a um número grande de juízes, dando-lhes acatamento. Modos esses que em Roma foram tão bem ordenados que, em tantas dissensões entre plebe e senado, nunca o senado, a plebe ou qualquer outro cidadão particular tentou valer-se de forças externas; porque, tendo remédio em casa, não precisavam ir buscar fora (*Discursos*, I, 7).

Comparando Roma à Florença – exercício que faz diversas vezes – Maquiavel afirma que ao contrário da primeira, a sua cidade natal não possuía em suas ordenações a previsão de meios que proporcionassem o desafogo de humores: “vimos em nossos tempos tumultos [novità] que ocorreram na república de Florença por não poder a multidão desafogar seu ânimo ordinariamente contra um seu cidadão” (*Discursos*, I, 7). Afirma que “essa questão, como se disse, era bem ordenada em Roma; e foi sempre mal

ordenada na nossa cidade de Florença” (*Discursos*, I, 8). Para exemplificar, relembra os acontecimentos que envolveram Francesco Valori – príncipe audacioso e ambicioso da cidade, contra quem não existiam meios ordinários de resistência.

Os adversários de Valori se socorreram então de meios extraordinários, correspondentes à criação de uma facção que fez uso inclusive de armas. Assim, “como não houvesse na república meio de opor-lhe resistência, ao não ser com alguma facção que fosse contrária a sua” seus opositores recorreram aos meios extraordinários, consistentes na luta armada: “aqueles que se lhe opunham, não contando com uma via ordinária para reprimi-lo, pensaram nas vias extraordinárias: a tal ponto que se enfrentaram com armas” (*Discursos*, I,7).

Possuir ordenações como a acusação pública constituiria em um mecanismo capaz de extinguir apetites, para usar as palavras de Maquiavel, capazes de gerar tumultos prejudiciais ao corpo político: “conclui-se que, sempre que foram chamadas forças estrangeiras por uma facção de homens que vivam nalguma cidade, pode-se acreditar que isso advém das más ordenações dessa cidade” (*Discursos*, I,7). Maquiavel indica que uma cidade mal ordenada, como era Florença em sua opinião, era aquela que não possuía meios ordinários de desafogo de humores. Isso porque os humores, de uma forma ordinária ou não, seriam extravasados de qualquer maneira.

Ao comentar a ordenação da acusação pública, Bignotto a associa a forma de justiça pensada por Maquiavel “no sétimo capítulo, quando Maquiavel trata a questão da justiça, não há a menor sombra de uma ideia reguladora de justiça a guiar as questões. Tratando da possibilidade de acusar os adversários por meios legais [...]” (1991, p. 94). Entende Bignotto que “Maquiavel abandona a ideia de justiça como aplicação na cidade dos ‘princípios éticos eternos, para concebê-la como uma expressão possível do conflito de classes’” (1991, p. 95). Assim, a própria ordenação da acusação pública, independentemente da justiça ou injustiça da acusação ou da decisão sobre ela, se constitui como um instrumento legal necessário à organização política.

Possuir meios ordinários evitaria a formação de facções e o recurso às armas para como meio extraordinário de desafogo de humores. O desafogo irá

ocorrer de uma ou de outra maneira. Assim, possuir ordenações que contemplem o desafogo de humores garante a segurança da cidade ao surgimento de elementos que a levem à ruína, como as disputas entre facções, inclusive aquelas armadas, e a provocação que qualquer uma dessas facções pode fazer à interferência estrangeira (potencialmente destrutível ao corpo político). O instituto da acusação pública é uma dessas ordenações que favorecem a extinção dos apetites perniciosos capazes de gerar tumultos disfuncionais, prejudiciais.

Nesse sentido, vale lembrar o entendimento de Bignotto, ao qual nos filiamos, de que para Maquiavel “os conflitos devem expressar-se através dos mecanismos legais, sob pena de destruírem o tecido social” isso porque “é, pois, em um regime de leis que pensa Maquiavel quando nos fala das repúblicas”, sendo que para o florentino “a sociedade ‘justa’ é, portanto, a dos conflitos, mas é, sobretudo, a que em seus excessos é capaz de encontrar uma solução pública para o conflito”, sendo que “a perdição de uma cidade é o produto da opacidade de suas leis” (1991, p. 95). Nesse contexto, “o papel do Estado não é, então, nem o do mediador neutro, nem o do juiz impessoal, mas o de se opor, pela força das leis, à ação destruidora dos desejos particulares” (BIGNOTTO, 1991, p. 95).

Ainda sobre a acusação pública, Maquiavel indica que ela, ao contrário do que talvez se poderia imaginar, contribui também para que as calúnias sejam diminuídas dentro do corpo político: “usa-se mais a calúnia onde menos se usa a acusação e onde as cidades estão menos ordenadas para recebê-las” (*Discursos*, I, 8). Isso porque, afirma Maquiavel “quão são detestáveis as calúnias, tanto nas cidades livres quanto nas que vivem de outro modo e que para reprimi-las, é preciso não negligenciar ordenação alguma que as possibilite” (*Discursos*, I, 8). Entendemos que Maquiavel indica pelo menos dois motivos que sustentam sua argumentação, de que a ordenação da acusação pública contribui para a diminuição das calúnias, a saber: *i)* quando a cidade não prevê em sua ordenação a acusação pública, ela também deixa de prever ordenações que repreendam severamente a calúnia; *ii)* a multiplicação dos tribunais de acusação pela cidade eliminariam as calúnias, porque requisitos

precisavam ser preenchidos para se acusar alguém. Passemos a essa duplicidade de argumentos:

A previsão da acusação pública exige que o acusador apresente provas do que afirma, enquanto que na calúnia não. Havendo provas do que se diz o meio público ordinário de dar vazão à afirmação seria a utilização da acusação pública e não da calúnia. A diferença apontada por Maquiavel entre calúnia e acusação pública residiria no caráter público da segunda que possui regras para ser exercida, dentre elas, o arcabouço probatório: “entre ambas a diferença é que as calúnias não precisam de testemunhas nem de nenhuma outra confrontação para serem provadas, de tal modo que todos podem ser caluniados por todos” (*Discursos*, I, 8). Em contrapartida “as acusações precisam de confrontações verdadeiras e de circunstâncias que mostrem a sua verdade. As acusações são feitas a magistrados, a povos, a governos, a conselhos; as calúnias são feitas nas praças e nos pontos de encontros” (*Discursos*, I, 8).

A seriedade probatória exigida pelas acusações públicas funcionaria como um antídoto à disseminação das calúnias. O mecanismo poderia ser resumido da seguinte forma: ouvinte de um fato poderia se questionar sobre a existência de provas. Se elas existem, a acusação deve ser pública. Caso tal fato não tenha sido submetido à acusação pública é porque dele não se tem provas, logo se trata de uma calúnia. O ouvinte do fato não repassaria a calúnia, porque as calúnias não mereceriam prosperar sob pena dele próprio se tornar um caluniador. Caluniadores, segundo Maquiavel, onde há ordenação da acusação pública devem ser severamente punidos.

Assim, “um ordenador de um república deverá ordenar que nela se possa acusar qualquer cidadão, sem medo ou receio algum; e, feito e bem observado isso, deve punir severamente os caluniadores” (*Discursos*, I, 8). As calúnias devem ser severamente punidas porque são muito perniciosas à cidade. Elas fomentam ódios, que fomentam divisões, que fomentam as facções, que fomentam a ruína. Cita Maquiavel como exemplos de calúnias as imputações de que alguém “havia roubado dinheiro público” ou “de outro que não vencera uma empresa por ter sido corrompido; e que aqueleoutro, por ambição, cometera este ou aquele inconveniente” (*Discursos*, I, 8).

Esse funcionamento impediria a disseminação de calúnias. Por isso Maquiavel afirma “que se usa mais a calúnia onde menos se usa a acusação” (*Discursos*, I 8). Maquiavel nos diz que as acusações públicas estão previstas dentro das ordenações do corpo político. São, portanto, meios ordinários públicos submetidos a normas que disciplinam seu funcionamento. Elas devem possuir um arcabouço probatório mínimo, composto por prova testemunhal e de outras confrontações probatórias (não nominadas). As acusações são formais, devem ser dirigidas a uma determinada autoridade (magistrados, cônsules, governos, conselhos, ou povos – no plural), enquanto que as calúnias são informais - não pertencem às ordenações do corpo político, não fazem parte da estrutura pública e assim não são submetidas a qualquer regra. São proferidas nas praças públicas, nos lugares de encontros.

Com as calúnias “de todos os lados surgia o ódio: deste se chegava à divisão, e das divisões às facções; e das facções à ruína” (*Discursos*, I, 8). Conclui Maquiavel que Florença, caso possuísse a acusação pública, teria menos tumultos perniciosos do que teve: “se em Florença tivesse havido uma ordenação que possibilitasse a acusação dos cidadãos e punisse os caluniadores, não se teria ocorrido os infinitos tumultos que ocorreram”. Isso porque os cidadãos florentinos “condenados ou absolvidos, não teriam conseguido prejudicar a cidade e teriam sido acusados com menos frequência do que eram caluniados, visto que como se disse, não se pode acusar como se calunia” (*Discursos*, I, 8). Aos acusadores prêmios e aos caluniadores punições: essa é a fórmula defendida por Maquiavel no final do Capítulo 8, Livro I, dos *Discursos*.

Pode-se, portanto, realizar uma breve recapitulação das ordenações mencionadas por Maquiavel e abordadas até aqui, todas pertencentes a Roma antiga: são ordenações os cônsules que foram ordenados em Roma para ficarem no lugar dos reis; o Senado romano e os tribunos da plebe (*Discursos*, I, 2). Igualmente, integra as ordenações a acusação pública com a punição severa dos caluniadores (*Discursos*, I, 7 e 8). Além delas, Maquiavel aponta outras duas: ordenações referentes à religião e o exército (milícia) (*Discursos*, I, 9). Para Maquiavel, há, portanto “ordenações civis e militares” (*Discursos*, I, 10). No capítulo I, analisamos a relação entre a religião e o Direito e nele

abordamos a religião em função da lei (assim como é vista para Maquiavel) como um instrumento utilizado para o bom governo, por ser capaz de tornar os homens aptos à obediência das leis civis e militares.

Assim, a análise da importância da ordenação religião e a função que ela ocupa no corpo político, já foram realizadas no capítulo I. A importância que Maquiavel denotava a um exército próprio, e a forma como esse exército deveria organizar-se, também já foi analisada, mas no capítulo II, quanto abordamos as *Palavras*, as *Provisões* e o *discurso sobre a Ordenação*. Assim, nos convém, a fim de evitar repetições, apenas mencionar que para Maquiavel, tanto a religião quanto o exército merecem ordenações que os contemplem pela importância que desempenham. Igualmente, sobre a figura do ordenador, a análise será realizada na sequência, no item sobre fratricídios, no qual as ações de ordenação de Rômulo – aquele que primeiro teria ordenado Roma, são abordadas sob a perspectiva de Maquiavel.

Sobre o tema das ordenações, Maquiavel afirma que as ordenações ao contrário das leis, pouco ou nada variam e não são passíveis de modificação com a simples alteração da realidade. As ordenações eram pouco ou nada variáveis: “Essas ordenações pouco ou nada variam nos acontecimentos. Variam as leis que refreavam os cidadãos [...], na medida em que os cidadãos se iam corrompendo” (*Discursos*, I, 18). As ordenações variam pouco ou nada com a modificação dos acontecimentos. Somente são justificáveis as alterações nas ordenações quando estas estiverem corrompidas. Menciona Maquiavel que em Roma as ordenações eram a forma como o governo estava constituído, como era ordenado, “ou seja, o estado, e como o eram as leis, que com os magistrados refreavam os cidadãos” (*Discursos*, I, 18).

Maquiavel indica que em Roma “a ordenação do estado era a autoridade do povo, do senado, dos tribunos, dos cônsules, o modo de candidatar-se e de eleger magistrados e o modo de fazer leis” (*Discursos*, I, 18). Assim, no Livro I, nos capítulos que antecedem ao capítulo 18, Maquiavel indica quais eram as ordenações de Roma. Entretanto, parecendo não querer deixar qualquer dúvida sobre elas, as menciona de maneira conjunta no capítulo 18.

Mas há ainda outra ordenação romana que não é abordada por Maquiavel nos capítulos iniciais do Livro I, mas a partir do capítulo 34. Trata-se

da ditadura romana. Cabe-nos esclarecer de antemão que a ditadura romana é algo muito diverso do que se compreende, contemporaneamente, como ditadura. Maquiavel não é favorável a governos tirânicos, isso foi evidenciado pelo próprio pensador sempre que pôde. O ditador romano era uma espécie de magistrado com longa duração. Tanto é assim, que Tito Lívio, rememorando que Mamerco Emílio fora ditador em Roma, afirma que este, após reunir o povo, declarou: “a fim de provar-vos, quirites, o quanto me desagrada uma magistratura de longa duração, abdicó a ditadura” (LÍVIO, 1989, p. 330).

Além de não ser uma tirania, o instituto da ditadura romana era limitado temporalmente, pois concedida por prazo certo e determinado para tratar da resolução de questões pontuais, como uma espécie de interventor. Exemplo é a abdicação de Lúcio Qüíncio (519 a. C.,- 439 a. C.): “ao fim de dezesseis dias, Qüíncio abdicou à ditadura que recebera por seis meses” (LÍVIO, 1989, p. 240). O próprio Maquiavel, afirma: “o ditador era nomeado por certo tempo, e não em caráter perpétuo, e apenas para obviar à situação pela qual fora criado” (*Discursos*, I, 34).

Maquiavel ressalta ainda que os poderes dos ditadores romanos não eram ilimitados: “não podia fazer nada que representasse diminuição para o estado, tal como privar o senado ou o povo de autoridade, destruir as antigas ordenações da cidade e criar novas” (*Discursos*, I, 34). O exercício do poder pelo ditador romano era limitado tanto no tempo – por prazo certo – quanto na amplitude, visto que deveria ser instituída para resolver questões extraordinárias, previamente determinadas. Assim, “sem semelhante ordenação dificilmente as cidades se sairão bem dos acontecimentos extraordinários” (*Discursos*, I, 34). Nesse sentido, a ditadura romana tinha tantas restrições para ser instituída que “somando-se o breve tempo de ditadura, a autoridade limitada que ele tinha e o fato do povo romano não ser corrompido, era impossível que ele saísse de seus limites e prejudicasse a cidade” (*Discursos*, I, 34).

Assim, conclui que a ditadura romana foi uma das ordenações que mais contribuíram para o sucesso de Roma: “e, de fato, dentre as outras ordenações romanas, essa é uma que merece ser considerada e enumerada entre as que ensejaram a grandeza de tão grande império” (*Discursos*, I, 34). O que se

denominava como autoridade ditatorial romana era geralmente um cônsul, designado para ocupar temporariamente um cargo de magistratura de longo prazo. Assim, segundo Maquiavel, “vê-se que o ditador, enquanto foi designado segundo as ordenações públicas, e não por autoridade própria” (*Discursos*, I, 34), não exercia o poder de maneira arbitrária. Ressalta ainda Maquiavel, que o instituto da ditadura romana era um meio previsto nas ordenações (era um meio ordinário) e nessa condição “sempre fez bem à cidade. Pois o que prejudica as repúblicas é fazer magistrados e dar autoridade por vias extraordinárias, e não autoridade que se dá por vias ordinárias” (*Discursos*, I, 34).

Entretanto, há outra ordenação romana, que embora tenha sido instituída ordinariamente, através do sufrágio público e livre, não é avaliada positivamente por Maquiavel, por ter trazido prejuízos à república romana. Trata-se dos decênviros²²⁹ ou decenvirato: “eleição dos dez cidadãos pelo povo romano para criar as leis em Roma” (*Discursos*, I, 35). Isso porque “com o tempo, tais cidadãos se tornaram tiranos e, sem nenhum escrúpulo, oprimiram sua liberdade” (*Discursos*, I, 35). O fato de Maquiavel afirmar que a ordenação da ditadura romana foi benéfica se dá justamente às limitações que essa ordenação possuía. A mesma limitação não tinha os decenviratos, liderados por Ápio, que tinha a intenção de estabelecer uma tirania em Roma (cf. *Discursos*, I, 40). A inspiração grega para os decenviratos é narrada por Maquiavel: “foram enviados a Atenas, de comum acordo, Espúrio Pestúmio e mais dois cidadãos, para conhecerem os exemplos das leis de Sólon instituíra naquela cidade, a fim de fundarem sobre elas as leis romanas” (*Discursos*, I, 40). Após conhecerem as leis atenienses “passou-se à nomeação dos homens que deveriam examinar e estabelecer ditas leis, e foram nomeados dez cidadãos pelo período de um ano, entre os quais Ápio Cláudio, homem sagaz e inquieto” (*Discursos*, I, 40).

²²⁹ “Assim, no trecentésimo segundo ano da fundação de Roma, a forma de governo foi novamente mudada e o poder passou dos cônsules aos decênviros, como outrora havia passado dos reis aos cônsules.

Essa mudança, entretanto, não foi tão importante porque sua duração foi menor. Com efeito, após um começo feliz, aqueles magistrados entregaram-se a excessos que lhes apressaram a queda, e o poder voltou às mãos de dois magistrados com o título de cônsules. Os decênviros nomeados foram Ápio Cláudio, Tito Genúcio, Públio Séstio, Lúcio Vetúrio, Caio Júlio, Auto Mânlio, Públio Sulpício, Públio Curiácio, Tito Romflio e Espúrio Postúmio” (Lívio, 1989, p. 244).

Assim, embora a autoridade tenha sido concedida a esses dez cidadãos através do sufrágio, os poderes que lhes foram atribuídos não possuíam as mesmas limitações que o da ditadura romana. Isso porque “para que eles pudessem criar tais leis sem limitações, foram eliminadas de Roma todas as outras magistraturas, em particular a dos tribunos e dos cônsules, sendo também eliminado o Direito de recurso ao povo” (*Discursos*, I, 40). E assim, “se considerarmos a autoridade que foi dada aos Dez e a autoridade que tinham os ditadores, veremos que, sem comparação, a dos Dez era maior” (*Discursos*, I, 35).

O decenvirato possuía uma espécie de autoridade ilimitada, quando comparado à ordenação da ditadura romana “porque, mesmo com a criação do ditador, os tribunos, os cônsules e o senado continuaram com sua autoridade, da qual não podiam ser privados pelo ditador” (*Discursos*, I, 35). Se toda a autoridade da cidade estava concentrada em dez homens, esses dez, por sua vez a concentravam em um só, a saber, Ápio Cláudio: “em Ápio resumia-se toda a autoridade dos outros companheiros seus” (*Discursos*, I, 40).

Maquiavel nos esclarece que com a ditadura romana, as outras ordenações, tais como os tribunos da plebe, funcionavam normalmente. Ou seja, o ditador romano não poderia suprimir as outras ordenações “e mesmo que este pudesse afastar um do consulado, outro do senado, não poderia anular a ordenação senatorial e criar novas leis” (*Discursos*, I, 35). Assim, o ditador romano, poderia ter uma ou outra interferência pontual nas outras ordenações, mas não a ponto de anulá-las e principalmente não tinha o poder de legislar, de criar leis. Havia, portanto, um equilíbrio entre as ordenações, pois “o senado, os cônsules e os tribunos, por continuarem com sua autoridade, acabavam por ser guardas do ditador, impedindo-o de afastar-se do bom caminho” (*Discursos*, I, 35).

Essa passagem de Maquiavel, nos chama muito a atenção. Isso porque o pensador estabelece aqui a atribuição do ditador romano: cumprir as leis e agir dentro das limitações do poder que recebeu. Agia o ditador em um prazo certo, sem ultrapassar os limites de seu poder. Deveria apenas cumprir a lei e não criá-la. As ordenações possuíam funções específicas e uma não suprimia a outra, embora pudesse haver uma ou outra pequena intervenção do ditador

romano nelas, como afastar um cônsul ou um senador, sem interferir na autoridade e no funcionamento das ordenações em si. Quando Maquiavel afirma que os cônsules, tribunos e senado eram guardas da autoridade do ditador, parece reconhecer nas ordenações romanas a existência de um sistema de equilíbrio e balanceamento do poder.

Em contrapartida, “na criação do decenvirato ocorreu o contrário, pois foram eliminados os cônsules e os tribunos, e os Dez ganharam autoridade para criar leis e fazer quaisquer outras coisas, como o povo romano” (*Discursos*, I, 35). A autoridade dos dez era absoluta. A possibilidade de criação de leis pelo decenvirato, ao lado da concessão de poderes para que agissem como se fossem o próprio povo romano, fez com que eles suprimissem as demais ordenações. E assim, “encontrando-se sós, sem cônsules, sem tribunos e sem o Direito de recurso ao povo, não tendo, portanto quem os observasse, no segundo ano instigados pela ambição de Ápio²³⁰, tornaram-se insolentes” (*Discursos*, I, 35).

A partir do episódio dos decênviros romanos, Maquiavel chama a atenção para o modo como a autoridade é concedida: “motivos por que se deve pensar bem nos modos de conferir a autoridade e no tempo durante o qual ela é conferida” (*Discursos*, I, 35). Isso porque “quando dissemos que a autoridade conferida por sufrágio livre nunca ofendeu república alguma, pressupúnhamos que o povo nunca deve concedê-la sem as devidas precauções e nos tempos devidos” (*Discursos*, I, 35). Maquiavel, portanto, evidencia que a forma (sufrágio livre) que a autoridade é concedida deve ser acompanhada do modo (autoridade limitada, tanto em amplitude de poderes quanto temporalmente) para que seja benéfica às repúblicas.

Isso porque, mesmo a autoridade concedida de maneira livre, por voto, pode ser muito prejudicial, caso não possua limitações. O exemplo dos decênviros para Maquiavel representa um modo imprudente de concessão de autoridade pelo povo romano. O povo, entretanto, para Maquiavel, somente concede de modo imprudente a autoridade por um erro: ou porque se engana, ou porque se deslumbra. É o que se extrai da seguinte passagem que se refere

²³⁰ Ápio Cláudio Crasso Inregilense Sabino

ao modo como o povo confere autoridade: “seja por enganar-se, seja por deslumbrar-se por outra razão qualquer, ele a conferiu imprudentemente, do modo como o povo romano conferiu aos Dez, sempre ocorrerá o que lhe ocorreu” (*Discursos*, I, 35).

A concentração de todo o poder nos decenviratos se deu, segundo afirma Maquiavel, porque tanto o povo romano, quanto os nobres, concordaram em conceder esse poder, por causa dos desejos diversos que possuíam, porque uma das partes queria “extinguir o título consular, outra o tribúncio” (*Discursos*, I, 40). Assim, a plebe queria ver extintos os títulos de cônsules, enquanto que a nobreza queria que os tribunos fossem extintos. Por isso “o povo e os nobres de Roma acordaram-se na constituição dos Dez, e foram eles constituídos com tanta autoridade por causa do grande desejo de cada uma das partes” (*Discursos*, I, 40).

A fim dos desejos de aniquilamento das ordenações que representassem os interesses dos grandes (cônsules) e da plebe (tribunos da plebe) fossem satisfeitos, plebeus e nobres concederam autoridade ilimitada aos Dez e com isso constituíram uma tirania. Assim, Maquiavel chama a atenção para o modo como a autoridade é concedida, pois é mais importante do que a própria forma em que a autoridade é concedida. Uma autoridade absoluta concedida se tornará arbitrária, mesmo que tenha recebido essa autoridade de maneira livre, em uma cidade não corrompida e mesmo que não seja concedida a apenas uma pessoa, como no caso do decenvirato. Isso porque “de nada adianta que a matéria não esteja corrompida, pois uma autoridade absoluta, em brevíssimo tempo, corrompe a matéria, fazendo amigos e partidários” (*Discursos*, I, 35). Maquiavel explica a forma como as tiranias se originam das repúblicas. O tirano “esperará, com o favor do povo, eliminar a nobreza, e só se empenhará em oprimir o povo quando esta estiver vencida; e, nesse momento, quando o povo perceber que é servo, não terá onde refugiar-se” (*Discursos*, I, 40). E conclui: “foi desse modo que se comportaram todos os que fundaram alguma tirania nas repúblicas” (*Discursos*, I, 40).

Maquiavel aborda conjuntamente, em alguns momentos, as leis e ordenações da república romana: “pois não obstante muitas leis tivessem sido

ordenadas primeiramente por Rômulo e depois por Numa [...] no governo daquela cidade sempre eram descobertas novas necessidades que determinavam a criação de novas ordenações” (*Discursos*, I, 49). As leis que eram ordenadas previam a forma como a cidade se desenvolveria e o processo pelo qual estaria estabelecida sua dinâmica de funcionamento. A cidade, portanto, era ordenada pelas leis. Maquiavel reconhece a dificuldade para a criação de leis que mantivessem a cidade livre, mesmo para aquelas que tiveram um início livre - como no caso de Roma. Para aquelas cidades que tiveram um início na servidão, Maquiavel é ainda mais enfático: para elas, há uma impossibilidade de ordenação para a vida livre. Para aquelas cidades que se originaram na servidão “não é de se admirar [...] que tenham não dificuldade, porém impossibilidade de ordenar-se de modo que lhes possibilite viver civil e pacificamente” (*Discursos*, I, 49).

Assim, para as cidades que nascem livres, “que tiveram seu princípio livre, regendo-se desde então por si mesmas, como Roma, tem grande dificuldade para criar leis capazes de conservá-las livres” (*Discursos*, I, 49). Ocorre que, embora uma cidade esteja bem ordenada, outras necessidades passam a surgir e assim, Maquiavel aponta a necessidade que se deu em Roma, que originou uma nova ordenação: a criação dos censores. Os censores tornaram-se “árbitros dos costumes de Roma, foram poderosa razão para que os romanos demorassem mais a corromper-se” (*Discursos*, I, 49).

Com a ordenação dos censores, Maquiavel adentra ao tema do controle da corrupção em Roma. Sobre o tema da corrupção, Maquiavel aponta que tanto as leis quanto as ordenações desempenham função importante para impedir seu avanço. O pensador estabelece um contraponto entre elas, pois “essas ordenações pouco ou nada variam nos acontecimentos. Variam as leis que refreavam os cidadãos – tal como a lei dos adultérios, a lei suntuária, a lei da ambição e muitas outras -, à medida que os cidadãos se iam corrompendo” (*Discursos*, I, 18). As leis variam na medida em que a corrupção da cidade se desenvolvia, mas as ordenações continuavam sem variações, enquanto não corrompidas.

Nota-se, portanto, que a abordagem conjunta das leis e ordenações é perpassada em Maquiavel pelo tema da corrupção. Maquiavel afirma que o

corpo político pode por suas ordenações prever constante renovação para evitar a sua corrupção (foi assim com a instituição dos censores em Roma). Afirmo o pensador florentino que “a grande verdade é que todas as coisas do mundo tem seu tempo de vida [...] E como estou falando de corpos mistos²³¹, como as repúblicas e as seitas, digo que são saudáveis as alterações que as levam de volta aos seus princípios” (*Discursos*, III,1).

Uma cidade pode por meio de suas ordenações cumprir essa função de retorno ao princípio, que significa retornar ao momento inicial ausente de corrupção. Isso porque “a corrupção não é o resultado de uma má fundação, mas um processo, ao longo do qual os homens se mostram incapazes de reencontrar o sentido do gesto fundador” (BIGNOTTO, 1991, p. 99). Assim, quando a corrupção já está presente nas ordenações, elas precisam ser renovadas. Sobre as cidades “são mais bem ordenadas e têm vida mais longa aquelas que, mediante suas ordenações podem renovar-se muitas vezes, ou que por algum acontecimento, independente de tal ordenação, procedam tal renovação” (*Discursos*, III,1).

A renovação das ordenações da cidade é importante para que elas se mantenham, visto que “é mais claro que a luz o fato de que, não se renovando, tais corpos não duram” (*Discursos*, III,1). O retorno ao princípio é, assim, o retorno ao momento ausente de corrupção, porque o momento inicial, segundo Maquiavel, possui algum “prestígio”, “bondade” “vigor”, que “com o passar do tempo, essa bondade se corrompe, esse corpo haverá de, necessariamente, morrer, se nada ocorrer que o reconduza às condições iniciais” (*Discursos*, III,1).

Indica Maquiavel que esse desgaste temporal que corrói as ordenações chama-se corrupção e elas, estando corrompidas, precisam ser renovadas, sob

²³¹ Sobre o governo misto, Benevenuto afirma que “O melhor regime, para Maquiavel, assim como para seus contemporâneos caracteriza-se como forma mista. Porém, ao invés de admirar Esparta, Maquiavel espelha-se em Roma. Misto assegurado pelas funções dos cônsules, *optimates* e tribunos da plebe, mais que durável, alcançou a grandeza. Diferentemente do modelo fechado de Esparta, pôde engrandecer. Ao invés do misto de duas partes da cidade, soube dar algum poder ao povo Para Maquiavel, assim como para os antigos, isto se deve à sua constituição. Sua forma mista possibilitou a manutenção de um poder que se fez cada vez maior. E, quando povo, pela via dos tribunos da plebe, completou definitivamente este misto (dando poder de veto ao povo), o que de fato não se efetivou sem inúmeros tumultos, pôde ainda fazer-se e manter-se livre” (2015, p. 46).

pena de o próprio corpo político desaparecer. Tanto as leis, quanto as ordenações, precisam se renovar. A diferença é que as primeiras não se renovam somente pela corrupção, mas também por ela. Isso porque, as leis são mais dinâmicas e faz parte de suas estruturas a contínua necessidade de renovação para atender aos apetites dos grandes e povo. Como a lei é um mecanismo de desafogo de humores e se materializa como o produto dos tumultos, é inerente a sua constituição estar em constante renovação.

Já as ordenações, raramente variam, mas no caso de estarem corrompidas, precisam ser renovadas. Maquiavel alertava para a nocividade da corrupção das ordenações. Isso porque, “mantendo as ordenações do estado, que nos tempos de corrupção já não eram boas, tais leis, que se iam renovando, não bastavam para fazer que homens continuassem sendo bons” (*Discursos*, I, 18). Nesse sentido, a corrupção das ordenações faz com que “as novas leis não bastem, porque as ordenações, que estão firmes, as corrompem” (*Discursos*, I, 18). As leis, por sua vez, estão muito mais suscetíveis à corrupção do que as ordenações, porque “a lei, devido a sua relação circular com a história, permanece sempre exposta a possibilidade de corrupção” (AMES, 2017, p. 109). Nesse sentido, “as leis e instituições [...] nunca estão plenamente dadas ou definitivamente estabelecidas. Assim, a liberdade nunca está dada, mas sempre esta por se dar” (AMES, 2017, p. 116).

Havendo a corrupção das ordenações, as leis que delas se originariam, não seriam boas e nesse sentido além da inovação da lei, seria necessária a inovação das ordenações, porque “de muito valeriam se, com sua inovação, também fossem reformadas as ordenações” (*Discursos*, I, 18). Afirma ser necessário “que os homens que vivem juntos em qualquer ordenação se examinem frequentemente” (*Discursos*, III,1), para que se mantenham atentos sobre o bom funcionamento de suas ordenações e que o retorno ao princípio se dá “por *virtù* de um homem ou por *virtù* de uma ordenação” (*Discursos*, III,1) e cita que “as ordenações que fizeram a república romana voltar aos seus princípios foram os tribunos da plebe, os censores e todas as outras leis contra a ambição e a insolência dos homens” (*Discursos*, III,1).

Maquiavel aponta a *virtù* pessoal de um homem como sendo capaz de trazer esse retorno ao início e cita como exemplos “os homens que em Roma,

particularmente, produziram tais bons efeitos foram Horácio Cocles, Cévola, Fabrício, os dois Décios, Régulo Atílio e alguns outros” (*Discursos*, III,1). Entretanto, o que nos interessa nessa investigação é o fato de que Maquiavel menciona as leis como capazes desse retorno - isso é muito importante, porque a manutenção das boas leis funciona contra a corrupção, pois “uma cidade corrupta, explica ele, é precisamente aquela em que as leis são desobedecidas e nem as leis, nem as instituições, têm força para controlar a licença generalizada” (VIROLI, 2011, p. 1).

Lembramos que a corrupção dos costumes e a corrupção do corpo político que deles decorrem é um tema presente em Maquiavel que também se repete em suas obras. *Mandrágora* que será analisada no capítulo V é um exemplo de ataque à corrupção dos costumes de seu tempo. Sobre os escritos literários de Maquiavel, e relação deles com os acontecimentos de seu tempo, Baldelli comenta que o pensador florentino “escreveu algumas comédias livres, porque imitou Aristófanes e Plauto, nas quais, desmascarando engenhosamente a hipocrisia e com zombarias, atacou aquela depravação dos costumes que era então muito comum” (BALDELLI, 2014, p. 145).

3.3 O costume

O costume pode ser considerado como a primeira forma de manifestação do Direito. “Nas sociedades primitivas o Direito é um processo de ordem costumeira” (REALE, 2002, p. 110). As regras do Direito vão aos poucos se formando socialmente, assim como as normas morais, religiosas, higiênicas, etc. O período em que o Direito costumeiro permaneceu nebulosamente integrado às outras regras não jurídicas é considerado como o período mais longo da humanidade. Alguns calculam que essa fase perdurou por dezenas ou até centenas de milhares de anos.

Os estudiosos do Direito arcaico afirmam que esse Direito primitivo, expresso através do costume, se origina através de dois grandes canais: a) pela força através do predomínio de um chefe ou líder. Aqui não se trata apenas da força na acepção física, muscular, mas também na moral (imposta

pela inteligência, prestígio, astúcia e sabedoria); b) através de procedimentos religiosos, místicos, mágicos, porque o homem primitivo encontrava nisso um meio de se relacionar com o que o envolvia e ele não compreendia. Nesse sentido, o Direito costumeiro é aquele anônimo por excelência, sem qualquer paternidade é firmado pelo hábito, pelos comportamentos e pela imitação (REALE, 2002, p. 111-112).

Somente com o passar do tempo que o Direito costumeiro passou a ser consolidado de forma escrita, dando origem à Lei, que apenas refletia o que o costume já estabelecia. A lei, portanto, “não distinguia do costume, a não ser por esse elemento extrínseco de ser escrita [...] é só com o decorrer do tempo, através de uma longa experiência científica, que a lei passa a ter valor por si e em si, traduzindo a vontade intencional de reger a conduta” (REALE, 2002, p.111). Nesse sentido, as origens remotas de todo o Direito está no Costume, visto que a partir dele, as outras fontes originárias do Direito se desenvolveram.

3.3.1 Costumes, corrupção e a relação com a lei

As leis são consideradas por Maquiavel como mantenedoras dos bons costumes, quando eles não se mantêm por si mesmos. Quando as ordenações se encontram corrompidas, os bons costumes deixam de ser mantidos. A relação entre leis e costumes em Maquiavel é de dependência “porque assim como bons costumes precisam de leis para manter-se, também as leis para serem observadas, precisam dos bons costumes” (*Discursos*, I, 18).

Assim como os bons costumes dependem das leis para que sejam obedecidos de forma obrigatória e coercitiva, as leis também precisam se fundamentar nos bons costumes para serem obedecidas “[...] E, quando uma coisa funciona bem por si mesma, sem leis, não há necessidade de lei; mas quando falta o bom costume, a lei logo se faz é necessária” (*Discursos*, I, 3). E ainda: “Saibam, portanto, os príncipes que se começa a perder o estado quando se começa a transgredir as leis e a desrespeitar os modos e costumes antigos, em respeito aos quais os homens viveram muito tempo” (*Discursos*, III, 5).

Nessa relação de dependência mútua entre leis e bons costumes, conclui-se que se corrompendo os bons costumes, perde-se a adesão às leis, e os tumultos passam a ameaçar a própria ordem civil. A corrupção para Maquiavel não é “um processo moral nem mesmo econômico, mas estritamente político de perda de sentido de bem comum, embora não seja possível encontrar um conceito de ‘corrupção’ na obra maquiaveliana” (AMES, 2017, p. 109). Segundo Skinner, Maquiavel insiste “que a corrupção e a pouca aptidão para a vida livre surgem da desigualdade de uma cidade” (2012, p. 97). Nesse mesmo sentido, esclarece Adverse:

Mas em que consiste a corrupção política? Via de regra, Maquiavel parece adotar o termo em uma acepção tradicional, isto é, entendendo-o como a escolha do bem privado em detrimento do bem comum mais frequentemente, porém, a corrupção é o desrespeito às leis e o desprezo pelas instituições cujo efeito é nefasto para qualquer Estado (ADVERSE, 2012, p. 33).

A corrupção é uma constante para Maquiavel. É para ela que tendem todos os corpos políticos, porque com o passar do tempo, todos eles, em maior ou menor grau, serão corrompidos, pois “a contingência do mundo faz do corpo político a obra inacabada de um artista que não consegue fugir das tramas do seu pior inimigo: o tempo” (BIGNOTTO, 1991, p. 167). Nesse mesmo sentido, Adverse:

Em uma primeira abordagem, podemos tomar a corrupção em Maquiavel como um problema cosmológico, isto é, concernente ao mundo. Nesse sentido, a corrupção afeta tudo o que existe sendo o fim inevitável para o qual os seres, independentemente de suas naturezas particulares, se destinam. O que nos interessa, contudo, é o problema da corrupção política, isto é, a degradação e destruição do corpo político (ADVERSE, 2012, p. 31).

Cabe aos organismos políticos encontrarem meios ordinários para evitar os avanços da corrupção, para que ela não se torne generalizada, pois “Não há leis nem ordenações bastantes para frear uma corrupção generalizada (*universale*)” (*Discursos*, I, 18). Afirma que um povo corrompido pode sim manter-se livre após isso, mas o fará com enorme dificuldade, porque a corrupção está nos costumes e se desenvolve em cidades muitos desiguais, o

que contribui para sua generalização. É sobre isso que ele trata nos *Discursos*, I, 17.

Em nosso entendimento, concedemos especial relevância ao título do capítulo: *um povo corrompido que se torne livre com enorme dificuldade se mantém livre*. O destaque ao título se dá, porque da forma como Maquiavel coloca, povo livre e povo corrompido são opostos. Assim, povo corrompido é o contrário de povo livre. A corrupção, portanto, afeta diretamente a liberdade e afetar a liberdade significa afetar as leis que garantem a segurança, como vimos. A corrupção deteriora, ao mesmo tempo, a liberdade, as leis e a segurança. Para Aranovich, “a corrupção da república é estritamente o contrário da liberdade, é a progressiva deficiência da ordenação vigente diante dos ataques privados que buscam submetê-la” (*História de Florença*, p. XXIII-XXIV, 2007).

Nesse sentido, “a manutenção da liberdade depende da contínua criação de ordenações e leis que subordinem os homens – e isso diz respeito, sobretudo aos Grandes” (*História de Florença*, p. XXIII- XXIV, 2007). Isso porque, de acordo com Bignotto, a corrupção é para Maquiavel o oposto da vida republicana. Ele não opõe a tirania à república, mas sim a corrupção à república, contrariando a tradição: “somos levados a ver que, contrariamente a uma longa tradição italiana, que remonta a Bartolus de Sassoferato, e que fazia da tirania o oposto da liberdade, é o Estado corrompido que se opõe à república” (1991, p. 102).

A causa da corrupção está na desigualdade. Segundo nos dirá Maquiavel é a grande desigualdade que provoca que corrói os bons costumes, dos quais, advém muitas coisas boas e importantes ao corpo político, como as boas leis, os bons exércitos e a religião. Para Maquiavel, a corrupção chega até o corpo político pelos governantes. Quando se alastra para o povo, o faz pela desigualdade existente. Essa desigualdade corrompe os costumes e com isso, corrompidas se encontram as leis que deles dependem e as ordenações (aquelas que sustentam a lei, a religião, o exército, etc). A corrupção, portanto, atinge as ordenações que mantêm a estabilidade e o funcionamento do corpo político. Um corpo político corrompido é assim, um corpo político arruinado, colapsado.

Chama a atenção o fato de que para Maquiavel a origem da corrupção está no poder. Ela chega ao corpo político através dos governantes e não pelo povo. Isso fica bastante evidente nos *Discursos*. Há muitos elementos que sustentam essa afirmação. Sobre o fim do período monárquico em Roma, afirma: “considerando o grau de corrupção a que haviam chegado àqueles reis [...] se a corrupção que neles havia tivesse começado a se espalhar pelos membros, uma vez que estes também estivessem corrompidos, teria sido impossível reformá-la” (*Discursos*, I, 17). Prosseguindo em sua argumentação de que a corrupção se origina nos governantes e não no povo, se utiliza de uma analogia com uma escultura: “perdida a cabeça quando o busto ainda estava íntegro, os membros puderam facilmente voltar a viver livres e ordenados” (*Discursos*, I, 17).

Nesse sentido, Roma, segundo Maquiavel teve sorte, porque seus reis se corromperam logo “sendo por isso expulsos, antes que a corrupção penetrasse nas entranhas da cidade” (*Discursos*, I, 17). Outras cidades, como Milão e Nápoles, não tiveram a mesma sorte de Roma e nelas, “nenhum acontecimento, por mais grave e violento que fosse, poderia jamais tornar Milão ou Nápoles livre, por estarem seus membros totalmente corrompidos” (*Discursos*, I, 17). Maquiavel, portanto, não acredita que a corrupção advenha do povo – que não governa – mas sim de quem governa. Para ele, como o desejo do povo é apenas de não ser dominado, de viver livre e em segurança, a corrupção não estaria a ele vinculada. Entretanto, após estar o povo também corrompido, não é possível recobrar a liberdade, como cita os exemplos de Milão e Nápoles.

A corrupção influencia nos tumultos, visto que se a cidade encontra-se corrompida os tumultos não serão bons, porque não serão voltados ao bem comum e à utilidade pública, mas se a cidade não estiver corrompida, os tumultos serão produtivos: “essa ausência de corrupção foi a razão dos infinitos tumultos ocorrido em Roma não terem prejudicado, mas, ao contrário, favorecido a república” (*Discursos*, I, 17). No mesmo sentido, a corrupção, ao influenciar negativamente os tumultos impede também, conseqüentemente, as boas leis.

O que fazer nesses casos? Seria por meio das leis e ordenações que se poderia manter ou se restabelecer a liberdade em um corpo político corrompido? Maquiavel responde negativamente, porque para ele “não há leis ou ordenações bastantes para frear uma corrupção generalizada [*universale*]” (*Discursos*, I, 18). Isso porque “assim como os bons costumes precisam de leis para manter-se, também as leis, para serem observadas, precisam de bons costumes” (*Discursos*, I, 18). As leis, portanto, não poderiam inaugurar essa restauração da liberdade, porque elas dependem dos bons costumes. Visto que a corrupção se inicia pelos costumes, não haveria possibilidade, por essa lógica, de se criar boas leis.

Poderíamos questionar se as leis estabelecidas em momento anterior à corrupção generalizada poderiam ser suficiente para restabelecer a liberdade. Seria possível, que corrompendo o corpo político, a lei anterior, criada em momento incorrupto, consiga restabelecer a liberdade em um corpo político corrompido? Novamente Maquiavel responde negativamente. Isso porque, quando os costumes não são bons, as leis e ordenações “deixam de convir” (*Discursos*, I, 18).

Ou seja, mesmo que as leis e ordenações tenham sido criadas anteriormente à ocorrência da corrupção, elas não são mais aceitas na cidade, não são mais cumpridas, são desrespeitadas e não têm mais o condão de restabelecer a liberdade. Isso porque, “mantendo-se as ordenações do estado, que nos tempos de corrupção já não eram boas, tais leis, que iam renovando, não bastavam para fazer que os homens continuassem sendo bons” (*Discursos*, I, 18). Maquiavel constata que “as ordenações e as leis criadas em uma república nascente, quando os homens ainda eram bons, mais tarde deixam de convir, quando eles se tornam malvados” (*Discursos*, I, 18).

Skinner afirmar que “Tão logo os indivíduos egoístas ou os interesses sectários começam a ganhar apoio, o desejo do povo de ‘legislar em favor da liberdade’ se corrói de maneira correspondente” (2012, p. 79-81). A consequência desse desaparecimento do desejo favorável à liberdade faz como que “as facções começam a prevalecer e ‘rapidamente surge a tirania’ em lugar da liberdade” (SKINNER, 2012, p. 81).

Assim, em uma cidade corrompida, as ordenações que antes eram boas, passam a ser prejudiciais, visto que liberdade e corrupção são inversamente proporcionais e o aumento da corrupção é invariavelmente fatal para a liberdade. Nesse mesmo sentido, Aranovich reafirma a importância das leis para se evitar a corrupção: “se a liberdade dos florentinos pouco a pouco se perdeu ou foi vendida, é porque não foram criadas as leis que impediam a cisão da cidade em partidos. A eliminação de uma facção pela outra, continuamente praticada” (*História de Florença*, p. XXIV, 2007).

Sobre o tema, citando o exemplo de Roma, Maquiavel afirma que há dois pontos que permitem afirmar “que tais ordenações, na cidade corrompida já não eram boas [...] que são a criação dos magistrados e as leis [...]” (*Discursos*, I, 18). No que se refere aos magistrados, as ordenações não eram boas porque antes da corrupção, para ingressar nos altos cargos em Roma, era necessário pleitear. Isso, segundo explica Maquiavel, era bom “porque só pleiteavam tais cargos os cidadãos que se consideravam dignos deles”. Ocorre que, com a corrupção, “as magistraturas não eram mais pleiteadas pelos que tinham mais *virtù*, e sim pelos que tinham mais poder; e os não-poderosos, ainda que virtuosos, abstinham-se de pleiteá-las, por medo” (*Discursos*, I, 18). Nesse sentido, Skinner:

Assim, o começo da corrupção é equiparado à perda ou à dissipação da *virtù*, um processo de degeneração que se desenvolve, segundo Maquiavel, de duas maneiras. Um corpo de cidadãos pode perder sua *virtù* – e, portanto, sua preocupação com o bem comum – ao perder todo o interesse pela política [...] mas o perigo mais insidioso surge quando os cidadãos continuam ativos nos assuntos de estado, mas começam a promover suas ambições individuais ou interesse de facção em detrimento do interesse público (SKINNER, 2012, p. 79).

Maquiavel indica que os poderosos, – que não eram virtuosos – após a corrupção dos costumes em Roma, se sentiram encorajados a pleitear os cargos na magistratura. Assim, no período que antecedeu a corrupção, a regra que possibilitava a candidatura à magistratura contribuía para o corpo político, porque somente as pessoas com *virtù* pleiteavam os cargos e, por isso, “essa ordenação no principio foi boa” (*Discursos*, I, 18). Ocorre que, mantendo essa ordenação quando o povo estava corrompido, esse modo “se tornou

perniciosíssimo” (*Discursos*, I, 18) porque os poderosos, sem *virtù*, passaram a pleitear os cargos.

O mesmo ocorreu com a faculdade de que “um tribuno ou outro cidadão podiam apresentar ao povo uma lei sobre a qual qualquer cidadão podia falar a favor ou em seu contrário, antes que se deliberasse a seu respeito” (*Discursos*, I, 18). Maquiavel avalia muito positivamente essa possibilidade, tanto da apresentação de uma lei por um tribuno, quanto o debate antecedente que disso advinha. Ele afirma sua defesa das propostas legislativas públicas: “sempre foi bom que qualquer um que pretendesse fazer um bem ao público pudesse apresentar uma lei e também é bom que todos possam emitir sua opinião sobre elas, para que o povo, depois de ouvi-las todas, possa escolher” (*Discursos*, I, 18).

Ocorre que, assim como a possibilidade da inscrição do pleito da magistratura, que era boa até que não fosse reduzida apenas aos poderosos, a proposta de lei por qualquer tribuno e o debate por qualquer cidadão, também foram bons enquanto visavam o bem comum e a utilidade pública. Ocorre que também se tornaram perniciosos ao corpo político “depois que os cidadãos se tornaram maus, a ordenação tornou-se péssima, porque só os poderosos apresentavam leis, não em favor da liberdade comum, mas do seu poder; e contra elas ninguém podia falar, por medo daqueles” (*Discursos*, I, 18).

O que Maquiavel nos mostra é que como a ordenação mantém um comando geral, ele pode funcionar bem em tempo incorruptos, como pode se tornar perniciosos quando os tempos estiverem corrompidos. Isso porque, como o preceito é geral, é prática que irá determinar seu funcionamento e essa prática está sujeita a ação do tempo. Isso não acontece de um momento para outro. No caso citado acima, das magistraturas serem pleiteadas somente pelos poderosos sem *virtù*, “não se chegou a esse inconveniente de repente, mas aos poucos, assim como ocorreu com todos os outros inconvenientes” (*Discursos*, I, 18).

O motivo da corrupção dos costumes, segundo Maquiavel, se deu porque os romanos se sentiam muito seguros de sua liberdade, porque haviam dominado vários povos e não sentiam sua liberdade ameaçada: “porque os romanos, depois de terem dominado a África, a Ásia e imposto obediência a

quase toda a Grécia, tornaram-se seguros da liberdade que tinham e não lhes parecia que houvesse inimigos” (*Discursos*, I, 18). Assim, por se pensarem seguros, os romanos teriam diminuído a importância da *virtù* para aqueles que passariam a ocupar cargos públicos importantes, como a magistratura e consulado. Nesse sentido, em detrimento da *virtù*, os valores passaram a ser o poder, a popularidade e a facilidade em lidar com os homens.

Sobre a concessão do cargo no consulado, Maquiavel afirma que houve uma decadência: “o povo romano, ao conceder o consulado, já não mais tivesse consideração pela *virtù*, mas sim pela popularidade [...] depois, decaíram mais e passaram a conceder o cargo aos que tinham mais poder” (*Discursos*, I, 18). Essa forma de acessar o poder através do consulado foi adotada em forma de ordenação e com isso “os bons, por defeito de tal ordenação, ficaram excluídos” (*Discursos*, I, 18).

Apresentando exemplos de ordenações que eram boas antes do povo corrompido e que se tornaram prejudiciais depois disso, Maquiavel evidencia que as ordenações também estão sujeitas à corrupção “portanto, para que Roma se mantivesse livre naquele estado de corrupção, era necessário que, assim como ao longo de sua vida criara novas leis também tivesse criado novas ordenações” (*Discursos*, I, 18). Isso porque, “onde a matéria não é corrupta, os tumultos e outros escândalos não causam danos: onde é corrupta, de nada valem as leis bem ordenadas, se estas não forem criadas por alguém que, com extrema força, as faça observar, a tal ponto que a matéria se torne boa” (*Discursos*, I, 17).

Assim, pelos *Discursos*, I, 17, a força parecer ser o único recurso contra a corrupção, porque “de tudo o que dissemos acima provém a dificuldade, ou a impossibilidade de nas cidades corrompidas manter ou criar uma república. Mas precisando criar ou manter uma, será necessário, antes, reduzi-la ao estado régio” (*Discursos*, I, 18). Sobre essa afirmação de Maquiavel do uso da força, a nós, nos parece, que precisamos tecer pelos menos três observações, que passaremos a desenvolver: i) quando Maquiavel menciona o poder régio e o uso da força, o faz no sentido da força impor a lei; e não do uso arbitrário da força; ii) Maquiavel ao abordar a renovação das ordenações menciona como alternativa ao uso da força, que elas sejam realizadas também por um homem

de *virtù*. *iii*) Embora reconheça o emprego da força como um meio de reordenação, Maquiavel não é favorável ao seu uso.

Afirmamos o uso da força como um mecanismo para obrigar o cumprimento da lei, porque segundo Maquiavel “para que os homens insolentes que não pudessem ser corrigidos pelas leis fossem de algum modo freados por uma autoridade quase régia” (*Discursos*, I, 18), usa-se a força. A força é um mecanismo para fazer obedecer às leis. Ela se dá porque não há mais a vinculação voluntária à lei. O liame estabelecido é rompido, porque há vontades diversas entre aquele que se corrompeu que visa o interesse privado, daquele das boas leis que visam o bem comum e a utilidade pública. Assim, para que a lei possa ser obedecida, precisaria ser imposta pela força. Afirmar Maquiavel que “onde a matéria está tão corrompida, não bastam leis para contê-la, e é preciso ordenar junto com elas maior força, que é a mão régia, que, com poder absoluto e excessivo, ponha cobro à excessiva ambição e corrupção dos poderosos” (*Discursos*, I, 55).

Sobre a possibilidade de reordenar através da *virtù* de um homem, Maquiavel afirma que a cidade “que entrou em decadência, por corrupção da matéria, se por ventura for soerguida, só poderá sê-lo pela *virtù* dum homem [...] e não pela *virtù* do povo” (*Discursos*, I, 17). Não adentraremos no tema complexo da *virtù* em Maquiavel. Entretanto, nos cabe mencionar que ela não pode ser resumida em força. A maior *virtù* para Maquiavel seria a capacidade daquele que governa agir de modo flexível, de acordo com a necessidade. Se um homem, pela sua *virtù*, pode retirar a cidade da corrupção, isso pode se dar, por outros meios que não a força, visto que a *virtù* não é sinônimo de força.

O que é certo, é que há que se tentar modificar os costumes, para que a o corpo político se livre da corrupção e “nenhum homem pode ter vida tão longa que dê tempo bastante para acostumar bem uma cidade que por longo tempo foi mal acostumada” (*Discursos*, I, 16). Maquiavel menciona que se deve acostumar bem, que “se alguém que tenha vida longa ou uma sucessão de dois príncipes virtuosos não a dispuser bem a tais bons costumes, com a falta deles, conforme já afirmamos, advém a ruína” (*Discursos*, I, 17). Estabelecer

bons costumes seria a outra saída para a corrupção. Ocorre que isso não é simples e pode ultrapassar a vida de um ou dois príncipes, por exemplo.

Maquiavel, afirma, que para que ocorra o restabelecimento dos costumes, partindo do pressuposto que tenha alguém que viva bastante para fazê-lo, ou que assim o quera, deverá estar preparado para socorrer-se de meios extraordinários, porque ordinariamente não conseguirá, devido à desigualdade na qual o corpo político corrompido se encontra: “e a pouca aptidão para a vida livre provém de uma desigualdade existente na cidade, e quem quiser dar-lhe igualdade precisará lançar mão de meios extremos [*grandissimi straordinari*] e poucos sabem ou querem fazer” (*Discursos*, I, 17).

Um homem de *virtù* seria necessário porque, alerta Maquiavel, as ordenações “devem ser renovadas todas de uma só vez, tão logo se descubra que não são mais boas, ou aos poucos, antes que todos descubram seus inconvenientes” (*Discursos*, I, 18). Renovar as ordenações de uma só vez, ou aos poucos, não é tarefa fácil. Quando se renovam aos poucos, antes que todos os percebam que elas não servem mais, se faz necessário que alguém perceba isso. Alguém cuja sagacidade seja mais apurada do que a maioria das outras pessoas. Alguém que perceba antes de todos os outros e que queira realizar essa alteração aos poucos: “é preciso que isso seja promovido por um homem prudente, que perceba o inconveniente de antemão” (*Discursos*, I, 18). Ocorre que pessoas, com essas qualidades, são raras: “desse tipo de homem é fácil que nunca surja nenhum em dada cidade” e para, além disso, “mesmo que surgisse pode ser que nunca persuadissem os outros” (*Discursos*, I, 18).

Maquiavel se utiliza, inclusive, de uma linguagem bastante irônica ao afirmar que é “fácil que nunca surja” tal qualidade de homem em uma cidade corrompida. A facilidade, portanto, é a de não surgir. E a dificuldade em persuadir aos demais, caso surgisse, se daria, segundo o Secretário florentino, “porque os homens, acostumados a viver de um modo, não querem mudá-lo, sobretudo se não veem o mal de perto, mas tendo este de ser-lhes mostrado por conjecturas” (*Discursos*, I, 18).

Skinner levanta uma questão crucial para se entender a função que a lei ocupa no projeto político de Maquiavel. Afirma que há um dilema de Maquiavel: como cidadãos naturalmente desprovidos de *virtù*, poderiam, com

êxito, passar a ter essa qualidade “de maneira implantada”? E continua: “como podem ser impedidos de decair para a corrupção, como podem ser forçados a manter o interesse pelo bem comum por um período longo o suficiente para que se alcance a grandeza cívica?” (SKINNER, 2012, p. 81). Esse dilema, segundo afirma Skinner, não é superado por Maquiavel, mas apenas contornado da seguinte maneira: “de tempos em tempos” é possível que apareça dentre esses cidadãos, algum de extrema *virtù*, “verdadeiramente nobre” para “manter suas cidades no caminho da glória” (SKINNER, 2012, p. 81).

E de maneira pragmática, como esse cidadão dotado *virtù* poderia, sozinho, suprimir a ausência de *virtù* dos demais? Somete através de seu exemplo? Embora Maquiavel acreditasse que os exemplos dados pelas pessoas de *virtù* poderiam gerar impactos em algumas pessoas (no que ele denomina de homens bons), somente o exemplo não seria suficiente. Para se instaurar uma *virtù* que fosse de todo o corpo político dos cidadãos, ou melhor, uma *virtù* que fosse de toda a cidade, uma *virtù* cívica, seria necessária a lei. Isso porque, para que essa *virtù* do cidadão extraordinário pudesse ser amplificada para todos os demais, ele poderia “imprimir a mesma qualidade vital” que possui “em seus seguidores” (SKINNER, 2012, p. 82) através da instituição de novas leis. Entretanto, Maquiavel “admitiu que o surgimento de grandes líderes é sempre uma questão de pura boa Fortuna, e portanto, é um meio inconfiável para capacitar uma cidade a ascender à glória e à fama” (SKINNER, 2012, p. 84)

Esse ponto é de extrema importância para se evidenciar a função da lei no projeto político de Maquiavel, pois a lei seria uma forma de disseminação da *virtù*, pois Maquiavel afirma que um governante de insuperável *virtù* tem de realizar grandes coisas, ou pelo impacto que exerce em outros cidadãos e pela capacidade de imprimir suas qualidades nos demais. Deve, portanto, “renovar suas leis” e com essa renovação constante de líderes cheios de *virtù* que aparecem de tempos em tempos as leis, “o resultado seria o milagre de uma república ‘eterna’” (SKINNER, 2012, p. 82). É, portanto, através das leis instituídas pelo cidadão de *virtù*, que é possível contornar a ausência de *virtù* da maioria dos cidadãos de um corpo político.

Entretanto, para Maquiavel, é possível superar a dependência da Fortuna no que se refere ao surgimento de uma pessoa de *virtù* na cidade, se a própria cidade for bem ordenada de modo que, através de suas instituições seja capaz de impedir corrupção dos cidadãos. Nesse sentido, manter instituições fortes que sejam capazes de impedir a corrupção. Essas instituições, no vocabulário de Maquiavel, se denominavam *ordini* (ordenações). Como bem lembra Skinner, Maquiavel, logo no começo dos *Discursos* aponta que o motivo pelo qual Roma se manteve grande, foi porque soube ser bem ordenada (cf. SKINNER, 2012, p, 85).

Um breve retorno ao início dos *Discursos* e pode-se encontrar no Livro I, capítulo 1, o seguinte título: *quais foram os princípios das cidades em geral e qual foi o de Roma*. Conforme aqui dito muitas vezes e como é de conhecimento público e notório, Roma foi o grande exemplo de cidade para Maquiavel, na qual a *virtù* imperou de modo que é citada como exemplo de grandeza, riqueza, liberdade e expansão. Por certo, é inequívoco o objetivo de Maquiavel de ao iniciar seu livro esclarecer porque que Roma pode estar de um lado e todas as demais cidades de outro. Essa peculiaridade na forma de tratar Roma é evidenciada desde o título: de um lado Roma, de outro, todas as outras cidades. Afirma que “quem ler a história do princípio da cidade de Roma e da forma como tudo foi ordenado e por quais legisladores, não se admirará de que tanta *virtù* se tenha mantido por vários séculos naquela cidade” (*Discursos*, I,1).

Assim, como a relação entre *virtù* e corrupção é inversamente proporcional, se Roma se manteve com *virtù*, foi porque a corrupção não a atingiu? Na verdade, o que houve foi que Roma deve ter encontrado mecanismo para impedir o avanço da corrupção e soube superá-la. Isso porque, “como Roma preservou sua liberdade por mais de quatrocentos anos, parece que seus cidadãos devem ter identificado corretamente as ameaças mais sérias as suas liberdades e desenvolveram as *ordini* corretas para lidar com elas” (SKINNER, 2012, p. 93).

Maquiavel dá uma série de indicações sobre isso. Menciona a *virtù* de Rômulo que instituiu a cidade; afirma que solos inférteis são preferíveis aos férteis e por fim, trata das ordenações e leis instituídas, bem como menciona o

papel da religião, pois acredita que “os príncipes ou repúblicas que queiram manter-se incorruptos devem, acima de tudo, manter incorruptas as cerimônias de sua religião e venerá-las sempre, porque não pode haver maior indício da ruína de um estado do que o desprezo pelo culto divino” (*Discursos*, I, 12).

Indaga, então Skinner, para Maquiavel, “quais instituições uma cidade precisa desenvolver para evitar o crescimento da corrupção em seus assuntos ‘internos’- pelo que ele entende seus ordenamentos políticos e constitucionais”, concluindo que Maquiavel, para responder a tal questão “dedica a maior parte do primeiro discurso ao exame desse tema, tomando seus principais exemplos dos primórdios da história romana e frisando constantemente ‘quão apropriadas eram as instituições daquela cidade’” (SKINNER, 2012, p. 85). “Ele assinala dois métodos essenciais de organizar os assuntos internos de maneira a instilar a qualidade da *virtù* no conjunto dos cidadãos” (SKINNER, 2012, p. 85). Esses dois métodos são a religião (cf. SKINNER, 2012, p. 86), e outro, “ainda mais eficaz” que é o uso “do poder coercitivo da lei” (SKINNER, 2012, p. 89). Assim, “ele mostra que os maiores legisladores são os que entenderam com maior clareza como utilizar a lei para promover a causa da grandeza cívica” (SKINNER, 2012, p. 90).

Caso a renovação das ordenações seja proposta de uma só vez, “quando todos reconhecem que não são boas, digo que essa inutilidade, quando facilmente reconhecível, é difícil de corrigir” (*Discursos*, I, 18). A dificuldade na correção das ordenações, quando todos percebem que elas não servem mais, está no fato de que para corrigi-las se faz necessário o uso de meios extraordinários (violência e armas): “não basta usar medidas ordinárias, visto que os modos ordinários são maus, mas é necessário recorrer ao extraordinário, como a violência e as armas tornando-se antes de mais nada príncipe em tal cidade” (*Discursos*, I, 18).

É justamente sobre o uso de violência e armas que chegamos à conclusão de que Maquiavel é contrário ao uso da força. Isso porque, quando menciona o uso de meios extraordinários, é da violência e da força que fala e aí está o problema: o uso da violência e da força por quem governa, por quem irá reordenar, pois a “a reordenação da vida política pressupõe um homem bom, e tornar-se príncipe de uma república pela violência pressupõe um

homem mau” (*Discursos*, I, 18). Há uma incompatibilidade entre o sujeito (que deve ser bom) e o modo como deve agir (que deve ser mal, violento, pelas armas). Entendemos que essa passagem é um fortíssimo contra-argumento em face daqueles que afirmam ser Maquiavel favorável à violência das armas. Maquiavel sabe que esses meios que denomina como extraordinários eram utilizados como instrumentos políticos, mas isso não significa que ele seja a favor deles.

Parece-nos que Maquiavel não é favorável ao uso da força, da violência, e das armas como meio para se reordenar uma república corrompida – embora reconheça que esse é um meio a ser empregado. Essa reordenação pela força, embora seja possível, não é considerada por ele como uma forma boa de reordenar. Ao contrário, classifica-a como um meio utilizado por um homem mau. Assim, conclui Maquiavel, “ver-se-á que raríssimas vezes um homem bom queira se tornar príncipe por vias más, ainda que o fim seja bom” (*Discursos*, I, 18). Aqui, novamente, Maquiavel apresenta, em suas próprias palavras, uma defesa para as leituras do “Maquiavel maquiavélico”, realizada pelo movimento anti-Maquiavel inaugurado ainda no século XVI, que equivocadamente defendia que em Maquiavel os fins justificam os meios.

Mesmo que os fins sejam bons (instaurar uma nova ordenação a fim de livrar o povo da corrupção e restabelecer o regime de liberdade), um homem bom se recusará a utilizar-se dos meios maus (violência e armas). O que houve com a máxima (que sabemos nunca existiu) de que para Maquiavel os fins sempre justificam os meios? Se os fins justificassem os meios, a defesa de Maquiavel seria de que os meios extraordinários deveriam valer, porque o fim é bom – e o próprio Maquiavel reconhece que o fim é bom. Entretanto, seu posicionamento contraria as expectativas daqueles que, muitas vezes, sem lê-lo, ou pelo menos, sem interpretá-lo conjuntamente, afirmam que se o fim é bom, o meio não importa.

Nesse sentido, buscamos destacar o fato das leis serem um instrumento contra a corrupção. Isso porque Maquiavel coloca a lei em uma posição de sustentação do corpo político, sendo através do movimento de renovação das ordenações que elas provocam que o corpo político se mantém possível, porque o afastam da corrupção que o destrói. Além disso, governantes

extraordinários são mais difíceis de encontrar, do que boas leis. Ressalta-se que aqui reside a importância das leis como mecanismo de retorno ao princípio, de manutenção do corpo político, de afastamento da corrupção que destrói a própria vida política. Em nosso entender, essa é a prova de que as leis em Maquiavel não possuem apenas função jurídica, mas importantíssima função política, que garante a constante vitalidade do corpo político, porque funcionam como um meio de retorno ao princípio. As leis são um dispositivo que pode ser acionado pelo corpo político para que renove as próprias ordenações. A aplicação das leis deve ser feita “contrariando o poder daqueles que as transgridem” (*Discursos*, III,1). É por isso que defendemos que a lei é mecanismo de sustentação do corpo político em Maquiavel.

Maquiavel aponta como bons e notáveis exemplos de aplicações das leis romanas “a morte dos filhos de Bruto, a morte dos dez cidadãos, a do frumentário Mélio;[...] a morte de Mânlio Capitolino, filho de Mânlio Torquato, a execução imposta por Papírio Cursor a Fábio, seu mestre de cavalaria, a acusação dos Cipiões” (*Discursos*, III,1). Esses exemplos eram bons, porque “sempre que ocorriam faziam os homens retornar às condições iniciais [*segno*], mas quando elas começaram a ser mais raras, começaram também a dar mais ensejo à corrupção dos homens” (*Discursos*, III,1).

Reforça, portanto Maquiavel, tanto o respeito à lei, quanto às ordenações. Cita o exemplo do assassinato do rei romano Sérvio Túlio pelo outro rei que o sucedeu, Tarquínio, o Soberbo. Afirma que mesmo tendo cometido um crime, um homicídio - ato extraordinário e odioso nas palavras de Maquiavel, se Tarquínio, o Soberbo, tivesse seguido as antigas ordenações, o ato praticado teria sido tolerado e nem o senado e nem a plebe teriam se revoltado contra ele:

Depois que Tarquínio Soberbo matou Sérvio Túlio, como esse não deixasse herdeiros, aquele passava a reinar (...). E, embora o modo como subisse ao trono tivesse sido extraordinário e odioso, se ele tivesse observado as antigas ordenações dos outros reis, teria sido tolerado, e o senado e a plebe não se teriam revoltado contra ele para tirar-lhe o estado (*Discursos*, III, 5).

Assim, portanto, no livro III, capítulo V dos *Discursos*, dedicado à análise do motivo pelo qual aqueles que têm por Direito hereditário um reino o perdem, Maquiavel explica sobre Tarquínio, o Soberbo, que a sua queda do reino não se deu porque seu filho Sexto violentou Lucrecia²³², “mas sim porque ele mesmo desrespeitou as leis do reino e o governou tiranicamente, despojando o senado de autoridade, que acumulou toda em si [...] provocando desrespeito e rancor” (*Discursos*, III, 5).

Tarquínio, o Soberbo, deixou de punir seu filho Sexto, pelo crime que cometeu contra Lucrecia. Maquiavel afirma, portanto, que não foi devido ao crime cometido pelo filho que se deu a queda de Tarquínio, o Soberbo, mas pela forma que ele reagiu a isso, não punindo o filho e violando a lei não apenas nesse aspecto: “saibam, portanto, os príncipes que se começa a perder o estado quando se começa a transgredir as leis e a desrespeitar os modos e costumes antigos” (*Discursos*, III, 5). Ao narrar a queda de Tarquínio, Maquiavel está de acordo com a tradição jurídica medieval que sempre busca a preservação da lei e dos costumes antigos (DESCENDRE, 2016, p. 42).

Sobre a boa aplicação da lei, ao contrário de Tarquínio, o Soberbo, Brutus puniu seus filhos: Segundo Bignotto “a indiferença de Brutus diante da morte de seus filhos foi essencial para a construção da república romana”, pois “as leis têm algo de terrível, porque são filhas dos homens, mas estão acima deles e devem moldá-los à imagem de um corpo político que lhes é superior” (1991, p. 166). Sobre o tema, Maquiavel dedica um título: *De como é necessário matar os filhos de Bruto, para manter a liberdade que se acaba de conquistar* (*Discursos*, III, 3). Afirma que “ver o pai tomar assento nos tribunais e não só condenar os filhos à morte, mas também presenciar a sua morte” é um “exemplo raro” e que “foi tão necessária quanto útil a severidade de Bruto para manter em Roma a liberdade” (*Discursos*, III, 3). Nesse sentido, Maquiavel

²³² “Lucrecia, mulher de um membro da família real, era considerada uma mulher honesta e virtuosa. Para o seu trágico destino Sextus Tarquinius, filho do rei, resolveu pedir a hospitalidade de sua casa por uma noite. Quando todos estavam dormindo, Tarquínio entrou no quarto de Lucrecia armado e com a intenção de possuí-la. Munida exclusivamente de virtude, ela resistiu tenazmente no primeiro momento. O agressor, então, para vencer a sua resistência, ameaçou gravemente a sua reputação: não se entregando ele iria matá-la e colocar ao lado dela o corpo nu de um escravo. Diria a todos que os encontrou em um abraço adúltero e, por isso, os matara no ato. Diante de tão grande ameaça, Lucrecia cedeu. Em seguida, após relatar tal fato a seu pai e a seu marido, cumpriu a última providência que lhe restara: suicidou-se” (CANELA, 2012, p. 18).

deposita tanto em um homem de *virtù*, quanto em uma lei a possibilidade do retorno à fundação. Assim, “Maquiavel afirma que a fundação contínua é fruto de um homem ou de uma lei” (BIGNOTTO, 1991, p. 164).

Mas como detectar se a cidade está com leis e ordenações corrompidas? Para se saber se as ordenações são ou não boas, quando a cidade está corrompida, Maquiavel esclarece que há “dois pontos principais, que são a criação dos magistrados e das leis” (*Discursos*, I, 18). Além disso, outro indício que pode evidenciar que uma cidade esteja corrompida é a organização de conjurações: “Isso se diz de uma república em parte corrompida, porque na república que não está corrompida não haverá ensejo para maus princípios, logo não ocorrerão tais pensamentos a nenhum cidadão” (*Discursos*, III, 6). Isso porque “um mal cidadão não pode agir mal numa república que não seja corrupta” (*Discursos*, III, 8). Estabelece também um prazo máximo para que a renovação aconteça. Esse prazo pode variar de acordo com a cidade. No caso de Roma, o prazo seria de dez anos: “dentre uma e outra das execuções mencionadas acima, deveriam passar-se, no máximo, dez anos, pois, passado esse tempo, os homens começam a mudar os costumes e a transgredir as leis” (*Discursos*, III, 1).

No caso de Florença “de 1434 até 1494 diziam que seria necessário retomar o estado a cada cinco anos, caso contrário seria difícil mantê-lo: e por retomar o estado entendiam disseminar entre os homens o terror e o medo” (*Discursos*, III,1). Maquiavel afirma que quando homens de *virtù* se tornaram raros e quando as leis romanas ultrapassaram dez anos sem renovações a cidade abriu-se para a corrupção, porque “quando essas duas coisas começaram a rarear, também começaram a multiplicarem-se as corrupções” (*Discursos*, III,1).

Ocorre que, se não houver essa vigilância constante, esse exame frequente dos homens sobre a corrupção da cidade, nem as leis, nem o exemplo de *virtù*, serão suficientes para restabelecer a cidade: exemplo disso é “o último Catão que encontrando grande parte da cidade corrompida, não conseguia melhorar os cidadãos com seu exemplo” (*Discursos*, III,1). O mesmo ocorre com as leis. O retorno ao princípio do meio de um fato notório que demonstrasse a força e a violência da lei seria uma forma de se manter a

cidade afastada da corrupção. Isso seria feito através do medo. O medo, portanto, para Maquiavel é um componente útil da lei porque, “se nada surgir que lhes traga a punição à memória e renove o medo em seus espíritos, logo se acumularão tantos delinquentes, que já não será possível puni-los sem perigo” (*Discursos*, III,1). As leis, precisariam ser aplicadas com certa frequência, sob pena de não produzirem mais efeitos, porque incapazes de coibir. O medo pode ser um fator tão importante em Maquiavel, tanto para a lei, quanto como instrumento de governo - que inclusive, sugerimos, pode dar ensejo a uma investigação futura autônoma.

Assim, sobre as ordenações, elas dão a estrutura do corpo político, estabelecem a organização fundamental político-legislativa, fornecem as normas referentes à autoridade, regem os interesses da cidade, fornecem um suporte lógico ao ordenamento jurídico, político e legislativo. As leis funcionam como garantidoras da vida civil, visto que “Para Maquiavel, república e principado são ordenamentos que asseguram o *vivere civile*, ou seja, uma convivência fundada na lei” (AMES, 2017, p. 67-68).

Nesse mesmo sentido, Descendre afirma que o *vivere civile* não está em um regime republicano ou na participação dos cidadãos no governo, mas sim na “relação entre poder, lei e estrutura institucional” sendo que a diferença decisiva não está entre principado e república, mas sim entre “*vivere civile* e *vivere assoluto*” entre “*vivere libero* e *vivere tirannico*”. O *vivere civile* possui relação com o poder *Civile* que é aquele moderado e contido pelas leis e ordenações e o *vivere assoluto*, se relaciona com o poder de *assoluto* que é extraordinário, “adquirido e mantido fora das ordenações” (DESCENDRE, 2016, p. 38-40).

Existindo as ordenações, aqueles que as violarem deliberadamente agem como tiranos. As maneiras de atuação dos tiranos, embora sejam reconhecidamente por Maquiavel como uma das opções de agir para aqueles que queiram governar, são avaliados negativamente: “são modos credulíssimos e contrários à vida, não só cristã, mas humana; deles qualquer homem deve fugir e preferir viver como cidadão comum [*privato*] a ser rei com tamanha ruína para os homens” (*Discursos*, I, 26). O título do Capítulo X do Livro I dos *Discursos* em tudo indica a contrariedade e o desprezo que

Maquiavel tinha para com a tirania e os tiranos: *Assim como são louváveis os fundadores de uma república ou de um reino, são vituperáveis os fundadores de uma tirania* (*Discursos*, I, X).

Maquiavel aponta dentre aqueles príncipes e imperadores louváveis porque agem de acordo com as leis, alguns imperadores romanos²³³. Afirmam que eles “não precisavam ser defendidos pretorianos, nem pela multidão das legiões, porque os seus costumes, a benevolência do povo e o amor do senado os defendiam” (*Discursos*, I, 10). Em contrapartida, aponta outros imperadores²³⁴ para os quais “não bastaram exércitos orientais e ocidentais para salvá-los dos inimigos que haviam granjeado com os maus costumes e com a vida cruel que levavam” (*Discursos*, I, 10). Maquiavel indica, portanto, que os tiranos precisavam buscar suas seguranças em armas e mesmo assim, os exércitos não conseguiam garantir-lhes, enquanto que os não tiranos estavam a salvo sem armas, somente pela benevolência e amor do povo e do senado.

Assim, Maquiavel associa medo e insegurança aos tiranos e amor e benevolência aos não tiranos. Em seguida, propõe uma espécie de experimento: “que o príncipe observe, portanto, os tempos”. Esses tempos são aqueles dos imperadores amados e benevolentes e aqueles dos tiranos inseguros e atormentados pelo medo e que “em seguida diga em qual deles gostaria de ter nascido, ou em qual gostaria de governar”. A resposta para Maquiavel é certa: “sem dúvida, se for humano, sentirá horror à imitação dos tempos maus e se inflamará com um imenso desejo de seguir os bons” (*Discursos*, I, 10). Uma afirmação carregada de ironia: a expressão “se for um ser humano” denota a *contrario sensu* que somente aquele que não for humanizado, talvez o que se assemelhar a uma natureza diversa, rude, cruel, animalesca, optará pelos tempos de medo e insegurança.

Nesse sentido, sobre as ordenações romanas antigas mencionadas por Maquiavel, era isso que nos cabia expor. Entretanto, nos questionamentos se ao tempo de Maquiavel não existia alguma organização política bem ordenada

²³³ “Tito Nerva, Trajano, Adriano, Antônio e Marco Aurélio” (*Discursos*, I, 10)

²³⁴ Calígula, Nero, Vitélio (*Discursos*, I, 10)

que em alguma medida lhe servisse como exemplo. A resposta é positiva. Se Roma era um exemplo de cidade bem ordenada na antiguidade, Maquiavel tem no seu tempo o reino da França como um exemplo de *vivre civile*: “Exemplo disso está no reino de França, que vive seguro simplesmente porque seus reis estão vinculados a infinitas leis, nas quais se inclui a segurança de todos os seus povos” (*Discursos*, I, 16). Maquiavel fala de um regime em que há um rei e nele é possível se viver seguro, devido às leis. O reino da França é citado por Maquiavel como bom exemplo de cumprimento da lei e observância das ordenações:

também os reinos precisam renovar-se e reconduzir suas leis aos princípios. E vê-se o bom efeito que isso faz ao reino da França, que vive sob as leis e sob as ordenações mais que nenhum outro reino e os mantenedores de tais leis e ordenações são os parlamentos, sobretudo o de Paris, que dá nova vida às leis sempre que executa algo contra algum príncipe do reino e quando condena o rei em suas sentenças (*Discursos*, III, 1).

Para Maquiavel, o reino da França é exemplar porque aplica a lei a todos, inclusive à nobreza: “não fosse um obstinado executor contra aquela nobreza [...] e deixasse alguém sem punição [...] seria necessário corrigir a situação com grande desordem ou aquele reino se dissolveria” (*Discursos*, III, 1). O parlamento francês citado por Maquiavel desempenha sua função de manutenção do corpo político, quando atua juridicamente, visto que “os parlamentos franceses acumulavam funções legislativas, políticas e judiciárias” (*Discursos*, III, 1 – nota da tradução nº 7). São as sentenças prolatadas pelo parlamento, portanto as decisões judiciais definitivas, que coíbem ações contrárias às leis e ao sistema jurídico vigente, as responsáveis por manter o reino da França afastado da corrupção, porque provocam o retorno ao princípio. Isso ocorre, porque essas sentenças muitas vezes são prolatadas contra grandes autoridades como o próprio príncipe e o rei, evidenciando a imparcialidade com os poderosos. Superada a análise sobre as ordenações, passaremos à análise da Lei.

4 A LEI NAS OBRAS ENTREGUES COMO PRESENTE: *O PRÍNCIPE* E OS *DISCURSOS*

Embora o tema da lei tenha sido abordado comparativamente com o das ordenações e dos costumes, no capítulo anterior, o tema em si e seus desdobramentos, serão analisados nesse item. Iniciamos com a afirmação de ruptura: Maquiavel rompe com o pensamento corrente em seu tempo sobre a lei. Ele não compartilha das ideias da maioria de seus contemporâneos de que as leis eram fruto de ditames divinos e que esses dariam origem a uma lei natural que contivesse os valores inatos à condição humana.

Isso porque “todas as suas considerações políticas referem-se a leis positivas, particularmente a estatutos ou leis constitucionais, as ordenações (*ordini*) como ele as chama. A lei natural não tem função” (VIROLI, 2011, p. 1). Não menciona Maquiavel, como fizeram seus contemporâneos, as leis naturais ou até mesmo questões relacionadas à justiça natural²³⁵. Não há em Maquiavel a necessidade de que a lei vigente esteja de acordo com uma lei natural – porque esse conceito foi por ele ignorado, embora tivesse certamente contato com ele:

Nicolau Maquiavel nunca usou o termo ‘lei natural’ e nunca discutiu o assunto. Seu silêncio é bastante eloquente, se considerarmos que o conceito circulou amplamente no contexto político intelectual de sua época. Membros proeminentes do Humanismo Cívico florentino frequentemente referiam à lei natural entendida como uma norma superior que vem diretamente de Deus e tem, portanto, um status normativo superior em comparação com as leis civis [...] Savonarola repetia continuamente em seus escritos e sermões (alguns dos quais Maquiavel certamente ouviu) que a lei natural é válida em todos os tempos e entre todos os povos, e que as leis humanas devem se inspirar nelas (VIROLI, 2011, p. 1)

Viroli, além de reforçar nossa hipótese de que Maquiavel conhecia das fontes clássicas do Direito, dentre elas, evidentemente, o Direito romano, pois para ele “o silêncio de Maquiavel é ainda mais retumbante porque ele estava familiarizado com a linguagem jurídica e suas fontes clássicas” (2011, p. 1),

²³⁵ “Em nenhum lugar Maquiavel sequer menciona, muito menos endossa, a justiça natural ou a lei natural - conceitos comumente encontrados nos escritos de seus contemporâneos” (FEMIA, 2004, p. 5).

reafirma que o fato do pensador calar sobre a lei natural se deu porque Maquiavel compreendida a lei como produto humano. Isso é comprovado pelo Prefácio do Livro I dos *Discursos*, onde Maquiavel afirma: “porque as leis civis nada mais são do que sentenças proferidas pelos antigos jurisconsultos, sentenças que, ordenadas, ensinam nossos jurisconsultos a julgar” (*Discursos*, Prefácio, I). Maquiavel, portanto, enxerga a lei como a repetição de julgamentos em um mesmo sentido, repassados pelos jurisconsultos de geração e em geração, eliminando qualquer elemento divino.

Nada de metafísico há nessa explicação prática sobre a lei. Maquiavel rompe com a crença na fundamentação natural ou divina para a lei. A perspectiva do pensador é a histórica²³⁶, porque a lei é produto de uma realidade histórica, entendendo que nela não há espaços para valores perenes, imutáveis, metafísicos, que poderiam ser compreendidos como uma invenção do homem, disfarçados de invenção de Deus²³⁷.

As leis são obra da ação humana, que tão-somente atendem às modificações da realidade, sem qualquer fundamentação divina transcendental. Para Maquiavel “as leis positivas são fruto da vontade humana, porém podem exprimir o universal, à medida que dão conteúdo racional aos desejos mais disparatados dos cidadãos, transformando-os em energia criativa para a cidade” (BIGNOTTO, 1991, p. 96). As boas leis são aquelas permeadas por dois humores diversos, dos grandes e do povo e carregam em si o conteúdo da universalidade e do bem comum. Assim, para Maquiavel, “o Estado de Direito é a base indispensável de qualquer forma de governo legítima. Ele contrasta, de fato, a vida política (*vivere politico*) com a tirania entendida como autoridade não limitada por leis (*autorità assoluta*)” (VIROLI, 2011, p. 1).

Façamos aqui um breve parêntesis sobre a qualidade dos dois humores (grandes e povo) existentes em todas as repúblicas, mencionados por Maquiavel (*Discursos*, I, 4), Alessandro Arienzo destaca que “esses dois temperamentos não constituem uma compleição natural que determina o modo de proceder. Em vez disso, são disposições e modos de ser marcam os

²³⁶“Ele parece não ter tempo para padrões fora da história; e a história, como ele trata, é meramente uma série de eventos físicos, sem significado transcendente” (FEMIA, 2004, p. 5).

²³⁷“O que chamamos de valores absolutos são, em sua opinião, relíquias da metafísica tradicional - uma invenção do homem disfarçada de invenção de Deus” (FEMIA, 2004, p. 5).

indivíduos partindo de seus apetites, das suas ambições e histórias” (ARIENZO, 2018, p. 24). Lembra ainda Arienzo a relação paradoxal que há nesses humores, visto que eles, ao mesmo tempo, condicionam as escolhas dos indivíduos, mas estes também estão sujeitos ao livre arbítrio, diante dos eventos da Fortuna (cf. ARIENZO, 2018, p. 24).

Encerrado nosso parêntesis sobre a qualidade dos humores, retomamos a relação de Maquiavel com o Direito. Maquiavel se afasta do que se compreendia por organização do Direito no período antigo, que conforme se verificou,²³⁸ possuía perfeita conformidade entre os valores religiosos e jurídicos. Ao contrário disso, para Maquiavel são, portanto, as convenções que estabelecem as regras sociais, os padrões comportamentais aceitáveis e é a necessidade a verdadeira responsável pelo estabelecimento das leis. Assim, não seriam eventuais princípios, ou valores absolutos, que estariam supostamente presentes na natureza humana ou de qualquer interferência da metafísica transcendental²³⁹ repassada aos homens, responsáveis por elas. Nesse último sentido, Maquiavel se aproxima do Direito do período renascentista, que deposita nas relações interpessoais a sua fundamentação.

Considera, portanto, que as leis, e a obediência a elas, são necessárias, porque “Maquiavel coloca como objetivo a constituição de um Estado ordenado por instituições e por leis que o regem de forma estável, livre de corrupção e das misérias em que a vida italiana se havia afundado” (VIVANTI, 2016, p. 97). Ele considera importantes a obediência e o cumprimento da lei, tanto nos principados, quanto nas repúblicas. Isso porque o *vivere civile*, que é a forma de vida política das duas formas de governo, se fundamenta no governo das leis: “para Maquiavel, república e principado são ordenamentos que asseguram o *vivere civile*, ou seja, uma convivência fundada na lei” (AMES, 2017, p. 67-68).

²³⁸ Vide item 1.1

²³⁹ “Nossas regras morais são puramente convencionais, refletindo as necessidades existenciais dos seres humanos que vivem em comunidades. No conteúdo, se não na forma, essas regras podem diferir de uma civilização para outra. Eles são o resultado da necessidade natural, não da lei natural; elas existem porque são necessárias ou sobrevivência humana, não porque sejam uma herança de Deus (como a Bíblia diz) ou inscritas na natureza humana (como dizem os aristotélicos)” (FEMIA, 2004, p. 5).

Nesse sentido, Viroli destaca que para Maquiavel a lei dever ser aplicada em igualdade para todos. Para a mesma conduta, a mesma lei. Para uma determinada ação criminosa, a mesma punição para todos, independentemente de quem seja o sujeito dessa ação. Esse princípio da aplicação ampla, geral e irrestrita da lei, presente em Maquiavel, é o próprio império da lei. O rigor da lei não é abrandado, ou mitigado para beneficiar qualquer pessoa. Isso seria a realização da corrupção, que se dá justamente pelo enfraquecimento da lei. E caso isso ocorra, caso a lei seja aplicada de maneira diversa para as mesmas condutas, porque passaria a considerar elementos outros, externos à própria lei, isso significaria o fim da própria vida civil. Vejamos a análise de Viroli sobre o tema:

quando ele fala do império da lei, Maquiavel quer dizer, antes de mais nada, a observância do princípio que prescreve que as ações humanas devem ser julgadas com base em regras gerais que se aplicam igualdade a todas as ações do mesmo tipo e a todos os indivíduos do grupo. Uma vez implementada deve ser obedecida sem permitir privilégios ou discriminações como ele afirma veementemente, os crimes devem ser punidos independentemente dos méritos pessoais e públicos do criminoso. Nenhuma república bem ordenada (republica bene ordinata) escreve ele ‘permite que os deméritos de seus cidadãos sejam anulados por seus méritos [...] se esse princípio de justiça legal for desconsiderado, ele conclui, ‘a vida civil logo desaparecerá’ (VIROLI, 2011, p. 1).

Na passagem acima mencionada por Viroli se refere aos *Discursos I*, 24, cujo título é: *As repúblicas bem-ordenadas instituem prêmios e penas para seus cidadãos, e nunca compensam estas com aquelas*. O título do capítulo indica que privilégios pessoais concedidos aos cidadãos não podem ser compatíveis com a impessoalidade necessária à república que se pretende bem ordenada. Esse é um grande exemplo, completa Viroli, de que “em defesa do Estado de Direito (*rule of law*), Maquiavel afirma que as repúblicas devem ser capazes de enfrentar até mesmo situações extraordinárias por meios legais” (2011, p. 1).

Essa afirmação de que até mesmo em situações extraordinárias as repúblicas precisam agir por meios legais (ordinários) pode ser encontrada nos *Discursos*, quando Maquiavel cita o exemplo da república de Veneza: “a república veneziana, que entre as modernas é excelente, reserva a autoridade

a poucos cidadãos, para que, nas necessidades urgentes, todos possam deliberar em acordo, sem maior consulta” (*Discursos* I, 34). A Excelência de Veneza residiria justamente no fato de que, mesmo nos casos mais emergenciais e extraordinários, havia previsão legal instituindo a autoridade competente para decidir através de um grupo de cidadãos – que nessa condição se transformavam na instituição competente. Ressalta-se, que no caso de Veneza, se tratava de decisão colegiada (grupo de cidadãos), mas Maquiavel, com fundamento em Roma (os cônsules elegiam um ditador, ou um dentre eles) também entendia ser possível que essa previsão legal fosse realizada em favor de uma pessoa (cf. *Discursos*, 34).

Nesse mesmo sentido, Viroli afirma que “o que torna essa instituição excelente é precisamente o fato dela permitir que a república enfrente situações de emergência sem violar os estatutos” (2011, p. 2). Isso porque, afirma Maquiavel, “numa república nunca deveria ocorrer nada que obrigasse a governar com modos extraordinários, porque ainda que os modos extraordinários no momento sejam bons, seu exemplo é ruim” (*Discursos*, I, 34).

Nota-se que Maquiavel afirma que modos extraordinários de governar são exemplos ruins para uma república. Ele não está se referido a situações extraordinárias (essas podem eventualmente ocorrer). Entretanto, o modo de enfrentar situações extraordinárias deve ser ordinário (deve estar previsto e institucionalizado) e não pode ser extraordinário (no sentido de estar fora da ordem, fora da lei). Isso porque, como o uso de modos não previstos institucionalmente (extraordinários) mesmo que para o bem, abra-se, segundo Maquiavel, um perigoso precedente que pode ser utilizado indevidamente: “pois se estabelece o uso de violar as ordenações para o bem, e depois, com tal pretexto, elas são violadas para o mal. De tal modo que nunca será perfeita a república que com leis próprias não tenha provido a tudo” (*Discursos*, I, 34).

Nesse sentido, a república se aproximaria da perfeição a partir do momento que prevê, através da lei, os meios para resolver questões cotidianas, mas também seus problemas, conflitos e situações emergências. As leis devem prever tudo e “a qualquer acontecimento dado o remédio, estabelecendo o modo de conduzi-lo” (*Discursos*, I, 34). Isso tudo para que a

república não se utilize de meios externos à lei, a fim de evitar um precedente muito ruim, qual seja, o de violar as ordenações a qualquer momento. Maquiavel qualifica como ruim para república a utilização de modos não previstos legalmente, mesmo que isso seja para um bom fim. Essa passagem contradiz a equivocada premissa de que para Maquiavel os fins justificariam os meios. Note-se que o resultado pode ser positivo, e mesmo assim, a utilização de modos que violem a lei não são justificados para o pensador. Não há qualquer justificativa para modos extralegais.

O governo pelas leis é, assim, a forma fundamental de vida política, pensada por Maquiavel, tanto em principados, quanto em repúblicas. A diferença está no fato de que, nessa última, garante-se também o *vivere libero*: “Somente as repúblicas dispõem de estruturas institucionais capazes de assegurar o *vivere libero*” (AMES, 2017, p. 41). E ainda, esclarece Viroli, “na intenção de se preservar um verdadeiro *vivere libero* não é suficiente um ordenamento de leis em sentido formal. O conteúdo das leis e instituições deve incorporar interesses comuns da cidade e não interesses das facções” (VIROLI, 1990, p. 153). A relação entre as leis e a liberdade é íntima, pois “antes de tudo, é preciso observar que o respeito às leis não se impõe por razões formais, mas porque representam a expressão visível da liberdade. Cada vez que são atacadas, é o ‘vivero libero’ que está em perigo” (BIGNOTTO, 1991, p. 99). Assim, a lei é mais do que um poderoso instrumento para a vida livre, é sua própria condição. É através dela que se mantém um regime republicano, é através dela se mantém bem ordenada uma cidade e através dela se mantém também liberdade.

4.1 A lei como produto dos julgamentos proferidos pelos antigos

O primeiro elemento conceitual da lei apresentado por Maquiavel, é a definição de que nada mais é do que as leis civis, não são nada além da repetição dos julgamentos proferidos pelos antigos. Os antigos juristas ensinariam os mais jovens a julgar de acordo com os entendimentos que já

havia firmado. São as leis, segundo esse sentido, decisões proferidas pelos antigos jurisconsultos:

[...] vejo que nos litígios civis que surgem entre os cidadãos, ou nas doenças nas quais os homens incorrem, sempre se pode recorrer a julgamentos ou remédios que pelos antigos foram proferidos ou ordenados: porque as leis civis nada mais são do que as sentenças proferidas pelos antigos jurisconsultos, sentenças que, ordenadas, ensinam novos jurisconsultos a julgar (*Discursos*, I, 1).

Maquiavel, a fim de fundamentar os julgamentos proferidos pelos antigos, traça uma analogia entre o tratamento para determinadas doenças, que é repetido porque o remédio utilizado surtiu o efeito esperado, com a repetição do fundamento das decisões. Tanto para resolver litígios, quanto para curar doenças, utilizam-se do conhecimento anterior das decisões e dos remédios dos antigos. Sobre essa atribuição que faz Maquiavel aos antigos jurisconsultos, Sartorello afirma que assim como a filosofia, pela tradição medieval, ficou conhecida como a “ciência das probabilidades” (2013, 79) o Direito também sofreu essa influência nesse mesmo período.

A lei seria dada, portanto, através da probabilidade da repetição das sentenças dos antigos, no mesmo sentido da decisão anterior, visto que para os mesmos fatos, aplicar-se-ia o mesmo Direito. Isso se dá, porque o Direito, pelo fato de se ocupar “do honesto, do justo, do bem privado quanto do bem comum, das escolhas e das ações está constitutivamente conectado a uma dimensão totalmente contingente, variável, iridescente” (SARTORELLO, 2013, p. 80). Isso faz com que, pelo fato de ser “impensável um agir sempre linear e certo dependente de regras precisas e válidas em cada caso singular [...] a razão resolve somente parcialmente os limites evidenciados”. Nesse sentido, é permitido que “a ciência civil alcance um tipo de conhecimento que nunca poderá possuir um grau absoluto de certeza, mas apenas provável” (SARTORELLO, 2013, p. 80).

Devido a esse caráter provável do Direito é que não somente pelos juristas da Idade Média, mas também por aqueles do Humanismo, existiram as “*loci* ou *sedes argumentorum*” (lugares ou sedes de argumentação). Trata-se de “postos (*trame*) onde se fixavam os princípios lógicos aos quais os especialistas na ciência do direito ou da política recorriam todas as vezes que

se encontravam afrontados por situações novas ou controversas” (SARTORELLO, 2013, p. 80). Disso decorre que “os exemplos” de julgamentos anteriores se tornam “de máxima utilidade para orientarem as deliberações e as ações” (SARTORELLO, 2013, p. 83).

Trata-se “de uma época em que o Direito não se funda e nem pode ser fundado no poder, mas deve ser, ao invés disso, delineado em vários graus do acúmulo e conhecimento feito pelas *auctoritates, di religio e di civilis sapienzi*” (SARTORELLO, 2013, p. 83). Nesse sentido, a afirmação de Maquiavel, de que a lei nada mais é do que as sentenças dos antigos jurisconsultos, está de acordo com essa tradição dos séculos XV e XVI, que se fundamentava nas probabilidades. Na busca pelos julgadores daquelas inscrições, ou máximas nas *sedes argumentorum*, porque nelas, os julgamentos proferidos pelos antigos serviam como precedentes para a resolução as demandas judiciais submetidas à apreciação no tempo presente. Ou seja, os tempos antigos, os julgamentos antigos, serviriam como fundamentação para se firmar um entendimento jurídico sobre determinado tema submetido à apreciação. Maquiavel, nesse sentido, apenas relata a prática jurídica vigente, a realidade da busca dos julgadores pelos postos nos quais poderiam acessar as máximas dos julgamentos dos antigos, para deles retirarem fundamentos jurídicos.

A afirmação de Maquiavel de que as leis nada mais são do que as sentenças dos antigos jurisconsultos “estava indissoluvelmente ligado à probabilidade” dos julgamentos. Isso porque “as fontes doutrinárias, embora consolidadas, autoritárias e generalizadas, nunca pareceram, em relação à matéria tratada um personagem necessário, mas apenas provável”. Assim, “poderiam ser sempre descartadas diante de outra opinião inclinada a uma melhor razão” (SARTORELLO, 2013, p. 85). O *locus* utilizado no período da Idade Média permanecerá “similar à figura lógica da analogia” e se manterá plenamente na modernidade, vinculado “ao conceito de interpretação extensiva as lei” (cf. SARTORELLO, 2013, p. 85).

Ou seja, a interpretação era considerada como algo necessário para o bom funcionamento do sistema jurídico, visto que nenhum ordenamento poderia prever a diversidades dos casos concretos que seriam apresentados aos juízes, “que eram chamados a resolver”. Isso porque “qualquer

ordenamento, até mesmo o mais completo, tão logo seja analisado pela variabilidade e particularidade dos casos concretos, apresenta inevitavelmente motivos de dúvidas e incertezas, ou mesmo lacunas” (SARTORELLO, 2013, p. 85). Essa máxima era plenamente válida também ao tempo de Maquiavel e, por isso, os julgadores recorriam ao entendimento dos antigos para que as decisões similares fossem tomadas em casos similares.

Assim, ao tempo de Maquiavel, é plenamente possível falar em um sistema jurídico vigente, em um ordenamento jurídico. É o que faz Sartorello ao definir que naquele período o “ordenamento jurídico que era concebido como racional, não fechado e, sobretudo disposto a acolher desenvolvimentos e integrações” (2013, p. 86). Isso nos faz refletir sobre o fato de que o período jurídico entre a Idade Média e a Modernidade, “não apenas admitiu, como requereu, o que veio definida como *interpretatio ad supplendum o extensio*²⁴⁰ da lei aos casos não regulados, extensão que foi alcançada precisamente pela natureza do ordenamento” (SARTORELLO, 2013, p. 86). A analogia (*locus ou simili*) era realizada a fim de busca a *ratio legis* (razão da lei), “apoiada nas fontes doutrinárias romanísticas” (SARTORELLO, 2013, p. 86).

Defende Sartorello que o mesmo modo de agir dos juristas que se utilizavam da analogia para o julgamento dos casos concretos não abarcados pela legislação, também foi utilizado por Maquiavel. Afirma que a analogia utilizada pelo Secretário Florentino era a histórica: “também Maquiavel olhava e interrogava a história para receber ensinamentos sobre como se orientar com o exemplo das coisas pretéritas, o agir político presente, buscando ao mesmo tempo prever os acontecimentos futuros” (2013, p. 92). E isso faz com que “a ciência de Maquiavel seja somente provável, no sentido de que o procedimento cognitivo por ele indicado para completar o catálogo limitado dos exemplos, é claramente aquele da analogia histórica, dos resultados que não são certos” (2013, p. 100).

No entanto, Maquiavel chama a atenção para o fato de que esses ensinamentos antigos, embora extremamente úteis e eficazes, são muitas vezes desprezados “não se vê príncipe ou república que recorra aos exemplos

²⁴⁰ Interpretação suplementar ou extensiva.

dos antigos” (*Discursos*, I, 1). Para o pensador, esse despreço pelas decisões proferidas pelos antigos se dá devido a influência da religião cristã e do ócio, mas sobretudo pelo desconhecimento da história: “e creio que isso provém não tanto da fraqueza à qual a atual religião conduziu o mundo, ou do mal que o ambicioso ócio fez a muitas regiões e cidades cristãs, quanto ao fato de não haver verdadeiro conhecimento das histórias” (*Discursos*, I, 1).

Nesse sentido, Maquiavel enaltece a reprodução dos julgados proferidos pelos antigos, quando traça elogios à repetição dessas decisões através do que denomina como “imitação”. Isso denota que Maquiavel não está preocupado com o ineditismo das leis civis – porque elas são as próprias sentenças proferidas pelos antigos jurisconsultos – mas sim com o comportamento que permite replicar as formas de decidir e as decisões efetivamente proferidas, consolidando uma espécie de tradição dos entendimentos jurídicos, transferindo não apenas a forma de decidir, mas o próprio juízo de mérito que se faz das questões submetidas à apreciação dos jurisconsultos, para as gerações futuras.

Critica os que conhecem a história e se negam a reproduzir no presente, os conhecimentos que adquiriram com os antigos: “não pensam em imitá-las, considerando a imitação não só difícil como impossível, como se o céu, o sol, os elementos, os homens tivessem mudado de movimento, ordem e poder, distinguindo-se do que eram antigamente” (*Discursos*, I, 1). Nessa passagem, Maquiavel defende a existência de uma ciclicidade histórica através do tempo, comparando sua imutabilidade com a dos astros celestiais, e com os elementos da natureza. Essa reprodução do movimento celestial, em analogia com o movimento humano, da busca pela ordem e poder, sugere que a maneira de abordagem, com o decorrer do tempo, pode ser a mesma. Nesse sentido, os entendimentos que se aplicavam à ordem celestial continuam válidos, assim como os entendimentos aplicados à ordem humana. Assim, Maquiavel justificara a possibilidade da reprodução dos julgamentos dos antigos como a própria lei civil. Isso se daria através desse sistema de repetição ou da imitação, como o próprio pensador denomina.

Ressaltamos que isso não significa que exista uma natureza humana imutável e perene em Maquiavel. O pensador florentino é aquele do

movimento, e deixou claro, em muitas passagens, seu entendimento de que “a natureza dos povos é variável” (*O príncipe*, VI). O que se mantém é o sistema, a ordem, não uma improvável – em seu pensar – natureza humana imutável. “Concluo que o mundo sempre foi de um mesmo modo, que nele sempre houve o bom e o mau, mas que há variações entre este mau e este bom, de uma província para outra” (*Discursos*, II, introdução).

Compreendemos que esses julgamentos proferidos pelos antigos, para Maquiavel, devam, sobretudo, levar em consideração a mutabilidade das coisas humanas, pois o próprio pensador indica que as ações humanas devem se adequar a realidade: “os homens, em suas ações, devem considerar as qualidades dos tempos e proceder de acordo com eles” (*Discursos*, III, 8). Corroborando com esse pensamento, o Livro III dos *Discursos* possui um capítulo intitulado “De como é preciso variar com os tempos quem quiser ter boa fortuna” (*Discursos*, III, 9) no qual afirma: “erra menos e tem a fortuna próspera quem, como disse, ajusta seu modo aos tempos e sempre procede conforme a força da natureza” (*Discursos*, III, 9).

Essas reflexões presentes nos *Discursos* são resultado de lições que Maquiavel retirou não apenas dos livros dos antigos, como também, e principalmente, das experiências práticas de seu período junto à chancelaria florentina. As lições daquele período, com as atividades que desempenhou, com as tarefas que recebeu em missão, com as observações que realizou em suas viagens, fizeram-no concluir pela necessidade de adaptação às circunstâncias. Sobre os governantes, concluiu que o “ponto fraco fundamental comum a todos eles, era um fatal inflexibilidade diante das circunstâncias variáveis” (SKINNER, 2012, p. 27). Nesse sentido, acreditava que era “especialmente perigoso recusar negociar diante de forças superiores” (SKINNER, 2012, p. 104).

Não negociar com forças superiores “é a posição que já estigmatizara como a mais irracional de todas” (SKINNER, 2012, p. 105). Maquiavel, que mantinha um posicionamento muito crítico com os governantes, observava a forma de condução política deles e sobre elas traçava sua análise. Para ele, “César Bórgia sempre foi demasiado arrogante em sua autoconfiança; Maximiliano sempre foi cauteloso e demasiado hesitante; Júlio sempre foi

impetuoso e demasiado precipitado” (SKINNER, 2012, p. 27). Entretanto, “Bórgia era, sem dúvida, o governante que Maquiavel considerava mais instrutivo observar em ação” (SKINNER, 2012, p. 29), enquanto que Fernando de Espanha era “o estadista contemporâneo que mais respeita” (SKINNER, 2012, p. 46).

Os julgamentos proferidos pelos antigos serviam como uma espécie de gabarito seguro que permitiriam novos juriconsultos a se manifestarem sobre temas que já foram analisados. No entanto, não há em Maquiavel informações sobre a constituição desses julgamentos, sobre quantas vezes um determinado tema deveria ser apreciado, ou quantos julgamentos em determinado sentido seriam suficientes para formar a convicção de que poderiam ser utilizados como referência. Isso porque, esse é um conteúdo jurídico. Cabe ao Direito essa análise material. Maquiavel apenas aponta que a lei é constituída por esses julgamentos, sem adentrar no conteúdo dos julgamentos em si. Maquiavel, não deseja, portanto, determinar o que é ou não Direito, o que é ou não lei em sentido material, mas atesta o que é em sentido formal.

Embora Maquiavel nada diga sobre a reiteração das decisões, o Direito antigo traz consigo essa necessidade, reconhecida desde o Direito romano. No *Digesto* consta a disposição de que: “é necessário que os Direitos se constituam, como disse Teofrasto, para aquelas coisas que na maior parte do tempo acontecem” (JUSTINIANO, D. 1.3.3), pois “não se constituem Direitos a partir de coisas que podem ocorrer porventura em um único caso” (JUSTINIANO, D. 1.3.4). E ainda: “pois o Direito deve adaptar-se antes ao que ocorre mais frequente e facilmente do que ao que ocorre muito raramente” (JUSTINIANO, D. 1.3.5) Isso, porque “pois o que se deu por uma só vez ou por duas, como diz Teofrasto, não levam em conta os legisladores” (JUSTINIANO, D. 1.3.6). Maquiavel, portanto, novamente, contempla o *Digesto* que mencionava sobre a necessidade de se tutelar as questões repetitivas. A diferença substancial desse entendimento de lei para Maquiavel e o que se compreende hoje como jurisprudência, está no fato de que essa última não é considerada lei civil – mas sim, uma fonte autônoma do Direito, ao lado da lei.

Assim, entendemos que para Maquiavel a função dos julgamentos proferidos pelos antigos consistia em ser essa espécie de gabarito para os

juízes mais jovens proferirem suas decisões que passariam a ser as próprias leis civis. Acreditamos que para Maquiavel a vinculação ao que foi julgado pelos antigos, não retirava do juiz a capacidade de decidir conforme o caso concreto, visto o entendimento sobre a variabilidade dos tempos, a mutabilidade das coisas humanas e a necessidade de adaptar-se a isso. Nesse sentido, Alessandro Arienzo lembra que Maquiavel em 1506 já mencionava as dificuldades de adaptação que a mutabilidade das coisas humanas possuía: “as referências à variação das coisas do mundo, e a dificuldade de encontrar no decorrer do percurso uma resposta às mudanças da Fortuna, estavam já presentes na carta que Maquiavel escreveu a Giovan Battista Soderini, entre 13 e 21 de setembro de 1506” (ARIENZO, 2018, p. 24).

Ressalta-se que, compreendemos que devido a essa variabilidade, as leis para Maquiavel devem ser alteradas, de acordo com a modificação da realidade e existindo necessidade. A partir do que afirma Maquiavel de que a lei civil nada mais é do que o produto das sentenças proferidas pelos antigos juristas há que se pensar que eles podem ser os primeiros responsáveis pela adaptação da lei à realidade. As fundamentações jurídicas submetidas em concreto para a apreciação dos juristas faz com que analisem a realidade apresentada e relatada pelas partes, cabendo aos juristas realizarem o julgamento dos fatos informados e proferir decisões, fundamentando-as de acordo com o que é socialmente aceito (de acordo com a lei não escrita e com a lei escrita) para aquela determinada realidade histórica. Dessa forma, criam posicionamentos, que posteriormente se transformam na lei civil.

4.2 A lei como instrumento artificial de criação de necessidade

Maquiavel afirma no *O príncipe* que “os homens sempre se revelarão maus se não forem forçados pela necessidade a serem bons” (*O príncipe*, XXIII). A necessidade, portanto, força os homens a agirem bem. Nesse sentido, desenvolveremos esse item, ressaltando que a lei funciona para Maquiavel como um mecanismo produtor de necessidade (por isso a denominação de

necessidade artificial – aquela criada, em contraponto à natural), cuja finalidade é tornar possível a bondade cívica para o *vivere libero*.

Avalia Maquiavel, em relação ao agente instituidor, que as cidades possuem apenas duas classificações, a saber, aquelas instituídas por nativos e aquelas instituídas por forasteiros: “direi que as cidades são edificadas, ou pelos homens nascidos no lugar onde são edificadas, ou por forasteiros” (*Discursos*, I, 1). Como exemplo das primeiras, cita Atenas e Veneza²⁴¹ (*Discursos*, I, 1), como exemplo das segundas cita Alexandria e aquelas edificadas pelos romanos, como Florença, (*Discursos*, I, 1). Essa diferenciação gera impacto na forma como as leis das cidades são estruturadas.

Nas cidades estruturadas por nativos, não há imposição legislativa de terceiros (como príncipes) para esses povos que “podem viver sob as leis que lhes pareçam mais aptas a mantê-los” (*Discursos*, I, 1). Nota-se que há uma espécie de legislador orgânico que determina as leis com o objetivo da manutenção do próprio povo. Em relação àquelas cidades edificadas por forasteiros, Maquiavel afirma que esses podem estar cumprindo instruções e a dependência de outrem, como aquelas edificadas pelo império romano, ou por homens livres, quando constituídas por pessoas que por motivos diversos (fome, doença, guerra) são obrigadas a migrar (cf. *Discursos*, I, 1).

As cidades que recebem leis de terceiros, de maneira não livre, não interessam a Maquiavel. Ele afirma que não deseja analisar a estrutura política das cidades que não foram originadas de maneira livre: “quero deixar de lado os comentários sobre as cidades que nasceram submetidas a outros; falarei das que nasceram distante de todo tipo de servidão externa” (*Discursos*, I, 2)

Nesse sentido, o objetivo de Maquiavel é analisar as cidades que se estruturaram constituídas por homens livres. Nelas, a *virtù* do instituidor é manifestada através da escolha do local e da ordenação das leis: “*Virtù* essa que se conhece de dois modos: o primeiro é na escolha do local, o segundo, na ordenação das leis” (*Discursos*, I, 1). As duas formas de manifestação da *virtù* do instituidor possuem forte correlação. No que se refere à lei, a *virtù* do instituidor pode se manifestar através de leis que não ignorem as

²⁴¹ “Visto ser Veneza uma república que, em ordenação e poder, deve ser celebrada acima de qualquer outro principado da Itália” (*História de Florença, Livro I, 28, p. 58*).

circunstâncias fáticas do local para a qual são instituídas, como por exemplo, se o solo da cidade é ou não fértil, se tem ou não acesso ao mar.

Maquiavel entende, assim, que “os homens agem por necessidade ou por escolha, e como se vê que é maior a *virtù* onde haja menos escolhas, é de pensar que, para edificar as cidades, talvez fosse melhor escolher lugares estéreis” (*Discursos*, I, 1). Indica que nas cidades constituídas em solos não férteis há muitas imposições naturais de atividades aos homens, pois a capacidade produtiva dessa modalidade de solo exige maior esforço físico daqueles que o cultivam, quando comparados aos solos férteis.

Nesse sentido, as necessidades naturais impostas pelo manejo do solo fértil não seriam suficientes para impelirem ao homem à ação e retirá-lo do ócio. Isso porque nos solos inférteis “os homens” são “obrigados a esforçar-se e a se ocupar menos com o ócio” (*Discursos*, I, 1). Devido à fertilidade são menores os esforços físicos daqueles que trabalham a terra quando comparados ao daqueles que atuam em solo árido e menos produtivo. Essa necessidade de maior ou menor esforço físico que varia de acordo com o tipo de solo escolhido para o estabelecimento da cidade, se relaciona intimamente com a expansão e manutenção da cidade, mas, sobretudo com as ordenações e com a lei, pois “ao ócio possibilitado pelo lugar, devem-se criar ordenações para que as leis os obriguem a tais necessidades, caso o lugar não o faça” (*Discursos*, I, 1).

Existe, portanto, uma correlação direta entre a escolha do local da cidade e a lei. Os lugares de terras férteis são os mais indicados, porque há neles a possibilidade da população ampliar-se e manter-se, opondo-se a quem lhes queira oprimir: “portanto, como só o poder dá segurança aos homens, é necessário fugir a essa esterilidade da terra e pôr-se em lugares fertilíssimo, onde podendo a população ampliar-se graças a uberdade do solo, os homens consigam defender-se” (*Discursos*, I, 1). No entanto, o terreno fértil não traz consigo apenas vantagens. Alerta Maquiavel para o risco da ociosidade que as terras férteis podem trazer: “terras amenas e férteis, aptas a produzir homens ociosos e inábeis para toda e qualquer ação virtuosa”²⁴² (*Discursos*, I, 1). Como

²⁴² Na *História de Florença* Maquiavel narra o processo constituição da cidade de Veneza: “quando Átila, rei dos hunos, sitiou Aquiléia, seus habitantes, depois de resistirem muito tempo,

se viu no item sobre a lei e as armas, no capítulo anterior, Maquiavel prezava pela existência de combatentes nacionais em detrimento dos mercenários.

O ócio trazido pelas terras férteis, que pode parecer algo positivo e desejável, visto que depende menos esforço, deve ser afastado pelas leis, por dois principais motivos: “impedir a corrupção nascida do ócio, a qual e riqueza natural do lugar parece predestinar” (AMES, 2017, p. 76) e devido à preparação física dos corpos dos soldados para a defesa e manutenção da cidade. Ensina Maquiavel que a ociosidade, para aqueles que têm que ser soldados, não é desejável e mais que isso, deve ser refutada. Presume que as terras áridas preparam melhor os corpos daqueles que precisam ser soldados, visto que exige dos seus cultivadores maior esforço físico. O mesmo grau de esforço, no entanto, não é exigido daqueles que cultivam terras férteis. De maneira resumida: terras áridas produzem exércitos melhores do que terras férteis devido à necessidade natural de maior esforço físico daqueles que precisam ser soldados. No entanto, para estruturação e expansão das cidades, se devem preferir terrenos férteis.

Assim, a fim de equacionar a fertilidade do solo e modular a ociosidade dos homens, que é uma espécie de efeito colateral das terras férteis, a lei é utilizada como instrumento corretivo artificial: “As leis devem reproduzir constrição equivalente à necessidade produzida pela esterilidade do solo. São uma espécie de ‘necessidade artificial’ inventada para substituir a necessidade natural” (AMES, 2017, p. 76), atuando onde a natureza não pode atuar, impondo àqueles que precisam ser soldados atividades físicas obrigatórias, pois “as leis são ordenadas de forma a exercer pressão sobre os homens em vista de sua segurança” (AMES, 2017, p. 76)

perderam a esperança de salvar-se e, fazendo o melhor que podiam, saíram com o que conseguiram carregar e refugiaram-se nos muitos escolhos desabitados que havia na porta do mar Adriático [...] do mesmo modo, todos os povos vizinhos daquela região foram para aqueles charcos. Assim, compelidos pela necessidade, deixaram lugares amenos e férteis para morar em lugares estéreis, repugnantes e isentos de toda a comodidade. E como muitos povos ali se reuniram ao mesmo tempo, logo aqueles lugares se tornaram não só habitáveis, mas também agradáveis; e, estabelecendo leis e ordenações, em meio às ruínas da Itália gozavam de segurança. E, e, tempo breve cresceram em reputação e força[...]. Além disso, como a necessidade os levava a morar em meio às águas, também os forçava a pensar que, já que não se valiam de terra, teriam de viver ali honestamente e, indo com seus navios para todos os lugares do mundo, enchiam sua cidade de diversas mercadorias; e, como os outros homens também precisavam delas, para lá corriam todos com muita frequência. E, durante muitos anos, os venezianos não pensaram em outro domínio senão naquele que lhes facilitasse o comércio de suas mercadorias” (*História de Florença*, Livro I, 29).

As leis visam à segurança dos homens, porque “A segurança também é causa das leis, de modo que o efeito das leis, uma vez ordenadas, é o mesmo que a necessidade que obriga os homens a fazer as leis” (AMES, 2017, p. 76). Nesse mesmo sentido Berns: “A lei é, portanto justificada por colocar de maneira não acidental e em segurança as necessidades que os homens não cumprem, e, portanto, deve ser análoga a um perigo” (2000, p. 114). Dessa forma, a lei aparece em Maquiavel também como uma ferramenta artificial de substituição da natureza. Onde há ausência da necessidade natural de esforços físicos, a lei interfere estabelecendo a necessidade desse esforço, de maneira artificial. Maquiavel não apenas aponta a necessidade de utilização da lei como substituta da necessidade natural, como afirma que tal método é eficiente para o fim que se dispõe, uma vez que os soldados de terras férteis que tiveram a necessidade artificial da obrigatoriedade dos exercícios físicos impostos pela lei são, inclusive, melhores do que aqueles das terras áridas submetidos à necessidade natural do esforço físico, citando como exemplo os egípcios:

Para obviar aos danos porventura causados pela amenidade da terra por meio do ócio, impuseram a necessidade de exercícios aos que tivessem de ser soldados; de tal modo que, com tal ordem, eles se tornaram melhores soldados do que as terras naturalmente ásperas e estéreis. Entre estes consta-se o reino dos egípcios, que apesar de viverem em terra ameníssima, foi tal a força dessa necessidade ordenada pelas leis, que geraram homens excelentes (*Discursos*, I, 1).

Além dos egípcios, outro exemplo bem sucedido de atuação legislativa em locais férteis é Roma, pois “as leis ditadas por Rômulo, Numa e outros a obrigaram, de tal modo que a fertilidade do solo²⁴³, a comodidade do mar, as

²⁴³ Sobre a fertilidade do solo de Roma, há controvérsias visto que sobre o que se pode denominar de Roma primitiva, escreve Rouland: “Pântanos cujo solo esponjoso só permite a vegetação de salgueiros magros e juncos raquíticos; um rio lamacento, de águas turvas, que ao sair da floresta invade por vezes aquelas margens desoladas e desérticas em enchentes tumultuosas; após a deságua, nos campos tristes e cinzentos, levanta-se uma neblina tão espessa que os romanos darão ao vale o nome de *Velabre* (*velarium* significa véu); algumas colinas cujas rampas íngremes sustentam a custo uma vegetação magra e úmida, acima da cloaca. No alto das colinas, os homens. Homens que, para nós, nada lembram Roma e os romanos. Pastores conduzindo seus rebanhos num seminomadismo, cujo itinerário apenas se altera pelas variações do clima [...] a agricultura era inexistente, ou pelo menos muito pobre. Quase a totalidade da campanha romana (*ager romanus*) é imprópria para a cultura agrícola. A atividade do cinturão vulcânico da Itália central cobriu o solo original de profundos sedimentos de *tufo*” (1997, p. 24-25). Nesse sentido: “se existe um lugar que se afiguraria menos

numerosas vitórias e a grandeza não a puderam corromper durante muitos séculos, mantendo-a cheia de tanta virtù” (*Discursos*, I, 2). Maquiavel, portanto, considera que as leis ditadas por Rômulo e Numa cumpriram uma função de manutenção da cidade o que impediu que Roma fosse corrompida, porque “Rômulo e todos os outros reis fizeram muitas e boas leis, ainda em conformidade com a vida livre” (*Discursos*, I, 2).

Dessa forma, como uma espécie de substituta da natureza, a lei cria e obriga os homens a novas necessidades, não mais aquelas oriundas dos rigores naturais, mas sim originárias de seu poder obrigatório. Nesse sentido, “nota-se que a lei está articulada em uma relação de oposição à ociosidade e, portanto, se define de forma ativa como aquilo que faz o homem agir e não como aquilo que o protege” (AMES, 2017, p. 76). A lei funciona assim como um instrumento capaz de criar necessidades artificiais a fim de suprir a ausência de necessidades naturais. “Digo, pois, que é mais prudente escolher lugar fértil desde que os efeitos dessa fertilidade sejam limitados com as leis a seus devidos termos” (*Discursos*, I, 1). Ou seja, tanto para lugares inférteis, quanto para os férteis, há necessidade de leis. No primeiro caso, para que crie as necessidades que o solo amenizou, a fim de retirar a ociosidade dos homens. No segundo caso, para limitar os efeitos da fertilidade (seria esse o caso de Roma).

4.3 A desobediência ou violação da lei

Conforme nos ensina Gilbert, no período do renascimento italiano, a necessidade ao lado da fortuna e de Deus eram vistos como contra-forças à razão. Há vários pronunciamentos que exprimem o convencimento de que quando a Necessidade ou a Fortuna dominam, a razão é impotente (cf. Gilbert, 1964, p. 96). Havia uma espécie de afirmação ou ditado que enunciava: “Onde a necessidade caça, não precisa de conselhos” (GILBERT, 1964, p. 96). Nesse sentido, “a necessidade intervinha quando a acumulação de

predestinado de todos a ter um destino glorioso, é certamente esse” (ROULAND, 1997, p. 25-26).

circunstâncias adversas era assim tão grande que não deixava mais escolha” (GILBERT, 1964, p. 96). Essa forma de interpretar a necessidade tem origem no período romano, no qual se afirmava: “necessitas not habet legem”, ou a “necessidade não tem lei; a necessidade constrange” (GILBERT, 1964, p. 96).

Gilbert afirma que no período “compreendia-se que a necessidade reduzia a razão a comportamentos automáticos” (1964, p. 96) sem deixar qualquer espaço para escolhas. Ilustra Gilbert, que “essa preponderância da força da necessidade é bem indicada em uma observação feita na crítica situação de julho de 1512 quando o papa e seus aliados pediram que Florença abandonasse a aliança francesa” (1964, p. 96). Isso porque “quem faz a promessa não deve violá-la até mesmo quando se pode incorrer em perigos; desses julgamentos não queremos de modo algum escapar, porque a honestidade precede à utilidade, já a necessidade não tem lei” (1964, p. 96). Nota-se, portanto, que a necessidade e utilidade não são sinônimas. A utilidade visa à comodidade e está limitada pela honestidade, enquanto a necessidade significa a única possibilidade viável e nessa condição, não se deixa limitar.

O que imperava ao tempo de Maquiavel é que havendo uma necessidade extraordinária, os pactos e as promessas poderiam ser violados. Entendemos que Gilbert evidencia o que pode ser compreendido como necessidade para os florentinos no período do renascimento. Por necessidade não se pode compreender a escolha um meio mais útil ou vantajoso de agir em benefício próprio, quebrando promessas – isso seria desonestidade que não está abarcada pelo conceito de necessidade. A necessidade ocorre somente quando não há escolhas, quando impera de tal forma que não há outra saída, quando a própria vida, segurança ou liberdades pessoais ou da cidade estão em risco real, concreto e iminente.

Necessidade, não pode ser confundida como a busca do meio mais fácil a custo de descumprir a palavra dada. Isso pode ser utilidade e desonestidade, mas não necessidade. E é justamente esse o conceito de necessidade que Maquiavel incorpora. Para Maquiavel, tudo pode ser violado pela necessidade – inclusive a lei, porque para a necessidade não há lei. Traçar o conceito de necessidade em Maquiavel nos dá uma miríade de possibilidades interpretativas. Como nos ensina AMES (2017), pode-se compreender que em

Maquiavel a necessidade está ligada, pelo menos, a três causas diferentes: i) às questões geográficas de localização da cidade; ii) ao acaso, às intempéries naturais, aos casos fortuitos ou de força maior que ele atribui à natureza e à *fortuna*; iii) as ações humanas.

Maquiavel emprega o termo *necessità* para designar constringências que se originam de diferentes fontes. Podem ser constringências naturais como as características físicas do local que se oferecem no momento da fundação, ou também catástrofes naturais como fomes, pestes, inundações. Necessidade pode ser entendida também como constringências atribuídas a agentes que escapam ao controle da vontade humana, como a fortuna, os céus e a natureza. Finalmente, necessidade pode ainda referir-se ao conjunto de constringências produzidas pelos próprios homens, as quais incluem desde as pressões históricas, econômicas e políticas que motivam os povos a construir novas cidades ou a promover guerras e conquistas, como também as leis e certos desejos e *umori* (AMES, 2017, p. 33-34).

Nada, portanto, do que existe, escapa de relacionar-se com o conceito de necessidade em Maquiavel. Nem as questões físicas (geografia, natureza), nem as questões relacionadas aos acontecimentos fortuitos ou de força maior (*fortuna*) nem o homem (ações humanas). Essa forma de pensar está de acordo com a abordagem história concretista que Maquiavel expressa. É nesse sentido que a o conhecimento da história é tão valorizado por ele, sendo seu o desconhecimento, e pior ainda, o desconhecimento de sua utilidade, responsável por crises²⁴⁴.

Em um pensador tão atento às necessidades, as leis consideradas como produtos da realidade, são originárias da concretude, das incertezas e da diversidade do momento em que são produzidas. Não há conteúdo substancial prévio nelas que se encontra implícito. Os acontecimentos no corpo político precedem as leis que deles decorrem. O ponto de partida, portanto, é a necessidade e a partir dela as leis são criadas.

As leis da vida política não podem ser descobertas por uma análise que leve em conta as palavras e crenças dos homens em seus valores nominais. Expressões, declarações elevadas,

²⁴⁴“Ignorar a história e, pior ainda, a sua utilidade, o seu âmbito pedagógico, explica em parte importante a situação de crise da qual é testemunha, e a que exige uma solução. Florença, Roma, Atenas, Esparta, Veneza e Itália são apenas faces do mesmo prisma” (BARBUTO, 1998, p. 1).

constituições, leis, teorias - tudo deve estar relacionado com todo o complexo de fatos sociais, a fim de compreender seus reais significados históricos e políticos. Se quisermos prever o comportamento dos atores políticos, não devemos escutar as palavras que eles falam para examinar as necessidades que eles enfrentam. Nós descobriremos que eles normalmente ajustam suas palavras as suas ações ao invés do contrário (FEMIA, 2004, p. 8-9).

A lei em Maquiavel é fruto da necessidade e não da contingência²⁴⁵. As leis são utilizadas como forma de legitimar ações que são praticadas por necessidade. Mas qual necessidade é essa? Maquiavel aborda a desunião entre a plebe e os nobres em Roma quando os Tarquínios foram depostos, os nobres se uniram ao povo - com medo de que o povo se unisse aos Tarquínios e fizesse com que esses voltassem ao poder. Os Tarquínios morreram, e com isso a aliança entre nobres e plebe ruiu. Os grandes voltaram a ser insolentes com a plebe. Nesse sentido, seria necessário recriar o efeito que os Tarquínios causaram. A lei seria capaz disso. Assim, a lei surge como uma necessidade: através das leis seria possível recriar de modo artificial uma espécie de perigo que ameaçasse os nobres e equilibrasse a relação com a plebe. Esse perigo chamava-se Tribunos da plebe²⁴⁶ – criados através de uma lei para a

²⁴⁵ “contra a ideia de uma contingência como alternativa indeterminada, completamente desconexa de qualquer casualidade, Maquiavel afirma uma concepção bem diversa da realidade histórica, propriamente através da elaboração do tema da fortuna. Uma estrutura, na qual a alternativa entre duas possíveis soluções é sempre determinada em concurso com a *virtù*, ou melhor da *virtù* em campo, da potência determinada que, a elas retorna, concorrendo para determinar o desenvolvimento dos eventos. Essas potências estão sempre relacionadas pelas suas necessidades e causalidades” (Del Lucchese, 2004a, p. 27).

²⁴⁶ O *Digesto* de Justiniano traz disposições sobre a criação dos tribunos da plebe: “Naqueles tempos em que a plebe promoveu a secessão dos patrícios, aproximadamente no décimo sétimo ano depois da expulsão dos reis, elegeu ela para si os tribunos no Monte Sacro para que fossem magistrados plebeus. Eram chamados tribunos porque outrora o povo era dividido em três partes e eram eleitos individualmente, um de cada uma delas; ou porque eram eleitos pelo sufrágio das tribos” (JUSTINIANO, D.1.2.2.20- 2012, p. 34). E continua: “e igualmente, para que houvesse quem estivesse à frente dos edifícios nos quais a plebe depositava todas as suas deliberações, constituíram dois homens da plebe, que também foram chamados edis” (JUSTINIANO, D.1.2.2.21- 2012, p. 34-35). Ainda sobre os tribunos da plebe: “eram originalmente um instrumento de combate da plebe contra o patriciado. Mas logo mais, salvo em breves e esporádicos surtos, a sua combatividade dilui-se. Em primeiro lugar [...] em função da habilidade dos nobres em dividi-los e em enxertar o seu colegiado com partidários próprios. Depois, porque essa nobreza acabou por anexar pura e simplesmente aquela função extraordinária: a maioria dos tribunos da plebe passou a ser de origem aristocrática, e ao final da República, o tribunato havia perdido toda a sua originalidade, pois foi integrado ao *cursus honorum* (carreiras honoríficas). Chega-se ao posto de tribuno da mesma forma como se chega à edilidade ou à pretura. Passará a ser uma fase obrigatória para o acesso às magistraturas superiores. De qualquer maneira, permanecemos apenas céticos em relação à eficácia dos tribunos da plebe e ao papel que desempenharam no hipotético esboço da ‘democracia’ romana. Pois é fato notório que os tribunos que se arriscaram a propor leis que tendiam a quebrar, ou pelo menos a diminuir os privilégios da aristocracia (lembrem-se os

segurança da plebe, objetivando afastar a insolência dos nobres (*Discursos*, I, 3).

Comentando a passagem acima dos *Discursos*, Thomas Berns, faz referência ao estudo da relação entre lei e necessidade em Maquiavel. Afirma que a lei é necessária na medida em que tem como função ordenar o desejo, ser um freio à ambição da nobreza. É um contraponto à desordem do desejo. A lei é uma necessidade para Maquiavel, assim como a fome e a pobreza, sem a qual os homens não fazem o bem. A lei é uma maneira não acidental, quando comparada à natureza, de se criar a necessidade (cf. BERNES, 2000, p. 94).

No que se refere à estrutura da lei em Maquiavel, ela pode ser legítima mesmo através de um processo em que não se permita a participação popular e isso pode ser compatível com a liberdade. Isso ocorre quando “o príncipe ou monarca governarem pelo estabelecimento de leis que têm em vista o bem comum há perfeita conveniência entre *libertà* e esta forma de governo (AMES, 2017, p. 40)”, Assim, a lei, nos principados não é resultante de uma equação democrática, ao invés disso pode ser criada por uma única pessoa, o príncipe, Nesse sentido, Toscano comenta que no *O príncipe* e a lei pode ser instituída por uma pessoa:

as leis e os ordenamentos introduzidos por ele não estão submetidos ao escrutínio dos cidadãos, nem podem estar aceitos ou refutados por eles [...] A lei [...] em Maquiavel é uma criação do príncipe, que confere a ela, pessoalmente, a força coerciva necessária à sua eficácia (TOSCANO, 1981, p. 93).

Isso poderia parecer arbitrário, mas como lembra Ames, mais arbitrário seria se o Príncipe não fosse regulado por qualquer lei, situação na qual imperaria apenas a força: “o principado é compreendido como um ordenamento regulado por normas universais – *leggi et ordini*. A dependência do puro arbítrio pessoal do príncipe faria depender a conservação do principado unicamente da força” (AMES, 2017, p. 68). Ressalta-se que o termo principado não deve ser

Gracos), pereceram ou foram ameaçados de morte [...] Desde o século III a. C., o seu mecanismo emperrou. Nos períodos de crise o Senado, órgão político dos privilegiados, instaurava um estágio de emergência, suspendendo a sua aplicação. E essa prática passou a ser cada vez mais frequente [...] sofreu no século I a. C., o contragolpe do seu declínio, ao mesmo tempo em que as reformas das jurisdições penais (*quaestiones*, com seu júri) subtraiu-lhe grande parte do seu interesse” (ROULAND, 1997, p. 399).

compreendido como tirania que é a forma corrompida do principado, na qual impera o puro arbítrio da força.

Nota-se, pois, que a antítese entre *libertà* e monarquia e principado não é tão nítida quanto a oposição entre *libertà* e tirania. Enquanto no último caso não resta a mínima chance para conjecturar sobre a compatibilidade com o *vivero libero*, no primeiro não parece haver uma incompatibilidade intrínseca. Na medida em que o príncipe ou monarca governam pelo estabelecimento de leis que tem em vista o bem comum, há perfeita convivência entre *libertà* e esta forma de governo (AMES, 2017, p. 40).

No entanto, nos principados não há o *vivere libero*, que é possível somente nas repúblicas: “muito embora os principados também se governem pela lei, somente sob a república é possível um *vivere libero*, isto é, a participação do povo na vida política” (AMES, 2017, p. 68). Dessa forma, nos ensina Ames:

o exercício de funções públicas sob um principado não faz dele um *vivere libero*, pois as funções exercidas não decorrem da estrutura mesma da forma de governo e sim da *necessidade* na qual se encontra o príncipe de conservar o poder. É, pois, resultado de uma estratégia de governo e não de uma estrutura institucional inerente ao modo de governo. O exercício das atividades públicas não altera a condição de *súdito*, de subordinação à autoridade do príncipe; diferente é a situação sob uma república, na qual os membros da coletividade são iguais entre iguais e não subordinados a alguém, e sim à lei (AMES, 2017, p. 68).

Nesse sentido, é possível afirmar que nos principados há o *vivere civile*, devido a existências das leis, e que essas leis podem garantir a liberdade na cidade, desde que visem o bem comum. De qualquer forma, o *vivere civile* (que existe nos principados) exige a obediência à lei “em um *vivere civile*, ainda mais em uma república, não há exceções à lei, ou privilégios podem ser tolerados” (VIROLI, 1990, p. 153). Esclarece Viroli que nas repúblicas não basta o *vivere civile*, há a necessidade do *vivere civile libero*, que exige além de leis formais, que essas leis sejam materialmente voltadas para o interesse da coletividade: “na intenção de se preservar um verdadeiro *vivere libero* não é suficiente um ordenamento de leis em sentido formal. O conteúdo das leis e instituições deve incorporar interesses comuns da cidade e não interesses das facções” (VIROLI, 1990, p. 153).

Compreendemos que o príncipe tem o compromisso de manter o poder na cidade, com a finalidade de preservar o próprio corpo político. Assim, somente visando tais finalidades poderá o príncipe violar a lei. Ou seja, não pode o príncipe violar a lei por motivos egoísticos, por interesses particulares²⁴⁷, visando finalidade própria, a manutenção do poder pelo poder. Não pode fazê-lo com objetivo de destruir o ordenamento político e assim, colocar em risco a vida, a integridade física, e liberdade e a segurança daqueles que estão sob sua autoridade. A conservação do poder deve se dar sempre em função. O poder não é um fim em si mesmo, ao contrário disso, é um instrumento que possui como função manter o corpo político protegido de interferências.

Ressalta-se, ainda, que Príncipe, ou governante e lei são conceitos distintos em Maquiavel. Embora a autoridade do governante seja grande, ela não se confunde em última instância com a autoridade da lei. Há autonomia entre elas. Isso é lembrado por Roth-Isigkeit *et al*,: “O Príncipe não é a lei. Ele não altera a lei violando-a”. Concordamos em absoluto com Roth-Isigkeit *et al*, quando afirmam que a lei, é portanto, “um conceito autônomo com uma normatividade independente [...] A normatividade da lei não está disponível para o Príncipe. Ele não pode usá-la como deseja” (2017, p. 12).

Assim, o fato de alguém violar a lei, mesmo que esse alguém seja o Príncipe, não torna legal o que é ilegal. A lei continua a existir e sua violação também. A violação da lei pelo Príncipe não revoga ou desautoriza ou diminui a importância da lei, que continua com suas características de imperatividade, coercibilidade e vigência. A ação violadora da lei pelo Príncipe continua sendo contrária à lei, continua sendo ilegal. E agir contra a lei para Maquiavel, não é a melhor opção, principalmente para o governante. Agir contra a lei, é medida extraordinária em Maquiavel, que como se analisou anteriormente, os *Discursos* (Discursos, I, 34) dispõem que deve estar prevista em meios ordinários.

²⁴⁷ em sentido contrário o entendimento de Toscano: “o governo poderia ser usado para a sua vantagem privada. César Borgia provavelmente agiu com este intento, mesmo que Maquiavel, idealisticamente, o apresente sob uma consideração diferente. Se ninguém está em condições de opor-se à força de um príncipe, ninguém poderá seriamente estar certo de que ele não perseguirá o próprio e exclusivo interesse” (TOSCANO, 1981, p. 96).

Dessa forma, ação violadora da lei é balizada pela necessidade: manutenção do poder para manter a liberdade do próprio corpo política, que significa a liberdade de quem a habita (grandes e povo). Nesse sentido, a cidade precisa para sua manutenção de amparo jurídico. Barbutto (2007) nos esclarece que o sistema jurídico é importante e que se deve partir dos objetivos de Maquiavel, porque não há nação, não há pátria, não há cidade, sem um aparato jurídico que o estruture e o sustente, sendo que as medidas de violação desse aparato são extraordinárias e devem ser utilizadas somente quando atentarem contra o próprio corpo político.

Há ainda que se ressaltar que a utilização da força extraordinária pelo príncipe, aquela que viola as leis, somente pode se dar por necessidade, que é determinada pelo espaço de agir. O desrespeito, violação ou revogação de uma lei, somente pode-se dar pelos mesmos motivos de sua criação, a saber, pela necessidade²⁴⁸. Nesse sentido, ao mesmo tempo em que a necessidade fundamenta a criação das leis, ela também funciona como um critério para sua violação, como justificção para sua inobservância: “Daí ser necessário a um príncipe, se quiser manter-se, aprender a poder não ser bom e valer-se ou não disto segundo a necessidade” (*Príncipe*, XV).

Sustenta-se que o conceito de necessidade, é, portanto, central para se compreender a lei no pensamento de Maquiavel. Nesse sentido, a interpretação de que a lei seria um tema sem qualquer valor em Maquiavel somente se sustenta se desassociado da ideia de necessidade. A tradição filosófica interpretava que, em Maquiavel, sempre que a realidade sofresse qualquer modificação, já se teria uma necessidade e a partir disso a lei poderia ser desrespeitada. Dessa forma, a análise do que compreende o conceito necessidade em Maquiavel (no que se refere à necessidade de alteração da lei) precisa ser revisitada e reavaliada.

No entanto, embora existam interpretações no sentido de que a lei não teria importância para Maquiavel, que afirmam que o príncipe não é limitado pela lei – com o que não concordamos, faz com que levantemos a questão da violação da lei. Não há dúvidas que Maquiavel recomenda a obediência à lei

²⁴⁸ “A necessidade de conservar o Estado libera o príncipe de qualquer limite constitucional ou moral” (TOSCANO, 1981, p. 98).

em situações ordinárias. O que é relevante e importante delimitarmos é justamente como o corpo político deve reagir no momento em que pode se dar o rompimento ou violação da lei. Esses momentos, portanto, são provocados por ocasiões extraordinárias – visto que ordinariamente, a lei prevalece. Nessas circunstâncias extraordinárias, como deve o corpo político reagir?

A questão poderia ser resumida no seguinte horizonte: para Maquiavel, o sistema político pode violar a lei sem quaisquer limitações jurídicas em situações extraordinárias? Maquiavel autoriza o político a agir, sem qualquer subordinação a previsões jurídicas? O que subordina o quê? O político subordina o jurídico, ou o jurídico subordina o político? Em outros termos, a violação da lei pode estar subordinada apenas à política, ou deve também estar subordinado à lógica jurídica? Defendemos que mesmo nos momentos extraordinários, a ação política está limitada pelo jurídico. Isso para o bom funcionamento da própria política. Compreendemos que para Maquiavel, até mesmo as situações extraordinárias devem ser resolvidas por quem estiver ordinariamente, de maneira prévia e antecedente, investido nessas funções pelo ordenamento jurídico.

A ação daqueles que agem em circunstâncias extraordinárias deve estar prevista por meio ordinário. O meio que ordena, preceitua, dispõe, prevê, é o meio do ordenamento jurídico - aquele que estabelece quem tem o condão de decidir, que ordena como e quem terá a atribuição, a investidura de agir em determinados momentos. Mas quem tem a autoridade para prever quem terá os meios jurídicos a disposição para agir? A resposta poderia ser: o meio político. E nesse sentido, a afirmação de que o político estaria subordinado ao jurídico se esvai. E aqui, precisamente nesse ponto, precisamos entrar na questão de quem dá autoridade à autoridade?

Partindo do exemplo utilizado por Maquiavel, contido nos *Discursos* I, 34, sobre Veneza – república que entre as modernas é excelente, em suas próprias palavras – atrela a excelência de Veneza ao fato de que a cidade prevê ordinariamente o modo extraordinário de agir em situações emergenciais. Partindo desse caso concreto veneziano, podemos registrar que quando Maquiavel elogia a previsão ordinária dos meios extraordinários de agir, entendemos que essa previsão deve se dar pelo meio jurídico, tendo em

vista que o estabelecimento de regras e normas procedimentais, enquanto linguagem do poder - que envolve um poder normativo - exige o aparato jurídico.

Assim, no caso concreto veneziano descrito nos *Discursos* I, 34, Maquiavel afirma que “a poucos cidadãos” a república de Veneza “reserva a autoridade” para “deliberar em acordo, sem maior consulta”, “nas necessidades urgentes”. A autoridade para os cidadãos é dada pela própria república. Até aqui, Maquiavel não nos esclarece, nesse item, se essa autoridade é política ou jurídica. Entretanto, conclui o pensador florentino na sequência imediata, em pouquíssimas linhas depois, de que “nunca será perfeita a república que com leis próprias não tenha provido a tudo” (*Discursos*, I, 34).

A autoridade que dá legitimidade decisória ao grupo de cidadãos venezianos está prevista em lei. A república de Veneza dá autoridade a um grupo de cidadãos, para deliberarem sobre a aplicação dos meios extraordinários em circunstâncias emergenciais, por meio de lei. A autoridade desse grupo possui seu fundamento na lei. Ou seja, os meios extraordinários de decisão são balizados pela lei, que dá autoridade ordinária para aqueles cidadãos que entende legitimados para decidir sobre aplicação deles. Em nosso entendimento esse é o exemplo emblemático de subordinação do político ao jurídico em Maquiavel. O conselho de cidadãos venezianos, que têm autoridade para agir em situações emergenciais, tem essa autoridade retirada da lei que o institui. O fundamento é o legal. Aqui está claro que é a lei que dá autoridade para o Conselho agir.

Embora não se possa afirmar a partir dos elementos trazidos por Maquiavel sobre a natureza política ou jurídica desse conselho veneziano, até mesmo porque, como vimos, não havia essa separação, visto que a política e o Direito atrelavam-se a uma mesma linguagem, a do poder. Nesse sentido, conforme analisamos no primeiro capítulo, as repúblicas ao tempo de Maquiavel, possuíam leis que estabeleciam os quóruns necessários e as formas de ascensão e ocupação dos cargos, o tempo de permanência e as limitações do poder daqueles que os ocupavam. A lei, portanto, reservava a autoridade a um grupo de cidadãos para decidir em casos emergenciais. Assim, não se pode duvidar da forma normativa que o Conselho veneziano

possuía. Há uma ordenação sobre isso, sobre a aplicação dos meios extraordinários – previstos ordinariamente. Nesse sentido, um grupo de cidadãos venezianos tinha “a reserva” de “autoridade”, prevista ordinariamente e essa previsão somente poderia se dar por meio de lei, em sentido amplo.

4.4. A lei como artificialidade para tornar os homens bons

Maquiavel afirma que “quem estabelece uma república e ordena suas leis precisa pressupor que todos os homens são maus e que usarão a malignidade de seu ânimo sempre que para isso tiverem ocasião” (*Discursos*, I, 3). Sobre essa passagem dos *Discursos*, comenta Bignotto: “Abordando diretamente a questão antropológica, devemos observar que nosso autor não diz que os homens são maus, mas sim que o legislador deve supor que eles o sejam” (2008, p. 92).

No *O Príncipe* Maquiavel traz afirmações sobre uma eventual descrença na bondade humana. No Capítulo III, afirma: “os homens gostam de mudar de senhor, se acreditam que, com isso, irão melhorar. Essa crença os faz tomar armas contra o senhor atual” (*Príncipe*, III). No capítulo XVII, complementa que sobre os homens pode-se afirmar “que são ingratos, volúveis, simulados e dissimulados, fogem dos perigos, são ávidos de ganhar e, enquanto lhes fizeres bem, pertencem inteiramente a ti, te oferecem o sangue [...] mas, quando precisas deles, revoltam-se” (*Príncipe*, XVII). Nesse sentido, é possível afirmar que para Maquiavel a natureza humana é maldosa? Seria a natureza humana algo estável? Podemos afirmar que há uma dupla interpretação.

Por um lado, há os que interpretam que em Maquiavel a natureza humana é invariável. Nesse sentido, Roth-isigkeit *et al*, afirmam que “Maquiavel opera com a suposição antropológica de que a natureza humana não muda no curso da história”, sendo que “para Maquiavel a natureza humana é uma busca constante do interesse próprio, que não é alterado pelas condições em que o homem vive” (2017, p. 5). Para corroborar com tal afirmação, Roth-isigkeit *et al*, citam os *Discursos*: “quem considera as coisas presentes e antigas verá

facilmente que são sempre os mesmos desejos e os humores em todas as cidades e em todos os povos, e que eles sempre existiram” (*Discursos*, I, 39).

Em contrapartida, Bignotto, embora concorde que em Maquiavel os desejos e qualidades da natureza humana são negativos, afirma que Maquiavel é o pensador das coisas variáveis: “Maquiavel insiste na variabilidade das coisas humanas, que não encontram nunca o repouso[...]. Por isso, para falarmos de natureza humana em Maquiavel devemos atentar para a extrema variabilidade de suas formas” (BIGNOTTO, 2008, p.97). Corroborando com o entendimento de Bignotto, acrescentamos que seria possível citar uma passagem também contida nos *Discursos*: “mas como todas as coisas humanas estão em movimento e não podem ficar paradas é preciso que estejam subindo ou descendo; e a muitas coisas a que a razão não nos induz somos induzidos pela necessidade” (I, 6).

Interpretações diversas sobre como Maquiavel compreende a natureza humana, nos demonstram a riqueza de sentidos que o tema comporta. Estaria o conceito de natureza humana – que certamente é um conceito complexo para ser defendido em Maquiavel - sujeito às circunstâncias temporais e à variabilidade? Segundo Bignotto, a resposta é positiva e nesse movimento, não há nada que garanta que o homem deixará de apresentar sentimentos como inveja, vingança, desejos, ódio, medo, etc. Assim, as considerações sobre o tema da natureza humana, mesmo aquelas mais sábias, são sempre insuficientes (cf. BIGNOTTO, 2008, p. 96-97).

De qualquer forma, não se pretende aqui aprofundar o debate sobre o tema, mas tão somente anunciá-lo, visto que esse não é objetivo principal desse trabalho. Entretanto, o tema da natureza humana toca a questão da lei, na medida em que Maquiavel afirma: “quem estabelece uma república e ordena suas leis precisa pressupor que todos os homens são maus [rei] e que usarão a malignidade de seu ânimo sempre que para tanto tiverem ocasião” (*Discursos*, I, 3). Afirma ainda “que a natureza dos homens é ambiciosa e suspeitosa e não sabe impor limites à fortuna” (*Discursos*, I, 29). E ainda: “os homens não sabem ser nem de todo malvados nem de todo bons” (*Discursos*, I, 30).

A forma de superar essa malignidade de ânimo humano e possibilitar a convivência em sociedade está na lei, que é um artifício utilizado para tornar os homens aptos à convivência civil, ou seja, é um instrumento, nas palavras de Maquiavel, capaz de tornar os homens bons, através das necessidades que impõe: “os homens nunca fazem bem algum a não ser por necessidade [...] Por isso que se diz que a fome e a pobreza tornam os homens industriais, e que as leis os tornam bons” (*Discursos*, I, 3). Comentando essa passagem, Viroli afirma que Maquiavel “também enfatizou o valor das leis civis como um guia para as ações humanas” (2011, p.1).

Sobre o uso da lei como um mecanismo artificial para tornar os homens bons, Bignotto questiona: “ora, se a maldade dos homens é um dado universal da condição humana, como podemos esperar que as leis, produto do espírito de seres defeituosos, possam corrigir os defeitos da natureza, a ponto de fazer do mal o bem?” (1991, p. 83). O próprio Bignotto responde que em Maquiavel “as leis ocupam o lugar que os Tarquínios ocupavam enquanto vivos: o lugar do medo original da morte que faz com que os homens desejem algo além de seus interesses pessoais” (1991, p. 84). Seria justamente por ultrapassarem seus interesses pessoais que a lei se torna um instrumento possível à humanidade, porque “a novidade” que Maquiavel nos traz, “não é a afirmação da maldade dos homens, mas a de que essa maldade não impede a criação de instituições boas” (1991, p. 86).

Bignotto, afirma que “a existência de leis não é garantia da vitória do bem comum sobre os interesses individuais que caracteriza as grandes repúblicas. Florença tivera nos Medicis seus Tarquínios, mas fora incapaz de encontrar seu Brutus” (1991, p. 84). Parece-nos que a questão central está na forma como essa lei é constituída. Roma, ao contrário de Florença, tinha suas leis constituídas a partir da desunião da plebe e do senado. As leis romanas não eram constituídas sob uma aparência republicana, como era a Florença do período que antecedeu Maquiavel e naquele que lhe foi contemporâneo, precisamente entre os anos 1434-1494. Nesse período a cidade foi dominada pelos Medici, em uma república apenas aparente, na qual o bem comum já não era um objetivo.

É importante se pensar, de que lei Maquiavel trata. Como é a forma de constituição dessa lei. A força da república romana estava justamente em sua capacidade de superar as dificuldades de sua constituição e na *virtù* de seu povo de saber bem ordenar-se, de modo que se pudesse verdadeiramente existir um *vivere libero*, regulamentado por leis que efetivamente visassem o bem comum. Isso porque, são as próprias leis originadas dos conflitos e também responsáveis por sua regulamentação: “as leis que visam regular os conflitos, longe de se contentarem em aprisionar a irracionalidade dos desejos humanos [...] criam o espaço no qual eles adquirem uma nova forma de racionalidade” (BIGNOTTO, 1991, p. 87).

Isso porque, quando Maquiavel usa seus termos como lei e conflitos, faz em um sentido próprio. O exemplo de lei é aquela que resulta da desunião entre plebe e senado. Bignotto nos alerta sobre isso, porque “das duas forças principais que dividem a cidade”, que “não podemos dizer que elas sejam o inverso simétrico uma da outra”, tendo em vista que “o povo não visando a mesma coisa que os grandes, não pode ser compreendido pela imagem do inimigo” (1991, p. 86). Com o conceito de conflito ocorre o mesmo. Não é qualquer tipo de conflito capaz de gerar uma república grande e forte como Roma, “porque a ideia de conflito não deve ser entendida como uma espécie de lei matemática, que opera sempre do mesmo jeito” (BIGNOTTO, 1991, p. 87). O exemplo disso, Bignotto nos recorda de que “Maquiavel não deixava de observar que a desunião do tipo feudal era capaz de fazer surgir um povo livre, mas não uma república potente” (1991, p. 87).

Assim, nem todos os conflitos e desuniões na cidade geram o mesmo efeito. Nem todos são positivos, muitos são aqueles que podem gerar facções que podem suprimir a liberdade e em tudo serem prejudiciais para os objetivos republicanos. Em contrapartida, há outros conflitos que podem gerar liberdade, mas não uma república grande e forte como Roma. Nesse caso, o exemplo citado por Bignotto está na Suíça²⁴⁹, onde os conflitos geraram república livre, mas pequena e vulnerável (cf. BIGNOTTO, 1991, p. 87). E há aquelas conflitos

²⁴⁹ “na Suíça, os conflitos também originaram liberdade, mas, pela situação especial desse país e pela história desse povo, fizeram das pequenas repúblicas um conjunto vulnerável aos ataques das grandes potências” (BIGNOTTO, 1991, p. 87).

capazes de gerarem livres e repúblicas grandes e fortes, como no caso dos conflitos ocorridos em Roma.

Nesse sentido, Maquiavel pressupõe que o aspecto negativo da natureza humana deve ser uma premissa da qual parte aquele que estabelece as leis em uma república. Isso para que o egoísmo não impeça a vida republicana, que invariavelmente exige que o interesse privado seja balizado pelo interesse coletivo, pela utilidade pública e pelo bem comum, porque a lei teria o condão segundo Maquiavel, de “tornar os homens bons” (*Discursos*, I, 3) - bondade cívica e não moral - que não altera a natureza humana, mas é capaz de alterar o comportamento humano, por necessidade.

A submissão dos interesses privados àqueles públicos pode ser vista, por pelo menos dois ângulos diferentes em Maquiavel. O primeiro é esse mencionado acima, do modo de vida republicano, em que o interesse privado é balizado pelo público. A outro é aquele em que os particulares “utilizam as vias privadas” para enfraquecer as vias públicas. As vias privadas conceitua Maquiavel “consistem em fazer benefícios a este e àquele, emprestar-lhe dinheiro, casar suas filhas, defendê-los dos magistrados, prestando favores privados semelhantes que fazem partidários” (*Discursos*, III, 28). Esses partidários criam divisões “e estimulam os que são assim favorecidos a corromper o público e enfraquecer as leis” (*Discursos*, III, 28).

As leis são, portanto, fortalecedoras do interesse público, porque são as “leis que transformam a violência privada em justiça pública” (BIGNOTTO, 1991, p. 97), sendo que o problema da utilização dos favores privados estaria no enfraquecimento das leis. Esses favores substituiriam os favores públicos, o que não estaria de acordo com uma república bem ordenada, visto que “a república bem ordenada deve, portanto, abrir caminhos, como disse, a quem busca favores por vias públicas e fechá-los a quem os busca por vias privadas, como fez Roma” (*Discursos*, III, 28). Há um grande perigo no fortalecimento dos favores privados para as repúblicas que se fundamentam nas leis e nas ações públicas. Isso porque quando os favores privados angariam partidários, esses se tornam defensores daqueles que os beneficiaram, violando leis, redundando na corrupção da cidade.

Dessa forma, nos parece cabível afirmar que a interpretação possível que poderia fazer conjugar esses entendimentos aparentemente paradoxais é a de que para Maquiavel, embora a natureza humana seja imutável ela é afetada pelas circunstâncias que induzem a modificação do comportamento humano, mas não de sua natureza. Isso se daria, porque de um lado pode-se afirmar que os desejos e os humores são sempre os mesmos - independentemente do tempo e circunstâncias sob as quais os homens estejam submetidos e que eles são negativos, no sentido de que tendem ao egoísmo e a mesquinhez. Por outro lado, há circunstâncias que afetam os homens (circunstâncias variáveis no tempo, na história) que atingem a humanidade de maneira diversa e essas, embora não tenham o condão de afetar a natureza humana, modificando-a, possuem o poder de alterar a forma como a humanidade se comporta ao longo do tempo.

Assim, essa alteração comportamental, e não da natureza humana, se daria por necessidade e não de maneira espontânea. O que se sabe com certeza é que para Maquiavel o homem estaria sempre pronto para não agir de acordo com o bem comum, e sim de acordo com seus interesses individuais, em benefício próprio. Tende o homem, assim, no pensamento de Maquiavel, a desobedecer as leis que visam o bem da coletividade, buscando seus interesses particulares em detrimento do coletivo: “Maquiavel constata nos homens um contínuo estado de egoísmo; eles conservam o seu individualismo mesmo quando as relações sociais, as vantagens da cooperação recíproca, exigiriam a eliminação do interesse privado” (TOSCANO, 1981, p. 60). A lei é um instrumento de autopreservação. Isso porque é capaz de fazer com que a humanidade, premida da necessidade da convivência coletiva, consiga através dela estabelecer preceitos obrigatórios, sob pena de coerção:

A sua conservação impõe limitar a abundância social e recolocar constantemente as necessidades que em primeiro lugar favorecem o nascimento do Estado. Esta tarefa Maquiavel a confia às leis, que devem substituir as necessidades naturais, enfraquecidas pela convivência. Para evitar o ócio pernicioso provocado pela prosperidade social, é necessário que esta última ‘seja contida por esta necessidade’;²⁵⁰ com leis apropriadas não somente se evita aquele ócio letal, mas se criam “homens excelentes”, como

²⁵⁰ *Discursos* I, 1.

aqueles do 'reino dos egípcios, que, apesar de viverem em terra ameníssima, foi tal a força dessa necessidade ordenada pelas leis, que geraram homens excelentes' (TOSCANO, 1981, p. 64).

Considerando que os homens teriam passado a viver coletivamente devido às necessidades naturais, necessidades que não são explicadas por Maquiavel, é na vida social que os homens encontram a satisfação dessas necessidades. Quando elas são satisfeitas e desaparecem, desapareceria também a necessidade de união dos homens. A lei, então, viria como uma espécie de substituta das necessidades naturais a fim de cumprir com a função de manter as pessoas unidas, criando novas necessidades, mantendo a coesão social. Nesse sentido, a lei pode ser considerada como uma criadora de necessidades artificiais a fim de manter nos homens a possibilidade de se direcionarem de acordo com o bem da coletividade e não de seguindo seus interesses particulares, egoístas.

Opera, portanto a lei, com a possibilidade da aplicação da sanção e assim o faz desde o início do Direito (como vimos, a partir da religião). O elemento sancionador da lei traz consigo também o medo da punição, na “lógica do consentimento amparado pela força [...] e é a combinação desses elementos que compõem o conceito de obrigação legal em Maquiavel” (ROTH-ISIGKEIT *et al*, 2017, p. 9). Na verdade, a associação entre Direito e força não está presente apenas em Maquiavel, mas sim em toda a concepção de Direito, desde muito antes do Direito romano. A capacidade de fazer cumprir as regras é inerente ao próprio Direito, que sem essa possibilidade não se tornaria impositivo e obrigatório, mas meramente opcional e discricionário. O viés coercitivo do Direito foi abordado no primeiro capítulo desse trabalho.

Entretanto, é evidente que em Maquiavel não se pode reduzir o cumprimento da lei ao medo da punição, pois a lei apresenta a necessidade do liame subjetivo para ser observada voluntariamente e o cumprimento voluntário da lei não pode ser explicado apenas pelo fundamento do medo. Defendem Roth-Isigkeit *et al*, que o medo também pode ser um método de governo em Maquiavel e para ele, “certamente o medo também está envolvido nas leis”, entretanto reconhece sobre as leis que “as pessoas têm que internalizar o conteúdo e percebê-lo como justo para que esses instrumentos sejam eficazes”

(2017, p. 8). Nesse sentido, “a normatividade baseia-se em dois pilares diferentes, na força e na internalização do conteúdo normativo” (ROTH-*ISIGKEIT et al*, 2017, p. 11).

4.5 Da obediência à lei

Quando se questiona quem deve obediência à lei, se evidencia o equívoco interpretativo da tradição crítica anti-Maquiavel (que abordaremos brevemente) que afirma que para Maquiavel a lei poderia ser violada a qualquer momento; que não teria qualquer valor; que Maquiavel não se preocupa com sua observância e que por esses motivos seria um tema secundário em seu projeto político.

Falar das leis, delinear a importância delas na estrutura do Estado maquiaveliano pareceria à primeira vista se não impossível, ao menos arbitrário, dado a vasta tradição crítica que quase sempre encontrou na obra de Maquiavel aquela que é comumente considerada a sua característica mais aguda, ou seja, a voluntária transgressão de toda lei e de toda moral, que regulam a sociedade dos homens (TOSCANO, 1981, p. 94).

Mas se o próprio Maquiavel desmente a tese de que a lei não tem importância, e que pode ser descumprida, qual é a raiz da tradição que o associou ao desprezo da lei? A resposta pode estar no antimachiavelismo que se difundiu de maneira ampla, deturpando o pensamento e a imagem de Maquiavel, que passaremos a analisar com a ajuda de Panella.

Na obra *Gli Atimachiavellicci*, Antonio Panella realiza um apanhado histórico sobre como, através dos séculos, muitos foram os estudiosos críticos ao pensamento de Maquiavel. Em uma carta escrita por Giovambattista Busini ao historiador Benedetto Varchi, informa que em Veneza, no ano de 1549, “o maior centro editorial italiano” daquele período, “vetou-se e proibiu-se a venda de todas as obras do nosso Maquiavel e querem excomungar quem as tiver em casa” (VIVANTI, 2016, p. XII). Ainda no *cinquecento* Tommaso Bozio da Gubbio, “abriu o caminho que depois foi percorrido por outros” (PANELLA, 1943, p. 64). Bozio lançou três de seus livros quase que contemporaneamente no fim do *cinquecento* (1593) e dois deles foram dedicados à crítica à

Maquiavel, acusando-o de ser propagador de máximas que tendiam a fazer da fraude, dissimulação e da violência os fatores principais da política, considerando-o apologista do paganismo contra o cristianismo (cf. PANELLA, 1943, p. 64).

O século seguinte parece plagiar o que o antecedeu. No *seicento*, há um entrelaçamento de vozes que desdenham Maquiavel por todas as partes da Europa: Espanha; França; Itália; Inglaterra; Holanda; Alemanha. Um dos anti-Maquiavel mais raivosos desse século é Tommaso Campanella que na sua obra *Città del Sole* afirma que o indivíduo é pouco mais do que um número que apenas serve a sua comunidade – que não atua, que não pensa, que não aparece – e que é esse é o único e verdadeiro bem universal pensado por Maquiavel. Afirma que Maquiavel usurpou fama sem mérito, acusando-o de ser ignorante, pois desconheceria a cosmografia e acreditava que a todas as nações convinha o mesmo sistema de governo. A crítica a Maquiavel nesse século se fundamenta na tese de que não deve e não pode existir antinomia entre política, religião e moral (cf. PANELLA, 1943, p. 74/75; 78/79).

No *settecento*, a doutrina política de Maquiavel encontrou um novo e feroz inimigo: a filosofia iluminística, representada principalmente por Voltaire e Frederico II da Prússia. Esse último, por sua vez, afirmou que não concordava que Maquiavel fosse colocado no mesmo nível de outros homens grandes de seu tempo, porque ensinava a faltar com a palavra, a oprimir, a cometer injustiças. As condenações a Maquiavel do *settecento* não foram fundamentadas em uma ética religiosa, mas sim a pura razão, iniciando uma nova tradição crítica ao pensador (cf. PANELLA, 1943, p. 84/86; 94; 98).

Para além dos debates, no *settecento*, diante da ausência de argumentos próprios, muitos anti-Maquiavel se utilizavam dos argumentos de Voltaire e de Frederico da Prússia (de um Maquiavel que sujeita os Direitos da humanidade à razão do Estado; um inspirador da injustiça aos príncipes, um violador dos Direitos do povo²⁵¹, um homem sem princípios que não sabe

²⁵¹ Segundo Dal MATTER, in *Historie des doctines Morales et politiques des trois dernières siècles* (Paris et Genève, 1836, p. 451-452) é da divisão entre política e moral faz derivar a monstruosa figura do príncipe fundador de um estado pessoal sem justiça esquecendo-se dos Direitos do povo. Segundo FRANK, in *Réformateurs et publicistes de l'Europe* (Paris, 1864, p. 458) em Maquiavel, a premissa falsa da independência entre política e moral imputa a

separar o bem do mal, que formula uma teoria sistemática dos meios, sem retidão de vontade, que não aceita uma justiça absoluta). Essas acusações fizeram nascer tentativas de justificação sobre o pensamento de Maquiavel, dentre eles, os bem intencionados enciclopedistas Montesquieu e Rousseau que tentavam amenizar as críticas (cf. PANELLA, 1943, p. 84/86; 94; 98).

Segue Panella, em seu percurso histórico, indicando como Maquiavel foi atacado no decorrer dos séculos – e com isso, em nosso entendimento, associado à violação da lei e do Direito: “No *ottocento* se difunde a tese de Rousseau de que Maquiavel é democrático e republicano e que seu propósito não era o de ensinar os príncipes, mas de revelar ao povo a perversidade dos reis” (1943, p. 96). O século XIX, nos mostra um Maquiavel naturalista, fundador do método experimental, um Maquiavel hegeliano e até mesmo um Maquiavel positivista (cf. PANELLA, 1943, p. 96) Isso “é uma prova do renascimento de Maquiavel” ²⁵². Eis que “quando um século atribui a um homem de tempos distantes as suas próprias ideias, se pode estar certo de que a sorte desse homem está definitivamente assegurada nas considerações dos posteriores” (PANELLA, 1943, p. 96/97). Entretanto, não se pode acreditar que o velho debate entre política e moral desapareceria “se eleva o nível, mas ele permanece” (PANELLA, 1943, p. 97).

No que hoje se conhece por Itália, o *ottocento* traz consigo a questão da unificação nacional e Maquiavel “foi desafiado e criticado por partes opostas, pelos federalistas neoguelfos e pelos federalistas republicanos e por fim até

concessão a uma monarquia autoritária, privada de toda a ideia de liberdade, submetendo o indivíduo ao Estado. Ainda, segundo MANCINI in *Prelezioni, com un saggio sul Machiavelli* (Napoli, 1873, p. 453) Maquiavel propôs a independência do Estado sem preocupar-se com a bondade ou maldade dos meios afirmando que assim se tornou um precursor dos utilitaristas e caiu em um erro fundamental que estragou e corrompeu o sistema (PANELLA, 1943, p. 97/98. Notas de rodapé 46/48).

²⁵² Aqui, façamos uma breve observação sobre a adoção do pensamento de Maquiavel no decorrer dos séculos. Alessandro Arienzo lembra que “o Secretário é hoje interpretado tanto como um autor ‘fundador’ do conhecimento político moderno, pense nas conhecidas leituras de Benedetto Croce, Friderich Meinecke ou Leo Strauss, tanto como expressão de perspectivas alternativas ao ‘moderno’ e a sua soberania, como na exemplar posição de Althusser. Não nos surpreende, assim, que uma ampla parte dos debates filosóficos-políticos sobre o percurso da política democrática e sobre suas perspectivas, se desenvolva ainda hoje em torno e através de Maquiavel. Muitos dos temas que se tornaram hoje de primeiro plano no debate filosófico-político – o papel dos conflitos na vida política, aquele do reconhecimento, dos temas da guerra, do governo republicano, da *occasione à virtù* e aqueles do ‘realismo’ e da necessidade política, para citar apenas alguns – têm no florentino um lugar teórico indubitável” (ARIENZO, 2018, p. 16).

pelo unitário Mazzini [...] a exaltá-lo restaram apenas os neoghibelinos” (PANELLA, 1943, p. 104). Conforme Panella, os neoghibelinos o exaltavam porque a tese maquiaveliana de que o papado serviu como um obstáculo para a unidade da Itália foi utilizada por eles como uma propaganda eficaz anticlerical (cf. PANELLA, 1943, p. 104/105). Mesmo entre aqueles que discordavam dessa tese, como por exemplo, Vincenzo Gioberti, é possível encontrar elogios a Maquiavel: “sobre a inegável grandeza do secretário florentino considerado como mestre da sabedoria cível, nada a obstar, a não ser [...] a vulgar sentença que acusa o papa da nossa desunião” (PANELLA, 1943, p. 104/105).

Assim, o antimaquiavelismo²⁵³ de Gioberti é de caráter político, sendo a questão moral negligenciada, e talvez de maneira intencional. Considera Maquiavel e Dante como homens de pensamento e ação, porque foram inspirados pelos antigos, tendo vivido como eles, sobretudo Maquiavel - por toda a atividade que desenvolveu como escritor político. Cesare Balbo²⁵⁴ afirma que esse é o espírito que finaliza o *ottocento*, que nega a Maquiavel o status de pensador político, mas o exalta como escritor (cf. PANELLA, 1943, p. 104/105; 107; 110).

Frente a essas interpretações há outras mais conscientes, que deram um passo novo em direção a melhor compreensão de Maquiavel: aquelas que reconhecem o pensador “como um homem de seu século [...] como um produto natural de seu tempo. Começou com Rehberg no início do *ottocento* e seguiram seus passos o Ginguéné, l’Hoffmann, o Lerminier, o Macaulay, o Mohl, o Nourrison e outros ainda”²⁵⁵ (PANELLA, 1943, p. 99). Panella enxerga

²⁵³ “a morte, que no final costuma dar aos homens a justa fama e a paz, a Maquiavel, sobretudo trouxe guerra e infâmia. A desventura, depois de ter afogado tantos trechos de sua vida, se espalhou sobre suas cansadas cinzas como um incêndio. Mudada a cena, imutável a natureza dos homens, o Secretário florentino foi ‘apresentando como signo de erros, por ensinar e por ser desafortunado’. As páginas imortais publicadas com a licença e o condão de um papa, por outro papa foram condenadas e proibidas. O famigerado maquiavelismo, pai e filho do anti-maquiavelismo, nasceu, cresceu e foi batizado em território francês, por ódio de quem um dia dissera que os franceses não entendem de política” (RIDOLFI, 2003, p. 285).

²⁵⁴ “CESARE BALBO, *Meditazioni storiche*, Firenze, 1855” (PANELLA, 1943, p. 111, nota de rodapé n° 60)

²⁵⁵ “REHBERG, A. W., *Das Buch vom Fürten von Niccolò Machiavelli. Übersetzt u. mit Einleitung u. Anmerkungen versehen*, Hannover, 1810. Cfr. Villari, op. cit., 456; GINGUENÉ, *Histoire littéraire d’Italie*, Paris, 1811-23, vol. VIII, pp. 1-184. Cfr. Villari, op. cit., 456 [...] HOFFMANN, in uma série di articoli, ripubblicati in *Oeuvres de F. B. HOFFMANN*, 1829 to. V.

naqueles que atacam Maquiavel, como por exemplo, “Polo, Gentillet, Bozio, Federico da Prússia (para recordar apenas os maiores) visam atingir, através de Maquiavel, certas formas de regime (o reinado de Enrico VIII e o de Caterina de Medici) ou a defender outras (o poder temporal dos papas)” sendo que “Maquiavel seria para eles apenas um pretexto” (PANELLA, 1943, p. 103). Para o final, deixamos o maior de todos os antimaquiavelianos de todos os tempos – assim como Panella define. Trata-se da igreja católica: “temos diante de nós o mais confiável e menos refutável dos antimaquiavelismos, porque amaldiçoa e não discute: a igreja” (PANELLA, 1943, p. 32).

Como se pode observar do breve apanhado histórico, muitos foram os motivos que fizeram com que Maquiavel fosse atacado no decorrer do tempo. Isso porque, conforme afirma Giuliano Procacci, ele se tornou uma espécie de “inimigo universal” após escrever *O Príncipe*. Assim, “aos ricos parecia que o *Príncipe* era um documento que ensinava ao duque a tirarem-lhes todos os bens, aos pobres toda a liberdade. Aos crentes parecia herege, aos bons desonesto, aos tristes mais triste e mais valente do que eles” (PROCACCI, 1995, p. 7/8).

Assim, nessa condição de “inimigo”, com o passar dos séculos, os motivos pelos quais os ataques eram dirigidos a Maquiavel foram se atualizando. Entretanto, a maioria deles ocorria por ter percebido desassociado as questões morais, principalmente da moral cristã, da política. Maquiavel foi muito difamado moralmente e nisso a igreja teve uma função importante. Maquiavel foi assim associado pela tradição ao descumprimento da lei – porque era considerado como um violador da lei religiosa – e consequentemente como sendo aquele que atribui pouca ou nenhuma importância ao sistema jurídico – o que defendemos não ser verdadeiro, pelos argumentos até aqui expostos.

pp. 205 e segg., Cfr. VILLARI, op. e vol. Cit. p. 456, 477; LERMINIERI, *Philosophie du droit*, 1831 to. II. pp. 286. Cfr. ARTAUD, op. e vol. cit. p. 484 e segg.; MACAULAY, nel notissimo saggio sul Machiavelli pubblicato a primeira vez na Edimburg Review, março de 1827. Cfr. VILLARI, op. e vol. Cit. p. 464 e segg.; ROBERT VON MOHL, *Die Machiavelli Literatur, in Die Geschichte und Literatur Staatwissenschaften*, Erlangen, 1855-58, vol. III. Cfr. VILLARI, op. e vol. Cit. p. 477; NOURRISON, Machiavel, Paris, 1875” (PANELLA, 1943, p. 99 – nota de rodapé número 50).

De maneira mais recente, acreditamos que a associação de Maquiavel ao descumprimento da lei, relaciona-se com a autonomia da política. É corrente, contemporaneamente, que Maquiavel seja associado à autonomia da política²⁵⁶. Teria sido o pensador florentino o primeiro a abordar o tema dessa maneira. Quem primeiro teria percebido tal fato, ou pelo menos, mencionado, foi o também italiano Benedetto Croce: “A moderna maquiavelística é derivada de Croce” (QUAGLIONI, 2016, p. 24).

Croce²⁵⁷, na Obra *Elementos da política* afirma: “Maquiavel descobre a necessidade e a autonomia da política” (CROCE, *apud* QUAGLIONI, 2016. p. 25). Assim, “existe uma tradição de estudos imposta sobre a base histórico-filosófica, que tende, por sugestão crociana, a reencontrar o fundamento filosófico de um pensamento reduzido aos preceitos políticos e a doutrina prática” (QUAGLIONI, 2016, p. 25). Complementa Quaglioni, que “não se pode esquecer sobre Maquiavel e sobre o seu uso que entre as duas guerras foi feito para fundar uma ideia e uma prática de poder baseada na necessária autonomia da política em relação à ética e ao Direito” (QUAGLIONI, 2016, p. 26).

Esse binômio política e Direito deve ser observado com cuidado em Maquiavel. Isso porque se a separação dele se der sob o argumento da autonomia da política, que normalmente se fundamenta na interpretação isolada do *O Príncipe*, conduzirá o intérprete para um Maquiavel muito distante de um pensamento republicano. A autonomia completa da política em Maquiavel fundamenta uma visão autoritária, de busca ilimitada do poder pelo poder, é uma visão maquiavélica de Maquiavel, que há tempos seus estudiosos combatem demonstrando que não há nada mais equivocado do que

²⁵⁶ “Luigi Russo, cujos estudos maquiavelianos são, de qualquer forma, uma contribuição inesquecível, falava de Maquiavel como de um herói da arte da pura técnica política, e usando essa fórmula cuja fortuna remonta ao tempo, retraduziu para uma linguagem mais aceita aos literatos e historiadores o ensino de Croce – a tese segundo a qual Maquiavel é o rigoroso teórico, desde o início do mundo moderno, da autonomia da política” (SASSO, 1972, p. 21).

²⁵⁷ “parece-me mais justa a observação de Croce (no livro *Storia del Barocco*), que corresponde literalmente aos *Sepolcri*: ‘Maquiavel, pelo próprio fato de ‘temperar’ o cetro, etc., de tornar o poder dos

príncipes mais coerente e consciente, cresta seus louros, destrói os mitos, mostra o que é realmente este poder, etc.’; ou seja, a ciência política, como ciência, é útil tanto aos governantes quanto aos governados

para se compreenderem reciprocamente”(GRAMSCI, 2007, p. 306)

isso. A defesa de que a lei é algo sem importância para Maquiavel e a defesa de que Maquiavel ampara a violação da lei contribuem para reforçar o Maquiavel maquiavélico. Isso porque “as afirmações de que Maquiavel é o pensador da brutalidade não mediada[...] geralmente se referem a esse tipo de relação instrumental entre as leis ou o medo e a prática política” (ROTH-ISISKEIT *et al*, 2017, p.12).

Maquiavel é um defensor da liberdade. É um pensador preocupado com a manutenção do poder em sua Florença, para que seu povo não fosse subjugado, escravizado e perdesse suas leis e sua liberdade depois de dominado. Maquiavel era um defensor da obediência à lei. Todos deveriam obedecê-la, sem exceções. A política estaria assim balizada pela lei. Entendemos que somente essa visão de Maquiavel condiz com um Maquiavel republicano.

Embora a tese do antimaquiavelismo tenha perdurado no tempo, a falsa atribuição de que Maquiavel era avesso ao Direito, à obediência às leis e que não valoriza qualquer sistema jurídico, pode ser refutada pelos próprios escritos de Maquiavel: “É mau exemplo não se observar uma lei, sobretudo por seu autor (...) porque não creio que haja pior exemplo numa república do que fazer uma lei e não a observar; sobretudo quando não é observada por quem a fez” (*Discursos*, I, 45).

Outro exemplo de reafirmação da importância da observação da lei para Maquiavel é citado quando aborda um episódio envolvendo o frade Jerônimo Savonarola²⁵⁸. Afirma Maquiavel que o frade visava a garantia dos cidadãos, o que poderia ser constatado em seus escritos que mostravam essa prudência e “a virtù de seu ânimo”. Savonarola, por muito tempo, pregou defendendo a criação de uma lei que possibilitasse ao povo, em caso de condenação por

²⁵⁸ “a postura de Maquiavel em relação ao frade dominicano é geralmente vista como francamente hostil, e, no século XIX, chegou-se a colocar os dois personagens em polos opostos, um a representar emblematicamente a continuação da Idade Média, e o outro, a nova era do Renascimento, ou, como também foi designado, a Idade da Fé e a Idade da Ciência. Para tal conclusão baseou-se principalmente na carta que, poucos meses antes da queda de Savonarola, Maquiavel escreveu a Ricardo Becchi, embaixador Florentino em Roma, que lhe havia pedido notícias ‘das coisas daqui sobre o frade’. O quadro pintado por Maquiavel é decididamente negativo e, no fim, depois de ter ilustrado os últimos sermões feitos na igreja de San Marco, concluiu: ‘e assim, segundo o meu juízo, ele continua agindo em conformidade com seu tempo e dando cores às suas mentiras’ (VIVANTI, 2016, p. 23/24).

crimes políticos, interpor recurso à junta dos Oito²⁵⁹, ou Oito da Justiça – a magistratura penal em Florença. Entretanto, pouco tempo depois dessa lei ser aprovada, cinco pessoas foram condenadas à morte pela *Signoria*, exatamente por delitos políticos e não lhes foi permitido recurso e assim a lei deixou de ser observada. Savonarola, embora no início fosse um defensor da lei, não pediu em nenhum momento para que a lei fosse respeitada. Nada disse, depois, sobre o seu descumprimento. Como o frade nunca condenou quem transgrediu a lei, em suas pregações não se manifestou sobre os fatos “e isso, pondo a mostra seu ânimo ambicioso e partidário, destruiu-lhe a reputação e causou-lhe grande má-fama” (*Discursos*, I, 45).

Maquiavel, citando o caso de Savonarola, evidencia que a lei deve ser obedecida por todos, mas principalmente por aqueles que as defendem e as propõem. Não deve ser a lei opcional – ora se cumpre e se defende o cumprimento, ora se descumpre, ou então nada se fala sobre isso, como fez Savonarola. A lei, uma vez instituída, deve ser obedecida, cumprida e ter

²⁵⁹ “magistratura judiciária e policial, constituída por oito pessoas, em Florença, no tempo de Maquiavel” (*Mandragora*, p. 77- nota do tradutor número 7). Florença possuía uma intrincada corrente de magistrados e conselhos que compunham os mecanismos de governo da cidade. No período entre 1494 e 1512, a autoridade política estava depositada, sobretudo, no *Consiglio Maggiore* e no *Consiglio degli Otto*, dois órgãos criados em 1494 por solicitação de Savonarola, com o objetivo de ampliar a base do governo. Tinham como principal função eleger os funcionários do executivo e atuar nas decisões sobre as propostas de lei submetidas a eles pelos magistrados. Assim, a atividade deles era a de votar, sem debater. Somente quando se votava pela segunda vez uma proposta de lei rejeitada em uma primeira votação era permitido que uma pessoa vinculada à magistratura explicasse e defendesse a proposta. Se na segunda vez fosse novamente rejeitada, antes da terceira e última votação o Gonfaloneiro falava por primeiro. Às vezes, de modo muito raro, os cidadãos eram autorizados a opinar. O *Consiglio Maggiore* era considerado um instrumento aristocrático perigoso, onipotente e anti-republicano, pois havia uma forte limitação ao Direito de participação do governo da coisa pública, pois existiam os politicamente privilegiados e todos os outros privados de exercer Direitos políticos. Dos mais de cem mil habitantes de Florença, apenas três mil tinham o Direito de fazer parte do *Consiglio Maggiore* (GILBERT, 1964, p. 67; 70; 73 e nota de rodapé número 2, p. 108). “Quando em 1501, o Gonfaloneiro Lorenzo Salviati consultou regularmente uma *pratica stretta* de dez cidadãos, imediatamente surgiram suspeitas de que estava planejando mudanças na constituição com o objetivo de diminuir ou destruir a influência do *Consiglio Maggiore*” (GILBERT, 1964, p. 72). “Nos anais e nos diários do tempo de Savonarola e de Soderini os autores falam de dois diferentes tipos de prática: uma prática larga e de uma prática estreita. Originalmente essas expressões possuíam um significado puramente literal: com o nome de pratica estreita se designava uma reunião em que eram convidados um número relativamente pequeno de cidadãos (de dez a vinte), enquanto que a prática larga poderia compreender de cem a cento e cinquenta membros, e em uma assembleia desse tipo cada bairro de Florença deveria ser representado por um número igual de cidadãos. Essas reuniões eram documentadas em volumes manuscritos por pessoas diversas, por exemplo, as reuniões realizadas entre 1494 e 1512 formaram dez volumes, sendo duas cópias contemporâneas (GILBERT, 1964, p. 71;75). Esses documentos nos ajudam a compreender melhor os debates que ocorriam a “a personalidade política do período” GILBERT, 1964, p. 77).

fomentado o seu cumprimento por quem a defende ou a institui. Caso isso não seja observado, os prejuízos serão além daqueles cívicos, do próprio descumpridor - como no caso Savonarola.

Para Savonarola, o silêncio sobre a violação de uma lei que defendeu anteriormente, custou sua reputação. Não se trata aqui, do cumprimento da lei por questões morais, mas sim pelos efeitos negativos que a incoerência do comportamento de quem ora defende uma lei, e ora a viola, pode trazer. Esse comportamento contraditório faz com que as outras pessoas percebam o partidarismo, a parcialidade, o ânimo duvidoso - muitas vezes motivado por interesses ambiciosos.

Maquiavel evidencia, com o exemplo de Savonarola, que a desobediência à lei, ou até mesmo o silêncio e a omissão ao deixar de se pronunciar sobre o descumprimento, são muito danosos e quem assim procede, que deve estar preparado para as consequências – e no caso de Savonarola. Lembrando que Savonarola era um frade e para seu ofício como frade a reputação era bastante importante. Mas a ruína que Maquiavel se refere não é apenas aquela da moral religiosa que torna as pregações menos críveis.

A ruína de Savonarola foi também política, eis que o silêncio diante do descumprimento da lei demonstrava um partidarismo do frade, porque as cinco pessoas condenadas – que teriam Direito ao recurso pela lei – eram suas adversárias políticas. Savonarola fez um uso político da lei. Ele instrumentalizou a aplicação da lei de acordo com seus interesses particulares e isso para Maquiavel é extremamente condenável. Esse é o posicionamento de Maquiavel, a quem “a deliberada transgressão de uma lei por interesses partidários causava aversão” (VIVANTI, 2016, p. 24). Mas haveria a possibilidade de violação da lei por parte de um governante? Há casos em que Maquiavel concederia escusas para tanto? Vejamos no próximo item.

4.5. 1 Quem deve obediência à lei: principados ou repúblicas?

Somente de modo extraordinário um governante, que comete um ato atentatório à lei, teria justificada essa atividade por Maquiavel. Isso se daria quando a motivação fosse a busca do bem comum, e não interesses próprios, e houvesse extrema necessidade da ação violadora para a manutenção do corpo político. A violação da lei, mesmo por aquele que governa, não pode ser entendida como regra, ao contrário disso, se trata de uma exceção.

Essa afirmação fica ainda mais evidente quando o pensador se refere às repúblicas e aos principados, indicando que em ambos há a necessidade das leis e que, tanto o povo, quanto os príncipes, estão submetidos à elas: “Assim como duraram muitos os estados dos príncipes, também duraram os estados das repúblicas, e que ambos precisam ser regulados por lei, porque o príncipe que pode fazer o que quer é louco e o povo que pode fazer o que quer não é sábio” (*Discursos*, I, 58).

Loucos e não sábios. Esses são os adjetivos atribuídos por Maquiavel aos descumpridores das leis. Não nos parece que com esses adjetivos Maquiavel queira enaltecer o descumprimento da lei e, menos ainda, isentar qualquer que seja o seu descumpridor (governantes e governados), tanto em principados, quanto em repúblicas. Hans de Vries nos esclarece que embora Maquiavel inicie *O príncipe* afirmando que todos os Estados ou são repúblicas ou principados ²⁶⁰, “ele jamais dá uma definição desses termos nem uma distinção clara”²⁶¹ (1957, p. 35). No entanto, partilha-se da seguinte interpretação:

pode-se acreditar que na linguagem de Maquiavel a concepção de principado é formal. Um Estado é um principado, se o poder supremo é exercido por uma única pessoa; mas a partir do momento em que o poder supremo for exercido por mais de

²⁶⁰ “Todos os Estados, todos os domínios que tiveram e têm autoridade sobre os homens foram e são ou repúblicas ou principados” (*Príncipe*, I).

²⁶¹ “No capítulo IV do *Discorsi* ele opõe à república a concepção de monarquia, embora fosse o papa Leão X que deve-se tornar-se o monarca. No capítulo XI de *Il Principe*, os bispados, os arcebispados os Estados pontifícios em geral são chamados no conjunto os ‘principados eclesiásticos’. Observa-se no que capítulo IX ele chama ‘principado civil’ os Estados onde os cidadãos conduzem um dentre eles ao poder supremo” (VRIES, 1957, p. 35).

uma só pessoa, se trata de uma república (VRIES, 1957, p. 36)²⁶².

Consideramos como verdadeira em Maquiavel essa classificação utilizada por Vries, de que o principado é o governo de um e a República o governo de muitos, Maquiavel, indistintamente, afirma que em ambas as formas de ordenamento político, todos devem obedecer às leis, classificando – como se viu nos *Discursos* (I, 58) – como loucura a desobediência fundamentada na simples vontade de transgredi-la, quando parte do governante (seja em um principado ou em uma república), rendendo louvores àqueles imperadores ou príncipes que viveram de acordo com as leis. Quando a desobediência da lei parte do povo classifica Maquiavel tal ação como ausência de sabedoria. Nesse sentido, da obediência das leis de maneira indistinta, tanto para principados quanto para repúblicas, Violi: “o regimento pelas leis é recomendado tanto para principados quanto para governos populares” (1990, p. 145).

Nota-se que mesmo nos principados, nos quais o poder do governante poderia ser considerado irrestrito e ilimitado, não sujeito à responsabilização, Maquiavel afirma a necessidade da obediência da lei, o que vale, ainda mais, nas repúblicas. Como já mencionado, Maquiavel cita a França como exemplo de um reino em que se vive com segurança porque os reis estariam vinculados à observância da lei: “exemplo disso é o reino da França que vive seguro simplesmente porque seus reis estão vinculados a infinitas leis” (*Discursos*, I, 16).

Diante dessas afirmações, não nos parece correta a associação feita pela tradição crítica de que o sistema político teorizado por Maquiavel é avesso à observância da ordem jurídica, expressa através da lei. Exemplo dessa forma de pensar que afirma ser Maquiavel um inimigo da lei e da justiça, pode ser encontrado em Rogers: “dada a permissibilidade da crueldade e a ênfase na utilidade ao invés da justiça” (2016, p. 42), pelo fato de que “a análise crítica do *O príncipe* à luz da lei natural revelará concomitantemente o mal proposto

²⁶² “Igualmente ERCOLE: As formas que o Estado pode tomar se reduzem substancialmente a duas: a forma monárquica e a forma republicana, segundo o poder supremo, a autoridade suprema do Estado[...]o governo, ou, na linguagem maquiaveliana, o Estado, ou o Príncipe, é centralizado em uma só pessoa, ou então se centraliza em um colegiado mais ou menos vasto” (VRIES, 1957, p. 36- nota de rodapé número 49).

pelo utilitarismo de Maquiavel” (2016, p. 41). E ainda: “objetiva-se entender por que Maquiavel insiste em tal desrespeito drástico pela lei natural” (2016, p. 41). Esses são alguns dos argumentos sintetizados por Rogers para expor a visão de Maquiavel como avesso às leis.

Para justificar a afirmação de que Maquiavel é contra a lei natural, Rogers traz a teoria da lei natural, fundamentando-a na religião. Ao afirmar que a lei natural é criada por Deus: “a lei natural é estabelecida por Deus e ‘constitui os princípios da racionalidade prática’. [...] Visto que Deus criou o cosmos, a lei natural encontra sua base na lei eterna, pois Deus estabeleceu as leis naturais que governam o mundo” (2000, p. 44). Segundo esse entendimento, a lei natural estaria gravada nos seres humanos sob a justificativa da racionalidade: “o homem é um ser racional, a lei natural é conhecida por natureza” (ROGERS, 2000, p. 44).

Fundamenta Rogers que o pensamento de Maquiavel é contrário à lei natural porque é contrário à lei divina e defende ainda que “a lei natural nunca contradiz a lei divina revelada nas escrituras” (ROGERS, 2000, p. 45). Segundo esse entendimento, todo o debate sobre a lei em Maquiavel se esvazia, porque seu pensamento não está de acordo com a lei natural, sendo que “a ênfase que a teoria da lei natural coloca em fazer o bem e viver de acordo com a racionalidade prática está em total contraste com o pragmatismo radical de Maquiavel que tolera crueldade” (ROGERS, 2000, p. 45).

Nesse momento, com a devida *venia* não são necessários muitos esforços para se contra-argumentar o pensamento de Rogers. Isso porque o primeiro capítulo se dedica a análise do desenvolvimento do Direito através da história e nele se pode encontrar toda a superação do pensamento que atrela o Direito ao divino e às divindades, e coloca a lei como produto humano. Essa forma de pensar a lei natural defendida por Rogers se alinha ao pensamento jurídico medieval com o qual Maquiavel rompeu.

Assim, é importante compreender que a premissa da qual parte Rogers foi contestada pelo próprio Maquiavel que rompendo com toda a tradição, não fundamentava a lei em fenômenos divinos, compreendendo-a como um produto humano, sendo alheio a qualquer conceito vinculado a um Direito natural. É evidente que se a análise do pensamento político de Maquiavel for

fundamentada em uma origem divina da lei, ou na moral religiosa que dela resulta, as críticas serão muitas – porque é justamente por essas críticas que houve a rejeição do pensamento de Maquiavel, bem como os ataques e proibições de suas obras e dele mesmo. Isso porque “ele foi mais vilipendiado e condenado do que qualquer filósofo social que já escreveu” (RILEY, 2009, p. 01).

Os ataques ao pensamento de Maquiavel, incluindo aqueles que associam o pensador ao desprezo e violação da lei, se originaram da leitura moralista e religiosa de seu pensamento – porque, conforme abordamos no primeiro capítulo, as leis jurídicas também tiveram seu início atrelado à religião. Entretanto, contemporaneamente, essa fundamentação religiosa para a lei não se sustenta, pois se compreende que se trata de um produto humano, cívico e estatal - com exceção de alguns poucos estados teocráticos. Assim, ao mesmo tempo em que a moral religiosa impediu que o pensamento político de Maquiavel fosse visto como o de um defensor das liberdades – como se defende amplamente a partir das leituras republicanas – e popularizasse como um inimigo delas, o mesmo movimento também aconteceu com a interpretação equivocada da importância do Direito e da lei para Maquiavel.

Maquiavel foi, ao seu tempo, e ainda o é – basta analisarmos a tese de Rogers – atacado pela moral cristã. Isso porque ele, principalmente, no *O príncipe*, “contrariou a cosmovisão medieval da relação entre este mundo e o mundo superior da ordem jurídico-política, como braço secular da *república cristã* universal, da política e das consequências jurídicas da ‘queda’ do homem foram simplesmente varridas” (RIPLEY, 2009, p. 4). Se o pensamento de Maquiavel sobre o tema da lei ainda é visto como menos importante, isso também se deve em parte à secularização que Maquiavel apresentou sobre o Papado.

A retirada do caráter divino, celestial, sagrado do Papado e a inserção dele como um ente que luta pelo poder tornou Maquiavel suscetível a todo gênero de ataques. Isso porque, para ele, o “papado (com sua lei canônica) era visto apenas como mais uma potência (ineficaz) engajada em uma luta poderosa pelo poder na Itália” (RIPLEY, 2009, p. 4). Isso trouxe a Maquiavel a fala de inimigo da lei – porque ele rompia com a visão de lei que até então era

aceita, mas principalmente, porque rompia com o fundamento divino da lei e com o caráter sagrado do papado, tratando-o como mais um interessado pelo poder na Itália. Chegou a afirmar “com falsa seriedade que não examinaria o papado muito de perto, porque era sustentado por causas superiores, que a mente humana não poderia atingir, mas estava claro que ele o odiava” (RIPLEY, 2009, p. 4). E o motivo do desprezo que Maquiavel dirigia ao papado, era devido às pretensões universalistas que ele (o papado) mantinha (cf. RIPLEY, 2009, p. 4).

O rompimento com o fundamento da moral cristã, e a desconexão de qualquer elemento sagrado da lei, ou seja, rompendo com o conceito de lei até então estabelecido, apresentando-a como produto humano, contribuíram para que Maquiavel fosse compreendido como um inimigo da lei. Qualquer interpretação que ignore que em Maquiavel a lei é produto circunstancial da ação humana redundará em uma conclusão de que a lei não é importante para ele – visto que a lei da qual se fala para atacá-lo (aquela moral, religiosa) ao invés de desimportante para Maquiavel, sequer existe em seu pensamento. Porque “Maquiavel realmente estabeleceu um abismo intransponível entre o que era (convencionalmente) e moralmente bom e o politicamente-historicamente grande” (RIPLEY, 2009, p. 5).

Por certo, qualquer análise da lei em Maquiavel que parte de premissas religiosas chegará à equivocada conclusão de que a lei é sem importância em seu pensamento. Isso porque a referência à lei é aquela religiosa, e não aquela cívica prevista por Maquiavel. Assim, muitas das críticas dirigidas ao pensamento de Maquiavel sobre o tema da lei, partiram de premissas equivocadas, que envolviam questões religiosas e não cívicas, que causaram grande invisibilização da importância primária que o tema da lei ocupa para o pensador florentino.

Pelas próprias considerações feitas por Maquiavel, não nos parece adequado classificar a lei em sua teoria como algo volúvel, que pode ser desprezada e por isso de menor importância para seu projeto político. Por assim considerá-la, deixou a tradição crítica de analisar a sua importância devido à crença de que esse conceito não possuía implicações práticas merecedoras de considerações, que se tratava de um conceito menor, de

importância secundária. Pelas afirmações descritas acima, não se sustenta a interpretação de que em Maquiavel qualquer modificação da realidade seria causa autorizadora para a desobediência da lei. Sabe-se que a lei em Maquiavel parte da realidade, mas não são quaisquer mudanças no campo da vida, que fomentam a alteração ou violação da lei.

Sustenta-se que foi ignorado pela tradição crítica que a violação da lei é possibilidade extraordinária em Maquiavel e que somente situações extremas, extraordinárias, poderiam ocasioná-la. Somente para preservar o corpo político e conseqüentemente tentar garantir o bem comum é que essas violações poderiam ocorrer: “O príncipe em circunstâncias de extrema necessidade não pode levar em conta nenhum impedimento legal que limite a sua ação, o seu primeiro dever é a salvação do Estado” (TOSCANO, 1981, p. 93).

A circunstância necessária, extraordinária, que motiva a violação da lei, seria a proteção da cidade, que significa a proteção da vida, da segurança individual e da liberdade das pessoas que nela habitam. A proteção não tem como objetivo garantir o poder pelo poder. A perda da cidade representava à época a própria perda da liberdade. Os relatos das invasões e dominações praticadas indicam abusos de todas as ordens. Incêndios das casas, saqueamento dos alimentos, violência física, assassinatos, violência sexual praticada contra mulheres, usurpação de bens, submissão das cidades dominadas ao pagamento de tributos com efeitos confiscatórios em benefício do dominador – o que reduzia à miséria e a fome os dominados – submissão do modo de vida e da cultura dos dominados àqueles do dominador, violação e extinção das leis próprias, etc. A vida, portanto, estava em constante ameaça, pela forma opressora, violenta e caótica que as cidades e territórios vizinhos se relacionavam entre si, o que fazia o perigo de perda da liberdade e destruição completa ser uma ameaça iminente, concreta e real.

Nos *Discursos*, há uma passagem que exemplifica essa situação extraordinária de violação das leis: “quando se delibera sobre a salvação da pátria, não se deve fazer consideração alguma sobre o que é justo ou injusto, piedoso ou cruel, louvável ou ignominioso; ao contrário, desprezando-se qualquer outra consideração” (*Discursos*, III, 40). O modo de se proceder nessas situações extremas e extraordinárias, de real perigo à vida e a

liberdade é “adotar plenamente a medida que lhe salve a vida e mantenha a liberdade” (*Discursos*, III, 40). Não se pode exigir o respeito e observação irrestrita às leis, quando isso implica no sacrifício da própria vida e da liberdade dos cidadãos. Ninguém é obrigado a ser mártir para não violar a lei. É praticamente isso o que nos diz Maquiavel.

A realidade do período de Maquiavel era essa. Manter o poder da cidade significava evitar esses acontecimentos que colocavam em risco real a vida e liberdade dos cidadãos. Proteger o poder da cidade significava, em última medida, proteger os próprios cidadãos. Por isso era importante mantê-lo. Assim, aquele que agisse para impedir os abusos relatados acima, o faria por necessidade e nessa condição - mesmo que violasse a lei, merecia escusa para o pensador. Isso porque a tradição florentina (repetindo a tradição romana) compreendia que para a necessidade não há lei.

Segundo Bignotto, “tanto a necessidade como a fortuna representavam o elemento irracional que existe em todos os domínios da vida” (1991, p. 71). Há diferenças entre elas, eis que “a fortuna ao contrário da necessidade, não possui o rosto frio da inexorabilidade” (1991, p. 71), enquanto que “a necessidade intervém quando nenhuma escolha é possível, quando o caminho da ação já está de tal forma delimitado, que só resta aos homens se conformar com os resultados” (1991, p. 71). A necessidade é imperativa, impositiva, implacável. Com ela não se negocia, porque ela não se adia.

A questão parece residir no que se compreende por necessidade implacável, irrefutável. De qualquer forma, a resposta parece estar nas situações extremas mencionadas acima. Não há um gabarito limitador que indique, tipifique, elenque, quais sejam os casos de necessidade. Agir por necessidade, para os florentinos da época de Maquiavel – e para ele, significava agir para salvar a cidade de um perigo grave, real e iminente que ameaçasse seus habitantes da perda da vida ou da liberdade. Assim, o agir por necessidade será indicado pelo caso concreto. Se não há outra forma de agir para proteger a vida, a liberdade, a segurança de uma cidade, aquele que o faz violando a lei, age por necessidade. Isso porque a necessidade, como se viu, não é um meio menos oneroso ou mais útil de se agir, ela é o único meio possível.

4.6 Do momento da instituição das leis

Maquiavel quando apresenta dois modos de instituição da lei em cidades constituídas por homens livres indica que essa constituição pode se dar de uma só vez ou aos poucos. Como exemplo da primeira modalidade cita Esparta, que teve sua legislação ditada por Licurgo que ultrapassou a vigência por mais de oitocentos anos²⁶³, sem necessidade de modificações, contrapondo-a a legislação de Atenas, ditada por Sólon, que durou cerca de cem anos²⁶⁴. Em contraponto às cidades constituídas por leis que se mantiveram inalteradas com o passar do tempo, indica Roma – a cidade que teve leis ditadas aos poucos, de acordo com a necessidade imposta pelos acontecimentos:

Cidades que tiveram não só diferentes princípios, mas diferentes leis e ordenações. Porque algumas recebem leis em seu princípio ou depois de não muito tempo, de um só homem e de uma só vez – como as leis que foram ditadas por Licurgo aos espartanos – e outras as recebem ao acaso em várias vezes, segundo os acontecimentos, como ocorreu em Roma (*Discursos*, I, 2).

Sobre a distinção dessas duas formas de fundação, Pocock afirma: “Maquiavel distingue os legisladores entre as cidades que foram fundadas por aqueles tais como Licurgo, que trabalha de modo tão próximo à perfeição que nada precisou ser adicionado, e aqueles cujos atos de fundação inicial eram imperfeitos” (2003, p. 187). Essas formas de fundação trazem consequências para o âmbito legislativo da cidade fundada. Na verdade, Pocock afirma que as consequências são em vários âmbitos: “Essa classificação é crucial para tudo o que segue nos três livros dos *Discorsi* e acaba conduzindo para uma série de implicações” (2003, p. 187). Dentre essas implicações, Pocock afirma que “em primeiro lugar, a distinção não é apenas sobre legisladores sábios e menos-sábios, mas também de fundação por um único legislador e fundação em circunstâncias que não permitem atribuição a apenas um” (2003, p. 187).

²⁶³ “Entre os que mais louvores merecem por semelhantes constituições está Licurgo, que ordenou de tal modo suas leis em Esparta que, dando aos reis, aos optimates e ao povo suas devidas partes, criou um estado que durou mais de oitocentos anos, com supremo louvor para si e o sossego para aquela cidade” (*Discursos*, I, 2).

²⁶⁴ “o estado popular que se restabeleceu, de acordo com a legislação de Sólon, não se manteve por mais de cem anos” (*Discursos*, I, 2).

Maquiavel evidencia sua preferência pelas cidades fundadas por apenas um legislador sábio, como no caso de Licurgo. Destaca o apreço que tem pelas leis e a importância que elas possuem para o estabelecimento da república. Qualifica como feliz a república que possui leis ordenadas por legislador sensato, cauteloso, que edita leis que garantam segurança e indica como infelizes aquelas que não o têm e que necessitam criar essas leis: “feliz a república à qual caiba por sorte um homem tão prudente que lhe dê leis, de tal modo ordenada que seja possível viver em segurança [...] infeliz a cidade que não tendo encontrado um ordenador prudente, precisou reordenar-se por si” (*Discursos*, I, 2). Prefere, portanto, Maquiavel, ao invés de estabelecidas aos poucos, que sejam ditadas de uma vez só, desde que por um homem cauteloso e que sejam capazes de garantir segurança como a exemplo de Licurgo.

Porque Licurgo, fundador da república espartana, considerando que nada teria mais poder para corroer das suas leis do que a mistura com novos habitantes, fez de tudo para que os estrangeiros não fossem com eles viver: além de não os aceitar em casamentos, com cidadão [*alla civiltà*], nem noutros tipos de convívio entre os homens, ordenou que naquela república se usassem moedas de couro, para banir de todos os desejos de ir até a cidade levar mercadorias ou produtos de ofício; de modo que aquela cidade nunca pode crescer em número de habitantes (*Discursos*, II, 3).

Licurgo é citado por Maquiavel como sendo o legislador que tomou medidas para proteger o ordenamento que instituiu. Exemplo disso está no fato de que optou pelo não crescimento da cidade, visando afastar dela os estrangeiros, devido ao temor de que eles poderiam corromper as leis com seus costumes. Entretanto, para aquelas cidades que não tiveram a *fortuna* de possuírem um legislador como Licurgo, que pudesse instituir todas as leis de uma vez, Maquiavel dá esperança. Isso porque Roma, ao contrário da Esparta de Licurgo – não teve as leis estabelecidas de uma única vez. Em Roma as leis não eram perenes, e não se mantinham capazes de regular a cidade, sem alterações. Entretanto a Roma antiga era considerada por Maquiavel como um exemplo perfeito de boa ordenação pelas leis. Isso porque, soube instituir as leis para se ordenar, mesmo diante das dificuldades. É também por isso, que a investigação do pensamento de Maquiavel sobre a lei e o Direito como um todo

se torna interessante, porque ele se dedica ao estudo de Roma, como sendo a república dinâmica na qual as leis precisavam ser feitas no decorrer dos acontecimentos – o que se aproxima muito da compreensão de lei em nossos tempos.

Como Maquiavel se dedicou em seus escritos à análise de Roma como um exemplo de república bem ordenada, com intenções políticas, de maneira colateral, também se dedicou à análise da importância dos elementos jurídicos que compõem e recompõem esse corpo político. Isso porque, como vimos no primeiro capítulo, os romanos se destacaram mais no Direito, do que em qualquer outra área – e eram profundamente admirados por Maquiavel. As cidades que tiveram as leis instituídas aos poucos “nos levam a refletir sobre a importância do legislador e sobre a instituição das leis, pois não podendo estabelecer-se desde o início sobre bases sólidas, elas mostram [...] as dificuldades que acompanham toda a criação de um corpo político” (BIGNOTTO, 1991, p. 80). O sucesso da ordenação de Roma, segundo Maquiavel, foi devido ao acaso da desunião entre senado e plebe:

Embora Roma não tivesse um Licurgo que no princípio a ordenasse de tal modo que lhe permitisse viver livre por longo tempo, foram tantos os acontecimentos que nela surgiram, devido à desunião que havia entre plebe e senado, que aquilo que não fora feito por um ordenador foi feito pelo acaso (*Discursos*, I, 2).

A análise do que Maquiavel denomina como desunião entre plebe e senado, será analisada posteriormente²⁶⁵, cabendo-nos aqui, tão-só, analisar o momento instituidor da lei. Sobre esse tema, concluímos, que para Maquiavel, portanto, o que importa é que as cidades sejam bem ordenadas e vivam em segurança através da ordem prevista nas leis e ordenações, porque é das cidades a “mais infeliz aquela se encontra afastada da ordem: e mais afastada se encontra aquela que, com suas ordenações, está de todo fora do caminho reto que possa conduzir ao fim perfeito e verdadeiro” (*Discursos*, I, 2).

Assim, embora preferindo as cidades bem ordenadas de uma só vez, enaltece Roma que foi ordenada aos poucos, porque entende que o que importa é estar a cidade bem ordenada, sob-boas leis, de modo que a vida

²⁶⁵ Item 4.10 – A lei como produtos todos tumultos

segura seja possível, lembrando que as leis novas “nunca se ordenarão sem perigo” (*Discursos*, I, 2).

4.7 Da alteração da lei

Maquiavel, na primeira vez que trata da expressão lei no *O Príncipe* o faz quando aborda o tema de povos que são dominados por outros com costumes semelhantes. Nesse caso, apresenta um parecer sobre como se proceder. Indica a necessidade de se acabar com a família do antigo Príncipe, mas não enxerga essa mesma necessidade com relação às leis dos povos dominados, indicando que elas podem ser mantidas:

Quem deseja conservar suas conquistas deve ter em mente duas precauções: uma é extinguir a família do antigo príncipe; outra é não alterar suas leis e impostos. Desse modo, em tempo muito breve elas se integrarão ao principado antigo, formando um único corpo (*O Príncipe*, III)

Quando Maquiavel afirma que não alterar as leis e os impostos dos conquistados seria uma forma do novo príncipe precaver-se para poder manter o principado conquistado, significa que nem sempre que a realidade é alterada a lei também precisa ser. No caso, como se trata de povos com costumes parecidos, Maquiavel presume que as leis também assim o seriam e que por isso, não haveria a necessidade de alteração. Essa afirmação indica que Maquiavel entende que as leis são produtos da cultura e da sociedade de um povo (povos semelhantes em costumes possuem leis semelhantes).

As dificuldades são muito maiores quando o povo conquistado é muito diferente daquele do conquistador. Isso dificulta a própria manutenção do que foi conquistado: “é na conquista de domínios em regiões totalmente diferentes quanto à língua, costumes e instituições que se encontram as dificuldades, sendo necessário ser muito afortunado e ter muita habilidade para conservá-los” (*O Príncipe*, III). Nesse caso, nem mesmo a modificação das leis poderia ser garantia de manutenção da conquista. Maquiavel indica que para conservar o domínio “um dos maiores e mais eficazes recursos para este fim é que o conquistador vá residir no lugar” (*O Príncipe*, III).

Assim, a mudança de um príncipe, apesar de ser uma mudança considerável da realidade, não faz com que Maquiavel indique a alteração da lei como sendo obrigatória, principalmente se o povo conquistado por semelhante ao povo conquistador. Inclusive, no Capítulo III do *O príncipe* Maquiavel afirma que é contraindicado que o príncipe novo efetue a modificação da lei. Ele deve manter as leis, porque as leis já estão interiorizadas e criam uma unidade mais ampla do que a que o Príncipe poderia criar: “a unidade que as leis criam tem algo fora dele, não é sua unidade, não é sua lei [...] a unidade que o sistema legal proporcional pode ser uma resistência para o novo príncipe que não deve ser facilmente modificada” (ROTH-ISIGKEIT *et al*, 2017, p. 11). Deve o príncipe ter respeito pelas leis existentes e compreender que elas possuem uma unidade muito forte com aqueles que estão sob sua égide. Entretanto, em outro momento, Maquiavel parece contradizer a afirmação de que as leis de uma cidade conquistada não devem ser extintas pelo conquistador, quando afirma que a destruição das leis é o modo mais seguro de conservar o que foi conquistado:

Quando os estados conquistados, como dissemos, estão habituados a viver sob suas próprias leis e em liberdade, existem três maneiras de conservá-los: a primeira é destruí-los, a outra é ir pessoalmente residir neles, e a terceira é deixá-los viver sob suas próprias leis, impondo-lhes um tributo e criando dentro deles um governo de poucos, que permaneça amigo [...] os romanos [...] pretenderam conservar a Grécia como haviam feito os espartanos, deixando-a livre e com suas leis, e não tiveram sucesso; assim foram obrigados a destruir muitas cidades daquela província a fim de mantê-la. Na verdade não existe modo mais seguro de possuí-las exceto a destruição (*Príncipe*, V).

Assim, embora seja possível conservar a cidade conquistada, deixando que fique sob suas próprias leis, esse não parece ser o caminho mais seguro indicado por Maquiavel. Assim, o conquistador não é obrigado a modificar as leis do lugar que conquistou, pode mantê-las, mas alerta Maquiavel que esse não é o caminho mais seguro. Isso porque, permitir que o conquistado mantenha suas leis significa em última medida permitir que ele mantenha seu modo de vida, seus costumes, suas tradições. Maquiavel entende que a lei é uma das formas pelas quais os habitantes de uma cidade expressam suas culturas, valores e tradições.

Embora Maquiavel pareça inclinar-se para a destruição do modo de vida dos conquistados como sendo mais seguro para o domínio, o seu eterno exemplo de cidade que soube ampliar-se e manter-se, Roma – porque nenhuma cidade antes ou depois de Roma soube fazer o que Roma fez – não procedia assim. É interessante refletir sobre o fato de que a forma como os romanos agiam nas conquistas de territórios, na forma como se ampliavam e como mantinha suas conquistas não passava pela destruição do modo de vida, como as leis, costumes, e cultura dos conquistados: “os romanos não destruíam as cidades e as deixavam viver com suas próprias leis, mesmo aquelas que se lhes rendiam como súditas, e não como aliadas; e nelas não deixavam nenhum sinal de poder do povo romano” (*Discursos*, II, 21).

Quando possível, deixar os conquistados procederem de acordo com seus modos de vida é pra Maquiavel um modo seguro para o conquistador, porque “isso dá mais segurança ao rei em seu domínio sobre a cidade, e mais contentamento ao seu povo” (*Discursos*, II, 21). Além do que, assim agindo “os homens se jogam em seus braços com mais vontade quanto mais pareças desinteressado de ocupá-los” (*Discursos*, II, 21). Assim, teriam os romanos conseguido manter o poder, sem destruir o modo de vida dos conquistados, incluindo suas leis.

Para o sucesso do método romano, Maquiavel afirma que aos conquistados eram impostas algumas condições: “obrigavam a algumas condições, que se observadas, permitiam-lhes conservar o estado e a dignidade. E sabe-se que mantiveram tais modos até que saíssem da Itália e comesçassem a transformar reinos e estados em províncias” (*Discursos*, II, 21). Parece-nos, portanto, que os romanos possuíam pelo menos dois princípios para que o modo de vida dos conquistados fosse mantido: primeiro, que através da imposição de condições (não era sem restrições essa possibilidade); segundo que assim procediam somente nos limites da Itália – após ultrapassarem esses limites, modificaram seus modos de proceder.

Nesse sentido, pode-se argumentar que como as cidades italianas, embora diversas culturalmente, possuíam um modo de vida semelhante entre si, com costumes e leis parecidas com aquelas romanas, elas poderiam e deveriam ser mantidas. Mesmo assim, com algumas condições. Aqui

encontramos convergência com o afirmado no Capítulo III do *o Príncipe*, de que é contraindicado modificar-se as leis dos povos conquistados que possuem modo de vida semelhante aos do conquistador. Assim, nos parece, portanto, que na visão de Maquiavel, o fato dos romanos não destruírem as leis dos conquistados se deu sob condições e somente dentro do que era compreendido como Itália.

Manter as leis e um povo que foi conquistado pode ser perfeitamente um dos três modos de conquista válidos para Maquiavel. Até mesmo porque, esse foi um dos métodos utilizados pelos romanos. Os romanos, portanto, tanto admirados por Maquiavel, muitas vezes utilizavam-se desse método, sem impor seu poder sobre os dominados. Entretanto, como lembra Maquiavel, nem sempre isso resultava na manutenção da conquista – é o caso da Grécia, citada no Capítulo V do *O Príncipe*.

4.8 A função da lei

Afinal, qual é a função da lei para Maquiavel? Sabe-se, que a legitimidade da lei é dada em seu exercício, pelo cumprimento de uma função específica: No pensamento político de Maquiavel a lei é um instrumento capaz de estabelecer a ordem²⁶⁶. Nesse sentido, AMES: “Instituições e leis têm por função, por um lado, dar vazão (*sfogare*) àqueles humores que agitam a vida política e, por outro lado, regulá-los. A instituição da Acusação Pública, por exemplo, é um desses mecanismos de desafogo de humores” (AMES, 2017, p. 94). Nesse mesmo sentido, segue Adverse:

As leis e as instituições resultantes desse enfrentamento terão assim de cumprir uma dupla tarefa: por um lado, limitar o desejo dos grandes e ordená-lo de modo a ser produtivo para a república; por outro, conferir ao povo um meio de desafogar seu humor e assegurar que sua virtù não se arrefeça (ADVERSE, 2012, p. 33).

Disso decorre que quando a lei deixa de cumprir sua função (quando não obtém mais reconhecimento) pode ser, ou tende a ser, violada. Isso

²⁶⁶ “a Lei como medida política para estabelecer a ordem” (BARBUTO, 1998, p. 6).

demonstra que a necessidade é um conceito que está relacionado à lei de maneira muito estreita. A lei tem origem na necessidade, retirando desse mesmo conceito a sua legitimidade, visto que somente a necessidade (como medida política) seria capaz de motivar a criação de leis e exigir seu cumprimento. Assim, reafirmamos que o conceito de necessidade na obra de Maquiavel, é, portanto, essencial.

4.9 A relação entre lei e violência

O tema da violência em Maquiavel possui dois vieses: um voltado para o âmbito externo da cidade e outro para o âmbito interno. Um voltado para a relação do governo com outras cidades e outro voltado para a relação do governo com os habitantes da cidade. Essa divisão entre relação externa e interna faz com que Maquiavel entenda como justificada a utilização da violência nos conflitos externos (lembrando que via com bons olhos o Estado romano com suas expansões territoriais). Ressalta-se também que Maquiavel vivia em um tempo belicoso. O mesmo não valia par ao âmbito interno: “se por um lado Maquiavel aceita que o Estado utilize a violência com o objetivo de conquistar territórios, e mais, vê com bons olhos a sua expansão [...] – por outro, desaprova qualquer forma de opressão no governo interno de um Estado” (VIVANTI, 2016, p. 181).

No âmbito interno das relações do governo com os habitantes da cidade, a lógica não era a do uso da violência bélica, mas sim do poder coercitivo da lei, ou da força da lei. No primeiro capítulo desse trabalho foi abordada a origem do Direito através da religião. A associação do descumprimento de uma lei religiosa a um castigo foi também transportada para o Direito e assim, ao descumprimento de uma lei civil se atribui uma sanção. “Nas cidades antigas a lei punia os grandes criminosos com um castigo considerado terrível, a privação da sepultura. Punia-se desse modo a própria alma, condenando-a a suplício quase eterno” (COULAGENS, 1961, p. 15).

As leis religiosas já previam castigos aqueles que as violassem e posteriormente as leis civis também o fizeram. Coulanges afirma que aqueles

que tinham atribuição para a aplicação de uma sanção, não eram os mesmos que detinham um poder de força, mas sim os que possuíam alguma autoridade religiosa sobre o sancionado. Nesse sentido: “Ora, é grave erro colocar a força como origem do Direito. Aliás, mais adiante veremos que a autoridade paterna ou marital, longe de ter sido causa primeira, foi também efeito: originou-se da religião” (1961, p. 35). O Direito, portanto, não é originário de uma relação da força do forte sobre o fraco: “Não foi, portanto, a força que constituiu os chefes e reis nessas cidades antigas.[...] A autoridade derivava, como o diz formalmente Aristóteles, do culto do lar. A religião fez o rei na cidade, assim como constituía o chefe de família” (COULANGES, 1961, p. 157).

Posteriormente, a autoridade sob a qual se fundamentavam as leis deixou de ser a religião e passou a ser o interesse público. O período em que autoridade era fundamentada em questões religiosas perdurou até aproximadamente surgirem as repúblicas: “O que os latinos chamam *res publica*, os gregos *tò koinón*, eis o que agora substitui a velha religião. Isso é o que decidirá de agora em diante as instituições e as leis” (COULANGES, 1961, p. 287). Isso porque, o princípio que regia as ações humanas não era mais o cumprimento dos ritos religiosos, mas sim a busca pelo interesse público:

Mas no período em que entramos agora, a tradição não tem mais força e a religião não governa mais. O princípio regulador, do qual todas as instituições devem tirar de agora em diante sua força, o único que estará acima das vontades individuais, e que seja capaz de obrigá-las a se submeter, é o interesse público (COULANGES, 1961, p. 287).

A busca do interesse público foi adotada como um princípio que não poderia ser violado e “essa regra ficava acima dos magistrados, acima mesmo das leis; foi a soberana da cidade” (COULANGES, 1961, p. 288). Essas novas leis passaram a ser aprovadas mediante processos legislativos próprios, variando de acordo com cada sociedade. O que variou pouco foi a aplicação das penas pela vítima ou pela família dela: “em pleno regime da Cidade-Estado, por muito tempo são resolvidos apenas pela vingança. Até os anos 130 a.C. (a época dos Gracos, os tribunos reformadores) funciona um duplo procedimento” (ROULAND, 2008, p. 103-104).

Esse procedimento somente teria uma ação pública – iniciada e processada pelo interesse público quando os crimes cometidos atingissem a cidade. Caso contrário, se o crime violasse um Direito individual privado a ação seria privada. Exemplificativamente, à época se considerava que o crime de homicídio violava apenas um interesse privado, exceto quando cometido por um filho contra seu pai (parricídio). Assim, as famílias deveriam buscar a execução da pena: “a ação é executada pelas famílias, intervém no caso geral em que o homicídio opõe particulares entre si (salvo para os parricidas, passíveis de uma ação pública)” (ROULAND, 2008, p. 104).

A ideia de que o Direito não pode ser feito sob execução própria surgiu mais tarde. O famoso adágio jurídico que afirma “ninguém pode ser o seu próprio juiz”, é encontrado “muitos séculos mais tarde, no código do Imperador Justiniano (529 d. C.). É a bem dizer que no início do Império o Estado entre em campo para resolução dos conflitos” (ROULAND, 2008, p. 104). Em termos históricos, portanto, somente com o Império romano, com a concentração do poder nas mãos do imperador, que este se torna fonte do Direito: “o imperador se faz nomear *pater patriae*, procedimentos novos (apelo ao príncipe, remissão de pena, graça) acostumam as mentes à ideia de que ele é a fonte de qualquer justiça” (ROULAND, 2008, p. 104). Com o passar do tempo, o Direito, portanto, deixou de ser um exercício de vingança, mas continuou com seu viés punitivo, coercitivo.

Dessa forma, o Direito atinge sua dimensão coercitiva pública. Assim, a relação entre Direito e força coercitiva pública é emaranhada. A coercibilidade, segundo Reale, “é uma expressão técnica que serve para mostrar a plena compatibilidade que existe entre Direito e força” (REALE, 2002, p. 46). Sobre a relação entre Direito e força, existem três correntes jurídicas interpretativas distintas. A primeira situa o Direito apenas no campo da ética, afastando-o completamente da força. Nega, assim, qualquer relação entre eles. A segunda, em sentido contrário, entende que o Direito pode ser reduzido à “norma + coação” (REALE, 2002, p. 46). Assim, inclui no próprio conceito de Direito a coação, entendendo-o como “ordenação coercitiva” (REALE, 2002, p. 46). Essa força é ordenada através da coerção da conduta humana. Entretanto, essa corrente não explica o cumprimento espontâneo do Direito. Por fim, a

última corrente interpretativa, afirma que o Direito é a “ordenação coercível” da conduta humana, porque uma vez cumprido espontaneamente, não pode ser por conceito coercitivo, mas sim coercível (cf. REALE, 2002, p. 46-47).

E no tempo de Maquiavel, como se dava a relação entre força e Direito na cidade de Florença e como era essa relação para o próprio Maquiavel? Maquiavel era contra a violência (cf. MERLEAU-PONTY, 1991, p. 237). É verdade que Maquiavel relata que a violência está presente entre aqueles que governam, mas isso não significa que ele seja favorável a ela. As penas aplicadas em Florença, segundo os relatos da chancelaria do próprio Maquiavel, eram violentas, tendo em vista que a cidade aplicou pena de morte a Paolo Vitelli – sem mesmo ter contra ele provas de que teria traído Florença ao recuar com as tropas na batalha contra Pisa. A lei florentina, portanto, exercia força e violência em face dos condenados.

Já para Maquiavel, a relação estabelecida entre o poder e a força como se verá quando ele aborda a conduta violenta do príncipe, é avaliada como sendo o comportamento de um homem mau: “a reordenação de uma cidade para a vida política pressupõe um homem bom e tornar-se príncipe de uma república pela violência pressupõe um homem mau, ver-se-á que raríssimas vezes um homem bom queira se tornar príncipe por vias más, ainda que o fim seja bom” (*Discursos*, I, 18).

A bondade do príncipe a que se refere Maquiavel é uma bondade legislativa. Bom é o príncipe que vive de acordo com as leis e esses merecem louvores segundo Maquiavel: “mais merecem louvores os imperadores que vivem de acordo com as leis e como príncipes bons do que aqueles que viveram de modo oposto” (*Discursos*, I, 10). Aqueles príncipes que agem violentamente, ao arrepio das leis, desobedecendo-as, são aqueles que vivem de modo oposto aos homens bons. Assim, a violência, como se viu, pressupõe um homem mau. Maquiavel, embora saiba que o uso da violência é possível na política, afirma que a “autoridade obtida com violência, e não a que é concedida pelo sufrágio, é prejudicial às repúblicas” (*Discursos*, I, 35).

4.9.1 A violência da lei nos fratricídios

Ao abordar o tema do mito fundador de Roma²⁶⁷, Maquiavel parte do pressuposto de que esse mito existe. Não questiona sua veracidade, muito menos o ato em si do fratricídio. No *O príncipe* menciona Rômulo entre os príncipes que deram início a um principado novo, não pela fortuna, mas pela virtù: “quanto aos que, pela própria *virtù* e não pela fortuna, se tornaram príncipes, digo que os mais importantes foram Moisés, Ciro, Rômulo, Teseu, etc” (*O príncipe*, VI). Rômulo, portanto, é um príncipe de *virtù* para Maquiavel. E sua virtù foi capaz de fundar a cidade mais admiranda pelo florentino. Nos *Discursos*, fundamenta a argumentação de que Rômulo merecia escusa por ter atentado contra a vida de seu irmão Remo, Maquiavel se posicionou de maneira contrária a maior dos autores cristãos²⁶⁸ que condenavam essa forma de fundação e se colocou do lado dos historiadores como Dionísio e Tito Lívio que associaram o fratricídio com o advento de boas leis:

Dionísio difere dos autores romanos que ligam o fratricídio de Rômulo às guerras civis. Nos capítulos seguintes das *Antiguidades romanas*, Dionísio narra como, após a morte de seu irmão, Rômulo deu boas leis a Roma, semeando as sementes de liberdade das quais se originou a grandeza da *res publica* (MOUDARRES, 2014, p. 33).

²⁶⁷ “[...]. Como a vestal, vítima de uma violência, tivesse dado à luz gêmeos, apontou Marte como pai dessa prole incerta, quer porque realmente acreditava nisso, quer porque um deus como autor da culpa fosse mais louvável. Mas nem os deuses, nem os homens livraram Réia Sílvia ou a seus filhos da crueldade do rei. Amúlio ordenou que a sacerdotisa, amarrada, fosse levada à prisão, e que os meninos fossem lançados na caudalosa correnteza do rio. Até certo ponto por acaso, até certo ponto por imposição divina, o Tibre, transbordando em lentas porções de água, estagnada em parte permitia que se chegasse ao verdadeiro curso do rio, mas de qualquer modo, parecia assegurar aos que levavam as crianças de que elas haveriam de se afogar mesmo nas águas calmas. Como assim satisfizessem a ordem do rei, elas abandonaram os meninos na aluvião mais próxima onde hoje existe a figueira Ruminal, que anteriormente teria sido chamada Romular. Naquele tempo, aqueles lugares eram desertas vastidões. De acordo com a tradição, uma loba sedenta desviou o seu caminho dos montes circundantes em direção a um choro de criança, pois a água calma deixara no seco o cesto em que os meninos tinham sido abandonados e que havia flutuado. Essa loba ofereceu às crianças as suas tetas, fazendo-as descer até elas tão docilmente que, segundo contam, um pastor do rebanho régio, chamado Faústulo, encontrou-a lambendo os meninos com a própria língua. Os meninos foram levados por ele ao estábulo e entregues à sua esposa Larência para serem criados. Há quem diga que Larência fosse uma prostituta, uma loba, como diziam os pastores, e isso teria dado ocasião à lenda e ao acontecimento miraculoso” (LÍVIO, 2008, p. 43-49).

²⁶⁸ Berns afirma que Santo Agostinho na obra *Cidade de Deus* “se refere como a maioria dos autores cristãos que abordam a divindade de Rômulo, no Livro II da República de Cícero, para negar a divindade dele, colocando-o em oposição como fundador de Roma, a Cristo, como único e verdadeiro fundador da cidade celestial” (2000, p. 52).

E ainda Tito Lívio:

Concluídas as cerimônias religiosas de acordo com os ritos e convocada para uma assembleia toda a multidão, que de forma alguma poderia se constituir em um único povo, exceto por meio de leis, Rômulo apresentou uma legislação. Julgou que esse código haveria de ser inviolável para essa espécie rude de homens, se ele próprio se tornasse venerável com as insígnias do poder. Mostrou-se mais majestoso com todo o aparato, principalmente com a adoção de doze lictores. Suponha-se que ele tenha seguido o número de aves que haviam prognosticado o seu reino com o augúrio (LÍVIO, 2008, p. 53-55).

Berns afirma que “Rômulo, o fraticida, que deu seu nome aos romanos, é um *porniogenitum*, pois nasceu de um adultério” e que Roma foi uma cidade muito criticada por suas origens: “mas convém notar que paralelamente aqueles que se alegram em condenar Roma por suas origens, o pensamento medieval cristão, começa a [...] sentir cada vez mais a necessidade de integrar a Roma pagã” (BERNS, 2000, p. 53-54). Essa integração da Roma pagã se dá um pouco através de Santo Agostinho e “mais claramente” através de Dante, integrando também suas origens e a grande prova dessa inserção “reabilitação” dos elementos pagãos se dá pela representação da fundação de Roma através de uma loba e não de um ato fraticida (cf. BERNs, 2000, p. 54).

Ames afirma que “em vez da sabedoria legislativa de Licurgo, Maquiavel prefere a violência de Rômulo, que fundou Roma sobre a morte de seu irmão [...] e que “a violência que funda o Estado é a mesma a qual constitui a lei [...]”(AMES, 2011, p. 1-2). Ainda sobre a violência originária do ato fundador e a lei que se segue posteriormente a ele, Ames completa:

Não há, desde o Estado, instituições nem ordenamentos ou leis que não se fundem e se estabeleçam sem um grau maior ou menor de violência, proporcional à violência que visam suprimir [...] Assim, para impor a lei, apesar das relações circulares desta com a história, é imprescindível o momento da violência (AMES, 2017, p. 107).

Conforme analisamos anteriormente, o Direito romano de Justiniano reproduzia a lei que prevê pena capital para aqueles que violassem os muros de Roma, porque uma antiga lei religiosa previa que eles eram sagrados. Maquiavel teria sido o primeiro a retomar essa máxima do Direito romano e defender a origem violenta de Roma, que se tentava apagar enaltecendo a

figura da loba, que teria provido alimentação para os dois irmãos (Rômulo e Remo). Nesse sentido, *pari passu* com o Direito romano e defendendo as origens violentas de Roma, Maquiavel segue enaltecendo a origem e as leis livres daquela cidade. O capítulo 49 dos *Discursos* intitula-se “Se as cidades que tiveram o princípio livre, como Roma, têm dificuldade para encontrar leis que as mantenham livres, para aquelas que o tiveram na servidão, isso é quase uma impossibilidade” (*Discursos*, I, 49). Cita como exemplo de cidade que não teve seu princípio livre, Florença.

Embora um movimento tenha se dado aos poucos, incorporando a cultura pagã de Roma ao período medieval e renascentista, Berns afirma que “é sem dúvidas nos textos do Direito romano, mais particularmente naqueles transmitidos pelo *Digesto*, que encontramos a evocação mais exclusivamente política e a menos moral do fratricídio de Rômulo” (2000, p. 61). A referência de Berns ao *Digesto* é aquela da profanação dos muros sagrados da cidade:

Se alguém tiver violado os muros é punido com a pena capital, assim como se alguém transcendê-los empregando escadas ou por qualquer outro modo. Pois os cidadãos romanos não podem sair senão pelas portas, visto que de outro modo, seria hostil e abominável, pois a tradição conta que também Remo, irmão de Rômulo, foi morto pelo fato de ter querido transcender o muro (JUSTINIANO, *Digesto*, I. 8.11).

Assim, mais de um milênio após o fratricídio de Rômulo, o *Digesto* – o livro do *Corpus Juris Civilis* de Justiniano de maior importância – referenda o comportamento de Rômulo, aplicando a mesma pena capital àquele que agir conforme teria agido Remo. Assim, “o *Corpus Juris Civilis* parece ser o único texto a conferir ao gesto de Rômulo um caráter resolutamente fundacional” (BERNS, 2000, p. 68). Isso porque, ao agir, Rômulo estaria amparado por uma antiga lei religiosa que estabelecia que os muros da cidade eram sagrados e por isso não poderiam ser violados. Justiniano, apenas compilou o Direito romano vigente, e essa previsão contida em seu Código, pode existir, desde tempos imemoriais. O que o Direito romano nos diz é que “Remo, ao transpor os muros da cidade, cometeu um ato hostil e abominável e por isso foi condenado à morte” (BERNS, 2000, p. 67).

Dessa forma, com o ato fundacional de Rômulo, se percebe que “emerge pela primeira vez uma verdadeira teoria da autoridade da lei: a lei

funda-se e é fundada ao mesmo tempo e pela mesma operação, o inimigo é designado”, ressaltando que “devemos insistir do caráter jurídico dos textos citados” (BERNS, 2000, p. 67). Assim, Rômulo teria assassinado Remo porque este violou uma lei sagrada da cidade, de que os muros não poderiam ser transpostos e que todos aqueles que desejassem deixar a cidade, deveriam fazê-lo pelas portas. Rômulo teria agido para defender a lei – foi esse o entendimento do Direito romano que mais de mil anos depois amparou seu ato.

Há, portanto, uma normatividade antes da própria lei. Quando Rômulo mata seu irmão, o faz porque Remo teria violado a lei sagrada, mas foi Rômulo, segundo Maquiavel quem instituiu as leis em Roma. Antes de Rômulo, e, portanto, fora dele, e antes das leis instituídas, já haveria uma normatividade que inclusive justificou a ação do primeiro rei de Roma e isso é reconhecido por Maquiavel. Nesse caso, a lei precederia o próprio fundador e o momento fundador, que somente se deu em função da própria lei. A violação da lei religiosa teria feito Rômulo assassinar Remo e fundar Roma, instituindo suas leis civis.

Na mesma linha do Direito romano, Maquiavel não faz qualquer julgamento moral do fratricídio de Rômulo por Remo: “direi que muitos porventura considerarão mau o exemplo de um fundador do estado, como foi Rômulo [...] opinião está que seria verdadeira, caso não se considerasse a finalidade que o levou ao homicídio” (*Discursos*, I, 9). Berns afirma que o texto dos *Discursos* (I, 9) trata do momento em que a autoridade se impõe (cf. BERNS, 2000, p. 69). Isso porque “até Maquiavel, com exceção dos textos do Direito romano, nunca os gestos de Rômulo foram abordados e assim, portanto, somente a mitologia parecia reivindicá-los [...] como puro ato fundador [...] fora de qualquer contexto” (BERNS, 2000, p. 69).

Berns nos alerta que antes de Maquiavel os pensadores do período medieval e do renascimento italiano faziam uma leitura tradicionalmente moral sobre o fratricídio. “O que chocaria todos os autores citados”²⁶⁹ seria o fato do que consideram como “ausência de justificativa determinável de antemão para o gesto de Rômulo. No entanto, como mostram as leituras dos textos jurídicos

²⁶⁹ Virgílio, Petrarca, Tíbulo, Propércio, Dante, Santo Agostinho (cf. BERNS, 2000, p. 68).

[...] o papel do gesto de Rômulo foi estabelecer uma lei para garantir a distinção entre o que era santo do que era profano” (BERNS, 2000, p. 68).

O que o *Digesto* e Maquiavel parecem defender é que Remo teria violado a lei sagrada e por isso teria sido morto por Rômulo. Assim, esse último agiu em defesa da lei sagrada. As leis civis romanas não existiam e por Rômulo foram instituídas. Entretanto, a interpretação que a tradição filosófica fez, dessa defesa de Rômulo por Maquiavel, foi justamente contrária à defesa da lei. Foi uma interpretação que colocou o pensador florentino como um defensor da violação da lei, porque deu escusa para quem cometeu um fratricídio. Ocorre que Maquiavel justifica sua defesa de Rômulo, no fato de que o primeiro rei romano mereceria “[...] escusa pela morte do irmão e companheiro” porque “aquilo que fez foi pelo bem comum, e não por ambição própria e que ele logo ordenou um Senado para servir-lhe de conselho” (*Discursos*, I, 9).

Segundo Berns, “o Rômulo de Maquiavel deve ser absolutamente indeterminado” no sentido, de que ele não deve ter nada que o determine, que o limite. Isso “para a definição da lei em benefício de uma história futura e aberta aos dissensos para que qualquer origem única da lei para Rômulo se torne impossível”, mas ao mesmo tempo “que qualquer possibilidade de autonomia de Rômulo seja excluída” (BERNS, 2000, p. 69). Essa é a paradoxal originalidade do pensamento de Maquiavel sobre o a origem de Roma: “de um lado a necessidade de conjugar a ideia [...] de uma constituição perfeita, e, portanto, de um primeiro legislador [...] e por outro lado, a leitura evolucionista baseada no dissenso político como motor da história romana” (BERNS, 2000, p. 74). Maquiavel rompe, portanto, com a tradição anterior condenava o fratricídio, por motivos morais, religiosos, mas também porque ele representava a ruptura com a concórdia que era muito valorizada.

Sobre o papel das leis e instituições para Maquiavel nos *Discursos*, Berns afirma que a política se apresenta como uma forma de se resistir às imposições naturais e individuais – que levam à corrupção e que são um perigo constante para a própria política. Nesse sentido, Maquiavel atribui nos *Discursos* essa função à lei e as instituições: “toda política se apresenta como resistência às questões naturais e individuais [...] esse papel é devolvido ao

Direito e às instituições, é o que os *Discursos* se propõem a analisar, se afirma desde a origem, em Rômulo” (BERNS, 2000, p. 73). Isso porque, “o próprio fundador teria, por meio das instituições que criou, permitido a Roma manter a virtude e não ser corrompida, uma corrupção a qual sua riqueza parecia predestiná-la” (BERNS, 2000, p. 73).

No modo de pensar maquiaveliano, Rômulo estabeleceu um sistema de liberdades sendo que sua motivação não foi egoística e isso permitiu com que a cidade de Roma se estruturasse de acordo com as virtudes de seu fundador - o que estava de acordo com o pensamento renascentista: “Um Estado conservará sempre a marca daquele que o edificou; em consonância com o individualismo renascentista, Maquiavel faz depender a ‘fortuna’ de um Estado da maior ou menor *virtù* daquele que o funda ou o reordena” (TOSCANO, 1981, p. 95).

Sobre o assassinato de Remo, afirma Berns “isso me faz pensar que o fratricídio tem um valor intimamente ligado à questão do Direito e de sua autoridade, ou melhor ainda, se sua imposição radical sobre o sentido do próprio fratricídio” (2000, p. 67). Berns busca assim “determinar o valor dessa passagem dentro do texto maquiaveliano”, embora saiba sobre os textos de Maquiavel que “um texto literário não tem a mesma capacidade de um texto jurídico, de prescrever ao invés de anunciar” (2000, p. 67). Entende que “é indiscutivelmente claro que poucos autores consideram essa parte do mito das origens de Roma em termos de valores propriamente políticos” (BERNS, 2000, p. 67).

O assassinato de Remo relaciona-se com a corrupção da cidade. As cidades corrompidas, para que seja possível uma república, teriam que se assemelhar ao estado régio e não ao popular, porque “os homens insolentes que não pudessem ser corrigidos pelas leis fossem de algum modo freados por uma autoridade quase régia. E torná-los bons por outros meios seria empresa credulíssima ou de todo impossível” (*Discursos*, I, 18). Como exemplo de quem se valeu desse estado régio, cita Maquiavel, Cleômenes e Rômulo:

Foi o que fizeram Cleômenes e Rômulo, que, pelas mesmas razões, matou o irmão e Tito Tácio Sabino, mas depois usaram bem a autoridade conquistada; entretanto, é preciso notar que

nenhum dos dois tinha o sujeito maculado por aquela corrupção que estamos falando nesse capítulo (*Discursos*, I, 18).

A corrupção a que se refere Maquiavel é a da própria cidade e dessa forma, há dificuldades para se estabelecer ou para se manter uma cidade livre. A liberdade para Maquiavel é valor importantíssimo. Lefort já nos alertava que Maquiavel estava mais vinculado à liberdade do que aos senhores com quem conviveu (LEFORT, 2019, p.4). “*Libertà* é o resultado do *ethos* de um povo que vive em liberdade” (AMES, 2017, p. 39). Skinner afirma que “o que Maquiavel tem em mente ao acentuar tanto a liberdade é, basicamente, que uma cidade que aspira à grandeza deve se manter livre de todas as formas de servidão política” (SKINNER, 2012, p. 73).

A relação entre liberdade e expansão política e econômica de uma cidade é em Maquiavel, diretamente proporcional. A liberdade aqui é entendida como ausência de obediência, que não seja as próprias decisões dos cidadãos que dela fazem parte. Nesse sentido, a afirmação de uma determinada cidade é livre “é equivalente a dizer que ela se mantém independente de qualquer autoridade, exceto da própria comunidade. Assim, falar em ‘estado livre’ é falar de um estado que governa a si mesmo” (SKINNER, 2012, p. 73).

Nesse sentido, a ação de Rômulo visou o estabelecimento de um regime de liberdades em Roma, porque ao instituir o Senado romano, entregou as decisões política da cidade à própria comunidade que a ela pertencia, instituindo assim, portanto, um regime de liberdade. Isso faz com que Maquiavel considere a ação de Rômulo justificada: “Cumpra-se o fato o acusa, o efeito o escuse; e quando o efeito for bom, como o de Rômulo, sempre o escusará: porque se deve repreender quem é violento para estragar, e não quem o é para consertar” (*Discursos*, I, 9).

Dessa forma, Maquiavel não só absolve Rômulo – no presente – como a ele concede uma absolvição perpétua – no tempo verbal do futuro – indicando que ele sempre será absolvido pelos atos que praticou. Isso porque visou a grandeza da cidade e não sua destruição, valorizando positivamente a conduta de Rômulo:

Além disso, o uso do tempo futuro de Maquiavel (“sempre o absolverá”) confirma a validade imortal do modelo de Rômulo [...] O fundador de Roma não era movido por ambição pessoal, pois não pretendia reunir poder para si próprio, mas o bem maior da cidade [...] Como explica Maquiavel, as decisões de Romulus de não nomear um sucessor e estabelecer o Senado demonstram claramente sua excepcional virtude. Assim, enquanto Maquiavel reconhece que a violência destinada a destruir uma cidade é digna de culpa, esta concessão, sem surpresa, não se aplica ao caso em consideração (MOUDARRES, 2014, p. 30).

Essa absolvição eterna dada por Maquiavel ao fratricídio cometido por Rômulo, fez com que Maquiavel fosse considerado um inimigo da lei. Embora Maquiavel tenha sido um pensador atrelado ao desrespeito e a violação da lei, quer-se aqui evidenciar que há uma interpretação pela qual Rômulo sequer teria violado alguma lei, primeiro porque as leis civis ainda não existiam em Roma e segundo porque pela lei religiosa, os muros eram sagrados. Rômulo teria agido, assim, em defesa da lei existente que era a religiosa. De qualquer maneira, mesmo que se compreenda que Rômulo seja um violador da lei e que seu ato foi criminoso, para Maquiavel ele mereceria escusa, porque isento de motivos egoísticos, mesquinhos, tãcanhos.

Tanto a motivação do ato de Romulo quanto seus efeitos importam para Maquiavel que repudia outros fratricídios, como aquele de Horácio (que venceu Mécio, rei albano e submeteu seu povo a Roma). Horácio matou sua irmã²⁷⁰ porque ela chorava a morte de um dos curiácios que ele havia assassinado em batalha. Esse último ato “desgostou tanto os romanos que estes o obrigaram a defender a própria vida em julgamento, apesar de serem tão grandes e recentes seus méritos” (*Discursos*, I, 24). Maquiavel conclui que embora Horácio tenha sido libertado, isso se deu “mais pelo rogo do pai do que por seus próprios méritos” e que esse dentre os ensinamentos desse episódio, é notável que “numa cidade bem ordenada as culpas nunca são compensadas pelos méritos” (*Discursos*, I, 22).

²⁷⁰ “Tulo, rei de Roma, e Mécio, rei de Alba, estabeleceram que, dos dois povos, seria senhor do outro aquele cujos três homens (acima citados) vencessem. Foram mortos os três Curiácios, de Alba, e ficou vivo um dos Horácios de Roma; por isso, Mécio, rei albano, e seu povo ficaram sujeitos aos romanos. E o Horácio vencedor, ao voltar para Roma, encontrando uma de suas irmãs, que era prometida em casamento a um dos três Curiácios mortos, a chorar a morte do marido, matou-a. Assim, esse Horácio foi por tal erro levado a juízo” (*Discursos*, I, 22).

Partindo disso as circunstâncias e objetivos do fratricídio romano, legitimado por Maquiavel, não podem ser ignoradas. Maquiavel afirma que a conduta fraticida cometida por Rômulo poderia ser considerada como um mau exemplo de fundador de estado, caso não se levasse em consideração “a finalidade que o levou ao homicídio” (*Discursos*, I, 9). O fato de Rômulo ter conseguido o poder através de uma ação violenta, não legitima outras ações violentas, outros fratricídios. Isso porque se trata de ato excepcional, para aquelas condições. Não significa que todos aqueles que violaram as leis, que conseguiram obter governos por meio de ações violentas, estariam legitimados a fazê-lo, ou ainda, que seus atos seriam, por isso, considerados corretos, aceitáveis ou até mesmo incentivados por Maquiavel. Moudarres, citando o fratricídio bíblico de Caim contra Abel²⁷¹, complementa:

É com base nisso que a distância entre o uso que Maquiavel faz de Caim sobre a ambição e o exemplo de Rômulo nos *Discursos* deve ser aferido. As medidas tomadas depois de matar Remo indicam que, ao contrário de Caim, que era impulsionado por uma ambição insaciável, ‘vivendo feliz em sua morada pobre com sua família’, Romulo agiu de acordo com as circunstâncias extraordinárias que enfrentou quando instituiu as novas ordens da cidade (MOUDARRES, 2014, p. 31).

Por que o fratricídio cometido por Rômulo, diversamente de outros, não é condenado por Maquiavel? Uma análise objetiva indica que as ações são equiparadas: irmãos que atentam um contra a vida do outro. O resultado é o mesmo: em ambos os casos um dos irmãos tem a vida retirada pelo outro. O que muda? A motivação. Enquanto Caim, segundo a passagem bíblica, matou seu irmão Abel por inveja, eis que teve sua oferenda rejeitada por Deus, enquanto que aquela do irmão fora aceita, Rômulo não é guiado pelos mesmos sentimentos. Teria Rômulo reagido a uma provocação do irmão. Há ainda a

²⁷¹ “Adão teve relações com Eva, sua mulher, e ela engravidou e deu à luz Caim. Disse ela: ‘Com o auxílio do Senhor tive um filho homem’. Voltou a dar à luz, desta vez a Abel, irmão dele. Abel tornou-se pastor de ovelhas, e Caim, agricultor. Passando algum tempo, Caim trouxe do fruto da terra uma oferta ao Senhor. Abel, por sua vez, trouxe as partes gordas das primeiras crias do seu rebanho. O Senhor aceitou com agrado Abel e sua oferta, mas não aceitou Caim e sua oferta. Por isso, Caim se enfureceu e o seu rosto se transtornou. O Senhor disse a Caim: ‘Por que você está furioso? Por que transtornou o seu rosto? Se você fizer o bem, não será aceito? Mas, se não o fizer, saiba que o pecado o ameaça à porta; ele deseja conquistá-lo, mas você deve dominá-lo’. Disse, porém, Caim a seu irmão Abel: ‘Vamos para o campo’. Quando estavam lá, Caim atacou seu irmão Abel e o matou” (A BÍBLIA - Gênesis, 4:1-8)

hipótese de Remo ter violado uma antiga lei religiosa que proibia a entrada na cidade, a não ser pelas portas:

A tradição mais difundida é que Remo, para zombar de Rômulo, teria transposto com um salto as novas muralhas; por isso teria sido morto pelo irmão enfurecido que, ameaçador, ainda acrescentou ‘assim morrerá de agora em diante qualquer outro que ultrapassar as minhas muralhas’. Dessa maneira, Rômulo sozinho se apoderou do poder e a cidade fundada foi chamada a partir do nome do fundador. Rômulo fortificou primeiro o Palatino, no qual ele próprio tinha crescido (LÍVIO, 2008, p. 49-51).

No *Digesto* também há uma determinação sobre a impossibilidade de violação dos muros da cidade, sob pena capital: “se alguém tiver violado os muros é punido com pena capital, assim como se alguém transcendê-los empregando escadas ou qualquer outro modo. Pois os cidadãos romanos não podem sair senão pelas portas” (JUSTINIANO, D. 1.8.11). Transpor os muros da cidade era considerado uma ação muito grave, punida com pena de morte porque era considerado algo “hostil e abominável”. Assim, fazendo referência ao fratricídio cometido por Rômulo: “pois a tradição conta que também Remo, irmão de Rômulo, foi morto pelo fato de ter querido transcender o muro” (JUSTINIANO, D. 1.8.11).

Enquanto Maquiavel não aceita a atitude de Caim, porque ele estava guiado apenas por motivos particulares, mesquinhos, torpes, egoísticos e em nada visou o bem da coletividade, defende a conduta violadora praticada por Rômulo. Isso, claramente se dá pelos motivos que conduziram as condutas. O motivo de Rômulo era diferente do de Caim, seu fratricídio foi cometido visando o bem comum, o que segundo Maquiavel fica claro quando podendo, não centralizou o poder em si, mas convocou o Senado para servir-lhe de conselho:

Maquiavel elogia a prudência de Rômulo porque um herdeiro indicado poderia ter usado a autoridade que lhe foi concedida “ambiciosamente” e não efetivamente como o primeiro rei. Enquanto é necessário que um indivíduo estabeleça as ordens de um estado, esse sistema político pode ser mais bem suportado se envolver uma assembleia maior. Tal órgão legislativo estaria menos inclinado a alterar fundamentalmente a estrutura constitucional de uma res publica e, ao mesmo tempo, ajustaria com mais sucesso suas leis às diferentes demandas da história (MOUDARRES, 2014, p. 31).

Assim, além dos motivos diversos que levaram Rômulo e Caim ao ataque de seus respectivos irmãos, Abel e Remo, a análise sobre as circunstâncias em que os crimes ocorreram, há diferenças: Enquanto Caim teria levado seu irmão Abel ao campo - talvez abusando da confiança que o irmão nele possuía, tendo em vista que voluntariamente o acompanhou a um lugar distante das outras pessoas, em uma espécie de emboscada – e naquele lugar cometeu o fratricídio, Rômulo atentou contra a vida de seu irmão Remo, não de maneira premeditada, sorrateira, mas sim como uma forma de reação a uma provocação, dentro das muralhas da cidade que fundou.

Outro fratricídio condenado por Maquiavel é aquele de Horácio contra a sua irmã. Horácio e mais dois homens, todos indicados por Tulo, rei romano, enfrentou três Curiácios indicados por Mévio, rei de Alba. Em jogo estava a servidão dos povos. Aquele cujos homens vencessem teriam o Direito de ser senhor do outro. Horácio foi o único que sobreviveu à batalha e garantiu a liberdade romana. Voltando à Roma, ao encontrar uma de suas irmãs chorando a morte de um dos Curiácios assassinados – aquele para quem estava prometida em casamento – matou-a por essa lamentação (cf. *Discursos*, I, 22).

Esse ato praticado por Horácio foi condenado por Maquiavel, que afirmou: “Assim, esse Horácio foi por tal erro levado a juízo, sendo libertado depois de muitas disputas, mais pelo rogo do pai do que por seus próprios méritos” (*Discursos*, I, 22). O ato praticado por Horácio foi qualificado por Maquiavel como sendo um erro, que inclusive retirou de Horácio seus méritos, tendo em vista que o que libertou Horácio da condenação não foi o fato de ter garantido a liberdade à Roma, mas sim os apelos de seu pai.

Maquiavel analisa que o fato de Horácio ter sido levado a julgamento pelo assassinato de sua irmã após ter cometido um ato tão grandioso para Roma, garantindo a liberdade para a cidade, poderia parecer ingratidão popular para aqueles que realizarem uma análise superficial, mas ressalva: “quem examinar melhor e procurar com mais atenção quais devem ser as ordenações da república, haverá de censurar aquele povo mais por tê-lo absolvido do que por ter desejado condená-lo” (*Discursos*, I, 24).

Isso significa que para Maquiavel, o desejo de condenação de Horácio não merecia repreensão, porque pelo assassinato da irmã ele deveria ter sido

condenado, pois o mérito de uma ação não pode anular o demérito de outra - isso se uma república quiser ser bem ordenada. Horácio de Roma, vencedor da batalha com os Curiácios de Alba, garantiu a liberdade aos romanos. No entanto, tal ato, não o tornou imune à aplicação das sanções devido ao homicídio que cometeu contra sua irmã, porque “numa cidade bem ordenada as culpas nunca são compensadas pelos méritos” (*Discursos*, I, 22) e ainda: “nenhuma república bem ordenada jamais usou os méritos de seus cidadãos para anular seus deméritos” (*Discursos*, I, 24). Isso se dá a fim de garantir a autoridade da lei:

Se num cidadão que tenha realizado alguma excelente obra em favor da cidade se somarem à reputação proveniente dessa obra a audácia e a confiança de cometer uma ação que não seja boa sem temor de punição, este em breve se tornará tão insolente que se dissolverá toda a autoridade da lei [civiltà]

Embora tivesse Horácio imenso mérito ao ter vencido a batalha com os Curiácios, e assim garantido a liberdade dos romanos, isso não foi suficiente para que Maquiavel o absolvesse do fratricídio praticado contra sua irmã, porque as boas ações devem ser louvadas e premiadas, mas caso essa mesma pessoa digna de reconhecimento venha a cometer uma má-conduta, deve, na mesma medida, ser repreendida: “mesmo tendo premiado alguém por uma boa obra, castigá-lo-á depois, sem consideração alguma por suas boas obras, caso ele venha a cometer uma má ação” (*Discursos*, I, 24). Por má ação, qualifica o ato de Horácio ao matar sua irmã.

Maquiavel, não absolve, portanto, nem Caim, nem Horácio, pelos crimes cometidos contra seus irmãos. Em nenhum desses casos a violação da lei se deu de modo excepcional e por necessidade. No caso de Horácio, chama a atenção o fato do dele ter acabado de lutar em defesa de Roma quando assassinou sua irmã, que por sua vez chorava a morte de um combatente de outro reino. Caso o combatente morto tivesse vencido, todos os romanos teriam se tornado servos – mesmo assim, nada justificaria a ação cruel de Horácio.

A tensão entre ordens jurídicas e ações extraordinárias explica outra potencial contradição entre o elogio de Maquiavel a Rômulo e sua denúncia de Horácio nos *Discursos* 1.24. Embora Horácio tenha lutado em nome de Roma ao lado de

seus dois irmãos contra os três Curiatii no renomado concurso em Alba, Maquiavel condena-o inequivocamente por matar sua irmã, que foi levada a um dos curiatii e cuja única falta foi lamentar a morte de seu marido (Discursos 1.22). Maquiavel argumenta que, apesar dos méritos acumulados nessa batalha decisiva, Horácio deveria ter sido condenado por tal “falta atroz” (MOUDARRES, 2014, p. 32).

A ausência de absolvição de Maquiavel da ação praticada por Horácio, que ao contrário disso o condena, demonstra que mesmo quando alguém pratica um determinado ato grandioso, isso não o torna imune à aplicação da lei, quando a viola. O fato de Horácio ter lutado e ter garantido a liberdade de Roma, não garante a ele mesmo o Direito de violar a lei. Isso significa dizer que a liberdade garantida por Horácio não é uma liberdade absoluta e irrestrita, nem mesmo para ele que em última instância, ao lado de outros dois, foi responsável pela garantia da própria liberdade. A liberdade que garantiu é limitada pela lei. Mesmo que o Horácio tenha atingido bons fins, garantindo a liberdade, isso não torna todas as suas ações boas. Essa é mais uma afirmação de Maquiavel que contraria a máxima jamais dita por ele, mas a ele atribuída, de que os fins justificam os meios.

Nem quando ele desculpa a morte de Remo por Rômulo, nem quando ele condena o assassinato por Horácio de sua irmã, Maquiavel ignora a dimensão ética dessas ações: ele as define com a palavra “homicídio”. A distinção espinhosa entre esses dois eventos tem origem em de um lado, a necessidade de estabelecer as ordens de uma nova cidade através de feitos extraordinários e, de outro, a necessidade de proteger um estado bem ordenado da ameaça de medidas extrajudiciais (MOUDARRES, 2014, p. 32).

Assim, ao condenar determinados atos fraticidas e absolver outro, conforme comentário de Moudarres, Maquiavel não ignora a dimensão ética dessas condutas, bem como não autoriza a violação das leis em um Estado bem ordenado. Embora Horácio tivesse atuado em defesa da cidade e, portanto, motivado pelo bem comum e pelo interesse da coletividade, sua conduta foi desvalorizada por Maquiavel porque sua ação não poderia ser considerada dentre aquelas extraordinárias, excepcionais, necessárias para a manutenção do Estado. Ele apenas exterminou uma viúva queixosa em uma cidade que já possuía um ordenamento jurídico vigente e estruturado, que já havia garantido a liberdade e que por isso deveria ser preservada de ações que

extrapolassem aquela ordem vigente. Essas duas condenações fratricidas de Maquiavel, corroboram para o que se defende aqui: a violação da lei não é a regra em seu projeto político. Não é ato corriqueiro, banal, legitimado por qualquer ocasião e por isso tema desimportante. Trata-se de ato que somente pode ser praticado de maneira extraordinária, visando o bem comum e o interesse coletivo e, a garantia da liberdade de uma cidade.

4.10 Lei e conflito

Esse capítulo tem como objetivo evidenciar a sofisticação do pensamento de Maquiavel sobre a função da lei. Maquiavel ao contrário da maioria de seus contemporâneos, via no conflito, no dissenso, na desunião uma forma de manutenção de um corpo político saudável. Maquiavel acreditava que a república romana, que “constituiu-se uma república perfeita” (*Discursos*, I, 2), tinha o conflito e o dissenso como responsáveis pelo seu sucesso. O motivo dessa perfeição é apresentado por ele, como sendo a desunião entre plebe e senado, que não apenas garantiam a vida livre, como também mantinha a república romana poderosa: “perfeição a que se chegou devido à desunião entre plebe e senado” (*Discursos*, I, 2). Ainda no Capítulo 4, do mesmo Livro (Livro I) Maquiavel alerta “há dois humores diferentes, o do povo e o dos grandes, e que todas as leis que se fazem em favor da liberdade nascem da desunião deles, como facilmente se pode ver que ocorreu em Roma” (*Discursos*, I, 4). Nesse sentido, Adverse:

A lei é destituída de seu caráter puramente formal. Isso significa [...] que a lei, expressão das forças sociais (e que visa o bem comum), não é mais identificada com a razão do nomoteta, e sim como um produto histórico dos enfrentamentos políticos. Assim, as leis e instituições de Roma, decisiva para sua liberdade e grandeza, foram construídas ao longo do tempo, ao invés de deduzidas da mente privilegiada do legislador (ADVERSE, 2013, p. 101).

Essa afirmação de Maquiavel de que o dissenso/conflito é responsável pelas leis que favorecem a liberdade se refere ao enfrentamento entre os humores presentes na cidade, a saber, os humores entre grandes e povo. As leis que garantem a liberdade são devedoras dessa desunião entre esse

humores, que se confrontando, geraram a perfeição na república romana. Maquiavel afirma no Livro I, Capítulo 2 dos *Discursos* que principado, *optimates* e popular são as três formas boas de governo, mas que apenas um desses em uma cidade se mantém por pouco tempo, porque logo se corrompem (cf. *Discursos*, I, 2).

Como para Maquiavel as formas boas de governo tendem sempre a se degenerar e a se transformar em outra coisa que não formas boas, a saber, o principado degenerado se transforma em governo arbitrário, autoritário (tirania); *optimates* degenerado se torna governo de poucos (oligarquia); e governo do povo, quando degenerado, em licença, na qual “não eram temidos nem homens privados nem os homens públicos; de tal sorte que vivendo cada um a seu modo, cometiam-se todos os dias mil injúrias” (*Discursos*, I, 2).

Sobre a licença, explica Benevenuto que “a licença é um efeito disforme” e “ao invés de se efetivar como uma forma de governo propriamente dita, apresenta lacunas e se caracteriza justamente pela dificuldade de se configurar como um regime político de fato” (2014, p. 77). Completa Benevenuto que “parece haver pelos menos duas maneiras de pensá-lo. A primeira, a partir da degeneração de uma determinada forma de governo” [...] a outra é que “a licença pode ser compreendida também pela dificuldade que um determinado corpo político apresenta em definir sua forma, permanecendo instável em meio à corrupção que nele se instaurou” (2014, p. 77, 79). Destaca Benevenuto que esse poderia ser “um receita de Maquiavel em ver sua Florença licenciosa”, visto que a cidade “seguia alternando sua forma, ora República, ora Principado. Mas nunca uma República ou Principado forte o suficiente para manter sua forma” (2014, p. 83).

Maquiavel, ao abordar as formas boas de governo, antes de se degenerarem, inicia fundamentando-as na lei. Quando trata do principado, afirma que a lei é uma alternativa ao critério da força como escolha do governante, como se verá no item republicanismo de Maquiavel, ao afirmar que ao perceberem que poderiam ser atingidos por atos de maldade, perniciosos, injuriosos e de ingratidão “reuniram-se para fazer leis e ordenar punições a quem as violasse”. Ao tratar dos *optimates*, afirma que “conduziam-se segundo as leis por eles mesmos ordenadas, pospondo todas as suas comodidades à

utilidade comum". Por fim, ao abordar o estado popular, afirma que "o ordenaram de tal modo que nele não fosse dada autoridade alguma" (*Discursos*, I, 2). Nota-se que para Maquiavel, todas as formas boas de governo fundamentam-se, de maneira anterior, na instituição da lei e da ordenação.

Ocorre que essas formas de governo se degeneram e o ciclo recomeça. Nesse sentido, a saída está novamente na lei. A alternativa dada por Maquiavel é a de que aqueles que ordenam as leis estejam diligentes quanto ao fato dessas degenerações e assim, editem leis capazes de evitá-las: "Digo, portanto, que todos esses modos são nocivos [...] Assim, sempre que tiverem conhecimento desse defeito, aqueles que prudentemente ordenem as leis evitem cada um desses modos por si mesmos" (*Discursos*, I, 2).

A lei é novamente uma saída. Ela fundamenta as formas de governo apresentadas e também como evitá-las. As formas puras de governo deveriam ser evitadas, sendo que a melhor forma de governo é, portanto, aquela que conjuga todas as formas em uma só, na qual nenhum dos humores se sobrepõe, mas convivem de modo a se enfrentarem. Assim, aos ordenadores das leis cabe "escolher algum que tivesse um pouco de todos, por julgarem mais firme e estável; porque, quando numa mesma cidade há principado, *optimates* e governo popular, um toma conta do outro" (*Discursos*, I, 2). Cita por fim, os tribunos da plebe criados em Roma em torno de 494 a. C., a fim de dar lugar ao governo popular, visto que a cidade já continha as outras duas formas de governo.

Maquiavel possui uma opinião extremamente favorável ao lugar dado à plebe através dos tribunos e enaltece os tumultos que geraram a criação deles. Isso porque, favoreceram a liberdade: "e se os tumultos foram razão para a criação dos tribunos, merecem sumos louvores; porque além de concederem a parte que cabia ao povo na administração, tais tribunos foram constituídos para a guarda da liberdade romana" (*Discursos*, I, 4). O meio tumultuário era aquele pelo qual o povo romano conseguia resultados. Quando o povo necessitava de alguma lei, ou realizava um grande tumulto, esse era o modo de proceder. Usava o povo "modos extraordinários, quase ferozes, ver o povo a gritar contra

o senado, o senado contra o povo, a correr o tumulto pelas ruas, a fechar o comércio a sair toda a plebe de Roma” (*Discursos*, I, 4).

A plebe romana, portanto, agia de acordo com esses modos descritos, ou se negava a praticar algum ato: “A cidade de Roma, por exemplo, tinha esse modo: quando o povo queria obter uma lei, ou fazia alguma das coisas acima citadas ou se negava a arrolar seu nome para ir à guerra, de tal modo que para aplacá-lo, era preciso satisfazê-lo” (*Discursos*, I, 4). A essa afirmação, de que o desejo do povo precisava ser satisfeito, para que os modos ordinários voltassem à cidade, Maquiavel apresenta uma prévia e pronta defesa a qualquer acusação de risco ou sujeição do corpo político apenas aos desejos do povo: “os desejos dos povos livres raras vezes são perniciosos à liberdade, visto que nascem ou de serem oprimidos ou da suspeita de que virão a sê-lo” (*Discursos*, I, 4). E mesmo assim, caso esses desejos do povo sejam falsos, caso sejam “falsas tais opiniões, há sempre o remédio das assembleias [*concioni*], nas quais surja algum homem de bem que, discursando, lhes mostre que se enganam” (*Discursos*, I, 4).

Para Maquiavel, o povo, quando não deseja a liberdade, não o faz de maneira consciente. O faz por uma espécie de e vício de vontade, por um engano, por um erro. Deliberadamente, portanto, o povo não optaria por algo que viesse a reduzir a liberdade de maneira consciente. Não adotaria uma prática, que contemplasse uma dimensão que atentasse contra a perspectiva da liberdade. O povo erra, o povo é enganado, mas não age por maldade, por egoísmo, por um desejo que não seja o de liberdade.

Na mesma linha, argumenta que a república mista, aquela que mantém as três formas boas de governo é a melhor forma de constituição, visto que a república romana foi constituída assim, por cônsules, senado e tribunos da plebe²⁷². Os cônsules eram “magistrados supremos da república” (VIVANTI, 2016, p. 55). Foram colocados no lugar dos reis fundadores, mas não teriam abandonado o poder régio, de tal forma então, a república romana teria condensado principado, *optimates* e popular e “as três formas de governo tinham a sua parte” (*Discursos*, I, 2). Do confronto desses humores nasceu a

²⁷² “depois de muitas confusões, tumultos, perigos e perturbações, surgidos entre a plebe e a nobreza, chegou-se à criação dos tribunos, para a segurança da plebe” (*Discursos*, I, 3).

perfeição: “perfeição a que se chegou devido à desunião entre plebe e senado” (*Discursos*, I, 2).

No capítulo V dos *Discursos*, encontramos a maior concentração de informações sobre a relação que se estabelece entre os humores de grandes e povo e a liberdade. O título do capítulo já indica isso “*onde se deposita com mais segurança a guarda da liberdade: no povo ou nos Grandes; e quem tem maior razão para criar tumultos: quem deseja conquistar ou quem quer manter*” (*Discursos*, I, 5).

Se deve dar a guarda de uma coisa àqueles que têm menos desejo de usurpá-la. E sem dúvida se considerarmos o objetivo dos nobres e o dos plebeus [*ignobili*], veremos naqueles grandes desejo de dominar e nestes somente o desejo de não ser dominados e, por conseguinte, maior vontade de viver livres, visto que podem ter menos esperança de usurpar a liberdade do que os grandes; de tal modo que sendo os populares encarregados da guarda da liberdade, é razoável que tenham mais zelo e que, não podendo eles mesmos apoderar-se dela, não permitirão que outros se apoderem (*Discursos*, I, 5).

Para além de aconselhar o ordenador de leis de que deveria estar atento e refutar qualquer forma única de governo na cidade, porque o misto seria mais duradouro e contemplaria a estabilidade do corpo político, Maquiavel estabelece outra premissa: aquele que ordenar as leis deve levar em consideração a disposição humana à prática de atos egoístas, mas essa questão já foi analisada no item *a lei como artificialidade para tornar os homens bons*.

4.10.1 A lei como produto dos tumultos: o exemplo romano

Rouland, afirma que aos olhos dos patrícios, não seria possível designar as uniões, ou junções entre plebeus como família. Família seriam somente aquelas uniões ou junções entre patrícios – somente eles se julgavam legitimados a utilizar essa designação. Isso se dá, pela própria definição do termo “patrício”. Patrício “é aquele indivíduo que tem condições de invocar a pertinência de um *gens*, à família ‘grande’”. Nesse sentido, a designação “família” seria restrita aos patrícios, porque “A *família*, grupo mais restrito que

constitui o quadro de vida dos plebeus, é algo que não existe aos olhos dos patrícios. Por isso é que somente eles, os patrícios, se julgam no Direito de poder ‘designar o seu pai’”. Isso faz com que “em relação à plebe, portanto, não se fale de família” (ROULAND, 1997, p. 37).

A ausência do reconhecimento, por parte dos patrícios, das relações entre plebeus como instituição familiar, também está etimologicamente designado. A expressão plebe traz contra si “um pesado juízo de valor”, porque plebe, “como seu nome sugere (em grego, *plêthos* significa massa, população), ela não é mais do que uma multidão desordenada, um aglomerado de vadios e desordeiros de que nos falam os relatos transmitidos pela memória aristocrática” (ROULAND, 1997, p. 37).

Esse modo de tratar a plebe traz consigo consequências práticas. Uma delas, é que os patrícios, “aqueles que sustentam” esse juízo pejorativo sobre a plebe “se julgam autorizados a exercer o papel daquilo que se pode chamar verdadeiramente de classe dominante” (ROULAND, 1997, p. 37). Isso faz com que deixem de reconhecer, por exemplo, as atividades laborativas realizadas pela plebe como dignas. Um “desprezo vagamente atenuado em relação às atividades do comércio”. Os patrícios “inventam a noção de ‘proletários’” e conforme escreve Rouland, citando Dionísio²⁷³: “assim como não existe uma família entre os plebeus não podem existir, entre esses imigrantes, profissões honradas” e “as posses dos plebeus são consideradas nulas pelos patrícios” (ROULAND, 1997, p. 37-38).

A plebe, aos olhos dos patrícios, era uma espécie de entidade reprodutora: “parecia que nada mais (...) de certa maneira, poderíamos esperar do que os seus filhos (*proles*)”. Rouland chama a atenção sobre essa passagem, a fim de nos fazer refletir sobre como e quanto esses preconceitos ainda estão arraigados nas mentes de algumas pessoas na atualidade: “por acaso, hoje em dia, não existem aqueles que dizem das categorias sociais mais humildes ou dos povos em vias de desenvolvimento que ‘só sabem fazer filhos’? Tal expressão faz eco aos *proletari* dos primeiros romanos” (ROULAND, 1997, p. 38). Em resumo: “degenerescência moral, inferioridade

²⁷³ Dionísio de Halicarnasso, *Antiguidades romanas* II, 28, 1.

social, indignidade de fortuna e de família, quando não uma simples inexistência, tal é o conceito que pesa sobre a plebe” (ROULAND, 1997, p. 38). Essa era a plebe romana, pejorativamente designada, constantemente humilhada e dominada. Entretanto, “como ensinam a psicologia e a história social, só se procura dominar aquilo que se tem medo” (ROULAND, 1997, p. 37).

Questiona-se, entretanto, se as relações entre os patrícios eram, por eles mesmos, dotadas de valores considerados superiores quando comparados aos plebeus; se as atividades laborativas desenvolvidas pelos plebeus eram desprezadas, se tudo isso ocorria devido à origem, ao nascimento dos plebeus, o que fazia com que a “classe dominante” dos patrícios temesse a plebe? Para responder, Rouland cita novamente Dionísio²⁷⁴, de que a resposta estaria na questão numérica. Isso porque “a massa” que compõe a plebe “é ameaçadora, porque atinge uma cifra que se eleva ao triplo em relação aos cidadãos” (ROULAND, 1997, p. 37).

Interessante é o conceito de cidadão desse período. Com os plebeus não tinham Direito às suas posses, segundo o raciocínio dos patrícios não fazia sentido que tivessem armas (mesmo porque as armas também são posses). Assim, “não se pode contar com os plebeus para defender a cidade” e nesses termos, “não faz o menor sentido lhes reconhecer Direitos políticos decorrentes do *status* de cidadão” porque “a cidadania advém do fato de poder ser guerreiro” (ROULAND, 1997, p. 37-38).

A distinção das atividades militares fazia toda a diferença para se classificar a pessoa como sendo do povo, ou da plebe, porque “a etimologia *clientes* tem sua raiz no verbo *populor*, que significa ‘assolar’ ‘devastar’, aludindo, portanto a atividades militares” e ainda sobre o tema “a forma mais antiga para designar o *populus* era *populus romanus quiritium*, o que quer dizer povo romano dos quirites. E o que quer dizer quirites? O termo indo-europeu ‘viro’ designa o homem combatente” (ROULAND, 1997, p. 39).

Nesse sentido, o termo povo na Roma antiga era reservado somente para aqueles que poderiam ser guerreiros e combatentes. Como a plebe não

²⁷⁴ Dionísio de Halicarnasso, *Antiguidades romanas* II, 9, 1.

poderia ser guerreira, não possuía armas que pudessem fazer dela combatente, era exatamente o oposto do povo, que era o “*populus* e, portanto, o contrário da plebe” (ROULAND, 1997, p. 39). Como se se verá, somente com o rei Sêrvio Túlio (578-534 a. C.,) a plebe passaria a ser admitida nos exércitos. Os três últimos reis romanos foram etruscos²⁷⁵. O primeiro rei etrusco de Roma foi Tarquínio, o Antigo. Depois Sêrvio Túlio e por último Tarquínio, o Soberbo. Essa tríade de reis etruscos ficou conhecida na história como período dos Tarquínios, devido aos seus nomes, que perdurou de (617-509 a. C.).

Maquiavel utiliza-se dessa denominação e menciona, como se verá na sequência, em diversas passagens dos *Discursos*²⁷⁶ o período em que esses três reis governaram Roma, como o período dos Tarquínios. Embora a Fundação de Roma tenha se dado por volta de 754 a. C., o período dos Tarquínios foi tão importante que a cidade passou a existir efetivamente como tal a partir deles, “Ora, sabemos que a cidade nasceu em torno dos anos 600. Até o advento dos reis etruscos, portanto, é perfeitamente possível falar do domínio dos quirites” (ROULAND, 1997, p. 40).

Tarquínio, o Antigo, reinou em Roma entre 617 e 579 a. C. Foi ele que “introduziu no Senado, templo das tradições ancestrais, os representantes da classe remediada da nova burguesia resultante do desenvolvimento econômico de Roma. Esses ‘novos ricos’ são denominados [...] pais das *gentes* menores”. A tradição fundada por Tarquínio, o Antigo, de inclusão da plebe no Senado fez com que “a velha aristocracia” tivesse “um choque sem precedentes” ficando “abalada” (ROULAND, 1997, p. 43).

O segundo rei etrusco, Sêrvio Túlio, reinou de 578-534 a. C. Ele entendeu, sobre os plebeus, que “continuar a excluí-los totalmente das

²⁷⁵ “O próprio nome Roma, deriva do etrusco *rumon*, rio (cf. ROULAND, 1997, p. 29). Sobre a influência dos etruscos em Roma: “Roma deve justamente ao dinamismo etrusco o seu nascimento como cidade” (ROULAND, 1997, p. 30). Isso porque com a chegada dos etruscos em Roma houve uma “verdadeira revolução” na cidade entre 625 e 575 a. C., na qual “a cidade substituiu os vilarejos”, em que “a pedra e os tijolos transformaram as cabanas em casas” e “o teto recobre-se de telhas”. Isso ocorreu depois que o “período das cabanas havia durado diversos séculos” (ROULAND, 1997, p. 30). E assim, “em meados do século VI (a.C.) a cidade cerca-se de muralhas que a protegem e a delimitam geograficamente: trata-se do muro de Sêrvio”, cuja construção é atribuída pelos antigos ao rei Sêrvio Túlio” (ROULAND, 1997, p. 32).

²⁷⁶ (*Discursos*, I, 3 e 4)

assembleias políticas equivaleria a ir de encontro a mais elementar prudência” e assim instituiu os comícios “centuriais”, que serviram para integrar alguns membros da plebe, de acordo “com a fortuna”, como soldados (ROULAND, 1997, p. 42).

Foi com Sêrvio Túlio que a plebe passou a ter suas riquezas reconhecidas e a ser admitida nos comícios centuriais, nos quais se discutia a declaração de guerra, tratados e leis. Isso fez com que alguns integrantes da plebe passassem a integrar os comícios com fundamento em “uma base censitária” que considerava o “cálculo da fortuna dos cidadãos”, utilizando como medida de valor o “peso de metal” que servia para “determinar a posição de cada um na assembleia censitária” (ROULAND, 1997, p. 45-46). Isso fez com que os plebeus que possuíam bens passassem a ser admitidos tanto nas assembleias, quanto no quadro dos soldados, e com isso, pudessem ter o *status* de cidadãos. Entretanto, havia um mecanismo para impedir que a democracia se instaurasse de fato: “o artifício essencial reside no esquema do voto” porque “o voto é sufragado por grupo, não por indivíduo” isso faz com que “Sêrvio converta a maioria numérica em minoria eleitoral” (ROULAND, 1997, p. 45-46).

Sêrvio Túlio é assassinado e o terceiro rei etrusco, Tarquínio, o Soberbo que “no intuito de assegurar a indispensável colaboração do Senado na sua investidura de rei”, e para garantir o apoio daquela plebe enriquecida, promete a ela “vantagens ainda maiores do que aquelas que obteve de Sêrvio”. E Assim, “para premunir-se de toda reação hostil” dos patrícios, “manda executar os seus principais líderes”. Nesse período Roma estava muito desenvolvida “o avanço da urbanização não conhece limites” e os patrícios passaram a explorar as riquezas geradas pela plebe, criando os denominados laços de clientela²⁷⁷

²⁷⁷ “trata-se de homens juridicamente livres; contudo, a falta de qualificação cívica que os agrava os leva a se colocarem sob a proteção de alguém mais poderoso, o patrono, que lhes retribuirá múltiplas vantagens em troca de certas prestações [...] portanto, relação de dependência, porém bilateral” (ROULAND, 1997, p. 47). No que consistem essa relação? Não se trata de uma relação de dependência econômica do cliente em relação aos patrícios, porque “é ele quem dá apoio financeiro ao seu orgulhoso patrono”. A questão parece residir no fato de que patrícios queriam “colher os frutos da expansão econômica sem sujar as mãos em atividades reprovadas por sua moral” e assim, para eles “o único caminho que se apresenta é o esquema da clientela”. O esquema consiste basicamente no fato de que os clientes desenvolvem atividades para os patrícios e em contraprestação passam a ter acesso “ao conhecimento do Direito e dos trâmites processuais” recebem uma espécie de assistência

(ROULAND, 1997, 46-47). A execução dos patrícios através da “opressão propugnada pelo governo de terror implantando por Tarquínio [...] levou ao desmantelamento do sistema político que se ancorava a monarquia” (PALMA, 2010, p. 49). Assim, em 508 a. C. Tarquínio, o Soberbo, é expulso e a República é proclamada, findando a Monarquia romana, que jamais retornou ao comando da cidade.

Essa divisão entre plebe e os patrícios, bem como a forma como a contextualização da relação entre eles se dava, no período monárquico de Roma, é importante para compreender os movimentos da plebe para angariar Direitos e posições dentro da estrutura social da época. Dentre esses movimentos, houve um que ficou especialmente conhecido, denominado de retirada da plebe. Tal fato ocorreu no período da república romana a partir dos anos 500 a. C, precisamente no ano de 494 a. C. Entretanto, como se pode denotar dos breves trechos transcritos acima, os problemas entre a plebe e os patrícios se deram em Roma desde a fundação, mas foi no período da república romana que a situação se tornou insustentável para a plebe.

Rouland, ao comentar os traços distintivos entre Atenas e Roma, afirma que a república romana foi uma revolução de direita: “em 508 a. C., Clístenes instaura por dois séculos a democracia em Atenas, um ano antes, os patrícios romanos fizeram uma revolução de direita: criaram a República” (ROULAND, 1997, p. 55). Assim, o autor nos dá pistas do por que as manifestações mais contundentes da plebe contra os patrícios se deram no período republicano e não no período monárquico, pois “o advento da República representou para a plebe uma verdadeira catástrofe” (p. 60).

O hábito de considerar “a monarquia um regime pouco sensível às reivindicações e aos Direitos do povo” se dá “por uma tradição, tão forte e ao mesmo tempo tão recente – refiro-me à Revolução Francesa”, mas “ocorre que uma monarquia pode perfeitamente ser popular” (ROULAND, 1997, p.59) Nesse sentido, a tragédia que a república romana representou para a plebe, e que não existia no período monárquico, se refere à questão econômica.

jurídica que é considerada a grande contraprestação recebida pelos clientes, pois se compreende que “a assistência judiciária devida pelos patrícios seja considerada pelos clientes como o mais forte motivo que os leva a entrar no esquema da clientela” (ROULAND, 1997, p.47-52).

Durante o período dos reinados etruscos “os laços econômicos dos etruscos com a Grécia e com o Oriente dinamizavam o comércio e o artesanato, fontes exclusivas da fortuna plebeia” (ROULAND, 1997, p.60).

Assim, o governo monárquico dos três reis etruscos, os denominados “Tarquínios”, teria sido melhor para a plebe do que a República que se instauraria em Roma posteriormente. Tarquínio, o Antigo, foi o primeiro rei a possibilitar a participação plebeia no Senado romano, e outros avanços no que se refere à participação da plebe foram realizados por seus sucessores. É verdade, que a participação plebeia não era tão democrática como se pode pensar em um primeiro momento, porque somente os plebeus enriquecidos (aqueles que detinham metais) eram considerados aptos a participar nos comícios centuriais, mas de certa maneira, conseguiram colocar algum limite à dominação dos patrícios sobre os plebeus. Entretanto, os benefícios trazidos pelos reis etruscos à plebe romana estavam para além da ampliação dos seus Direitos políticos. Eram também benefícios da própria política etrusca, que favorecia os interesses da plebe.

Isso ficou evidenciado posteriormente quando com a economia completamente afetada pelo “declínio do comércio”, “decréscimo da produção agrícola”, pela “retração das atividades urbanas” e pela “queda da curva dos negócios”, os plebeus passassem a enfrentar dificuldades. A fome que era causada também pela ausência de importação de cereais diante do “isolamento das cidades vizinhas submetidas aos etruscos” fez com que a base da alimentação plebeia, fosse afetada, visto que “a plebe nutre-se essencialmente de cereais”. Assim, a plebe romana, além da fome tinha que enfrentar também as epidemias: “ao longo de todo o século V, sucederam pelo menos dez graves períodos de fome em Roma, com seu habitual séquito de epidemias” (ROULAND, 1997, p. 62).

É importante ressaltarmos que embora os historiadores possam afirmar que os governos dos reis romanos teriam garantido à plebe maiores direitos, do que a república romana, a opinião de Maquiavel sobre o tema é diversa. Entende o pensador que os atos praticados pelos reis romanos não tendiam e nem atendiam ao bem comum. Maquiavel afirmava que os reis Tarquínios causavam temor em Roma e que a grandeza somente seria alcançada nas

repúblicas, bem como que Roma, somente se tornou grande, depois de libertar-se dos seus reis: “é de se admirar a grandeza a que chegou Roma depois que se libertou de seus reis. É fácil entender a razão, pois o que engrandece as cidades não é o bem individual e sim o bem comum. E sem dúvida, esse bem comum só é observado nas repúblicas” (*Discursos*, II, 2).

Fato é que à plebe do regime republicano cabia agir. Os relatos de Dionísio²⁷⁸ indicam que “essa multidão (a plebe) não era fácil de acalmar, as pessoas estavam desesperadas em face do infortúnio e guardavam rancores aos magistrados, invadiam as casas dos ricos para lançar mão de suas provisões sem pagar” (*in* ROULAND, 1997, p. 62). Assim, a plebe começou a fazer uma série de reivindicações que se fundamentavam praticamente em dois vieses: político e econômico.

No campo político, consistiam na reivindicação de “Direitos políticos”. Sob o aspecto econômico podem ser resumidos como à obtenção de um “sistema de empréstimo menos oneroso para devedores” e também na “participação nos despojos das vitórias militares”, incluindo “a sua parte nas terras conquistadas” (ROULAND, 1997, p. 65). Ocorre que os patrícios não estavam dispostos a atender as reivindicações e não queriam renunciar a seus privilégios.

Nesse contexto, a plebe teve uma reação ainda mais inteligente e eficaz: retirou-se para o monte Aventino “se os patrícios não desejam a plebe, esta lhes mostrará o que será de Roma sem ela” e assim a plebe “fará uma demonstração” muito evidente de que “se tornou imprescindível” (ROULAND, 1997, p. 64). O contexto dessa retirada pode ser resumido da seguinte forma: “a urbe compõem-se de duas cidades” enquanto os patrícios ocupavam o monte Palatino onde Rômulo teria fundado Roma - “domínio do patriciado”, os plebeus “agrupavam-se nos arredores do Aventino, do Esquilino e na valada do Fórum”. Assim, “em 494 (e posteriormente em mais duas oportunidades) a plebe concretiza uma secessão, isolando-se em torno do Aventino e deixando claro para o patriciado que este não podia mais prescindir dela” (ROULAND, 1997, p. 65).

²⁷⁸ Dionísio de Halicarnasso, *Antiguidades romanas* IX, 25, 2

A retirada da plebe foi também muito importante sob o ponto de vista jurídico, tendo em vista que através dela, direitos foram constituídos. A prova dessa importância está no fato de que se encontra descrita no *Digesto*. No Livro II, cujo título é *Da origem do Direito de todos os magistrados e da sucessão dos prudentes* “depois, como existissem na *civitas* a Lei das Doze Tábuas, o Direito civil e as *ações da lei*, ocorreu que a plebe chegou a uma discórdia com os patrícios, retirou-se e constitui a si Direitos” (JUSTINIANO, D. 1.2.2.8, 2012, p. 30). Esses Direitos eram denominados de “Direitos *deliberados pela plebe*” o que posteriormente ficou conhecido como plebiscitos. Esses plebiscitos passaram a ter força de lei: “Em seguida, a plebe foi chamada de volta porque muitas discórdias nasciam a respeito desses plebiscitos, estabeleceu-se pela *Lex Hortensia* que também eles fossem observados como leis. E assim foi feito” (JUSTINIANO, D. 1.2.2.8, 2012, p. 30).

O fim das deliberações da plebe e o início dos denominados *senatus-consultos* e dos editos pretorianos também estão descritos no *Digesto*: “depois, porque se tornou difícil que a plebe se reunisse (e o povo certamente com dificuldade muito maior em razão da grande multidão de homens), a própria necessidade deduziu ao senado a administração da *res publica*” (JUSTINIANO, D. 1.2.2.8, 2012, p. 31).

Com isso originaram-se os *senatus consultos*: “E assim começou o senador a intervir e tudo o que estabelecia era observado, e esse Direito se chamava *senátus-consulta*” (JUSTINIANO, D. 1.2.2.9, 2012, p. 31), e também os editos pretorianos: “no mesmo tempo também os magistrados atribuíram os direitos e, para que os cidadãos soubessem qual o direito que cada um estaria para receber como ordem[...] propunham os editos”. Os editos pretorianos eram atribuições honoríficas: “Esses editos dos pretores constituíram o Direito honorário: diz-se honorário porque vinha da honra do pretor” (JUSTINIANO, D. 1.2.2.10, 2012, p. 31). A expressão Direito, também era utilizada como sinônimo de lei no *Digesto*: “Assim em nossa *civitas* se institui algo: ou por Direito, isto é, pela lei” (JUSTINIANO, d. 1. 2. 2. 12- 2012, p. 31).

Após seu recolhimento, a fome e epidemias não eram tudo que a plebe havia que enfrentar no século V a.C. Os patrícios, claramente, utilizavam-se dos mecanismos legislativos da época a seu favor, para tentar, de certa

maneira, neutralizar os impactos que a criação dos tribunos da plebe causou. O instrumento de poder utilizado pelos patrícios para garantir-lhes a dominação sob a plebe foi o Direito. Há vários exemplos disso. A criação dos laços de clientela, a proibição de casamentos entre patrícios e plebeus e as sanções aplicadas em cabeças de ovinos e bovinos, como veremos. O principal motivo pelo qual os denominados clientes se colocavam sob a proteção dos patrícios era justamente para receberem a contraprestação do acesso à assistência jurídica.

Outro exemplo é o fato de que “em meados do século V a aristocracia chega ao ponto de confirmar legislativamente o exclusivismo matrimonial: fica proibido qualquer casamento patrício-plebeu” (ROULAND, 1997, p. 62). E por fim, ainda, outro exemplo é o estabelecimento de sanções por determinados atos em cabeças de gado e em ovinos. “Uma lei de 452 atesta uma antiga reconstituição: a do antigo uso de sanções penais fixadas em cabeças de ovinos e de bovinos [...] percebe-se a quem penaliza esse sistema, concebido para uma sociedade de pastores” (ROULAND, 1997, p. 62). Os plebeus não eram pastores, não possuíam terras, gado ou ovinos, eram artesãos e comerciantes. Não possuíam posses de terra para manter os animais, pois a atividade pastoril era patrícia. Isso os colocava em situação de desvantagem, porque caso precisassem pagar alguma pena, deveriam adquirir esses bens de quem os detinham, no caso, os patrícios.

Todo esse ambiente de dissenso entre grandes e povo, na opinião de Maquiavel, foi justamente o que fez o sucesso de Roma. Maquiavel insistia que o melhor governo era aquele em que a participação fosse garantida aos grandes e ao povo. Era justamente a desunião entre grandes e povo que teria feito à grandeza de Roma. Nos *Discursos* I, 2, a afirmação de que a perfeição de Roma se deu pela forma mista de sua constituição, que permitia a participação de todos: “nunca se privou de autoridade o governo régio para dá-la aos optimates; e não se diminuiu de todo a autoridade dos optimates, para dá-la ao povo: mas, permanecendo mista constituiu-se uma república perfeita” (*Discursos*, I, 2). Maquiavel esclarecendo a forma como se deu a perfeição da república romana acrescenta: “perfeição a que se chegou devido à desunião entre plebe e senado” (*Discursos*, I, 2).

Berns, comentando a passagem, afirma que “aqui chegamos a uma das principais descobertas de Maquiavel, a saber, o fato de que as boas leis e as boas instituições nascem do dissenso entre o povo e os grandes” (2000, p. 79) e que essa é uma “descoberta pela qual Maquiavel estabelece claramente a historicidade da lei” (2000, p. 79). Isso faz com que “ao oferecer um local tão central ao dissenso na história da lei, tornará precisamente a relação da lei com a história ambígua, mais precisamente, circular” (BERNS, 2000, p. 112). Nesse sentido, Maquiavel “é desprovido de qualquer referência a uma lei natural” (BERNS, 2000, p. 88), sendo que “o próprio Maquiavel está ciente da novidade de suas afirmações” (2000, p. 79). Isso porque, para ele, “a lei não se define senão pela história, segundo as demandas, ou seja, pelas oposições internas de um Estado. Esse dado fundamental da historicidade da lei é incontestável” (2000, p. 81).

Segundo Berns, a origem da perfeição da república de Roma, composta por boas leis e boas instituições, está para Maquiavel sempre ligada à violenta ação de Rômulo e ao dissenso. O que as une, seria o fato de que a perfeita constituição de Roma seria mais tarde, confrontada pelo dissenso, para que posteriormente, novas leis e instituições fossem feitas (cf. BERNS, 2000, p. 85). Essa visão condiz com a historicidade da lei presente em Maquiavel. As demandas de cada tempo compõe a lei que se altera de acordo com as necessidades e para isso, somente o dissenso entre grandes e povo poderia garantir que as leis e instituições fossem boas, no sentido de serem voltadas ao interesse público e não corrompidas pelos interesses particulares.

A lei é para Maquiavel um produto empírico, que exige o dissenso para ser produzida segundo a necessidade: “a lei nasce de uma situação particular de desequilíbrio, à qual responderá precisamente de modo geral, impondo uma necessidade que, portanto justificará o Direito” (BERNS, 2000, p. 114). A lei não é analisada por Maquiavel sob o ponto de vista jurídico, mas tão somente pelo aspecto político, estratégico. Entretanto, o empirismo da lei faz com que as questões jurídicas de maneira incidental também apareçam, porque elas fazem parte das demandas daquele período. Nesse sentido, “esse valor jurídico da lei, que Maquiavel tenta - com ou sem razão - deixar de lado ao

julgá-la do ponto de vista estratégico, ressurgue sempre dentro da exposição empírica da lei” (BERNS, 2000, p. 115).

O exemplo histórico trazido por Maquiavel dos tribunos da plebe relata o dissenso em Roma que trouxe benefícios à cidade. Os tribunos são um exemplo de uma boa instituição criada a partir do dissenso e com ele sempre ressurgue a importante relação entre leis e tumultos para Maquiavel. Isso porque “os tumultos romanos não devem ser condenados como simples desordem [...] os tumultos não acontecem em detrimento da virtude: no entanto, esses exemplos de virtude surgem graças à educação das boas leis e essas mesmas leis causam os tumultos” (BERNS, 2000, p. 117). Os tumultos romanos “não são tumultos abstratos, uma simples categoria analítica, mas o retrato vivo da história da constituição de uma cidade livre” (BIGNOTTO, 1991, p. 87).

Há, portanto, uma relação circular entre os tumultos e as leis, porque “os tumultos não gerariam boas leis se eles próprios não estivessem marcados pela virtude dispensada por essas leis. A desordem permite a ordem na medida em que a ordem sempre precedeu essa desordem, mas sem impedi-la” (BERNS, 2000, p. 117). E completa ainda Berns: “somente a desordem nos permite pensar no nascimento da ordem” (2000, p. 117).

Segundo Berns, o que existe é “uma relação entre dois discursos totalizantes sobre a lei [...] o da lei que somente pode surgir das necessidades históricas, e o da lei que já deveria ter organizado a história” (2000, p. 118). Precisamos olhar para um ponto específico: “para uma possível gênese do Direito e da lei, suscitada, mas dificilmente desenvolvida pelo texto maquiaveliano. O confronto dessa gênese do Direito e da lei com a gênese empírica me levou a considerar o caráter político do conflito”, porque no conflito “sempre existe política ou Direito” e tudo isso “dentro de uma gênese empírica da lei” (BERNS, 2000, p. 118). Para completar Berns se posiciona: “essa relação circular entre as leis e o conflito está pra mim absolutamente no centro do pensamento maquiaveliano; por isso insisto em repeti-lo” (2000, p. 118).

Berns afirma que em Maquiavel a lei “se define em relação à história como presente/ausente. Presente porque sempre deve servir como modelo, ausente porque nada se faz senão por necessidade e, portanto sem conflito não teríamos boas leis” (2000, p. 118). Ou seja, a relação entre o conflito e as

boas leis é circular e não pode ser rompida, embora seja bastante paradoxal. Os conflitos servem como uma espécie de combustível para as leis que nascem em função deles, entretanto, por si não justificam a origem da lei: “os conflitos nascem como de uma falha da lei [...] embora sejam os únicos a sustentar o nascimento das leis, parecem não ser capazes de sustentar sozinho o papel da origem, porque pressupõem sempre política ou Direito” (BERNS, 2000, p. 118). Nesse sentido, “é por isso que teremos que enfrentar mais tarde a origem violenta da lei, e do perigo constante de sua corrupção, e em resposta a esse perigo, a resistência da relação (em um movimento de retorno) que a lei tem com essa origem violenta” (BERNS, 2000, p. 120).

De fato, embora os conflitos deem origem às boas leis, eles nem sempre são bons por si só: “as dissensões, portanto, nem sempre levam às boas leis. A *História de Florença* mostra em parte esses dissensos não são férteis. Na verdade, Maquiavel [...] reprovava o silêncio sobre isso daqueles que o antecederam²⁷⁹ na historiografia florentina” (BERNS, 2000, p. 122). Sendo que “a diferença entre as boas e as más dissensões dependeria das leis capazes ou não de canalizar os humores sem silenciá-los, quer dizer, capazes de institucionalizar as dissensões, torná-las públicas, eliminando assim o perigo” (BERNS, 2000, p. 124). Nesse sentido, “a essência da lei é de ser pública, de impor o público, é essa lei que impõe a lei” (BERNS, 2000, p. 124).

Isso porque não são apenas boas leis que nascem com o dissenso, com o conflito. Segundo Berns, “as dissensões fazem nascer novas e boas instituições, mas nada nos permite afastá-las da íntima relação com os conflitos, para que carreguem a marca final dessa institucionalização” (2000, p. 126). Está na busca pelo interesse público, através da criação de instituições que funcionam como meios para que se possa dar vazão aos humores e através do próprio dissenso, as novas e boas leis se originam de maneira espontânea. Portanto, estão justamente nos dissensos à capacidade de se produzir boas leis.

Lembrando que as boas leis para Maquiavel são aquelas voltadas a atender o interesse público, porque “o interesse público deve situar-se em um

²⁷⁹ Conforme Berns, são eles Leonardo d'Arezzo, Bruni e Poggio Bracciolini (2000, p. 122).

quadro mais amplo do que as aspirações individuais” (BERNS, 2000, p. 126). As aspirações individuais são aquelas capazes de levar às facções, que visam apenas o cumprimento dos interesses privados, que somente são terreno fértil para a corrupção, porque instrumentalizam as instituições públicas para atender interesses que não são gerais. Nesse sentido, o interesse privado não leva às boas leis. Somente o interesse público é capaz de preservar as instituições da corrupção. E isso em tudo influencia na capacidade de um povo viver livremente.

Segundo Berns, “nós devemos compreender a combinação positiva no pensamento de Maquiavel, desses três elementos (violência originária, dissensões e história em um curso não determinado)” (2000, p. 129). Berns relembra que para Maquiavel “a violência somente foi admitida na medida, em que resultou em leis favoráveis ao bem comum e não ao interesse pessoal, o que se pretende, por exemplo, quando há partilha do poder” (BERNS, 2000, p. 140).

Embora o Direito romano, de certa maneira, justifique o homicídio cometido por Rômulo, quando o código de Justiniano prevê que aquele que violar os muros da cidade deve ter a pena capital, Berns afirma que o que deve ser imprescindivelmente esclarecido, é que o fratricídio cometido por Rômulo, jamais, em tempo algum pode ser justificado pelo Direito. Isso porque se trata de uma ação violenta e a “violência [...] nunca poderia ser justificada como um Direito” (BERNS, 2000, p. 142).

Assim, a impropriedade da violência, segundo Berns, não estaria tanto no assassinato de Rômulo, mas sim no início impróprio da lei, sendo que Maquiavel não se afasta muito dessa impropriedade “uma lei que justifique um homicídio do qual nasceu e que, portanto está em sua origem” (2000, p. 148). Berns defende que o que se sabe é que existem duas gêneses do Direito em Maquiavel: uma pela origem violeta através dos atos de Rômulo na origem de Roma, a outra através dos dissensos que mantiveram a grandeza da cidade (cf. BERNS, 2000, p. 146).

Segundo Berns, se voltar para a história do Direito em Maquiavel é importante, porque “é somente observando essa tensão, essa duplicidade imperativa da história do Direito que se pode compreender a famosa passagem

dos *Disc. I* 9 «cumpre que se o fato o acusa, o efeito o escuse» (2000, p. 146). Segundo a análise de Berns, a expressão utilizada por Maquiavel “cumpre que” indica a necessidade da ação de Rômulo. Isso porque “essa adequação da lei à violência, por sua desorganização temporal, recusa toda evocação do discurso unívoco e originário em termos de meios e fins” (BERNS, 2000, p. 147-148).

Berns esclarece, quando aborda o tema dos fins e dos meios, que se trata da leitura maquiavélica de Maquiavel. A frase atribuída a Maquiavel, de que os fins justificam os meios, está completamente superada e os temas da lei e da violência contribuem para tanto, para questionarem se essa máxima que nunca foi dita por Maquiavel realmente algum dia existiu. Berns conclui que o que tradicionalmente foi atribuído ao pensador florentino jamais foi possível. Isso porque, para Maquiavel, não existiria um meio em si. O meio é uma parte integrante, um elemento essencial do que é considerado fim. Isso porque “os maus meios não podem estar sujeitos aos bons fins, na medida de que o que tradicionalmente é chamado de meio é um elemento essencial desse último [...], portanto, a própria distinção entre meio e fim é eliminada” (BERNS, 2000, p. 153).

Nesse sentido, a relação entre lei e violência de Maquiavel não pode ser compreendida como uma relação de meio de fim: “a lei não é o fim bom da violência, mas sim: está na ordem da lei ter sido imposta e assim exigir um lugar que somente se justificará depois dentro do Direito” (BERNS, 2000, p. 153). Completa Berns, que “essa justificativa é o oposto de uma ideia única de que os fins justificam os meios. Ela se ocupa da consciência de que os dois registros distintos são necessários para expressar a lei, dentro de sua emergência, que se diferem a ponto de não ser capaz de convergir” (2000, p. 153). E assim, “a essência da lei está nesse salto: esta é a conveniência. A lei reúne o que é antes de tudo não relacionado. Dessa forma, estamos longe de uma justificação dos meios pelos fins como regra de conduta política” (BERNS, 2000, p. 153).

Completa Berns, que esses dois registros distintos, necessários para expressar o tema da lei em Maquiavel, expressariam que “a lei é ao mesmo tempo absolutamente histórica e negadora absoluta dessa imanência e

exposição à história [...], portanto surgem dois tipos de registros discursivos não relacionados” (2000, p. 154). Esses dois tipos discursivos são “a lei resultante da história e a lei que nega a história, mas sem que uma reduza a outra” (BERNS, 2000, p. 154). Berns afirma que a violência utilizada para impor a lei, para Maquiavel, foi um necessário momento e que esse momento “somente pode ser lido através desses dois registros, o de uma história que sempre se justifica tarde demais e aquele que modela a história pela primeira vez para penetrar em seu seio, fazendo-o sempre de maneira violenta” (2000, p. 154).

Berns nos auxilia a comparar a visão que o antimaquiavelismo possui sobre o conceito de lei daquele que pode ser considerado como conceito maquiaveliano de lei. “Uma acusação alimentada pelo antimaquiavelismo” de que a lei não poderia existir, senão através de uma relação de circularidade com as dissensões, e por outro lado a origem violenta da lei. Isso traz uma indeterminação sobre a origem da lei, que suprimiria qualquer possibilidade de uma origem unívoca e assim surge a figura do “príncipe fundador violento”. Em contrapartida, para o maquiavelismo “jamais a violência romuleana analisada por Maquiavel poderia ser concebida como autonomia do príncipe” (BERNS, 2000, p. 154). Tanto é assim, afirma Berns, que “é por isso que a definição da lei pelo dissenso precede anacronicamente a definição da lei originada por Rômulo, nos textos dos *Discursos*” (BERNS, 2000, p. 154).

Segundo Berns, é preciso entrar nessa relação indeterminada entre a lei e a história e ter consciência que ela é indeterminada e que principalmente “um novo sujeito político não pode surgir sem conflito e que antes existe por causa dessa emergência, cuja violência inevitável ele ainda não pode justificar” (2000, p. 154-155). A esse posicionamento, Berns afirma que “acrescentaria que a lei em sua relação com a história é ainda mais indeterminada do que pode alcançar nosso olhar retrospectivo” (2000, p. 155). Segundo Berns, se trata de um olhar duplamente retrospectivo, “porque olhamos diretamente para o percurso do Direito romano diretamente do auge do nosso Estado de Direito do século XX”, mas também porque “chegamos ao momento fundador do Direito após termos analisado como o Direito instituído se define em relação à história” (2000, p. 155).

Berns chama a atenção para o fato de que o que nos parece ser muito óbvio em nosso século, no que se refere à relação entre história e Direito, a própria historicidade do Direito, ou então a própria questão da ambiguidade de sua origem, ainda era algo que precisava ser iniciado na Florença de Maquiavel do século XVI (cf. BERNES, 2000, p. 155). Segundo Berns, para Maquiavel, a indeterminação faz parte da lei: “Maquiavel pensa a lei como tal, em sua indeterminação [...] Maquiavel aceita que são necessários saltos e compromissos, por querer pensar a lei em seu surgimento e não em sua não-evidência, como um fato, sem romper com a conflitualidade” (2000, p. 155).

Berns afirma que Maquiavel compreende que no conceito há sempre o risco do pior, porque ela é composta pelo conflito. Nesse sentido, Berns nos esclarece sobre a lei que “nessa forma de pensar, integram-se todas as ravinas, os saltos, os círculos que supõem o fato da lei, permitir-se sem dúvida pensar o pior, até mesmo expõe essencialmente a lei ao pior e a define como tal, como o que sempre arrisca o pior” (2000, p. 155). Isso porque “enquanto em Roma a divisão era superada com a promulgação de novas leis ou a instituição de novas magistraturas que davam à República maior equidade e estabilidade, em Florença, a vitória de um partido era marcada por mortes e exílios” (VIVANTI, 2016, p. 139).

Segundo Berns, o centro do pensamento de Maquiavel é ocupado por essa distinção entre Florença e Roma. Não é possível se extrair de Maquiavel qualquer origem histórica unívoca de um estado de Direito, resta apenas à distinção entre estar ou não dentro da lei. Nesse sentido a constante comparação entre Roma e Florença, a primeira dentro da lei e a segunda “fora da lei” (cf. BERNES, 2000, p. 152).

Maquiavel ao abordar os humores dos grandes e do povo afirma que o povo, depois de ter sido submetido à tirania de um príncipe, possui basicamente dois desejos: vingar-se de quem os oprimiu e recuperar a liberdade, que significa viver em segurança: “em se tratando dos príncipes que se tenham tornado tiranos em sua pátria -, deve examinar primeiro o que o povo deseja; verá então que ele sempre deseja duas coisas: uma é vingar-se de quem lhe acarreta a servidão, e a outra é recobrar a liberdade” (*Discursos*, I, 16). Na sequência, explicita que se for investigado o motivo pelo qual desejam

a liberdade, o príncipe verificará que “uma pequena parte deles deseja ser livre para comandar, mas todos ou outros, que são infinitos, desejam a liberdade para viverem com segurança” (*Discursos*, I, 16).

Maquiavel não nega, portanto, que mesmo dentre aqueles que pertencem ao povo há desejosos de dominação, mas são pouquíssimos, quando comparados aos que somente querem viver em segurança, porque “são infinitos”, em suas próprias palavras, aqueles que somente desejam a liberdade para viverem seguramente. Esse é o desejo, portanto amplamente predominante no povo: o desejo de liberdade para assim, viver com segurança. E isso é garantido ao povo por meio de leis. Na passagem, cita Maquiavel o exemplo do reino da França (aqui já indicado como exemplo de *vivere civile*). Insistimos na passagem, porque ela se mostra importante para indicar que a segurança do povo está em perceber que os seus governantes respeitam a lei e se submetem a ela, como qualquer do povo: “no reino da França, se vive seguro simplesmente porque seus reis estão vinculados a infinitas leis” (*Discursos*, I, 16).

No entanto, Maquiavel mesmo enaltecendo a importância dos conflitos e considerando-os como uma necessidade para o estabelecimento de um corpo político saudável, alerta para o fato de que eles podem ser um perigo e também funcionarem como forma de ruína dele. “e como tal necessidade não pode apresentar-se sem perigo, é fácil que a república se arruíne antes de ser conduzida a uma ordem perfeita” (*Discursos*, I, 2).

A presença de humores diversos no corpo político é necessária para que, sem sobreposição de algum sobre outro, possam, sem se equacionar respectivamente, conviverem de modo a proporcionar o governo misto, como melhor forma para a confecção de boas leis – aquelas que garantem a liberdade. Em síntese, que garantam o *vivere civile*. “As inimizades que surgiram entre povo e o senado deveriam ser toleradas e consideradas um inconveniente necessário para se chegar à grandeza romana” (*Discursos*, I, 6). É necessário, então um governo misto e “estas três formas sadias são boas não porque são frutos de uma escolha e sim porque nascem de uma *necessidade*: fazer frente a uma urgência, respectivamente à *tirannide* (tirania), ao *stato di pochi* (oligarquia) e à *licenza* (anarquia)” (AMES, 2017, p. 78).

A necessidade da convivência dos humores dentro da cidade se apresenta como um antídoto às formas degeneradas de governo (tirania; oligarquia e anarquia). A relação conflitual é necessária para se garantir a liberdade política, para que boas leis possam reger o ordenamento político. “A Lei que nasce da resistência ativa do povo à opressão dos grandes é a invenção mesma da liberdade política” (AMES, 2017, p. 115).

[...] em toda a obra de Maquiavel encontram-se disseminados princípios gerais de Direito constitucional e ele afirma, com bastante clareza, a necessidade de que no Estado domine a lei, princípios fixos segundo os quais os cidadãos virtuosos possam operar seguros de que não cairão sob os golpes do arbítrio (GRAMSCI, 2007, p.218).

Ao pressupor que o conflito deve ser compreendido como uma necessidade para a manutenção do corpo político, Maquiavel faz com que ele seja aceito, visto que “os homens, em grande número, nunca anuem a uma lei nova que tenha em vista uma nova ordem na cidade, a não ser que lhes seja mostrado, por alguma necessidade que é preciso fazê-lo” (*Discursos*, I, 2). Nesse sentido, Ames:

A necessidade é considerada, portanto, como um pressuposto de convergência entre a vontade dos homens e a vontade do legislador. O que está, portanto, na raiz de boas leis e instituições é a *necessidade* e não a deliberação exaustiva por parte de todos os humores envolvidos. Como diríamos hoje, a ‘bondade’ das leis e instituições não é assegurada pela discussão ampla e profunda, e sim pela urgência²⁸⁰, pela necessidade (AMES, 2017, p. 80).

No *O príncipe* Maquiavel já alertava sobre os perigos e dificuldades de se introduzir uma nova ordem: “devemos convir que não há coisa mais difícil de fazer, mais duvidosa de se alcançar, ou mais perigosa de se manejar do que ser introdutor de uma nova ordem” (*O príncipe*, VI). Isso porque, justifica Maquiavel, “quem o é tem por inimigos todos aqueles que se beneficiam com a antiga ordem, e como tímidos defensores todos aqueles a quem as novas instituições beneficiariam. Essa timidez nasce em parte do medo aos adversários, que têm a lei ao seu lado” (*O príncipe*, VI). Maquiavel afirma que quem estava no comando da antiga ordem, também possui a lei ao seu lado.

²⁸⁰ “urgência da qual a necessidade sempre está revestida, impõe uma decisão na discórdia, isto é, sem que o conflito seja superado ou neutralizado” (AMES, 2017, p. 80).

Manter o comando em uma ordem significa manter-se ao lado do sistema jurídico existente. *A contrario sensu*, estabelecer uma nova ordem, significa instituir um novo sistema jurídico, um novo sistema de leis.

Mas qual a finalidade disso? Em melhores termos: por que se exige que as leis acompanhem questões tão sujeitas a transformações repentinas, tão voláteis, efêmeras que envolvem uma série de fatores (natureza, acaso, homem, conflitos)? Isso não gera incertezas e por isso instabilidade no corpo político? Para Maquiavel a incerteza, a mutabilidade das coisas humanas é uma premissa. Ela existe independentemente de qualquer coisa. O que se deve fazer é encontrar mecanismos para se canalizar essa instabilidade do corpo dando a ela, certa estabilidade temporária. É justamente para manter a estabilidade da instabilidade que a lei deve acompanhar a necessidade. Isso porque, a instabilidade é inevitável e constantemente se renova. Assim, as leis também precisam se renovar para tentar garantir certo grau de estabilidade, mesmo que temporária, porque a instabilidade é que é permanente. Assim, há a repetição do ciclo: instabilidade/lei/estabilidade que se renova permanentemente.

Não se trata de uma completa imprevisibilidade, porque as coisas humanas podem se repetir – tanto é assim que Maquiavel se utiliza, como os humanistas de seu tempo, dos exemplos históricos para tentar compreender o seu presente, mas jamais se afasta da ideia da insaciabilidade dos desejos humanos, e de que a fortuna está sempre presente e a qualquer momento pode mudar tudo. O pressuposto, é, portanto, a instabilidade. Entretanto isso não significa que nada possa ser feito. A *virtù* funciona justamente como uma precaução em face à fortuna. O engenho humano através das boas leis pode ser compreendido como uma manifestação da *virtù*, tendo em vista que a lei é capaz de canalizar os conflitos, regulamentando-os para que eles não se tornem desenfreados a ponto de destruírem o corpo próprio. Os conflitos entre grandes e povo, quando estabelecidos dentro dos meios previstos para tanto, dentro da estrutura das instituições, são responsáveis pelas boas leis. E a ação humana, capaz de regular, em certa medida, as intempéries da fortuna.

Nota-se, que os próprios conflitos devem ser regulamentados, limitados pelo ordenamento jurídico. As leis regulamentam também os conflitos,

estabelecendo regras para que não ultrapassem o âmbito institucional e se transformem em guerra generalizada, ou em disputas entre facções. Assim, através das leis, a república pode agir diante dos acontecimentos de modo a remediá-los: “De tal modo que nunca será perfeita a república que com leis próprias não tenha provido a tudo e a qualquer acontecimento dado o remédio, estabelecendo o modo de conduzi-lo” (*Discursos*, I, 34). Nesse sentido, Ames reafirma que as leis e ordenações são obras da necessidade e do conflito:

[...] os conflitos governam na medida em que os regulamentos (*leggi et ordini*) do corpo político não são o resultado do consenso obtido no decurso de um debate racionalmente conduzido, e sim da *necessità* que constringe as partes à criação de mecanismos institucionais como condição mesma de sobrevivência do corpo político. Em outros termos, a lei emerge da dinâmica do confronto/encontro dos humores da cidade. Por outro lado, pode-se dizer também que os conflitos são governados na medida em que a função do aparato institucional legal é o de canalizar os conflitos para dentro do ordenamento jurídico-político de modo a evitar que sua livre expansão produza a degradação da vida política ao dar espaços às lutas faccionais orientadas à obtenção de vantagens privadas em prejuízo do bem público (AMES, 2017, p. 21).

Outra questão pode surgir: mas por que Maquiavel objetiva manter o corpo político estável? Por que se preocupa com isso? Faz isso como um plano de manutenção em prol de um governo ou governante? Essa resposta pode variar a depender da forma de governo que se visa garantir, como se verá na sequência. Quando a forma de governo que se visa garantir se tratar de um principado, serve para garantir o *vivere civile*²⁸¹ e quando se refere a uma república, o *vivere libero politico*²⁸² e a lei é o mecanismo eficaz para tanto:

²⁸¹ “o exercício de funções públicas sob um principado não faz dele um *vivere libero*, pois as funções exercidas não decorrem da estrutura mesma da forma de governo e sim da *necessidade* na qual se encontra o príncipe de conservar o poder. É, pois, resultado de uma estratégia de governo e não de uma estrutura institucional inerente ao modo de governo. O exercício das atividades públicas não altera a condição de *súdito*, de subordinação à autoridade do príncipe; diferente é a situação sob uma república, na qual os membros da coletividade são iguais entre iguais e não subordinados a alguém, e sim à lei” (AMES, 2017, p. 68).

²⁸² “Assim, o conflito é produtor de um *vivere libero politico* somente *enquanto* permanece a tensão das forças em confronto; *enquanto* se produzem leis que não tenham em vista a vantagem de uma parte nem de outra [...]; *enquanto* não houver a submissão definitiva de uma parte sobre outra” (AMES, 2017, p. 24). E ainda: “muito embora os principados também se governem pela lei, somente sob a república é possível um *vivere libero*, isto é, a participação do povo na vida política” (AMES, 2017, p. 68).

produção de *leggi et ordini* capazes de limitar a desmesura dos grandes e viabilizar um *vivere libero politico*. Este espaço, porém, é impossível de ser estabilizado de forma definitiva, precisamente porque cada movimento de uma das partes provoca na outra uma alteração correspondente (mas não necessariamente equivalente) de modo que o espaço político se caracteriza por uma contínua recombinação do jogo de forças (AMES, 2017, p. 24).

O conflito, capaz de proporcionar o *vivere libero politico*, possui várias condições suspensivas que, se inexistirem, fazem com que esse modo livre de agir politicamente reste prejudicado. Nesse sentido, nos ensina Ames:

Assim, o conflito é produtor de um *vivere libero politico* somente *enquanto* permanece a tensão das forças em confronto; *enquanto* se produzem leis que não tenham em vista a vantagem de uma parte nem de outra [...]; *enquanto* não houver a submissão definitiva de uma parte sobre outra (AMES, 2017, p. 24).

No entanto, não é a lei um mecanismo de pacificação para Maquiavel, pacificação essa que não precisa acontecer e nem é desejável. Não se quer neutralizar o conflito, ele precisa continuar acontecendo a fim de manter a liberdade política da cidade, mas são as leis capazes de evitar a guerra civil, a guerra entre os particulares, embora não sejam capazes de garantir a ausência de conflitos:

Ora, os homens não deixarão de caluniar, e por isso sonhar com uma sociedade na qual as relações mútuas serão cordiais é sonhar com um paraíso na Terra. É possível, entretanto, criar leis e instituições que permitam aos ofendidos e aos caluniadores disputar e chegar a um resultado que evite a guerra aberta entre cidadãos particulares (BIGNOTTO, 2002, p. 25).

A lei é, portanto, um mecanismo de desafogo dos humores dos membros do corpo político a fim de se possibilitar a convivência, que prescinde de pacificação, mas na qual se tenha liberdade: “Assim, a liberdade – da qual o povo é o melhor guardião segundo Maquiavel – é uma ordem política na qual o desejo de comandar e oprimir dos grandes fica neutralizado em seu potencial opressor pela lei” (AMES, 2017, p. 115). Ames completa ainda ao comentar a obra de Chantal Mouffe: “é preciso ter presente ainda que esses ordenamentos não põe fim ao conflito (ou ao *antagonismo* como diria Mouffe)” Assim, as leis e instituições são verdadeiros instrumentos para conter o desejo dos grandes a

fim de possibilitar a convivência com o povo. No entanto, isso não significa que não haja dominação/hierarquização dos desejos:

Pretender que as leis e instituições nascidas do conflito entre grandes e povo possam ser capazes de criar uma ordem política livre da dominação não parece encontrar respaldo textual na obra de Maquiavel. Em suma, um *vivere libero civile* não é uma ordem política liberta da dominação, mas aquela na qual a dominação exercida pelos grandes é contida pelas leis e instituições. Além disso, nunca é demais lembrar: se não existisse quem não quer ser dominado também não existiria o espaço político do *vivere libero e civile*, mas tão somente um espaço de luta por bens ou interesses privados, um espaço não-político, em suma (AMES, 2017, p. 115).

Atinente ao tema da necessidade é importante esclarecer que pode ser fruto de uma invenção: “homens de *virtù* não apenas aceitam as constringências preexistentes, quanto também ‘inventam’ voluntariamente novas constringências (‘necessidades’) para servir aos seus próprios propósitos” (AMES, 2017, p. 34). Nesse sentido, a invenção da necessidade também pode funcionar para o estabelecimento das leis, pois “uma vida política livre se torna possível graças à invenção da lei, produto do conflito dos humores entre grandes e povo” (AMES, 2017, p. 116).

4.10.2 Lei e Liberdade: conflito entre grandes e povo

Sobre o tema dos grandes de do povo, dos humores, ou apetites diversos como o próprio Maquiavel denomina, no *O príncipe*, afirma: “pois em todas as cidades, existem esses dois humores diversos que nascem da seguinte razão: o povo não quer ser comandado nem oprimido pelos grandes, enquanto os grandes desejam comandar e oprimir o povo” (*O príncipe*, IX). Mas o que faz do povo, o povo? Qual é a diferença entre grandes e povo. Sobre o tema, Fabiana de Jesus Benetti ressalta a importância do conflito para a caracterização do conceito de povo no pensamento político de Maquiavel: “que o povo pode ser compreendido de diversos modos, ou a partir de diversas faces. No entanto, embora exista uma diversidade de sentido, identificamos que a ideia principal de povo aparece na teoria do conflito político” (BENETTI, 2021, p. 13).

Isso porque, na teoria do conflito, o povo, continua Benetti,: “é compreendido como um humor”. Nesse sentido, sobre os dois humores, “Maquiavel vai definir os desejos que são próprios de cada um deles” (2021, p. 13). Assim, conclui Benetti “embora Maquiavel não ofereça uma concepção unívoca acerca do que seja o povo, ele o faz com relação ao que o povo deseja: não ser dominado pelos grandes” (2021, p. 13). Nesse sentido, “povo, assim como os grandes, não se definem por categorias sociológicas ou econômicas, mas sim por desejos” (BENETTI, 2021, p. 15). Maquiavel afirma que seria mais fácil para o príncipe manter seu poder, se nele chegar com a ajuda do povo: “quem chega ao principado com a ajuda dos grandes mantém com mais dificuldade do que quem chega com a ajuda do povo” (*O príncipe*, IX).

Entretanto, para se manter no poder, é necessária a ajuda dos grandes, porque os grandes resistiriam mais ao comando do príncipe, porque os grandes “que parecem ser seus iguais” em relação ao príncipe, trarão maiores dificuldades para obedecer, não podendo este, “por isso comandá-los ou manejá-los a seu modo” (*O príncipe*, IX). Outro argumento de Maquiavel é que “não se pode satisfazer honestamente aos grandes sem injúria aos outros, visto que estes querem oprimir enquanto aqueles não querem ser oprimidos” (*O príncipe*, IX).

Os grandes também estão em menor número e podem ser prescindidos do governo: “um príncipe não pode jamais proteger-se contra a inimizade do povo, porque são muitos; no entanto pode garantir-se contra os grandes, porque são poucos” (*O príncipe*, IX). E ainda: “o príncipe tem sempre que viver com o mesmo povo, mas lhe é perfeitamente possível prescindir dos mesmos grandes, pois pode a cada dia fazê-los e desfazê-los, dar-lhes e tirar-lhes a reputação, a seu gosto” (*O príncipe*, IX). Assim, conclui Maquiavel “quem se torna príncipe pelo favor do povo deverá manter sua amizade, o que será fácil, pois tudo o que lhe pedem é não ser oprimidos [...] é necessário ao príncipe ter o povo como amigo”(O *príncipe*, IX). Nos *Discursos*, afirma Maquiavel que “quem condena os tumultos entre os nobres e plebe parece censurar as coisas que foram a causa primeira da liberdade de Roma” (*Discursos*, I,4).

Segundo Aranovich “quando o Povo tem força para se opor aos Grandes, impor seu desejo e consolidá-lo na forma de alterações das ordenações e das leis, isso ocorre em favor da liberdade republicana. Os Grandes, ao contrário, querem comandar as leis” E continua, relacionando lei e liberdade em Maquiavel: “desse modo, a manutenção e a contínua geração da liberdade republicana não residem no fato de os cidadãos obedecerem às leis autoimpostas, mas sim as leis impostas pelo povo” (ARANOVICH, 2007, p. XXI).

Maquiavel demonstra que as repúblicas, quando constituídas com prudência, por necessidade, estabeleceram guardiões à liberdade²⁸³. Como existem apenas dois humores dentro da república (dos grandes e do povo)²⁸⁴ Maquiavel afirma que “não se sabe bem em que mãos é melhor depositar tal guarda” (*Discursos*, I, 5). No entanto, não nos parece que o secretário florentino possuía realmente alguma dúvida sobre essa questão. Tomando como exemplo as razões romanas, esclarece que as coisas devem ser entregues para aqueles que possuem um desejo menor de usurpação, a saber, o povo: “Se deve dar a guarda de uma coisa àqueles que têm menos desejo de usurpá-la” (*Discursos*, I, 5). Sobre o desejo do povo em Maquiavel, nos ensina Ames que se trata de um desejo de resistência “essa resistência faz o povo colocar em movimento uma conflitualidade, que, porém, não produz desordem absoluta, mas antes determina a criação de leis e instituições que asseguram um ordenamento político livre” (AMES, 2017, p. 21).

Como o povo tem possibilidades bem mais reduzidas, quando comparadas àquelas dos grandes, de usurpar a liberdade, a guarda dela deve ser a ele confiada. Isso se dá porque o povo não tem o desejo de dominação, que pertence somente aos grandes. Assim, o desejo dos grandes é de aniquilação da liberdade, de supressão dela, substituindo-a pela possibilidade do controle, limitação e servidão que o desejo de dominar traz em si. Enquanto isso, o povo, ao contrário, tem um desejo negativo de dominação, no sentido

²⁸³ “todos os que com prudência constituíram repúblicas, entre as coisas mais necessárias que ordenaram esteve a constituição de uma guarda da liberdade: e, dependendo do modo como esta seja instituída, dura mais ou menos tempo aquela vida livre” (*Discursos*, I, 5).

²⁸⁴ “Maquiavel faz, com isto, uma descoberta pessoal e importantíssima; alerta para a luta de classes que será teorizada séculos mais tarde” (TOSCANO, 1981, p. 64).

de que tem desejo apenas de não ser dominado, não ver sua liberdade limitada, restringida pela servidão que a dominação impõe. Portanto, tem o povo, ao negar o desejo de dominação, a ação reflexa de afirmação do desejo de liberdade.

A primeira instituição essencial para a manutenção da liberdade é o fato de, nas repúblicas, ser reconhecido ao povo a capacidade de *fazer suas próprias leis*. Como é exercida essa capacidade de legislar? Fundamentalmente pela *resistência* ao desejo de comandar dos grandes. A lei não é concebida por Maquiavel como um ordenamento codificado e estabelecido de uma vez por todas. Bem ao contrário, está sempre por se fazer, está permanentemente exposta à transformação (AMES, 2017, p. 41).

Para além de indicar o povo como sendo o guardião mais seguro da liberdade dentro da república, Maquiavel, afirma que esse comportamento do povo, ausente do desejo de dominação, em comparação aquele dos grandes, é mais benéfico, enquanto que o comportamento dos grandes é nocivo ao corpo político, porque os que mais possuem geram mais tumultos, devido ao medo de perder o que adquiriram:

muito se discutiu sobre quem seria mais ambicioso, se aquele que quer manter ou aquele que quer conquistar; porque facilmente ambos os desejos podem dar razão a enormes tumultos. No entanto, no mais das vezes estes são causados por aqueles que mais possuem, porque o medo de perder gera neles as mesmas vontades que há nos que desejam conquistar (*Discursos*, I, 5).

Vários são os estudiosos que se dedicaram ao tema da liberdade em Maquiavel, cujo pensamento republicano diferencia-se dos pensadores contratualistas que lhe sucederam, tais como John Locke e Thomas Hobbes, conforme nos ensina Quentin Skinner:

A importância que autores republicanos dão, entretanto, para a relação entre lei e liberdade permanece em um forte contraste com o ponto mais familiar encontrado no pensamento político contratualista. Para Hobbes, por exemplo, ou para Locke, a lei preserva nossa liberdade essencialmente coagindo outras pessoas. Isso previne os outros de interferirem em meus Direitos, me ajudando a desenhar um círculo em minha volta o qual eles não podem transpassar, e ao mesmo tempo, e do mesmo modo, previne-me de interferir na liberdade dos outros. Para um teórico como Maquiavel, pelo contrário, a lei preserva a nossa liberdade não meramente em relação aos outros, mas

também diretamente em relação cada um de nós, agindo de maneira particular (SKINNER, 1990, p. 305).

A liberdade que Maquiavel visa preservar, segundo Skinner, não era aquela que se confronta diante do todo, dos outros – como um ente coletivo – mas sim, uma espécie de liberdade horizontal, que se confronta com outras liberdades horizontais iguais, individuais, uma diante da outra. Nesse sentido, o conflito civil, seria importante para a liberdade, porque cada qual pensando em tutelar seus interesses, exemplificativamente, a plebe romana que lutou por participação política e conseguiu a aprovação dos tribunais, fortalece o todo político. Comentando as ponderações de Skinner, Mouffe afirma que aquele “mostra que nos *Discursos* se descreve uma ideia de liberdade como uma capacidade dos indivíduos para perseguirem suas próprias metas, seus humores” (1999, p. 41). No entanto, essa garantia dessa liberdade individual é benéfica ao corpo político, na medida em que a lei força os integrantes a agir de determinado modo a fim de que seja possível não apenas a liberdade individual, mas também a vida comum, que garante essa mesma liberdade:

A lei é também usada para nos forçar a sair do nosso padrão habitual de comportamento egoísta para nos obrigar a desafogar toda a gama dos nossos deveres cívicos e assim assegurar um estado livre, do qual depende nossa própria liberdade, mantendo-o livre da servidão [...] para um escritor como Maquiavel, no entanto, a lei não se justifica para a proteção de Direitos individuais, um conceito que não aparece em todo o *Discorsi*. A principal justificativa para esse pensamento é que, coagindo as pessoas a agir de tal maneira a defender as instituições de um Estado livre, a lei cria e preserva um grau de liberdade individual que, em sua ausência, entraria rapidamente em colapso e se tornaria absoluta servidão (SKINNER, 1990, p. 305).

Assim, embora Maquiavel defenda que o conflito se dá pela busca de interesses particulares, a equação desses interesses resulta em leis e ações voltadas à coletividade, ao bem comum, ao interesse público, à manutenção da própria cidade, a fim de que a liberdade individual possa ser perseguida pelos membros do corpo político. Nesse sentido, “afirma que para assegurar as condições que evitem a coerção e a servilidade, que seriam impossíveis no exercício dessa liberdade individual, é indispensável que os homens satisfaçam certas funções públicas” (MOUFFE, 1999, p. 62-63), conforme se pode verificar. Leis em favor da liberdade precisam do dissenso que não apenas não

pode ser dirimido, como não se deseja dirimi-lo, pois “na política prevalecerá sempre o conflito e não uma comunidade harmônica que converge racionalmente para o bem comum” (AMES, 2017, p. 43). No entanto, esse conflito deve se manter em equilíbrio a fim de beneficiar a própria liberdade.

Comentando a interpretação de Skinner sobre o tema da liberdade em Maquiavel, Ames afirma: “Maquiavel teria compreendido, pensa Skinner, que a liberdade somente pode existir no seio de uma comunidade que se autogoverna: a liberdade pessoal (negativa) exigiria a virtude” (AMES, 2017, p. 176). Todavia, Skinner, na visão de Ames, incorreu em equívocos primeiro pela “pouca importância dada ao conflito [...] segundo: a aproximação excessiva de Maquiavel de algumas teses centrais do liberalismo [...] fazer de Maquiavel um pensador do pluralismo dos fins é atenuar a especificidade do conflito civil” (AMES, 2017, p. 182-183). No mesmo viés interpretativo de Ames, ressaltando a importância do conflito que traz consigo através da participação coletiva para as democracias modernas, Mouffe afirma:

seria possível combinar a defesa do pluralismo e a da primazia do Direito, características da democracia moderna, com uma revelação da compreensão política como participação coletiva em uma esfera pública, na qual se enfrentam interesses, se resolvem os conflitos, se expõem as divisões, se mostram as contradições e dessa maneira – como reconheceu pela primeira vez Maquiavel – se assegura a liberdade (MOUFFE, 1999, p. 86-87).

Ames afirma que em Maquiavel uma das definições positivas que a liberdade possui é a possibilidade de se fazer cumprir as leis através do medo: “O medo, por sinal, exerce um papel decisivo no pensamento político maquiaveliano no sentido de produzir obediência à lei, e até mesmo conter o excesso dos grandes” (AMES, 2017, p. 29).

Maquiavel ao referir-se aos grandes não parece admirá-los, ou enaltecê-los, ao invés disso, indica que possuem desejo de dominação e que são mais nocivos às repúblicas. No entanto, tanto os grandes quanto o povo exercem funções importantes dentro da república, através da contraposição de seus desejos (humores). Ao confrontar os desejos de grandes e povo, os reais interesses deles – dos grandes de dominar e do povo de não ser dominado –

há uma espécie de sistema de equacionamento dos desejos. O resultado disso é de extremo valor para o ordenamento político.

Maquiavel é um entusiasta do conflito, do dissenso, do enfrentamento das vontades. Ele não deseja a unanimidade. Vê nas divergências a vitalidade do corpo político. Esse confronto de desejos entre grandes e povo é visto por ele como sendo algo muito positivo do qual se originam não apenas as leis, mas aquelas que favorecem a liberdade: “em toda a república há dois humores diferentes, o do povo, e o dos grandes, e que todas as leis que se fazem em favor da liberdade nascem da desunião deles” (*Discursos*, I, 4).

Assim, o conflito que divide os grandes e o povo é responsável pela manutenção de um corpo político saudável, ou seja, Maquiavel acredita que devido a esses conflitos internos, que Roma se tornou uma cidade forte. É importante ressaltar que esse conflito entre grandes e povo não pode ser compreendido como uma desordem total, como aquelas estabelecidas quando as leis não são mais observadas, porque servem as leis como uma espécie de aconchego dos humores. As melhores leis são feitas do conflito entre grandes e povo, mas esse conflito não pode ser violador da ordem instituída, não pode deixar de observar as leis, o que ocorre quando os costumes estão corrompidos. Entretanto, Ames nos alerta para os equívocos de uma interpretação que considere os conflitos sempre como benéficos:

a uma interpretação mecanicista, segundo a qual a concórdia da lei seria resultado inevitável da discórdia dos ‘humores’ de grandes e povo, é preciso opor o caráter histórico do conflito de sorte que este tanto pode produzir as *leggi* e *ordini* que edificam o *vivere libero* quanto também produzir a ruína deste. As duas possibilidades são levadas em conta por Maquiavel (AMES, 2017, p. 80).

O conflito entre grandes e povo é responsável pelas melhores leis que são aquelas que prezam pela liberdade, tendo em vista que a lei é meio de escoar desejos “Por isso, nada há que torne mais estável e firme uma república do que ordená-la de tal modo que a alteração dos humores que a agitam encontre via de desafogo ordenada pelas leis” (*Discursos*, I, 7). Maquiavel, afirma que em Roma, quando a cidade “passava por penúria de víveres” Coriolano “inimigo da facção popular, sugeriu que chegara a hora de castigar a plebe [...] mantendo-a com fome e não lhe dando trigo” (*Discursos*, I, 7). Essa

afirmação de Coriolano teria lhe custado à vida, caso não existissem as assembleia e ele não tivesse sido convocado para nelas defender sua posição:

Coriolano teria sido morto tumultuariamente, se os tribunos não o tivessem intimado a comparecer diante dos tribunais e defender a sua causa acontecimento este sobre o qual se deve notar o que acima dissemos, a respeito da utilidade e da necessidade de as repúblicas, com suas leis, permitirem o desafogo da ira que o povo vota a um cidadão: porque quando não há esses modos ordinários, recorre-se aos extraordinários; e sem dúvida esses produzem efeitos muito piores do que aqueles (*Discursos*, I, 7).

Maquiavel retoma o exemplo de Coriolano para afirmar que os modos ordinários, aqueles previstos em lei, são os adequados para resolver os conflitos que ocorrem dentro da república. O fato do meio de punição utilizado ser aquele público faz com que a sanção estabelecida não seja vista como uma espécie de vingança privada. Assim, “se um cidadão é punido ordinariamente, ainda que de modo injusto, segue-se pouca ou nenhuma desordem na república; pois a execução não é feita por forças privadas ou forças estrangeiras, que são as que arruinam a vida livre” (*Discursos*, I, 7). O fato de a punição ser aplicada por um meio público é colocado como uma forma de preservação da república, em oposição a um meio privado, apresentado como uma forma de arruinar a república.

A punição pública, portanto, mesmo que pareça injusta, está dentro de uma ordem que a torna aceita. Em contrapartida, a punição privada é extraordinária, porque ilimitada e não se vincula a qualquer lei. Assim, a punição adequada, a ordinária, é aquela realizada “com forças e ordens públicas, dentro de seus próprios termos, não se ultrapassando o limite além do qual se arruína a república” (*Discursos*, I, 7). Assim, voltando ao exemplo de Coriolano: “que todos considerem o mal que adviria à república romana, se ele tivesse sido morto tumultuariamente: porque daí decorreria ofensa entre particulares” (*Discursos*, I, 7). Assim, a intimação perante os tribunos, para que se explicasse, além de garantir-lhe a vida, permitiu o desafogo dos humores.

Isso se dá porque as leis são fruto da realidade e da necessidade: “Em Maquiavel não existe a vontade geral de ter uma lei, pelo contrário, é mais influente a necessidade da facção que obriga a adotar uma lei ou a repeli-la”

(TOSCANO, 1981, p. 101). Não há, portanto, em Maquiavel, um consenso prévio em que as vontades todas sejam convergentes a uma determinada finalidade e que a partir dela possam ser originadas leis. É, ao contrário, da divergência que as leis se originam, melhor dizendo, as melhores leis se originam. Isso porque “Maquiavel vai mais adiante e identifica na origem da lei, não o consentimento, mas a tensão que resulta do confronto incessante entre desejos que não podem sobrepor-se a seu contrário, sob risco de arruinar o corpo político” (ADVERSE, 2013. p. 101).

Maquiavel entende o conflito e o dissenso como sendo positivos, ao invés de considerá-los prejudiciais à vida civil do corpo político, mas esse conflito precisa encontrar ordenações que permitam seu desafogo, para que não se torne conflito generalizado. Entende que eles fortalecem o corpo político desde que haja equilíbrio e que não haja a sobreposição dos desejos de uma parte sobre outra. Nesse sentido, as melhores leis são frutos do dissenso, do conflito, da divergência, da discórdia, mas uma discórdia que encontra vias de desafogo institucionais, dentro de limites aceitáveis que são aqueles que não atentem contra a própria organização política - que é que Maquiavel visa proteger, para assim proteger a liberdade.

No Livro I, capítulo 4, dos *Discursos*, Maquiavel trata da teoria humoral: “em toda república há dois humores diferentes, o do povo, e dos grandes, e que todas as leis que se fazem em favor da liberdade nascem da desunião deles” (*Discursos*, I, 4). No entanto, essa fórmula é válida apenas para as repúblicas em que “a tensão que se estabelece entre grandes e povo é no sentido de impedir a supremacia de uma parte sobre o conjunto da coletividade no exercício do governo” (AMES, 2017, p. 68).

A relação entre as leis e os humores é de proximidade: “A Lei que regula o movimento das partes não é um cerceamento externo, como se ela surgisse *contra* os humores. A Lei surge não *contra* os humores e sim *dos humores*” (AMES, 2017, p. 87) e ainda: “As leis, assim como as instituições – *leggi et ordini*, nos termos de Maquiavel- não nascem de uma racionalidade legisladora neutra, e sim do conflito entre grandes e povo” (AMES, 2017, p. 94). Falando-se em povo, o próprio conceito de povo é constituído pela lei: “Povo, deve,

pois, ser compreendido sob o registro político, isto é, o que quer a Lei, o que quer o regime político da liberdade” (AMES, 2017, p. 89)

4.10.3 A Lei como forma de destruição de uma república: A Lei agrária

Quando Maquiavel aborda as causas da ruína de Roma, cita a lei agrária como sendo a inicial. Para ele, as divisões que essa lei representou na estrutura romana, foram suficientes para criar uma cisão irreparável. Nela está o início do declínio de todo o império. Talvez, a forma mais didática que pode ser adotada para se tratar da lei agrária passe pela influência que Roma sofreu da Grécia. Esse processo é denominado por alguns autores como helenização de Roma. Isso porque “a Grécia, a partir do século II a. C., passa a exercer uma profunda influência sobre o pensamento e os costumes romanos” (ROULAND, 1997, p. 113). Essa influência grega foi percebida, principalmente no campo da justiça e da política. Isso porque “o idealismo de alguns filósofos gregos, os métodos de raciocínio da maioria deles, suas constantes referências a valores morais superiores” proporcionaram “certa ideia de justiça política e social” (ROULAND, 1997, p. 121).

Nesse sentido, das transformações e dos impactos gerados em Roma pela difusão dos ideais e do modo de raciocínio gregos, principalmente sobre a ideia de justiça, e “a tentativa de transformação desses pensamentos em ações práticas foram empreendidas por alguns, como os irmãos Graco, marcarão de maneira cruenta e indelével a história de Roma” (ROULAND, 1997, p. 121). A expressão irmãos Graco, faz referência a Tibério²⁸⁵ e Caio Graco²⁸⁶, filhos de Tibério e Cornélia²⁸⁷, que por sua vez, era filha de Cipião, o Africano²⁸⁸. O filho

²⁸⁵ Tibério Graco nasce entre 163 e 162 a.C., e no ano de 133 a. C., é eleito como tribuno da plebe (cf. PLUTARCO, 2010, p.332).

²⁸⁶ Caio Graco nasce entre 154/153 a. C., (PLUTARCO, 2010, p.332).

²⁸⁷ Os irmãos Graco “eram filhos de Tibério, que depois de ser um censor romano, duas vezes cônsul e ter alcançado o triunfo por duas vezes, gozava de uma fama ainda mais brilhante, graças a sua virtude. Por isso, foi considerado digno de tomar como esposa Cornélia, filha do vencedor de Aníbal, Cipião, depois da morte deste, embora não fosse seu amigo, mas sim seu adversário” (PLUTARCO, 2010, p. 415). Tibério pai se chamava Tibério Simpronio Graco, e nasceu em 217 a. C. Se tornou cônsul nos anos de 177 a. C., e 163 a. C., e foi censor no ano de 169 a. C. Além disso, venceu duas batalhas nos anos de 178 e 175 a. C. (cf. PLUTARCO, 2010, p. 415).

²⁸⁸ O filho de Cipião, o Africano, foi o primeiro cônsul da República Romana.

mais velho, Tibério, possuía o mesmo nome que se pai. “As propostas trazidas pelos irmãos Graco representam o início do declínio da república”. Isso porque, afrontavam o poder dirigente exercido em Roma. Essas reformas desagradam aos poderosos porque “suscitarão a hostilidade dos meios conservadores e o enrijecimento dose seus privilégios, servirão de base para reivindicações - estas sim ‘democráticas’- de um “partido popular e haverão de caracterizar o começo da agonia de Roma” (ROULAND 1997, p. 122).

O enfrentamento que os Gracos fizeram da classe dirigente romana foi tão forte que “levaram a república à beira do abismo, de cujas bordas não se afastou mais” sendo que “a iniciativa deles porém caracteriza-se por um modernismo evidente, aquele sobretudo que preside a ação do mais velho, Tibério”. Tibério era um dos tribunos da plebe. As ações de Tibério são definidas como modernistas, porque “A reforma agrária por ele defendida apaixonadamente, queimando etapas, representa um começo de democracia econômica. Promovendo a redistribuição de terras, que os ricos açambarcaram dos camponeses pobres” (ROULAND, 1997, p. 123). Essas transformações que abalaram a república romana aconteceram nos anos de 150 a. C., e por elas os irmãos Graco pagaram com suas próprias vidas, visto que ambos foram cruelmente assassinados, o que somente prova “até que ponto os ricos e poderosos se sentem ameaçados” (cf. ROULAND, 1997, p. 123).

Maquiavel ao discorrer sobre o tema da desunião entre a plebe e senado romano retoma o episódio dos Gracos, abordando “os efeitos produzidos pelas controvérsias entre o povo e o senado” e afirmando que “elas prosseguiram até o tempo dos Gracos, quando causaram a ruína da vida livre” (*Discursos*, I, 6). Reconhece Maquiavel que a desunião existente na Roma antiga foi a causa da grandeza e da ruína daquela cidade, quando a compara com Veneza “que optou por não empregar a plebe na guerra” e com Esparta que “não abriu caminho para os forasteiros” (*Discursos*, I, 6). Talvez, essa questão do que faz uma cidade grande também a faça ruir já estivesse nos *Discursos*, I, 2, quando Maquiavel afirma que nos regimes mais perfeitos há maior semelhança entre

²⁸⁸ Publio Cornélio Cipião Africano (236-184 a. C.,) (cf. PLUTARCO, 2010, p. 415- nota de rodapé número 3).

vícios e virtudes: “pela semelhança que tem nesse caso a virtude e o vício” (*Discursos*, I, 2).

Roma optou por expandir-se, optou por ampliar-se e para isso, precisou tanto da plebe na guerra, quanto abrir-se aos forasteiros. Essas opções ampliaram também os tumultos na cidade, mas sem elas Roma não teria a grandeza que teve. Assim, conclui que “se Roma quisesse eliminar as razões dos tumultos, eliminaria também as razões de ampliar-se” (*Discursos*, I, 6).

Os tumultos em Roma existiram e foram a causa da grandeza e também da ruína da cidade. O tumulto, no caso da lei agrária, se deu devido às transformações relacionadas a uma redivisão de terras, proposta por Tibério, que foi feita através dessa lei, que é apontada não apenas por Maquiavel, como também por historiadores antigos, como a causa da ruína de Roma: “se considerarmos bem os procedimentos da república de romana, veremos que duas coisas causaram a dissolução daquela república: as contendas surgidas com a lei agrária e a prolongação dos comandos militares” (*Discursos*, III, 24).

Isso porque, no caso da lei agrária, muitos tumultos foram causados em Roma, devido ao fato de que “a oposição dos ricos é tão forte quanto o ressentimento e a esperança dos pobres, e a votação da lei que instituiu a reforma agrária decorre de um ambiente de exasperação das paixões” (ROULAND, 1997, p. 126). A lei agrária “que tanto atemoriza os ricos” previa que “D’ora em diante, nenhuma família poderia possuir mais do que cinquenta hectares de terras conquistadas (25 hectares por chefe de família, e eventualmente mais duas porções iguais de 12,5 ha como parte que cabia a dois filhos)” (ROULAND, 1997, p. 126).

Assim, através dessa lei, Tibério, filho de Tibério e Cornélia, estabeleceu que aqueles que possuíam mais terras conquistadas do que a previsão legal permitia, tivessem que, obrigatoriamente, dividi-las e entregá-las aos mais pobres. “As extensões de terras que excediam os limites estabelecidos pelo projeto de lei de Tibério seriam redistribuídas aos pobres, em lotes de no máximo um hectare e meio” (ROULAND, 1997, p. 126).

A lei agrária, em contrapartida, também assegurou aos ricos “um caráter mais sólido a título de ocupação da terra”, com um “Direito de propriedade

pleno e definitivo sobre o seu lote, ao passo que até então os ricos detinham de suas terras apenas um domínio de fato, um Direito de usufruto”. Além disso, tiveram uma compensação financeira: “parece que as terras excedentes não lhes eram pura e simplesmente confiscadas, mas previa-se pagamento de indenizações, correspondentes ao valor dos implementos investidos para a produtividade daquelas terras” (ROULAND, 1997, p. 127). Entretanto, Tibério “acaba por abalar, à ocasião da votação da sua lei, o equilíbrio aristocrático da Constituição romana, estabelecido por aquela mencionada figura do ‘compromisso patrício-plebeu’” (ROULAND, 1997, p. 127). Sobre a lei agrária, Plutarco afirma:

Os romanos nas guerras se apropriavam de muitas terras limítrofes, uma parte vendiam e a outra, convertendo em propriedade do Estado, entregavam para ser repartida entre os cidadãos que não tinham nem bens nem recursos, os quais, pagavam uma pequena parte como tributo aos cofres públicos. Mas quando os ricos começaram a aumentar os impostos e a expulsar os pobres foi elaborada uma lei que impedia possuir mais de quinhentos pletus²⁸⁹ de terra. Durante um período de tempo essa lei conteve a ganância e ajudou os pobres a ficarem nas terras nas condições que foram arrendadas e cultivando os lotes que cada um havia recebido no início. Mas, mais tarde, os vizinhos ricos, usando nomes falsos, desviaram para si as rendas e acabaram se apropriando abertamente da maior parte em seus próprios nomes. Os pobres, privados de suas terras, não se prestavam mais voluntariamente às campanhas militares, e negligenciavam a educação dos seus filhos, a ponto de que toda a Itália percebeu rapidamente que tinha poucos homens livres e estava, invés disso, cheia de prisioneiros bárbaros, dos quais os ricos se serviam para cultivarem suas terras, depois de terem banido os cidadãos.

E ainda:

Tentou então corrigir essa situação Caio Lelio, o amigo de Cipião, mas diante da oposição dos poderosos e temendo um alvoroço desistiu e recebeu a alcuha de sábio e prudente[...] mas assim que Tibério foi nomeado tribuno da plebe, se aplicou à mesma tarefa [...] Entretanto, não compôs o texto de lei sozinho, mas sim lhes serviram de conselheiros aqueles cidadãos que eram os primeiros em virtude e renome entre eles estava Crasso²⁹⁰, Múcio Escévola, jurisconsulto e cônsul à época, e Cláudio Apio, o sogro de Tibério. E parece que nunca se escreveu uma lei mais suave e branda contra uma injustiça

²⁸⁹ “uma medida agrária de distância equivalente a 100 pés (29,6 metros)” (PLUTARCO, 2010, p. 423- nota de rodapé número 22).

²⁹⁰ Publio Licino Crasso

a e uma avidez tais. Pois aqueles que deveriam ser castigados por sua desobediência e obrigados a devolver, com uma multa, a terra que desfrutavam à margem da lei, a esses era apenas ordenado sair, cobrando o preço das terras que haviam se apropriado injustamente e admitindo os cidadãos que precisavam de ajuda. Mas mesmo sendo tão generosa a reforma, o povo se contentou, esquecendo o ocorrido, para não sofrer injustiças dali em diante. Ao contrário, os ricos e proprietário, odiando por ganância a lei e por ira e inveja do legislador, tentaram colocar o povo contra, como se Tiberio introduzisse a divisão de terras para destruir o Estado e provocar uma completa revolução (PLUTARCO, 2010, p. 422-425).

O Discurso de Tibério, segundo Plutarco, foi o seguinte:

Os próprios animais selvagens, que vagueiam pelas terras italianas, têm suas tocas e covis ondem se abrigam; mas aqueles que combatem pela Itália e sacrificam as suas vidas só têm como sua propriedade o ar que respiram e a luz que os ilumina; sem casas, nem lugar seguro, andam a esmo acompanhados de suas mulheres e de seus filhos. Os generais, aos discursarem para os soldados lhes enganam animando-os a expulsarem os inimigos para defender as tumbas e santuários, pois a multidão do povo romano não possui mais túmulos paternos, nem lar. Em verdade, combatem e morrem pelo luxo e pela riqueza dos outros, enquanto eles mesmos, chamados os dominadores do mundo, não possuem nem mesmo um torrão de terra (PLUTARCO, 2010, p. 425).

Sobre o dia da votação da lei agrária de Roma, foi o próprio Tibério quem convocou a votação: “quando chegou o dia, ele mesmo chamou o povo para votar, mas as urnas foram arrancadas pelos ricos e isso provocou muita confusão. Os partidários de Tibério eram capazes de impor sua força dada a sua superioridade numérica” (PLUTARCO, 2010, p. 427). Depois de muitas confusões entre Tibério e Augusto - o outro tribuno da plebe, que por possuir muitas terras, voltava-se contra a lei, a lei agrária foi aprovada: “a lei agrária foi aprovada e três homens foram eleitos para realizar a divisão das terras: o próprio Tibério, Apio Cláudio, seu sogro e Caio Graco, seu irmão, que não estava presente porque estava lutando em Numancia sob as ordens de Cipião” (PLUTARCO, 2010, p. 429). A confusão foi generalizada, e Tiberio acaba por ser assassinado. Nesse dia, uma multidão de pessoas estava na rua, sendo avisado por Flaco:

Fulvio Flaco, membro do senado, colocando-se em lugar visível fez sinais com as mãos a Tiberio de que queria lhe dizer algo,

em particular. Esse ordenou que a multidão abrisse caminho e então Flaco, subindo com dificuldade e aproximando-se de Tibério lhe anunciou que na sessão do senado, os ricos, como não puderam convencer ao Cônsul, haviam decidido eles mesmos matarem Tiberio por seus próprios meios, e dispunham, para esse fim, de muitos escravos e de amigos portadores de armas. Quando Tibério comunicou isso à multidão, imediatamente esses arregaçaram as túnicas e quebrando as hastes colocadas para conter a multidão, partiram contra os agressores (PLUTARCO, 2010, p. 435-436).

Nessa confusão generalizada entre apoiadores de Tibério e apoiadores dos senadores que “portavam cajados e bastões”, e usando também “fragmentos de pernas de bancos quebrados pela multidão em fuga, rumaram na direção de Tibério, desferindo pauladas contra os que interpunham no seu caminho” (PLUTARCO, 2010, p. 437). E assim, “Tiberio empreendeu fuga e um homem agarrou-lhe as vestes. Largou-lhe então a toga e seguir correndo só em túnica; mas escorregou, e caiu sobre alguns que estavam tombados a sua frente”. O tombo de Tibério fez com que “ao levantar-se, o primeiro que lhe aplicou ostensivamente um golpe na cabeça, com uma perna de banco, foi Públio Satureio, um de seus colegas”. Nesse dia, “morreram mais trezentos partidários de Tibério, massacrados a golpes de pedras e cacetadas”, sendo que contra Tibério pesava o “ressentimento e o ódio dos ricos” e a grande evidência disso “foi a crueldade e ilegalidade dos ultrajes feitos ao seu cadáver. Com efeito não foi permitido ao irmão de Tibério, não obstante os seus rogos, recolher o seu corpo para sepultá-lo”. O corpo de Tibério “foi atirado ao rio, juntamente com os outros mortos” (cf. PLUTARCO, 2010, p. 437).

Dentre os antigos, poucos são os que abordam detalhadamente o assassinato dos irmãos Graco. Dionísio de Halicarnasso, apenas menciona Caio Graco, trazendo informações negativas a respeito dele, afirmando que “na época em que Caio Graco possuía o poder tribúnico destruiu a harmonia do governo e já não mais pararam de se matar uns aos outros” (HALICARNASSO, 1984, 172). Entretanto, Dionísio de Halicarnasso, não menciona os assassinatos de Tibério e Caio Graco, isso, inclusive, é observado pelas tradutoras: “Dionísio ignora os feitos sangrentos relacionados com o assassinato de Tibério Graco em 133 e a execução posterior de muitos de seus partidários” (HALICARNASSO, 1984, p. 172).

A respeito dos fatos históricos que envolvem a lei agrária, Maquiavel não se aprofunda. Dentre os autores antigos citados, como Tito Lívio, Dionísio de Halicarnasso e Plutarco, este último parece se dedicar mais aos detalhes do tumulto da lei agrária. Maquiavel, como já afirmamos, era leitor de Plutarco. Isso, inclusive está declarado nos *Discursos*: “Foi opinião de muitos – e, entre estes, Plutarco, seriíssimo escritor- que o povo romano, na conquista do império foi mais favorecido pela fortuna que pela *virtù*” (*Discursos*, II, 1). Entretanto, dele discorda quanto à afirmação da prevalência da fortuna sobre a *virtù* do povo romano: “o quanto a *virtù* pode mais que a fortuna na conquista daquele império” (*Discursos*, II, 1), quanto no que se refere ao papel da plebe na lei agrária.

Maquiavel ao abordar o tema, não compartilha da opinião de Plutarco, que isenta os irmãos Gracos e a plebe, e deposita nos ricos a responsabilidade sobre os tumultos da lei agrária. Em aparente movimento, contrário, ao abordar o tema, Maquiavel afirma que “os homens são desejosos, em parte porque querem ter mais em parte temem perder o que conquistaram, chegam à inimizade e à guerra, da qual decorre à ruína de uma província e a exaltação de outra” (*Discursos*, I, 37). E após realizar essa afirmação, atribui à ambição da plebe romana os tumultos que se originaram da lei agrária: “tudo isso eu disse porque a plebe romana não se contentou em obter garantias contra os nobres com a instituição dos tribunos, desejo ao qual foi forçada por necessidade, pois ela, tão logo obteve isso, começou a lutar por ambição” (*Discursos*, I, 37).

Maquiavel, portanto, faz uma introdução sobre a natureza desejosa dos homens e indica a plebe romana como a responsável pelos tumultos perniciosos da lei agrária, que teriam sido oriundos porque ela não teria se contentando com a instituição dos tribunos e passou “a querer dividir cargos e patrimônio com a nobreza, como coisa mais valiosa para os homens. Daí surgiu a doença que gerou o conflito da lei agrária, que acabou por ser a causa da destruição da república” (*Discursos*, I, 37).

Maquiavel apresenta uma visão sobre lei agrária diversa daquela de Plutarco que narra que o conflito da lei agrária se deu porque os ricos ficaram muito insatisfeitos com a limitação de suas propriedades com essa lei e assim

planejaram assassinar os irmãos Gracos. Sem qualquer surpresa, visto que os *Discursos* são inspirados em Tito Lívio, a forma como Maquiavel narra o conflito da lei agrária se aproxima da forma como aquele historiador romano o descreve. Tito Lívio, assim como Dionísio de Halicarnasso, dedica poucas linhas ao tema, abordando-a de maneira negativa: “Os tribunos voltaram a agitar a plebe com seu habitual veneno, a lei agrária, incitando os plebeus contra a resistência dos patrícios em geral e contra alguns em particular” (LÍVIO, 1989, p. 180). E ainda: “A lei agrária era o aguilhão de que se serviam os tribunos para excitar a plebe” (LÍVIO, 1989, p. 182).

O episódio da lei agrária é um bom exemplo do que Bignotto nos traz sobre a ausência, em Maquiavel, de avaliações morais dos desejos: “o que Maquiavel procura demonstrar é que na análise dos desejos que povoam as cidades não há lugar para considerações de ordem moral”. Assim, “o povo não é o depositário do bom desejo, oposto ao desejo perverso dos nobres” e com isso, “o jogo político[...] não nos permite falar do bom ou do mau desejo, mas apenas das ações que são nocivas e das que colaboram para a manutenção da liberdade” (BIGNOTTO, 1991, p. 96). Assim, para Maquiavel avalia que a lei agrária, por não ter sido capaz de desafogar os humores existentes na cidade, se enquadra naquelas nocivas à liberdade, e por isso, é perniciosa à cidade, sem qualquer outra consideração moral.

Aponta Maquiavel que “aquela lei tinha dois artigos principais. Num se dispunha que nenhum cidadão podia ter mais que algumas jeiras²⁹¹ de terra; o outro, que aos campos conquistados aos inimigos deviam ser divididos entre o povo romano” (*Discursos*, I, 37). Assim, tanto com a limitação da terra que cada cidadão poderia possuir, quanto pela divisão das terras das conquistas militares pelo povo romano, “dos dois modos, portanto, os nobres eram ofendidos” (*Discursos*, I, 37). O primeiro modo se dava “porque quem possuísse mais bens estava transgredindo a lei (o que atingia a maioria dos nobres) e precisava privar-se deles”, segundo porque “repartindo-se os bens dos inimigos entre a plebe, fechava-se aos nobres o caminho do enriquecimento” (*Discursos*, I, 37).

²⁹¹ “Em Roma, cada jeira tinha cerca de 2500 m²” (*Discursos*, I, 37, nota n° 133).

Ou seja, a lei agrária, tinha duplo objetivo ao realizar a reforma agrária em Roma: limitar a quantidade de propriedade que uma só pessoa poderia ter, e estabelecer a divisão com a plebe dos produtos e benefícios auferidos das guerras, bem como dos cargos públicos. Entretanto, no mesmo Livro e Capítulo dos *Discursos* (I, 37) Maquiavel afirma que a pobreza dos cidadãos era útil em Roma, porque mantinha a riqueza com o público: “visto que da guerra aqueles cidadãos se satisfaziam em extrair a honra, deixando seus proveitos [*l’utile*] ao público” (*Discursos*, III, 25) e assim, os romanos não pensariam em enriquecer com a guerra.

Nesse sentido, nos parece bastante contraditórias as afirmações de Maquiavel: porque ora afirma que os produtos da guerra eram destinados ao público e ora afirma que os produtos da guerra ficavam com a nobreza e que a lei agrária veio para limitar a ambição dos nobres, porque estabelecida a limitação à quantidade de terras por pessoa, bem como colocava a plebe como destinatária de cargos públicos e propriedades obtidas através da guerra, principalmente terras. Assim, a confusão parece estar no fato de quem em um primeiro momento afirma que os produtos a lei agrária fechava aos nobres o enriquecimento com a guerra e depois afirma que não interessava ao povo romano enriquecer com guerra.

Lembrando que, o fato da lei agrária impedir o enriquecimento dos nobres poderia ser avaliado positivamente por Maquiavel, não apenas por refrear a ambição deles, mas também porque estaria de acordo com sua máxima de que seria útil à cidade manter os cidadãos pobres. Ocorre que em Roma, pelos próprios subsídios apontados por Maquiavel, antes da instituição da lei agrária, não era o público que se beneficiava com os produtos de guerra e sim somente os nobres.

Maquiavel, ao tratar sobre Roma, afirma que aquela cidade manteve seus cidadãos muito pobres e que “embora não fique evidente qual ordenação romana produzia esse efeito, sobretudo em vista da oposição sofrida pela lei agrária, a experiência mostra que quatrocentos anos depois da edificação de Roma, ainda havia grande pobreza” e que era notória “a honra que em Roma se prestava à pobreza” (*Discursos*, III, 25).

Narra Maquiavel, que os comandantes dos exércitos romanos mantinham-se pobres, porque “continuava pobre o cidadão que enriquecia Roma” (*Discursos*, III, 25). Cita como exemplo Marcos Régulo, que “quando combatia na África, pediu licença ao senado para voltar e cuidar de sua propriedade rural, que estava sendo estragada pelos seus trabalhadores” (*Discursos*, III, 25). Sobre isso conclui que “se pensassem em enriquecer com a guerra, pouco se importariam se seus campos estavam sendo estragados” (*Discursos*, III, 25).

A lei agrária parece ser vista por Maquiavel como uma antítese à pobreza dos cidadãos. Ocorre que, ela era uma antítese a riqueza da plebe, porque se ela serviu para impedir o enriquecimento dos nobres é porque eles é que estavam se beneficiando com os produtos e bens auferidos na guerra e não o público. Assim, somos levados a questionar qual pobreza, portanto, seria aquela útil à cidade segundo Maquiavel? A pobreza da plebe ou a da nobreza? Partamos do fato de que antes da lei agrária a nobreza se beneficiava sozinha do patrimônio auferido em guerra e que depois da lei agrária obrigou-se a dividi-lo. Se antes da lei agrária a cidade de Roma não estava ameaçada, mas depois dela veio à ruína, conclui-se que de acordo com Maquiavel, somente a pobreza da plebe seria útil à cidade? Foi por isso que a lei agrária foi tão prejudicial à Roma?

A questão levantada por Bignotto sobre a lei agrária: “o que falha, no entanto nesse processo, que parece seguir exatamente os mesmos passos da instituição das leis que fizeram de Roma uma potência?” (1991, p. 88). Embora Bignotto não utilize os termos “lei qualificada”, no sentido de possuir certas qualidades especiais, sua resposta se dá basicamente nas qualidades da lei criada. Isso porque “Maquiavel insiste em dizer que não basta criar leis, é preciso que elas sejam capazes de esconjurar os ódios que se formam em toda a disputa política” (1991, p. 88). E completa: “uma sociedade que não é mais capaz de canalizar seus conflitos por seus mecanismos legais, não é mais uma cidade livre” (1991, p. 88). Essa teria sido a falha da lei agrária: os ódios das disputas entre nobres e plebe sobre os produtos originários das guerras (principalmente terras) e sobre ocupação de cargos públicos não foram por ela escoados, mas sim potencializados, o que provocou a ruína de Roma.

É preciso ter muito cuidado para que o aparato legislativo não se torne um duplo simulacro, que com ele as pessoas possam se enganar, como também enganar os outros. No segundo caso, pode ser utilizado por aqueles que pretendem enganar o povo, disfarçando uma grande mudança no regime governo, com poucas mudanças constitucionais. Nos *Discursos* I, 25, Maquiavel se refere ao fato de que “os homens” em suas palavras, tendem a sentirem falta dos “antigos modos” e por isso, aqueles que assumem uma cidade nova, devem ser cautelosos para que não se modifique de todos esses modos.

Maquiavel aborda o tema, pensando em tornar essa cidade livre e indica: *Quem quiser reformar um estado antigo, transformando-o em cidade livre, deverá manter pelo menos algum vestígio dos antigos modos* (*Discursos*, I, 25), sendo que “isso deve ser observado por todos quantos queiram eliminar um antigo modo de vida de uma cidade e conduzi-la a uma vida nova e livre” (*Discursos*, I, 25). Essa passagem nos leva a questionar se dentro da expressão “antigos modos” caberia toda a tradição jurídica da cidade. Será que aquele que pretende instituir um regime de governo livre em uma cidade, poderia manter as mesmas leis? Esse questionamento poderia nos levar a outro: bastaria mudar o sistema de leis para levar uma cidade a uma vida livre? A resposta a esses questionamentos podem nos levar por caminhos diversos.

Acreditamos a que as duas repostas são negativas. Quando Maquiavel trata nos *Discursos* I, 25 da manutenção dos “modos antigos”, não menciona, em específico, a manutenção das leis. Mas esse não é o nosso argumento. Isso porque o sistema jurídico por certo, compõe os “modos” de ser uma determinada cidade, de um determinado povo. A questão está no fato de que o *vivere libero*, a vida republicana, exige como aqui já mencionado, leis qualificadas. Ou seja, as leis devem possuir determinadas características e qualidades que contemplem esse modo de vida. Dentre essas, podemos citar a busca pelo bem comum e a utilidade pública em detrimento das questões privadas e a ausência de favorecimentos de grupos. Mas há algo mais, que antecede tudo isso e que é requisito para que tudo aconteça. Trata-se da participação na confecção da lei dos dois humores diversos existentes na cidade, de grandes e povo.

A lei, aquele que favorece a liberdade, a vida livre, o *vivere libero*, o modo republicano, deve ser aquela que contemple os dois humores presentes na cidade e que seja um mecanismo de desafogo deles. É uma via institucional que impede que as facções rompam com o corpo político, causando uma cisão incapaz de ser restabelecida pelos modos ordinários. Retomando as nossas duas questões, respondemos negativamente, porque interpretamos que não haveria a possibilidade de se manter as mesmas leis de um modo de vida não livre quando se pretende adotar um modo de vida livre e também não seria apenas modificando o sistema legislativo que se conseguiria isso.

Quando Maquiavel aborda o momento fundador de Roma por Rômulo, afirma que ele fez leis que favoreceram a liberdade e institui o Senado. Rômulo inaugurou uma monarquia e não uma república em Roma. Rômulo institui leis que favoreceram a liberdade, entretanto, em nenhum momento Maquiavel afirma que ele instituiu um modo de viver livre. Instituir leis que favorecem a liberdade, não significa instituir um *vivero libero* que somente é possível nos modos republicanos, porque para se ter um *vivero libero* exige-se que as leis confeccionadas contemplem os humores dos grandes e do povo e que sirva como meio de desafogo deles. E é basicamente isso que a lei agrária não fez. Segundo Maquiavel, essa lei contemplou demais os humores da plebe, mas não chegou a satisfazê-los, porque as terras oferecidas eram pouco férteis e distantes de Roma. Em relação aos grandes, causou duplo desagrado, porque tiveram que repartir as terras auferidas em guerra e tiveram limitação na quantidade de propriedade que poderiam ter. Assim, não serviu como meio de desafogo dos dois humores, tanto que a questão gerou facções que se prolongaram no tempo por séculos, até a ruína de Roma.

Isso nos mostra que também não basta modificar formalmente o sistema de leis para que um novo modo de vida livre se estabeleça. Enfatizamos que as leis devem efetivamente contemplar os dois humores, de maneira a extravasá-los, a dar-lhes vazão. Basta verificar o caso da lei agrária. Roma era estruturada na desunião da plebe e do senado, as leis eram assim confeccionadas, as ordenações eram assim estabelecidas. Entretanto, a lei agrária que surgiu desse contexto, que parece ideal para os modos do *vivere libero*, não foi capaz de manter o corpo político romano sem fraturas. É verdade

que houve demora para que a fratura completa ocorresse, pois desde a edição da lei até a ruína da cidade, mais de trezentos anos se passaram - com bem nos informa Maquiavel. De qualquer forma, a ruína aconteceu porque a lei estava demasiadamente voltada para o passado e não serviu para desafogo dos dois humores – que é a função das leis – sem sequer bem contemplar adequadamente um deles. Sem desafogar os humores, eles irromperam e provocaram a cisão da cidade em facções. A completa fratura do corpo político romano.

Nota-se, portanto, que acreditar que em Maquiavel bastaria modificar o sistema legislativo de um determinado corpo político e aguardar que as questões se resolvam, para que uma vida livre possa acontecer, é um grande erro. Há necessidade de que a ação política componha as leis, uma por uma. Nenhuma lei, mesmo aquela que surge dos humores diversos, está imune a prejudicar o corpo político a ponto de fraturá-lo – como ocorreu com a lei agrária – porque efetivamente não serviu como mecanismo de desafogo de humores. Nesse sentido, sobre a qualidade da lei, e os motivos pelos quais a lei agrária não trouxe bons efeitos para Roma, Bignotto nos auxilia com seus comentários sobre as leis em uma república: “a crítica maquiaveliana não é a da associação entre liberdade e regime de leis” eis porque entende que Maquiavel queria demonstrar “a esterilidade de um debate que escondia o sentido profundo dos antagonismos que constituem a cidade” (1991, p. 100).

Compartilhamos do mesmo entendimento de Bignotto que nos alerta de que para Maquiavel a modificação no sistema de leis que ignore os dois humores e que efetivamente não os contemple, não possibilitará o *vivere libero* republicano. Por isso, que somente modificar o sistema de leis, acreditando que isso seria suficiente para manter um *vivere libero*, não seria eficaz, porque “os homens podem até procurar o bem comum como fez Soderini, mas serão sempre prisioneiros da ilusão jurídica se forem incapazes de ver que o corpo social comporta uma fratura” (BIGNOTTO, 1991, p. 100). Entretanto, compreendemos que se apenas modificar o sistema de leis não é possível efetivamente um governo que contemple o *vivere libero*, mas sem que isso aconteça, também não. E aqui depositamos a centralidade de nossa investigação sobre a importância do sistema de leis para Maquiavel.

Sustentamos que um sistema jurídico, sem um aparato de leis, de modo específico exista e funcione na cidade, não é possível o *vivere libero* republicano para Maquiavel. Defendemos que não há como aliar o sistema de leis do republicanismo de Maquiavel. É verdade que esse sistema deve possuir um modo de funcionamento próprio, específico. Assim como também é verdade que ele pode falhar e não ser capaz de desafogar os humores e de evitar a ruptura e os tumultos generalizados, pode não ser capaz de impedir que as facções apareçam e que apareça também tudo o que segundo Maquiavel é pernicioso às repúblicas. Isso porque o que existe, com certeza, é a constante instabilidade do corpo político. Entretanto, sem esse sistema específico de leis, que contemple o desafogo de humores, é impossível conjugar o *vivere libero* e a manutenção, sem fraturas, desse mesmo corpo político. Isso porque, a “república também não é mais vista como o resultado de uma fundação ideal, mas como fruto da ação contínua dos homens na ‘polis’” (BIGNOTTO, 1991, p. 102).

Bignotto interpreta que “nada pode apagar o caráter instável da vida política, que ‘as boas leis’ esbarram em limites objetivos” e que “nesse universo em permanente movimento, as leis são uma referência importante, mas exprimem, ao mesmo tempo, o que a política tem de ambíguo ou provisório” (1991, p. 102). Essas duas afirmações de Bignotto nos provocam a refletir. Sobre a primeira, ousamos discordar. Em nosso entendimento, não são as boas leis que esbarram em limites objetivos. Ao contrário disso, os limites objetivos são componentes integrantes, indispensáveis das boas leis. Não há boas leis sem esses limites sejam estabelecidos.

Sobre a segunda afirmação, interpretamos, devido à estrutura da frase, que Bignotto coloca a importância das leis em contraponto com o fato delas exprimirem o que há de ambíguo e provisório na política, como se essas características prejudicassem a importância das leis. Dessa afirmação também discordamos. Não da parte em que Bignotto afirma que as leis exprimem o que há de provisório e ambíguo na política – porque essa é uma característica inerente às próprias leis, é por isso que elas se reformam se extinguem e se renovam. Discordamos da parte de que essas características enfraqueceriam a

importância das leis, porque identificamos nisso a força delas para o projeto político de Maquiavel.

Justificamos nosso posicionamento no fato de que para Maquiavel, conforme já mencionado, o corpo político é irremediavelmente instável. Os tumultos decorrem dessa instabilidade e deles as boas leis. O fato das leis exprimirem em seus conteúdos a instabilidade e provisoriedade do corpo político é o que justamente as tornam tão importantes, porque desafogam, naquele momento, aqueles humores. Após serem promulgadas, ou outorgadas, após passarem a ter vigência e efetividade, o corpo político continuará seu movimento de humores. Se as leis não fossem dinâmicas, tal qual o próprio corpo político, simplesmente não acompanhariam as necessidades dos novos humores que inexoravelmente surgirão o que redundaria na cisão do corpo político, porque as leis deixariam de acompanhar a dinâmica dos movimentos da sociedade. Toda a beleza e importância da lei estão, portanto, em sua capacidade de reverberar a provisoriedade e a ambiguidade da política, porque é justamente para isso que servem. Se não fossem as leis a ocupar esse mecanismo de desafogo dos humores, haveria de se inventar ou outro, porque sem ele, o corpo político se fragmentaria.

A questão, em nosso entendimento, reside no fato de que não é apenas modificar o sistema de leis, mas sim acompanhar continuamente seu movimento para garantir que funcione como mecanismo prático de desafogo de humores. É certo, que isso não ocorre sem riscos. A qualquer momento os tumultos podem gerar a fratura do corpo político – como no caso da lei agrária, porque a lei pode não ser capaz de realizar esse desafogo dos humores. Ocorre que a lei, embora suscetível a falhas (como no caso da lei agrária) é o instrumento adequado para o desafogo de humores, porque se ela não puder cumprir essa função, quem ou o que poderá?

Bignotto destaca a importância dos valores republicanos em Maquiavel, tais como a igualdade, a expressão jurídica da liberdade, a prevalência do bem comum sobre os interesses particulares, ao afirmar “que não podemos falar em república onde não existe uma expressão jurídica da liberdade, onde o bem público não domina o interesse privado, onde não existe igualdade entre os homens” (1991, p. 102). Entretanto, afirma que “todas essas condições não são

essências capazes de garantir a paz e a tranquilidade de um povo para sempre” (BIGNOTTO, 1991, p. 102). Concordamos com a afirmação de Bignotto e entendemos que é impossível falar em governo republicano sem igualdade, sem lei que expresse a liberdade, sem bem comum e interesse público sobreposto ao particular. Esses continuam sendo os valores republicanos que já existiam ao tempo de Maquiavel e ao que lhe antecedeu.

Estabelecer um modo de vida sob o império da lei é, portanto, premissa irrenunciável e inegociável de quem se pretende republicano. Para o republicanismo de Maquiavel, essa lei é adjetivada de determinadas qualidades, como já mencionamos. Também somos levados a concordar com Bignotto quando ele menciona que esses pressupostos republicanos, dentre eles a lei, seriam incapazes de garantir “para sempre” paz e tranquilidade para o povo, porque podem ser atingidas em alguma medida pela corrupção. Entretanto, em nosso entendimento, parece que quando Bignotto avalia o fato dos valores republicanos não garantirem paz e tranquilidade *ad eternum*, o faz como se esse fosse o objetivo. Em nosso entendimento, esse nunca foi um objetivo para Maquiavel. Tumultos, conflitos, pretensões resistidas, desejos opostos, desaforo de humores diversos, tudo isso canalizado pela via institucional das ordenações e da lei, para que se possa ter estabilidade na instabilidade. Paz e tranquilidade, não foram realmente objetivos republicanos daquele que teve a coragem de defender o dissenso quando todos louvavam a concórdia.

Defende Bignotto “que o estudo das leis livra-nos da ilusão constitucional, para nos obrigar a aceitar a contingência do político” (1991, p. 102). O que seria a contingência do político nas leis, se não a instabilidade dos humores que provocam os tumultos entre grandes e povo do qual as próprias boas leis surgem? Aceitar a contingência do político é aceitar as próprias boas leis que dessa contingência se originam. Não se trata de polos opostos, divergentes, mas sim setas que convergem para um mesmo sentido. As leis são compostas pela matéria fornecida pela contingência. A contingência é matéria prima para as leis e não um elemento que com ela conflita.

Muitas foram as tentativas antecedentes aos Gracos de aplicar a lei agrária em Roma, mas como sempre houve tumulto quando se abordava o

tema, a questão ficava suspensa. Isso porque muitas vezes, a fim de demover a plebe, os nobres causavam tumultos entre os tribunos, chamavam o exército para interferir, ou então enviavam a plebe romana às colônias conquistadas muito distantes de Roma, como a colônia de Âncio, e “sobre isso Tito Lívio profere palavras notáveis, ao dizer que foi difícil encontrar em Roma quem desse o nome para ir à referida colônia” (*Discursos*, I, 37). Assim, considerando que as terras conquistadas dos inimigos não eram tão atrativas assim para a plebe, ou por serem distantes ou por não ser produtivas, Roma deixou de tomar os territórios dos inimigos: “como os campos dos inimigos de Roma ficavam distantes dos olhos da plebe, em lugares onde não era fácil o cultivo, esta não o desejava tanto; e assim os romanos infligiam menos essa punição” (*Discursos*, I, 37).

Assim, segundo o que menciona Maquiavel, a lei agrária “ficou como adormecida até os Gracos, sendo por estes despertada, arruinou inteiramente a liberdade romana” (*Discursos*, I, 37). Maquiavel afirma que quando o debate sobre a lei agrária foi retomando, no período dos irmãos Gracos, “encontrou duplicado o poder de seus adversários, e, por esta razão, acendeu-se tanto ódio entre a plebe e o senado que se chegou ao conflito armado e ao derramamento de sangue, fugindo a qualquer modo e costume civil” (*Discursos*, I, 37). Como a situação estava sem controle “visto que os magistrados públicos não podiam remediar a situação[...] recorreu-se a remédios privados[...] depois de muito derramamento de sangue e variações da fortuna, a vitória ficou com a nobreza” (*Discursos*, I, 37).

Maquiavel afirma esse confronto privado fez com que a plebe “depositasse sua confiança em Mário e o fez Cônsul” e que “a nobreza voltou-se para Sila” (*Discursos*, I, 37). Ocorre que embora a nobreza tenha sido vitoriosa, os conflitos da lei agrária não terminaram com a vitória da nobreza, porque “tais humores foram ressuscitados no tempo de César e Pompeu, como César assumisse o comando do partido de Mário, e Pompeu, o do partido de Sila[...] de tal modo que nunca mais a cidade foi livre” (*Discursos*, I, 37).

Ao final do capítulo 37 do Livro I, Maquiavel parece modificar sua opinião sobre qual dos humores teria levado à perda da liberdade na cidade. Se no início atribuiu à ambição da plebe, que não se contentou apenas com a

nomeação dos tribunos e quis cargos e a divisão do patrimônio com a nobreza, a responsabilidade pelos tumultos da lei agrária, no fim do capítulo deposita essa ambição nos grandes: “é tão grande a ambição dos grandes que, se não sofrer oposição por várias vias e de vários modos numa cidade, logo à levará à ruína” (*Discursos*, I, 37). Ruína essa, que poderia ter ocorrido antes, caso a plebe não demonstrasse disposição em refrear os desejos dos nobres: “embora o conflito da lei agrária tenha demorado trezentos anos para acarretar a servidão de Roma, isso teria ocorrido muito mais cedo caso a plebe, seja com essa lei, seja com outros desejos seus, não tivesse refreado a ambição dos nobres” (*Discursos*, I, 37).

Para finalizar o capítulo destinado à lei agrária, Maquiavel faz uma comparação crítica sobre a forma como a nobreza romana valorizava as honras e o patrimônio: “vê-se também por aí como os homens estimam mais o patrimônio do que as honras. Porque a nobreza romana sempre cedeu à plebe sem excessivos [*straordinari*] tumultos quando o assunto eram honras” (*Discursos*, I, 37). Assim, as disputas entre a nobreza e a plebe romana, quando o assunto foi o patrimônio - limitado pela lei agrária - foram muito mais acirradas do que quando o assunto era apenas a honra. No caso da lei agrária, que previu a limitação ao Direito de propriedade, tanto quanto à extensão das terras, quanto à divisão daquelas oriundas das conquistas militares, a disputa levou à ruína da cidade. Assim, quando o assunto “se tratou do patrimônio foi tão grande a obstinação na defesa deste que a plebe, para saciar seu apetite, recorreu os meios extraordinários de que acima falamos” (*Discursos*, I, 37).

Assim, após Maquiavel atribuir à plebe romana a longa liberdade de Roma, pois soube a plebe refrear a ambição da nobreza romana, volta a afirmar que o apetite da plebe fez com que meios extraordinários fossem usados e avalia negativamente a atuação da plebe, atribuindo aos irmãos Gracos à desordem da cidade, provocada pela lei agrária: “Desordem cujos causadores foram os Gracos, nos quais se deve louvar mais a intenção que a prudência. Porque tentar eliminar a desordem que cresceu numa república, criando para isso uma lei voltada demais para o passado, não é de bom alvitre” (*Discursos*, I, 37).

Fato é que em Maquiavel, embora seja o povo o guardião ideal da liberdade (*Discurso*, I, 5), também possui desejos que podem ser perniciosos ao corpo político e assim “o povo é, portanto, um agente da corrupção[...] No caso dos decênviros como no caso da lei agrária, o povo não mudou sua ‘natureza’, mas revelou que seu desejo não é, por si só, uma garantia contra a corrupção” (BIGNOTTO, 1991, p. 105).

A forma como Maquiavel avalia o episódio da lei agrária em Roma, nos parece bastante peculiar. Durante todo o capítulo 37 do Livro I, o pensador realiza um movimento cíclico que ora parece condenar e absolver a plebe por esse tumulto, que ora parece condenar a absolver os irmãos Graco. É um capítulo destinado ao combate por ambição e não por necessidade. Indica isso logo no início: “sempre que os homens não precisam combater por necessidade, combatem por ambição” (*Discursos*, I, 37). Critica Maquiavel, portanto, a instituição da lei agrária. Isso porque a plebe, em seu pensar, já havia conseguido instituir os tribunos, mas sua ambição fez com que procurasse ter parte nos bens também.

Maquiavel entende que justamente por essa busca de interesses privados, tanto do povo quanto dos grandes, sem um fim público, que o conflito que resultou na lei agrária foi um mau conflito e partir dele adveio a ruína de Roma: “A ruína da república é resultado de um “mau conflito”, isto é, daquele em que o povo deixa de ser rival dos grandes para ser *como* os grandes” (AMES, 2017, p. 99). Entende Maquiavel que esse foi o caso da lei agrária²⁹² em Roma.

Aquela lei tinha dois artigos principais. Numa se dispunha que nenhum cidadão podia ter mais que algumas jeiras de terra; o outro, que os campos conquistados aos inimigos deviam ser divididos entre o povo romano. Dos dois modos, portanto, os nobres eram ofendidos: porque quem possuísse mais bens estava transgredindo a lei (o que atingia a maioria dos nobres) e precisava privar-se deles; e porque, repartindo-se os bens dos inimigos entre a plebe, fechava-se aos nobres o caminho do enriquecimento. Assim, como tais ofensas eram feitas contra homens poderosos, e a estes parecia que contrariar tal lei era defender o interesse público, sempre que, como

²⁹² “Do ano 111 a. C. Foi votada após a queda dos irmãos Gracos a fim de consolidar os possuidores do *ager publicus*, uma vez que lhes concedia a propriedade quiritária das terras possuídas num determinado raio em torno de Roma” (PESSÔA, 2001, p. 90).

dissemos, se falava dessas coisas, toda a cidade era atingida pela confusão (...) Foram assim as dissensões dessa lei provocando conflitos durante algum tempo, até que os romanos começaram a levar seus exércitos para os confins da Itália, ou para fora da Itália (*Discursos*, I, 37).

Maquiavel traz, portanto, com a lei agrária, um exemplo de uma ambição patrimonial da plebe. E parece indicar que teria sido ela o motivo dos tumultos que foram incitados pelos irmãos Graco. Assim, a forma como Maquiavel narra os fatos parece indicar que a plebe, incitada pelos Gracos, foi a culpada pelos tumultos da lei agrária que provocou a ruína de Roma, porque se tratava de uma lei que tentava resolver um problema antigo (o da reforma agrária em Roma – como assim o trata Tito Lívio). Assim, avalia Maquiavel, a lei agrária teve como hipótese de seu fracasso o fato de que “demorou tanto a ser feita que já causasse tumulto tentar sanar males passados” (*Discursos*, I, 37). A questão, portanto, era bastante antiga.

Maquiavel, em um primeiro momento, parece atribuir os problemas oriundos da lei agrária à ambição da plebe romana e colocava os nobres como aqueles que resistiam a tal ambição. Parece indicar que a responsabilidade pela ruína da cidade de Roma seria da plebe. Entretanto, quando já parecia isentar os nobres de qualquer responsabilidade, indica que se não fosse pela atuação da plebe romana refreando a ambição da nobreza, a cidade teria ruído muito tempo antes e admite que a lei agrária veio para refrear a ambição dos nobres. Assim, Maquiavel parece inverter, portanto, a lógica de que a lei agrária seria uma lei que retrataria a ambição da plebe e a coloca em um lugar de contenção da ambição da nobreza. Isso faz com que responsabilize os Gracos pela instigação da plebe, mas que ao mesmo tempo os louve pela intenção.

Em um primeiro momento, nos parece muito confusa a opinião de Maquiavel. Isso porque, ao mesmo tempo, indica a lei agrária como um instrumento de ganância da plebe e também como um mecanismo de refrear a ganância da nobreza. Outro ponto que para nós gerou confusão é aquele em que Maquiavel afirma que “nada é mais útil numa cidade livre do que a pobreza de seus cidadãos” (*Discursos*, I, 37 e III, 25) e que “repúblicas bem ordenadas devem manter rico o público e pobres os seus cidadãos” (*Discursos*, I, 37). Se

as terras e bens adquiridos com as guerras fossem destinadas ao patrimônio público da cidade, seria de fácil compreensão a argumentação de Maquiavel. Ocorre que – pelos próprios argumentos apresentados pelo pensador de que a lei agrária colocaria freios à ambição da nobreza, nos parece que os bens de guerra eram destinados aos nobres e não ao patrimônio público.

As várias leis agrárias propostas em Roma “visavam tirar dos ricos para dar aos pobres” (OSTRENSKY, 2019, p. 62) o que nunca foi bem recepcionado pela classe dirigente em tempo algum, sendo que “quando finalmente se aprovava uma lei agrária, os ricos se furtavam à limitação de terras, readquirindo suas posses me nome de pessoas fictícias” (OSTRENSKY, 2019, p. 66-67). Entretanto, ressalta Ostrensky que “o expediente mais comum consistiu em simplesmente não obedecer à lei e, em geral, conseguir escapar a qualquer punição. Quem deveria aplicar a lei não tinha interesse em prejudicar quem a infringia” (2019, p. 67). Isso porque, “a nobreza, é preciso deixar claro, nunca esteve disposta a fazer concessões” (2019, p.79).

Assim, a destinação dos bens aos nobres, ao contrário de tornar o público rico e pobre os cidadãos, torna o cidadão rico mais rico, aumentando a desigualdade de propriedades. Ostrensky afirma que “Maquiavel traz à discussão um elemento indesejável do problema da riqueza: a necessidade de igualdade. Essa é uma questão que invariavelmente suscita controvérsias entre os intérpretes de Maquiavel” (2019, p. 75) e questiona: “Afimal, a igualdade de propriedades é condição para a igualdade política”. Ao que responde: “não há como negar que, para Maquiavel, as desigualdades materiais criam relações assimétricas de poder” (OSTRENSKY, 2019, p. 76).

O argumento de que o cidadão deveria ser pobre e o público rico, parece valer somente quando a plebe passa a ter a chance de ter parte nos bens adquiridos. Quando somente os nobres tinham parte, essa não parecia ser uma preocupação. Esses argumentos de Maquiavel, que ora apontam para a defesa da plebe e ora para a defesa da nobreza, que nos parecem contraditórios é, segundo Ostrensky uma técnica humanista utilizada por Maquiavel “empregada no gênero da retórica deliberativa, conhecida como *in utramque partem*, isto é, argumentar dos dois lados de uma questão. Essa técnica consiste em apresentar aos leitores argumentos favoráveis e contrários a certa posição”

com o objetivo de que “formem um julgamento a respeito da adoção ou recusa de certo curso de ação. Maquiavel assume, assim, a figura do orador habilidoso” (2019, p. 58).

Nesse sentido, Ostrensky afirma que “o problema representado pelas leis agrárias nos *Discursos* nos coloca diante de um dilema insolúvel”. Isso porque, “foram um dispositivo institucional relevante para evitar a ruína precoce de Roma, mas a partir de determinado momento, também contribuíram para acelerá-la” (2019, p. 58). Ostrensky esclarece que a questão da limitação da posse de terras, ou da redistribuição ou divisão de terras em Roma era uma muito antiga. Por volta de 480 a. C., o côsul Espúrio Cássio, teria sido o primeiro a propor, no início da República romana, metade das terras resultantes da conquista sob os hérnicos, bem como parte de terras públicas (*ager publicus*) que estava sob o domínio privados, também fossem redistribuída aos pobres. Entretanto, a primeira lei que limitou a posse de terras em Roma (*leges modum agrarium*) foram as leis Licinia (*Lex Licinia*) propostas em 360 a. C., pelos tribunos Caio Licínio Estolão, Laterano e por Lúcio Sextio (cf. OSTRENSKY, 2019, p. 61).

A chave para entender esses tumultos nos parece ser o momento da lei agrária: Maquiavel a avalia como uma lei demasiadamente voltada para o passado, que por ser antiga, cujo debate sempre ressurgia com tumultos, deu condições à nobreza romana de se preparar para refutá-la. Essa vitória da nobreza significou a manutenção de um status. Ou seja, a questão da reforma agrária romana não fora resolvida com a lei agrária. Por isso, como uma questão pendente que sempre ressurge nos momentos de tensão, o tema foi projetado muito além daquele tempo e nas palavras de Maquiavel “tais humores foram ressuscitados no tempo de César e Pompeu” (*Discursos*, I, 37). Aponta Maquiavel, que pelo motivo da retomada dos humores da plebe e da nobreza romana, a cidade de Roma nunca mais pode recuperar a liberdade.

A lei agrária prejudicava a nobreza romana e “assim, como tais ofensas eram feitas contra homens poderosos, e a estes parecia que contrariar tal lei era defender o interesse público” (*Discursos*, I, 37). A nobreza romana “confundia” seus interesses privados com os públicos e defendia seus direitos de propriedade mascarando-os de interesse público – o que demonstrava o

grau de sua corrupção. Quando Maquiavel aborda o tema da corrupção, ele afirma que a corrupção significa, em última instância, a confusão entre o que é interesse público e o que é de interesse particular. Quando o interesse particular é apresentado como interesse público, ou como de utilidade pública, temos a corrupção instalada. À nobreza romana corrompida, que confundia interesse privado com o público, defender seus próprios interesses patrimoniais, contrariando a lei agrária, lhes parecia, defender o próprio interesse público. Os acontecimentos foram se desenvolvendo até o momento em que o público foi completamente suprimido pelo privado, visto que os magistrados públicos já não conseguiam mais resolver a questão, que foi delegada a particulares líderes de duas facções: a da plebe e da nobreza. As facções estavam instaladas, a corrupção era generalizada e a ruína de Roma se estabeleceu.

4. 11 A lei e o republicanismo de Maquiavel

Contrariando diversas correntes do pensamento político, o que se denomina como republicanismo, conforme lembra Bignotto, “nunca se constituiu como um corpo doutrinal unívoco e dogmático, cujos temas e questões permanecem inalterados ao longo dos séculos”. E continua: “mais do que uma corrente filosófica ou teórica associada a um único filósofo ou escola devemos falar de uma tradição republicana cujas origens remontam à Roma antiga” (BIGNOTTO, 2009, p. 716).

Nesse sentido, portanto, não seria possível afirmar a existência de um Republicanismo, mas sim vários²⁹³. Dentre essas diversas matrizes do republicanismo, podemos citar a romana, a inglesa, a italiana, a francesa, a norte-americana. Embora diversas, e com diversas variações históricas, os estudiosos do republicanismo citam convergências das matrizes: “a afirmação do valor da liberdade política, da igualdade dos cidadãos e dos direitos deles de participarem da vida pública são temas recorrentes nos autores que

²⁹³ Para aqueles que desejam aprofundar a análise das diversas formas de republicanismo, sugere-se a obra *Matrizes do Republicanismo*. Newton Bignotto (organizador). Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

reivindicam o republicanismo e definem um patamar comum” (BIGNOTTO, 2009, p. 716).

Ainda segundo Bignotto, “devemos a Cícero a primeira formulação explícita dos fundamentos do republicanismo. No *Da República* 54 (a. C)” (2009, p. 176), onde afirma: “A coisa pública (*res publica*) é a coisa do povo, e por povo deve-se entender, não um agregado de homens unidos de qualquer maneira como num rebanho, mas um grupo numeroso de homens associados uns aos outros pela adesão à mesma lei e a uma comunidade de interesses” (CICERO, *apud* BIGNOTTO, 2009, p. 176). A lei, como mecanismo de união entre os homens, mantendo-os conectados a uma determinada comunidade, é elemento essencial ao republicanismo, desde a primeira definição conhecida sobre o tema.

A vida em comum, valorizada pelo republicanismo, possui seu elemento de conectividade entre os homens na lei. É, portanto, a conexão à lei, que faz com que o que, o que poderia ser considerado apenas como um “agregado” de indivíduos (homens) se torne, ao invés disso, um grupo. O elemento diferenciador, na linguagem ciceroniana, entre um “agregado” que se assemelha a um “rebanho” – em uma analogia aos animais – e um “grupo de pessoas “associados” – fornecendo o elemento humano – são a lei e os interesses comuns. Assim, a lei funcionava desde a primeira conceituação do republicanismo, como um elementos aglutinador dos interesses humanos comuns, que possibilita o próprio regime de liberdades. A lei, é considerada “como o cimento da comunidade política. O republicanismo coloca a formulação dos critérios de justiça e regras do ordenamento jurídico como o verdadeiro fundamento da república” (BIGNOTTO, 2009, p. 176-177).

Além da lei, da comunidade de interesses, Bignotto cita como terceiro ponto fundamental, o bem comum: “o republicanismo se distinguirá de outras correntes do pensamento democrático contemporâneo por acreditar que a formulação do bem comum [...] é resultado da ação direta dos homens” (2009, p. 717). Esses três elementos compõem o que se denomina de republicanismo moderno. É esse o republicanismo que existia ao tempo de Maquiavel, visto que conforme já mencionado nesse trabalho, há relação direta entre republicanismo moderno e Humanismo Cívico, visto que conforme ensina

Bignotto, o primeiro é fruto do segundo: “o republicanismo moderno se formou na Itália a partir do século XIV com o nascimento do Humanismo Cívico” (2009, p. 717).

Assim, embora seja possível se afirmar que o republicanismo moderno já estava presente ao tempo de Maquiavel, não é possível daí aduzir que esse era o conceito de republicanismo para ele. Isso porque “não é fácil, no entanto, para o leitor encontrar uma descrição do que seria para nosso autor um regime republicano”. Maquiavel estava “mais preocupado com valores e princípios do que com uma quimera institucional. Maquiavel caminha por uma série de problemas que vão da organização da justiça à religião [...]. Tendo como norte a liberdade e o bem comum” (BIGNOTTO, 2009, p. 717).

Para Bignotto, o fato de se criticar a concepção jurídica de liberdade não significa que as representações legais não sejam importantes, porque elas ocupam na cidade um papel de mediador “sem o qual nenhuma vida política é possível”, concluindo que “a lei não é em si a origem da liberdade, mas essa não existe sem sua expressão formal” (1991, p. 106). Sobre o republicanismo em Maquiavel, Adverse indica que “Maquiavel aprofunda sua análise associando a divisão social tanto à liberdade quanto à lei. A ruptura com a tradição republicana clássica está consumada” (2013. p. 98-99)

A pergunta que orienta esse item é: o projeto político de Maquiavel pode ser considerado republicano sob o viés da lei? Segundo Nicolai Rubstein *et al* “a grande diferença entre o regime republicano e o regime despótico diz respeito ao contraste entre o exercício autoritário e absoluto do governo e a limitação dele pela lei pela vontade do povo” (1990, p. 4). Nesse mesmo sentido, Newton Bignotto:

Uma república é para nosso autor antes de mais nada um regime de leis, ou um regime constitucional como dizemos hoje. Nele a vontade de seus membros está sempre submetida à vontade de todos, expressa nas leis que são adotadas por ocasião da fundação do regime livre (BIGNOTTO, 2003, p. 23).

Bignotto afirma que reconhecer Maquiavel como um republicano, significa que em uma escala hierárquica, a lei se encontra acima de qualquer outro aparelho ou instituição do corpo político. A necessidade da lei aparece na narrativa hipotética que Maquiavel faz do que denomina de “princípio do

mundo”. Nessa narrativa é possível perceber que Maquiavel apresenta a lei como sendo o resultado de uma confluência de ideias de pessoas reunidas com a finalidade de valorar condutas, estabelecer a proteção a determinados comportamentos e sanções a outros. Indica que, nesse princípio de mundo, a gratidão é valorada positivamente estabelecendo-se censura aos ingratos, pois a ingratidão gera ódio ao seu autor e compaixão em relação a quem a sofreu. Dessa forma, a empatia e o conhecimento da justiça fizeram com que as pessoas se percebessem sujeitas à ingratidão e a fim de impedirem tal fato, reuniram-se para criar leis e punições, originando-se, assim a ideia de justiça:

No princípio do mundo os habitantes que eram escassos, viveram durante algum tempo dispersos como animais; depois, multiplicando-se, reuniram-se em grupos, e, para poder melhor defender-se, começaram a respeitar aquele que, dentre eles, fosse o mais forte e corajoso, e fazendo dele seu dirigente, obedeciam-no. Daí proveio o conhecimento das coisas honestas e boas, diferentes das perniciosas e más: porque, vendo eles que se alguém prejudicava seu benfeitor isso suscitava ódio e compaixão entre os homens, censurando-se os ingratos e homenageando-se os gratos, e percebendo também que aquelas mesmas injúrias podiam ser-lhes dirigidas, para escapar a semelhante mal reuniam-se para fazer leis e ordenar punições a quem as violasse. Daí proveio o conhecimento da justiça. E isso fazia que, sendo depois preciso escolher um príncipe, já não se recorressem ao mais robusto, porém ao que fosse mais prudente e justo (*Discursos*, I, 2).

Nota-se que a lei é apresentada por Maquiavel sob dois aspectos: em um primeiro momento é utilizada como uma tentativa de impedir a afetação do homem por comportamentos considerados injustos, ligados à moral, tais como a ingratidão, estabelecendo sanções aqueles que assim agissem. Em um segundo aspecto, a lei é apresentada como destituidora do império do mais forte. Os homens, como bem informa Maquiavel na citação acima, ao instituírem leis desobrigaram-se da necessidade de submeterem-se à vontade do mais forte e através delas têm a possibilidade de escolher um príncipe (governante), guiado por outros critérios para além da força física. Essa pode ser considerada a função libertadora que a lei opera no pensamento político de Maquiavel. Isso porque é através da lei que não se faz mais necessário aos mais fracos apenas obedecer ao mais forte, que era o detentor do poder e determinava que sua vontade imperasse sobre todos.

A lei é o instrumento pelo qual se racionaliza o processo de escolha dos governantes, porque possibilita outros critérios àquele da prevalência da vontade do mais forte. É, portanto, a lei, nesse sentido, uma forma de substituição da força física. Porque é através da ordenação das leis “que proveio o conhecimento da justiça” e através disso, o modo de escolha do líder teria sido drasticamente modificado, porque quando fosse “preciso escolher um príncipe, já não recorressem ao mais robusto, porém ao que fosse mais prudente e justo” (*Discursos*, I, 2).

Alerta, posteriormente, que o critério de escolha do príncipe pela prudência e pela justiça de suas decisões foi abalado pela possibilidade da sucessão ao trono por hereditariedade e com isso a muito se perdeu da virtuosidade e a tirania se estabeleceu: “mas como depois se começou a ser príncipe por sucessão, e não por escolha, logo os herdeiros começaram a degenerar e, deixando as obras virtuosas, acreditaram que os príncipes nada mais precisassem fazer senão sobrepujar os outros” (*Discursos*, I, 2).

Maquiavel utilizando-se de dados históricos afirma que com a exceção de Tito, os que sucederam por herança, eram todos imperadores maus e que os sucederam por adoção eram bons²⁹⁴, sendo que o fato de um príncipe ser bom faz com que seu governo seja justo²⁹⁵. Até mesmo quando aborda o envio de cidadãos para exércitos próprios, na função de capitão adverte: “se for valente, deverá enquadrá-lo na lei para que não ultrapasse os limites” (*O príncipe*, XII).

²⁹⁴ “Verá também, pela leitura dessa história, como se pode ordenar um reino bom: porque todos os imperadores que sucederam ao império por herança, exceto Tito, foram maus; os que o herdaram por adoção foram todos bons, assim como os cinco que vão de Nerva a Marco Aurélio; e, assim que caiu nas mãos dos herdeiros, o império arruinou-se” (*Discursos*, I, 10).

²⁹⁵ “nos tempos governados pelos bons, verá um príncipe seguro em meio a seus cidadãos seguros, o mundo cheio de paz e justiça; verá o Senado com sua autoridade, os magistrados com suas honras; Verás os cidadãos ricos gozar de suas riquezas; a nobreza e a *virtù* exaltadas: verá paz e bem; e por outro lado, verá a extinção do rancor, da licença, da corrupção e da ambição: verá os tempos de ouro, em que cada um pode ter e defender a opinião que quiser. Verá, enfim, o mundo triunfar, o príncipe cheio de reverência e glória; os povos, cheios de amor e segurança” (*Discursos*, I, 10).

5 A PRESENÇA DO DIREITO NAS OBRAS LITERÁRIAS *BELFAGOR E A MANDRÁGORA*²⁹⁶

O tema da linguagem jurídica, ou linguagem do Direito, ou presença do Direito através da linguagem em Maquiavel, envolve uma relação muito próxima entre Direito, filosofia política, filosofia do Direito, história do Direito e o próprio estudo da linguagem. Isso, por si só, denota que se trata de um tema plural e multifundamentado. A multiplicidade de reflexões que o tema implica, já é um indício das complexidades que podem ser encontradas por aqueles que se propõem a tal investigação. No entanto, embora o tema envolva áreas diversas do conhecimento, o problema central está na hipótese de Maquiavel possuir um vocabulário do poder expresso através do seu pensamento político e jurídico.

Nesse sentido, esse capítulo será dedicado à análise da linguagem jurídica em Maquiavel em duas obras literárias: *Belfagor e Mandrágora*²⁹⁷. A análise da linguagem jurídica consiste em lembrar a evidente “conexão entre a experiência e o pensamento de Maquiavel e a linguagem da jurisprudência de seu tempo (linguagem da tradição jurídica, que na esfera do Direito público nada mais é que a linguagem do poder)” (QUAGLIONI, 2016, p. 22).

No que se refere à pesquisa da linguagem em Maquiavel, visa-se demonstrar que o pensador dela se apropria e a utiliza de maneira consciente. Nesse sentido, não podemos nos afastar da ideia de que linguagem jurídica manifestada “antes mesmo de estar escrita nas páginas dos Códigos, está escrita nas carnes dos homens, e por isso é necessariamente sinal de tempos e de lugares, voz de uma sociedade e cultura, filtro de uma experiência viva”

²⁹⁶ “em *A Mandrágora* Maquiavel colocou muito de si, inclusive onde isso não aflora, para que não se note” (RIDOLFI, 2003, p. 199). A fim de ilustrar tal afirmação, o biógrafo indica a frase contida no capítulo II, 3 da *Mandrágora*: “nessa terra, quem não tem poder, não encontra um cão que lhe possa latir” (RIDOLFI, 2003, p. 199). *Mandrágora* “é a única novela que Maquiavel escreveu no papel, entre tantas que inventou e narrou com prazer nas ceias ou nos balcões, mas é suficiente para nos mostrar, aliás o mostraram também algumas cartas suas, a que ponto poderia estar capacitado nesse gênero literário que parecia ter sido criado precisamente para ele” (RIDOLFI, 2003, p. 201).

²⁹⁷ Ao tratar sobre a insatisfação de Maquiavel com a obra *L'asino* - que o fez abandoná-la - passou a se dedicar à *Mandrágora*: “mostraria em *A Mandrágora*, comédia escrita para o carnaval de 1518, a animalidade dos homens em sua realidade bem concreta” (VIVANTI, 2016, p.100).

(GROSSI, 2014, p. 27). Nesse sentido, a linguagem jurídica encontrada nas obras de Maquiavel, testemunha o contato que ele teve com o tema. Sobre as possibilidades de contato de Maquiavel com o tema do Direito, e com a linguagem própria, já tecemos várias considerações nos dois primeiros capítulos. Cabe-nos aqui apenas rememorá-las, eis que as possibilidades de contato do pensador com o tema pode ter sido na biblioteca da sua própria casa, eis que seu pai, Bernardo, era considerado doutor em leis (cf. QUAGLIONI, 2016, p. 29); através da educação humanista que recebeu ou, ainda, durante o período de atividades junto à segunda chancelaria de Florença, que tradicionalmente ocupada por juristas e notários, adotava uma linguagem jurídica padronizadas em seus documentos.

5.1 A importância da linguagem jurídica

As diversas áreas do conhecimento são permeadas por linguagens específicas que expressam conteúdos relacionados aos diversos temas e problemas que investigam. As terminologias utilizadas refletem, muitas vezes, uma forma própria de expressão que denota, através da linguagem, o conhecimento de conceitos que são comunicáveis através de uma linguagem específica utilizada por aqueles que se dedicam ao estudo de determinada ciência ou tema. O Direito possui uma linguagem própria, a denominada linguagem jurídica, consistente em termos técnicos e conceitos que são empregados para expressar acontecimentos da vida que geram algum efeito no meio jurídico. A linguagem do Direito consiste, portanto, em um vocabulário próprio, cujas palavras são carregadas de significado jurídico. Nesse sentido, esse capítulo tem como objetivo identificar e apontar em Maquiavel uma linguagem jurídica (expressões e conceitos relacionados ao Direito e a seus operadores).

Embora a linguagem seja tema importante para o Direito, desde o Direito antigo, eis que a fidelidade às palavras era muito importante, porque as leis eram consideradas obras divinas, “a lei era como a oração, que não era agradável à divindade senão com a condição de ser recitada exatamente,

tornando-se ímpia pela mudança de uma única palavra” (COULANGES, 1961, p. 168), as pesquisas sobre esse tema, ou sobre a relação entre linguagem e Direito, não são muito abundantes. No Direito primitivo, a fidelidade literal às palavras contidas na lei era determinante para que ela fosse considerada ímpia (herege, incrédula) o que já denota a importância religiosa da lei. Assim, a fidedignidade à linguagem era uma forma não apenas de cumprir a lei, mas também de respeitar e agradar aos deuses.

Romeo afirma que a associação entre a força do Direito e a força das palavras, do vocabulário foi feita por “Bacone, filósofo que já assinalava o caminho da reflexão sobre linguagem e sobre seu uso correto, próprio da tradição filosófica anglo-saxã” (p. 7-8, 2016), que afirmava que “a homens, de fato, acreditam comandar as suas razões com palavras; ao invés é possível que as suas palavras se dirijam e imponham a força delas contra o intelecto” (p.7-8, 2016).

A força da linguagem jurídica estava tão presente em Roma e era tão inseparável do Direito, a ponto das pessoas que celebravam determinados negócios terem de se expressar por palavras específicas “se, por exemplo, tratava-se de um contrato, um dos contratantes deveria dizer: *Dari spondes*²⁹⁸ - e o outro deveria responder: *Spondeo* – se essas palavras não fossem pronunciadas, não havia contrato” (COULANGES, 1961, p. 168).

Na atualidade, ainda é possível constatar o apego à determinada linguagem jurídica, mesmo quando não haja exigência legal para tanto. Basta lembrar do instituto jurídico do casamento no Brasil. O art. 1535 do Código Civil Brasileiro exige apenas a afirmação dos nubentes de que pretendem se casar de maneira livre e espontânea, para que sejam declarados casados. Entretanto, muitos celebrantes exigem que os nubentes respondam à pergunta sobre a vontade livre e consciente de receber a outra pessoa em matrimônio, com a palavra “sim”, desconsiderando outras afirmações, tais como “certamente”, “claro” e “óbvio”, mesmo que inequivocamente expressem o mesmo sentido que o “sim”.

²⁹⁸ As expressões *Dari spondes* e *spondeo* – podem ser traduzidas, respectivamente, como “eu empreendo ou dou fé” e “eu prometo”.

Contemporaneamente, constata-se que o jurista se dedica mais aos temas técnicos do que aqueles relacionados à linguagem jurídica. Aparentemente, a linguagem é apenas um instrumento através do qual o Direito se manifesta. No entanto, aqueles que se dedicam ao estudo da relação entre Direito e linguagem defendem que ela não pode ser considerada apenas um meio utilizado acriticamente sobre os objetos que são exteriores a ela mesma. A linguagem é em si um objeto de estudo, um objeto central de trabalho.

Estudiosos do Direito afirmam que “a linguagem jurídica é fria: prescinde de todo o sentimento; é rude; abdica de toda justificação; é sucinta; abdica de toda a intenção pedagógica” (RADBRUCH, Gustav *apud* HAFT, 2002, p. 303). A forma sucinta da linguagem jurídica é descrita por Haft, como despretensiosa porque aqueles que as redigem, como no caso das leis, têm poder e nessa condição não precisam demonstrar qualquer imponência, erudição na linguagem, ou superioridade linguística (2002, p. 303). Nesse sentido, é possível se estabelecer uma relação entre poder e linguagem jurídica. Isso se dá, porque a estrutura do Direito se firma sobre uma estrutura de poder.

A linguagem jurídica é derivada de uma linguagem do poder, porque as normas do Direito estão sempre vinculadas às do poder, não necessariamente a um poder centralizado, vinculado a um centro de poder, como aquele que deriva de uma estrutura administrativa do poder. Pode o Direito perfeitamente emanar de um poder existente em um meio social, sem um centro totalizante, desde que reconhecido nesse meio, como no caso do costume – que são regras jurídicas que se formam de maneira anônima e que passam a ser repetidas porque se acredita que são vinculatórias.

Aquele que se utiliza da linguagem jurídica sabe que estabelece relações com os textos propositivos e descritivos que lê, em verdadeira atividade jurídica. Entretanto, o tema da linguagem do Direito está classicamente associado à filosofia jurídica (HAFT, 2002, p. 303). Ocorre que nem a filosofia do Direito estuda muito as questões relacionadas à linguagem jurídica. Dessa forma, estudar a linguagem de Maquiavel é algo bastante recente. Em termos de datas, os estudiosos apontam Diego Quaglioni como

um dos primeiros a chamar a atenção para esse tema, em publicação do ano de 1999²⁹⁹.

5.2 A linguagem jurídica nas obras literárias de Maquiavel

Depois de ter concluído *O Príncipe* (1513) apresentado a Lorenzo de Medici em 1515, bem com os *Discursos sobre a Primeira Década de Tito Lívio* (1517), em 1518, Maquiavel escreve a Comédia *Mandrágora* e a novela *Belfagor*. Além delas, nesse mesmo ano, dedica-se a outras obras literárias³⁰⁰. Assim, esse capítulo visará encontrar elementos jurídicos na linguagem literária de Maquiavel. Antes de passar à análise das obras, se fazem necessários dois esclarecimentos: o primeiro se refere ao fato de que *Belfagor* será analisada antes da *Mandrágora*. Essa escolha se dá porque embora seja um texto em volume de páginas muito menor, é possível se constatar em *Belfagor*, como se verá, a presença de uma sistematicidade jurídica muito evidente.

O enredo da obra traz uma demanda que precisa ser decidida por um conselho (como uma espécie de julgamento jurídico). Isso, por si só, já facilita a detecção dos elementos jurídicos ainda na estrutura da novela. A segunda ressalva é a de que muitos institutos jurídicos são encontrados em tanto em uma obra quanto em outra, por exemplo, o casamento. Assim, para que a pesquisa também não se torne repetitiva, esses institutos serão analisados na primeira vez que aparecerem e posteriormente somente serão mencionados, indicando que já foram ponderados. Passa-se à análise.

5.2.1 A linguagem jurídica em *Belfagor*

Belfagor, cujo título completo é *Belfagor uma novela agradabilíssima*, trata-se de uma obra literária muito curta, com cerca de sete páginas.

²⁹⁹ “A partir de Diego Quaglioni, *Machiavelli e la lingua della giurisprudenza, in il pensiero politico*, XXXII, 1999, pp. 171-185”

³⁰⁰ “Interessa-se pelo problema da língua nacional e escreve o *Discorso o dialogo intorno alla nostra lingua* (Discurso ou diálogo a respeito da nossa língua) [...]” (cf. *Príncipe*, Cronologia, p. XXIX).

Maquiavel a inicia afirmando que nas histórias antigas de Florença, um homem santíssimo e muito respeitado, conseguia através de suas meditações, enxergar que todas as almas destinadas ao inferno queixavam-se de que a causa disso eram suas próprias mulheres. Essas almas, quando lá chegavam, explicavam que devido ao fato de terem se casado, suas mulheres as levavam a pecar. Isso fez com que os demônios que habitavam o inferno ficassem muito admirados com a frequência de tais relatos e reunidos resolveram, através de um sorteio, enviar um demônio à terra para que se casasse e *in loco* e verificasse a veracidade dos fatos alegados. Belfagor foi o demônio sorteado e por isso empresta seu nome à obra. Sobre esse enredo desenvolve-se toda a novela do arquidiabo que vem a terra para se casar com uma mulher (cf. *Belfagor*, 2001, p. 68).

Por ser um texto curto em número de páginas, bem como por ser uma obra literária, e em tese não política, *Belfagor* não se parece com nenhuma das denominadas grandes obras de Maquiavel (*O Príncipe*; *Discursos*; *História de Florença*; *Arte da Guerra*). *Belfagor* mostra ao público um Maquiavel diferente. É verdade que o enredo da história não pode ser considerado exatamente como uma novidade. Isso porque “desenvolve um tema misógino³⁰¹, provavelmente bem antigo, de origem oriental, mas que foi retomado em latim na Idade Média e difundido em francês no fim do século XV por Jehan Le Febvre” (VIVANTI, 2016, p. 123).

A culpabilização das mulheres pelos males da humanidade é conhecida desde a mitologia grega³⁰², com o mito da caixa (jarra) de Pandora³⁰³. A Bíblia,

³⁰¹Há muitas passagens misóginas escritas por Maquiavel. Podemos encontrá-las ao longo de suas obras. No *O príncipe* escreve que “a fortuna é mulher, e é necessário para dominá-la, bater-lhe e contrariá-la. Vê-se que ela se deixa vencer mais pelos que agem assim do que pelos que agem friamente; e como mulher, é sempre amiga dos jovens, porque são menos prudentes, mais ferozes e a dominam com maior audácia” (*O príncipe*, XXV). Nos *Discursos* há um capítulo sob o seguinte título: *De como se arruína um estado por causa de mulher* (*Discursos*, III, 26). Nele, Maquiavel cita a disputa por uma mulher entre um nobre e um plebeu na cidade de Árdea e que disso houve um tumulto armado: “toda a nobreza se armou em favor do nobre e toda a plebe em favor do plebeu” (*Discursos*, III, 26). A partir disso afirma “que as mulheres foram razão de muitas ruínas e que sempre causaram grandes danos àqueles que governam as cidades, provocando divisões” (*Discursos*, III, 26). Cita como exemplos dessa sua afirmação “a violação de Lucrecia custou o estado aos tarquínios, e a de Virgínia derrubou o decenvirato” (*Discursos*, III, 26). Lucrecia foi estuprada e por isso suicidou-se e Virgínia foi assassinada, mas mesmo assim foram culpabilizadas pelas repercussões políticas que os crimes, dos quais foram vítimas, tiveram.

³⁰² “Dá-se o nome de mitologia grega ao conjunto de relatos fantásticos e lendas cujos textos e monumentos representativos nos mostram que estavam em voga nos países de língua grega

no livro do Gênesis, também apresenta Eva, mulher enganada pela serpente, que leva Adão a pecar, comendo do fruto da árvore proibida³⁰⁴. Entretanto, em *Belfagor*, as mulheres tem em seu favor o benefício da dúvida, eis que é fundamentada na incredulidade dos reis dos demônios de que elas eram sempre as culpadas pelos homens irem parar no inferno, que se desenvolve a trama. Considerando que a narrativa de *Belfagor*, em nosso entendimento, se desenvolve em uma estrutura processual, nós assim a apresentaremos, dividindo a conforme a estrutura jurídica processual em três fases: fase inicial, fase de instrutória e fase decisória.

5.2.1.1 Fase inicial: A narrativa desenvolvida através de uma estrutura jurídica processual (partes; juízo competente e causa de pedir)

Pode-se afirmar que a presença de elementos relacionados à linguagem jurídica em *Belfagor* se dá, a partir da estrutura narrativa da fábula. Somente

entre os séculos IX ou VIII antes de nossa era [...]. É uma matéria enorme, de definição bastante complicada, de origens e características muito diversas e que desempenhou e desempenha ainda um papel considerável na história espiritual do mundo” (GRIMAL, 2009, p.3).

³⁰³ “Zeus pediu a Hefesto e à deusa Atena que criassem um ser ainda desconhecido, que cada um dos deuses ornaria com uma qualidade. Esse ser foi a Mulher que, por ter recebido tantos dons, foi chamada de Pandora (aquela que tem todos os dons). Ela possuía a beleza, a graça, a habilidade manual, a persuasão, mas Hermes também colocou em seu coração a mentira e a perfídia. Conta-se que Zeus a deu de presente a Epimeteu, o irmão de Prometeu, e que ele, esquecendo o conselho do irmão de não receber nenhum presente de Zeus, foi seduzido por sua beleza e a aceitou. Mas havia em algum lugar da terra uma jarra dentro da qual estavam colocados todos os males. Uma tampa impedia seu conteúdo de escapar. Mal chegada à Terra, Pandora, consumida pela curiosidade, destampou a jarra. E então todos os males escaparam e se espalharam entre os Mortais. Mas Pandora, assustada, tornou a tampar a jarra e somente a Esperança, que se encontrava no fundo, continuou prisioneira” (GRIMAL, 2009, p.31-32). “A “caixa” ou, mais precisamente, a “jarra” de Pandora seria a forma helênica da grande “cuba de amassar” conhecida das versões germânicas do ciclo” (GRIMAL, 2009, p.99).

³⁰⁴ “O homem e sua mulher viviam nus, e não sentiam vergonha. Ora, a serpente era o mais astuto de todos os animais selvagens que o Senhor Deus tinha feito. E ela perguntou à mulher: “Foi isto mesmo que Deus disse: ‘Não comam de nenhum fruto das árvores do jardim?’” Respondeu a mulher à serpente: “Podemos comer do fruto das árvores do jardim, mas Deus disse: ‘Não comam do fruto da árvore que está no meio do jardim, nem toquem nele; do contrário vocês morrerão’”. Disse a serpente à mulher: “Certamente não morrerão! Deus sabe que, no dia em que dele comerem, seus olhos se abrirão, e vocês, como Deus, serão conhecedores do bem e do mal”. Quando a mulher viu que a árvore parecia agradável ao paladar, era atraente aos olhos e, além disso, desejável para dela se obter discernimento, tomou do seu fruto, comeu-o e o deu a seu marido, que comeu também [...] E Deus perguntou: “Quem disse que você estava nu? Você comeu do fruto da árvore da qual o proibi de comer?” Disse o homem: “Foi a mulher que me deste por companheira que me deu do fruto da árvore, e eu comi” (A BÍBLIA, Gênesis, 3: 1-12).

pela breve transcrição do enredo é possível perceber uma relação entre os personagens muito parecida com a relação jurídica que se dá em um processo, com uma parte que acusa; outra que sofre a acusação; e outra que julga. Essa estrutura processual é muito facilmente percebida, inclusive pelo vocabulário utilizado por Maquiavel, que chama aqueles que apreciarão as alegações de juízes. Assim, de um lado, estão os homens mandados para o inferno, que são ao mesmo tempo condenados - não se sabe por quem visto que Maquiavel não detalha essa parte da fábula, e acusadores. A tese com a qual os homens acusam é a de que depois que se casaram, suas mulheres os fizeram cometer atos que os levaram para o inferno. Assim, aparecem as acusadas: as mulheres. Quem julgará tais fatos? Os juízes – que são demônios. Estabelecida a relação processual, passa-se a análise das partes do processo (acusadores, acusadas e juízes) e da tese apresentada.

Embora em *Belfagor* também se apresente a narrativa de que é a mulher que leva o homem para o caminho do mal, que o conduz ao inferno, que o leva a pecar, aqui a narrativa se difere. Enquanto na mitologia grega, Pandora (que não deve abrir a jarra/caixa e abre) e Eva (que não deve comer do fruto proibido e que não apenas come, como o entrega ao seu marido para que ele também o coma), são flagradas e julgadas por um Deus - que constata que elas violaram as regras previamente determinadas - em *Belfagor*, são os homens que são levados a julgamento e que acusam suas mulheres de os levarem a pecar. Nesse sentido, comparando com as narrativas de Pandora e de Eva, há uma inversão do sujeito que é submetido, que é apresentado perante a autoridade julgadora: naquelas, as mulheres, em *Belfagor*, os homens.

Há ainda que se destacar mais uma diferença entre o julgamento contido em *Belfagor* em relação à Pandora e à Eva: Nesses dois casos, as mulheres foram imediatamente condenadas pelos deuses. Na passagem bíblica, Eva foi condenada por Deus logo após a acusação de Adão – foi ele quem indicou que ela o levou a comer o fruto da árvore proibida. Em *Belfagor*, as mulheres tiveram em seu favor o benefício da dúvida dado por Plutão, rei dos demônios. O demônio juiz mais poderoso, não acreditou de antemão na palavra de vários homens - eis que as acusações contras as mulheres eram recorrentes “tanto

mais que tais lamentações não paravam de crescer” (*Belfagor*, 2001, p. 68). Plutão analisou a fala frequente dos homens levados ao inferno como uma alegação, tese, hipótese, que dependia de validação, que poderia ser ou não ser confirmada, sem realizar julgamentos sumários das mulheres, que impossibilitam qualquer exercício de defesa, ou de contraditório.

Para além dessa diferença, há que ser considerado a quem Maquiavel atribui à função de julgar as alegações realizadas pelos homens: quem os julgará não será um Deus, mas sim demônios – no plural. Para além da dicotomia entre bem e mal que a ideia de Deus e Demônio pode trazer, criando a impressão no leitor de que um Deus pode ser imparcial e benevolente, enquanto que um demônio está autorizado a ser imparcial e cruel, há ainda outra diferença. Em *Belfagor*, há uma coletividade de julgadores que são chamados de juízes, em clara referência à linguagem jurídica, visto que em um processo, são os juízes os responsáveis pelo julgamento das demandas que lhe são apresentadas: “Minos e Radamanto, junto com outros juízes do inferno, ficaram deveras admirandos e não podendo dar crédito às calúnias que tais almas lançavam ao sexo feminino, deram ciência disso a Plutão” (*Belfagor*, 2001, p. 68).

Chama a atenção, ainda, que esses juízes do inferno sejam demônios. Ao contrário de Pandora e Eva que foram julgadas por um Deus, os homens serão julgados por demônios juízes. Entretanto, Maquiavel apresenta em Plutão, um demônio que não foi nem arbitrário e nem autoritário e não decidiu sozinho sobre veracidade ou não das alegações dos homens, mas duvidou delas. Eis a fala de Plutão: “Todas as almas dos homens que entrem em nosso reino pretendem ter sido causa disso a própria mulher, o que não me parece possível” (*Belfagor*, 2001, p. 68). A partir da alegação dos homens de que foram mandados ao inferno, acusando suas próprias mulheres, Plutão temia julgar sem verificar a veracidade dos fatos, o que poderia fazer com que sobre o reino dos demônios recaísse a pecha da injustiça: “Condenando tal afirmação, talvez os levianos nos acusem de maldade; caso não o fizermos, talvez os injustos nos considerem demasiado indulgentes e pouco afeitos à justiça” (*Belfagor*, 2001, p. 68-69).

As expressões “condenando”, “acusem” “injustos” e “justiça”, utilizadas por Plutão são todas encontradas no vocabulário jurídico. Os processos judiciais são fundamentados em relações, que na maioria das vezes, envolve acusação, defesa, condenação, recurso e a busca pela justiça. O julgamento justo, no caso de *Belfagor*, parece ser uma preocupação dos juízes demônios. Não nos parece que isso se deva ao fato de ser a justiça um valor em si a ser preservado por eles, mas sim pela reputação do próprio reino, que poderia ser acusado de maldade e de injustiça.

A justiça dos julgamentos, portanto, aparece aqui como um valor a ser preservado pelos juízes. A relação entre justiça e Direito se evidencia. O receio de sofrer a infame acusação de injustiça fez com que Plutão evitasse a arbitrariedade de um julgamento simplificado, abreviado, sumário, sem a necessária verificação das alegações dos homens. Como demônio mor, a fábula indica que Plutão poderia ter dado seu julgamento sem necessidade de reunir o conselho, mas ele afirma que achou prudente consultar os demais, para que o julgamento não sofresse acusações de ser injusto ou maldoso. De uma forma satírica, Maquiavel nos diz que até mesmo o rei dos demônios teme a fama de ser arbitrário e injusto e tende à democracia.

A Justiça em si é um valor para o Direito. Muito já foi escrito sobre essa relação entre Direito e Justiça. Em uma relação processual, como aqui é considerada a narrativa de *Belfagor*, o processo é visto como um meio de se buscar a justiça da decisão. Assim, a justiça, como um valor a ser preservado, também aparece em Maquiavel. Entretanto, pela fala de Plutão, percebe-se que não se trata de um valor inerentemente importante para os juízes, mas importante porque é valorizado, externamente, pelos outros – que não se sabe quem são, porque não nominados na fábula. Assim, os juízes demônios, ao mesmo tempo em que julgam, se apresentam como passíveis de julgamento pelos outros e preocupam-se com isso. O julgamento de suas decisões e a justiça ou injustiça que se extrai delas é motivo justificante para fazer com que se tome a decisão de verificar a veracidade das alegações dos homens. O receio de que sobre o reino poderia recair a infâmia da injustiça e que os demônios sofressem acusações de serem maldosos (condenando os homens) ou injustos (absolvendo-os) fez com que Plutão convocasse o conselho de

demônios, a fim de buscar a verdade dos fatos: “Plutão, então, deliberou examinar o caso de perto com todos os príncipes do Inferno para, só depois, tomar partido do que fosse julgado o mais conveniente para descobrir a falácia e saber a verdade por inteiro” (*Belfagor*, 2001, p. 68).

Para além da relação com a justiça, tema recorrente no vocabulário jurídico, quando Plutão menciona a busca da verdade por inteiro, essa fala pode estar associada a um princípio presente no Direito processual, que é o princípio da busca da verdade. Através dele, acredita-se que o juiz não deve se conformar com as alegações apresentadas pelas partes no processo, mas deve esforçar-se para que o processo funcione como um meio de se chegar o mais próximo possível da verdade. Esse princípio é muito utilizado principalmente em julgamentos criminais. Plutão demonstra um comportamento ativo, determinando a produção de provas, visto que mandará um demônio a terra para averiguar os fatos. Essa decisão de Plutão, pode ainda indicar outros dois princípios utilizados no Direito criminal: o da livre investigação das provas, tendo em vista que Plutão não tinha certeza das alegações apresentadas e por isso resolveu determinar a averiguação *in loco*; e o princípio da imparcialidade do juiz na apreciação da prova – como havia dúvida sobre a alegação, determinou a verificação.

Há também a menção à deliberação de Plutão. Ele decidiu por levar as alegações dos homens à apreciação de um conselho, de um órgão colegiado. Deliberar é uma palavra muito presente no vocabulário jurídico, eis que é a atividade precípua de quem decide, de um julgador: deliberar sobre os fatos apresentados. No caso, Plutão levou o caso à apreciação de um conselho, de um órgão colegiado, que são muito comuns no Direito. A ideia de que mais de um julgador pode representar um julgamento mais justo e imparcial, eis que as decisões coletivas, muitas vezes prolatadas por tribunais, são praticadas tanto pelos responsáveis pelos governos – nos casos em que os reis convocavam os conselhos para decisões importantes, quanto aos órgãos encarregados dos julgamentos judiciais.

O caso também pode ser considerado como um recurso: nota-se que as almas dos homens levadas ao inferno, o foram, porque eles já estavam condenados. Quando submetidos à presença dos demônios, já possuíam

contra si uma decisão. Nesse caso, ao justificarem que foram levadas ao inferno devido às suas mulheres, pretendem, com isso, livrarem-se da condenação. Pretendem, portanto, uma absolvição, eis que segundo o que alegam, suas mulheres são as verdadeiras culpadas por ali estarem. Nesse sentido, o conselho de demônios funciona como uma espécie de tribunal de recurso, de apelação. O fato de existir um órgão colegiado no inferno para apreciar a questão, está próximo do que existia na Itália ao tempo de Maquiavel. A junta dos Oito era um órgão, como o próprio nome sugere, composto por oito pessoas (por isso colegiado) responsáveis pelo julgamento judicial e criminal em Florença.

Outra questão importante, é que Maquiavel permite a associação da figura dos julgadores (juízes) à figura dos demônios – eis que na fábula são demônios. Entretanto, o maior juiz de todos, Plutão, tenta ser imparcial e democrático, visto que consulta seus pares, a bem de um julgamento justo, voltado para a busca verdade. Isso se extrai da fala de Plutão dirigida ao conselho de Príncipes do Inferno: “embora eu, meus diletos amigos, por disposição celeste e vontade do destino, e ainda que me encontre acima do juízo de Deus e dos homens, no entanto, como maior prova de sabedoria e prudência, resolvi consultar-vos hoje sobre a conduta que devo seguir” (Belfagor, 2001, p. 68).

Nota-se que Plutão menciona a palavra prudência. A expressão prudência é desde o Direito antigo, associada à Justiça, conforme se verificou no segundo capítulo, durante a análise das *Palavras que devem ser ditas sobre a provisão do dinheiro com um pouco de proêmio e de desculpas*. O julgar com prudência, dá origem à expressão jurisprudência. Como se viu, a própria expressão jurisprudência já foi utilizada como sinônimo da Ciência do Direito³⁰⁵. Sobre a origem etimológica da palavra jurisprudência: “Pensamos que tudo deve ser feito para manter-se a acepção clássica dessa palavra, tão densa de significado, que põe em realce uma das virtudes primordiais que deve ter o

³⁰⁵ “A Ciência do Direito, durante muito tempo teve o nome de Jurisprudência, que era a designação dada pelos jurisconsultos romanos. Atualmente, a palavra tem uma acepção mais estrita, para indicar a doutrina que vai se firmando através de uma sucessão convergente e coincidente de decisões judiciais ou de resoluções administrativas (jurisprudência judicial e administrativa)” (REALE, 2002, p. 56).

jurista: prudência, o cauteloso senso da medida das coisas humanas” (REALE, 2002, p. 56).

Na Summa Teológica, São Tomas de Aquino afirmou que a prudência é uma virtude intelectual- moral. É intelectual pela faculdade em que reside, e moral pela matéria que aborda. Na antiguidade, Platão enumerava quatro virtudes que um chefe de estado deveria ter (prudência, coragem, temperança e justiça) colocando a prudência em primeiro lugar entre todas as outras virtudes. Com Aristóteles e com São tomas a prudência recebe um tratamento sistematizado, tratando-a como uma virtude que corrige e aperfeiçoa o intelecto, coincidindo com as virtudes morais e sendo considerada uma delas. Trata-se de uma virtude que se revela através do intelecto, mas é também de ordem prática (cf. GULLO, 1974, p. 13/14; 29; 33).

Agia o rei dos demônios com justiça e prudência. Não era um tirano, não abusava do poder que detinha. Era democrático, consultava seus pares para que deliberasse acerca da veracidade das acusações dos homens. Temendo serem tachados de maldosos ou injustos, decidem que os fatos precisavam de provas mais robusta. Assim, passa-se a próxima fase processual da narrativa.

5.2.1.2 Fase de saneamento do processo: a escolha do meio de prova

Maquiavel traz na fábula uma espécie de deliberação entre os demônios durante o conselho. O momento de debate coletivo entre aqueles que compõem um órgão colegiado é o desenvolvimento natural e esperado desse tipo de formação jurídica. E isso ocorre entre os demônios. Mais um exemplo da presença do Direito em *Belfagor*. Nesse debate, decidiam os demônios sobre como descobrir a verdade: “estavam todos de acordo que era necessário descobrir a verdade, mas discordavam quanto à maneira de assim proceder. Alguns julgavam que deviam mandar um deles ao mundo, outros que vários, para ali, pessoalmente conhecerem [...] qual a verdade” (*Belfagor*, 2001, p. 69). Além do principio da busca da verdade, já mencionado no item anterior, esse debate entre os demônios evidencia o que se pode denominar de escolha do meio probatório mais adequando para se chegar à verdade dos fatos.

A opção de Maquiavel de utilização da expressão “alguns julgavam” sobre os demônios já indicava que tipo de atividade os demônios desempenhavam no processo. O órgão colegiado estava ali reunido para delimitar o meio de prova que seria utilizado para se verificar a verdade dos fatos. Esse momento em *Belfagor* se aproxima muito do que se denomina de fase de saneamento do processo. Antes de um processo ser enviado para a instrução, para a fase de provas, ele passa por um momento denominado de saneamento em que o juiz delimita os pontos controvertidos, sana eventuais irregularidades e delimita os meios de provas utilizados. Nesse momento, Plutão indica que o meio de prova que utilizará, será a verificação *in loco*, o que se debate é sobre como isso se dará. Essa fase serve justamente para se tomar esse tipo de decisão. “Saneado o processo” que é escolhido o meio de prova, passa-se ao que chamamos de fase instrutória.

5.2.1.3 A instrução do processo: a verificação da validação da tese das almas dos homens através de meios probatórios

Quando os demônios sugerem que seja enviado algum ou vários deles à terra para verificar as alegações, estão propondo o que no Direito é denominado de inspeção judicial. Um meio de prova em que o juiz se desloca de seu gabinete para pessoalmente verificar a veracidade do que lhe é apresentado apenas formalmente pelas alegações realizadas pelas partes. A verificação *in loco* é um meio probatório que permite ao juiz ter o contato direto com o que lhe é apenas relatado. Exige comportamento ativo do juiz, que é um sujeito processual associado à inércia, mas que, entretanto, lhe é permitida tal iniciativa probatória. Nesse sentido, a aproximação do julgador com o objeto da demanda pode facilitar a compreensão dos fatos apresentados para julgamento, que sem o contato pessoal, talvez não tivesse.

Sobre essa verificação *in loco*, surgiram advertências de outros demônios que afirmavam que “parecia desnecessário tal transtorno: bastaria obrigar algumas almas, por meio de diversos tormentos, a confessá-las” (*Belfagor*, 2001, p. 69). Essa passagem traduz a utilização da tortura como um meio de obtenção de prova. A tortura pode ser considerada como um meio de

se constranger alguém, mediante um sofrimento físico, psicológico, mental, a declarar ou confessar algo sobre si ou sobre alguma outra pessoa ou fato.

A tortura parece ser um meio odioso de provas até mesmo para os demônios³⁰⁶. A utilização da tortura como meio de prova não foi aprovada pela deliberação, que utilizando a vontade da maioria, como sendo elemento determinante para a escolha do meio probatório, optaram pelo envio de um dos demônios a terra: “como a maioria optasse pela primeira opinião, foi essa a adotada” (*Belfagor*, 2001, p. 69).

Sobre o tema da tortura, abrimos um parêntesis sobre a tortura que Maquiavel sofreu no cárcere. Maquiavel fora submetido à tortura em novembro 1512 quando, após os Medici assumiram o controle da cidade de Florença “removeram de suas funções o secretário Maquiavel, proibindo-lhe o acesso ao Palácio” (VIVANTI, 2016, p. 73). As adversidades pelas quais Maquiavel passou são relatadas por Vivanti: “não foram só humilhações, amarguras e preocupações que ele colheu, mas também a prisão e a tortura pela suposta participação em uma conspiração contra os Médici” (2016, p. 73).

Viroli relata também as circunstâncias nas quais Maquiavel fora preso: “Nicolau apresentou-se aos Oito e foi mandado ao cárcere. A prisão significava escuridão, umidade e frio; fedor de excrementos humanos, de feridas e de chagas; piolhos, ratazanas e ruídos de correntes; cadeias nos pulsos e cepos nos pés e gritos” (VIROLI, 2002, p. 164).

Exposto a toda a sorte de abusos e violências, seus algozes “tentaram, então, arrancar-lhe uma confissão sob tortura. Amarraram suas mãos atrás das costas, suspenderam-no com uma roldana fixada ao teto e depois deixaram subitamente cair até quase o chão. Era a chamada ‘tortura da amarra’” (VIROLI, 2002, p. 164). Essa forma de tortura objetivava atingir as articulações, visando deslocá-las. Maquiavel teve “os ossos deslocados pela tortura”. Posteriormente, “Nicolau é libertado no dia 11 ou 12 de março” de 1513. Assim, “depois dos horrores do cárcere, os prazeres da vida parecem tão belos que ele pensa estar sonhando” (VIROLI, 2002, p. 165- 167; 170). Nunca saberemos

³⁰⁶ É importante ressaltar que o próprio Maquiavel foi torturado “fechou sua fase de experiência política com o cárcere e com a tortura por ter se comprometido em uma conspiração anti-medici” (PANELLA, 1943, p. 21/13).

ao certo quais foram os impactos que a tortura deixou em Maquiavel, porém em nosso entendimento, acreditamos que ser submetido a ela o influenciou a torná-la, em sua visão, um meio de provas odioso até mesmo para os demônios.

Fechamos o parêntesis da tortura sofrida por Maquiavel e retomamos a prova *in loco* deliberada pelo conselho de demônios. Considerando que ninguém se ofereceu voluntariamente para a empreitada; assim, recorreram a um sorteio. Dessa passagem se pode extrair dois elementos que são verdadeiras essências dos procedimentos democráticos: o respeito à decisão majoritária dos órgãos jurídicos colegiados, bem como a utilização do sorteio como meio de decisão. Nota-se que Plutão – como rei dos demônios, tinha toda a autoridade para impor que um determinado demônio realizasse a tarefa, mas não se serviu dessa autoridade de maneira arbitrária.

Entretanto, optou Plutão por realizar um sorteio, para que o método fosse o mais imparcial possível. Lançar a sorte para que cada demônio concorresse nas mesmas condições que os demais é uma forma de organização bastante democrática, porque coloca todos em uma igualdade radical. Ou seja, o princípio sorte regia a todos ela resolveu a questão, indicando aquele que desceria à terra. E “a sorte recaiu sobre Belfagor” (*Belfagor*, 2001, p. 69). Exemplificativamente, sobre o uso do sorteio no meio jurídico, contemporaneamente, ressalta-se seu emprego desde o sorteio dos membros componentes do tribunal do Júri, ao sorteio dos integrantes do conselho de sentença no dia do julgamento desse mesmo tribunal; o sorteio dos regimentos internos dos tribunais que determinam a distribuição dos processos para julgamento; o sorteio da relatoria dos processos nos órgãos colegiados, dentre outros. Lembrando que o sorteio visa garantir a imparcialidade no julgamento.

5.2.1.4 Cumprimento da sentença: A saída do inferno sob pena de execução forçada da deliberação do conselho

O demônio Belfagor não queria aceitar a incumbência de descer à terra e se casar. “Foi com relutância que ele aceitou o encargo, mas o poder de

Plutão o constrangera a executar o que o conselho deliberara, e teve assim de consentir nas condições solenemente aceitas por todos” (*Belfagor*, 2001, p. 69). Foi sob a ameaça de Plutão, que constrangeu *Belfagor* a cumprir a decisão do conselho, que o que foi decidido pode ser cumprido. Esse constrangimento que Plutão exerceu, pode ser comparado ao poder coercitivo do Direito. Plutão demonstrou que a decisão tomada tinha capacidade de ser autoexecutável, de ser exigida. Caso *Belfagor* se recusasse a cumprir a decisão, Plutão não teria que recorrer a outro órgão ou conselho para fazê-lo cumprir. Poderia, ele mesmo, imbuído da força executória da decisão tomada pelo conselho, fazê-lo, coercitivamente, cumprir. Isso é autoexecução de uma decisão – presente tanto no Judiciário, com a possibilidade de utilização de força pública, quanto no conselho de demônios de Plutão.

Belfagor assumiu obrigações perante os demais diabos, que o vincularam. Como a sorte recaiu sobre ele, deveria ao sair do inferno, cumprir com uma série de obrigações, estabelecendo para com os outros demônios relações jurídicas obrigacionais. Exemplo dessas obrigações está a de sujeitar-se aos caprichos humanos: “pois entre as obrigações que lhe foram impostas ao sair do Inferno, estava a sujeitar-se a todos os caprichos humanos; assim, logo passou a deleitar-se com as honrarias e pompas do mundo e a gostar de ser louvado entre os homens” (*Belfagor*, 2001, p. 69).

5.2.2 Relações jurídicas estabelecidas por *Belfagor*: relações jurídicas pessoais, obrigacionais e *in re* (sobre a coisa)

Chama a atenção o fato de que quando *Belfagor* foi enviado à terra, providenciaram os demônios que ele tivesse propriedade. Além dos cem mil ducados, recebeu também cavalos e acompanhantes: “aceitas pois as condições e os ducados, foi-se *Belfagor* ao mundo e, devidamente provido de cavalos e acompanhantes, entrou em Florença com o maior aparato. Escolhera essa cidade para domicílio” (*Belfagor*, 2001, p. 69). *Belfagor* veio com patrimônio: dinheiro, cavalos e criados. A relação entre Direito e propriedade pode ser analisada sob diversas perspectivas. A concepção patrimonialista não pode deixar de ser analisada. Desde o Direito romano o Direito de

propriedade³⁰⁷ é visto como Direito sobre a coisa e em razão da coisa, não como um Direito obrigacional. “Do mesmo modo ao *jus in re*, que recai sobre a coisa, não pode corresponder uma *obligatio*³⁰⁸, porque o Direito de propriedade consiste no uso, gozo e disposição da coisa” (*sic PINTO JÚNIOR*, 1888, p. 50).

Além do Direito de propriedade, destaca-se que Belfagor escolheu seu domicílio em Florença. Domicílio é um instituto jurídico que representa o centro da vida civil de uma pessoa. O lugar onde ela mantém sua residência habitual, onde pode ser encontrada para cumprir com seus deveres e obrigações legais. Tanto é assim, que a justificativa para a escolha da cidade de Florença foi “por lhe parecer mais plausível para quem quisesse viver empregando o seu dinheiro em negócios” (*Belfagor*, 2001, p. 69). Maquiavel realiza uma crítica velada ao modo de vida comercial de Florença. Sobre a noção de domicílio, Pereira afirma que “O Direito romano legou-nos uma noção bastante clara do domicílio [...] a teoria romana partia da ideia de casa – *domus* – e fixava o conteúdo jurídico em razão do estabelecimento ou permanência do indivíduo naquele lugar” (2016b, p.311).

Outro instituto jurídico que aparece em *Belfagor* é o nome do *arquidiabo* que é modificado na terra: “Fez-se chamar Rodrigo de Castela e alugou uma casa no bairro de Todos os Santos [*Ognissanti*]. Para que não pudessem descobrir-lhe os antecedentes, disse ter partido da Espanha” (*Belfagor*, 2001, p. 69). Nessa passagem, chama a atenção à quantidade de institutos jurídicos: o nome civil, o contrato de aluguel, e a expressão “antecedentes”. Sobre o nome civil, “os povos da antiguidade remota adotavam um nome simples. Igualmente procediam os gregos, que designavam as pessoas por um nome formado de uma só palavra: Demóstenes, Péricles, Ulisses” (PEREIRA, 2016a, p. 205). Nota-se que esse não é o caso de Rodrigo de Castela, que de Belfagor (apenas um nome) passa a ser designado por um nome composto por

³⁰⁷ “A princípio foi fato, que nasceu com a espontaneidade de todas as manifestações fáticas. Mais tarde foi a norma que disciplinou, afeiçoando-a às exigências sociais e à harmonia da coexistência. Nasceu da necessidade de dominação. Os objetos de uso e armas. Animais de presa e de tração. Terra e bens da vida. Gerou ambições e conflitos” (PEREIRA, 2016a, p. 67).

³⁰⁸ “a palavra *obligatio* – obrigação – envolve a ideia de laço, liame, nexos, que provém do elemento *ligatio*, ligação, de *ligare*, unir, atar, ligar”. *Obrigação* etimologicamente falando, é a palavra que reflete uma situação primitiva de enlaçamento, situação que passará para o campo jurídico” (CRETELLA, 2004, p. 166).

sobrenome, também denominado de patronímico ou nome de família. Juridicamente, o nome e o sobrenome pertencem aos denominados Direitos da personalidade, inerentes à condição de ser humano - com o nome e sobrenome, ele deixa de ser diabo e passa a ser pessoa civil, passando a ser reconhecido e designado. Há um Direito reconhecido, de tempo imemoriável, de que as pessoas possuam um nome.

O contrato de locação celebrado por Rodrigo de Castela trata-se de uma relação de direto obrigacional que ele estabeleceu com o dono da propriedade - passa a ser inquilino. Desde o Direito romano, o contrato de locação pertence aos denominados contratos consensuais, assim como o mútuo, a venda e o contrato de mandato. Contratos consensuais são aqueles em que o mero consentimento das partes já é suficiente para que o contrato seja considerado celebrado. O simples pacto gera efeitos, por isso são consensuais – o consenso das partes é suficiente (cf. CRETELLA JÚNIOR, 2004, p. 174). Nota-se que Maquiavel não diz que Rodrigo assinou um contrato de locação, ele apenas menciona que Rodrigo alugou uma casa, por se tratar de um contrato consensual.

Quando Belfagor foi sorteado, havia ficado combinado “que aquele a quem recaísse a sorte receberia imediatamente cem mil ducados e com eles viria nascer no mundo. A casar-se sob a forma de um homem e a viver com uma mulher dez anos; depois, fingindo morrer, voltaria” (*Belfagor*, 2001, p. 69). Na terra, teve, portanto, que casar-se. O casamento, mais que uma relação familiar era um instituto vinculado ao Direito de propriedade e à sucessão - muito importante no período do Direito romano. Por diversas vezes cita as palavras núpcias, casamento, esposa. Quando na terra, Rodrigo casa-se com D. Honesta.

D. Honesta foi a mulher por quem Rodrigo se apaixonou. O Direito mencionou por muito tempo a expressão "mulher honesta" como sendo sinônimo de uma mulher com boa reputação. A adjetivação honesta estava intimamente relacionada à reputação sexual da mulher, como mulher casta, pudica. É possível afirmar que a atribuição do nome da mulher de Rodrigo como sendo Honesta, tenha se dado nesse sentido, que é empregado juridicamente. Acredita-se que se trata de uma referência a essa dita mulher

honestas que aparece no Direito, aquela que depende de uma avaliação do comportamento social. Nesse sentido, há relatos que Lucrecia era considerada mulher honesta e virtuosa quando Sexto, filho de Tarquínio, o Soberbo, a estuprou (*Discursos*, III, 5).

O estupro no Direito romano era muitas vezes relatado pela literatura não jurídica, fortemente ligado à política e muito comum na Roma antiga (cf. CANELA, 2012, p. 11)³⁰⁹. O fato de uma mulher não ser considerada honesta, afetava o julgamento jurídico sobre ela, principalmente nos crimes contra a liberdade sexual. A mulher que não fosse considerada honesta, não poderia alegar crime quando alguém atentasse contra sua liberdade sexual. A fim de ilustrar tal afirmação, Canela traz o seguinte brocardo presente em Tito Lívio: “*nunc ulla impudica Lucretiae exemplo vivente*” cuja tradução é: “Jamais Lucrecia fornecerá um precedente para que as mulheres que não são castas escapem ao que merecem” (2012, p. 18), o que denota toda a misoginia que massacra as mulheres há milênios. As mulheres não honestas³¹⁰ eram, em resumo, aquelas consideradas como não castas e as não castas, não poderiam “escapar do que mereciam”³¹¹.

Após o casamento de Rodrigo, Maquiavel narra que Dona Honesta, percebendo o amor que o marido tinha por ela, “dava suas ordens sem consideração ou piedade e se ele relutasse a fazer as suas vontades, desatava em recriminações e injúrias, o que era para o pobre Rodrigo motivo de viva pena” (*Belfagor*, 2001, p.70). Dentre todos os sofrimentos, o que mais lhe afligia era a ausência de criados. Quando Maquiavel menciona que Rodrigo tem criados, revela uma relação de hierarquia e subordinação, uma relação de trabalho. “Para Rodrigo era o mais duro dos incômodos não possuir um criado que tivesse amor à sua casa. Os próprios diabos que trouxera consigo como

³⁰⁹ Para aprofundamentos sobre o tema, indicamos a obra *Estupro no Direito romano* de Kelly Cristina Canela. São Paulo, editora Unesp, 2012.

³¹⁰ “Em uma *Controvérsia* de Sêneca, o retor Porcius Latro enumera determinadas regras que deviam ser seguidas pelas mulheres *honestae*, casadas ou não, com o fito de não arriscar a própria pureza por causa de uma paixão: vestir-se discretamente; sair acompanhada por pessoas de tal idade que impusessem respeito a um desavergonhado; olhar para o chão; comportar-se de forma descortês com aquele que insistisse em fazer cumprimentos; durante um cumprimento inevitável, demonstrar-se confusas e envergonhadas. O objetivo era negar a desonestidade antes mesmo com o olhar do que com as palavras” (CANELA, 2012, p. 25-26).

³¹¹ A repugnante e odiosa afirmação se dá no sentido de que mereceriam a violência sexual.

domésticos preferiram voltar ao Inferno a viver no mundo sob as ordens daquela mulher” (*Belfagor*, 2001, p. 70).

Ao mesmo tempo em que a esposa Honesta afastou os criados de quem Rodrigo sentia tanta falta, trouxe consigo sua família. Com o casamento, Rodrigo passou a ter também sogro e cunhados: “sem dúvida, por consideração ao seu sogro, aos seus cunhados e demais parentes, por respeito aos deveres do casamento e pelo amor que dedicava à esposa, sofria os seus males com a maior paciência” (*Belfagor*, 2001, p. 70). Rodrigo passou então a estabelecer relações jurídicas familiares advindas do casamento. Sobre o instituto jurídico do casamento, vale lembrar que também é originário do Direito romano. Naquele período as “justas núpcias (*justae nuptiae*) ou matrimônio (*matrimonium*) é o casamento legítimo, contraído de acordo com o Direito civil (*jure civili*)” (CRETELLA JÚNIOR, 1998, p. 118).

Entretanto, com o passar do tempo, Rodrigo passou a ter problemas não apenas com a esposa, mas também com os demais parentes:

Quero passar em silêncio sobre os grandes gastos a que era obrigado para contentá-la [...] teve ele de ajudar o sogro a casar as outras filhas, o que lhe fez despendar considerável importância. Depois, querendo manter-se em boa paz com a mulher, consentiu em mandar um dos irmãos dela ao Oriente com casimira e outro para o Ocidente levando sedas, ao passo que o terceiro irmão abriu em Florença uma oficina de ourives, em que despendeu a maior parte do dinheiro que possuía. Além disso, nas festas de Carnaval e S. João, celebradas pela cidade inteira segunda a tradição antiga, quando grande número de cidadãos nobres e ricos se honravam uns aos outros com magníficos banquetes, D. Honesta, para não ficar atrás de outras damas, queria que o seu Rodrigo superasse a todos os demais com as festas[...] a índole insolente da esposa, além de despesas insuportáveis, carregaram-lhe inúmeros aborrecimentos (*Belfagor*, 2001, p. 70).

Maquiavel cita assim as atividades comerciais desenvolvidas pela aristocracia florentina. A cidade com vocação para o comércio e para as atividades com ouro, expandia-se através disso e tornava a sua classe dirigente ainda mais rica. Ao mencionar uma espécie de concorrência entre as senhoras para oferecerem o mais “magnífico banquete” evidencia uma vida de gastos e luxos muito superior às próprias forças financeiras, que a aristocracia mantinha, causando “despesas insuportáveis”. A novela mostra como Rodrigo,

a fim de atender aos caprichos de dona Honesta e de sua família, foi se endividando, ora com festas para agradá-la, ora com seus irmãos que levaram boa parte do dinheiro dele, ora “ajudando o sogro a casar as outras filhas”. Tudo isso fez com que com o passar do tempo se encontrasse arruinado financeiramente. Com a finalidade de ostentar uma riqueza que não possuía, Rodrigo empobrecia.

Maquiavel utiliza a palavra “liquidado”, conforme se verifica na citação completa abaixo. Estar liquidado no vocabulário jurídico significa estar insolvente civilmente. Aqui, pode-se afirmar que devido aos gastos imoderados, Rodrigo tornou-se insolvente. A insolvência civil significa que a pessoa possui mais obrigações e dívidas do que capacidade para arcar com o que deve. A situação de insolvência fica tão evidente que Rodrigo foge das dívidas e de dona Honesta:

Já era bem precária a situação de Rodrigo quando, de súbito, chegaram notícias do Oriente e do Ocidente: aqui, um dos irmãos de D. Honesta perdera no jogo todo o dinheiro de Rodrigo; ali, o outro, ao voltar de um navio carregado de mercadorias, que não estavam no seguro, naufragou com toda a carga. Mal essas novas circularam na cidade, os credores de Rodrigo reuniram-se. Consideravam-no um homem liquidado, mas ainda não podiam tomar providências por não haver expirado o prazo das cobranças; resolveram, pois, que mandariam quem o observasse habitualmente, para que num abrir e fechar de olhos não resolvesse fugir. Por sua parte, sem ver outro remédio e sabendo das obrigações de seu pacto infernal, decidiu fugir a todo transe (*Belfagor*, 2001, p. 71).

Analisando o que Maquiavel menciona sobre os irmãos de dona Honesta, um deles perdeu dinheiro no jogo e o outro perdeu mercadoria sem seguro. Nota-se que ele relaciona os cunhados de Rodrigo a duas obrigações contratuais: A primeira é o jogo. O jogo é considerado pelo Direito como uma forma de obrigação natural, que são aquelas em que as pessoas têm o débito, mas esse débito contraído por obrigação natural, não gera a responsabilidade do pagamento. Resumindo: dívida de jogo é aquela cujo pagamento não pode ser exigido juridicamente, embora o devedor tenha contra si um débito reconhecido. A segunda relação obrigacional se refere a um dos irmãos que ao voltar de um navio carregado de mercadorias naufragou e as mercadorias não estavam no seguro. Sobre o contrato de seguro, “a forma primitiva e mais

rudimentar do seguro decorreu de uma união de pessoas formando uma espécie de *socorro mútuo*, sob a forma de um fundo, visando acautelarem-se dos riscos inerentes às suas atividades” (GAGLIANO, 2013, p. 489).

Há relatos históricos que apontam que o seguro teria se originado de entidades associativas de socorro mútuo presentes entre os fenícios. As sociedades antigas da Ásia, os gregos, desenvolveram tais formas. Na Roma antiga, também estava presente (cf. GAGLIANO, 2013, p. 489). Entretanto, no que se refere ao seguro marítimo, indicado por Maquiavel, há relatos de que o período medieval foi muito importante para cobrir navios e cargas (PEREIRA, 2016c, p. 425). O seguro marítimo era algo muito importante no tempo de Maquiavel – período das denominadas grandes navegações.

Para além dessas obrigações contraídas na terra, Rodrigo também rememora o fato que assumiu uma obrigação perante os demais demônios e "e sabendo das obrigações de seu pacto infernal", sabe que precisa cumprir com o pactuado, porque foi o sorteado para tanto e consentiu com o sorteio. Nota-se, ainda, que Maquiavel menciona que os credores de Rodrigo não poderiam contra ele tomarem qualquer providência para cobrarem as dívidas, porque precisavam aguardar o decurso do tempo para que o prazo estabelecido para cobrança se vencesse. Nessa passagem, Maquiavel nos traz elementos que nos podem fazer lembrar tanto dos títulos de crédito do Direito empresarial que somente podem ser exigidos pelos credores após o vencimento, como também do instituto da prescrição: a prescrição é um instituto jurídico no qual o decurso do tempo faz gerar para o credor o Direito de exigir o cumprimento da obrigação.

Nota-se que todos os problemas da vida de Rodrigo estavam atrelados às relações jurídicas por ele celebradas que o vinculavam, a saber, o pacto infernal que celebrou com os demônios, o pacto nupcial que celebrou com Dona Honesta e o pacto comercial que celebrou com seus credores. Todas essas relações jurídicas obrigacionais, familiares e comerciais, tornaram a vida de Rodrigo tão difícil, que de todas essas obrigações resolveu fugir. Aqui, nos parece, que Maquiavel tenta colocar o Direito e as relações jurídicas dele oriundas como uma fonte de tormentos e sofrimentos insuportáveis até mesmo para um demônio.

Há menção, ainda que “tendo já consumido nos gastos desenfreados o que recebera em espécie, começou a viver à espera das entradas financeiras que aguardava do Ocidente e do Oriente. Como ainda tivesse bom crédito, pediu dinheiro emprestado” (*Belfagor*, 2001, p.70). Assim, para além das obrigações jurídicas assumidas e da sua péssima situação diante delas, Rodrigo celebra mais um negócio jurídico: um contrato de empréstimo que contribuirá para sua ruína. Aquele que gasta sem medida é juridicamente denominado como pródigo. A prodigalidade pode levar à pessoa à insolvência civil. Chama também a atenção a expressão utilizada por Maquiavel “em espécie” em dinheiro - moeda utilizada para circulação de bens e riquezas e acelerar a celebração de negócios jurídicos patrimoniais – os denominados contratos onerosos.

Outro exemplo de obrigação jurídica assumida por Rodrigo é a emissão de título de crédito. Maquiavel menciona que Rodrigo havia expedido “já certo número de letras sacadas por ele circulavam na praça, o que foi logo percebido pelos que trabalhavam nesse ramo de negócio” (*Belfagor*, 2001, p. 70-71). Quando Maquiavel menciona certo número de letras, faz referência a um título de crédito denominado de letra de câmbio³¹². Trata-se de um instituto jurídico vinculado ao Direito cambial, e tem por função dar uma ordem de pagamento a alguém. Quando os credores perceberam que o número de letras de câmbio na praça estava grande, desconfiaram que Rodrigo não teria condições de pagar as letras que emitia.

Diante de todas as dívidas que contraiu, Rodrigo fugiu. Quando os credores de Rodrigo descobriram que ele havia fugido, foram procurar as autoridades para que lhe obrigassem a cumprir com as obrigações que assumiu: “Espalhada a notícia de sua fuga, os credores recorreram alarmados às autoridades e puseram-se no encalço dele, acompanhados não apenas de

³¹² “A criação de letra de câmbio tem sua origem nas cidades italianas, no período das grandes feiras, nas quais os mercadores iam de cidade em cidade para negociar seus produtos. O problema era que cada cidade tinha a sua própria moeda, portanto o que foi lucrado em uma cidade não valia absolutamente nada em outra cidade, e daí surgiu a necessidade de fazer o câmbio das moedas com os banqueiros. Para resolver a necessidade de câmbio e a insegurança de viajar com uma quantidade de dinheiro importante, criou-se a letra de câmbio. O banqueiro da cidade onde estava o mercador, e onde ele tinha conseguido o seu rendimento emitia uma carta (*lettera*) dando a ordem ao banqueiro de outra cidade para pagar determinada quantia ao mercador. Nessa situação, o banqueiro da cidade A era o sacador, o banqueiro da cidade B era o sacado, e o mercador era o beneficiário ou tomador” (VIDO, 2012, p.284)

meirinhos como também de muitos populares” (*Belfagor*, 2001, p. 71). A busca pelas autoridades para impedir a fuga de Rodrigo, bem como a figura dos meirinhos, fazem referência aos servidores que tem função relacionada com as questões jurídicas de fazer com que as obrigações assumidas sejam respeitadas.

Tentando salvar-se Rodrigo obteve a ajuda de Giovanni Matteo de Bricca, que era “um dos colonos de Giovanni dei Bene” e que chegava para tratar o gado. Rodrigo pediu ajuda a Giovanni Matteo: “A ele se recomendou o fugitivo prometendo-lhe que, se o salvasse dos inimigos que o perseguiram, para fazer com que morresse na prisão, o tornaria rico[...] se não o fizesse, concordaria que o próprio camponês o entregasse aos seus adversários” (*Belfagor*, 2001, p. 71).

Rodrigo propõe assim, notadamente, mais uma relação jurídica com o camponês Giovanni Matteo. Pela prestação do serviço de proteção que Giovanni Matteo oferece, Rodrigo presta recompensa monetária, tornando-o rico. Esse acordo comercial possuía uma cláusula para o caso de descumprimento: Giovanni Matteo poderia pessoalmente entregar Rodrigo para os seus inimigos. Os termos desse acordo foram analisados por Giovanni Matteo, que “embora simples camponês [...] era homem de coragem” (*Belfagor*, 2001, p. 71) e por ele foi aceito.

Assim, Giovanni Matteo percebeu que não tinha nada a perder, pois o descumprimento do acordo assumido, somente traria consequência para Rodrigo – que seria entregue aos seus perseguidores caso não cumprisse com a promessa. Assim, escondeu Rodrigo em um monte de estrume. Quando os perseguidores de Rodrigo chegaram “por mais ameaças que fizessem a Giovanni Matteo, não conseguiram fazê-lo confessar o que tinha visto” (*Belfagor*, 2001, p. 71). Aqui a linguagem jurídica aparece no acordo negocial entre Rodrigo e Giovanni, nas promessas mútuas que se fazem, nas estipulações para o caso de descumprimento, mas também nas ameaças que os perseguidores fizeram a Giovanni. Ou seja, as ameaças praticadas contra Giovanni Matteo se deram na tentativa de fazê-lo confessar. A confissão é, juridicamente, um meio de prova. Nesse sentido, Viroli afirma que “nos procedimentos penais da época, a confissão era considerada a rainha das

provas, mesmo quando obtida sob tortura. Sem uma confissão, os juízes não podiam ter certeza da culpabilidade” (VIROLI, 2002, p. 164).

Passada a agitação, Giovanni Matteo pediu a Rodrigo que cumprisse com o prometido. Rodrigo, então, revelou sua identidade e apresentou o plano de como cumpriria sua parte no acordo celebrado, fazendo com que Giovanni Matteo se tornasse rico. O acordo consistiria no seguinte:

Quando Giovanni Matteo soubesse que alguma mulher estava tomada pelos espíritos, devia saber que era ele, Rodrigo, que se apoderara dela; não sairia do corpo da vítima sem que Giovanni Matteo viesse tirá-lo. Assim, poderia o camponês pedir aos parentes da endemoniada o preço que bem entendesse. Giovanni Matteo aceitou a proposta e Rodrigo partiu (*Belfagor*, 2001, p. 72).

A análise jurídica do plano revelado por Rodrigo a Giovanni Matteo leva a considerar que se trata de uma fraude, de uma simulação: Rodrigo invadiria o corpo de alguma mulher e somente sairia com algumas palavras supostamente poderosas pronunciadas por Giovanni Matteo, simulando que era Giovanni Matteo quem tinha o poder de retirar demônios, quando isso, na verdade, tratava-se de um acordo entre os dois, uma fraude, uma trapaça, uma vigarice. Assim, se uniram em esforços para juntos retirarem dinheiro das famílias das mulheres que fossem possuídas.

Dessa forma, Rodrigo, cumprindo sua parte no acordo, entrou no corpo da filha de Mestre Ambrósio Amadei. Giovanni Matteo, prometendo a saúde da moça ao pai, solicitou quinhentos florins, que seriam utilizados na compra de uma propriedade, para que expulsasse o demônio, o que foi aceito. Assim, Giovanni Matteo aproximou-se da moça e disse: “Rodrigo aqui estou eu esperando que me cumpras a promessa. Ao que Rodrigo respondeu: com o maior prazer. Mas isto não chega a te tornar rico. Eis que, apenas saído daqui, entrarei na filha do rei Carlos de Nápoles[...]” (*Belfagor*, 2001, p. 72). Antes, porém de deixar o corpo da moça, Rodrigo advertiu Giovanni Matteo de que somente faria isso mais uma vez e que “depois disso não deverás mais me importunar” (*Belfagor*, 2001, p. 72). Aqui também há uma nova relação jurídica entre Giovanni Matteo e o Mestre Ambrosio Amadei. Trata-se de uma prestação de serviços, remunerada com o valor de quinhentos florins.

Depois disso, Rodrigo cumprindo com o que disse Giovanni Matteo, foi se apossar da filha do rei Carlos de Nápoles, que mandou chamar o camponês que “depois de algumas cerimônias de fachada, curou-a” (*Belfagor*, 2001, p. 72). Ao final, Giovanni Matteo recebeu 50 ducados e Rodrigo disse-lhe: “agora que compensei o serviço que me fizeste nada mais te devo: assim aconselho-te que não mais apareças na minha frente, pois se te fiz benefícios até aqui, daqui por diante poderei causar-te dissabores” (*Belfagor*, 2001, p. 72). Aqui chega ao fim a relação jurídica contratual estabelecida entre Rodrigo e Giovanni Matteo. Pode-se afirmar que houve a extinção do negócio jurídico pelo cumprimento contratual, tendo em vista que as duas partes cumpriram com o acordo que celebraram. Nesse sentido, quando Rodrigo afirma que Giovanni Matteo não deve mais procurá-lo, isso se dá porque não há mais qualquer vínculo jurídico que os una.

Ocorre que a filha do Rei Luís VII da França fora possuída por Rodrigo. Conhecedor dos feitos de Giovanni Matteo, o rei mandou chamá-lo através do governo de Florença, que o obrigou a responder (cf. *Belfagor*, 2001, p. 73). Aqui, aparece na novela de Maquiavel uma relação política: o rei da França solicita auxílio ao governo de Florença. Não se trata apenas de mais uma relação entre particulares. Agora, a política também passa a fazer parte da trama. As alianças entre Florença e o reino da França eram muito fortes no período em que Maquiavel ocupou a chancelaria florentina³¹³. Juridicamente falando, é possível perceber que para atender à solicitação do rei da França, há um ato de imposição do governo de Florença sobre a vontade de um particular. E aqui Maquiavel parece querer nos dizer que o Direito público exerce seu imperativo sobre o Direito privado. Em Paris, explicou Giovanni ao rei que efetivamente havia curado algumas pessoas endemoniadas, mas isso não significava que saberia curar todas e que talvez não conseguisse curar sua filha. “Enfasiado, o rei declarou que se não curasse a filha mandaria enforcá-lo” (*Belfagor*, 2001, p. 73). Aqui aparece a pena de morte por enforcamento, uma das formas de atribuição de pena do período.

³¹³ Nesse sentido, vide o segundo capítulo no item sobre as *Palavras que devem ser ditas sobre a provisão do dinheiro com um pouco de proêmio e de desculpas*. Nele Maquiavel menciona que os florentinos acreditam estar protegidos pela espada estrangeira de um rei, faz referência implícita ao rei da França.

Com isso, sentindo-se obrigado, Giovanni Matteo aproximou-se de Rodrigo, que se recusou a deixar o corpo da moça. Assim, com o objetivo de enganar o demônio, Giovanni pediu ao rei que organizasse uma cerimônia pomposa e ludibriou Rodrigo dizendo que a cerimônia foi montada porque “é a tua mulher que vem te buscar”, o que fez com que Rodrigo deixasse em disparada o corpo da moça. Assim, “Belfagor, de volta ao Inferno, pôde dar testemunho dos males que uma mulher leva consigo a um lar, e como Giovanni Matteo, que foi mais astuto que o diabo em pessoa, pôde retornar a sua casa cheio de alegria” (*Belfagor*, 2001, p. 74). E assim, termina a novela.

Quando Maquiavel afirma que Belfagor pôde dar seu testemunho, utiliza novamente de linguagem jurídica, eis que o testemunho é um meio de prova. Resta, pois a conclusão de que em *Belfagor* “o tema principal é que os tormentos do inferno são preferíveis àqueles infligidos pelo “sexo feminino”, particularmente por uma esposa megera” (PITIKIN, 2013, p. 14). Vivanti afirma que “a *vis cômica* da *Favola* nasce justamente da inversão de valores: o inferno parece preferível à vida terrena; a mulher, dona Honesta, é capaz de provocar a perdição do diabo; o camponês que salva Belfagor em sua fuga ‘sabia mais que o diabo’” (2016, p. 124). Para, além disso, acrescentamos a esse rol apresentado por Vivanti, o fato dos demônios juízes serem mais democráticos do que os Deuses, bem como a inversão de valores sobre Direito. Isso porque na fábula, quanto mais relações jurídicas Rodrigo celebrava, mais sua vida se tornava insuportável e menos liberdade ele tinha. Acreditamos que o Direito também foi subvertido, porque na prática, através das leis, ele era a garantia da liberdade republicana de um povo, enquanto que na fábula aparecia como uma fonte de perda dessa liberdade, trazendo apenas problemas.

5.2.3 A linguagem jurídica na *Mandrágora*

*Mandrágora*³¹⁴ é uma comédia feita para ser reproduzida como peça teatral. No prólogo indica aos leitores/expectadores os personagens da trama

³¹⁴ “o sucesso da *Mandrágora* foi particularmente clamoroso em Veneza, onde, por três noites, em fevereiro de 1522, a representação teve que ser suspensa ‘tamanho o número de pessoas’” (VIVANTI, 2016, p. 122- nota de rodapé número 9).

através de algumas características: “um amante infeliz, um doutor pouco astuto, um frade de má vida, um parasita fértil em malícia, hoje serão vosso passatempo” (*A Mandrágora*, 2013, p. 9). O personagem Calímaco é o amante infeliz que se apaixona pela Senhora Lucrécia, esposa de um jurista (um doutor riquíssimo) que aprendeu muitas leis lendo Boécio³¹⁵, chamado *messer*³¹⁶ Nícia Calfucci - o tal doutor pouco astuto. Ligúrio é o amigo de Calímaco, denominado de “parasita fértil em malícia”, que tentará com a ajuda do frade de má vida - frei Timóteo, fazer com que Calímaco engane *messer* Nícia e conquiste Lucrécia³¹⁷, “mulher honestíssima e de tudo alheia às coisas do

³¹⁵ “Maquiavel estrofia, de caso pensado, referindo-se ao personagem de Nícia, o nome do filósofo Boécio, que, em italiano, se escreve Boezio, transformando-o em Buezio, ora, *bue* em italiano, significa boi, animal chifrudo, que merecia vir à baila, no caso de Nícia” (*A Mandrágora*, 2013, p. 76 - nota do tradutor número 2). Essa crítica a Boécio através da associação do nome do filósofo como referência de leitura de um homem tolo, um “doutor pouco astuto”, nos parece se dar devido à divergência entre o pensamento que Maquiavel tinha em relação a Boécio, principalmente no que se refere ao tema da Fortuna, bem como a busca de honra e glória. Enquanto Maquiavel e seus contemporâneos buscavam nos antigos romanos explicações sobre a fortuna, e neles encontravam que “podemos persuadir a Fortuna a olhar para nós” (SKINNER, 2012, p. 39), sendo virtuosos, arrojados, corajosos, para Boécio, fortemente influenciado pelo cristianismo, isso não seria possível. Ou seja, para os antigos romanos, a fortuna era uma deusa que através da atividade da verdadeira *virtù* pode ser influenciada. Entretanto, “com o triunfo da Cristandade, essa análise clássica da Fortuna foi totalmente subvertida. A concepção cristã, exposta de forma mais sólida por Boécio em *A consolação da filosofia*, nega fundamentalmente o postulado central de que a Fortuna pode ser influenciada”. De acordo, portanto com essa visão, “os bens da Fortuna são totalmente indignos como metas, que o desejo de honra e glória mundana é, como diz Boécio, ‘absolutamente nada’” (SKINNER, 2012, p. 40). Em contrapartida, para Maquiavel, os príncipes deveriam buscar governar, de modo a atrair honra e glória. Seria, a Fortuna, para o cristianismo e para Boécio, “uma agente da benévola providência de Deus” (SKINNER, 2012, p. 41). Foi por influência do cristianismo que a cornucópia deixou de ser utilizada como símbolo da Fortuna e passou a ser utilizada a roda. A Fortuna passa a ser vista como uma deusa impiedosa, cuja roda gira de maneira inexorável, de maneira indiferente aos méritos humanos (cf. SKINNER, 2012, p. 40). Essa visão cristã, expressa por Boécio, de que a Fortuna é “uma potência cega”, não coadunava com a visão de Maquiavel que a entendia como influenciável pelos méritos humanos. Aceitar a Fortuna de tal maneira, certamente parecia uma visão muito ingênua e deturpada da Fortuna para quem, como Maquiavel, teve seu conceito sobre ela influenciado pelos romanos antigos. Daí, em nosso entendimento, a associação que Maquiavel fez entre o ingênuo e tolo *Messer* Nícia, que buscava suas referências em Boécio – alguém tão tolo quanto ele, na visão de Maquiavel.

³¹⁶ “*Messere*, ou diante do nome *messer* (ou, abreviadamente, ser) era o título que se dava na Itália, até o século XVI, a fidalgos, prelados e juristas. Nesse sentido, correspondia ao *messire* dos franceses. Em Florença, onde se desenrola a ação da *Mandrágora* e, na Toscana, em geral, indicava a qualidade de notário. Seu uso, porém, era bastante generalizado já no tempo de Maquiavel e o termo se empregava um pouco como, entre nós, o ‘doutor’[...] Contudo, parece-nos útil conservá-lo, no caso de Nícia, para marcar um pouco a cor local e já que o homem é doutor em leis. Pronuncia-se com acento tônico no segundo e” (*A Mandrágora*, 2013, p. 76 – nota do tradutor número 1).

³¹⁷ Talvez a escolha do nome Lucrécia como sendo uma mulher honestíssima se dê em função de Lucrécia, mulher de Tarquinius Collatinus – vítima de estupro por Sexto Tarquínio, filho de Tarquínio, o Soberbo – último rei de Roma em 510 a.C. Lucrécia era considerada uma mulher muito honesta e virtuosa.

amor” (*A Mandrágora*, 2013, p. 12). Eis a trama (cf. *A Mandrágora*, 2013, p. 9-73).

Sobre os personagens Calímaco e o frade Timóteo, Sartorello afirma que Maquiavel teria se inspirado em outras obras para compô-los: “seja a intervenção de Calímaco, seja aquela do frade Timóteo, não são improvisadas. O primeiro se funda nos tratados teórico-prático do médico padovano Michele Savonarola”, enquanto que a intervenção de Timóteo “pressupõe certa familiaridade com as *Novelas in titulum de regulis juris* ou se preferir com as *Quaestiones mercuriales super regulis juris*, que é outra denominação mais conhecida” (SARTORELLO, 2013, p. 151), escritas por Giovanni d’Andrea³¹⁸.

Apresentada a trama, esclarece-se que o objetivo nesse capítulo consiste na análise dos elementos jurídicos, ou da linguagem do Direito, presente na *A Mandrágora*, assim como anteriormente realizado com *Belfagor*. Na *Mandrágora*, a linguagem jurídica parece diminuída, quando em comparação com *Belfagor*. Muitas das relações jurídicas que podem ser constatadas na *Mandrágora* já foram indicadas quando da análise de *Belfagor*: A relação de patrão e criado estabelecida Calímaco (Patrão) e Siro (criado); o contrato de empréstimo de dinheiro entre Ligúrio (quem solicita o empréstimo) e *messer* Nícia (quem empresta); a promessa de recompensa em “boa quantia de dinheiro” que Calímaco faz a Ligúrio - caso consiga conquistar Lucrécia; a promessa de Ligúrio de persuadir *messer* Nícia a sair de casa com a esposa a fim que tentar facilitar a aproximação de Calímaco; a fraude de Calímaco, que faz passar-se por médico, enganando *messer* Nícia (cf. *A Mandrágora*, p. 10; 12).

Os temas jurídicos, portanto, parecem repetir aqueles de *Belfagor*. No enredo da *Mandrágora* Calímaco está desassossegado pelo desejo que sente pela senhora Lucrécia e solicita auxílio aos personagens para conquistá-la. Maquiavel destaca a “ingenuidade de *messer* Nícia, que, embora sendo doutor, é o homem mais simplório e tolo de Florença” (*A Mandrágora*, 2013, p. 12).

³¹⁸ Através do *Libri di ricordi* de Bernardo Maquiavel “temos formas de comprovar que na biblioteca da família Maquiavel estavam disponíveis, além dos mencionados *Mercuriale* [...] *La Novella* [...] uma cópia manuscrita do código de Justiniano e do novo Digesto, uma cópia ‘um volume da razão civil com a *Institutas*, três livros do Código Autêntico, usos dos feudos, extravagante de Herrigo” (SARTORELLO, 2013, p. 153).

Ligúrio refere-se a ele como “palerma” e vê na “palermice deste um proveito” que Calímaco pode tirar (cf. *A Mandrágora*, 2013, p. 16). Como *messer* Nícia pretende ter filhos e ele e Lucrécia não estão conseguindo, Calímaco se fará passar por falso médico para se aproximar de Lucrécia, com a promessa de seguindo suas determinações ela engravidará.

Assim, “a comédia está impregnada de significado moral e acentuadamente político pela representação de uma humanidade simuladora, em que o engano é o próprio motor da ação” (VIVANTI, 2016, p. 120). Maquiavel dá pistas no decorrer da obra de que *messer* Nícia sequer é capaz de duvidar de Calímaco quando esse afirma, falsamente, ser médico. Referindo-se a *messer* Nícia, Ligúrio afirma: “E, ainda que ele fosse homem, que não é, capaz de indagar se és realmente médico ou não[...]”. Embora seja um homem rico, doutor em leis, é homem muito tolo. Aproveitando-se da vontade que ele possui de ter filhos, Calímaco com a ajuda dos demais personagens, dentre eles um frei e a própria mãe de Lucrécia, engana-o para conseguir seu objetivo de conquistar a moça. Sobre a tolice de *messer* Nícia, Gramsci:

O tipo de tolice de *Messer Nicia* é bem circunscrito e representado: ele crê que a esterilidade de seu casamento não depende dele, velho, mas da mulher, jovem, porém frígida; e pretende corrigir esta suposta infecundidade da mulher, não a deixando ser fecundada por outro, mas conseguindo transformá-la de infecunda em fecunda (2007, p. 113).

Messer Nícia é um personagem que, aparentemente, valoriza muito a oratória, muito além do conhecimento real. A primeira vez que encontra Calímaco, dirige a ele palavras em latim: “Bona dies, domine magister” (*A Mandrágora*, 2013, p.21). Ao que Calímaco responde: “Et vobis bona, domine doctor” (*A Mandrágora*, 2013, p.21) E então Ligúrio indaga a *messer* Nícia: “que tal vos parece? E ele responde “ Ótimo, com a breca” (*A Mandrágora*, 2013, p.21). *Messer* Nícia chega falando latim com Calímaco, acreditando que impressionará o falso médico. Quando Calímaco responde-o, também em latim, acredita que isso, por si só, já fazia dele uma pessoa confiável e respeitável. Assim, *messer* Nícia demonstra satisfação com o falso médico, apenas pela sua retórica, pela sua aparência, por algumas palavras

pronunciadas, sem exigir-lhe qualquer outra demonstração de seus efetivos conhecimentos.

Sobre o uso da expressão *messer* antes do nome, Ridolfi afirma que ao pai de Maquiavel, Bernardo, era data esse tratamento porque ele era “doutor em leis” (2003, p. 32). O fato do pai de Maquiavel ser doutor tem “como prova o tratamento de *messere* recebido nas atas públicas”, faz com que se torne possível o fato de que “as palavras colocadas” por Maquiavel “na boca de *Messer Nicia*, também um advogado, na terceira cena do segundo ato da *Mandrágora*, ele costumasse ouvi-las do pai” (2003, p. 311 – nota número 5, cap. I). Em contrapartida, Maquiavel não foi doutor, “como está confirmado no tratamento que lhe foi dispensado em atos públicos onde seu nome não é acompanhado jamais pelo título de *messere* ou *sere*, não foi nem doutor nem escrivão” (RIDOLFI, 2003, p. 32).

Ainda sobre a passagem em latim citada por Maquiavel, há alguma divergência sobre o conhecimento desse idioma por ele. Vivanti cita o historiador “Paolo Giovio” que afirmava que “Maquiavel não tinha qualquer conhecimento das letras latinas ou, se o tivesse, era medíocre” (2016, p.19-20). Vivanti não acredita nessa hipótese e afirma que Maquiavel conhecia o latim: “aos sete anos, começou a estudar latim, e, aos doze, a escrever naquela língua” e que “é bem pouco crível” que o pensador que ocupou “cargo de secretário na segunda chancelaria”, na qual teria que se ocupar das guerras, das “relações com outros Estados”, “ignorasse a língua corrente nos atos públicos e nas relações internacionais” (VIVANTI, 2016, p.19/20). Guidi, a fim de comprovar que Maquiavel conhecia a língua, cita o livro de recordações do pai de Maquiavel *Libro di Ricordi* em que consta que “Nicolau faz latim” (GUIDI, 2009, p. 66 – nota de rodapé número 70). Essa discussão se torna importante, porque segundo a tradição humanista, para se ocupar o cargo nas chancelarias - que de fato foi ocupada por Maquiavel, deveria se ter conhecimento de latim.

O fato do doutor *messer Nícia* se deixar impressionar por meia dúzia de palavras em latim, é uma crítica que Maquiavel faz aos juristas, doutores da lei, que valorizam demasiadamente o latim, acreditando que o fato de pronunciarem algumas palavras nesse idioma fazia com que fossem considerados cultos e eruditos, sem preocuparem-se com o efetivo

conhecimento. *Messer Nícia* se deixa impressionar pela oratória de Calímaco, que para ele é um demonstrativo de conhecimento, mas que na verdade trata-se apenas de aparência de erudição, eis que Calímaco prega-lhe um golpe, enganando-o com a afirmação falsa de ser médico.

A demonstração da ingenuidade de *messer Nícia* e a capacidade de deixar-se impressionar com as aparências, ficam evidentes quando Calímaco, ao falar sobre as possíveis causas da esterilidade afirma: “Nam causae sterilitatis sunt: aut in semine, aut in matrice, aut in instrumentis sem inariis, aut in virgia, aut in causa” (*A Mandrágora*, 2013, p. 21), ao que *messer Nícia* respondeu: “esse é o homem mais digno que possa encontrar-se!” (*A Mandrágora*, 2013, p. 22). Apenas pelo fato de Calímaco utilizar o latim, *messer Nícia* rende elogios superlativos a ele, dizendo que era o homem mais digno que conhecia. Não se sabe, nem ao certo, se Calímaco sabia o que estava dizendo, nem se *messer Nícia* havia compreendido o que ele disse.

Calímaco afirma que precisava das urinas de *messer Nícia* e de *Lucrécia* – esposa de *messer Nícia* – para realizar exames sobre a esterilidade. Siro, criado de Calímaco, acompanha *messer Nícia* para recolher as urinas. Enquanto espera, Siro reflete: “se os outros doutores forem como este, que grande patuscada seria o mundo! [...] mas aí está o doutor trazendo um urinol na mão. Quem não haveria de rir-se de semelhante parvo?” (*A Mandrágora*, 2013, p.25). Todos os personagens da trama riem do tolo doutor.

Apenas olhando para a urina, Calímaco afirma que ela indica fraqueza nos rins. E sabendo que *messer Nícia* se deixa impressionar pelas frases em latim, pronuncia: “nam mulieris urinae sunt semper majoris grossitiei et albedinis, et minoris pulchritudinis, quam virorum. Ayus autem, inter caetera, causa est amplitudo canalium, mixtio eorum quae ex matrice exceunt com urina” (*A Mandrágora*, 2013, p. 27). Ao que *messer Nícia* responde: “Oh! Uh! Cona de São Púcio! Enche-me as medidas, sim, senhor! Como raciocina bem sobre essas coisas” (*A Mandrágora*, 2013, p. 27). Assim, “o riso de Maquiavel tende a jogar luz sobre a miséria humana” (VIVANTI, 2016, p. 122).

Calímaco, assim convence *messer Nícia* de que *Lucrécia*, para combater a esterilidade, deveria tomar uma poção de mandrágora (daí o nome da comédia). Entretanto, adverte *messer Nícia* que “o primeiro homem que tiver

relações sexuais com ela, depois que ela tomar a poção, morrerá dentro de oito dias e não há nada nesse mundo que possa salvá-lo” (*A Mandrágora*, 2013, p. 28). Como *messer* Nícia afirma que não desejar a própria morte, Calímaco sugere: “faça logo dormir com ela outra pessoa, que a possuindo por uma noite, puxe toda a infecção da mandrágora. Depois podereis manter relações com ela, sem o menor perigo” (*A Mandrágora*, 2013, p. 28).

Messer Nícia, a princípio, não aceita tal proposta, dizendo que não fará tal coisa. Para persuadi-lo Calímaco afirma que o rei da França e outros fidalgos fizeram a mesmo procedimento. “Mas quem quereis que eu encontre que se sujeite a semelhante loucura? Se eu lhe disser que do que se trata, não haverá de querer; em se não lhe disser nada, estarei enganando-o traiçoeiramente, e será um caso para a Junta dos Oito” (*A Mandrágora*, 2013, p.28-29), afirmou *messer* Nícia.

A Junta dos Oito era a justiça criminal que existia em Florença ao tempo de Maquiavel. Calímaco, que pretende ser o homem que será colocado no quarto com Lucrécia, disfarçando suas verdadeiras intenções, sugeriu as seguintes ações: pegaremos “o primeiro malandro que encontrarmos vadiando, lhe poremos uma mordaca e, à força de pancadas o levaremos para a vossa casa” (*A Mandrágora*, 2013, p. 29). *Messer* Nícia, enganado, concordou com tal proposta, conformado pelo argumento de que reis e fidalgos haviam se submetido ao mesmo procedimento, solicitando apenas que ninguém ficasse sabendo do fato (cf. *A Mandrágora*, 2013, p. 29).

Aqui novamente Maquiavel evidencia que *messer* Nícia é homem que se preocupa muito mais com a aparência do que com a essência. Sua preocupação não está no fato de sua esposa, ser submetida a uma relação sexual com outro homem em sua própria casa, ou por cometer um crime – espancando uma pessoa que estivesse vadiando para colocá-la junto com sua esposa – ou mesmo qualquer preocupação com a esposa por expô-la a um estranho, mas com o fato de que ninguém ficasse sabendo de tudo isso. O conhecimento desses fatos pelos outros é a única preocupação de *messer* Nícia, enquanto, esquece-se de todo o resto.

Como a comédia é uma peça teatral dividida em atos, Maquiavel termina o ato com a canção que afirma: “como seja feliz, cada qual vê, Quem nasce

tolo e em tudo crê e confia! [...]. Esse vosso doutor, sequioso de ter filhos creia que os burros voam” (*A Mandrágora*, 2013, p. 30). A tolice do doutor *messer* Nícia é tanta, que Ligúrio o convence a pagar o frade Timóteo, para que, como confessor de Lucrécia, a convença a dormir com outro homem. Ligúrio afirma: “se o tendes, porém, dai-me vinte e cinco ducados; porque em casos como esse é preciso gastar e captar depressa a amizade do frade, deixando-lhe a esperança de recompensa ainda maior” (*A Mandrágora*, 2013, p. 32). Ao que *messer* Nícia responde: “Toma, isso não me apoquentá. Pouparei noutras coisas” (*A Mandrágora*, 2013, p. 32). Assim, *messer* Nícia financia o suborno a um padre (Timóteo) para que ele convença sua esposa (Lucrécia) a manter relações sexuais com outro homem.

A fim de que *messer* Nícia não fale com o frade, o convence a se fazer de surdo, colocando breu nos ouvidos. Para tanto, Ligúrio o elogia mas dissimula suas intenções e encerra o raciocínio com o pensamento que não pronuncia: “um homem do vosso feitio, que consome o dia inteiro no estudo, entende de seus livros, mas não sabe pesar bem as coisas deste mundo. (*Esse doutor é tão tolo, que receio não deite tudo a perder*)” (*A Mandrágora*, 2013, p. 32-33). *Messer* Nícia, sozinho, enquanto Ligúrio conversa com o frade, se percebe envolto em uma trama em que é constantemente exposto a situações vexatórias: entregar a própria urina a um falso médico, colocar breu nos ouvidos; acreditar estar sendo livrado da morte ao obrigar um terceiro a manter relações sexuais com sua esposa, pagar para um frade para que esse convença sua esposa a se relacionar com outro homem, tudo em prol de sua vontade de ter filhos, reflete: “é dia ou noite? Estou acordado ou sonhando? Acaso estarei bêbado, se bem que hoje nada bebesse, para em deixar embalar por tais cantigas”, mas nem assim cai em si e pensa no fim: “ai deles se não cuidarem do meu caso” (*A Mandrágora*, 2013, p. 41). Quando Ligúrio retorna e afirma que o frade concordou em convencer Lucrécia, *messer* Nícia afirma: “devolves-me a vida. Achas que será varão? Ligúrio responde: “Vosso filho? Varão, sem dúvida” e *Messer* Nícia diz: “eu já choro de ternura” (*A Mandrágora*, 2013, p. 42).

A ingenuidade de *messer* Nícia é tanta, que ele se comove enternecido, porque completamente cego pela vontade de ter filhos, se deixa enganar,

acreditando, não apenas que a poção da mandrágora trará a fertilidade a sua esposa, como está certo de que será pai de um menino. Mais um exemplo, do que Maquiavel tenta evidenciar aos espectadores da peça teatral: a tolice do doutor em leis. Quando *messer Nícia* recebe a notícia de que *Lucrecia* aceitou se deitar com outro homem, enganado, acreditando que isso o livrará da morte, e ainda terá o filho, afirma: “Sou o homem mais feliz desse mundo” (*A Mandrágora*, 2013, p. 47). E assim, Maquiavel encerra o ato III com a canção que afirma: “tão suave é o engano levado ao fim almejado e caro, que bane a alheia angústia e doce faz todo o sabor amargo” (*A Mandrágora*, 2013, p. 48).

Após frei Timóteo convencer *Lucrecia*, o plano seria colocado em prática. Siro, Ligúrio; Calímaco e *messer Nícia* deveriam se juntar a noite, disfarçados para apanharem o malandro que seria levado a se deitar com *Lucrecia*, conforme planejado por Calímaco. A trama idealizada por Calímaco exigia que ele mesmo fosse esse suposto malandro que seria apanhado. Mas como fazer isso? Como poderia estar ao lado de *messer Nícia* à noite, para apanhar o malandro, e ser o próprio malandro? Ligúrio resolveu essa questão: frei Timóteo, disfarçado – porque todos estariam disfarçados – se faria passar por Calímaco, enquanto Calímaco se faria passar pelo malandro. Pronto! Estava feita a trama.

Assim, a fim de que *messer Nícia* não desse pela falta de Calímaco no momento da captura do suposto “malandro”, frei Timóteo colocou duas nozes na boca para não ser reconhecido pela fala. A tolice de *messer Nícia* era tão grande, que quando viu frei Timóteo e acreditando se tratar de Calímaco disse: “disfarçou-se tão bem que não lhe reconheceria o demo” (*A Mandrágora*, 2013, p. 61). Calímaco, para se fazer passar pelo malandro, precisou apenas de uns entortes de boca e um nariz postiço. Esses subterfúgios foram suficientes para enganar o doutor *messer Nícia*, o que evidencia sua pouca astúcia e a facilidade com que é ludibriado (cf. *A Mandrágora*, 2013, p. 53-61).

Para além da trama que se desenvolve fundamentada em um doutor pouco esperto, outro tema que possui repercussão jurídica aparece: o aborto. Quando Ligúrio encontra com o frade Timóteo, a fim de convencê-lo a causar um “mal menor”, convence-o, antes, a causar um maior. Antes de pedir que ele convença *Lucrecia* a se deitar com outro homem, conta-lhe uma história

fantasiosa de uma moça, parente de doutor *messer* Nícia, que foi entregue a um mosteiro, lá, por negligência das monjas, engravidou. Diz ao frei Timóteo que o doutor teme pela vergonha e fez promessa de doar trezentos ducados, caso a história não venha a se tornar pública. Assim, Ligúrio solicita ao frade que convença a abadessa “a dar à moça uma poção que a faça abortar” O frade afirma: “é um assunto que requer reflexão” (*A Mandrágora*, 2013, p. 37).

Como o frade não parecia tão relutante à ideia do aborto, Ligúrio, para convencê-lo disse-lhe que com esse ato ele somente faria o bem: “preservareis a honra do mosteiro, da moça, dos parentes, devolvereis ao pai uma filha, satisfazeis *messer* Nícia e toda a sua parentela e dais tantas esmolas quantas podem distribuir-se com esses trezentos ducados” (*A Mandrágora*, 2013, p. 37-38). Seduzido por tantos benefícios que um aborto pode causar, o frade Timóteo aceita entusiasmado a proposta: “seja tudo em nome de Deus. Faça-se o que desejais e, por amor a Deus e à caridade, não se deixe nada por fazer. Dizei-me qual é o mosteiro, dai-me a poção e, se não vos desagrade, também esse dinheiro” (*A Mandrágora*, 2013, p. 38).

Como se tratava apenas de um plano esse de convencer o padre a causar um mal maior – um aborto que nunca de fato existiu, Ligúrio procura o frei Timóteo e afirma que o aborto não será mais necessários, porque a moça teria abortado sozinha, pede o favor que visou desde o início ao padre, em troca da esmola que a ele já havia entregado. Afirma Ligúrio ao padre “é preciso que faças outra coisa em benefício do outro [...]” (*A Mandrágora*, 2013, p. 42). coisa de menor monta e de menor escândalo, mais grata a nós, mais útil a vós”. Nesse momento, solicita que o padre convença Lucrécia a se deitar com outro homem.

Na cena IX Maquiavel apresenta um monólogo do frei Timóteo, que reforça ainda mais a corrupção dos costumes. Sozinho, frei Timóteo pensa sobre o dinheiro que recebeu e percebe que foi enganado, mas enxerga nisso a possibilidade de tirar vantagens financeiras: “verdade que eu caí na esparrela; mas esse logro me traz vantagens. *Messer* Nícia e Calímaco são ricos e de cada um deles, por diferentes razões, poderei tirar bom proveito. Convém que a coisa fique em segredo” (*A Mandrágora*, 2013, p. 78).

Novamente manter em segredo uma ação condenável sob o aspecto moral parece ser a solução para aqueles que o cometem.

Sobre esse o monólogo do frei Timóteo, vale ainda lembrar que assim como *Belfagor* que traz a mulher como uma megera capaz de atormentar a vida de um diabo, a misoginia do período também está presente na *Mandrágora*. O frei Timóteo, pensando nas dificuldades que teria para enganar Lucrécia dá voz a seguinte afirmação sobre ela e sobre a mãe que a acompanharia: “Cachola de mulher tem pouco miolo; e, quando uma delas sabe dizer duas palavras, logo anda nas bocas do mundo, pois em terras de cegos quem tem um olho é rei. Mas ei-la que vem com a mãe, que e um verdadeiro animal³¹⁹” (*A Mandrágora*, 2013, p. 43).

Lucrécia convencida pelo freio Timóteo, mas parecendo contrariada com a situação de ter que se deitar com outro homem a pedido do frei, para cumprir com a vontade do marido em ser pai, afirma: “farei a vossa vontade. Mas não creio que ainda estarei viva, amanhã de manhã” (*A Mandrágora*, 2013, p. 46). Calímaco narra a reação de Lucrécia quando ele já estava no quarto com ela e revelou seu plano e seu disfarce. Lucrécia afirmou: “já que a tua astúcia, a tolice de meu marido, a ingenuidade da minha mãe e a maldade do meu confessar me levaram a fazer aquilo que sozinha, nunca faria, quero julgar que tudo provenha de uma disposição do céu” (*A Mandrágora*, 2013, p. 70). E completa: “não me sinto suficiente para recusar o que o céu quer que eu aceite[...] E aquilo que meu marido quis por uma noite, entendo que o tenha sempre” (*A Mandrágora*, 2013, p. 70).

Executado o plano, ao fim, *Messer Nícia* afirma lastimar pelo rapaz que passou a noite com sua esposa. Lastimava que “o rapaz tenha que morrer tão cedo e que esta noite lhe deve custar tão caro” (*A Mandrágora*, 2013, p. 68). Maquiavel finaliza a comédia com um encontro na igreja. Lucrécia chama Calímaco para ser padrinho da criança que nascerá devido à mandrágora, o que deixa *messer Nícia* muito agradecido a Deus. Para demonstrar também sua gratidão, convida Calímaco e Ligúrio para almoçarem em sua casa, entregando as chaves de um quarto da casa à Calímaco para que dele se

³¹⁹ Novamente uma afirmação carregada de misoginia.

utilize quando quiser. O frei Timóteo recebe uma esmola de *messer* Nícia, por tê-lo ajudado a convencer Lucrecia. No fim, todos se dirigem à missa. O Frei Timóteo alerta os espectadores: “e vós, espectadores, não espereis que tornemos a sair: o ofício é longo, eu ficarei na igreja e eles irão para a casa saindo pela porta lateral” (*A Mandrágora*, 2013, p. 73).

A corrupção dos costumes é o grande tema da *Mandrágora* e ela alcançou muitas pessoas importantes, inclusive a família Medici. Assim, “enquanto a dedicatória de *O Príncipe* não tinha surtido qualquer efeito positivo, a encenação da *Mandrágora* suscitou o interesse do Papa Leão X, que quis que a peça fosse representada em Roma” (VIVANTI, 2016, p. 122). Foi do reconhecimento que a comédia trouxe para Maquiavel que “Somente então, finalmente, acabou o ostracismo imposto a ele pelos Médici, colocando um ponto final em quem longa e sofrida quarentena (VIVANTI, 2016, p. 122)”. Depois da *Mandrágora*, Maquiavel recebe como encomenda do Papa Leão X a *História de Florença* que, atinente à revolta dos ciompi, será analisada no próximo capítulo.

6 A PRESENÇA DO DIREITO NOS ESCRITOS POLÍTICOS FEITOS POR ENCOMENDA: ALOCUÇÃO FEITA A UM MAGISTRADO; DISCURSO SOBRE AS FORMAS DE GOVERNO DE FLORENÇA APÓS A MORTE DO JOVEM LORENZO DE MEDICI E HISTÓRIA DE FLORENÇA

Dos cinco textos escritos analisados no capítulo antecedente foram aqueles do período em que Maquiavel esteve à frente da segunda chancelaria de Florença. Conforme se viu, três deles traziam o binômio lei e armas do Direito romano e dois não reproduziam esse binômio expressamente, mas traziam questões sensíveis ao Direito. Trata-se do mesmo caso dos próximos três textos que passarão a ser doravante analisados. A diferença está no fato de que os próximos textos foram escritos quando Maquiavel estava fora da chancelaria florentina e por isso não podem ser denominados como escritos de chancelaria.

Tratam-se dos textos escritos entre 1519-1522, a saber, a *Alocução feita a um magistrado* (*Allocuzione fatta ad um magistrato*) de 1519-1520; Discurso sobre as formas de Governo de Florença após a morte do jovem Lorenzo de Medici (*Discurso Florentinarum rerum post mortem iunioris Laurentii Médicis*) de 1520 e por fim o episódio da revolta dos *ciompi* na *História de Florença*, também de 1520. Esses escritos trazem a presença do Direito através de um Maquiavel que neles parece muito com um legislador que entrega à Florença formas de organização em discursos sobre como um magistrado deve se comportar e qual deve ser seu compromisso; prevendo formas de organização social

6.1 Alocução feita a um Magistrado

Essa alocução é uma espécie de louvação à justiça proferida por Maquiavel aos magistrados. A expressão magistrado era utilizada conforme já mencionado, para designar as pessoas que ocupavam funções públicas. Entretanto, na *Alocução*, Maquiavel explicita que fala àqueles que “são prepostos para julgar” para aqueles que atuam em juízo “deveis, portanto [...]”

fechar os olhos, tapar os ouvidos e amarrar-vos as mãos quando vós tendes de ver em juízo amigos ou parentes, ou ouvir súplicas ou persuasões insensatas, ou receber algo que vos corrompa o ânimo” (MAQUIAVEL, 2010, p. 112).

Sartorello lembra que o pai de Maquiavel, o jurista, Bernardo Maquiavel, foi interlocutor, em 1483, na obra *De legibus et iudiciis dialogus* do então chanceler da república de Florença, Bartolomeu Scala. Nessa obra, Bernardo faz “uma acirrada defesa das leis e da justiça” em que faz menção e elogia “uma antiga cerimonia em uso em Florença”, chamada de *potestatio de iustitia* “relacionada ao gonfaloneiro de justiça da cidade” (SARTORELLO, 2013, p. 171). O *potestatio* “está disposto em três distintos saberes: ‘as escrituras sagradas’ ‘os poemas’; e as ‘leis’”. Nesse sentido, “a intenção, todavia, é única e se pode descrever como uma tentativa de deslocar, sobre uma dimensão transcendente, ou se preferir, sacralizada, o exercício humano da Administração da Justiça” (SARTORELLO, 2013, p.172).

Essa forma de abordagem da justiça, colocada ao lado da religião em uma organização política, demonstra uma relação muito próxima entre esses três institutos: religião, justiça e política. Nesse sentido, segundo o que indica Sartorello, o que havia na época era uma abordagem do tema da justiça, voltada ao bem comum: “uma forma de tratar a justiça toda orientada e convertida em uma relação de um bem comum inteiramente ‘terreno’ que olha para o ‘divino e eterno prêmio da justiça’” (SARTORELLO, 2013, p. 175). Tratava-se de um “âmbito de ação que não poderia não ser de domínio da prudência”, porque era “nobre”, “sacralizado”. Um bem prático, mas também “uma divina virtude”, sendo que a “*Alocução a um magistrado*”³²⁰ de Maquiavel se insere magistralmente nesse sentido”, fazendo com que “recentes editores frequentemente o compreendam no[...] gênero literário das *potestaiones*” (SARTORELLO, 2013, p. 175). Inclusive, o próprio Sartorello denomina a obra de “*postetatio de iustitia* de Maquiavel” (cf. SARTORELLO, 2013, p. 175).

Portanto, essa espécie de exortação à justiça, trata-se de um texto escrito por Maquiavel entre 1519 e 1520. O endereçamento é feito através das

³²⁰ “Foi Marchand o primeiro que atraiu a atenção dos estudiosos sobre esse breve escrito maquiaveliano, colocando-o na tradição na qual especificamente recordou e sobretudo demonstrou que não poderia ser um exercício retórico da época juvenil. ‘Uma potestatio di iustitia’ (SARTORELLO, 2013, p. 175- nota de rodapé número 76).

expressões pomposas, em uma linguagem de reverência, que nos faz desconfiar de certo deboche, principalmente porque estamos falando do mesmo autor que escreveu *Mandrágora*: “Eminentes senhores, magnífico Pretor, veneráveis Colégios, egrégios Doutores e excelentíssimos Magistrados” (MAQUIAVEL, 2010, p. 111). Essa linguagem de Maquiavel é a mesma utilizada pelos juristas quando se direcionam aos magistrados. Isso demonstra seu conhecimento sobre as formas de tratamento atribuídas aos membros dos tribunais. Entretanto, Maquiavel que não era doutor, tratava com certo sarcasmo essas expressões de tratamento que reverenciavam e louvaram os Senhores da lei da época.

Sobre a *Alocução*, Sartorello afirma que “É preciso entender os primeiros setenta anos do século passado porque o breve escrito maquiaveliano foi reconhecido como pertencente a um gênero preciso e a uma prática oratória política bem consolidada”, indicando que se trata de uma “*protestatio di iustitia*” (2013, p. 175). Assim, “esse *protestatio di iustitia* de Maquiavel segue rigorosamente o protocolo estabelecido pelos ordenamentos de 1415, e naturalmente construída segundo as regras da tradição oratória da Idade Média tardia e do Humanismo” (2013, p. 175-176).

Além disso, de antemão, Maquiavel esclarece que somente escreve a *Alocução* porque assim lhe foi determinado e que isso é de conhecimento dos magistrados para quem endereça suas palavras: “Cada um das vossas Proeminências pôde ver como eu vim falar diante de vós, não por minha vontade, mas por ordem expressa de nossos eminentes Senhores”. E assim, por afirmar “ter sido obrigado por essa ordem, mereço ser, se não louvado, ao menos escusado por ser obediente”. Afirma que o fato de falar sob determinação de outrem “muito me alivia o ânimo, pois se eu tivesse vindo por mim mesmo eu mereceria ser criticado como presunçoso” (MAQUIAVEL, 2010, p. 111).

Conhecendo a linguagem formalmente considerada adequada para se direcionar aos agentes responsáveis pelos julgamentos, e dela fazendo uso, o faz de maneira protocolar e não porque realmente presta reverência aos magistrados. Isso fica claro na afirmação “para satisfazer essa cerimônia e antigo costume”. Entendemos que não se trata da opinião sincera de Maquiavel

sobre os magistrados, mas apenas o cumprimento de um dever imposto pelo costume. O próprio endereçamento é o cumprimento protocolar do costume, que faz com que Maquiavel use todas as reverências aos magistrados.

Na sequência, escusa-se previamente de qualquer acusação de presunção. Não apenas isso, mas se colocando como uma pessoa que age apenas cumprindo um dever que lhe foi atribuído por alguém que não revela quem seja. Afirma que executando essa tarefa somente pode ser “acusado” de ser obediente. Maquiavel reconhece que pode ser “acusado”, mas o termo não é utilizado por ele como algo pejorativo, mas sim como um recurso retórico para afirmar que contra ele não pode pender acusações, porque por si só, se auto absolve, porque se antecipa aos julgamentos dos magistrados.

Assim, na *Alocução*, Maquiavel ocupa a função de narrador de uma espécie de Ode, de exortação à Justiça. Partindo do fato de que se dirige a julgadores profissionais, que poderiam julgá-lo pelas suas palavras, antecipa-se. Utiliza a seu favor uma espécie de excludente, que consiste em alegar que desempenha a atividade em estrito cumprimento de um dever, de uma ordem. Nota-se que Maquiavel faz uso da linguagem do Direito ao falar aos magistrados utilizando os termos de tratamento próprios dos tribunais, bem como ao abordar a questão da justiça.

Maquiavel se dirige aos magistrados sabendo que não somente sua fala, mas também a posição da qual se julga autorizado a falar, se dá no cumprimento de um dever e que assim, somente pode ser “acusado” de obediência. Usando a linguagem tribunalesca, fala em obediência aos ouvintes, para quem afirma, nas entrelinhas, que estes também devem obediência, não a uma ordem superior, mas mais do que isso, à própria justiça. Maquiavel recomenda aos magistrados que vedem os olhos, tapem os ouvidos e se amarrem quando sentirem-se tendenciosos a favorecer um parente ou amigo.

Com isso, Maquiavel ao firmar sua própria obediência, relembra da obediência que eles também devem à justiça. Maquiavel, ao invés de afirmar que se sente honrado em receber a incumbência de falar aos magistrados – o que seria o esperado, e até mesmo razoável nas circunstâncias, principalmente quando analisadas em conjunto com as reverências feitas no início da *Alocução*, afirma: “não posso evitar o desprazer de me ver obrigado a falar de

coisas das quais não tenho notícias, nem vejo outra maneira de satisfazer a mim e a vós senão ser brevíssimo, para que cometa menos erros e vos enfastie menos” (MAQUIAVEL, 2010, p. 111).

Maquiavel fala do desprazer que sente ao ser obrigado a falar “de coisas que não tenho notícias”, referindo-se à justiça. Quando se pronuncia a um conjunto de magistrados, responsáveis pelo julgamento justo na cidade e afirma que da justiça não tem nem notícias, podemos interpretar essa afirmação com duplo sentido: de um lado, nas entrelinhas, acusa os magistrados de serem injustos e não fazerem justiça em seus julgamentos há tanto tempo e a tal ponto, que sequer teria notícias sobre eventual julgamento justo; por outro lado, pode ser interpretada como a fala de alguém que não tem conhecimento sobre o tema. Em nosso entendimento, devido a todas as tentativas que fez de alterar o sistema de justiça florentino no período de chancelaria, por considerá-lo imparcial, porque favorecia a classe dirigente, essa afirmação é bem menos uma declaração de que desconhece o tema sobre o qual falará, e muito mais uma crítica aos magistrados. Dizer que não tem notícias da justiça a um grupo de julgadores, significa o mesmo que acusá-los de injustos.

Entretanto, Maquiavel, utiliza-se da seguinte afirmação: “nem creio que falar longamente seja conveniente, porque falar de justiça diante de homens justíssimos parece coisa mais supérflua que necessária” (MAQUIAVEL, 2010, p. 111). Assim, ao afirmar que os magistrados são pessoas “justíssimas” parece mais uma ironia do que uma afirmação sincera, mas com ela, novamente, se antecipa às possíveis acusações de que estaria afirmando a injustiça dos magistrados – desdizendo o que anteriormente afirmara.

Quando afirma que não gostaria de enfastiar muito os magistrados, que “vos enfastie menos”, parece que Maquiavel quer indicar que os magistrados são pessoas que se irritam, se aborrecem, de maneira muito fácil, pois com a *Alocução* já estariam enfastiado – caberia a ele, tentar tão-somente enfastiá-los menos. Assim, não querendo ser desagradável, tratará de ser brevíssimo. E o é. A *alocução* não importa em mais do que uma folha completa (frente e verso em espaçamento simples), mas que contém uma preciosidade: é um dos poucos textos de Maquiavel em que a justiça é mencionada. E nesse, em

especial, como se trata de uma ode à Justiça, ela aparece com centralidade. Começa do momento em que foi necessário dar leis ao mundo, mencionando os antigos poetas:

Contam esses poetas que os homens, na primeira idade eram tão bons que os seus deuses não se envergonhavam de descer do céu e vir, junto com eles, habitar a terra. Depois, faltando às virtudes, e surgindo os vícios, os deuses começaram, pouco a pouco a voltar para o céu, e a última que partiu da terra foi a Justiça (MAQUIAVEL, 2010, p. 111).

Dessa enunciação mitológica da justiça como uma deusa mais afeiçoada ao ser humano do que os demais deuses, tendo em vista que foi a última deusa a abandoná-los, Maquiavel conclui que sua permanência prolongada por aqui, quando comparada à de outros deuses – que “se espantaram com o fedor dos vícios”, demonstraria sua necessidade: “Isso ilustra bem a necessidade que os homens têm de viver sob as leis da justiça, mostrando que os homens se mantiveram justos, mesmo depois que se tornaram cheios de vícios”. Ocorre que com o tempo, a justiça também se afastou e “faltando à justiça, faltou também à paz, e daí nasceram às ruínas dos reinos e das repúblicas. Essa justiça que se foi para o céu, nunca mais voltou a morar entre todos os homens” (MAQUIAVEL, 2010, p. 111).

Entretanto, segundo Maquiavel, a deusa da justiça concede exceções. Ela que mais suportou o “fedor” dos vícios humanos, tem seus prediletos. Apesar de não estar disponível a “todos os homens” se faz presente em “algumas cidades em particular, às quais, enquanto foi bem recebida, as fez grandes e poderosas. Foi ela que elevou as cidades Gregas e Roma[...] foi ela ainda que habitou algumas vezes a nossa pátria” (MAQUIAVEL, 2010, p. 111). Essa afirmação nos faz refletir sobre a importância que Maquiavel dá à justiça, principalmente porque é de conhecimento amplo e notório que para ele, a república romana é objeto de admiração que merece ser imitada, como deixou claro em vários trechos de suas obras. Se Maquiavel realmente acredita no que afirma, a justiça é uma das causas da grandeza de Roma. É claro, que por essa afirmação, não se pode atribuir somente a ela essa grandeza, tendo em vista que também estava presente nas cidades gregas - que não são tão bem avaliadas por Maquiavel quanto Roma é.

Seguindo em sua exortação sobre a justiça, afirma: “ela gera nos Estados e nos reinos união, a união gera a potência e a potência a manutenção deles. Ela defende os pobres e os fracos, reprime os ricos e poderosos, humilha os soberbos e os audaciosos, freia os rapaces e os avaros”. A justiça é aquela que “castiga os insolentes e dispersa os violentos”. Dentre todas essas qualidades, ainda “gera nos Estados aquela equidade que, se quisermos mantê-la, torna um estado desejável. Esta é a única virtude, dentre todas as outras, que agrada a Deus” (MAQUIAVEL, 2010, p. 111).

Maquiavel passa de uma justiça mitológica para uma justiça prática que se posiciona em favor dos pobres e fracos e se posiciona contra os soberbos, avaros, violentos e ricos. A justiça ao se posicionar do lado dos fracos e pobres cria um regime de igualdade (equidade) que é benéfica para o estado – segundo afirma Maquiavel. Nota-se que as repúblicas democráticas defendidas por Maquiavel são aquelas em que há um maior regime de igualdade entre as pessoas. Nesse sentido, nelas, a justiça teria função política fundamental, eis que quanto maior a igualdade em uma cidade, maiores são as chances de uma república democrática se manter e com ela o regime de liberdade.

Sobre a afirmação de que a justiça agrada a Deus, citando o exemplo Trajano afirma: “o que demonstrou na pessoa de Trajano o qual, ainda pagão, foi recebido, por intercessão de São Gregório no número dos eleitos de Deus, e não por outros méritos, senão por ter, sem nenhuma reserva, administrado a justiça” (MAQUIAVEL, 2010, p. 111). Quando se refere a Trajano, fala do Imperador Romano Marco Úlpio Nerva Trajano, nascido em 53 d.C., construiu o novo fórum romano – e por se colocar ao lado da justiça agradou a Deus. Nesse sentido, cita o poema de Dante que enaltece o brilho e a “preeminente glória” do “famoso Imperador Romano”. Finaliza afirmando que os versos de Dante são “verdadeiramente dignos de serem escritos em ouro, pelos quais se vê quanto Deus ama a justiça e a piedade” (MAQUIAVEL, 2010, p. 112).

Finaliza sua *Alocução*, convocando os juízes a não se corromperem e assim “mesmo que a Justiça não esteja aqui, ela voltará a morar nessa cidade; e se ela aqui estiver, ela aqui permanecerá [...] assim, junto com ela tornarei essa cidade e Estado glorioso. A isso, pois, vos animo, por dever de vosso ofício vos protesto” (MAQUIAVEL, 2010, p. 112). Lembrando os magistrados

dos seus deveres, como última frase afirma: “E disso sereis cobrados” (MAQUIAVEL, 2010, p. 112). Ao final da *Alocução*, Maquiavel “fecha com um verdadeiro protesto, com a exortação ao exercício igual e imparcial da justiça” e que esse não “é um protesto falso de Maquiavel”, porque “se encontra bem harmonizado com a parte central que se dedica majoritariamente ao tema da justiça” (SARTORELLO, 2013, p. 176).

Considerando que se trata de uma exortação à justiça, Sartorello questiona se “essa última e breve seção” que envolve uma “dissertação sobre a justiça”, se “não se trata de uma porção humanística?” (SARTORELLO, 2013, p. 178). Afirma Sartorello que “a *protestatio di iustitia* de Maquiavel lembra *vulgari sermone* ‘nos moldes da *perversio iudicii* impresso na tradição do Direito comum e codificado no *Decretum Gratian*’ a ponto de lembrar [...] a língua dos juristas humanistas” (SARTORELLO, 2013, p. 178).

Além de que, a forma de oratória da *Alocução* também se parece muito com os poemas de Dante, apesar de manter uma “independência” deles. Isso porque Maquiavel “tinha uma verdadeira paixão pelos poemas dantescos” e para comprovar cita “os versos áureos e divinos de Dante no Purgatório X, 73-93, e a confirmação de uma sacralidade possuída pela virtude da justiça, que escreve Maquiavel ‘é aquela dentre todas que mais agrada a Deus’” (SARTORELLO, 2013, p. 178). Embora existam essas similaridades entre a *Alocução* e o pensamento humanista, Sartorello afirma que o texto não pode ser classificado como humanista: sobre essa questão que havia levantado, afirma: “a resposta, é sem incertezas, negativa”. Referindo-se à obra, afirma que “que aqueles que têm experiência nas leituras humanísticas veem nela novidades de atitudes e expressões que revelam individualidades distintas”, enquanto que o *protestatio* de Maquiavel “se você lê-lo com atenção revela, para aqueles que têm familiaridade mínima com seus escritos, grandes extensões dessa individualidade singular” (SARTORELLO, 2013, p.176).

Ainda segundo Sartorello, há “um enredo entre Direito, política e moral naquele breve texto composto por Maquiavel nos últimos anos de sua vida, que está ainda distante de estar resolvido” (2013, p. 183). E nesse sentido, defende que para entender a *Alocução* é importante se voltar aos *Discursos*, obra na

qual o pensador teria depositado o maior número de informações sobre o tema do Direito e da justiça:

Para fortalecer e confirmar que no protesto de Maquiavel acreditava-se que seria possível distintamente reencontrar, o nexos entre Direito e religião, ou se preferir, entre política e moral, devemos, todavia interrogar as páginas do Secretário florentino que mais ampla e diretamente abordam esse tema. É necessário, assim, olhar para os *Discursos* (SARTORELLO, 2013, p. 184-185).

Justifica Sartorello que sugere que se retorne aos *Discursos*, mormente aos dez primeiros livros, não porque as outras obras de Maquiavel não contenham informações relevantes acerca do Direito, da moral, da religião e da justiça, mas sim porque nos *Discursos* a amplitude de abordagem da temática é muito maior:

E não porque nos outros escritos essa relação não tenha sido abordada ou desenvolvida com profundidade (pensamos, sobretudo no capítulo XI do *O Príncipe* e no primeiro livro das *Histórias Florentinas*), mas porque a amplitude dedicada a esse tema original nos primeiros dez livros de Tito Lívio é digna de nota[...] (SARTORELLO, 2013, p. 184-185).

Assim, considerando que os *Discursos* são fundamentados na história de Roma escrita por Tito Lívio, Sartorello afirma: “Um Tito Lívio que assume para Maquiavel a mesma importância e a mesma função que o *Digesto* tem para os juristas que aprendem a julgar com as sentenças proferidas pelos antigos” (SARTORELLO, 2013, p. 184-185). Com essa indicação, percebe-se que o tema da justiça perpassa além da *Alocução*, tantos outros escritos de Maquiavel, como *O Príncipe* e a *História de Florença*, e não se trata de uma aparição pontual, meramente retórica. Ao invés disso, as demais obras de Maquiavel apresentam essa mesma temática, com perceptível ênfase para os *Discursos*, obra na qual o tema da justiça é abordado de maneira mais ampla. Afirma Sartorello, referindo-se aos primeiros dezoito capítulos dos *Discursos* que se trata de uma seção, que está no início do livro, que “abrem os *Discursos*” e que parecem ter sido “pensados por seu autor, com o objetivo preciso de ‘delinear a parábola geral da gênese à dissolução do *vivere politico*’; um quadro cujos capítulos e livros sucessivos constituem o variado e livre aprofundamento” (SARTORELLO, 2013, p. 185).

6.2 Discurso sobre as formas de governo após a morte do jovem Lourenço de Medici (*Discursus florentinarum rerum post mortem iunioris laurentii Medices*)

Trata-se de um parecer escrito, a partir da encomenda realizada a Maquiavel pelo Giulio de Medici, para ser entregue ao papa Leão X. Dizemos “mais um”, porque assim também foi como se verá no próximo item a *História de Florença*. Esse pequeno escrito foi a resposta dada por Maquiavel ao pedido do cardeal para que redigisse “um projeto para a reforma das ordenações políticas de Florença[...] o papa e o cardeal tinham solicitado esse parecer motivados pela preocupação com o futuro do regime dos Medici” (VIROLI, 2002, p. 231-232). Ao papa que também era um Medici, Leão X, preocupava o fato de que Lorenzo havia governado sob “descontentamento geral” e que isso “anunciava o fim do regime”. Além disso, após a morte de Lorenzo, em 1519, “não havia mais herdeiros diretos que pudessem governar a cidade” (VIROLI, 2002, p. 231-232).

Assim como lembraremos ao analisar a *História de Florença*, o *Discurso sobre as formas de governo* também foi uma obra encomendada pelos Medici a Maquiavel, mas tal fato não indica proximidade do pensador tal família. Como bem lembra Martins: “relembremos, porém, que Maquiavel era partidário, ou melhor, era um dos mentores intelectuais do regime de Pier Soderini, adversário daquela família” (MARTINS, 2018, p. 146).

E diante de todo o contexto que estava inserida sua biografia, “Era impossível a Maquiavel não aceitar o convite”. E assim, Maquiavel, entre 1519 e 1520, escreveu o que “ficou conhecido como *Discursos sobre as coisas florentinas após a morte de Lorenzo*” (VIROLI, 2002, p. 232). A obra no original se chamava *Discursos Florentinarum Rerum Post Mortem iunioris Laruentii Médicis*. Além dessas duas denominações anteriores, a obra recebeu a tradução aqui no Brasil como *Discurso sobre as coisas florentinas depois da morte de Lourenço Medici o jovem*³²¹, ou *Discurso sobre as formas de governo de Florença após a morte do jovem Lorenzo de Medici*, ou simplesmente

³²¹ Tradução de Joel Cesar Bonin/Unioeste. Revisão: José Luiz Ames. Tempo da Ciência (15) 30: 9-20, 2º semestre 2008.

Discurso sobre as formas de Governo de Florença. Por uma questão metodológica, opta-se por designá-la aqui, por essa última acepção.

Vale ressaltar que no Brasil, após as traduções da referida obra que passaram a circular³²², essa espécie de parecer de Maquiavel ganhou maior destaque no debate entre os pesquisadores. Entretanto, como acontece com os escritos políticos da chancelaria, a obra possui estudos menos expressivos, quando comparados às obras como *O príncipe* e *Discursos e História de Florença*. Nesse sentido, como obra de referência, será utilizada a tradução, introdução e notas³²³ de Gabriel Pancera, bem como *Maquiavel entre Repúblicas*, do mesmo autor – essa última, uma das poucas obras brasileiras dedicadas a esse parecer.

Sob a concepção do volume da obra de Maquiavel, trata-se de um curto parecer que importa em poucas páginas. Entretanto, nelas contém um objetivo muito decidido: analisar a partir de Florença a melhor forma de governo para aquela cidade. Assim, o parecer de Maquiavel se direciona pela encomenda: trata-se de uma análise personalizada, sobre qual seria a melhor forma de governo para Florença. E para tanto, Maquiavel fará um apanhado sobre as formas de governo que já existiram na cidade, voltando-se, mais uma vez, para a história política dela.

Assim, o método utilizado por Maquiavel parte da análise retrospectiva: volta seus olhos para as formas de governo que estiveram presentes em Florença, para verificar o que funcionou ou não politicamente naquela cidade. Assim, ao invés de propor de início seu projeto, Maquiavel parte do que não deu certo em Florença, para então apresentar seu parecer. Dessa análise emerge a primeira frase impactante dos *Discursos sobre as formas de governo de Florença*: “a razão pelo qual as formas de governo de Florença mudaram constantemente foi por nela jamais ter havido república ou principado que tivesse forma apropriada” (*Disc.*, 1).

³²²Podemos citar a tradução feita por Renato Ambrosio que compõe a série *Maquiavel, Política e gestão Florentina*, da Fundação Getúlio Vargas (FGV), em 2010, bem como aquela que será utilizada aqui, em confronto com a obra no original, realizada por Gabriel Pancera: *Diálogo sobre nossa língua e Discurso sobre as formas de governo de Florença*, publicada pela Editora da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), também no ano de 2010.

³²³ *Maquiavel: Diálogo sobre a nossa língua e Discurso sobre as formas de governo de Florença*. Helton Adverse, organizador. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

Essa afirmação de Maquiavel desqualifica, sem hesitação, de uma vez, todas as formas de governo que Florença já teve. Isso porque elas ou foram principados, ou foram repúblicas. Maquiavel passa então a trabalhar com essas duas possibilidades para o estabelecimento de uma nova ordem em Florença, estabelecendo uma espécie de discurso retórico em que não afasta de imediato o principado, embora saibamos que afirmará que a república é a forma mais indicada para a cidade.

Referindo-se ao regime de Cósimo de Medici, afirma: “um *regime político* como esse é perigoso não por outro motivo senão por ser frágil” (*Disc.*, 7). Assim, “examinada e descartada a possibilidade de implantação de um principado em Florença, Maquiavel esboça um projeto de reforma das *ordenações*” (PANCERA, 2010, p. 15). O escopo dele era fazer com que Florença “pudesse conquistar certa estabilidade político-institucional” (PANCERA, 2010, p. 15). Isso porque, o *Discurso sobre as formas de governo* “é efetivamente um projeto de *constituição*” (PANCERA, 2010, p. 35).

Assim, nessas poucas páginas, há informações sobre a forma de vida em Florença e os motivos pelos quais, segundo Maquiavel, as facções - que tanto atrapalhavam os planos de um república forte naquela cidade estavam presentes de modo suficiente a impedir a desejada estabilidade política. Para comprovar a afirmação de que Florença era instável politicamente, escolhe um ano específico, a saber, 1393: “verifica-se a verdade disso pelos regimes que a cidade teve de 1393 até hoje. Começando pela reforma feita naquele tempo por *messer* Maso degli Albizzi, quando quiseram dar-lhe a forma de uma república na qual não se satisfaçam certos humores” (*Disc.*, 1).

Se Maquiavel afirma que Florença “jamais” teve república ou principado que cumprissem os requisitos que julgava necessário para serem considerados como tal, por que escolher uma data específica para comprar sua afirmação? Pancera chama a atenção para o fato de que em Florença, o ano de 1393, é aquele em que “se inicia uma sequência de governos oligárquicos nos quais o grupo político hegemônico se valia de determinados expedientes políticos-institucionais para garantir sua supremacia” além do que “Florença teve uma forma de governo encabeçada pelas corporações de ofícios (*arti*

menori e maggiori), forma desta de origem feudal-comunal que fora então definitivamente rompida” (PANCERA, p. 91 in MAQUIAVEL, 2010).

Essa forma de governo estabelecida em Florença em 1393 ruiu porque quando os humores não são contemplados “arruinam as repúblicas” (*Disc.*, 1). Mas qual humor teria sido negligenciado naquele período? A forma republicana dada à Florença, à época, era aquela “governada pelos aristocratas” (*Disc.*, 1). Assim, aristocratas [*optimates*], estavam no poder sem limitações, visto que “não tinham sido criados meios que despertassem temor <*timore*> nos homens poderosos <*grandi*>, impedindo-os de criarem facções, as quais são a ruína de um estado” (*Disc.*, 1). Diante dessa afirmação de Maquiavel, é possível aferir que o humor negligenciado pelos aristocratas [*optimates*] era aquele do povo.

O ano de 1393, através de Maso degli Albizzi, pertencente à aristocracia florentina, trouxe “um novo modo de governar” à cidade, fundamentado em “um grupo de apoio formado normalmente por um conjunto de cidadãos”. Tudo isso era garantido “por um mecanismo de controle eleitoral” que reservava “o acesso dos partidários aos cargos públicos”. Além disso, “essa nova configuração de poder ficou marcada também pela reiterada utilização dos atos arbitrários e ilegais como forma de poder”. Entretanto, essas transformações realizadas pelos Albizzi não “ocorreram subitamente” e estavam em curso desde “1382, com o término daquilo que seria o *último governo de corporações*, pondo fim, deste modo, à forma de governo característica das *repúblicas medievais*” (PANCERA, 2010, p. 39-41).

Esse regime aristocrático no qual os grandes exerciam seu poder, sem contemplar o povo, também estava comprometido eleitoralmente. Isso porque os “escrutínios” eram de “longa validade” e isso fazia com que pudessem “ser facilmente fraudados” (*Disc.*, 1). Isso fez com que Maquiavel afirmasse que continha “nesse *regime político* uma desordem de não pouca importância, que consistia no fato de que homens privados serem consultados nas decisões relativas à coisa pública” e que isso subtraía a “autoridade e reputação dos magistrados” (*Disc.*, 2), porque a autoridade e reputação que deveriam ser dos homens que desempenhavam atividades públicas acabava sendo atribuída à “reputação dos homens privados”, o que de acordo com Maquiavel, “é contrária a toda ordem civil” (*Disc.*, 2).

Sobre as estruturas políticas posteriores ao governo dos Albizzi, Florença passou ao governo de Cósimo de Medici “que se aproximou mais do principado do que da república” e que teve maior durabilidade, segundo Maquiavel “por duas razões: a primeira, por ter sido feito em favor do povo e a outra, por ter sido conduzido pela prudência de dois homens, que fora Cosimo e seu neto, Lorenzo” (*Disc.*, 3). Ocorre que esse governo também não perdurou e Maquiavel atribuía isso “a obrigação de ser decidido pelos vários conselhos <*deliberare per assai*> aquilo que Lorenzo pretendia fazer”, o que “enfraquecia tanto seu regime” o que fez com que “várias vezes correu o risco de perdê-lo” (*Disc.*, 3).

Nota-se que Maquiavel, com o *Discurso sobre as formas de governo* pretendia propor uma constituição para a cidade de Florença. Como se sabe, a constituição é um documento político-jurídico. Somente o fato de se propor como uma espécie de legislador a dar uma nova constituição à cidade, já pressupõe que o pensador tivesse que ter conhecimentos jurídicos para executar a tarefa. Para além disso, proporia novas ordenações, porque a cidade estava em plena *desordini*. A expressão “desordem” trazida por Maquiavel, como uma forma de crítica ao regime de Florença, é importante para a perspectiva pela qual se guia esse trabalho, a saber, verificar a presença e função do Direito nas obras do pensador.

A ausência de ordem (desordem) está vinculada à confusão que a aristocracia fazia entre o que era assunto público e o que era privado. Nesse sentido, havia um problema de separação entre esses dois planos (público e privado), ou seja, uma ausência de ordem que vedasse, proibisse, coibisse a relação íntima entre eles. A confusão entre público e privado para Maquiavel era a própria concretização da corrupção. Assim, a *contrario sensu*, haveria a necessidade de uma ordenação que coibisse a confusão entre coisa pública e privada. Nesse sentido, Pancera: “o termo desordem pode ser tomado como uma variação do termo ordem ou ordenação (*ordine*) e refere-se aqui à organização político-institucional de um Estado e, com as devidas ressalvas, à constituição” (p. 92, nota número 16, *in* MAQUIAVEL, 2010).

A desordem que permitia a confusão entre público e privado em Florença, estava na própria forma de constituição do regime político da cidade.

Seria possível afirmar que a desordem em Florença causou pelo menos dois efeitos muito perceptíveis: *i)* confusão entre público e privado; *ii)* atribuição de reputação e autoridade às pessoas que desempenhavam atividade privada, em detrimento daquelas que desempenhavam atividade pública. Mas esses são apenas os efeitos visíveis da desordem, cabe apontar quais são as causas dela, e Maquiavel as indica.

Entendemos a partir de Maquiavel que são pelo menos três, as causas das desordens: *i)* ausência de ordenações que contemplassem mecanismos para limitar o poder dos grandes, para que passassem a temer certas punições por seus atos; *ii)* ausência de instrumentos eleitorais confiáveis, que não pudessem ser facilmente fraudados, *iii)* ausência de contemplação do humor do povo. A conjugação dessas ausências fez com que Maquiavel afirmasse uma “não *ordine*”, ou uma ausência de ordem - na própria organização política da cidade, indicando a existência de problema estrutural. Embora o regime fosse tão ruim, tão cheio de defeitos, em vários aspectos, que só não ruiu antes, porque “guerras externas” mantiveram Florença unida (cf. *Disc.*, 2). Maquiavel atribuiu destaque especial para uma das causas da desordem, que tinha efeitos muito amplos: “o fato do povo não ter nesse regime a sua parte” (*Disc.*, 2).

A expressão desordem seria, portanto aquilo que escapa a ordenação [*ordine*]. Se a ausência de ordenações implica *disordini*, quando se age obedecendo às leis, temos respeito às *ordini*. O agir de acordo com as leis significava um agir ordinário, enquanto que agir sem balizas legais seria extraordinário. Pancera nos auxilia nessa interpretação: “ordinário é o que se faz conforme as leis e *extraordinário*, a despeito delas” (p. 92, nota número 16, in MAQUIAVEL, 2010). Disso, seria possível concluir que desordem é a ausência de ordenações [*ordine*] e/ou de vias ordinárias eficazes, que são aquelas que estão previstas em lei e capazes de realizar a separação entre o público e o privado.

Ou seja, Maquiavel nos *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio* já afirmava que a cidade que é mal ordenada é aquela que tem necessidade de socorre-se de forças estrangeiras para resolver conflitos internos, “por não haver, dentro de seus limites, uma ordenação que permita desafogar

humores[...] sem o emprego de modos extraordinários” (*Discursos*, I, 7). Nesse último sentido, Florença está sob “desordem”, ou desordenada, porque está em um modo que foge ao que é ordenado, ao que é ordinário, àquilo que está sob a égide da lei. Fugindo ao ordinário, se está Florença sob um modo extraordinário, é porque está sob a ausência de leis.

Assim, contrariando aqueles que atribuíam a divisão de Florença à plebe, Maquiavel aponta na aristocracia florentina como fonte de prova de que a cidade vivia sob “constantes variações³²⁴”. Nesse sentido, o exame que se fará nesse tópico se refere às relações que esse “projeto de constituição”, nas palavras de Pancera, possui com o tema do Direito. Qual é a importância que o Direito possui para que Maquiavel confeccione esse projeto de constituição para Florença. .

Voltando os olhos para a tentativa de república dos Albizzi – que na visão de Maquiavel excluía o povo - e a tentativa de principado dos Medici – que para o nosso pensador incluía demasiadamente as deliberações - é possível, por essa inversão do que se pretende república e do que se pretende principado, compreender a frase dita por Maquiavel no início dos *Discursos sobre as formas de governo de Florença*, de que na cidade “jamais ter havido república ou principado que tivesse a forma apropriada” (*Disc.*, 1). O governo dos Medici, embora parecesse diverso daqueles dos Albizzi, não o era efetivamente, porque “o regime dos Medici valeu-se dos mesmos expedientes utilizados pelos Albizzi” porque “a estrutura político institucional não tinha sido alterada. Por isso, os Medici recorriam aos *parlamentos e Bailas* para obterem poderes extraordinários, fato que aumentava as tensões entre eles e os diversos conselhos”, isso porque, aos conselhos, “cabia ordinariamente as decisões” (PANCERA, p. 93, notas números 19 e 20, *in* MAQUIAVEL, 2010).

³²⁴ Sobre esse aspecto, chamamos a atenção para o fato de que quando Maquiavel mencionou a lei agrária dos irmãos Graco, atribui à ambição da plebe e ao fato de ser uma lei demasiadamente voltada o passado, a ruína de Roma - embora reconheça que, sem a plebe romana limitando os desejos dos grandes, a ruína daquela cidade poderia ter advindo muito antes. Quando trata da situação de Florença, nos *Discurso sobre as formas de governo*, atribui à aristocracia florentina (aos grandes) a demasiada ambição e o humor pernicioso à república. A equação dessas duas reflexões de Maquiavel, nos leva a defender que os desejos dos grandes tem sempre uma potencialidade lesiva maior à república, enquanto que os do povo, somente se tornam levisos quando ultrapassam os limites da resistência aos desejos dos grandes e passa a desejar como aqueles.

Afirma Maquiavel que Florença “quis tomar a forma de república, mas não conseguiu instituí-la de forma que fosse durável, pois suas ordenações não satisfaziam a todos os humores dos cidadãos, nem podiam, de outro modo, contê-los” (*Disc.*, 3). Essa afirmação de Maquiavel indica que para que uma república possa ser constituída de maneira durável, deve contemplar nas suas ordenações os dois humores (dos grandes e do povo) existentes na cidade. Para, além disso, a afirmação indica que a contemplação desses humores, nas ordenações, tem como função pragmática a contenção deles. Isso pode ser extraído da seguinte passagem: “nem podiam, de outro modo, contê-los” (*Disc.*, 3). Se não há outro modo, ou seja, um modo diverso das ordenações, é justamente porque as ordenações eram esse modo.

Maquiavel afirma que “todos esses regimes foram defeituosos” devido ao fato de que “as reformas foram feitas não para a satisfação do bem comum, mas para a consolidação e para a segurança de uma das *partes*, segurança essa que também não foi alcançada por restar sempre uma parte descontente” (*Disc.*, 4). Essa parte descontente pode, por certo, ser facilmente constituída em “num poderoso instrumento nas mãos daqueles que desejam alterar o *regime*” (*Disc.*, 4). Somado a essa ausência de contentamento de uma das partes que na se vê contemplada no regime de governo, há ainda o fato de que os grandes podem se sentir acima de qualquer “ordem civil”. Foi o que aconteceu com os Medici que “se tornaram tão poderosos (*grandi*), sobrepondo-se a toda ordem civil” (*Disc.*, 8). A expressão ordem civil pode ser compreendida como toda aquela vinculada à obediência da lei, em sentido amplo, visto que “os homens poderosos (*grandi*) colocavam-se acima das leis, estabelecendo, assim, uma relação de desigualdade” (PANCERA, p. 94, nota número 32 in MAQUIAVEL, 2010).

O problema da desigualdade é analisado por Maquiavel de uma maneira muito objetiva: onde é grande a desigualdade, não é possível se estabelecer uma república e onde é pequena não é possível se estabelecer um principado: “em todas as cidades nas quais é grande a igualdade entre os cidadãos, não se pode ordenar um principado senão com a máxima dificuldade, e que naquelas cidades onde é grande a desigualdade entre cidadãos, não se pode ordenar uma república” (*Disc.*, 12). Segundo Pancera, “a referência para se

aferir a igualdade ou desigualdade é a ordem legal” (PANCERA, p. 95, nota número 40 in MAQUIAVEL, 2010).

Afirma Maquiavel que onde há muitas pessoas pertencentes à nobreza, aos grandes, à aristocracia, como por exemplo, em Milão - onde há tamanha desigualdade, para se estabelecer uma república “precisaria extinguir toda a nobreza que lá existe e reduzi-la a igualdade com os demais cidadãos, pois entre eles existem tantos homens privilegiados (*extraordinarii*) que as leis não bastariam para reprimi-los” (*Disc.*, 12). E essa repressão, diante da ineficácia da lei, seria feita, através de “uma voz viva e um poder régio” (*Disc.*, 12). Ao contrário de Milão, em Florença, caso alguém “quisesse um principado[...] onde há grandíssima igualdade, precisaria primeiro instituir aí a desigualdade e criar muitos nobres, para comandar castelos e vilas” (*Disc.*, 12). Assim, a solução natural para a forma de governo de Florença é a república, devido à igualdade de seus cidadãos.

Entretanto, essa igualdade não significa homogeneidade, ou ausência de divisões, porque “ainda que em Florença haja aquela igualdade de que acima se falou, nela existe, contudo, alguns de que são de ânimo elevado, os quais pensam merecer precedência sobre os demais, sendo necessário satisfazê-los ao ordenar a república” (*Disc.*, 14). A novidade aqui está no fato de que ao invés de designar os ânimos diversos como “humores entre grandes e povo” Maquiavel afirma que “aqueles que ordenam uma república devem dar lugar a três diferentes qualidades de homens, existentes em toda e qualquer cidade, quais sejam: os principais (*primi*), os medianos e os últimos” (*Disc.*, 14).

Maquiavel destaca a necessidade de satisfazer os humores daqueles que se julgam merecedores de prestígio, e cujos ânimos são mais elevados, atribuindo-lhes poder de decisão: “a estes homens não é possível satisfazer se não se confere poder de mando (*maestà*) às principais funções da república, poder este que será sustentado por eles próprios” (*Disc.*, 14). Assim, não há possibilidade de haver uma nova ordenação, que deixe de contemplá-los, porque “não é possível conferir esse *poder de mando* às principais funções de governo de Florença mantendo a *Senhoria* e os *Colégios* nos termos de antes[...]daí ser necessário corrigir essa ordenação” (*Disc.*, 15).

O parecer de Maquiavel sobre a nova ordenação da república é composta por três graus de governo, porque “creio que seja necessário, sendo três as qualidades de homens, como disse anteriormente, que haja também três graus em uma república, e não mais” (*Disc.*, 18). Em primeiro grau, se deve “Suprimir a *Senhoria*, os *Oito de Prática* e os *Doze Bons Homens*. Em seu lugar, eleger, para *dar poder de mando* ao governo, sessenta e cinco cidadãos de quarenta e cinco anos completos” (*Disc.*, 16). Nota-se que a solução encontrada por Maquiavel foi a supressão total da estrutura governamental existente, incluindo o sistema de justiça e a substituição por sessenta e cinco cidadãos maiores de quarenta e cinco anos.

A composição desse número de cidadãos deveria se dar a partir das corporações, sendo “cinquenta e três das corporações maiores e doze das menores, os quais fossem membros vitalícios do *governo* [...]. Escolher dentre eles um *Gonfaloneiro de Justiça* por dois ou três anos, quando não for o caso de fazê-lo vitalício” (*Disc.*, 16). Após indicar a origem dos sessenta e cinco membros que deverão compor a ordenação, Maquiavel passará a indicar a forma de divisão e atribuições: “Os sessenta e quatro cidadãos restantes seriam divididos em duas partes: uma delas governaria junto com o *Gonfaloneiro* por um ano e a outra parte, por outro ano, e alternar-se-iam sucessivamente, observando a ordenação *<ordine>*” (*Disc.*, 16), sendo que “todos juntos seriam chamados de *Senhoria*” (*Disc.*, 16).

Esses sessenta e cinco homens seriam subdivididos de maneira que essa nova *Senhoria* “tenha toda aquela *autoridade* e ocupe-se de todas as atividades que hoje realizam a *Senhoria*, os *Oito de Prática* e os *Colégios*, magistraturas que foram acima suprimidas. Que esta, como disse, seja o principal poder e a principal parte do *governo*” (*Disc.*, 17). E depositando confiança nessa nova forma organização política afirma:

Essa ordenação, se bem considerada, será reconhecida pelo seguinte: por ter conferido *capacidade de mando e reputação* a este poder do *governo*. Ver-se-á então com os homens *graves* e de *autoridade* sempre ocuparão as principais funções, não sendo mais necessárias *consultas* aos homens privados, o que, como disse anteriormente, é pernicioso em uma república (*Disc.*, 17).

Essa forma de organização descrita acima, se refere ao que poderia ser denominado de governo primeiro grau, tendo em vista que na sequência, Maquiavel afirma “passemos agora ao segundo grau do governo” (*Disc.*, 18). “Desejando-se uma república com apenas três partes, parece-me necessário suprimir o *Conselho dos Setenta*, dos *Cem (il Cento)* e o *Conselho do Povo e da Comuna*” (*Disc.*, 19). No lugar de todos esses, se institui apenas um: “em substituição a todos eles, instituir o *Conselho dos Duzentos*, formado por cidadãos de quarenta anos completos”. Esse conselho foi denominado por Maquiavel de *Conselhos dos Escolhidos*, e seus membros “seriam vitalícios” (*Disc.*, 19).

Compondo o *Conselho dos Escolhidos* estavam cidadãos vinculados às corporações: “quarenta deles das corporações menores e cento e sessenta das maiores”, sem a possibilidade de ser composto por aquelas mesmas pessoas que compõe o governo de primeira grau, “não podendo nenhum deles vir dos sessenta e cinco”. E finaliza: “esse seria o segundo grau do *governo* e todos seriam escolhidos por Vossa Santidade” (*Disc.*, 19). Ao estabelecer essa proposta de ordenação, contempla até aqui, em dois graus do governo republicanos, a “duas qualidades de homens” e escreve Maquiavel ao papa Leão X: “e se afirma, nesta cidade, tanto a sua *autoridade* quanto a de seus amigos, tendo, para isso, as armas e a justiça criminal em suas mãos, o *poder de legislar (le legge in petto)* e os chefes do *governo* todos seus” (*Disc.*, 20). Quando se refere à justiça criminal, trata dos “magistrados dos *Oito de Guarda e Balìa*” que “seriam eleitos pela *autoridade* de Vossa Santidade” (*Disc.*, 19).

E assim, “resta agora satisfazer ao terceiro e último grau de homens, que é constituído pela totalidade (*universalità*)”. Esse terceiro grupo de homens “não se satisfará jamais (e quem crê de outro modo não é sábio) se não se lhes devolve ou se lhes promete devolver a sua *autoridade*”. Maquiavel indica que “julgo ser necessário reabrir a sala do *Conselho dos Mil*, ou ao menos, dos *Seiscentos* cidadãos, os quais distribuiriam, do modo como antes o faziam, todos os cargos e magistraturas”, por certo, excepcionando “os já mencionados sessenta e cinco, os duzentos e os *Oito da Balìa*, os quais seriam designados por Vossa Santidade e pelo cardeal por todo o tempo em que vivessem” (*Disc.*, 20).

O Conselho dos Mil, apesar de possuir esse nome, era na verdade, “composto por três mil, que se alternavam, reunindo mil por vez” (PANCERA, p. 96, nota número 57 *in* MAQUIAVEL, 2010). Esse *Conselho dos Mil* se reunia na Sala do Conselho Maior, por isso, na sequência Maquiavel mencionará que “nunca se fez nenhuma república estável sem satisfazer à totalidade dos cidadãos florentinos, os quais jamais serão satisfeitos se não se reabrir a sala [do *Conselho Maior*]” (*Disc.*, 21). Indica que essa sala, uma vez reaberta deveria se “deixar a escolha de seus integrantes ao povo” (*Disc.*, 21).

Maquiavel ainda sugere uma alternativa na eventualidade do papa querer beneficiar algum amigo e fraudar o processo de eleição através da nomeação de “oito *accoppiatori*” (*Disc.*, 20). Os *accoppiatori* são, segundo Pancera, “uma comissão de qualificação eleitoral, encarregada dos escrutínios. Maquiavel sugere o controle e a manipulação dos nomes a serem qualificados, como era feito anteriormente” (PANCERA, p. 96- nota número 58, *in* MAQUIAVEL, 2010).

Assim, caso fosse do interesse do Papa, seria possível dar uma falsa aparência de processo eleitoral participativo, e caso assim o desejasse indica essa possibilidade: “mas para que o povo acreditasse que participariam das eleições aqueles por ele escolhidos, permitir-se-ia que o Conselho enviasse, de Direito, dois cidadãos por ele selecionados para serem testemunhas dos escrutínios” (*Disc.*, 20). Destaca ainda que “é preciso, além disso, ordenar os *dezesseis gonfaloneiros das campanhas do povo*” (*Disc.*, 22), “que deveriam ser eleitos para conformar a cidade a estas ordenações” (*Disc.*, 23), são esses gonfaloneiros as “antigas magistraturas de representação territorial” (PANCERA, p. 92- nota número 12, *in* MAQUIAVEL, 2010).

Por fim, afirma Maquiavel que “para dar perfeição à república depois da vida de Vossa Santidade e da do eminentíssimo cardeal” deveria ser instalado uma espécie de tribunal de recurso: “é necessário instituir uma magistratura a qual se possa recorrer <recurso> das decisões dos *Oito de Guarda e Balìa*, composta de trinta cidadãos, extraídos das bolas dos *Duzentos e dos Sessenta e cinco juntas*” (*Disc.*, 24).

Magistratura essa a que o acusador e o réu possam recorrer dentro de um certo prazo. Esse recurso, durante suas vidas,

não seria utilizado sem licença de Vossa Santidade. Ele é indispensável em uma república porque, se poucos *cidadãos* não tem coragem de punir os homens poderosos, torna-se necessário que muitos cidadãos concorram para tal efeito, afim de que o juiz se esconda e, escondendo-se, cada um possa se proteger. Durante a vida de vossa Santidade e do eminentíssimo cardeal, tal instrumento serviria ainda para obrigar os *Oiti* a expedirem as causas e fazerem justiça, porque, por medo de que se permitia o recurso, julgariam mais corretamente. Para que não se recorresse, porém, de qualquer decisão, poder-se-ia ordenar que não se pudesse recorrer de coisa pertinente à fraude que não importasse ao menos em cinquenta ducados, nem de coisa pertinente à violência que não fosse seguida ou de fratura de osso ou de derramamento de sangue, ou ainda quando o dano não alcançasse a soma de cinquenta ducados (*Disc.*, 24)

A preocupação de Maquiavel com o sistema de justiça é evidente. A ampliação do número de julgadores faria com que os poderosos fossem mais facilmente julgados e condenados se culpados, eis que seria mais fácil para muitos homens julgarem um poderoso do que deixar essa tarefa para poucos que não se sentiriam encorajados a fazê-lo. Ampliar o sistema de justiça, aumentando o número de julgadores, parece ser a saída encontrada por Maquiavel para garantir julgamentos imparciais em Florença, nos quais a aristocracia dominante não utilizasse o poder que possuía para manter-se acima da justiça.

Conclui Maquiavel que a ordenação que propôs “na ausência de autoridade de Vossa Santidade” nada lhe falta para que fosse considerada uma república, mas, por outro lado, “se, se consideram presentes Vossa Santidade e o eminentíssimo cardeal, ela é uma monarquia, porque ambos comandam as armas, os julgamentos criminais e têm o *poder de legislar* coisas além das quais não sei mais o que se poderia desejar em uma cidade” (*Disc.*, 25).

Maquiavel é direto ao escrever ao papa Leão X, afirmando sobre a república que “Vossa Santidade está muito disposto a dá-la. Acredita-se, porém, que se demora na sua realização, é porque deseja encontrar uma *ordenação* na qual toda a sua autoridade em Florença seja preservada e sob a qual seus amigos vivam seguros” (*Disc.*, 12). Maquiavel ainda faz um apelo para que não se mantenha o regime antigo, e que aceite as modificações na magistratura, e que “não se deixe perturbar por qualquer modificação nas

magistraturas, porque, quando as coisas não estão bem ordenadas, quanto menos resta do velho, menos resta do mau” (*Disc.*, 13).

Maquiavel louva nos *Discursos sobre a forma de governo de Florença* aqueles que se preocupam em ordenar a cidade através das leis e ordenações. O mesmo já havia feito anteriormente nos *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*, quando elogiou os primeiros ordenadores como Licurgo e Rômulo (*Discursos*, I, 2). Nesse mesmo sentido, repete aqui os louvores e incentivando o Papa a dar nova ordenação à Florença, e repete a afirmação de que “nenhum homem é tão louvado em alguma ação sua quanto aqueles que, com leis e com instituições, reformam repúblicas e reinos. Estes são, depois daqueles que fundaram religiões, os primeiros louvados. (*Disc.*, 26).

Novamente, se percebe que Maquiavel coloca o estabelecimento das leis e das instituições como central. Somente os fundadores de religiões podem ser colocados acima daqueles que instituíram leis e ordenaram uma cidade. Já analisamos no capítulo I a importância e a função que a religião possui para Maquiavel. Os louvores dados àqueles que instituem leis somente são menores do que àqueles que instituírem religiões. E eis que novamente os elementos reguladores – seja através da religião, seja através da lei – são apresentados como centrais por Maquiavel. Ressalta, entretanto, Maquiavel que “foram poucos os que tiveram ocasião de fazê-lo e pouquíssimos aqueles que souberam fazer, é pequeno o número daqueles que o fizeram. Essa glória é tão estimada pelos homens que eles nunca esperaram outra coisa senão alcançá-la” (*Disc.*, 26).

Nesse sentido, Maquiavel relembra ao Papa Leão X a honra e glória que teria ao reordenar a cidade, bem como de que os cidadãos florentinos, por nunca terem vivido em uma perfeita república, ou em um perfeito principado, estão perdidos e não sabem exatamente que tipo de ordenação desejam. Entretanto, estão sempre a pedir que se ordene ou se reordene o regime, devido à insegurança que sentem, sem saber como fazer isso: “estando as coisas assim, a muitos não parece poderem viver seguros os quais não fazem outra coisa que lembrar a Vossa Santidade que *reordene o regime*, sugerindo alguns que se deva ampliar a participação e alguns que deve restringi-la”

sendo que, “nenhum deles especifique como se deveria fazer para restringir ou ampliar, pois estão todos confusos”(Disc., 27).

Considerando essa insegurança dos florentinos e as constantes cobranças deles por uma nova ordenação para a cidade, Maquiavel sugere ao Papa que existem somente duas saídas “Para fugir então a todos esses incômodos, não existe senão dois modos” apresentados como: “ou renunciar às audiências e não lhes dar ocasião [...] ou ainda *ordenar o regime* de modo que por si mesmo se administre e que baste a Vossa Santidade manter apenas um olho aberto e sobre ele” (Disc., 28).

Como não poderia se isentar sobre a própria opinião, Maquiavel sugere ao Papa que adote essa última sugestão, a saber, ordenar a cidade. Isso porque esse segundo modo lhe traria mais segurança e menos incômodos, enquanto que apenas deixar de ouvir as relações dos florentinos, colocava o poder do Papa sobre a cidade em perigo: “Dentre esses *modos*, esse último o libera dos perigos e incômodos, aquele outro, apenas dos incômodos” (Disc., 28).

Após mencionar a manutenção do poder pelo Papa, Maquiavel coloca a ordenação da cidade como um bem para o próprio povo. Isso porque, caso se mantivesse a cidade como estava “mantendo-se as coisas desse modo”, à cidade poderia escolher “um chefe tumultuário e impulsivo, que com as armas e com a violência, defenda o *estado*”, ou então a cidade poderia ter “uma parte” que “correrá abrir a sala do Conselho e entregará a outra como presa”. Essas duas formas seriam muito prejudiciais: “se qualquer uma dessas duas coisas acontecer (que Deus nos guarde), pense, Vossa Santidade, quantas mortes, quantos exílios, quantas extorsões se seguirão” (Disc., 28). Conclui assim que “não há, portanto, outra via para fugir desses males senão fazer de modo que as ordenações da cidade possam estar firmes por si mesmas” (Disc., 28).

6.3 História de Florença – a revolta dos ciompi

Esclarecemos inicialmente que da *História de Florença* - também denominada de *Histórias Florentinas*³²⁵ - será abordada somente na parte relativa à revolta dos Ciompi. Não porque não encontramos na obra outros elementos jurídicos, mas justamente porque ampliar o objeto de estudos extrapolaria os objetivos de investigação dessa pesquisa, estendendo-a demasiadamente. Ressaltamos que dada à amplitude e a densidade da obra *História de Florença*, seria possível realizar uma investigação futura autônoma, dando origem a uma nova pesquisa sobre o aspecto da presença do Direito somente naquela obra. Entretanto, nos limitaremos à análise dos capítulos referentes à revolta dos *ciompi* – por essa designação eram conhecidos os trabalhadores da Arte da lã em Florença, e daqueles que possam contribuir para a compreensão desse acontecimento. Assim, a “Revolta dos *Ciompi*”, trata-se do “tumulto encabeçado pelos trabalhadores da lã, em 1378” (VIVANTI, 2016, p. 147).

A *História de Florença* foi encomendada a Maquiavel em 1520, pelo então papa Leão X Givaonni de Médici ou João de Médici– e pelo então cardeal Giulio de Medici ou Julio de Medici - que posteriormente se tornaria o papa Clemente VII (cf. VIROLI, 2002, p. 253 e 263). Trata-se, pois, de uma obra totalmente solicitada pela família Medici. Entretanto, o fato dos Medici encomendarem tal obra de Maquiavel, não significa proximidade de Maquiavel com a família, conforme mencionado no item anterior.

Mas como foi possível que Maquiavel, mesmo tendo sido considerado um adversário da família Medici, de preso e torturado a mando dela, passasse a ser um autor contratado por ela para contar a história da cidade? Sabe-se

³²⁵ Nesse sentido, a reflexão de José Antonio Martins: “tratamos a obra de Maquiavel pelo título *Histórias Florentinas* e não *História de Florença*, este último adotado em várias edições, entre as quais as duas nacionais, não somente em função por aquele primeiro ser mais literal e fiel ao título do próprio autor, mas também por expressar melhor o que pretendemos demonstrar. Com efeito, Maquiavel não pretendeu fazer história no sentido de uma ciência da história, mas sim no seu sentido clássico, como um ramo da retórica, como uma narrativa a serviço do seu projeto-político” (MARTINS, 2018, p. 145 – nota de rodapé número 2). Como da referida obra será analisado somente o episódio da revolta dos *ciompi* e seus desdobramentos, sem analisar a obra de maneira consonante com as demais, opta-se por manter o título da obra conforme está na tradução brasileira, *História de Florença*, visando à fidelidade às referências bibliográficas.

que foi realizado um trabalho de convencimento do papa Leão X para que isso fosse possível e “Muito do trabalho de convencimento do papa Leão X, sobre Maquiavel, foi feito por um jovem, amigo seu, chamado Battista della Palla - outro amigo dos Orti”. Della Palla escreveu a Maquiavel “de Roma em 26 de abril de 1520, contando ter descrito minuciosamente sua situação ao papa, tendo-o ‘encontrado muitíssimo bem disposto em relação a vós’” (VIROLI, 2002, p. 225). Lembrando que nesse período, Maquiavel estava afastado de qualquer atividade pública perante a cidade de Florença.

Posteriormente a carta, “Battista della Palla regressara a pouco de Roma, dizendo que tinha urgência de tratar com ele sobre o projeto de uma nova história de Florença patrocinada pelos Medici” (VIROLI, 2002, p. 230). Foi assim, por influência de um amigo, também frequentador dos *Orti Oricellari*, que Maquiavel foi contratado para escrever a *História de Florença*. Assim, em 1520, recebeu “a nomeação” que “foi aprovada em 8 de novembro, sendo o salário de cem florins de *suggello*, pouco mais da metade do que tinha sido seus estipêndio como secretário. Havia, porém, a honra” (VIROLI, 2002, p. 230). Assim, “Maquiavel tinha a história de Florença para redigir e iniciou esse trabalho de bom grado no inverno de 1520-21” entregando-as somente ao papa Clemente VII em 1525³²⁶, já que o papa Leão X havia falecido³²⁷ (VIROLI, 2002, p. 235; 253 e 264).

Embora outras obras dedicadas à história de Florença já haviam sido escritas, essa de Maquiavel traz uma novidade: volta-se para o âmbito interno da cidade e não como as anteriores que privilegiaram o aspecto externo – o modo como Florença se relacionava com povos estrangeiros, como por exemplo, as guerras que travava. Maquiavel deixa claro, nas primeiras linhas, ainda no Proêmio da obra, que teria como principal propósito abordar o aspecto interno: “minha intenção era começar a narração pelo ano de 1434 da era cristã, quando a família Medici[...] ganhou mais autoridade” porque “dois

³²⁶ “O manuscrito caprichosamente copiado, ficou pronto nas primeiras semanas de 1525 para ser oferecido a quem o encomendara” (VIVANTI, 2016, p. 134).

³²⁷ Faleceu em dezembro de 1521, pouco mais de um ano depois de encomendar a obra à Maquiavel: “morreu em 1º de dezembro de 1521, deixando o cardeal Giulio como o único árbitro de Florença” (VIROLI, 2002, p. 253).

excelentes historiadores³²⁸, já haviam narrado, com particularidades, todas as coisas sucedidas até aquele ponto” (*História de Florença*, p. 7).

Assim, “depois de ler diligentemente” os escritos dos historiados que o antecederam, percebeu Maquiavel a ausência das narrativas sobre os conflitos internos ocorridos em Florença. Isso fez com que Maquiavel voltasse sua narrativa justamente para esses conflitos e os desdobramentos deles decorrentes. Abordando o tema, afirma sobre os historiadores que o antecederam: “no que se refere às discórdias civis e inimizades internas, bem como aos seus efeitos, eles calaram de todo uma parte e descreveram a outra com tanta brevidade que nela os leitores não podem encontrar utilidade” (*História de Florença*, Proêmio, p. 7).

Essa percepção sobre a ausência de narrativas dos conflitos internos, de que as histórias sobre Florença não contemplavam as erupções sociais, os tumultos e conflitos da cidade, fez com que Maquiavel se dispusesse a narrar a história da cidade sob esse aspecto. Em nosso entendimento, é sob esse viés que o leitor deve analisar a *História de Florença*. Tudo que os tumultos e revoltas ocorridas na cidade depõem sobre a cidade, tudo o que causaram ou que impediram que acontecesse, compõem a matéria sobre a qual Maquiavel se debruça. Isso é esclarecido por Maquiavel logo na primeira página das *Histórias de Florença*.

Maquiavel sugere que aqueles que o antecederam deixaram de abordar a história da cidade sob o viés dos conflitos internos, por dois motivos: *i*) porque acreditaram que essas não eram características, ou aspectos, relevantes da cidade, que merecessem estar registrados em sua história; *ii*) por receio de ofender os familiares daqueles que estivessem envolvidos nesses conflitos. Nesse sentido, afirma Maquiavel: “creio que assim fizeram por acharem que aquelas ações eram tão pouco importantes que as consideraram indignas de entrar para a memória das letras, ou então porque temiam ofender os descendentes daqueles que[...] se houvesse de caluniar” (*História de Florença*, Proêmio, p. 8).

³²⁸ Aqui Maquiavel faz referência expressa a *messer* Lionardo d'Arezzo e *messer* Poggio (cf. *História de Florença*, 2007, p.7).

Na obra, Maquiavel nos deixa conhecer um pouco do Maquiavel historiador, como ele mesmo se declarou. Nessa condição, ao iniciar a descrição do que ficou conhecido como tumulto dos *Ciampi*, quando ainda terminava os comentários sobre um tumulto antecedente a esse, afirma: “enquanto tais tumultos ocorriam, surgiu outro, que prejudicou a república muito mais do que o primeiro” (*História de Florença*, III, 12). Tratava-se do ano de 1378, e esse último tumulto a que se refere Maquiavel é aquele ficou conhecido como revolta dos *ciampi* ou tumulto dos *ciampi*. Apenas por essa breve referência que Maquiavel faz sobre o tumulto dos *ciampi*, pode-se perceber que a opinião sobre os efeitos que causou sobre a cidade.

Conforme narra Maquiavel, “a cidade foi dividida em Artes” (*História de Florença*, III, 12). Isso ocorreu depois que os guelfos³²⁹, através do “Conde Guido Novello julgaram que seria bom ganhar com algum benefício os favores daquele povo que antes haviam agravado com tantas injúrias”. Os guelfos “acreditaram que o povo se lhes tornaria amigo e partidário se eles lhes devolvessem parte das honras e daquela autoridade que lhes haviam arrebatado” (*História de Florença*, II, 8). Assim, visando obter a confiança do povo, a cidade de Florença foi dividida em Artes: “elegeram trinta e seis cidadãos do povo, que em conjunto com dois cavaleiros chamados de Bolonha, deveriam reformar o estado da cidade. Esses, como primeira medida, dividiram toda a cidade em Artes” (*História de Florença*, II, 8).

Essa divisão tinha com implicação imediata o estabelecimento de tribunais próprios para cada Arte: “acima de cada Arte estabeleceram um magistrado, que distribuía a justiça àqueles que estivessem submetidos àquela Arte”. Além dessa espécie de designação do que se pode chamar como um juiz natural – adequado para julgar cada categoria, a separação também era simbolizada por uma bandeira que servia como uma espécie de vínculo entre aqueles de uma mesma Arte, quando a cidade assim necessitasse: “deram a cada Arte uma bandeira, para que todos os homens pertencentes a cada uma

³²⁹ Partido dos apoiadores do papado. “Sabemos, por exemplo, de acordo com Matteo Villani que a família dos Maquiavel aparentava ser de uma família notavelmente guelfa (mesmo que popular) de Sexto d’Oltrarno que teve que se exiliar fora de Florença no ano de 1260, reentrando na cidade, novamente, juntamente com outras família guelfas, recuperando no decurso do tempo, importantes tarefas: dentre elas estão enumeradas algumas de gonfaloneiro e diversos piores” (SARTORELLO, 2013, p. 154).

dessas Artes acorressem armados a tal bandeira sempre que a cidade deles precisasse” (*História de Florença*, II, 8).

A divisão em Artes era assim estabelecida, tanto pra fins jurídicos – visto que determinava o juízo competente para o julgamento, quanto para fins militares – eis que cada cidadão deveria comparecer vinculado a sua bandeira de Arte, quando houvesse necessidade. Assim, os trabalhadores da lã de Florença, os *ciompi*, compunham uma das Artes de Florença, que era composta por vinte e uma Artes. No início, a cidade era composta por “doze, sete maiores e cinco menores; depois, as menores cresceram, chegando a catorze, até que o número total delas chegasse, tal como no presente, a vinte e um” (*História de Florença*, II, 8).

As vinte e uma Artes, nas palavras de Maquiavel “atingiram tal poder que em poucos anos tomaram todo o governo da cidade. E como, entre elas, havia as mais e as menos honradas, foram elas divididas em maiores e menores” e os *ciompi* eram a Arte mais poderosa: “de todas as Artes, a que tinha e tem mais desses subalternos [*sottoposti*] era e é a da lã, que por ser poderosíssima e ter mais autoridade que todas, nutria e nutre com sua indústria a maior parte da plebe e do povo miúdo” (*História de Florença*, III, 12).

Ocorre que os *ciompi* estavam muito insatisfeitos com a situação a que estavam submetidos. Maquiavel lembra que do “ódio que o povo miúdo nutria pelos cidadãos ricos e pelos príncipes das Artes, por não lhes parecer que eram pagos por seu trabalho conforme acreditavam merecer por justiça” (*História de Florença*, III, 12). Florença estava em plena efervescência. A plebe havia cometido vários atos violentos, como incêndios e roubos “a maior parte dos incêndios e roubos ocorridos nos dias recentes havia sido cometida pela ínfima plebe da cidade” (*História de Florença*, III, 12). E assim, “os plebeus – subalternos tanto à Arte da lã quanto às outras Artes -, pelas razões descritas, estavam cheios de indignação, somando-se a isso o medo dos incêndios e roubos que haviam praticado” (*História de Florença*, III, 13).

Maquiavel chama a atenção para o fato de que os *ciompi* não estavam considerando justa a contraprestação que recebiam pelo trabalho que prestavam. A insatisfação com os ricos se dava justamente por essa questão. A efervescência se instaurou na cidade pela insatisfação da Arte mais

poderosa e estava relacionada à percepção sobre a inadequada remuneração dos trabalhadores. Diante disso, um dos discursos proferidos por um dos líderes dos *ciompi* foi relatado por Maquiavel, sem mencionar o nome de seu orador. Esse discurso do “anônimo plebeu” é aquele “sobre o qual frequentemente se concentrou a análise dos comentadores” na “Revolta dos *Ciompi*” (VIVANTI, 2016, p. 147).

Maquiavel nos revela que os *ciompi* realizavam reuniões “várias vezes à noite, para discutirem os casos ocorridos e mostrarem uns aos outros os perigos”. Essas reuniões discutiam temas como: “não depor as armas e como nos garantir dos males cometidos”. Preocupados, portanto, estavam os *ciompi* com as punições que poderiam advir dos incêndios e roubos que haviam causado. Assim, procuravam deliberar, instigados por alguém que Maquiavel não nomina, mas sobre quem menciona como “algum dos mais audazes e de maior experiência” (*História de Florença*, III, 13).

Esse líder experiente e audaz continua, segundo a narrativa de Maquiavel: “estais vendo toda essa cidade cheia de queixas e de ódio contra nós: os cidadãos se reúnem, a Senhoria está sempre com os magistrados, acreditai que estão armando armadilhas para nós e preparando novas forças contra as nossas pessoas” resumindo as reivindicações pelas quais deveriam se pautar em dupla finalidade: “não sermos castigados pelas coisas que fizemos nos últimos dias; a outra é viver com mais liberdade e mais satisfação do que no passado” (*História de Florença*, III, 13).

As coisas que haviam praticado consistiam em empunhar armas, praticar incêndios, saques, alvoroço na cidade. O orador anônimo afirmou: “já empunhamos armas e muitos males foram feitos” (*História de Florença*, III, 13). Ocorria que aqueles integrantes do povo “plebeus – subalternos tanto à Arte da Lã quanto às outras Artes” estavam indignados e com “medo dos efeitos dos incêndios e dos roubos que haviam praticado; assim reuniam-se” (*História de Florença*, III, 13).

As reuniões se davam para decidirem como deveriam proceder. Dessas reuniões, o mais surpreendente é a solução que esse líder anônimo dos *ciompi* encontrou para ter as reivindicações atendidas: “para sermos perdoados dos erros antigos, precisamos cometer erros novos, duplicando os males, e

multiplicando os incêndios e roubos e procurando ter nisso muitos companheiros”. A necessidade de muitos companheiros é se dava segundo ele, porque quanto mais pessoas cometerem os males, mais difícil serão que por eles recebem sanções, “porque quando muitos erram, ninguém é castigado (*História de Florença*, III, 13). Essa frase do orador anônimo aparece em Maquiavel em outros momentos.

Além disso, sugere o orador anônimo, líder dos *ciompi*, que os males que estarão por causar sejam ainda mais graves do que aqueles que causaram, porque “se os crimes pequenos são punidos, os grandes e graves são premiados (*História de Florença*, III, 13). Aumentar o potencial lesivo de suas ações para não serem punidos pelos crimes graves, também compõe a espécie de fórmula defendida. Assim, o líder também pensava em uma possível represália por parte das vítimas daqueles atos, afirmando que deveriam atingir muitas pessoas: “quando muitos sofrem, poucos procuram vingar-se, porque as injúrias universais são suportadas com mais paciência que as particulares. A multiplicação dos males, portanto” (*História de Florença*, III, 13).

E para finalizar completou o orador: “e acho que nossa conquista é certa, porque aqueles que poderiam deter-nos estão desunidos e ricos: a desunião deles, portanto, nos dará a vitória, e suas riquezas, quando forem nossas, a manterão” (*História de Florença*, III, 13). Assim, defendia o orador anônimo a ampliação do número de companheiros para a prática de atos como incêndios e roubos; a ampliação da gravidade dos atos, bem como a ampliação do número de pessoas afetadas por eles: eis a fórmula para a obtenção as reivindicações da plebe, que não encontraria muita resistência para se efetivar, devido à desunião dos opositores. Para além de estabelecer a espécie de fórmula de conquista, o orador ainda preocupou-se em afirmar a manutenção dela, através da obtenção da riqueza.

O discurso do líder anônimo dos *ciompi* revela um senso de igualdade bastante decidido: “todos os homens tiveram o mesmo princípio e são, por isso, igualmente antigos, e foram feitos do mesmo modo pela natureza” e ainda: “Fiquemos nus, e vereis que somos semelhantes; se se nos vestirmos com as vestes deles, e eles com as nossas, vereis que, sem dúvida, nós parecemos

nobres, e eles não nobres [*ignobili*], porque somente a pobreza e a riqueza nos desigalam” e ainda: “da consciência não devemos fazer conta; porque quem como nós tem medo da fome e do cárcere não pode e nem deve ter medo do inferno”. E mais: “aqueles que, por pouca prudência ou excessiva tolice evitam tais métodos, sempre afundam na servidão e na pobreza, porque os servos fiéis sempre são servos, e os homens bons sempre são pobres” (*História de Florença*, III, 13).

Essas passagens presentes no discurso do orador anônimo, por diversos aspectos podem ser analisadas sob a perspectiva do Direito. Sob o ponto de vista dos fatos praticados, o primeiro aspecto analisado é o dos crimes praticados, as estratégias violentas através do uso da força, ou seja, para amenizar o mal causado devem multiplicá-lo, chegando a afirmar “é preciso usar a força quando é dada a ocasião” (*História de Florença*, III, 13). Saques, roubos, incêndios, ações que causaram violações à ordem.

O orador anônimo sobre a instigação ao cometimento de crimes e sobre a incitação à audácia, com a menção à necessidade desse comportamento para o enfrentamento da situação, afirma: “confesso que essa decisão é audaz e perigosa, mas quando se é premido pela necessidade, a audácia é considerada prudência”. Na sequência, o chamamento para a ação efetiva diante das possíveis punições: “vendo que preparam prisões, torturas e mortes, acredito que se deve temer mais a inação do que a ação para nos defendermos, porque na primeira os males são certos, e na segunda, duvidosos” (*História de Florença*, III, 13).

Considerando o discurso do orador anônimo, sob o aspecto formal, Maquiavel destaca a sua grande capacidade de convencimento. Isso porque “essas persuasões acenderam ainda mais os já inflamados ânimos para o mal e, assim, deliberaram empunhar armas depois que tivessem mais companheiros a seguirem a sua vontade” (*História de Florença*, III, 13). Sob o aspecto material, a afirmação em uma sociedade dividida em Artes, composta por maioria de plebeus e povo miúdo, que somente as vestes e a riqueza eram responsáveis pelas diferenças - mas que sob elas os homens são todos iguais pela natureza - é de grande efervescência social e demonstrava ousadia e apurado senso de igualdade.

Seria possível que Maquiavel tivesse colocado nas palavras do líder dos *ciompi* a sua própria opinião? Será que Maquiavel pode ter nos falado através desse líder? Simultaneamente a essa hipótese, percebemos que Maquiavel afirma que o discurso do orador anônimo acendeu ainda mais os ânimos para o mal (cf. *História de Florença*, III, 13) e que o tumulto dos *ciompi* havia prejudicado a república (cf. *História de Florença*, III, 12). Não nos parece que Maquiavel tenha exatamente aprovado a revolta dos *ciompi*. Nesse mesmo sentido, afirma Vivanti “Maquiavel não assume os argumentos do povo rebelde” (VIVANTI, 2016, p.148). Entretanto, isso não significa que a hipótese possa ser de todo descartada.

Isso porque, não seria surpreendente que as opiniões de Maquiavel aparecessem de maneira anônima nas *Histórias de Florença*. Segundo Viroli, como a obra *História de Florença* foi encomenda pelos Médici, e como Maquiavel não poderia dizer “abertamente ‘como e por meio de que meios’ Cosme de Médici conseguiria conquistar tanto poder em Florença” Maquiavel teria utilizado o que Viroli denomina de “um estratagema ardiloso”. Ele “colocou na boca dos adversários de Cosme tudo o que teria escrito se fosse para expressar suas opiniões”. Segundo Viroli, informação foi dada por “um jovem do povo” chamado “Donato Gianotti³³⁰”, “que chegaria a ser o secretário da última República florentina. Foi ele “quem nos deu essa importante informação” (VIROLI, 2002, p. 258).

O que o discurso do orador anônimo possui de Maquiavel dificilmente saberemos com elevado grau de certeza. Assim, embora não seja possível afirmar a concordância de Maquiavel com os termos do discurso do trabalhador da lã, pelas consequências maléficas que a divisão trouxe à Florença, é incontestável que Maquiavel “não desejava que as razões dos insurgentes permanecessem desconhecidas, para que percebamos a violenta tensão que havia chegado à luta política” (VIVANTI, 2016, p. 148). O que nos importa é a narrativa de Maquiavel e dela se extrai que “das palavras do orador emerge a profunda ruptura que a luta social provocou entre os grupos dirigentes e a parte rebelada” (VIVANTI, 2016, p. 147). Mas, acreditamos que o mais importante

³³⁰ “Na época desse seu testemunho sobre a História de Florença, tornara-se um grande amigo de Maquiavel, tanto que o velho secretário lhe confiou esse segredo tão delicado” (VIROLI, 2002, p. 258).

disso, é mencionado por Vivanti. Trata-se do fato de que Maquiavel escolheu dar voz a um plebeu para esclarecer a revolta dos *ciompi*.

Para além de dar voz a um plebeu e demonstrar as tensões da época, Maquiavel, segundo Vivanti, visa também “denunciar a ficção que se esconde sob a referência à vantagem coletiva” (VIVANTI, 2016, p. 148). Isto é, Maquiavel ao mudar o narrador dos fatos (agora a partir de um plebeu), chama a atenção não apenas para os motivos da revolta (a imensa desigualdade na cidade), como para o uso discurso histórico que antes dele havia silenciado os trabalhadores da lã.

Outras Histórias de Florença já haviam sido escritas e o episódio da revolta dos trabalhadores da lã já havia sido relatado sob outra perspectiva, a das facções, mas jamais a partir de um plebeu: “enquanto Leonardo Bruni, a seu turno, havia dado voz a alguns chefes de facções, mas atribuído a eles linguagem da coletividade e do interesse comum, Maquiavel dá a palavra a um plebeu que trabalha a lã para esclarecer as razões” (VIVANTI, 2016, p. 148). E assim Maquiavel faz essa inversão, não apenas de narrativa, mas também de narrador, de maneira muito consciente. A narrativa com a *História de Florença* se dá dos conflitos internos e o narrador da revolta dos *ciompi* é um plebeu.

O resultado do tumulto dos *ciompi*? Maquiavel relata que os *ciompi* tiveram seus planos descobertos: “Quando se preparavam para ocupar a república, a notícia de seus planos chegou aos Senhores, e foi preso certo Simone dalla Piazza, por quem tomaram conhecimento de toda a conjuração”. Assim, “souberam que no dia seguinte romperia a revolta” (*História de Florença*, III, 14). Simone passou a ser torturado e Niccolò da San Friano “que acertava o relógio do Palácio” percebendo a tortura de Simone “voltou pra casa e causou grande tumulto na vizinhança, de modo que, em pouco tempo, reuniram-se na praça de Santo Spirito mais de mil homens armados” e “já chegara o dia que era 21 de julho, e em favor dos Senhores não havia mais de oitenta homens armados na Praça” (*História de Florença*, III, 14).

Disso sucedeu um grande tumulto. Os homens da plebe, rebelados e inflamados pelas desigualdades na cidade “saíram a queimar as casas de muitos cidadãos, perseguindo aqueles que, por razões públicas ou privadas eram odiados” (*História de Florença*, III, 14). Com isso, “muitos cidadãos, para

vingarem ofensas privadas os conduziram às casas de seus inimigos” (*História de Florença*, III, 14). Essa desordem causada pelo tumulto da multidão sem limites, que confunde motivos públicos com privados, que foi instrumentalizada para que vinganças privadas, foi indicada por Maquiavel como algo muito negativo em Florença e que precisava ser evitado.

A ausência de direcionamento das ações dos envolvidos no tumulto era tanta, “que muitos tiveram suas casas queimadas e pouco depois, no mesmo dia, foram feitos cavaleiros por aqueles mesmos que as haviam queimado (tanta era a proximidade entre benefício e injúria).” Essa multidão estava desordenada, “desenfreada” em “furor” e “o tumulto durou todo o dia” (*História de Florença*, III, 14). Sucedeu que houve acordo entre a plebe e os senhores. “Os senhores para tentarem algum acordo com eles, visto que pela força não encontraram modo de freá-los, chamaram quatro homens de seu Colégio e os mandaram aos palácios do podestade para saberem suas intenções” (*História de Florença*, III, 15).

A plebe fez uma série de reivindicações. Sob o viés das questões do trabalho exigiram “que a Arte da lã não tivesse juiz estrangeiro; que fossem criadas três novas corporações de ofício, uma para os cardadores e tintureiros, outra para os barbeiros, coleiteiros e alfaiates e semelhantes ofícios braçais e a terceira para o povo miúdo” (*História de Florença*, III, 15). Além de que “para essas três novas Artes, sempre houvesse dois Senhores, e para as catorze Artes Menores, houvesse três; que a Senhoria oferecesse casas onde essas novas Artes pudessem reunir-se” (*História de Florença*, III, 15).

Sob o aspecto civil, as reivindicações relacionavam-se à suspensão do pagamento de dívidas e de juros: “que ninguém que tivesse subordinado a tais Artes nos dois anos seguintes, pudesse ser obrigado a pagar dívidas inferiores a cinquenta ducados; que a casa de penhores não cobrasse juros, mas só se pagasse o principal” (*História de Florença*, III, 15). E por fim, no aspecto penal: “que os confinados e condenados fossem absolvidos; que os advertidos fossem reintegrados em seus cargos” (*História de Florença*, III, 15). Para além desses três grandes eixos de reivindicações citados, “pediram muitas outras coisas em benefício dos seus fautores particulares e, inversamente, queriam

que muitos dos seus inimigos fossem confinados e advertidos” (*História de Florença*, III, 15).

Sob o aspecto jurídico, os tumultos dos *ciompi*, todas as reivindicações, com exceção dos benefícios privados, possuíam relação com o Direito. A própria motivação inicial da revolta foi a melhoria das condições de trabalho e remuneração, visto que o sistema de divisão em Artes atribuía as questões trabalhistas a um magistrado determinado, em uma espécie remota, arcaica de juiz classista – aqueles que eram indicados para atuarem como magistrados e proferir julgamentos somente sobre determinada classe de trabalhadores.

Como reagiram os Senhores diante de tantos pedidos? “tais pedidos, ainda que desonrosos e onerosos para a república, foram logo acatados pelos Senhores, pelos Colégios e pelo Conselho do povo, que temiam o pior” Assim, “para que tudo fosse ultimado, ainda era necessária a aprovação do Conselho da Comuna; e, como não era possível reunir dois Conselhos num só dia, foi preciso deixar para o outro” (*História de Florença*, III, 15). As manifestações favoráveis às reivindicações da plebe fizeram parecer que ela estivesse “satisfeita” até mesmo porque “os revoltosos prometeram que ultimada a lei, os tumultos cessariam”. Entretanto, não foi o que ocorreu na sequência, pois “na manhã seguinte, enquanto o Conselho da Comuna deliberava a multidão, impaciente e volúvel, sob as costumeiras insígnias veio à Praça, com brados tão fortes e assustadores que todo o Conselho e Senhores se espantaram” (*História de Florença*, III, 15).

Essa ferocidade da multidão em furor na praça, gritando amedrontou tanto que “Guerriante Marignolli, um dos Senhores, movido mais por medo do que por qualquer outra paixão privada, desceu pretextando vigiar a porta, mas, na verdade, fugiu para casa. Porém ao sair, não conseguiu passar sem ser reconhecido”. Isso fez com que a multidão o capturasse “não sofreu nenhum ataque”, mas depois de capturá-lo passaram a “exigir aos gritos que todos os senhores abandonassem o Palácio e que, se não o fizessem, seriam mortos seus filhos e suas casas seriam queimadas”. Ocorre que a essa altura, “a lei já estava pronta” (*História de Florença*, III, 15).

Novamente o aspecto jurídico surge. As reivindicações exigidas pela plebe precisaram observar ritos próprios do processo legislativo que impediam

que a lei fosse deliberada no mesmo dia em Conselhos diversos. Assim, a espera causada pela observância de dispositivos legais, impossibilitou que os tumultos fossem debelados no mesmo dia. No dia seguinte, a lei exigida pela plebe estava pronta, eis que modificações requeridas pela plebe seriam garantidas por meio de lei.

Os Senhores, indecisos se deveriam ou não acatar a determinação da plebe de deixarem o Palácio, temendo a perda de suas vidas, mas também da autoridade, porque “movidos pela ambição” e desejos de poder “eles não queriam abandonar sua autoridade antes do tempo devido” restaram “sem esperanças de salvar a cidade diante de tanta desonestidade da multidão” e assim “preferindo terminar o mandato com vergonha a terminá-lo com perigo”, partiram “um após o outro” deixando o Palácio “nas mãos da plebe e dos Oito da guerra, que ainda não haviam terminado sua magistratura” (*História de Florença*, III, 15).

Na sequência, “Michele de Lando, cardador de lã” recebeu a “insígnia do gonfaloneiro de justiça”. Assim, “descalço e com pouca roupa, subiu ao salão seguido de toda a turba e chegando à sala de audiências dos Senhores, parou e, voltando-se para a multidão, perguntou: ‘Estais vendo: este Palácio é vosso’ e seguiu: “esta cidade esta nas vossas mãos” (*História de Florença*, III, 16). Disso decorreu uma série de atos de Michele, que “resolveu dar início à reforma da cidade, destituiu representantes das Artes e nomeou outros, privou do mandato os Senhores e o Colégio; queimou as bolsas do escrutínio do último governo”. Além disso, Michele “decidiu apaziguar a cidade e por fim aos tumultos” para tanto “mandou apregoar que ninguém deveria queimar ou roubar coisa alguma; e, para impor temor a todos, ergueu uma forca na Praça” (*História de Florença*, III, 16).

Ocorre que “os plebeus acharam que, na reforma do estado, Michele tinha favorecido demais os populares maiores e que eles próprios não tinham no governo tanta participação quanto era necessário para nele se manter e poder defender-se” e assim, “pela costumeira audácia, empunharam armas novamente e, em tumulto, foram para a praça com suas insígnias pedindo que os Senhores se apresentassem”. Michele pediu para “depor as armas, pois assim seria concedido aquilo que pela força não poderia ser concedido”. A

multidão “indignada” se reuniu em Santa Maria Novella, “onde ordenou em seu próprio meio oito chefes”. Isso fez com que a cidade tivesse “duas sedes” e fosse, ao mesmo tempo, “governada por dois diversos príncipes”, tendo em vista que decidiram que “tudo o que fosse deliberado pela Senhoria deveria ser por eles confirmado” e assim, “firmadas tais deliberações, para torná-las válidas, mandaram dois dos seus à Senhoria, pedindo que elas fossem confirmadas pelo Conselho” (*História de Florença*, III, 17).

Isso faz lembrar o que Maquiavel advertiu no início da narrativa do tumulto do *ciompi*: “quem provoca alteração em uma cidade não creia que depois poderá detê-la quando quiser ou regrá-la a seu modo” (*História de Florença*, III, 1). Isso fez com que Michele não conseguisse “suportar tanta arrogância e, lembrando mais do cargo que ocupava do que de sua condição ínfima, achou que deveria frear de modo extraordinário uma extraordinária insolência”. Assim, “puxando a arma que trazia [...] os feriu gravemente e depois ordenou que fossem amarrados e presos”. Isso fez com que plebe novamente pegasse em armas, mas Michele “venceu-os, expulsando uma parte deles da cidade”. E assim conclui Maquiavel sobre as ações de Michele: “acalmaram-se os tumultos, apenas graças à *virtù* do gonfaloneiro. E este, em ânimo, prudência e bondade, superou naquele tempo qualquer outro cidadão[...] porque se nele houvesse intenções malignas ou ambiciosas a república teria perdido a liberdade” (*História de Florença*, III, 17).

Ocorre que, posteriormente a isso, a nova Senhoria já havia sido eleita e nela “havia dois de condições tão humilde e desprezível que cresceu o desejo dos homens de livrar-se de tanta infâmia” e assim “anularam a Arte do povo miúdo e privaram do Direito de ocupar cargos aqueles que a elas se subordinavam”. Isso fez com que os dois cargos fossem divididos: “um às Artes Maiores e outro às Artes Menores”. Dessa divisão “provieram efeitos gravíssimos” pois “acabaram por confirmar a divisão entre os populares nobres e os artífices menores” e criaram dois partidos “chamaremos um desses partidos de popular e outro de plebeu. Esse estado durou três anos, que foram cheios de exílios e mortes, porque, havia muito descontentamento” (*História de Florença*, III, 18).

Nesse contexto, nos anos que se seguiram, Maquiavel nos dá notícias de que “em Florença os governantes viviam muito suspeitosos, dando facilmente fé às calúnias lançadas contra os cidadãos de que suspeitavam” (*História de Florença*, III, 19). Nesse clima de insegurança, “a cidade foi tomada por grande confusão[...] a isso se somavam novas leis e ordenações, muitas vezes estabelecidas para fortalecer o estado. E tudo era feito com injúria daqueles que fossem suspeitos para a sua facção” (*História de Florença*, III, 19). Destaca que muitos florentinos estavam exilados em Bolonha e de lá mantinham contato com Carlos de Durazzo, que pretendia “fazer campanha no Reino de Nápoles, dizendo-se que com ele estavam muitos exilados florentinos” (*História de Florença*, III, 19). Com a obtenção de sucesso na ocupação do Reino de Nápoles, os florentinos ficaram ainda mais temerosos, principalmente porque o novo rei mantinha amizade com os guelfos em Florença (cf. *História de Florença*, III, 19).

Maquiavel evidencia que como aumentavam as suspeitas de que o poder adquirido pela plebe em Florença estava ameaçado, as injúrias cresciam na mesma proporção: “com o crescimento das suspeitas, cresciam as injúrias, que não extinguíam as suspeitas, mas as aumentavam; de modo que a maioria dos homens vivia muito descontente”. As autoridades de dois homens *messer* Giorgio Scali e *messer* Tommaso Strozzi são apontadas por Maquiavel como insolentes. Sobrepunham-se à autoridade dos magistrados, sendo temidos por todos porque só favoreciam a plebe. Assim, “aquele governo não parecia tirânico e violento apenas aos bons, mas também aos turbulentos” (*História de Florença*, III, 20).

Diante dessa conjuntura de insegurança, abusos, inobservância das leis, temor, descontentamento, a própria plebe começou a afastar de *messer* Giorgio. Diante disso, a fim de aproveitar a indignação da plebe, “pois sabiam que os favores do povo [*unisversale*] ganham-se e perdem-se por qualquer pequeno acontecimento”, reuniram-se opositores àquele governo: “reunindo-se parte da Senhoria com alguns cidadãos considerados amantes do bem comum e menos suspeitos ao estado, conclui-se que chegara a grande ocasião de tirar a cidade das mãos de *messer* Giorgio e da plebe” (*História de Florença*, III, 20).

Messer Giorgio foi executado e disso se seguiu grande tumulto porque “antes de deporem as armas todos pensaram em alcançar o que desejavam”. Os antigos nobres queriam recuperar os cargos públicos, as Artes Maiores não queriam dividir o estado com o povo miúdo e com as Artes Menores, que por sua vez, não desejam ter sua participação diminuída, mas aumentada. Já o povo miúdo, não queria perder as suas Artes. Essas disputas e divisões fez com que houvesse alternância entre aqueles que impunham as armas, ora os Grandes, ora o povo miúdo, ora as Artes Maiores e Menores. Essa situação perdurou na cidade por um ano (*História de Florença*, III, 21).

O poder na plebe obtido no ano de 1378 chegou ao fim em 1381, quando então, “depois de duas assembleias[...] depois de muitos prejuízos, motins e grandes perigos, estabeleceu-se um governo[...]”. Com isso, “o povo nobre e os guelfos reassumiram o estado, e a plebe perdeu-o, do qual fora príncipe de 1378 a 1381” (*História de Florença*, III, 21).

Ao final da narrativa da revolta dos *ciompi*, nos movemos pela seguinte questão: Como é possível que Maquiavel, que fez ressurgir o exemplo da grandeza romana pelos tribunos da plebe, que enxergou o sucesso militar romano na admissão da plebe nos exércitos, avalie os quatro anos de governo da plebe em Florença como algo pernicioso e prejudicial para a cidade? Para responder a esse questionamento, acreditamos ser importante para a compreensão da revolta do *ciompi*, analisar o que nosso pensador afirma no primeiro capítulo do livro III da *História de Florença*. Inicia o livro em que abordará as revolta, da seguinte maneira: “as graves e naturais inimizades que há entre os homens do povo e os nobres, causadas pela vontade que estes têm de comandar e aqueles de não obedecer, são a razão de todos os males das cidades” (*História de Florença*, III, 1).

Essa afirmação de Maquiavel pode confundir mais do que explicar, principalmente quando rememoramos que nos *Discursos* ele havia afirmado que Roma obteve sucesso porque nela havia grande desunião entre plebe (povo) e senado (grandes) (*Discursos*, I, 2). Como seria possível, portanto, que a desunião em Roma tenha causado efeitos tão positivos e em Florença tenha sido tão pernicioso? Quando elogia os conflitos romanos e critica os florentinos, Maquiavel solicita ao seu leitor uma espécie de licença, eis que comparará

Roma (grande) com Florença (pequena). E afirma: “se for lícito comparar coisas pequenas a coisas grandes” (*História de Florença*, III, 1).

Realizando a comparação entre as cidades, Maquiavel ressalta que os conflitos em Roma “terminavam com leis, enquanto que as de Florença terminavam com o exílio e com a morte de muitos cidadãos”. As inimizades em “Roma sempre aumentavam a *virtù* militar, enquanto que as de Florença a extinguiram totalmente” e por fim, que “em Roma, a igualdade entre os cidadãos levou a grandíssima desigualdade, enquanto que em Florença, da desigualdade chegou-se a uma admirável igualdade” (*História de Florença*, III, 1).

Para além do porquê da diversidade de efeitos que desuniões produzem, em Florença e em Roma, há ainda outra questão que em nosso entendimento é bastante relevante e nos conduziu à investigação da revolta dos *ciompi*: por que Maquiavel, que em diversos escritos havia defendido o governo republicano democrático, convicto de que o povo era o melhor guardião da liberdade, criticou tanto uma revolta popular dos *ciompi*? Temos assim dois grandes questionamentos que nos norteiam: qual o porquê da diversidade de efeitos das desuniões e qual o porquê de uma revolta da plebe causar tantos danos?

Adiantamos que a resposta a esses dois questionamentos parece estar na corrupção dos costumes da cidade de Florença. Conforme destaca Patrícia Aranovich, “Maquiavel não exalta o renascimento da Antiguidade em Florença nem faz o elogio da cidade; ao contrário, nela Maquiavel lamenta a perda do estado republicano e o ocaso da liberdade” e complementa: “Sua *História de Florença* é a narrativa do declínio, da ruína e da corrupção da cidade” (ARANOVICH, 2007, p. XIX). Essa também é a opinião de Skinner, para quem o “tema dominante de *A história de Florença* é a corrupção. Maquiavel descreve como sua influência maligna tomou conta de Florença, estrangulou sua liberdade e finalmente a conduziu à tirania e à desgraça” (2012, p. 112).

Na *História de Florença* Maquiavel aborda o tema da corrupção sob duplo viés “Primeiro, há um risco de corrupção no tratamento das políticas ‘externas’” cujo principal sintoma é a tendência a conduzir os assuntos militares com indecisão e covardia crescentes. Segundo, há um risco semelhante em

relação às ‘coisas feitas em casa’”(SKINNER, 2012, p. 112). Nesse último caso, a corrupção interna do corpo político “se manifestará principalmente ‘sob a forma de guerra civil e hostilidade internas’” (SKINNER, 2012, p. 112). Nesse mesmo sentido, Bignotto afirma que “a Florença que emerge de suas análises é uma cidade corrompida, dominada pelas lutas internas, e não a pátria de um Humanismo triunfante. Para escrever a história da cidade, era preciso partir da ideia de corrupção, não da de liberdade” (BIGNOTTO, 1991, p. 191).

Nesse sentido, a narrativa da *História de Florença*, no que tange a revolta dos *ciompi*, evidencia o problema da corrupção daquela cidade. Isso porque, a corrupção do corpo político para Maquiavel está diretamente ligada à corrupção das leis e ordenações. Para Maquiavel tentar impedir a corrupção das leis, significa proteger o próprio corpo político da corrupção “o Estado deve proteger-se contra todo o poder que, do interior, ameaça romper o equilíbrio das leis. Não se trata de uma guerra do Estado contra o indivíduo, mas de evitar o mal radical em política, que é a corrupção do corpo social” (BIGNOTTO, 1991, p. 99).

A forma como os romanos se comportavam diante dos conflitos era diversa daquela que os florentinos se comportavam. Isso fazia com que o resultado deles também fosse diferente. Explica Maquiavel que “tal diversidade de efeitos só pode ser causada pelos diferentes fins que os dois povos tinham em mira”. Os romanos desejavam “gozar as supremas honras ao lado dos nobres”, enquanto que o povo de Florença “combatia para ficar sozinho no governo, sem a participação dos nobres” (*História de Florença*, III, 1). Em nosso entendimento, essa passagem denota toda a fundamentação crítica maquiaveliana à plebe florentina e a revolta dos *ciompi*. Isso porque, Maquiavel já havia deixado claro nos *Discursos* que o governo misto é aquele que mais atenderia aos aspectos do *vivere libero*. Misto, é aquele governo em que os diversos humores (dos grandes e do povo) tenham assento no poder.

O que os *ciompi* fizeram em Florença, foi a retirada total do poder da aristocracia florentina para entrega-lo também de maneira total à plebe. Da forma como narra a revolta dos *ciompi*, Maquiavel confirma sua hipótese levantada nos *Discursos* de que o governo misto é o mais voltado à liberdade republicana e que dar poder apenas a um dos humores, mesmo que seja ao

povo, que não teria vontade de dominação, mas apenas de não ser dominado, os abusos aconteceriam, tal como aconteceram com os *ciompi* e que isso causaria a ruptura do corpo político.

Além disso, a revolta dos *ciompi* parece nos mostrar que quando os conflitos são perniciosos, eles se difundem e se multiplicam de maneira muito rápida. Isso porque, além da divisão dos humores entre grandes e povo, Maquiavel chama a atenção para divisões que podem ocorrer dentro desses humores, formando o que podemos denominar de subdivisões. Esse foi o caso da revolta dos *ciompi* em que houve divisão entre povo e plebe.

Maquiavel, na *História de Florença*, ao relatar esse tumulto dos *ciompi*, visava criticar a forma como sua cidade natal se comportava diante dos humores diversos e os resultados negativos desses conflitos, quando comparados àqueles que ocorriam em Roma. O que faz, portanto Maquiavel é narrar essas divisões entre grandes e povo em Florença, chamando a atenção para os desdobramentos que essas divisões trazem dentro de um mesmo humor, afirmando que “falta agora narrar as inimizades entre povo e a plebe, bem como os vários acontecimentos que elas produziram” (*História de Florença*, III, 1).

Parece-nos que a percepção de Maquiavel sobre a revolta dos *ciompi* contribuiu para formar sua convicção sobre o governo misto como a melhor forma de governo, por favorecer o *vivere libero*. Quando se refere à Roma, que deu assento no governo aos nobres e ao povo o pensador florentino afirma que naquela cidade, “como o desejo do povo era razoável, as ofensas aos nobres acabavam por ser mais suportáveis, de tal modo que aquela nobreza cedia mais facilmente e sem recorrer às armas. Isso fazia com que aquela nobreza, “depois de algumas desavenças” concordasse “em criar uma lei que satisfizesse o povo e aos nobres em seus cargos” (*História de Florença*, III, 1).

Aponta Maquiavel que diferentemente do desejo do povo romano, que aceitava partilhar o poder com os nobres, “o desejo do povo florentino era injurioso e injusto, de tal modo que a nobreza preparava sua defesa com maiores forças, e por isso chegava-se ao derramamento de sangue e ao exílio de cidadãos”. Sobre o aspecto legal, destaca que em Florença, “as leis depois de criadas não miravam à utilidade comum, mas eram ordenadas todas a favor

do vencedor” (*História de Florença*, III, 1). Maquiavel parece traduzir toda a diferença entre o modo de comportamento dos romanos e dos florentinos na forma como eles compreendiam e exerciam o poder na cidade.

Enquanto os romanos admitiam a possibilidade de participação dos dois humores no poder, Florença funcionava no que podemos denominar de “lógica do tudo ou nada”. Quando um dos humores dominava Florença, não admitia qualquer participação do outro. Isso fazia com que aqueles do humor dominante desejassem o uso privado do público – o que é a própria definição de corrupção. As leis produzidas já não visam o interesse comum, a finalidade pública, mas eram instrumentalizadas para beneficiar aqueles que dominavam ou para prejudicar os que estavam sendo subjugados. E como a fortuna é vista como uma roda e travá-la no ápice não é tarefa fácil, quando ela girar, aqueles que haviam sido dominados passam a dominar e a assim repetem o ciclo.

Maquiavel apresenta o exemplo dos *ciompi* como a prova de que a cidade de que os tumultos na cidade de Florença eram prejudiciais e acabavam em derramamento de sangue e exílios, porque aqueles que dominavam eliminavam completamente das estruturas de poder o humor contrário. No caso dos *ciompi*, como eram integrantes da plebe, não permitiram que qualquer nobre da aristocracia florentina tivesse qualquer autoridade durante o período em que governaram. Isso fez com que essa aristocracia ganhasse tempo e força para se vingar. E foi o que ocorreu.

No caso dos *Ciompi*, a aristocracia florentina se armou e voltou acabando com todas as conquistas da plebe. O governo da aristocracia estabelecido em 1381 passou a ter um membro da família Medici como gonfaloneiro. Coube ao *messer* Salvestro de Medici essa função. Ele trouxe de volta aqueles cidadãos que haviam sido exilados pela plebe. Além disso, “derrogou prerrogativas e proventos conferidos pela bailia em 1378; restituiu cargos ao partido guelfo; privou as duas Artes novas de suas corporações e direções[...] privou das Artes menores do gonfaloneiro de justiça e diminuiu sua participação” (*História de Florença*, III, 21).

Todas as participações políticas nas Artes, as nomeações, os quóruns nos cargos, as reivindicações que obtiveram foram perdidos pela plebe depois que a aristocracia florentina retornou ao poder. Isso porque as injurias

cometidas pela plebe contra os nobres em Florença não eram consideradas como razoáveis e aos nobres pareceram insuportáveis. E assim, como a plebe não soube dar parcela do poder aos nobres - o que inclusive asseguraria as conquistas obtidas, eles se vingaram. Isso não ocorria em Roma, porque o povo romano não tinha essa vontade de exclusividade no poder da cidade. Havia lugar para os dois humores, de grandes e de povo e esse governo misto fazia de Roma uma cidade poderosa.

As diferenças entre Roma e Florença estavam na forma como o povo se comportava diante da partilha do poder, no modo de vida, na maneira de se relacionar com o poder. Em Roma, diante da presença dos dois humores, sem que um desejasse aniquilar o outro, a lei tinha utilidade pública e visava o bem comum. Entretanto, em Florença, diante do desejo de aniquilamento de um humor pelo outro, a cidade não conseguia produzir leis impessoais, voltadas para o bem comum e a utilidade pública. As leis eram viciadas, porque funcionavam como instrumentos privados de vingança pública, favorecendo um perseguindo determinados cidadãos – de acordo com quem ocupava o poder. Era a lei em Florença um verdadeiro instrumento de dominação.

Devido a essas diferenças que “com as vitórias do povo, a cidade de Roma se tornava mais vitoriosa, porque o povo, podendo ocupar a administração das magistraturas, dos exércitos e dos impérios com os nobres, enchiam-se da mesma *virtù*” Em Roma, “a cidade, ganhando *virtù*, ganhava poder; mas em Florença, quando o povo vencia, os nobres ficavam privados da magistratura e, para reconquistá-las, precisavam não só ser mas também parecer semelhantes ao povo no comportamento” (*História de Florença*, III, 21).

Em Florença, o ciclo de perseguições e instrumentalização do público para satisfazer os interesses privados (inclusive com a lei) se repetia. Isso porque, aqueles que assumiam o poder tinham o mesmo modo de proceder, corrompida a tal ponto que o bem comum e a finalidade pública já não mais interessavam aos grandes e ao povo. “Poderíamos dizer que, enquanto os conflitos romanos tinham no interesse público sua finalidade, os florentinos eram mobilizados e pautados pelos desejos privados e por paixão particular, não por amor à pátria” (MARTINS, 2018, p. 157). Assim, “Florença foi-se tornando mais humilde a abjeta” essa tirania que se repetia em Florença, com

as divisões “terminaram na tirania do duque de Atenas e na ruína da nobreza” (*História de Florença*, III, 1)

É possível notar que o que Maquiavel mais critica em Florença é o fato dos conflitos naquela cidade objetivarem fins privados e não públicos. O conflito em si, não é negativo, mas a forma como ele se dá e os efeitos que produz, podem ser. Maquiavel defende que o conflito é inerente ao corpo político, mas se torna prejudicial quando não há grandes e povo e sim facções, que buscam apenas seus interesses privados, combatendo-se entre si. Assim, enquanto que em Roma os conflitos terminavam com leis que favoreciam o bem comum, Maquiavel nos *Discursos* (I, 3 e 4) afirma que os tumultos ocorridos em Roma levaram, por exemplo, à criação dos tribunos da plebe, importante ordenação para refrear a ambição dos grandes, em Florença a lei era utilizada como instrumento de vingança pelos detentores do poder.

Nesse sentido, quando fala sobre Roma, é como se Maquiavel falasse de fora para dentro - ele não era um romano – e analisava a Roma antiga tendo como paradigma a sua Florença: “quando comentava a história romana e a história antiga, fazendo considerações gerais, seu pensamento estava sempre voltado à história de Florença” (VIROLI, 2002, p. 221). Analisava Roma, na medida em que concebia que isso fosse útil para resolver assuntos florentinos. Entretanto, quando fala sobre Florença, o faz de dentro para fora, porque não era apenas um florentino, mas um florentino apaixonado pela sua “pátria”. E mais, muitos dos acontecimentos que relata, foram por ele vivenciados e deles sofreu os efeitos. É nesse contexto que encontramos um Maquiavel narrador e historiador que reconta a revolta dos *ciompi*. Que o faz para Florença e a partir de Florença, imprimindo nessa História a sua ótica sobre os acontecimentos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa investigação iniciou-se com mais dúvidas do que certezas. Partimos guiados unicamente pela aplicação do método investigativo. Tínhamos uma hipótese de pesquisa: o Direito como uma presença constante nas mais variadas obras de Maquiavel, ocupando uma posição de centralidade em seu pensamento, em uma relação direta com a política. Se a hipótese se validaria ou não, no percurso investigativo, descobriríamos somente durante a atividade de pesquisa. A hipótese levantada, quando exposta, muitas vezes gerava dúvidas entre os pesquisadores sobre sua viabilidade. Afinal, já não estaria suficientemente comprovado que Maquiavel é um pensador político, para quem o Direito, ou os desdobramentos jurídicos, não importavam? Para Maquiavel, o sistema jurídico não seria algo alheio, colateral, secundário, pelo qual a política não poderia ser limitada? Como propor-se a investigar a presença do Direito nas obras de um pensador atrelado pela tradição crítica à violação e ao desrespeito de toda ordem?

Esses questionamentos levantados, quando a hipótese era apresentada, eram perturbadores. Havia algo muito confuso, porque eles pendiam sobre o mesmo pensador considerado um defensor da vida republicana, do republicanismo florentino, da liberdade antes de tudo. Como equacionar? Essa última questão era ainda mais perturbadora do que aquelas que a antecediam. Como se pode afirmar que, para um republicano, a lei – por certo atrelada ao Direito – não era importante? Será que ao tempo de Maquiavel o republicanismo não era guiado pela lei? Todas essas questões não eram retóricas, elas ecoavam durante todo o período investigativo. Como definir Maquiavel como um republicano e, ao mesmo, tempo negar a importância do Direito em seu pensamento?

Passamos então a investigar as matrizes do republicanismo. Os pesquisadores brasileiros muito contribuíram para isso, devido à qualidade das investigações sobre o pensamento republicano de Maquiavel feitas no Brasil. A nossa hipótese, quando passamos a investigar o republicanismo ao tempo de Maquiavel, era a de que o Direito, através do respeito à lei, se tratava de um elemento fundamental, eis que presente desde o republicanismo antigo. A lei é

um elemento estrutural do republicanismo, que não poderia dela prescindir. Isso reforçou nossa convicção na hipótese investigativa. O respeito à lei continuava a ser uma premissa do republicanismo ao tempo de Maquiavel.

A partir disso, levantamos duas hipóteses dedutivas muito simples: se Maquiavel era um republicano e se para um republicano a observância da lei é algo fundamental, logo, para Maquiavel, a lei é fundamental. Então nos questionamos: e se a premissa de que Maquiavel é um republicano estiver equivocada? É óbvio que não, responderia o leitor. Está suficientemente comprovado nas melhores interpretações contemporâneas que Maquiavel é um republicano – com o que concordamos plenamente. Mas não é trabalho da filosofia duvidar das suas próprias certezas para verificar se as premissas se validam? Nesse momento da investigação, concluímos que seria importante também evidenciar durante essa pesquisa as mais variadas manifestações republicanas de Maquiavel. Isso para que, ao final, a interpretação de um Maquiavel republicano estivesse em perfeita consonância com aquela de um Maquiavel que reproduz elementos jurídicos, das mais variadas formas, mas que, principalmente, fundamenta seu projeto político em uma estrutura jurídica.

Nesse sentido, delimitamos o nosso objeto inicial de pesquisa que, posteriormente, foi bastante ampliado. Com o passar do tempo, quanto mais se ampliava o acesso à leitura das fontes primárias, mais reforçada ficava, em nosso entendimento, a presença do Direito. Foi assim que, por sugestão de outros pesquisadores que ouviram sobre a proposta investigativa, as obras de chancelaria, as obras literárias e aquelas feitas por encomenda passaram a ser objeto da pesquisa. Um grande desafio ampliar tanto o objeto de estudo. E arriscado, porque o aprofundamento teórico e o amadurecimento dos temas sempre podem restar prejudicados diante de um objeto investigativo demasiadamente alargado. Tínhamos que optar e optamos por nos arriscar. Talvez isso também tenha se dado por uma lição de Maquiavel.

Ampliamos o objeto investigativo. A *História de Florença*, *O Discurso sobre as formas de governo de Florença* e a *Alocução a um magistrado* – obras escritas por Maquiavel a pedido de alguém são, por esse motivo, aqui denominadas de obras por encomenda e foram incorporadas ao objeto investigativo. Da mesma forma, as obras literárias, *Belfagor* e *Mandrágora*.

Restavam as obras de chancelaria. Mas quais delas? Maquiavel deixou muitos textos desses escritos durante os quase quinze anos que atuou como segundo secretário da república de Florença. Como saber em quais encontrar conteúdo jurídico? Tínhamos que investigar para descobrir nosso objeto. Foi assim que nos guiamos pelas obras de Mário Martelli (*Tutte le Opere*) e pela tradução brasileira de Renato Ambrósio, das obras do período de chancelaria *Maquiavel Política e Gestão Florentina*, confrontadas com o original em italiano. Identificamos a presença do Direito em seis³³¹ textos de chancelaria que foram analisados no segundo capítulo. Assim, nosso amplo objeto de pesquisa estava estabelecido. Optamos por apresentar a bibliografia primária, de acordo com a ordem cronológica em que escritos foram elaborados. A exceção coube à *Descrição do modo adotado pelo Duque Valentino para matar Vitellozzo Vitegli, Oliverotto Pagolo e o Duque de Gravina Orsini* que, embora escrita em 1515, narra fatos da chancelaria de 1502-1503 e que, por isso, foi apresentado seguindo a ordem dos fatos que narra.

O primeiro capítulo foi dedicado à análise histórica do Direito para esclarecer o que buscávamos em Maquiavel – de qual Direito estávamos falando – e como reconhecê-lo, caso o encontrássemos. Um capítulo como uma espécie de “passo para trás”. Acreditamos que, quando se busca identificar um objeto de pesquisa, no caso do Direito, temos que esclarecer esse conceito, porque, caso contrário, ele pode passar despercebido. Foi exatamente isso que fizemos no primeiro capítulo.

Apresentar o que compõe e constitui a ideia de Direito através da história até o momento histórico vivido por Maquiavel, em nosso entendimento, foi necessário para conseguir identificar esse Direito *em* Maquiavel. Acreditamos que, quando esclarecemos questões relacionadas à cultura jurídica europeia, conseguimos contextualizar o movimento do Direito europeu – aquele no qual, por questões geográficas, Maquiavel estava inserido – através do tempo. Quando apresentamos a relação entre lei e religião na

³³¹ *Discurso proferido ao magistrado dos Dez sobre a situação de Pisa; Sobre a Situação de Pistoia; Descrição do modo adotado pelo Duque Valentino para matar Vitellozzo Vitegli, Oliverotto Pagolo e o Duque de Gravina Orsini; Palavras que devem ser ditas sobre a provisão do dinheiro com um pouco de proêmio e de desculpas; Discurso sobre a Ordenação do Estado de Florença para as armas e por fim Provisões da República de Florença para instituir o Magistrado dos Nove oficiais da ordenança e milícia florentina.*

experiência jurídica antiga, sob a perspectiva da influência que o Direito sofreu da religião, conseguimos demonstrar que Maquiavel rompe com a tradição, mas ao mesmo dela se utiliza.

Maquiavel rompe com a tradição jurídica que fundamentava a lei como sendo algo de origem divina e por isso sagrada, imutável, irrevogável. Como vimos, para Maquiavel, a lei é produto humano – mas, ao mesmo tempo, a religião tinha para o pensador, aplicação jurídica. Isso porque, a religião desenvolve um papel em favor da lei, tornando as pessoas mais suscetíveis à obediência da lei e criando um liame subjetivo com o povo. Parecer ser religioso para um príncipe é uma necessidade, nos diz Maquiavel. Além disso, é através da religião que um vínculo subjetivo é estabelecido entre o povo e a lei, responsável pela incorporação dessa última ao corpo político. Assim, a religião contribui para a conservação da *virtù* de uma cidade, que conserva também os costumes, os quais, por sua vez, conservam as leis. Nesse sentido, o Direito se apresenta, portanto, de maneira conectada com o próprio poder político, em uma dinâmica estrutural. Justamente é essa relação que objetivamos demonstrar, e acreditamos que conseguimos, no primeiro capítulo.

Ainda no primeiro capítulo, a análise do Direito, do período medieval e do renascimento italiano, contribuiu para identificar, ou afastar, traços desses dois sistemas jurídicos em Maquiavel. Consideramos que a realização dessa comparação foi importante para nossos objetivos, porque nos permitiu correlacionar o pensamento de Maquiavel com tais períodos históricos do Direito e, assim, descobrir se os reproduzia, ou com eles rompia. Acreditamos ter obtido êxito em evidenciar que os tempos históricos não necessariamente correspondem àqueles jurídicos – e que o Direito pode ressurgir. Basta nos voltarmos para o Direito romano, ressurgido no período da idade média.

Destacamos a importância da análise do Humanismo Cívico no Renascimento e a influência que ele exerceu em Maquiavel. *Alocução feita a um magistrado* é uma verdadeira louvação à justiça feita por Maquiavel – o que era um padrão comum do Humanismo Cívico. Afirmamos que a educação recebida por Maquiavel foi uma educação humanista. Assim como, também, era humanista a educação de todos os pretendentes aos cargos da chancelaria florentina. A educação humanista, conforme verificamos, atribui especial

importância aos conhecimentos jurídicos e à justiça. Além do que, as pessoas para as quais Maquiavel se reportava nas atividades de chancelaria, possuíam uma educação humanista. Ou seja, Maquiavel estava cercado, por todos os lados, do Humanismo Cívico.

A educação humanista se voltava à apreciação dos valores antigos, utilizando-os para a resolução dos problemas práticos. Esse movimento aconteceu em Maquiavel, tanto no uso da história, quanto no uso do Direito romano. Além disso, como vimos, o Humanismo Jurídico tentava equacionar valores, tanto do Direito medieval - dotado de valores práticos - quanto do Direito renascentista - detentor de valores abstratos, que repudiava a figura do jurista pedante. O Humanismo Jurídico foi, em nosso entendimento, adotado por Maquiavel na *Mandrágora*, ao ridicularizar a figura do personagem doutor em leis, *messer Nícia*. O que nos faz concluir que Maquiavel também sofreu influência do Humanismo Jurídico.

De igual maneira, o primeiro capítulo cumpriu com o objetivo de evidenciar a relação muito próxima entre Direito e política, no período de Maquiavel. Isso porque, a ausência de uma autoridade central, tal como a conhecemos hoje, na figura do Estado, fazia com que a linguagem jurídica e a linguagem política compusessem uma mesma linguagem, a saber, a do poder. A estrutura jurídico-política da cidade de Florença, ao tempo de Maquiavel, demonstra que, antes de Maquiavel ingressar na chancelaria (1494), a cidade já possuía uma estrutura política fundamentada em uma ordem jurídica. Os *ordenamenti di Giustizia*, publicados em 1293 já demonstravam a inclinação democrática da cidade, transcrita através de um documento jurídico. É desse contexto, de imbricada relação entre política e Direito, que emerge Maquiavel.

Acreditamos, também, ter sido importante para os nossos objetivos estabelecer no primeiro capítulo as transformações do Direito durante o amplo período do Direito romano. Com efeito, este estudo contribuiu para que esse mesmo Direito pudesse ser identificado, posteriormente, nas obras de chancelaria, no *O príncipe* e nos *Discursos* – obras nas quais constatamos que Maquiavel reproduz a afirmação presente no *Corpus Juris Civilis*, de Justiniano. Referimo-nos à afirmação contida nas *Institutas* de que a Majestade imperial deve ser ornada não somente com armas, mas também com leis. Como vimos,

com algumas variações entre lei, justiça e prudência, Maquiavel repete a mesma afirmação nas *Palavras* (1503), nos *Discursos sobre a Ordenação* (1506), nas *Provisões* (1506), no *O príncipe* (1513) e nos *Discursos* (1517).

O fato de uma lei romana aparecer repetidamente em um período temporal amplo, em atividades muito diversas, denota a importância que tinha para Maquiavel. Além disso, Maquiavel reproduziu também a própria estrutura tipográfica de disposição das afirmações textuais, presente no Direito romano. Assim, além do conteúdo, nas obras de chancelaria, o binômio (leis e armas) aparece na mesma tipografia que as *Institutas*, a saber, no início dos textos. Nas *Institutas*, o referido binômio ocupava o proêmio, e nos textos de chancelaria de Maquiavel, as primeiras linhas. Isso corrobora ainda mais com a confirmação da nossa hipótese de investigação e ratifica que, para Maquiavel, o Direito ocupa uma posição central, primária, estrutural.

É muito emblemático para nós que a lei romana apareça nos escritos de chancelaria. Isso por dois motivos principais: primeiro, porque o binômio aparece quando Maquiavel estava no exercício prático da política. Nas atividades de chancelaria, Maquiavel escrevia seus textos com o objetivo de desempenhar função pública na cidade que amava mais do que tudo - conforme declararia posteriormente; Segundo, porque defendemos que, embora a linguagem jurídica fosse uma linguagem padronizada da chancelaria florentina, influenciada por longos anos de exigência de formação jurídica de seus membros, Maquiavel não se utilizaria de afirmações com as quais não concordasse, mormente, no desempenho de uma função pública que encarava com tanta devoção. Conforme esclarecemos na seção “Maquiavel leitor de Justiniano?” do primeiro capítulo, há certa divergência se Maquiavel apenas reproduziu a afirmação contida nos *Corpus Juris Civilis* – porque se tratava da escrita padrão da chancelaria florentina – ou se teve contato direto com o referido compilamento. Esse contato poderia ter se dado através da educação humanista que recebeu - que incluía o estudo das questões relacionadas à justiça, ou ainda, através do acesso às obras de Justiniano, na biblioteca privada de seu pai Bernardo, doutor em leis. Como esclarecemos, para os objetivos dessa investigação, saber a forma como Maquiavel teve acesso ao Direito romano tem menor importância. O importante em nosso entendimento é

comprovar que em seus escritos há a presença de leis romanas que se reproduzem como verdadeira premissa e acreditamos que tal objetivo foi cumprido.

Ainda, sobre a presença do Direito nas *Palavras*, no *Discurso sobre a Ordenação* e, por fim, nas *Provisões*, como vimos, não se resume ao binômio leis e armas. As *Palavras* tiveram como principal objetivo o fim arrecadatário de tributos para a instituição das armas. Nesse sentido, conforme destacamos, a lei possuía dupla função para a execução do projeto político de Maquiavel: primeiro a instituição da lei para arrecadar o tributo e depois, também por meio de lei, a instituição do próprio exército que o tributo visava suplantar. Ou seja, as *Palavras* de Maquiavel eram, em tudo, dependentes do Direito.

O *Discurso sobre a ordenação* fez voltar nosso campo de visão, novamente, para o Direito romano. O Direito militar foi trazido para o debate. As questões históricas de sua origem no Direito romano, também no *Corpus Juris Civilis*, não poderiam ter sido negligenciadas. Roma foi a primeira cidade que teve uma justiça militar autônoma, criada pela técnica dos jurisconsultos romanos, eis que, se os gregos muito se destacaram no campo da filosofia, os romanos se destacaram no Direito. Poderia Maquiavel ter ficado alheio ao fato de que Roma, seu grande exemplo de república perfeita, formou grandes jurisconsultos e exerceu forte atividade jurídica? Poderia ele ter ignorado a forte presença do Direito na constituição, ordenação e sucesso daquela cidade?

Parece-nos que a resposta à questão acima é negativa. Mesmo porque, muitos atribuem o sucesso das investidas militares romanas ao sistema jurídico militar autônomo, que Roma possuía. Devido às semelhanças que encontramos no texto de Maquiavel e naquele escrito no Direito romano, defendemos que, ao propor uma justiça militar autônoma para Florença, Maquiavel o faz, sem mencionar tal fato, com verdadeira inspiração no sistema da justiça militar, anteriormente, previsto no Direito romano. Além do que, nesse texto, Maquiavel coloca a justiça como elemento central, reproduzindo a crença do Humanismo Cívico, que valorizava a justiça como uma fonte de boas ordenações.

Nas *Provisões*, Maquiavel propõe a implantação de uma nova justiça em Florença, a Magistratura dos Nove, com competência militar especializada para

julgar os militares. Nelas, Maquiavel prevê uma justiça que não apenas julgue os militares, como também os aliste. Trata-se de uma justiça para administrar as questões militares. Com essa proposta, Maquiavel demonstra que a justiça é necessária também para estruturar as armas. Maquiavel propõe essa nova justiça, porque já não mais acreditava na justiça florentina do seu tempo - completamente dominada pelos interesses da aristocracia - e por isso, parcial e tendenciosa. Lembremos que a proposta da instituição da Magistratura dos Nove foi aceita e aprovada, e muito provavelmente tenha sido Maquiavel o redator da lei, uma vez que atribui ao Secretário da Segunda chancelaria (ocupada pelo próprio Maquiavel) a função de ser também secretário da Magistratura dos Nove.

Maquiavel, assim, exercia em sua atividade prático-profissional verdadeira função de assessor legislativo (visto que redigia as leis) e de assessor jurídico (visto que secretariava as Magistraturas dos Dez e dos Nove). A Magistratura dos Dez era, de fato, a que controlava a justiça na cidade de Florença. As atividades laborativas de Maquiavel estavam, profundamente, vinculadas ao Direito que também aparecia constantemente em seus escritos. Nesse sentido, além de reproduzir o conteúdo do Direito romano no binômio leis e armas, também reproduziu esse Direito ao prever para Florença uma justiça militar autônoma, muito semelhante àquela romana.

Analisamos ainda outras três³³² obras de chancelaria. No *Discurso proferido ao magistrado dos dez sobre a situação de Pisa* encontramos um Maquiavel preocupado com a recuperação da liberdade por Florença. Recuperar Pisa representava recuperar o acesso ao mar, que Florença havia perdido, e com ele a possibilidade do exercício da vocação comercial daquela cidade. Tal obra ganha importância, porque é considerado o primeiro escrito político de Maquiavel, datado de 1499. A presença do Direito nessa obra se dá, não apenas na análise histórica das relações entre as cidades -estados italianas no período do renascimento - que pode interessar atualmente ao Direito internacional – mas, principalmente, por um fato que decorreu dessa

³³² *Discurso proferido ao magistrado dos Dez sobre a situação de Pisa; Sobre a Situação de Pistoia; Descrição do modo adotado pelo Duque Valentino para matar Vitellozzo Vitelli, Oliverotto Pagolo e o Duque de Gravina Orsini.*

batalha e que não está mencionado expressamente no texto: a condenação de Paolo Vitelli, como um traidor da república florentina.

Como se verificou, Vitelli comandava as tropas florentinas e no momento de maior fraqueza dos pisanos, que poderia ter atacado e retomado Pisa, recuou. Vitelli foi por isso julgado e condenado à morte, mesmo sem provas de que teria recuado por ter se corrompido. Vitelli não foi julgado pelas leis ordinárias e recebeu a pena de morte como castigo. Maquiavel, anos antes, tinha condenado ato semelhante praticado contra cinco cidadãos florentinos, mas no caso de Vitelli defendeu a condenação. Nesse caso, o que importa para nossos objetivos não é o juízo realizado por Maquiavel, mas sim o contato com o tema jurídico. Maquiavel estava na chancelaria florentina na época. Inclusive, foi ele quem teve que dar explicações ao rei da França, que financiou o ataque à Pisa, sobre o ocorrido e convenceu-o a não retirar o apoio à Florença. Esse contato com o mundo jurídico, através do julgamento de Vitelli, bem como das críticas que teceu ao julgamento dos outros cinco cidadãos, nos interessa para demonstrar a proximidade de Maquiavel com o Direito, no exercício das atividades de chancelaria.

Na *Descrição do modo adotado pelo Duque Valentino para matar Vitellozzo Vitegli, Oliverotto Pagolo e o Duque de Gravina Orsini* encontramos um Maquiavel que disserta sobre os homicídios praticados por César Bórgia, o Duque Valentino. Sem realizar qualquer julgamento moral, chama à atenção para o fato de os pactos entre governantes serem suscetíveis ao desrespeito e que a lei, somente valeria para a relação entre particulares. O fato de Maquiavel não condenar o Duque nos textos de chancelaria significa que acredita que agiu corretamente? Não, se considerarmos a análise conjunta e sistemática que propormos aqui.

No capítulo VIII do *O príncipe* Maquiavel aborda os atos criminosos do tirano de Siracusa, Agátocles Siciliano, e afirma que não se trata de *virtù* assassinar pessoas, trair amigos e que crueldade, ferocidade e maldade, não estão presentes em homens excelentes. No mesmo sentido, Maquiavel em *Discursos* I, 2, afirma que, após o conhecimento da justiça, a força de um príncipe deixou de ser o critério aplicado e o povo passou a preferir um príncipe

prudente e justo. Como ignorar que Maquiavel realiza, com isso, uma avaliação jurídica? Que o pensador aborda questões relacionadas ao Direito?

No texto *Sobre a situação de Pistoia*, Maquiavel realiza verdadeira atividade de legislador. Prescreve normativas que deveriam ser adotadas naquela cidade, que devido aos problemas entre duas facções distintas, estava sob uma espécie de intervenção de Florença. No escrito, Maquiavel traça várias determinações jurídicas para que Florença realizasse uma espécie de reforma institucional da cidade de Pistoia. Dentre elas, medidas que importavam em restrição temporária da liberdade dos cidadãos, punições humanitárias para os transgressores, regras sobre ressarcimentos de danos e isenções tributárias. Nesse escrito, podem ser encontradas determinações e previsões relacionadas às indenizações civis pelo cometimento de atos danosos, restituição de bens, punições penais, mecanismos eleitorais, extradições. Questões, como se percebe, relacionadas ao Direito civil, penal, tributário, político, eleitoral e *das gentes*.

Dessa forma, os escritos de chancelaria, que não compunham inicialmente o objeto de investigação, passaram a ter uma especial relevância para a confirmação da hipótese. Como mencionado, a nossa hipótese, sobre a presença do Direito, seria testada na medida em que o contato com a obra primária de Maquiavel fosse sendo realizada. Encontrar nos escritos de chancelaria a lei romana reproduzida nos trouxe a segurança de que nossa hipótese não era apenas passível de investigação, como se validava e se confirmava, em não apenas um texto de chancelaria, mas em pelo menos seis.

Dissemos pelo menos seis, porque não conseguimos fazer o que Andrea Guidi fez. Guidi analisou mais de cinco mil escritos de Maquiavel do período chancelaria, para escrever *Un Segretario Militante*. Nós nos detivemos em apenas vinte e três, sendo guiados por aqueles contidos em *Tutte le Opere* de Mario Martelli. Há possibilidade de o binômio aparecer em outros escritos? Essa é uma hipótese que depende de validação – o que esperamos seja recebido pelo leitor como uma indicação ou possibilidade de investigação futura, tanto para outras obras de chancelaria, quanto para as mesmas aqui investigadas, para que nelas possam ser traçadas outras correlações e percebidos outros traços jurídicos, que nos tenham escapado.

Os escritos de chancelaria são importantes também, porque acreditamos que neles está um Maquiavel com um pensamento político em um estado mais puro. Explicamos. Se os textos escritos posteriormente por Maquiavel tinham determinados objetivos (serem entregues como presentes, ou atender a uma encomenda), os escritos de chancelaria não tinham objetivos outros a não ser o próprio desempenho da atividade prática da política-profissional. Maquiavel quando os escreveu, o fez na pura função de atender aos interesses da república florentina, na condição de funcionário público que acumulava várias atribuições administrativas e práticas. Acreditamos que nos textos de chancelaria está verdadeiramente o coração de Maquiavel. Neles encontramos um Maquiavel sem outros compromissos ou vinculações, sem desejos outros que não sejam aqueles de bem desempenhar suas funções política que, como vimos, também envolvia o Direito.

Lembramos ainda, sobre os textos de chancelaria escritos por Maquiavel, que nosso objetivo nunca foi o de esgotar em um rol taxativo quais deles possuíam, ou não, conteúdo jurídico. Com objetivos muito mais modestos e limitados, dadas às possibilidades de tempo e extensão dessa investigação, visamos apenas demonstrar que algumas possuem, de modo muito claro e evidente, a presença do Direito romano e a presença de elementos jurídicos que estruturavam o sistema de justiça da Florença de Maquiavel. Além do que, evidenciamos o que para nós é algo muito importante, a saber, que a tradição cultural da chancelaria florentina era jurídica. Para ocupar os cargos junto à chancelaria, a formação de notário ou de jurista era formalmente exigida até poucos anos antes de Maquiavel – que não era nem notário, nem jurista – passar a ocupá-la. Essa longa exigência repercutiu na forma e no conteúdo das atividades da chancelaria, mormente nos textos escritos. A estrutura das cartas e o padrão de linguagem utilizado, recorrentemente, reproduziam o conteúdo jurídico não devido à formação de seus integrantes.

Quando Maquiavel escrevia às Magistraturas de Florença, a quem por dever de ofício deveria reportar-se, reproduzia o padrão de escrita chanceleresco. Maquiavel também se utilizava de argumentos e brocardos jurídicos. Basta verificar a repetição do binômio leis e armas nos textos mencionados. O leitor poderia então concluir, sumariamente, que o pensador

realizava tal reprodução irrefletidamente. Afastamos de pronto essa possibilidade, sob dois fundamentos. O primeiro é que basta recordarmos a quem são atribuídas essas ilações. Maquiavel, com toda a estratégia, sagacidade, originalidade e sofisticação de pensamento, não reproduziria qualquer conteúdo irrefletidamente. Segundo, o binômio reaparece no *O príncipe* e nos *Discursos*, o que demonstra que se trata de uma verdadeira premissa e não mera reprodução formal de um padrão de escrita chanceleresco.

A presença do Direito no *O príncipe* e nos *Discursos* se dá de uma forma um pouco diversa, daquela das obras de chancelaria. Isso porque, além de nelas Maquiavel repetir o binômio leis e armas – presente no Direito romano – nos parece que acrescenta conceitos mais depurados, com uma espécie de conteúdo jurídico doutrinário e não meramente legal. Se, quando se utilizou do binômio reproduz lei romana, quando conceitua a lei – como o faz nos *Discursos*, afirmando que nada mais é do que a repetição dos julgamentos dos antigos jurisconsultos, que ensinavam os novos a julgar – parece acrescentar ao conceito a sua própria percepção pessoal sobre o tema. Quando afirma o dinamismo da lei, que, ao contrário das ordenações, varia e quando afasta qualquer possibilidade de origem divina do conteúdo legal – tratando a lei como produto exclusivamente humano – rompe com uma tradição defendida inclusive por seu pai, Bernardo.

Quando Maquiavel aborda os costumes, as ordenações, os julgamentos proferidos pelos antigos e as leis, entendemos que afirma que esses institutos são componentes de uma ordem responsável por criar e efetivar a aplicação do Direito nas cidades. O conceito mais próximo que podemos traçar com o de ordenação é o de instituições. O exemplo para Maquiavel de cidade com boas ordenações foi Roma. Nela, encontramos como ordenações a religião, o exército, os cônsules, o senado romano, os tribunos da plebe, a acusação pública, a ditadura romana, o decenvirato e os censores. Da análise das ordenações romanas apresentadas por Maquiavel, muitas lições jurídicas podem ser extraídas.

Sobre a religião já mencionamos que, para Maquiavel, ela exerce uma função propriamente de Direito, ao tornar o povo mais obediente, criando

também um liame subjetivo entre o povo e quem governa, eis que uma lei – se for também recebida com algo divino – será mais facilmente assimilada, devido ao temor de violá-la. Conforme mencionamos, a função do medo para o corpo político em Maquiavel, em especial para o cumprimento da lei, seria um tema bastante interessante para ser desenvolvido em uma investigação, o que deixamos como indicação para pesquisas futuras. A ordenação do exército, também possui forte relação com o Direito. Isso porque, conforme analisamos, tanto no *Discurso sobre a ordenação*, quanto nas *Provisões*, à reorganização militar florentina, pensada por Maquiavel no período em que esteve na chancelaria, foi inspirada na organização militar prevista no Direito romano, com uma justiça militar autônoma.

Permitir-mo-nos, sobre o tema da ordenação do exército, traçar algumas observações mais demoradas. Muito nos intrigam algumas interpretações que atribuem a Maquiavel um desejo do poder pelo poder. Essas interpretações desconsideram totalmente o contexto. É essencial que, ao interpretarmos o que Maquiavel nos legou, o façamos sem nos afastarmos do período temporal e histórico a partir do qual o pensador escreve, ou seja, fim do século XV e início do século XVI. Maquiavel viveu em um período de guerra generalizada entre as cidades-estados italianas. A Itália não existia como unidade. Basta voltarmos os olhos para as constantes dominações de Florença sobre Pisa, na tentativa de ter acesso ao mar. Os vizinhos eram os piores inimigos uns dos outros e sempre havia a possibilidade da ingerência estrangeira: Florença, muitas vezes, contava com o apoio o reino da França para se apossar de uma cidade ou de outra.

Nesse contexto, de constantes ameaças, manter o poder do corpo político significava manter, não apenas a liberdade, como também a segurança e a vida das pessoas que habitavam a cidade. A violência sexual contra as mulheres, os incêndios das casas, o pilhamento das cidades, as violências físicas de toda ordem, os assassinatos; tudo isso fazia parte do cotidiano daquela cidade que perdesse seu poder. Evitar esses acontecimentos era a preocupação que movia Maquiavel e, para tanto, o pensador foi buscar inspiração na república romana. Florença deveria ser forte como Roma. Por isso, as ordenações romanas são tão inspiradoras para ele, porque, para

superar o período de guerras em que estava inserida, Florença precisava resistir, tal qual Roma resistira. Esse é o motivo pelo qual Maquiavel aborda tanto a temática dos exércitos, das armas, do poderio da força. Faz isso não porque despreza o Direito, mas o faz porque sabe que sozinho o Direito não era suficiente. Aqueles que visam se apossar de Florença não respeitariam o Direito e Maquiavel sabia disso, por experiência. Alguns param a interpretação por aqui, e concluem que o Direito para Maquiavel não teria qualquer valor.

Ocorre que, no âmbito interno, político, organizacional, o Direito era extremamente elementar e importante para estruturar a organização política das cidades, assim como também era importante para estruturar o próprio exército, responsável pela força. A estrutura política das cidades, no período de Maquiavel, se fundamentava em uma estrutura jurídica. A segunda chancelaria, na qual Maquiavel exerceu atividades, era aquela responsável pelos assuntos de guerra. Era dever de ofício do Secretário tratar desses assuntos. Entretanto, como bem lembrou Gramsci, Maquiavel estava mais para um legislador dos assuntos de guerra, do que propriamente para um militar. Tanto é assim que, quando se propôs a criar um exército próprio florentino, buscou isso através da aprovação por meio de três leis.

Começou pedindo dinheiro (*Palavras*); depois, disciplinou a organização militar dentro desse exército com normas de hierarquia e subordinação e regras de funcionamento interno (*Discurso sobre a ordenação*), por fim, instituiu uma justiça militar própria, para julgar os soldados (*Provisões*). Foram três momentos legislativos diversos, que Maquiavel traçou, para que as armas próprias fossem efetivamente implementadas em Florença. Diante desse contexto, não nos parece minimamente razoável afirmar que o Direito não é importante para o projeto político de Maquiavel, porque isso negaria a função central do Direito, colocada em evidência pelo próprio pensador.

Continuando nossa abordagem sobre a relação entre o Direito e as ordenações, a ditadura romana é um conceito limitado pelo Direito. O ditador romano em nada se aproxima do modo como compreendemos o ditador contemporaneamente, isto é, como um tirano arbitrário que exerce o poder de maneira ilimitada pela lei. O ditador romano, ao contrário disso, possuía seu poder adstrito à lei. Suas funções eram temporalmente limitadas. Seu poder

não era de longa duração. Era um poder concedido com limitação legal da autoridade, para que questões pontuais fossem solucionadas pelo ditador, que era normalmente um cônsul. Ressalta Maquiavel que a autoridade dada ao ditador era ordinária – prevista no ordenamento jurídico existente. Havia uma previsão legal para a instituição do ditador. Não se tratava de uma autoridade extraordinária, arbitrária. O ditador deveria manter todas as outras magistraturas funcionando. Maquiavel afirma que a ordenação da ditadura romana foi muito benéfica a Roma e que sua utilização, em momentos essenciais, foi responsável pelo sucesso e grandeza daquela república.

Quando comparamos a descrição da ordenação da ditadura romana com aquele do decenvirato romano, percebemos que o pensador nos leva a refletir sobre a instituição do próprio Direito político, no que se refere à forma de concessão e ao uso do poder. Quando Maquiavel aborda a ordenação do decenvirato (poder concedido a dez cidadãos romanos eleitos, para criarem leis) mostra o quanto essa ordenação foi prejudicial a Roma.

Os prejuízos que o decenvirato trouxe a Roma residem no fato de que o poder, que lhe foi concedido, era ilimitado. Isso causou muito mais prejuízos àquela cidade do que o poder concedido ao ditador. O decenvirato romano, embora possuísse previsão ordinária, no que se refere à concessão do poder, se tornou arbitrário e tirânico na forma como esse poder passou a ser utilizado pelos seus membros. Maquiavel destaca que a intenção do decenvirato era estabelecer uma tirania em Roma. Ápio Cláudio se tornou líder dos dez e passou a agir sozinho, como verdadeiro tirano. Maquiavel nos escancara uma realidade política. O fato do poder do decenvirato ter sido concedido mediante sufrágio (foram eleitos) e a mais de uma pessoa, não significa que através dele se fará bom uso desse poder, porque abusos podem ocorrer – como foi o caso. O decenvirato fechou todas as outras magistraturas e passou a exercer o poder tiranicamente.

Assim, o governo não é tirânico por ser comandado por uma só pessoa ou republicano por ser comandado por muitas. Governos tirânicos são aqueles que não se deixam limitar pelas leis. Tirânicos podem ser os governos de mais de uma pessoa, como no caso dos decenviratos romanos. Essa ordenação romana, composta por dez pessoas, foi extremamente tirânica e sozinha

exerceu o poder em Roma. Compreendemos, assim, através das críticas dirigidas por Maquiavel ao decenvirato romano, que a lei, através do respeito às limitações que impõe, tem importância primária para o pensador florentino, e que sua observância deve se dar por todos aqueles que não são, ou não pretendem ser, tirânicos e arbitrários – lembrando que Maquiavel despreza as tiranias e os tiranos.

O desprezo de Maquiavel aos tiranos pode ser constatado em *Discursos* I, 10 onde afirma que são vituperáveis os fundadores das tiranias. Se a observância do Direito através das leis não fosse importante para Maquiavel, as tiranias seriam por ele louváveis, eis que se estabelecem à luz de toda a arbitrariedade. Mas o pensador afirma, justamente, o contrário disso. Censuráveis são as tiranias e louváveis são aqueles governantes que obedecem às leis, principalmente quando elas foram por eles instituídas.

A comparação entre a ordenação do decenvirato e da ditadura, ainda sob o aspecto do Direito político, nos faz pensar que o número daqueles que ocupam a função de autoridade não significa, necessariamente, que o governo será mais ou menos arbitrário. O ditador mantinha as outras magistraturas funcionando. O tribunato da plebe funcionava, assim como o senado. O ditador exercia o poder com tantas limitações legais que produziu bons efeitos em Roma. Em contrapartida, dez cidadãos, sem limitações legais, foram prejudiciais àquela república, porque abusaram do poder concedido. Novamente, em Maquiavel, o Direito aparece através da limitação da lei, como sendo essencial para o funcionamento das ordenações romanas. Há, ainda, que se destacar o fato de uma ordenação ser ordinariamente constituída é algo desejável ao corpo político, mas, por si só, não é garantia do bom uso do poder, vide o caso do decenvirato.

Por fim, a última relação que traçamos entre as ordenações romanas com o Direito será com aquelas da acusação pública, do senado e do tribunato da plebe. Todas elas com uma função importantíssima para Maquiavel, uma função que faltava em Florença, a saber, o desafogo de humores, ânimos ou apetites. Sobre a acusação pública, a importância estava no fato de reduzir o número de caluniadores na cidade, pois exigia requisitos probatórios mínimos, para que alguém fosse acusado. A acusação pública é associada, por

Maquiavel, a uma ordenação capaz de controlar a ambição de cidadãos poderosos. Através dela o povo pôde denunciar o excessivo desejo de dominação dos grandes e refreá-lo. Entretanto, a acusação deveria ser formalizada perante órgãos institucionais próprios, compostos por número significativo de magistrados, a fim de se garantir imparcialidade.

No que se refere ao senado e aos tribunos da plebe, a desunião entre eles era responsável pelas melhores leis romanas. Entendam-se como melhores leis, aquelas que favoreciam a liberdade. Leis que favorecem a liberdade são aquelas que visam o bem comum, a utilidade pública e o interesse coletivo. São aquelas que não visam benefícios privados, particulares. Um governo misto, aquele em que tem assento os humores de grandes e povo, permite que leis assim sejam produzidas. É do conflito dos humores diversos, sem tentativas de supressão de um pelo outro, sem inversão de desejos – eis que o desejo dos grandes é de dominação e o do povo é de resistência à dominação – que se produzem as leis que favorecem a liberdade. E por que é importante que as leis favoreçam a liberdade? Porque implicam na manutenção do próprio corpo político.

Tanto as ordenações romanas da acusação pública, quanto do senado e do tribunato da plebe, serviram como exemplos positivos, citados por Maquiavel, de formas como uma república, através da sua forma de constituição, pode ordenar-se de tal modo que os humores sejam desafogados. O desafogo é desejado e importante porque com isso, as facções não encontram possibilidade de se desenvolverem. A ausência de facções representa a ausência de ameaças ao corpo político. Quando há facções em uma cidade, nos diz Maquiavel, o interesse privado delas é sobreposto ao interesse comum. O desejo de se aniquilarem mutuamente se sobrepõe ao interesse da manutenção do próprio corpo político. Não raro, afirma Maquiavel, a fim de ver a facção rival arruinada, socorre-se da ajuda de estrangeiros. Esses estrangeiros, interferindo na cidade dominam-na, muitas vezes com violência, afetando a segurança, ou pelo menos a liberdade de viver pelas suas próprias leis.

Maquiavel, ainda, além de tratar as ordenações a partir do Direito político, estabelece correlações com o conceito de lei. As ordenações

raramente variam enquanto as leis são modificáveis. A renovação das ordenações na cidade deve se dar quando elas estão corrompidas, porque a partir delas boas leis não serão originárias. As ordenações se corrompem quando os bons costumes estão corrompidos e os bons costumes se corrompem quando há muita desigualdade na cidade. Percebemos, portanto, uma relação cíclica entre ordenações, leis, costume, corrupção e desigualdade.

As boas leis mantêm uma relação de dependência com as ordenações, que dependem dos costumes, que dependem da existência de igualdade no corpo político. Abrimos aqui um parêntesis sobre o tema da igualdade. O tema não foi por nós investigado de maneira aprofundada, porque esse não era o objetivo inicial da pesquisa e também porque, não tínhamos condições de realizar os aprofundamentos teóricos necessários. Entretanto, mencionamos alguns questionamentos anteriormente debatidos por outras pesquisadoras³³³ sobre o tema. A igualdade a que Maquiavel se refere é material ou apenas política? Entendemos que esse é um tema aberto, que pode ser objeto de pesquisas futuras, mas nossa hipótese é de que há necessidade de igualdade material. Isso porque, Maquiavel aborda a importância do povo refrear o desejo de ambição dos grandes, quando passou o povo a exigir a reforma agrária, através da partilha das propriedades adquiridas pela expansão militar romana. Assim, a igualdade apta a refrear ambição dos grandes é também material.

Sobre o tema da desigualdade, o questionamento sobre a necessidade de uma igualdade material ou política para Maquiavel, se dá quando menciona a lei agrária romana e afirma que a plebe deveria ter se dado por satisfeita quando conseguiu participação política com a instituição da ordenação dos tribunais. No entanto, ela não se contentou com a participação política na cidade e passou a desejar também o patrimônio (as terras), que até então ficava sob o domínio dos grandes. Isso seria suficiente para argumentar que a igualdade para Maquiavel seria somente política e não a material? Reafirmamos nossa resposta negativa. Nossa hipótese é a de que a igualdade teria também um cunho material.

³³³ Vide OSTRENSKY, Eunice. *Maquiavel: ambição e o dilema das leis agrárias*. Lua Nova: Revista de Cultura e Política, São Paulo, número 107 - Dossiê Teoria Política Clássica: pp. 55-90, 2019.

Defendemos o cunho material da igualdade amparados, tanto na narrativa dos *Discursos* - que ressalta o papel da plebe no caso da lei agrária dos irmãos Graco, refreando a ambição dos grandes, solicitando divisão das terras – quanto no *Discurso sobre as formas de governo de Florença*. Nessa última obra, Maquiavel afirma sobre Milão que aquela cidade tem uma nobreza que precisa ser extinta para se estabelecer a igualdade dos cidadãos. Isso, em certa medida, nos leva a compreender a necessidade da igualdade material. Ocorre que, embora levantemos algumas hipóteses, não investigamos a fundo se a igualdade deve ser material e/ou política e a deixamos como indicação para futuras investigações.

No episódio dos irmãos Graco, interessa-nos, sobretudo, a lei agrária. Isso porque, quando Maquiavel abordou a revolta da plebe romana, afirmou que a lei agrária estava demasiadamente voltada para o passado e que o povo, quando passou a ter o mesmo desejo dos grandes - que era o desejo de ter parte nas terras adquiridas por meio da expansão militar - teria iniciado a ruína de Roma. Isso porque, defende Maquiavel, a lei agrária romana que limitava a propriedade de terras das pessoas e instituía a divisão das terras conquistadas em expansões militares com a plebe, teria desagradado aos nobres duplamente. Assim, por questões patrimoniais, a plebe recorreu a meios extraordinários, causando uma ruptura no corpo político, ocasionando um confronto armado, com muito derramamento de sangue. A lei agrária foi, para Maquiavel, a causa da ruína de Roma.

Quando aborda a lei agrária, Maquiavel nos apresenta outra dimensão sobre a lei romana. Isso porque, as leis romanas eram elogiadas, e até então apresentadas, como algo benéfico e desejável ao corpo político. As leis, até então, foram apresentadas por Maquiavel como produto do conflito dos humores, voltadas ao bem comum e à finalidade pública. Maquiavel indicou a lei como instrumento para a criação de necessidade artificial, capaz de tornar os homens bons, com função de manter a liberdade em uma república. Para o pensador, as leis deveriam ser respeitadas e observadas, não deveriam ser desobedecidas e violadas, arbitrária e deliberadamente. Entretanto, no episódio da lei agrária romana, a lei é apresentada por outro viés, com uma potencialidade lesiva capaz de destruir o corpo político, eis que a lei agrária

teria sido, para Maquiavel, a causa de ruína de Roma ao provocar uma cisão irreparável naquela cidade.

Em um primeiro momento, ficamos um tanto confusos com a forma como Maquiavel narra o episódio da lei agrária, principalmente sobre as considerações que tece a respeito de Tibério Graco e sobre qual ambição (se a dos grandes ou a da plebe) causou a ruína de Roma. Sobre Tibério, foi ele um tribuno da plebe e defendia a reforma agrária em Roma através da redistribuição de terras. Maquiavel, tanto elogia suas intenções, e de seu irmão Caio, quanto os critica. Parece atribuir à plebe a culpa pela ruína da cidade e não aos grandes, devido à sua demasiada ambição. Em contrapartida, afirma que, se não fosse à disposição da plebe em refrear a ambição dos grandes, a cidade de Roma teria chegado à ruína, muito tempo antes. Foi, portanto, a disposição da plebe romana, em refrear a ambição dos nobres, que teria sido, simultaneamente, a causa da ruína e da sustentação de Roma. Isso porque sem essa disposição da plebe, a ruína da cidade teria advindo muito antes, devido à demasiada ambição dos grandes. Maquiavel, assim, tanto defende as intenções dos Graco, quanto os condena pelo tumulto. Essa forma de estruturação do discurso, que nos gerou certa confusão, que argumenta para os dois lados (pró e contra) a fim de que o leitor tire suas conclusões, também pode ser uma herança humanista presente em Maquiavel.

Fechamos o parêntesis sobre a igualdade e retomamos ao tema das ordenações. Esse debate ganha importância quando analisado sob uma perspectiva sistemática em Maquiavel. As ordenações produzem um sistema responsável pela estrutura que sustenta o corpo político. Conforme visto, os conceitos jurídicos fundamentam essa estrutura e por isso, entendemos que confirma a nossa hipótese, a saber, de que o Direito exerce importância primária, central, para Maquiavel. A lei é um elemento central e, por isso, a ela foi dedicado um capítulo inteiro.

O quarto capítulo tratou da lei no *O príncipe* e nos *Discursos* de Maquiavel. A lei exerce várias funções políticas para o pensador. É um instrumento capaz de criar uma necessidade artificial – onde a necessidade natural não existe. Maquiavel afirma que as leis podem obrigar quando a natureza não obriga. A bondade cívica é necessária para possibilitar a vida nas

repúblicas, o *vivere libero*. É à lei que Maquiavel atribui essa função. A vida republicana depende da lei, não de qualquer lei, mas sim daquela que permite a vida livre, presente nas repúblicas. É produto do dissenso, dos tumultos, dos conflitos entre grandes e povo. É o resultado do desafoço de humores, dos apetites diversos que não se aniquilam. É a lei livre de interesse privado e que está voltada para o bem comum e à utilidade pública. É aquela lei que não é utilizada como uma forma de vingança em um corpo político corrompido, no qual uma facção domina a outra e o objetivo da lei se torna favorecer a facção dominante.

Não cansamos de afirmar que Maquiavel deposita no dissenso as boas leis. Os conflitos são próprios do ambiente social, Maquiavel nos dirá, o que importa é que existam meios ordinários de desafoço. Roma, através das instituições, os possuía. Por isso, os conflitos eram benéficos naquela cidade. Florença, em contrapartida, não possuía ordenações que pudessem desafoçar os humores e por isso, nela, os conflitos eram generalizados, produziam facções e acabavam em derramamento de sangue, exílios e com o enfraquecimento da vida republicana.

Maquiavel demonstra toda a sofisticação do seu pensamento. A sociedade em que Maquiavel estava inserido cultuava a concórdia, a união. O pensador, rompendo com a tradição, utilizando-se do exemplo de Roma, afirma que a desunião entre grandes e povo foi a grande responsável pelas leis romanas que garantiram a grandeza daquela cidade. Mas mais do que isso. Maquiavel viu na organização constitucional romana, nas ordenações, os mecanismos necessários para que as boas leis pudessem surgir. Maquiavel não ignora que os conflitos não podem ser institucionalizados. Eles ocorrerão de qualquer forma dentro do corpo político, mas eles poderão ser canalizados para uma via de desafoço, o que surtirá efeitos positivos, visto que, com apetites diversos - grandes desejando dominar e o povo não ser dominado - Roma produzia leis voltadas para o bem comum, a finalidade pública e o interesse coletivo.

Entretanto, os conflitos também eram qualificados em Maquiavel. Se em Roma, os conflitos entre grandes e povo, resultavam em boas leis, já em Florença, como lembrará na *História de Florença*, resultavam em prejuízos à

vida republicana, sempre fugindo do controle. Por qual motivo isso ocorria? Pela ausência de ordenações para desafogar os humores, mas também devido à corrupção florentina, visto que cada qual desejava atender somente aos seus interesses privados e não repartir o poder. O governo misto era para Maquiavel a melhor forma. Governo misto é aquele em que os diversos humores tenham assento.

Em Florença, citando a revolta dos *ciompi*, Maquiavel afirma que, quando os trabalhadores da Arte da lã conseguiram assumir a direção da cidade, excluíram, por completo, a aristocracia florentina. Compara Maquiavel, que, enquanto o povo romano aceitava partilhar o poder com os nobres, o florentino queria exercê-lo com exclusividade. Isso fez com que a aristocracia florentina preparasse sua defesa com maior força e retomasse o poder poucos anos depois, sendo mais injuriosa ainda contra o povo e exercendo o poder de forma mais arbitrária. Além do que, a parte vencedora acabava por se utilizar do poder para ordenar leis em seu próprio favor, em uma espécie de vingança privada contra a parte vencida. Maquiavel ressalta que foi isso que os *ciompi* fizeram na cidade.

Esse modo de agir dos florentinos demonstrava, para Maquiavel, a grande corrupção dos costumes. O tema da corrupção é recorrente em Maquiavel, que o aborda no *O príncipe*, nos *Discursos*. Esse também é o tema central da *História de Florença* e foi o grande objeto da *Mandrágora*, uma comédia que trazia um tolo doutor em leis, extremamente crédulo, enganado por diversos personagens da trama, incluindo a esposa, a sogra, aqueles que pensava serem seus amigos e, até mesmo, um frei. Na *Mandrágora*, a presença do Direito é constatada pelo fato do personagem, que é ridicularizado, ser um *messer* - título atribuído aos juristas, doutores em leis.

Todos riem de *messer* Nícia que se deixa impressionar por algumas palavras ditas, em latim, por um falso médico. Como vimos, o Humanismo Jurídico realizava uma crítica à figura do jurista. Historiadores afirmam que se tratava de uma verdadeira antipatia social ao jurista, como sendo uma figura muito erudita, pedante. Em nosso entendimento, na *Mandrágora*, Maquiavel reproduz esse pensamento do Humanismo Jurídico e apresenta um doutor em leis risível, vítima da corrupção que o cercava, sem dela aperceber-se.

Em *Belfagor* encontramos um verdadeiro tribunal. Embora traga um conteúdo bastante misógino, o que também mostra o tratamento dispensado às mulheres ao tempo de Maquiavel, há nele alegações, partes, juízes, instrução probatória, julgamentos. Há um poder julgador composto por demônios, extremamente democrático e contrário à utilização da tortura como meio de prova, por esta ser odiosa. Ressalta-se que em *Belfagor* Maquiavel destaca que a tortura foi considerada abominável e desprezível pelo corpo de juízes demônios que se recusaram a aplicá-la. Maquiavel traz os juízes demônios muito preocupados com a justiça, temendo serem considerados injustos, mantinham-se atentos à opinião dos cidadãos em relação ao conselho. Assim, defendemos que a obra *Belfagor* traz relações jurídicas sob o aspecto processual e também material.

Rodrigo, o nome humano adotado por *Belfagor* quando veio a terra - que recebeu a missão de verificar se eram realmente as mulheres que faziam os homens serem levados para o inferno, conforme esses alegavam - estabeleceu várias relações jurídicas. Casou-se, celebrou contratos, estabeleceu domicílio, tentou fraudar credores. Todas essas atividades mencionadas por Maquiavel tocam o Direito de alguma maneira e demonstram a facilidade que o pensador possuía para transitar por conceitos jurídicos.

Como mencionado, a *História de Florença* também é uma obra voltada à demonstração de como os costumes corrompidos prejudicam as leis, as ordenações e a estabilidade do corpo político. Maquiavel demonstra, a partir de Florença, o que já afirmava em outras obras, a saber, o quanto a divisão das cidades em facções é perniciosa. Isso porque, uma das facções pode sempre socorrer-se de forças estrangeiras para tentar aniquilar a outra e, com isso, deixar o corpo político vulnerável e sujeito à dominação estrangeira. Assim, quando Maquiavel elogia os conflitos, como sendo o combustível para as boas leis, pressupõe que os costumes não estejam corrompidos, que o interesse privado não esteja sobreposto ao público e que a desunião não esteja tão robusta, a ponto de criar facções.

Chama muito a atenção o fato de Maquiavel, na *História de Florença*, quando narra a revolta dos *Ciampi* – dar voz a um plebeu. Outros historiadores já haviam narrado essa revolta, mas Maquiavel foi o primeiro a contá-la a partir

de um plebeu – o orador anônimo, líder dos *ciompi*. Através de um discurso profundamente igualitário, relatado por Maquiavel, o orador anônimo afirma que a única diferença entre os plebeus e nobres estava na vestimenta. Se trocassem de roupas, nobres se passariam por plebeus e esses por aqueles. Sob a perspectiva do Direito, o discurso do orador anônimo traz em si a reivindicação pela igualdade em Florença. Além disso, a revolta dos *ciompi* pode ser analisada sob o viés jurídico dos crimes incitados e praticados, as estratégias violentas utilizadas, os saques, roubos, incêndios, ações que causaram violações à ordem.

A imensa desigualdade de Florença foi destacada por Maquiavel. O pensador afirmava que o grande fator responsável pela corrupção era a desigualdade. Se, portanto, Florença não conseguia produzir conflitos com bons resultados e, conseqüentemente, com boas leis, era porque estava corrompida; isto é, estava corrompida porque possuía grande desigualdade. A desigualdade é, assim, a propulsora da corrupção para Maquiavel, porque quando instaurada em um corpo político o equilíbrio das relações de poder se encontra prejudicado. Não haveria espaço para um governo misto. O poder passaria a ser exercido somente por uma das partes, o que tornaria impossível as boas leis, porque essas tenderiam ao interesse privado.

O tema da desigualdade também aparece no *Discurso sobre as formas de governo de Florença após a morte do jovem Lorenzo de Medici*. Nessa obra, Maquiavel afirma que onde a desigualdade é grande, não é possível que se estabeleça uma república e onde é pequena, não se pode estabelecer um principado. A igualdade e o respeito às leis, são dois pressupostos republicanos para Maquiavel. No *Discurso sobre as formas de governo de Florença*, Maquiavel conclui que naquela cidade, naquele momento, havia grande igualdade e que, por isso, seu regime de governo adequado seria o republicano. Como se viu, somente nas repúblicas o *vivere libero* é possível. Somente nas repúblicas há leis que favorecem a liberdade. Nos principados as leis possibilitam o *vivere civile* – uma vida regulamentada também pelas leis – eis que o príncipe também deve obedecer às leis, mas não o *vivere libero*.

No capítulo dedicado às leis, analisamos os fratricídios em Maquiavel. O pensador, ao mesmo tempo em que absolve Rômulo pela morte de Remo, não

julga da mesma forma Horácio, que matou a irmã em um ato cruel, porque esta chorava a morte do marido. A absolvição de Rômulo por Maquiavel se dá porque os motivos de seu fratricídio não foram egoístas. Matou o irmão Remo e instituiu o Senado. Há, ainda, outra razão. Pelo que nos parece, devido ao amparo das previsões do Código romano de Justiniano, os muros romanos eram considerados sagrados. Pelas leis religiosas não se poderia adentrar a Roma violando os muros da cidade. Quando Remo violou os muros, Rômulo pode ter agido amparado pelas normas religiosas da época. As normas religiosas, como vimos, foram a fundamentação das primeiras regras jurídicas.

Nesse sentido, o fratricídio cometido por Rômulo, que foi apontado historicamente como um exemplo de violação do Direito em Maquiavel, pode ter sido, na verdade, o cumprimento de uma primeira lei religiosa, que posteriormente aparece no Código Justiniano, como lei civil. O *Digesto* de Justiniano reproduziu a lei que determina que os cidadãos romanos não poderiam adentrar à cidade pulando os muros ou usando escadas para tanto. Prevvia o Código Justiniano a pena capital para quem assim agisse. Assim, a defesa de Rômulo por Maquiavel, que ao seu tempo confrontava com a opinião religiosa, pode encontrar amparo jurídico no *Digesto*, livro do *Corpus Juris Civilis* de Justiniano.

Nesse sentido, iniciamos e concluímos nossa investigação ressaltando a influência que o Direito romano exerceu sobre o pensamento de Maquiavel. Apontamos vários momentos em que o Direito exerce função central, primária, fundamental, estrutural para o pensador. Defendemos que não é possível sustentar uma visão republicana de Maquiavel sem reconhecer a centralidade da lei. Por fim, ressaltamos que não pretendemos esgotar o tema, mas sim propor reflexões e testar nossa hipótese, deixando indicações de muitas questões correlatas que ainda pendem de investigação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

PRIMÁRIA

MACHIAVELLI, Niccolò. *Discorsi Sopra la Prima Deca di Tito Livio*. Edizione Elettronica Realizzata da Alessio Stefani. Modigliana: AMI Books, 2003.

MACHIAVELLI, Niccolò. *Tutte le Opere*. A cura de Mario Martelli. Firenze: Sansoni Editore, 1971.

MAQUIAVEL, Nicolau. *A Mandrágora*. Publicado pela editora virtual por LL Library, 2013. Disponível em <https://www.amazon.com.br/Mandr%C3%A1gora-Com-Notas-Nicolau-Maquiavel-ebook/dp/B00D1YO7YM>. Acesso em: 01 jul. 2019.

_____. *Belfagor uma novela agradabilíssima*. In: *Os 100 melhores contos de humor da literatura universal*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 2001.

_____. *Diálogo sobre nossa língua e Discurso sobre as formas de governo de Florença após a morte do jovem Lorenzo de Medici*. Helton Adverse, organizador. *Diálogo sobre nossa língua: Introdução, tradução e notas de Helton Adverse. Discurso sobre as formas de governo de Florença após a morte do jovem Lorenzo de Medici: introdução, tradução e notas de Gabriel Pancera*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

_____. *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2007.

_____. *Discurso sobre as coisas florentinas depois da morte de Lourenço Medici o jovem*. Tradução: Joel César Bonin/Unioeste. Revisão: José Luiz Ames/Unioeste. *Revista Tempo da Ciência* (15) 30 : 9-27, 2º semestre 2008.

_____. *História de Florença*. Glossário Patrícia Fontoura Aranovich. Tradução MF. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

_____. *O Príncipe*. Edição Bilingue Tradução, introdução e notas de Diogo Pires Aurélio. São Paulo: Editora 34, 2017.

_____, *O Príncipe*. Tradução de Maria Julia Goldwasser. Revisão de Roberto Leal Ferreira. Editora Martins Fontes, São Paulo, 2008.

_____, *Política e Gestão Florentina*. Tradução e notas de Renato Ambrósio. Série Ciências Sociais na Administração, Departamento de Fundamentos Sociais e Jurídicos da Administração, FGV- EAESP). Multiplic Serviços de Impressão, São Paulo: FSJ, 2010.

SECUNDÁRIA

ABUD, Katia Maria. *A guardiã das tradições: a História e o seu código curricular*. Educar em Revista, núm. 42, outubro-diciembre. Universidade Federal do Paraná, Brasil, 2011, pp. 163-171.

A BÍBLIA. *Livro do Gênesis*. Antigo Testamento. Disponível em <https://www.bibliaonline.com/>. Acesso em 24 jun. 2018.

ADVERSE, Helton. *A matriz italiana*. in Matizes do Republicanismo. Newton Bignotto (organizador). Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013 (p. 52-125).

_____. *Lei e Liberdade em Maquiavel in Espaços da Liberdade Homenagem a Sérgio Cardoso*. Organizadores: Telma de Souza Birchall e Maria Cristina Theobaldo. 1ª. ed. Cuiabá- MT: EdUFMT, 2018.

_____. *Maquiavel, a República e o desejo de liberdade*. Trans/Form/Ação, São Paulo, 30(2): 33-52, 2007.

_____. *Maquiavel, o conflito e o desejo de não ser dominado*. In: Filosofia Política e Cosmologia. PINTO; Fabrina Magalhaes (org); BENEVENUTO, Flávia (org). São Bernardo do Campo- SP: Editora UFABC, 2017.

_____. *Maquiavel, política e a Secularização*. Encontro Nacional da ANPOF. Filosofia do Renascimento e Moderna. Organizadores Marcelo Carvalho e Vinicius Figueiredo. São Paulo: ANPOF, 2013b.

_____. *Maquiavel*. AVRITZER, Leonardo; BIGNOTTO, Newton; Guimarães, Juarez; STARLING, Heloísa Maria Murgel. *Corrupção Ensaio e Críticas*. Editora UFMG: Belo Horizonte, 2012, p. 21-38.

AGOSTINHO, Santo. *A Cidade de Deus. Volume II* (Livros IX ao XV). Tradução do original do Latim intitulado *De Civitate Dei*. Tradução, Prefácio, Notas biográficas e transcrições de J. Dias Pereira. 2^a ed. Lisboa: Serviços de Educação e Bolsas Fundação Calouste Gulbenkian, 2000.

AMES, José Luiz. *A função do poder militar na vida política segundo Maquiavel*. Revista *Ética e Filosofia Política*. Volume 8, número 1, junho de 2005.

_____. *A Lógica da Ação Política. Série de Estudos Filosóficos*. Cascavel: EDUNIOESTE, 2002.

_____. *Conflito e Liberdade a vida política para Maquiavel*. Curitiba: Editora CRV, 2017.

_____. *Lei e Violência ou a legitimação política em Maquiavel*, *Tras/Form/Ação*, v. 34, 2011.

_____. *Liberdade e Conflito: o confronto dos desejos como fundamento da ideia de liberdade em Maquiavel*, *Kriterion*, n. 119, 2009.

_____. *Religião e Política no Pensamento de Maquiavel*. Revista *Kriterion*, Belo Horizonte, n° 113, Jun/2006, p. 51-72.

_____. *Uso político da religião e o uso religioso da política: uma análise a partir de duas interpretações exemplares- Marsílio e Maquiavel*. *Clareira – Revista de Filosofia da Região da Amazônia*. Volume 1. Número 2. Ago-Dez, 2014. p. 220-239.

AQUINO, Santo Tomás de. *Suma Teológica*. Tradução de Alexandre Correia. Transcrição da edição de 1936. Disponível em <http://alexandriacatolica.blogspot.com/2017/04/suma-teologica-traducao-de-alexandre.html>. Acesso em 24 jun. 2019.

ARANOVICH, Patrícia Fontoura. *Introdução in História de Florença*. São Paulo, Martins Fontes, 2007.

_____. *Di Fortuna e a Fortuna em Maquiavel*. *Cadernos de Ética e Filosofia Política* n. 18, São Paulo: 1/2011, pp.221-230.

ARIENZO, Alessandro. *Libertà e Desiderio Machiavelli e quel naturale Desiderio di comune beneficio*. In *La Libertà Ostinata Machiavelli e i Confini Del Potere*. A cura di Attilio Scuderi. Milano-Udine: Mimesis/Eterotipie, 2018.

AZAR FILHO, Celso Martins. *Maquiavel* In: Dicionário de Filosofia do Direito. Coordenação de Vicente de Paulo Barreto. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2009, p. 568-571.

BACELLI, Luca. *Machiavelli, la tradizioni repubblicana e lo stato di diritto*. In: P. Costa, D. Zolo (a cura di), *Lo Stato di diritto*. Storia, teoria, critica. Milano, Feltrinelli, 2003, p. 424-459. Tradução para uso didático de José Luiz Ames.

BALDELLI, Geovani Battista. *Elogio a Nicolau Maquiavel*. Especial Maquiavel: 500 anos do *O Príncipe*. Tradução de Patrícia Fontoura Aranovich e Isadora Prévide Bernardo. Revista USP. Cadernos de Ética e Filosofia Política, v. 1, número 24, 2014.

BARBUTO, Marcelo. *Antropología, ley y política en los Discursos de la Primera década de Tito Livio*. En *Primeras Jornadas de Teoría y Filosofía Política*, Buenos Aires, 21 y 22 de agosto de 1998. Facultad de Ciencias Sociales, Un Disponible em: <http://168.96.200.17/ar/libros/barbut01.rtf>. Acesso em 14/08/2007.

BARON, Hans. *The crisis of Early Italian Renaissance*, Princeton University Press, 1955.

BARROS, Alberto Ribeiro G. de. *Quentin Skinner e a liberdade republicana em Maquiavel*. Revista Discurso, volume 46, número 2. 2015 (p. 187-206). Disponível em <http://www.revistas.usp.br/discurso/article/view/112514>. Acesso em 30 ago. 2020.

BENETTI, Fabiana de Jesus. *O conceito de povos nos escritos de Maquiavel*. Tese (em Filosofia) Programa de Pós-graduação em Filosofia, Universidade Estadual do Oeste do Paraná- UNIOESTE. Toledo, 2021. Disponível em <http://tede.unioeste.br/handle/tede/5569>. Acesso em 03 out. 2021

BENEVENUTO, Flávia. Apresentação da Tradução do *Elogio a Maquiavel*, de *Giovanni Battista Baldelli*. Especial Maquiavel: 500 anos do *O Príncipe*. Revista USP. Cadernos de Ética e Filosofia Política, v. 1, número 24, 2014.

_____. *Virtù e valores no pensamento de Maquiavel*. Dissertação apresentada ao Departamento de Filosofia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Belo Horizonte: 2003.

_____. *Maquiavel: do cosmos medieval ao renascentista, a fortuna e as circunstâncias da liberdade*. Revista Veritas de Filosofia da PUC RS. v. 59, n. 1, 2014. jan.-abr. p. 59-85.

_____. *Maquiavel e a Licença*. Cadernos de ética de Filosofia Política, número 24. Especial Maquiavel 500 anos do *O príncipe*. FFLCH- USP, 2014, p. 75-87. Disponível em <https://www.revistas.usp.br/cefp/issue/view/6574>. Acesso em 03 jul. 2021.

_____. *Maquiavel e a Tradição do governo misto*. Filosofia do Renascimento e Século XVII. Coleção XVI Encontro Anpof. São Paulo ANPOF, 2015, p. 38-50

_____. *Sobre a novidade de Maquiavel: notas sobre a interpretação lefortiana do proêmio dos Discorsi*. Revista Discurso. V. 48, n. 1, 2018, p. 109-119.

BENEDICTIS, Angela De. “*Dove moltiterranoniu si gastiga...*” *Istorie Fiorentine*, III, 13). *La Lingua dela giurisprudenza e i tumulti in Machiavelli*. In: LABRIOLA, Giulia Maria; ROMEO, Francesco (Org). *Niccolò Machiavelli e la tradizione Giruridica Europea*. Napoli: EditorialeScientifica, 2016, p. 75-96.

BENNER, Erica. *Machiavelli Ethic's*. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 2009.

BERNS ,Thomas. *Exposition du politique au mal ou absorption du mal par le politique. Machiavel et la philosophie*. Disponível em: http://www.philodroit.be/spip.php?page=auteur_publ&id_auteur=15&lang=fr >. Acesso em : 29/05/2017.

_____. *Le Retour a L'origine de L'état*. Archives de Philosophie. Université Libre de Bruxelles, 59, 1996 , p-219-248

_____. *Legge e Violenza. A partire da Machiavelli Discorsi sopra La prima deca di Tito Lívio, Libro I, Capitolo 9*. Filosofia Política/ a. X, n. 1; aprile 1996.

_____. *Violence de la loi à la renaissance: l'originare du politique chez Machiavel et Montaigne*. Paris: Éditions Kimé, 2000.

BIGNOTTO, Newton. *A antropologia negativa de Maquiavel*. ANALYTICA, Rio de Janeiro, vol 12 nº 2, 2008, p. 77-100.

_____. *Maquiavel*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

_____. *Maquiavel Republicano*. São Paulo: Loyola, 1991.

_____. *Origens do republicanismo moderno*. 2ª edição. Niterói: Eduff, 2021.

_____. Republicanismo: AVRITZER, Leonardo; BIGNOTTO, Newton; Guimarães, Juarez; STARLING, Heloísa Maria Murgel. *In Corrupção Ensaio e Críticas*. Editora UFMG: Belo Horizonte, 2012, p.87-93.

_____. Republicanismo. In: *Dicionário de Filosofia do Direito*. Coordenação de Vicente de Paulo Barreto. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2009, p. 716-719.

BONI, Luis Alberto de. *In Dicionario de Filosofia do Direito*. Coordenador Vicente de Paula Barretto. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2009 (Verbete Guilherme de Ockham, p. 615-618).

BORRELLI, Gianfranco. *Praticare i conflitti. Il Primato del “vivere politico” e il posto della legge in Machiavelli*. In: LABRIOLA, Giulia Maria; ROMEO, Francesco (Org). *Niccolò Machiavelli e la tradizione Giuridica Europea*. Napoli: Editoriale Scientifica, 2016, p. 97-119.

BOULET-SAUTEL, Marguerite. HAROUEL, Jean-Louis. Glosa e exegese *in Dicionário da Cultura Jurídica*. Organização Denis Alland e Stéphane Rials. Tradução Ivone Castilho Benedetti. Revisão Técnica Márcia Villares de Freitas. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012, p.844-848.

BRASIL. *Código Civil Brasileiro. Lei 10.406 de 10 de janeiro de 2002*. Disponível em [http:// <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406.htm>](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406.htm). Acesso em: 20 jun. 2019.

BURCKHARDT, Jacob. *A Cultura do Renascimento na Itália*. Brasília: UNB, 1991.

CANELA, Kelly Cristina. *O Estupro no Direito romano*. São Paulo: Unesp, 2012.

CARDOSO, Sergio. *A matriz Romana*. In *Matrizes do Republicanismo*. Newton Bignotto (organizador). Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013 (p. 13-49).

_____. *Em direção ao núcleo da 'obra Maquiavel': sobre a divisão civil e suas interpretações*. Revista Discurso, USP. v.4. n. 2, p. 207-247, 2015.

CASSIRER, Ernst. *Indivíduo e Cosmos na Filosofia do Renascimento*. Tradução do alemão João Azenha Jr. Tradução do grego e do latim Mario Eduardo Viaro. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

CHEVALLIER, Jean-Jacques. *As grandes obras políticas de Maquiavel aos nossos dias*. Tradução de Lydia Cristina. 8. - ed./2. Impr. Rio de Janeiro: Agir, 1999.

CÍCERO, Marco Túlio. *Dos Deveres*. Coleção Clássicos. Tradução do latim de Angélica Chiapera. Revisão da tradução de Gilson César Cardoso de Souza. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

CÓDIGO DE HAMURABI, Manual dos Inquisidores, Lei das XII Tábuas, lei de Talião. Tradução do texto cuneiforme. Organizador Manoel Carlos Bueno- 2^a ed. CL EDIJUR – Leme/SP – 2019.

COELHO, Maria Francisca Pinheiro; MENEZES, Marilde Loiola de. *A política da guerra em Maquiavel*. Revista Brasileira de Ciência Política, n° 12, Brasília, setembro-dezembro de 2013, pp. 127-153.

COSTA, José Silveira da. In *Dicionário de Filosofia do Direito*. Coordenador Vicente de Paula Barretto. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2009 (Verbete Tomás de Aquino, p. 824-826).

COULANGES, Numa-Denys Fustel de. *A Cidade Antiga*. Tradução de Frederico Ozanam Pessoa de Barros. Editora das Américas S.A – EDAMERIS, São Paulo, 1961.

CRETELLA JÚNIOR, José. *Curso de Direito romano: o Direito romano e o Direito civil brasileiro no Novo Código Civil*. Rio de Janeiro: Forense, 1998.

_____, José. *Curso de Direito romano: o Direito romano e o Direito civil brasileiro no Novo Código Civil*. Rio de Janeiro: Forense, 2004.

CRETELLA Júnior; CRETELLA, Agnes. *A figura de Justiniano. In Institutas do Imperador Justinian: manual didático para uso dos estudantes de Direito de Constantinopla*. Tradução de J. Cretella Jr e Agnes Cretella- 2 ed. São Paulo: editora Revista dos Tribunais, 2005.

CUTINELLI-RÉNDINA, Emanuele. *Rileggendo gli "Scritti su Machiavelli" di Federico Chabod*. Il Mulino- LA CULTURA / a. XXXIX, n. 2, agosto 2001 (p. 199- 235).

DEL LUCCHESI. *Disputare e Combattere. Modi del conflitto nel pensiero politico di Niccolò Machiavelli*. Il Mulino. Rivisteweb. Filosofia Política (ISSN 0394-7297) Fascicolo 1, aprile, (p. 71-95), 2001.

_____. Filippo. Machiavelli and constituent power: The revolutionary foundation of modern political thought. *European Journal of Political Theory* 16 (2017), p. 3-23. Disponível em: https://www.academia.edu/7696378/_Machiavelli_and_Constituent_Power_the_Revolutionary_Foundation_of_Modern_Political_Thought_European_Journal_of_Political_Theory_16_2017_pp._3-23. Acesso em 27/01/2017. Tradução para uso didático de José Luiz Ames

_____. Tumulti e indignatio: conflitto, diritto e moltitudine in Machiavelli e Spinoza. Milano: Edizioni Ghibli, 2004a.

_____. Tumulti e indignatio: conflitto, diritto e moltitudine in Machiavelli e Spinoza. Milano: Edizioni Ghibli, 2004b. Tradução para uso didático de José Luiz Ames

DELUMEAU, Jean. *A Civilização do Renascimento*. V. 1. Tradução de Manuel Ruas. Lisboa: Editorial Estampa, 1994.

DESCENDRE, Romain. *Possedere quel regno giuridicamente. Machiavelli, il diritto e il potere 'civile*. In: LABRIOLA, Giulia Maria; ROMEO, Francesco (Org). *Niccolò Machiavelli e la tradizione Giuridica Europea*. Napoli: Editoriale Scientifica, 2016, p. 35-47.

FEMIA, Joseph. *MACHIAVELLI AND ITALIAN FASCISM. HISTORY OF POLITICAL THOUGHT*. Vol. XXV. No. 1. Spring 2004. (p. 1-15).

FROSINI, Fabio. *Guerra e Política in Machiavelli*. Tempo da Ciência: Revista de Ciência Sociais do Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* em Ciências Sociais da Unioeste/ Campus de Toledo v. 1- n. 1- Toledo, Ed: Toledo, 1994.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. *Maquiavel. Política e Gestão Florentina*. (Serie Ciências Sociais na Administração, Departamento de Fundamentos Sociais e Jurídicos da Administração, FGV-EAESP). São Paulo: FSJ, 2010.

GAGLIANO, Pablo Stolze. PAMPLONA FILHO, Rodolfo. *Novo Curso de Direito Civil. Contratos em Espécie*. Volume 4. 6ª 4d. São Paulo: Saraiva, 2013.

GARCÍA, Eloy. *ISTORIE FIORENTINE DE MAQUIAVELO: UNA PRIMERA DEFINICIÓN MODERNA DE CORRUPCIÓN*. UNED. *Teoría y Realidad Constitucional*, núm. 25, 2010, pp. 57-67.

GAUDEMET, Jean. *Corpus Iuris Civilis in Dicionário da Cultura Jurídica*. Organização Denis Alland e Stéphane Rials. Tradução Ivone Castilho Benedetti. Revisão Técnica Márcia Villares de Freitas. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012, p.334-340.

GILBERT, Felix. *Machiavelli e il suo tempo*. Società editrice Il Mulino, Bologna, 1964.

GUIDI, Andrea. *Um Segretario Militante. Política, diplomacia e armi nel Cancellieri Machiavelli*. Istituto Italiano di scienza umane. Bolinha: Società editrice il Mulino, 2009.

GULLO, Giuseppe. *Prudenza e Politca*. Edizione Domenicane Italiane: Napoli, 1974.

GOYARD-FABRE. Simone. *Filosofia e razão Jurídica*. Tradução Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão; revisão de tradução Márcia Valéria Martinez de Aguiar. – São Paulo: Martins Fontes, 2006.

_____, *Os Fundamentos da Ordem Jurídica*. Tradução Cláudia Berliner; revisão da tradução Maria Eermentina Galvão. – São Paulo: Martins Fontes, 2002.

_____. Os Princípios Filosóficos do Direito Político Moderno. Tradução de Irene A. Paternot. – São Paulo: Martins Fontes, 1999.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Volume 3: Maquiavel. Notas sobre o Estado e a Política. Edição e tradução de Carlos Nelson Coutinho. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GRIMAL, Pierre. *Mitologia Grega*. Tradução de Rejane Janowitz. São Paulo: L&PM POCKET, 2009.

GROSSI, Paolo. *A ordem jurídica medieval*. Tradução de Denise Rossato Agostinetti; revisão técnica de Ricardo Marcelo Fonseca. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

_____. *Para além do subjetivismo jurídico moderno*. Tradução de Ricardo Marcelo Fonseca. In: FONSECA; Ricardo Marcelo; SEELAENDER, Airton Cerqueira Leite (orgs). *História do Direito em Perspectiva Do Regime Antigo à Modernidade*. Curitiba: Juruá, 2012, p. 19-29.

HAFT, Fritjof. *Direito e Linguagem*. In: Introdução à filosofia do Direito e à teoria do Direito contemporâneas. org. A. Kaufmann, W. Hassemer ; trad. Marcos Keel, Manuel Seca de Oliveira ; rev. cient., coord. António Manuel Hespanha. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002, p. 303- 326.

HALICARNASO, Dionísio de. *História Antiga de Roma..* Libros I-III . introdución Domingo Plácido. Tradución y notas de Elvira Jiménez y Ester Sánchez. Biblioteca Clássica Gredos 73. Editorial Gredos, Madrid: 1984.

HESPANHA, António Manuel. *Cultura Jurídica Europeia: síntese de um milênio*. Coimbra- Portugal: Edições Almedinas, 2012.

HOWES, Dustin Ells. *Creating Necessity: Well-Used Violence in the Thought of Machiavelli*. Vol. 20, Nos. 1-2 (2012) ISSN 1069-0697, 183-207.

JUSTINIANO I, Imperador do Oriente, 483-565. *Digesto de Justiniano, liber primus*: introdução ao Direito romano. Tradução de Hécio Maciel França Madeira- Prólogo Pierangelo Catalano. Edição bilíngue: latim-português. 6ª ed. rev. e ampl. da tradução – São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2012.

JUSTINIANO I, *Institutas* do Imperador Justiniano: manual didático para uso dos estudantes de Direito de Constantinopla, elaborado por ordem do Imperador Justiniano, no ano de 533 d. C/tradução J. Cretella Jr. E Agnes Cretella – 2. ed. ampl.e rev. da tradução. – São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2005.

KELSEN, Hans. *Teoria Pura do Direito*. Tradução de João Baptista Machado. 6^a ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

LABRIOLA, Giulia Maria; ROMEO, Francesco. *Niccolò Machiavelli e La Tradizione Giuridica Européia*. Nápoles, Itália: Editoriale Scientifica Napoli, 2016.

LACERDA NETO, Arthur Virmond de. *Direito Penal Romano*. Curitiba: J. M Livraria Jurídica e Editora, 2013.

_____, Arthur Virmond de. *Estudos de Direito romano*. Curitiba: J. M Livraria Jurídica e Editora, 2012.

LARIVAILLE, Paul. *A Itália no tempo de Maquiavel: Florença e Roma*. Tradução de Jônatas Batista Neto. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

LEBEN, Charles. *A Ordem Jurídica in Dicionário da Cultura Jurídica*. Organização Denis Alland e Stéphane Rials. Tradução Ivone Castilho Benedetti. Revisão Técnica Márcia Villares de Freitas. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012, p. 1286-1293.

LEFORT, Claude. *O Trabalho da obra*. Tradução Gabriel Pancera, Helton Adverse e José Luiz Ames. 2019.

LIMONGI, Maria Isabel. *Maquiavel e Hume sobre a natureza das leis e seus fundamentos sociais*. Kriterion, Belo Horizonte, n° 140. Ago. 2018, p. 571-589.

LÍVIO, Tito. *História de Roma. Livro I - A Monarquia*. Tradução Monica Costa Vitorino. Introdução e Notas Júlio Cesar Vitorino. Revisão da tradução Guilherme Gontijo Flores. Edição bilíngue. Editora Crisálida, Belo Horizonte, 2008.

LÍVIO, Tito. *História de Roma. Livro II – Ab Urbe Conditia Libri*. Segundo Volume. Introdução, tradução e notas de Paulo Matos Peixoto. Editora Paumape, São Paulo: 1989.

MADEIRA, Eliane Maria Agati. *O Digesto de Justiniano in Digesto de Justiniano Liber Primus*. Introdução ao Direito romano, 6ª edição. Tradução Hécio Macile França Madeira. Edição bilíngue Latim-português. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais (RT), 2012.

MARKY, Thomas. *Curso Elementar de Direito romano*. 8ª ed. – São Paulo: Saraiva, 1995.

MARTINS, José Antônio. *Notas sobre os conflitos Políticos nas Histórias Florentinas in Espaços da Liberdade Homenagem a Sérgio Cardoso*. Organizadores: Telma de Souza Birchall e Maria Crsitina Theobaldo. 1ª. ed. Cuiabá- MT: EdUFMT, 2018.

MEI, Eduardo. *Nicolô Machiavelli: a ordem e a violência*. Caderno PREMJSAS n° 6, abril de 1994.

MERLEAU-PONTY, Maurice. *Signos*. Tradução de Maria Ermantina Galvão Gomes Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

METTENHEIM, Kurt. *Servidor Republicano: política nos “textos menores” de Maquiavel*. Revista Brasileira de Ciência Política, n° 12, Brasília, setembro a dezembro de 2013, pp. 99-126.

MOUDARRES, Andrea. *The Enemy at Home: Fratricide and Civil Strife in Machiavelli's Thought*. MLN 129 (2014): 22–41 by Johns Hopkins University Press.

MOUFFE, Chantal. *El retorno de lo político Comunidad, Ciudadanía, pluralismo, democracia radical*. Tradução de Marco Aurelio Galmarini e Cubietta de Vitor Viano. Editorial Paidós: Barcelona. Espanha, 1999.

NEVES, CÍCERO ROBSON COIMBRA; STREIFINGER, MARCELLO. *Manual de Direito Penal Militar*. eBook. São Paulo: Editora Saraiva, 2012.

NOGUEIRA, Adeilson. *O Código de Justiniano*. eBook Kindle. Editora Clube dos Autores, 2020.

OSTRENSKY, Eunice. *Maquiavel: ambição e o dilema das leis agrárias*. Lua Nova: Revista de Cultura e Política, São Paulo, número 107 - Dossiê Teoria Política Clássica: pp. 55-90, 2019.

PALMA, Rodrigo Freitas. *Direito Militar Romano*. Curitiba: Juruá, 2010.

PANCERA, Carlo Gabriel Kszan.. *Maquiavel entre Repúblicas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

PANELLA, Antonio. *Gli Antimachiavellici*. Biblioteca Storica Sansoni. Nuova Serie. G. C. Sansoni - Editore Firenze. Firenze: 1943.

_____. *Instituições de Direito Civil. Contratos*. Volume III. Atualização de Caitlin Mulholland. 20ª edição. Rio de Janeiro: Forense, 2016c.

_____. *Instituições de Direito Civil. Direitos Reais*. Volume IV. Atualização de Edison do Rêgo Monteiro Filho. 24ª edição. Rio de Janeiro: Forense, 2016a.

_____. *Instituições de Direito Civil. Introdução ao Direito Civil Teoria Geral do Direito Civil*. Volume I. Atualização de Maria Celina Bodin de Moraes. 29ª edição. Rio de Janeiro: Forense, 2016b.

PESSÔA, Eduardo. *História do Direito romano*. São Paulo: Habeas Editora, 2001.

PETIT, Philip. *Republicanism Una teoría sobre la libertad y el governo*. Tradução de Toni Domenéch. Barcelona: Paidós, 1999.

PINTO, Fabrina Magalhães; MORETTI, Matheus Teixeira. *A Historiografia do Humanismo Cívico e o pensamento político de Leonardo Bruni*. Disponível em <https://periodicos.uff.br/cantareira/article/view/42912/28094>. Acesso em 21 jun. 2021. Cantareira, 34ª ed. Jan.-Jun 2021 (p. 565-585).

_____; Falcão, Luís. *História, república e fundação da cidade de Florença em Coluccio Salutati, Leonardo Bruni e Maquiavel*. Disponível em <file:///C:/Users/User/Downloads/1619-Texto%20do%20artigo-7034-4-10-20210429.pdf>. Acesso em 21 jun. 2021. História da Historiografia. Ouro Preto, v. 14, n. 35, p. 53-82, Jan-abr. 2021.

PINTO JÚNIOR, Conselheiro João José. *Curso Elementar de Direito romano*. Direito romano na Faculdade de Recife. Pernambuco: Typographia Econômica, 1888.

PITIKIN, Hannah. *Gênero e política no pensamento de Maquiavel*. Tradução de Roberto Cataldo Costa. Revisão da tradução por Flávia Biroli. *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº 12. Brasília, setembro - dezembro de 2013, pp. 219-252.

PLUTARCO. *Vidas Paralelas VIII. Foción-Catón el jovem Demóstenes- Cicerón Agis Cleómenes Tiberio Gayo Graco*. Introducciones Traducción y notas de Carlos Alcade Martín y Marta González González. Editorial Gredos. Madrid: 2010.

POCOCK, J. G. A. *The Machiavellian Moment*. Florentine Political Thought and the Atlantic Republican Tradition. New Jersey: Princeton University Press, 2003.

PROCACCI, Giuliano. *Machiavelli Nella Cultura Europea*. Collezione Storica. Bari: Laterza & Figli, 1995.

QUADRI, Santo. *Dottrine Politiche Nei Teologi del'500*. Editrice Universale Studium, Stampato in Italia, 1962.

QUAGLIONI, Diego. *Ancora Su Machiavelli e la Lingua dela giurisprudenza*. In: LABRIOLA, Giulia Maria; ROMEO, Francesco (Org). *Niccolò Machiavelli e la tradizione Giruridica Europea*. Napoli: Editoriale Scientifica, 2016, p. 15-33.

_____ « Pour une histoire du droit de guerre au début de l'âge moderne. Bodin, Gentili, Grotius », *Laboratoire italien* [En ligne], 10 | 2010, mis en ligne le 24 janvier 2012, consulté le 31 août 2020. URL : <http://journals.openedition.org/laboratoireitalien/498> ; DOI : <https://doi.org/10.4000/laboratoireitalien.498>

_____ ; ZANCARINI Jean-Claude « Présentation », *Laboratoire italien* [En ligne], 10 | 2010, mis en ligne le 24 janvier 2012, consulté le 31 août 2020. URL : <http://journals.openedition.org/laboratoireitalien/497> ; DOI : <https://doi.org/10.4000/laboratoireitalien.497>.

_____. *Machiavelli e la lingua della giurisprudenza Una Letteratura della crisi*. Bolonha: Il Mulino, 2011.

RAIMONDI, Fabio. *L'ordinamento della libertà*. Verona: Ombre Corte, 2013.

REALE, Miguel. *Lições Preliminares de Direito*. 27. ed. — São Paulo: Saraiva, 2002. 11^a tiragem, 2012.

RIDOLFI, Roberto. *Biografia de Nicolau Maquiavel*. Tradução de Nelson Canabarro. São Paulo: Musa Editora, 2003.

RILEY P. (2009) The (Non)- Legal Thought of Niccolò Machiavelli. In: Pattaro E., Canale D., Grossi P., Hofmann H., Riley P (eds) *A Treatise of Legal Philosophy and general Jurisprudence*. Srpinge, Dordrecht. https://doi.org/10.1007/978-90-481-2964-5_9.

ROGERS, Zachary D. *To What End: Machiavelli, Natural Law, and Politics*. UCCs Undergraduate Research Journal 9.2, 2016. Disponível em <file:///C:/Users/User/Downloads/222-745-1-PB.pdf>. Acesso em 12 mai. 2021.

ROMEO, Francesco. Prefazione in Niccolò Machiavelli e la Tradizione Giuridica Europea. Napoli: Editoriale Scientifica, 2016.

ROTH-ISIGKEIT, David; KADELBACH, Stefan; KLEINLEIN, Thomas. *Niccolò Machiavelli's intentional Legal Thought – Culture, Contingency and Construction*, in *Sistem, Order and International Law – The Early History of International Legal Thought*. Oxford University Press, 2017, pp. 19-37.

ROULAND, Norbert. *Nos confins do Direito: Antropologia jurídica da modernidade*. Tradução de Maria Eermantina de Almeida Prado Galvão. – 2^a edição. Coleção Justiça e Direito. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

_____. *Roma, democracia impossível? Os agentes de poder na urbe romana*. Tradução Ivo Martinazzo. Brasília: Editora Universidade de Brasília (UNB), 1997.

RUBINSTIEN, Nicolai. Machiavelli and Florentine republican experience. In: BOCK, Gisela; SKINNER, Quentin e VIROLI, Maurizio. *Machiavelli and Republicanism*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990, p. 3-16.

SARTORELLO, Luca. *Tra diritto, politica e morale: La modernità di Machiavelli*. La Filosofia e il suo passato, numero 50. Padova: Coop. Libreria Editrice Università di Padova (Cleupe), 2013.

SABBAG, Eduardo. *Manual de Direito Tributário*. 9ª ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

SASSO, Gennaro. *In Margine al V centenario di Machiavelli*. Guida Editori: Napoli, 1972.

SCHIAVONE, Aldo. *Storia Giuridica di Roma*. A cura di Aldo Schiavone. Editora G. Giappichelli editore. Finito di stampare nel mese di settembre. Torino: 2016.

SCOTT, George Riley. *Storia della Tortura*. Traduzione Di Silvia Bigliazzi. Arnoldo Mondadori Editore: Milano, 2009.

SKINNER, Quentin. *As Fundações do Pensamento Político Moderno*. Tradução de Renato Janine Ribeiro e Laura Teixeira Mota. Revisão Técnica de Renato Janine Ribeiro. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

_____. *Liberty befor Liberalism*. Cambridge University Press, 1998.

_____. *Maquiavel*. Tradução de Denise Bottmann. Porto Alegre: L&PM, 2012.

_____. The republican ideal of political liberty. In: BOCK, Gisela; SKINNER, Quentin e VIROLI, Maurizio. *Machiavelli and Republicanism*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990, p. 293-309.

SORRENTINO, Andrea. *Storia Dell'Antimachiavellismo Europeo*. Luigi Lofredo Editore. Napoli, 1936.

SOUZA, Eliziane Mara de Souza. *Pensar o Estado ou ficar quieto: Carta De Machiavelli A Francesco Vettori (9 de abril de 1513)*, Tradução, introdução e notas de Eliziane Mara de Souza. Revista ALEA, Rio de Janeiro, 2012. p. 147-151.

THIREAU, Jean-Louis. Humanista (Jurisprudência) in *Dicionário da Cultura Jurídica*. Organização Denis Alland e Stéphane Rials. Tradução Ivone Castilho

Benedetti. Revisão Técnica Márcia Villares de Freitas. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012, p.882-889.

TOSCANO, Antonio. *Marsílio de Pádua e Nicolau Maquiavel*. Tradução para uso pessoal, feita por José Luiz Ames, da obra *Marsilio da Padova e Niccolò Machiavelli*. Ravenna: Longo Editore, 1981.

VERSIERO, Marco. "Il duca [ha] perso lo Stato...": Niccol`o Machiavelli, Leonardo da Vinci e l'idea di Stato. Il Mulino Revisteweb. Università statale di Milano (unimi). Società editrice il Mulino, Bologna. FILOSOFIA POLITICA / a. XXI, n. 1, aprile, 2007 (p. 85- 105).

VIDO, Elisabete. *Curso de Direito Empresarial*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2012.

VILLEY, Michel. *A formação do Pensamento Jurídico Moderno*. Tradução de Claudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

VIROLI, Maurizio. Machiavelli and the republican idea of politics. In: BOCK, Gisela; SKINNER, Quentin e VIROLI, Maurizio. *Machiavelli and Republicanism*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990, p. 143-152

_____. *Machiavelli, Guicciardini, and Reason of State*. Published in Natural Law, Natural Rights, and American Constitutionalism. Disponível em <https://www.nlnrac.org/critics/machiavelli>. Acesso em 13 mai. 2021. Princeton University, 2011, p. 01-03.

_____. O sorriso de Nicolau: História de Maquiavel. Tradução de Valéria Pereira da Silva. São Paulo: Estação Liberdade, 2002.

VIVANTI, Corrado. Nicolau Maquiavel nos tempos da política. Tradução: Sérgio Marduo. São Paulo: Martins Fontes, 2016.

VRIES, Hans de. *Essai Sur la Terminologie Constitutionnelle chez Machiavel*("Il Principe"). Tradução para uso didático feita por José Luiz Ames. Amsterdã: Universidade de Amsterdã/Faculdade de Direito, 1957.

WHITFIELD, John Humphreys. *Discourses on Machiavelli*. W. Heffer & Sons Limited Cambridge, 1969.

ZANCARINI, Jean-Claude « Machiavel et Guicciardini. Guerre et politique au prisme des guerres d'Italie », *Laboratoire italien* [En ligne], 10 | 2010, mis en ligne le 24 janvier 2012, consulté le 31 août 2020. URL : <http://journals.openedition.org/laboratoireitalien/500> ; DOI : <https://doi.org/10.4000/laboratoireitalien.500>

ZORZO, Douglas Antônio Fedel. *Maquiavel e a função política da arte da guerra*. Dissertação (em Filosofia) Programa de Pós-graduação em Filosofia, Universidade Estadual do Oeste do Paraná- UNIOESTE. Toledo, 2015. Disponível em <http://tede.unioeste.br/bitstream/tede/2071/1/Douglas%20Antonio%20Fedel%20Zorzo.pdf>. Acesso em 21 nov. 2018.